SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA
AROM
Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 10 de Setembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XVII | Nº 4063

Expediente 2023
Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2023

Conselho Diretor

Presidente: HILDON DE LIMA CHAVES

Vice-Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Secretário Geral: CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

1º Secretário: VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA

Tesoureiro: SIDNEY BORGES DA FONSECA

1º Tesoureiro: ISAÚ RAIMUNDO DA FONSECA

Conselho Fiscal

Titular: EVALDO DUARTE ANTÔNIO

Titular: MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO

Titular: VALTEIR GERALDO GOMES DE QUEIROZ

Suplente: ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Suplente: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Suplente: RAISSA DA SILVA PAES

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2024

TERMO ADITIVO Nº 01/2024
Processo Administrativo nº 23/2024
Processo vinculado nº 1119/2024
Concorrência nº 02/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO E A EMPRESA T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP,

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ/MF nº 15.834.732/0001-54, com sede na Av. Nilo Peçanha, n. 4513, Bairro Redondo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GIOVAN DAMO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 52.739.650/0001-57, com sede na Rua Manoel Vieira dos Santos, 1681, sala 01, Nova Brasília, Ji-Paraná, CEP 76.908-456, por sua representante legal Sr. Thiago Ferreira de Souza Soares, CPF 011.570.172-9, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 1119/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de alteração contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
DO OBJETO: As partes concordam em aditivar/ prorrogar o prazo máximo de vigência e execução dos serviços, previsto na cláusula 2ª do contrato nº 035/2024 em mais 60 (sessenta) dias.
DO RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, em tudo quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.
DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei, através do Órgão Oficial do Município. Assim ajustado, firmam este instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que assinam abaixo

Alta Floresta D'Oeste 20 de Novembro de 2024.

Contratante
Município de Alta Floresta D´Oeste
GIOVAN DAMO
Prefeito do Município

Contratada
T F de Souza Soares LTDA -EPP
THIAGO FERREIRA DE SOUZA SOARES

VANIA MOREIRA PAULO E SILVA
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Josiane Oliveira
Código Identificador:5BFBD3F3

PODER EXECUTIVO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2024

TERMO ADITIVO Nº 02/2024

Processo Administrativo nº 23/2024
Processo vinculado nº 1119/2024
Concorrência nº 02/2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO E A EMPRESA T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP,

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ/MF nº 15.834.732/0001-54, com sede na Av. Nilo Peçanha, n. 4513, Bairro Redondo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GIOVAN DAMO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 52.739.650/0001-57, com sede na Rua Manoel Vieira dos Santos, 1681, sala 01, Nova Brasília, Ji-Paraná, CEP 76.908-456, por sua representante legal Sr. Thiago Ferreira de Souza Soares, CPF 011.570.172-9, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 1119/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de alteração contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
DO OBJETO: As partes concordam em aditivar/ prorrogar o prazo máximo de vigência e execução dos serviços, previsto na cláusula 2ª do contrato nº 035/2024 em mais 120 (cento e vinte) dias.
DO RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, em tudo quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.
DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei, através do Órgão Oficial do Município. Assim ajustado, firmam este instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que assinam abaixo

Alta Floresta D'Oeste, 17 de Janeiro de 2025.

Contratante
Município de Alta Floresta D´oeste
GIOVAN DAMO
Prefeito do Município

Contratada
T F De Souza Soares LTDA -EPP
THIAGO FERREIRA DE SOUZA SOARES

VANIA MOREIRA PAULO E SILVA
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Josiane Oliveira
Código Identificador:F8FAF6F7

PODER EXECUTIVO
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2024

TERMO ADITIVO Nº 03/2024

Processo Administrativo nº 23/2024
Processo vinculado nº 1119/2024
Concorrência nº 02/2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO E A EMPRESA T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP,

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ/MF nº 15.834.732/0001-54, com sede na Av. Nilo Peçanha, n. 4513, Bairro Redondo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GIOVAN DAMO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 52.739.650/0001-57, com sede na Rua Manoel Vieira dos Santos, 1681, sala 01, Nova Brasília, Ji-Paraná, CEP 76.908-456, por sua representante legal Sr. Thiago Ferreira de Souza Soares, CPF 011.570.172-9, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 1119/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de alteração contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
DO OBJETO: As partes concordam em aditivar/ prorrogar o prazo máximo de vigência e execução dos serviços, previsto na cláusula 2ª do contrato nº 035/2024 em mais 120 (cento e vinte) dias.
DO RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, em tudo quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.
DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei, através do Órgão Oficial do Município. Assim ajustado, firmam este instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que assinam abaixo.

Alta Floresta D'Oeste, 22 de Maio de 2025.

Contratante
Município de Alta Floresta D´oeste
GIOVAN DAMO
Prefeito do Município

Contratada
T F De Souza Soares LTDA -EPP
THIAGO FERREIRA DE SOUZA SOARES

VANIA MOREIRA PAULO E SILVA
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Josiane Oliveira
Código Identificador:BB2B2861

PODER EXECUTIVO
ORDEM DE INICIO DE SERVIÇO

Concorrência nº 002/2024
Processo Administrativo nº 023/2024
Contrato: 035/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DA EMEIEF IZIDORO STÉDILE.
R$ 864.657,80 (oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)
Prazo: 90 dias

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

A PrefeituraMunicipal de Alta Floresta D' Oeste, Rondônia, inscrita no CNPJ 15.834.732/0001-54, por seu Prefeito Municipal, autoriza a empresa T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP, pessoa jurídica do direito privado, CNPJ 35.297.841/0001-97, com sede na Rua Manoel Vieira dos Santos, 1681, sala 01, Nova Brasília, Ji-Paraná, CEP 76.908-456, para iniciar os serviços de execução da obra CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DA EMEIEF IZIDORO STÉDÍLE.

Alta Floresta D'Oeste/RO, 20 de Agosto de 2024.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal

Recebido em: _____/_____/2024.

T F DE SOUZA SOARES LTDA -EPP

Publicado por:
Josiane Oliveira
Código Identificador:C676D165

PODER EXECUTIVO
RESOLUÇÕES N°022 A 026/CMS

Resolução n°022/CMS Alta Floresta D' Oeste, 02 de Setembro de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de Setembro de 2025, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080, de 29 de Novembro de 1990 e pela Lei n° 8142, de Dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de Maio de 2012, no qual preconiza na sua Segunda Diretriz que a Instituição dos Conselhos de Saúde é estabelecida por Lei Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, obedecida a Lei nº 8.142//90:

CONSIDERANDO a portaria nº 204, de 29 de Janeiro de 2007 "Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle". E a portaria n º 788, de 15 de Março de 2017" Regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no Art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de Dezembro de 2016, e da outras providencias".

CONSIDERANDO a portaria nº 395, de 14 de Março de 2019 "Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2019".

RESOLVE:

Art. 1º-

Aprovar a Proposta nº11402806000125010, proveniente de PROGRAMA PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - AMPLIAÇÃO DE FROTA SAMU 192, CENTRAL DE REGULACAO no valor de R$ 637.334,00(Seiscentos e trinta e sete mil e trezentos e trinta e quatro reais), destinado atender a Secretária Municipal de Saúde, CNES 6380034, localizada na Av. Brasília com a rua Piauí, nº 3059, Bairro: Princesa Izabel. Para o Município de Alta Floresta D'Oeste - RO.

II–Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

APARECIDO DE JESUS FURTUOSO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

WESLLEY RIBEIRO BASTOS
Secretário Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

Resolução n°023/CMS Alta Floresta D' Oeste, 02 de Setembro de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de Setembro de 2025, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080, de 29 de Novembro de 1990 e pela Lei n° 8142, de Dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de Maio de 2012, no qual preconiza na sua Segunda Diretriz que a Instituição dos Conselhos de Saúde é estabelecida por Lei Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, obedecida a Lei nº 8.142//90:

CONSIDERANDO a portaria nº 204, de 29 de Janeiro de 2007 "Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle". E a portaria n º 788, de 15 de Março de 2017" Regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no Art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de Dezembro de 2016, e da outras providencias".

CONSIDERANDO a portaria nº 395, de 14 de Março de 2019 "Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2019".

RESOLVE:

Art. 1º-

Aprovar a Proposta nº11402806000125011, proveniente de PROGRAMA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA SAUDE DIGITAL E TELESSAÚDE no valor de R$ 7.158,00(Sete mil e cento e cinquenta e oito reais), destinado atender a Unidade Básica de Saúde: Centro de Saúde Jorge Teixeira, CNES 2369958, Av. Nilo Peçanha nº4366, Bairro Redondo. Para o Município de Alta Floresta D'Oeste - RO.

II–Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

APARECIDO DE JESUS FURTUOSO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

WESLLEY RIBEIRO BASTOS
Secretário Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

Resolução n°024/CMS Alta Floresta D' Oeste, 02 de Setembro de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de Setembro de 2025, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080, de 29 de Novembro de 1990 e pela Lei n° 8142, de Dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de Maio de 2012, no qual preconiza na sua Segunda Diretriz que a Instituição dos Conselhos de Saúde é estabelecida por Lei Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, obedecida a Lei nº 8.142//90:

CONSIDERANDO a portaria nº 204, de 29 de Janeiro de 2007 "Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle". E a portaria n º 788, de 15 de Março de 2017" Regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no Art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de Dezembro de 2016, e da outras providencias".

CONSIDERANDO a portaria nº 395, de 14 de Março de 2019 "Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2019".

RESOLVE:

Art. 1º-

Aprovar a Proposta nº11402806000125012, proveniente de PROGRAMA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BASICA DE SAÚDE no valor de R$ 399.192,00(Trezentos e noventa e nove mil cento e noventa e dois reais), destinado atender a Unidade Básica de Saúde: Centro de Saúde Jorge Teixeira, CNES 2369958, Av. Nilo Peçanha nº4366, Bairro Redondo. Para o Município de Alta Floresta D'Oeste - RO.

II–Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

APARECIDO DE JESUS FURTUOSO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

WESLLEY RIBEIRO BASTOS
Secretário Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

Resolução N°025/CMS Alta Floresta D' Oeste, 02 de Setembro de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de Setembro de 2025, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080, de 29 de Novembro de 1990 e pela Lei n° 8142, de Dezembro de 1990.
Resolve:
I-Por unanimidade dos Conselheiros presentes eleger a mesa diretora para o próximo Triênio, sendo Composta por;

Presidente: Aparecido de Jesus Furtuozo
Vice-Presidente: Nilza Teixeira de Aguiar
Primeira-Secretária: Cristiane Gonçalves Delmondes
Segunda-secretária: Jaquieli Cristina de Oliveira

II–Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

APARECIDO DE JESUS FURTUOSO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

WESLLEY RIBEIRO BASTOS
Secretário Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

Resolução N°026/CMS Alta Floresta D' Oeste, 02 de Setembro de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de Setembro de 2025, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080, de 29 de Novembro de 1990 e pela Lei n° 8142, de Dezembro de 1990.
Resolve:

Aprovar Por unanimidade dos Conselheiros presentes a mudança no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste- RO

Cap. I
DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1°. O Conselho Municipal de Saúde (C.M.S) é um órgão colegiado da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D' Oeste, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e instituído pela Lei n° 888 de 27/09/2008, que funcionará conforme as normas deste regimento.
Art. 2º. O C.M.S é referenciado pelas diretrizes da política nacional e estadual de saúde, consubstanciado pelo convênio SUS, firmado entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.
Art. 3°. O C.M.S constitui a instância decisória e gestora das ações da saúde, bem como de todo o sistema de saúde no âmbito municipal.

Cap. II

DA COMPOSIÇÃO
Art. 4°. O Conselho Municipal de Saúde será composto mediante:
Parágrafo único – Decreto que é de competência do Prefeito Municipal em conformidade com o projeto de Lei designado para tal.
§ 1° - Cada membro integrante do C.M.S deverá ter um suplente que será da mesma representação e que o substituíra nas impossibilidades tanto com presença como com direito à voto.
§ 2° - O Conselho Municipal de Saúde será composto por 12(Doze) membros, sendo 06(seis) representantes de Entidades Usuários, 03(três) representantes Entidades Governamentais ou representantes de entidades Prestadores de Serviços na área de Saúde, e 03(três) trabalhadores em saúde.

Cap. III
DO FUNCIONAMENTO

Art. 5°. C.M.S terá uma mesa diretora composta de presidente, vice-presidente, secretario e segundo secretário.
§ 1° -O C.M.S será constituído pelos seguintes órgãos:
Plenário
Mesa diretora
Secretaria executiva
Comissões permanentes
Grupo de trabalhos
Parágrafo Único: todas as comissões serão composta por quatro (4) conselheiros respeitando a paridade.
I – Os membros da mesa diretora serão eleitos em plenária estando presente.
§ 1° - O eleito é a pessoa e não o órgão o qual representa.
§ 2 ° - Se o membro eleito for substituído deverá ocorrer nova eleição (dentro do que prevê o Art. 9° deste regimento).
§ 3 º- O C.M.S. terá uma Secretária Executiva, diretamente subordinada ao pleno, e será um funcionário do administrativo que não necessita ser um conselheiro.
Parágrafo Único: a Secretaria Executiva é órgão vinculado ao plenário do Conselho Municipal de Saúde, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo aos conselheiros e suas comissões e grupos de trabalhos, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais.
Art. 6°. O C.M.S se reunira ordinariamente uma vez por mês e em caráter extraordinário quando convocado pelo presidente ou 50 % mais 01(um) dos membros, conforme justificativa dos membros.
I – as reuniões ordinárias serão convocadas com no mínimo de 24 horas de antecedência através de ofício.
II – as reuniões extraordinárias serão convocadas através de ofício com prazo mínimo de 24 horas de antecedência.
III – Não ocorrerão as reuniões no mês de Dezembro pelo motivo de recesso.
IV – As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser amplamente divulgadas e com a mesma antecedência da convocação dos membros.
V – As reuniões do C.M.S serão abertas em convocação única até 15 minutos após o horário marcado com a presença de 50% mais 01(um) dos membros. Caso não haja quórum, marcar-se-á pena legal aos membros faltosos mediante o Art. 9° parágrafo I e II deste regimento.
§ 1° - O quórum para deliberações rotineiras será de 50% mais 01 (um) dos presentes.
§ 2° - O quórum para recursos ou mudanças do regimento interno será de 2/3 dos membros.
§ 3° - Cada membro terá três (03) minutos para intervenção a cada tópico da sua pauta.
Cada pauta terá três (03) minutos para explanação, se o conselheiro nao ficar esclarecido tera mais dois (02) minutos para réplica .
Em todas as reuniões do CMS haverá um tempo de um (01) minuto para cada membro, devidamente inscrito, fazer uma participaçao no assunto em discussao. E outros assuntos pertinentes de interesse do CMS que não conste na respectiva pauta.
Art. 7°. As deliberações do C.M.S serão tomadas por consenso de seus membros e registrado em ata.
Art. 8º. As deliberações do C.M.S serão formalizadas em resolução conjunta de seus membros e divulgadas na imprensa local (falada e ou escrita).
Art. 9º. Os membros participantes do C.M.S serão destituídos por decisão de 2/3 dos membros, ou por motivos pessoais através de ofício ao presidente ou após 03 faltas consecutivas às reuniões ordinárias e/ou extraordinária ou com 05 faltas intercaladas, no período de um ano.
I – Em caso de falta o membro deverá encaminhar a justificativa ao presidente através de ofício ou memorando onde será lido durante a reunião subsequente da falta, e avaliada pelos membros presentes.
II – A falta não justificada será denunciada pelo presidente e/ou maioria dos membros e será julgada pelo C.M.S.
Art. 10º. O C.M.S poderá convocar, quando conveniente, pessoas ou instituições que interfiram nas ações de saúde, para prestar esclarecimentos ao assunto em pauta.
Art. 11º. Cada membro titular terá direito a voto em sessão plenária, sendo que na ausência do titular o suplente terá direito a voto.
Art. 12º. O presidente do C.M.S terá o voto de qualidade.
Art. 13º. Nos seus impedimentos o presidente do C.M.S será substituído pelo vice-presidente.
Art. 14º. As reuniões deverão ser abertas ao público, vetado o direto de interferência do plenário durante a sessão. Sendo que por votação os conselheiros poderão deliberar a interferência.

Art. 15º. Os Assuntos, que irão constituir a ordem do dia para cada reunião, deverão ser entregues ao presidente ou secretaria executiva pelo(s) interessado(s) até 12 horas antes da convocação da reunião, para avaliação, entendimento e introdução do mesmo na pauta.
Art. 16º. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá direito de deliberar em casos de extrema urgência ad referendum do plenário, submetendo o seu ato à ratificação deste na reunião subsequente.
Art. 17º. Para eventuais assuntos polêmicos e/ou decisões que necessitam de estudo preliminar, o C.M.S elegerá subcomissões que avaliarão todas as situações.
Cap. IV
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 18º. O presente Regimento poderá ser alterado parcial ou totalmente, a qualquer momento, mediante proposta de qualquer um dos membros e aprovado por 2/3 dos membros.
Art. 19º. A assinatura de 2/3 dos membros do C.M.S ou 1.000 (Mil) munícipes em assembleia geral, torna valido um pedido de intervenção ou auditoria no Conselho Municipal de Saúde (C.M.S).
Art. 20º. A duração do mandato do presidente, vice-presidente, secretario e segundo secretário será de 03(três) anos.
Parágrafo único – Os cargos acima terão direito a reeleição.
Art. 21º. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos em plenário.
Art. 22º. Este regimento entrara em vigor após a aprovação do Conselho Municipal de Saúde (C.M.S) e publicado na imprensa local.

II–Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

APARECIDO DE JESUS FURTUOSO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

WESLLEY RIBEIRO BASTOS
Secretário Municipal de Saúde
Alta Floresta D'Oeste – RO

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:9CE65D0F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 107/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO ID: EC.2F6 - 0001604.11.01-2025 - GABINETE DO PREFEITO

Considerando a realização da **5ª revisão de 50.000 km do veículo I/TOYOTA HILUX SWSRXA4RD, Placa NEE2H07, RENAVAN 01412922264, Chassi 8AJBA3FS2R0368448, Ano 2024/2024**, pertencente ao Gabinete do Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, procedeu-se à contratação direta, fundamentada no art. 75, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, junto à empresa credenciada TOYOTA/NISSEY MOTORS.

Durante a execução da revisão, foram constatadas necessidades adicionais de serviços e materiais não previstos no orçamento inicial, indispensáveis à preservação da garantia de fábrica, à manutenção integral do veículo e à segurança de sua utilização.

Diante disso, ratifica-se a complementação do empenho, com base nos orçamentos nº 19058 e 19067, no valor total de **R$ 6.161,98 (seis mil, cento e sessenta e um reais e noventa e oito centavos)**.

Sendo: **R$ 5.719,18** (cinco mil setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), referentes a material de consumo (peças) e **R$ 442,80** (quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos), referentes a outros serviços de terceiros (mão de obra especializada).

Assim, fica autorizada a complementação da Contratação Direta nº 107/2025, de forma a assegurar o adequado funcionamento das atividades do Gabinete do Prefeito e a preservação do patrimônio público.
Alto Alegre dos Parecis/RO, 09 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:F32AA49A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 118/2025

OBJETO:
A Secretaria Municipal de Esportes, Cultura E Turismo de Alto Alegre dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público a **Dispensa de Licitação**, com objetoa **Contratação de empresa Credenciada junto a Marca; Fiat PSV, no Estado de Rondônia, autorizada no fornecimento de peças originais, óleos e produtos, e prestação dos serviços para a manutenção do veículo, referente a 4ª REVISÃO DE 40.000KM DO VEÍCULO, FIAT/TORO ENDUR T270 AT 6, CHASSI 9882261PESKF83600, ANO DE FABRICAÇÃO 2024, ANO MODELO 2025, PLACA NEB0F86.**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

As manutenções preventivas são essenciais para evitar defeitos, conservar o veículo em bom estado, prolongar sua vida útil e reduzir custos com reparos corretivos, garantindo ainda seu funcionamento seguro. Para isso, é necessário realizar as revisões programadas com fornecimento de peças e serviços em concessionária autorizada, conforme determina o manual do fabricante, a fim de manter a garantia vigente. Assim, os serviços devem ser executados pela empresa credenciada Comercial Fiat PSV Ltda. CNPJ nº 01.489.352/0002-04, localizada em Rolim de Moura/RO, concessionária autorizada para efetuar as revisões obrigatórias durante o período de garantia.

DO PREÇO E EMPRESA PROPONENTE:

Autorizada a contratação direta novalor total de: **R$ 2.183,84** (dois mil, cento e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).
Sendo: **R$ 1.442,14** (mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos), em aquisição de peças e **R$ 741,70** (setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos) em serviços de mão de obra.
Empresa proponente: **COMERCIAL FIAT PSV LTDA**, Cadastrada no CNPJ nº **01.489.352/0002-04**, localizada na Av. 25 de agosto, lote N 01 g2 da gleba 13, Rolim de Moura - RO.

DA BASE LEGAL:
Art. 75 da Lei Nº 14.133.É dispensável a licitação:

IV - Para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Alto alegre dos Parecis – RO, 09 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:3EC77D48

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2025

OBJETO:
A Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Assistência Social de Alto Alegre dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público a **Dispensa de Licitação**, para **Aquisição de Câmeras de Segurança**de para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
A presente demanda visa fortalecer a segurança patrimonial e pessoal das crianças, adolescentes e da equipe da instituição, por meio da instalação de um sistema de monitoramento por câmeras (CFTV). Os objetivos incluem prevenção de riscos, monitoramento de acessos e movimentações, e resposta rápida a incidentes ou emergências.
A instalação seguirá a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), garantindo proteção à privacidade, acesso restrito às imagens e armazenamento conforme a legislação.
O investimento reforça a proteção de crianças e adolescentes acolhidos por medidas protetivas, promove tranquilidade para residentes, funcionários e visitantes, contribui para a modernização da gestão pública, permite monitoramento remoto e reduz custos com vigilância presencial.
Assim, a aquisição é justificada pelo interesse público, assegurando eficiência e cumprimento das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

DO PREÇO:
O valor desta dispensa de licitação é de: **R$ 15.455,00** (quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais), em favor da empresa: **SAVIO HENRIQUE DAS NEVES PINHEIRO ALVES – CNPJ: 45.712.517/0001-41, localizada na AV. Tancredo de Almeida neves, n° 3553, bairro Centro, Alto Alegre dos Parecis/RO.**

DA BASE LEGAL:
Art. 75 da Lei Nº 14.133.É dispensável a licitação:
II- para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024-Art. 75,caput, inciso II-R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Alto alegre dos Parecis - RO, 09 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:27E6E99F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2025

OBJETO:
O Fundo Municipal de Saúde de Alto Alegre dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público a **Dispensa de Licitação**, com objetoa **Contratação de empresa Credenciada junto a Marca FIAT, no Estado de Rondônia, autorizada no fornecimento de peças originais, Óleos e produtos, e prestação dos serviços para a manutenção de veículo no período de garantia do fabricante. Revisão de 60.000 km do Veículo FASTBACK LIMITED EDITION TURBO 270 FLEX AT 1.3 CHASSI 9BD376A37PYB22413 ANO DE FABRICAÇÃO 2023, ANO MODELO 2023 PLACA QTJ7D22 NA COR CINZA que se encontra em período de garantia.** O veículo pertencente Ao Fundo Municipal de Saúde de Alto Alegre dos Parecis - RO.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
A aquisição de peças e a contratação de serviços para a revisão de 60.000 km do veículo Fastback Limited Edition Turbo 270 Flex AT 1.3 (placa QTJ7D22) são necessárias para cumprir o cronograma de manutenção preventiva e corretiva previsto pelo fabricante. A revisão deve ser realizada em concessionária autorizada para assegurar a conservação do veículo, a continuidade da garantia de fábrica e o atendimento às normas estipuladas. Esse procedimento garante a integridade, a confiabilidade e o desempenho seguro e eficiente do automóvel.

DO PREÇO E EMPRESA PROPONENTE:

Autorizada a contratação direta novalor total de:**R$ R$ 4.851,12 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais e doze centavos)**.

Sendo: **R$ 4.037,82** (quatro mil, trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), em aquisição de peças e **R$ 813,30** (oitocentos e treze reais e trinta centavos) em serviços de mão de obra.

Empresa Proponente: COMERCIAL PSV LTDA - FILIAL, Cadastrada no CNPJ nº 01.489.352/0002-04, localizada na Av. 25 de agosto, 2806, Rolim de Moura – RO.

DA BASE LEGAL:
Art. 75 da Lei Nº 14.133.É dispensável a licitação:

IV - Para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Alto alegre dos Parecis – RO, 09 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:D23E50B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2025

OBJETO:
O Fundo Municipal de Saúde de Alto Alegre dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público a **Dispensa de Licitação**, para **Contratação de empresa para instalação de portas e cabine de proteção no hospital de pequeno porte Ana Nery**.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
A contratação para a instalação de portas e cabine de proteção no Hospital de Pequeno Porte Ana Nery é medida essencial para adequação da infraestrutura física. As portas atualmente existentes, em madeira e em estado precário, representam risco de contaminação e dificultam a higienização adequada dos ambientes hospitalares. A substituição por novas portas visa garantir melhores condições de assepsia, segurança e durabilidade. Já a instalação da cabine de proteção na recepção tem como objetivo reforçar a segurança dos profissionais que atuam diretamente no atendimento ao público, reduzindo a exposição a riscos e proporcionando um ambiente mais protegido. Assim, a presente demanda contribui para a melhoria da qualidade do atendimento e preservação da saúde de pacientes e servidores.

DO PREÇO:
O valor desta dispensa de licitação é de: **R$ 7.840,00 (sete mil, oitocentos e quarenta reais),** em favor da empresa: **REINALDO CESARIO FERREIRA – CNPJ: 40.465.664/0001-40, localizada**

na Av. Tancredo de Almeida Neves, nº 3347, Bairro Centro, Alto Alegre dos Parecis/RO.

DA BASE LEGAL:
Art. 75 da Lei Nº 14.133.É dispensável a licitação:
II- para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024-Art. 75,caput, inciso II-R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Alto alegre dos Parecis - RO, 09 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:8256223D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 44/CPL/2025

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, o Senhor Denair Pedro da Silva, no uso de suas atribuições legais, baseado nos valores ADJUDICADOS, resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a Licitação na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO,**do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, para**Aquisição de Equipamento para apoio de Infraestrutura Produtiva, em conformidade com o CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 960274/2024. Trator com Cabine fechada ROPS/FOPS, tração 4×4, potência mínima 75CV, e demais especificações conforme Termo de Referência.** Processo Administrativo: ID: E9.002 - 0001491.70.04-2025 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Foi ADJUDICADA, com base na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021. **Item 1**, no valor total de:**R$ 195.900,00** (cento e noventa e cinco mil e novecentos reais), em favor da empresa:ROTA-10 COMERCIO E SERVICOS LTDA - 14.120.503/0001-05. Por ser a proposta que apresentou critérios mais vantajosos para esta Administração Pública.

Alto Alegre dos Parecis - RO, em 09 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:ACCCB78F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DESIGNAÇÃO Nº 575/2025

PORTARIA Nº 575/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 de setembro de 2025.

DESIGNAR A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ATUAR JUNTO A SALA DO EMPREENDEDOR DO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO,Sr.DENAIR PEDRO DA SILVA,no uso de suas atribuições legaisque lhe são conferidas por Lei,

Considerando, o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Município de Alto Alegre dos Parecis/RO e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia- SEBRAE.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora MunicipalMARIA APARECIDA DE SOUZA ESTOK, CPF ***.230.702-** Matrícula nº 605, ocupante do cargo efetivo de zeladora, para atuar comoatendente da Sala do Empreendedor, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 147/GP/2019 e designação conforme Oficio nº 325/GAB/2025.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:526168BB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GESTOR E FISCAL CONTRATO Nº 574/2025

PORTARIA Nº 574/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 de setembro de 2025.

NOMEAR GESTOR E FISCAL DE CONTRATO O SR FRANCISCO APARECIDO MOTA E FABIANA COELHO BENICIO DA ROSA

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, SenhorDENAIR PEDRO DA SILVA,no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública, nos termos disposto no Artigo 117 da Lei nº. 14133 Lei Licitações e Contratos Administrativos- Decreto nº 370/GP/2023 de 11 de dezembro de 2023 - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDOque os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDOque o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

CONSIDERANDOque as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

CONSIDERANDOque as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I-Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
II-Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
III -Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
IV -Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;
V -Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
VI -Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
VII -Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

VIII -Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
IX -Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
X -Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XI -Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;
XII -Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
XIII -Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XIV -Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XV-Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);
XVI -Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVII-Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
XVIII-Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;
XIX-Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
XX -Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;
XXI -Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
XXII-Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
XXIII- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
XXIV-Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
XXV-Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
XXVI -Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
XXVII-Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;
XXVIII-Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
XXIX-Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);
XXX-Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;
XXXI -Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;
XXXII -Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXIII -Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

RESOLVE:

Art. 1ºNomear o senhor FRANCISCO APARECIDO MOTA, Secretário Municipal SEMURB matricula 2679, como GESTOR DE CONTRATOe a Sra. FABIANA COELHO BENICIO DA ROSA, Fiscal de Obras e Postura, matricula 1710, como FISCAL DE CONTRATO que trata sobre Contratação de empresa especializada em obras de Micro revestimento de pavimento Urbano em ruas e avenidas do municipio, com extensão total de 4.233m contemplando uma area total de 29.631m² para atender as demandas no Município de Alto Alegre dos Parecis-RO. Em favor da empresa CONCRETO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.021.677/0001-20 para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, conforme memorando nº 250/SEMURB/2025.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:3AFE5161

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NOMEAÇÃO Nº 573/2025

PORTARIA Nº 573/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 de setembro de 2025.

NOMEAR O SENHOR WERVERTON DOUGLAS LIMA CARDIM PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSITO, PERMISSÕES E CONCESSÕES (DIRETOR I) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, Sr.DENAIR PEDRO DA SILVA,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr.WERVERTON DOUGLAS LIMA CARDIM, portador do CPF nº ***.279.312-**, para o cargo comissionado de Diretor de Departamento de Transito, Permissões e Concessões (Diretor I) da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme Oficio nº 30/SEMURB/2025.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos legais em 04 de setembro de 2025.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:CFD6F57C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 390/GP, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 390/GP, de 09 de setembro de 2025.

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS – RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O Sr. **DENAIR PEDRO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 60, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas e garantir a observância dos limites de despesa estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000);
Considerando o princípio da eficiência na gestão pública, bem como a importância de assegurar a continuidade dos serviços essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece medidas de contenção de despesas a serem adotadas por todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Alto Alegre dos Parecis, até o final do exercício de 2025.

Art. 2º Ficam suspensas as seguintes despesas:
I - Contratação de novos serviços e aquisição de materiais com recurso próprio que não sejam considerados essenciais, com exceção dos eventos do dia das crianças e de fim de ano;
II - Contratação de pessoal temporário, exceto para substituição em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança pública;
III - Autorização para horas extras, exceto em casos de comprovada necessidade de atendimento de serviços essenciais e mediante justificativa fundamentada;
IV - Despesas com diárias, passagens e participações em eventos que não sejam de extrema necessidade para o funcionamento do órgão público, desde que custeados com recurso próprio.

Art. 3º Ficam reduzidas as despesas com consumo de água, energia elétrica, telefonia, combustíveis e demais itens de custeio, devendo cada órgão estabelecer metas de redução em relação à média dos últimos seis meses.

Art. 4º As concessões de vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remuneração, exceto os derivados de determinação legal, revisão geral anual ou decisão judicial, ficam suspensas até o final do exercício de 2025.

Art. 5º A execução de novas obras e serviços de engenharia fica condicionada à disponibilidade financeira e à aprovação do Gabinete do Prefeito, priorizando as obras que contemplem recursos vinculados ou que já estejam em fase de conclusão.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor até 31 de dezembro de 2025.

Alto Alegre dos Parecis/RO, em 09 de setembro de 2025.

Publique-se,
Registre-se,
Certifique-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
P refeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:F03797A2

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 006/2025 CONTRATO Nº. 007/ASJUR/2021, DE 03 DE MARÇO DE 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 006/2025
CONTRATO Nº. 007/ASJUR/2021, de 03 de março de 2021.

Espécie: 6º Termo de Aditamento ao Contrato nº 007/ASJUR/2021; **Data do Termo Aditivo**: 09/09/2025 **Contratante:** Município de Alto Alegre dos Parecis; **Contratado (a)**: SOUZA & DENICULI LTDA**; Objeto**: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 09/10/2025; **Fundamento Legal:** Art. 57, inc. IV, da Lei 8.666/1993; **Processo**: 125/SEMEC/2021; **Valor Global**: R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Contratado(a)**, Alan Reges Deniculi Junior.

Alto Alegre dos Parecis, 9 de setembro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:CC02558B

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 391/2025

DECRETO Nº 391/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.102/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação na importância de R$ 61.196,92 (sessenta e um mil, cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), conforme discriminado abaixo:

Entidade: 02.000 - PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: **02.002 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**
Programa: 2 - GESTAO ADMINISTRATIVA - R$: 61.196,92
Função/Sub função: 20.122 - Agricultura / Administração Geral
Ação: 2.009 - GESTAO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SEMAGRI
Ficha / Categoria Econômica: 19 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 R$: 61.196,92

Artigo 2º - O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64_17.03, Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação. conforme discriminado abaixo:

Entidade: 02.000 - PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: **02.002 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**
Programa: 2 - GESTAO ADMINISTRATIVA VALOR R$: 20.230,00
Função/Sub função: 20.122 - Agricultura / Administração Geral
Ação: 2.009 - GESTAO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SEMAGRI
Ficha / Categoria Econômica:
18 - 3.3.90.14.00.00.00.00 – DIÁRIAS CIVIL.
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 10.230,00
20 - 3.3.90.32.00.00.00.00 – MATERIAL. BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA -
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 5.000,00

21 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 5.000,00

Programa: 5 - PRESERVAR PARA SOBREVIVER VALOR R$: 25.966,92
Função/Sub função: 18.541 - Gestão Ambiental / Preservação e conservação ambiental
Ação: 2.008 - PRESERVAÇAO E RECUPERAÇAO AMBIENTAL
Ficha / Categoria Econômica:
25 - 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 10.000,00
26 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 15.966,92

Programa: 5 - 6 - DESENVOLVIMENTO RURAL VALOR R$: 15.000,00
Função/Sub função: 4.122 - Administração / Administração Geral
Ação: 2.010 - INCENTIVO A PRODUÇÃO AGRICOLA E ANIMAL
Ficha / Categoria Econômica:
32 - 3.3.90.31.00.00.00.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS -
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 10.000,00
33 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 15.000,00

VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 61.196,92

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:C4E23B60

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 392/2025

DECRETO Nº 392/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.103/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.103/2025, de 13 de agosto de 2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 6.654,17 (seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro mil e dezessete centavos), *para a seguinte dotação orçamentária*:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
PROGRAMA: 22 - INFRAESTRUTURA- ESCOLAS MUNICIPAIS
12.361 - Educação / Ensino Fundamental
1.147 EQUIP ESC FS F SERRA CV 428/2024/PGE/SEDUC
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes Excesso de Arrecadação nos termos do Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64,
Categoria econômica: 8 - 1.3.2.1.01.0.1.17.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEP. DO CV. TRANSP ESC. IR E VIR
Destinação do Recurso: 1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
Agencia nº 4006-1 / Conta nº 15.646-9 - AQ EQ ESC F S PREFEITURA/BB
Valor R$: 6.654,17

Artigo 3º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 21.439,94 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), *para a seguinte dotação orçamentária*:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
PROGRAMA: 22 - INFRAESTRUTURA- ESCOLAS MUNICIPAIS
12.361 - Educação / Ensino Fundamental
1.147 EQUIP ESC FS F SERRA CV 428/2024/PGE/SEDUC
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
2.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO - R$: 21.439,94

Artigo 4º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo 3º será utilizado recurso proveniente de:
Superávit Financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4320/1964)
Fonte de Recurso: 1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
Agencia nº 4006-1 / Conta nº 15.646-9 - AQ EQ ESC F S PREFEITURA/BB
Valor R$: 21.439,94

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:8C93E42B

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 393/2025

DECRETO Nº 393/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"PROMOVE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TRANSFERÊNCIA, AUTORIZADA PELA LEI Nº 1.972/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito do Município de ALTO ALEGRE DOS PARECIS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Munícipio.

Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada a alteração orçamentária no orçamento vigente, por transferência na importância de R$ 4.601,00 (quatro mil e seiscentos e um reais), conforme discriminado abaixo:

Entidade: 02.000 - PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: **02.004 – PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO**
Programa: 10 - VIVER MELHOR
Função/Sub função: 27.812 - Desporto e Lazer / Desporto Comunitário
Ação: 2.033 - DA BASE PARA O FUTURO
Ficha da Despesa / Categoria Econômica - Dest. do Recurso - Valor R$
108 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
- 1.500.0000.0000 - 4.601,00

Artigo 2º - As Alterações Orçamentárias propostas na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias.

Entidade: 02.000 - PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: **02.004 – PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO**
Programa: 10 - VIVER MELHOR
Função/Sub função: 27.812 - Desporto e Lazer / Desporto Comunitário
Ação: 2.033 - DA BASE PARA O FUTURO
Ficha da Despesa / Categoria Econômica - Dest. do Recurso - Valor R$
106 - 3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
- 1.500.0000.0000 - 601,00
107 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
- 1.500.0000.0000 - 4.000,00
VALOR DA AÇÃO: R$ 4.601,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:270DDA0B

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 394/2025

DECRETO Nº 394/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"PROMOVE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TRANSFERÊNCIA, AUTORIZADA PELA LEI Nº 1.972/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito do Município de ALTO ALEGRE DOS PARECIS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Munícipio.

Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada a alteração orçamentária no orçamento vigente, por transferência na importância de R$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme discriminado abaixo:

Entidade: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALTO ALEGRE
Unidade Orçamentária: **02.007 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**
Programa: **17 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA R$ 8.000,00**
Função/Sub função: 8.244 - Assistência Social / Assistência Comunitária
Ação: 2.068 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGDBF
Ficha da Despesa / Categoria Econômica - Dest. do Recurso - Valor R$
388 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS – CIVIL - 1.660.0000.0000 - 8.000,00

Artigo 2º - As Alterações Orçamentárias propostas na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias.

Entidade: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALTO ALEGRE
Unidade Orçamentária: **02.007 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**
Programa: **17 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA R$ 8.000,00**
Função/Sub função: 8.244 - Assistência Social / Assistência Comunitária
Ação: 2.068 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGDBF
Ficha da Despesa / Categoria Econômica - Dest. do Recurso - Valor R$
389 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO - 1.660.0000.0000 - 8.000,00
VALOR R$: 8.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:2458F09B

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.102/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.102/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, O CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DOTAÇÃO NO VALOR DE R$ 61.196,92 (SESSENTA E UM MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente

LEI.

Artigo 1º. Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento programa de 2025, crédito adicional especial por anulação de dotação, o valor de R$ 61.196,92 (sessenta e um mil, cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), destinados a suplementar a dotação orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, conforme se discrimina:

Entidade: 02.000 - PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: **02.002 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**
Programa: 2 - GESTAO ADMINISTRATIVA - R$: 61.196,92
Função/Sub função: 20.122 - Agricultura / Administração Geral
Ação: 2.009 - GESTAO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SEMAGRI

Ficha / Categoria Econômica: 19 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 R$: 61.196,92
Valor da ação R$: 61.196,92
VALOR DO PROGRAMA 2. R$: 61.196,92
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$: 61.196,92

Artigo 2º. O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto no Art. 43, da Lei nº 4.320/64, por Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no orçamento programa de 2025, conforme se discrimina.

Entidade: 02.000 - PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: **02.002 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**
Programa: 2 - GESTAO ADMINISTRATIVA
Função/Sub função: 20.122 - Agricultura / Administração Geral
Ação: 2.009 - GESTAO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SEMAGRI
Ficha / Categoria Econômica:
18 - 3.3.90.14.00.00.00.00 – DIÁRIAS CIVIL.
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 10.230,00
20 - 3.3.90.32.00.00.00.00 – MATERIAL. BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA -
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 5.000,00
21 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 5.000,00
Valor da ação R$: 20.230,00
VALOR DO PROGRAMA 2. R$: 20.230,00

Programa: 5 - PRESERVAR PARA SOBREVIVER
Função/Sub função: 18.541 - Gestão Ambiental / Preservação e conservação ambiental
Ação: 2.008 - PRESERVAÇAO E RECUPERAÇAO AMBIENTAL
Ficha / Categoria Econômica:
25 - 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 10.000,00
26 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 15.966,92
Valor da ação R$: 25.966,92
VALOR DO PROGRAMA 2. R$: 25.966,92

Programa: 5 - 6 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Função/Sub função: 4.122 - Administração / Administração Geral
Ação: 2.010 - INCENTIVO A PRODUÇÃO AGRICOLA E ANIMAL
Ficha / Categoria Econômica:
32 - 3.3.90.31.00.00.00.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 10.000,00
33 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - R$: 15.000,00
Valor da ação R$: 15.000,00
VALOR DO PROGRAMA 2. R$: 15.000,00

VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO: R$ 61.196,92

Artigo 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revoga-se as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:6577A7B4

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.103/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.103/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, REF. 2º TERMO ADITIVO AO CV 428.2024/PGE-SEDUC E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

L E I

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo abrir *crédito adicional especial no orçamento programa de 2025, no valor de R$ 27.977,50 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos),* proveniente de saldo de recurso do TERMO DE CONVÊNIO Nº 428/2024/PGE-SEDUC, conforme se discrimina:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
PROGRAMA: 22 - INFRAESTRUTURA- ESCOLAS MUNICIPAIS
Função/Sub função: 12.361 - Educação / Ensino Fundamental
Ação: 1147 EQUIP ESC FS F SERRA CV 428/2024/PGE/SEDUC
Categoria Econômica: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Destinação do Recurso: 1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
VALOR R$: 6.537,56
Categoria Econômica: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Destinação do Recurso: 2.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
VALOR R$: 21.439,94
VALOR DO CRÉDITO R$: 27.977,50

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º fica vinculado saldo do recurso do TERMO DE CONVÊNIO Nº 428/2024/PGE-SEDUC, celebrado entre Governo do Estado/através do Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e o Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Escola Fundamental Fernando Sabino no Distrito de Flor da Serra em Alto Alegre dos Parecis – RO, conforme especificado no PLANO DE TRABALHO (ID do Documento: E09.E73), com valor global: *R$ 236.015,77 (duzentos e trinta e seis mil, quinze reais e sessenta e sete centavos); Sendo: recurso do* Governo do Estado: R$ 224.214,97 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e quatorze reais e noventa e sete centavos) e Recurso de contrapartida do Município: R$ 11.800,80 (onze mil, oitocentos reais e oitenta centavos), com repasse realizado em 2024 na CONTA VINCULADA DO CONTRATO: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 15.646-9 - AQ EQ ESC F S PREFEITURA/BB, com saldo de superávit financeiro apurado em 31/12/2024 no valor de R$ 242.669,94 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), considerando os RESTOS A PAGAR no valor de R$ 221.230,00 (duzentos e vinte e um mil e duzentos e trinta reais), o saldo de superávit financeiro é no valor de R$ 21.439,94 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), sendo: R$ 14.785,77 (quatorze mil setecentos e oitenta e cinco reis e setenta e sete centavos) saldo remanescente do convênio e R$ 6.654,17 (seis mil, seiscentos e

cinquenta e quatro mil e dezessete centavos) saldo de rendimentos de aplicação financeira. Onde o município solicitou AMPLIAÇÃO DE META conforme PLANO DE TRABALHO (0062681528) no valor de R$ 27.977,50 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo: R$ 21.439,94 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) de saldo do superávit financeiro apurado em 31/12/2024, e R$ 6.357,56 (seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), de excesso de arrecadação de rendimentos de aplicação financeira do exercício de 2025, para complementação do valor, o qual foi autorizado através do 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N. 428/2024/PGE-SEDUC (0050449168).
Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, c/c 46 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Mensagem de Projeto de Lei

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Ao cumprimentá-los, encaminho o Projeto de Lei supracitado, que "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, REF. 2º TERMO ADITIVO AO CV 428.2024/PGE-SEDUC E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"., para análise e posterior votação em plenário.

O Recurso no valor de R$ 27.977,50 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), é proveniente de saldo de recurso referente ao TERMO DO CONVÊNIO Nº 428/2024/PGE-SEDUC, celebrado entre Governo do Estado/através do Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e o Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Escola Fundamental Fernando Sabino no Distrito de Flor da Serra em Alto Alegre dos Parecis – RO, no valor global do repasse de *R$ 236.015,77 (duzentos e trinta e seis mil, quinze reais e sessenta e sete centavos), sendo:* repasse do Governo do Estado: R$ 224.214,97 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e quatorze reais e noventa e sete centavos) e de contrapartida do município: R$ 11.800,80 (onze mil, oitocentos reais e oitenta centavos), CONTA VINCULADA DO CONTRATO: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 15.646-9 - AQ EQ ESC F S PREFEITURA/ BB, com repasse realizado em 2024, com saldo de superávit financeiro apurado em 31/12/2024 de R$ 242.669,94 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), passando em RESTOS A PAGAR no valor de R$ 221.230,00 (duzentos e vinte e um mil e duzentos e trinta reais), sendo o objeto executado em 2025, com saldo no valor de R$ 21.439,94 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) de saldo do superávit financeiro apurado em 31/12/2024, cujo saldo foi solicitado à AMPLIAÇÃO DE META conforme PLANO DE TRABALHO (0062681528), e para complementação, foi solicitado a utilização do valor de R$ 6.357,56 (seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), por excesso de arrecadação de rendimentos de aplicação financeira do exercício de 2025, perfazendo o montante de R$ 27.977,50 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi autorizado através do 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N. 428/2024/PGE-SEDUC (0050449168).

Diante do exposto, se faz necessário inserir no orçamento vigente, para dar continuidade aos procedimentos cabíveis para a execução do objeto da ampliação de meta autorizada. Segue cópia em anexo da documentação referente ao repasse para análise do Poder Legislativo.

Portanto, contamos com a colaboração desta Colenda Casa de Lei para a apreciação, e aprovação do presente projeto em regime de URGÊNCIA, de acordo com o Artigo 042 da Lei Orgânica.

Ao ensejo renovo votos de estima e considerações.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor.
Valmiro Gomes da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Alto Alegre dos Parecis/RO

Ao Exmo. Senhor
Valmiro Gomes da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO.
NESTE.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Ordinária nº. 2.332/2025

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei Ordinária que "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, REF. 2º TERMO ADITIVO AO CV 428.2024/PGE-SEDUC E DA OUTRAS PROVIDENCIAS", matéria orçamentária, para apreciação, análise e votação dos Nobres Edis desta Egrégia Casa de Leis, com a urgência que o caso requer.

Diante do exposto, informo que o projeto em epigrafe trata-se de saldo de repasse financeiro no valor *de* R$ 27.977,50 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), *referente ao* TERMO DE CONVÊNIO N. 428/2024/PGE-SEDUC, visando a execução da AMPLIAÇÃO DE METAS conforme PLANO DE TRABALHO (0062681528), e *autorizada* através do 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N. 428/2024/PGE-SEDUC (0050449168), sendo utilizado o recurso no valor de R$ 21.439,94 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) de saldo do superávit financeiro apurado em 31/12/2024, e para complementação o recurso no valor de R$ 6.357,56 (seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), por excesso de arrecadação de rendimentos de aplicação financeira do exercício de 2025, com recurso disponível na CONTA VINCULADA: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 14451-7/Banco do Brasil, visando a execução do objeto pactuado de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Atenciosamente,

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:71190C7D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025 – SEMAGRI

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 006/2025 – SEMAGRI
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 071/2025

A **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO**, por meio da **Comissão de Chamamento Público**, nomeada pela **Portaria nº 124/2024**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do **Chamamento Público nº 006/2025**, da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, com o objetivo de **selecionar Associação**

sem fins lucrativos para celebração de **Acordo de Cooperação** com o Município de Alto Paraíso/RO.
A parceria visa ao fornecimento, por parte da Prefeitura, dos equipamentos recebidos por meio do **Termo de Doação nº 200/2024/PGE-EMATER**, sendo:
02 (dois) Secadores Estáticos de Café – Estufa Metálica Fixa de 1.800 litros – Marca Budny.
A seleção será regida pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
O prazo para manifestação de interesse e entrega da documentação/proposta será:
De 11/09/2025, a partir das 09h00, até 14/10/2025, às 09h00 (horário local).
O **Edital e seus anexos** estarão disponíveis no **Portal da Transparência** do Município, no site:
www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas **de segunda a sexta-feira**, das **07h30 às 13h30**, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na **Rua Marechal Rondon, nº 3031 – Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO**, ou pelo telefone **(69) 3534-2981**.
Alto Paraíso/RO, 08 de setembro de 2025.

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Chamamento Público

Publicado por:
Thiago Santos de Souza
Código Identificador:2A4A972A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025 – SEMAGRI

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 007/2025 – SEMAGRI
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 083/2025

A **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO**, por meio da **Comissão de Chamamento Público**, nomeada pela **Portaria nº 124/2024**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do **Chamamento Público nº 007/2025**, da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, com o objetivo de **selecionar Associação sem fins lucrativos** para celebração de **Acordo de Cooperação** com o Município de Alto Paraíso/RO.
A parceria visa ao fornecimento, por parte da Prefeitura, dos equipamentos recebidos por meio do **Termo de Doação nº 200/2024/PGE-EMATER**, sendo:
02 (duas) TRANSPLANTADEIRA DE MUDAS DE CAFÉ - BUDNY - TC 1 LINHA.
A seleção será regida pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
O prazo para manifestação de interesse e entrega da documentação/proposta será: **até dia 15/10/2025 às 09h00 (horário local).**
O **Edital e seus anexos** estarão disponíveis no **Portal da Transparência** do Município, no site:
www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas **de segunda a sexta-feira**, das **07h30 às 13h30**, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na **Rua Marechal Rondon, nº 3031 – Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO**, ou pelo telefone **(69) 3534-2981**.
Alto Paraíso/RO, 09 de setembro de 2025.

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Chamamento Público

Publicado por:
Thiago Santos de Souza
Código Identificador:79C1BC16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2025 – SEMAGRI

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 008/2025 – SEMAGRI
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 141/2025

A **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO**, por meio da **Comissão de Chamamento Público**, nomeada pela **Portaria nº 124/2024**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do **Chamamento Público nº 008/2025**, da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, com o objetivo de **selecionar Associação sem fins lucrativos** para celebração de **Acordo de Cooperação** com o Município de Alto Paraíso/RO.
A parceria visa ao fornecimento, por parte da Prefeitura, do equipamento recebido por meio do **CNV/222/SEAGRI/PGE/2023**, sendo:
01 (uma) TRANSPLANTADEIRA TC MONODRIVE BUDNY 2 LINHAS).
A seleção será regida pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
O prazo para manifestação de interesse e entrega da documentação/proposta será: **até dia 16/10/2025 às 09h00 (horário local).**
O **Edital e seus anexos** estarão disponíveis no **Portal da Transparência** do Município, no site:
www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas **de segunda a sexta-feira**, das **07h30 às 13h30**, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na **Rua Marechal Rondon, nº 3031 – Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO**, ou pelo telefone **(69) 3534-2981**.
Alto Paraíso/RO, 09 de setembro de 2025.

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Chamamento Público

Publicado por:
Thiago Santos de Souza
Código Identificador:8161D7C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATO Nº 040/PMAP/2025

CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RONDÔNIA.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO**, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, 3031 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.025/0001-42, nesta cidade de Alto Paraíso/RO, neste ato representado pelo Sr. **João Pavan**, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 4.***.749-* SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º ***.567.***- 68, com a interveniência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, o Sr. **Michel Loeblein Engel**, inscrito no CPF: 997.***.292-**;

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE CUJUBIM-RECICLA CUJUBIM, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 50.049.794/0001-56, estabelecida na cidade de Cujubim, Estado de Rondônia, na Rua Papagaio, nº 2806, Bairro Setor 05, CEP 76.864-000, neste ato representada por sua representante legal, Sra. **Marinete Miranda Teixeira**, brasileira, casada, catadora, nascida em 17/01/1976, portadora da Cédula de Identidade – RG n. ***879, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob n. ***794.512-**, doravante denominada de CREDENCIADA.

Resolvem celebrar o presente instrumento, motivado através do Processo Administrativo 1- 258/SEMA/2025, e será regido pela Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e legislações correlatas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO** DE COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RONDÔNIA, para atender as
necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O termo de referência;
A proposta da contratada;
Anexos do edital de licitação.

1.3 Fica este contrato vinculado ao **Processo Administrativo nº 1-258/2025**.

- CLÁUSULA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 92, III)

2.1. Aplicam-se no presente contrato, todas as legislações pertinentes para o seu fiel cumprimento, em especial a Lei nº 14.133/2021.

- CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO (ART. 92, IV)

3.1. O serviço prestado deverá ser entregue em conformidade com o que consta no Termo de Referência e no Edital de Licitação.
- CLÁUSULA QUARTA - PREÇO (ART. 92, V)

4.1. O valor global anual do presente contrato é de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais)

- CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (ART. 92, V, VI)

Pela natureza da contratação, a SEMA de Alto Paraíso efetuará o primeiro repasse em até o 5º dia útil após o recebimento da nota fiscal dos serviços, devidamente atestadas pela Administração, e assim, sucessivamente, a cada 30 (trinta) dias, e somente após apresentação dos relatórios das atividades realizadas.

Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados de forma precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados.

À Contratante, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da prestação de serviço, objeto desta licitação, estes não estiverem de acordo o Termo de Referência, Proposta da empresa e Contrato.

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.
O pagamento não será efetuado se:
Houver o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o que ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;
Enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida;
Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;
A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, serão os mesmos devolvidos a contratada/credenciada para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA.

A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA/CREDENCIADA.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

A CONTRATADA/ CREDENCIADA deverá apresentar o recolhimento de todos os impostos de competência do Município, inclusive o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, a ser recolhido na fonte pagadora, por se tratar de recurso municipal, quando o CONTRATANTE for o ente público.

– CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (ART. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.
– CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (ART. 92, VII)
Prazo de vigência do contrato:
A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da publicação deste contrato.

Prorrogação (Art. 111):
O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for entregue no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA CREDENCIADA, previstas neste instrumento.

– CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

8.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Contratante, na seguinte programação:

Unidade Orçamentária - 02.10.01 – SEMA Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0001
Elemento despesa: 3.3.50.41.00
Ficha: 294

– CLÁUSULA NONA – GARANTIAS (ART. 92, XII, XIII)

Garantia da entrega:
Não haverá exigência de garantia contratual para a prestação do serviço.

– CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

A Contratante se obriga a: (ART. 92, X, XI, XIV)
Garantir o cumprimento de todas as cláusulas do futuro contrato para o bom desempenho do serviço descrito no objeto;
Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;
Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA/ CREDENCIADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
Efetuar o pagamento a contratada, mediante depósito bancário até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente a apresentação da nota fiscal que será devidamente certificada pelo setor responsável pela fiscalização do fornecimento;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar a CONTRATADA/CREDENCIADA, por escrito, quando da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ele sejam as mais adequadas;
Aplicar a CONTRATADA/ CREDENCIADA as sanções previstas na lei e neste contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos fornecimentos objeto do contrato;
Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA/ CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA/ CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
A Contratada/ CREDENCIADA se obriga a: (ART. 92, XIV, XVI, XVII)
Realizar no município de Alto Paraíso, o trabalho de coleta de resíduos sólidos recicláveis, primando pelo bom desempenho das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade nas atividades;
Observar e cumprir no decorrer das ações e serviços, as normas vigentes de segurança no trabalho;
Responsabilizar-se plenamente pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, concernentes aos recursos humanos empregados na execução do objeto que possam vir ser resultantes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais.
Responder por todos os ônus tributários ou, bem como, por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
Realizar a coleta dos resíduos nos locais, dias e horários definidos pela SEMA;
Coletar, triar, processar (prensagem e enfardamento) e dar destinação ambientalmente e legalmente adequada aos materiais e produtos recolhidos;
Manter os integrantes de sua equipe de trabalho uniformizados e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apropriados para as tarefas a serem desenvolvidas, em especial os seguintes: luvas de proteção, botinas de segurança e máscara de proteção;
Elaborar relatório sobre a coleta, discriminando os materiais, quantidades, valor unitário de venda de cada material e valor recebido pela venda, bem como o rateio realizado;
Após a coleta, manter o local de acondicionamento dos resíduos limpo e organizado;
Enviar mensalmente relação de nome e CPF dos associados/cooperados ativos;
Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do imóvel e dos equipamentos cedidos, garantindo pequenas manutenções nos imóveis da associação, que possibilitam a continuidade das operações da atividade de separação de recicláveis;
Efetuar em dia o pagamento das despesas fixas da associação, como: água, luz, aluguel (se houver), pois estas são despesas que diretamente podem afetar a realização das atividades de coleta e separação de resíduos recicláveis;
Promover dentro do âmbito da associação, ações de contingência para garantir o perfeito funcionamento das máquinas e equipamentos para manter a coleta de recicláveis, garantindo a reserva para futuras despesas;
Não permitir a participação de terceiros não associados ou não cooperados na consecução do objeto, ainda que a título gratuito ou mediante relação empregatícia;
Não permitir o trabalho de crianças e adolescentes menores de 18 anos na coleta de recicláveis;
Repassar o cronograma de trabalho semanalmente à secretaria para ampla divulgação, sendo que, quaisquer alterações não serão aceitas sem aviso prévio de no mínimo 10 (dez) dias.
A coleta de resíduos deverá ser realizada na sede do município no mínimo 03 (três) vezes na semana e nas vilas 01 (uma) vez a cada 15 (quinze) dias. **Devendo ser realizada a coleta total, de forma obrigatória**. Em caso de necessidade onde esse quantitativo não esteja suprindo a demanda, deverá ser aumentado quantitativo de vezes de coleta.
A credenciada deverá ser participativa nos trabalhos de educação ambiental realizados pela Secretaria;
Atender prontamente as solicitações do contratante acerca dos serviços contratados e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;
Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei;
Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 92, incido XVI, da Lei nº 14.133/21;
Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do presente, para adoção das medidas cabíveis;
Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, decorrentes de modificações quantitativos ou projetos ou especificações, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/21 e alterações;
z) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/21;
10.2.3 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único, do art. 116).

XI. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização será realizada pela Secretaria de Meio - SEMA, a qual será de extremo rigor e controle em relação ao uso de EPIs por parte dos associados/cooperados, aos prazos para entrega dos relatórios, prestação de contas e, particularmente na execução dos serviços que representam a contrapartida.
A Contratada/Credenciada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à sede da fiscalização do Contratante, em horário por esta estabelecido, a fim de participar de reuniões que visem a melhoria contínua das atividades.
A fiscalização do Contratante terá poderes para:
Recusar qualquer trabalho que tenha resultados diferentes dos padrões exigidos em edital e seus anexos;
Suspender os repasses de recursos sempre que sejam detectadas irregularidades por parte da Contratada.
A fiscalização e acompanhamento da execução do presente se dará por meio de funcionário que será especialmente designado para a finalidade.

– CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E MULTAS (ART. 92, IV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA/CREDENCIADA que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

As sanções de que trata o item 12.1 desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:
Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/21);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave Art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticas as condutas descritas nas alíneas f, g, h, i, j, do subitem 12.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/21);
Multa.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (Art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/21).

Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/21).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei nº 14.133/21).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA/CREDENCIADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/21).

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, § 1, da Lei nº 14.133/21):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

São as seguintes as penalidades aplicáveis de multas pecuniárias, assim distribuídas:
Multa pecuniária no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do mês, por infração:
Pela não permissão de acesso ao pessoal de fiscalização da contratante;
Pela área para recepção dos resíduos não possuir infraestrutura viária que permita o correto transporte dos recicláveis;
Pela falta de manutenção dos equipamentos e das condições necessárias à operacionalização das atividades;
Pela falta de realização de logística adequada na disposição dos resíduos sólidos recicláveis coletados;
Por não atender ao pedido do Contratante em repassar informações periódicas mensais das quantidades;
Por deixar de demonstrar e comprovar a aplicação e os resultados dos recursos financeiros envolvidos;
Pela falta de aplicação do capital envolvido para custeio e investimentos devidamente autorizados pelo Poder Público;
Pela falta de execução gestão administração e operacional para o trabalho de equipe e dos catadores organizados em sistema de cooperativa/associação de trabalhadores;
Pela falta de comparecimento da credenciada, sempre que solicitada, à sede de fiscalização da contratante.

Multa pecuniária no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor da fatura do mês, por infração:
Pela não promoção de capacitação dos associados/cooperados quanto à gestão dos resíduos sólidos;
Pela não comprovação da distribuição dos recursos oriundos da triagem e comercialização dos resíduos recicláveis;
Pelo desrespeito ao meio ambiente, bem como, pela falta de prevenção e erradicação de práticas danosas, e pela falta de proibição quanto à prática do fumo em área interna e externa destinada à associação/cooperativa.
Por não realizar as manutenções prediais necessárias da associação/cooperativa locada via município;
Por ceder o contrato, no todo ou em parte à pessoa física ou jurídica, ou executar subcontratação total dos serviços objeto do contrato.

Multa pecuniária no valor correspondente a 4% (quatro por cento) do valor da fatura do mês, por infração:
Por ser negar a coletar os resíduos recicláveis nos dias definidos;
Por deixar de comunicar com mínimo de 24 (vinte e quatro) de antecedência o contratante, o impedimento de realizar coleta em dia definido, os resíduos sólidos recicláveis no município, não eximindo a penalidade constante do presente item, a não ser devidamente justificada e aceita pelo contratante;
Pelos cooperados/associados não utilizarem os equipamento de proteção individual EPIs durante as atividades;
Pela falta de fornecimento de uniforme, EPIs e demais materiais necessários ao serviço dos associados/cooperados;
Por não aplicar devidamente os recursos recebidos que serão destinados ao custeio de despesas com energia elétrica, materiais de limpeza/higiene, e demais necessidades para operacionalização da unidade de triagem;
Por descumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais, inclusive do pagamento na época devida, de eventuais tributos incidentes sobre o presente instrumento;
Por não assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades referentes às obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias, bem como as que dizem respeito às normas de segurança do trabalho em relação a seus funcionários e terceiro por si contratados;
Pela denúncia dos usuários por irregularidade na prestação dos serviços ou no faturamento devidamente comprovado pelo Contratante;
Pela não apresentação de todas as certidões negativas quando da solicitação do repasse de recursos;
Por não respeitar o calendário de funcionamento;
Pela Credenciada não fiscalizar se as pessoas que estão desenvolvendo atividades no barracão destinado à associação/cooperativa são realmente associados/cooperados, bem como permitir a contratação de pessoas não associadas/cooperadas para a triagem dos resíduos como sublocação de serviços;
Pela falta de apresentação de todos os documentos necessários para funcionamento associação/cooperativa e/ou não vigentes.

Multa de Mora pelo atraso injustificado na prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, no valor correspondente a 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da contratação, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido esse prazo, o empenho poderá ser cancelado ou o contrato rescindido, sem prejuízo das demais sanções previstas.

– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O fornecimento do serviço, objeto do presente contrato, se dará em conformidade com as especificações do termo de referência.

– CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

A CONTRATADA/CREDENCIADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

– CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)
O contrato se extingue quando cumprida as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA/CREDENCIADA:

Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico/financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

– CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.
– CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO (ART. 94)

17.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 8º,§ 2º, da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 7º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

– CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO (ART. 92, § 1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes- RO, para dirimir os eventuais litígios ou dúvidas que porventura possa surgir referente ao presente contrato, caso as mesmas não sejam resolvidas de comum acordo, salvo se na fluência deste, a sede do Município de Alto Paraíso/RO seja classificada em nível de Comarca, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem certos e contratados, assinam o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas cientes e capazes, que também o assinam.

Alto Paraíso – RO, 08 de setembro de 2025.

Prefeito Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MICHEL LOEBLEIN ENGEL
Secretário Municipal de Mei

(Assinado Eletronicamente)
JOÃO PAVANO
Ambiente – SEMA

(Assinado Eletronicamente)
Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Reciclaveis de Cujubim- Recicla Cujubim –CNPJ Nº 50.049.794/0001-56
Empresa Contratada/Credenciada
MARINETE MIRANDA TEIXEIRA
Representante Legal

TESTEMUNHA (s):

Publicado por:
Natan Marques da Silva Cunha
Código Identificador:C24D1D12

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA N° 084 DE 15 JANEIRO DE 2024.

PORTARIA N° 084 DE 15 JANEIRO DE 2024.

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO II"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **JAIR BORGES FERREIRA DE ALMEIDA** inscrito no CPF/MF sob o número 667.771.602-30, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO II.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:63A42B72

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA N° 100 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA N° 100 DE 15 de JANEIRO DE 2024

"NOMEAR CHEFE DE DIVISÃO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;
E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **WESLEY COSTA TEIXEIRA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.712.632-03, para exercer o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE SANITÁRIO, ANIMAL E VEGETAL.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros 15 DE JANEIRO DE 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:4FA63995

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 075 DE 12 JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 075 DE 12 JANEIRO DE 2024

"NOMEAR COORDENADOR DE ESPORTE"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **CARLOS EDUARDO DALPIAZ,** inscrito no CPF/MF sob o nº. 048.090.272-01, para o cargo de COORDENADOR DE ESPORTE.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 12 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:B044E563

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 076 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 076 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO II"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **ADÃO XAVIER TEIXEIRA**, inscrito no CPF sob o nº. 603.655.959-34, para o cargo de **ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO II**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 12 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:34B92630

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 077 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 077 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DIRETOR TÉCNICO DE COORDENAÇÃO E PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **DHIONES DOS SANTOS SILVA**, inscrito no CPF sob o nº. 960.942.062-15, para o cargo de **DIRETOR TÉCNICO DE COORDENAÇÃO E PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 12 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:440E1C02

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 078 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 078 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR GERENTE DE ENFERMAGEM"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear a Sra. **FABIANA VIERA LOPES**, inscrita no CPF/MF sob o nº. 021.313.682-16, para exercer o cargo de GERENTE DE ENFERMAGEM.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 12 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:F24B5557

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 079 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 079 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **DIONE BRONSTRUP MARCIANO**, inscrito no CPF sob o nº. 011.776.762-06, para o cargo de **ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO III**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 12 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:C7706E0E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 080 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 080 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **GERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA** inscrito no CPF/MF sob o nº. 676.929.073-15, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01/01/2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:88D471A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 082 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 082 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR SECRETÁRIO ADJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear o Sr. **FERNANDO BARROS DO NASCIMENTO** inscrito no CPF/MF sob o número 103.922.892-53, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de JANEIRO de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:6BD00E3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 083 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 083 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR DE PROJETOS"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **FRANCISCO VANDERLEI DOS SANTOS** inscrito no CPF/MF sob o número 654.709.072-87, para o cargo de **ASSESSOR DE PROJETOS.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:131221DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 086 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 086 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III**"**

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **JOAREZ DALPRÁ** inscrito no CPF/MF sob o número 006.938.432-09 para o cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:75CE93B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 087 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 087 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DIRETOR TÉCNICO DE COORDENAÇÃO, PROMOÇÃO DO ECOTURISMO E CULTURA"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **LEANDRO DOMINGOS VIEIRA**, inscrito no CPF sob o nº. 005.234.252-28, para o Cargo de Diretor Técnico de coordenação, promoção do ecoturismo e cultura.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:57B8FB14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 088 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 088 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DIRETORA DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Sra. **VIRGINIA FRANCISCA DEGANUTTI CASARIN**, inscrita no CPF sob o nº**.**787.536.782-49/MF, para exercer o Cargo de Diretora do Departamento de Contabilidade.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 16/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de 242/2023.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:F113E109

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 089 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 089 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DIRETORA DE DEP. DE CONTROLE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESPONDENDO INTERINAMENTE

PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS”

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **ELIANI ZOMERFELD VERÃO**, inscrita no CPF/MF sob o nº. 620.904.372-00, para exercer o cargo de **DIRETORA DE DEP. DE CONTROLE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESPONDENDO INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 16/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 241/2023.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:71D17661

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 090 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 090 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

“NOMEAR CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO RURAL”.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **JOSÉ CARVALHO DA COSTA** inscrito no CPF/MF sob o número 326.191.112-34, para o cargo de Chefe de Divisão de Cadastro Rural.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:C1B52244

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 091 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 091 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

“NOMEIA COMISSÃO PARA CONFERÊNCIA E RECEBIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS PERMANENTES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO”.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA CONFERÊNCIA E RECEBIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS PERMANENTES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMTUR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

LEANDRO DOMINGOS VIEIRA
Presidente

CARLOS EDUARDO DALPIAZ
Membro

ALUÍSIO CUNHA RAMOS
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial portaria nº 334 /2023.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:8D34061A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 092 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 092 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

“NOMEAR ASSESSOR TÉCNICO AGROPECUÁRIO”

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **LEANDRO ROQUE**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 010.765.322-25, do cargo de Assessor Técnico Agropecuário.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos do dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:C5FEED2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 093 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 093 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR COORDENADOR GERAL DE MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **PAULO DOS SANTOS PASSOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 032.579.999-76 para exercer o cargo de Coordenador Geral de manutenção de programas.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:E9E826DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 094 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 094 DE 15 de JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE CERIMONIAL E EVENTOS"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Srª. **LUANA DOS REIS GUNDIM**, inscrita no CPF/MF sob o nº. 786.204.492-49, para exercer o cargo de **ASSISTENTE DE CERIMONIAL E EVENTOS.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:7DA637A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 095 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 095 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR DE APOIO ADMINSITRATIVO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **ROSILEIDE DANTAS SANTOS** inscrita no CPF/MF sob o nº. 636.935.854-15, para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO III.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:855108F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 096 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 096 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DIRETORA GERAL DA ATENÇÃO BÁSICA"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **JOZEANE SCHIMILOSKI DALPRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº. 017.552.152-23, para o cargo de Diretora Geral da Atenção Básica.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:DBDDDAB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 097 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 097 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Sr. **RODRIGO FERREIRA MARTINS** inscrito no CPF/MF sob o número 035.724.182-75, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia de 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:78FD6F82

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 098 DE 15 DE JANEIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 098 DE 15 DE JANEIRO DE 2024.

" NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE AQUISIÇÕES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMTUR"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º. Fica nomeada comissão responsável pela elaboração de estudos técnicos preliminares de processos administrativos de aquisições e prestações de serviços da SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMTUR, sendo composta pelos seguintes membros:

LEANDRO DOMINGOS VIEIRA
Presidente matrícula 3949
CARLOS EDUARDO DALPIAZ
Membro matrícula 3926

WEVERSON RODRIGUES DO PRADO
Membro matrícula 14630

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros 23 de JANEIRO de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:1B11532D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 099 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 099 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **ROBSON DE SOUZA MENEGUELLI** inscrito no CPF/MF sob o número 013.936.602-40 para o cargo de **ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO III.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:06AF7A53

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 101 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 101 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **RAFAEL SILVA LIMA** inscrito no CPF/MF sob o nº. 839.659.982-34, para o cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:1FEB428D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 102 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 102 DE 15 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR LEGISLATIVO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Sr. **VALTER MOREIRA MENDES** inscrito no CPF/MF sob o número 680.872.412-15, para o cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:1F8B5BEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 103 DE 15 DE JANEIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 103 DE 15 DE JANEIRO DE 2024.

"NOMEAR CHEFE DE DIVISÃO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **ABNER MIZAEL DA SILVA AGUIAR**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 009.498.932-00, para o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE MÚSICA E CANTO.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 DE JANEIRO DE 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 DE JANEIRO DE 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:7EA220F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 104 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 104 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO II"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **WILLIAM RAMOS DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.902.264-89, para exercer o cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO II.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 16 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:8C425602

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 105 DE 16 JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 105 DE 16 JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **MIKAELY RIBAS DA COSTA** inscrita no CPF/MF sob o nº. 051.482.032-26, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 16 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:E5479CD2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 106 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 106 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO II"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Sr. **MATEUS RENAN SANGALLI GOMES** inscrito no CPF/MF sob o número 036.090.672-92, para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO II.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 16 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:86151CD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 107 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 107 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO I"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **SIDINEI DE SOUZA NUNES** inscrito no CPF/MF sob o número 816.709.902-49, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO I.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 16 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:DB5718D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 108 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 108 DE 16 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **ANDERSON JUNIOR ALVES OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº. 688.016.962-72, para o Cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos ao dia 12/01/2024.

Palácio dos Pioneiros, 16 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:E6DED964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 109 DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 109 DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

" NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE AQUISIÇÕES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º. Fica nomeada comissão responsável pela elaboração de estudos técnicos preliminares de processos administrativos de aquisições e prestações de serviços da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sendo composta pelos seguintes membros:

VILMA CORREA DE OLIVEIRA
Presidente – Matrícula nº1129

NATAN MARQUES DA SILVA CUNHA
Membro - Matrícula nº 3970

ROSINEIA DOS SANTOS CAMARGO
Membro - Matrícula nº 3874

JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA
Membro - Matrícula nº 14.998

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 178/2023.

Palácio dos Pioneiros 17 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:F1494195

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 110 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 110 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:
Art. 1º- FICA NOMEADA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, SENDO COMPOSTA PELOS SEGUINTES MEMBROS:

JEAN DE PAULA BATISTA
PRESIDENTE - Matrícula nº 3920

VITÓRIA BRUSTOLON MARIANO
MEMBRO MATRICULA N° 3914

MONICA APARECIDA OLIVEIRA COSTA
Membro - Matricula nº 3902

JOÃO PAULO DA SILVA OLIVEIRA
Membro - Matrícula nº 15254

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial Portaria nº 245/2023.

Palácio dos Pioneiros, 17 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:F893D907

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 111 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 111 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DO SETOR DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear, a Sra. **VITÓRIA MARIANA DE OLIVEIRA CARDOSO,** inscrita no CPF/MF sob o número 987.283.422-91, para o cargo de Assistente do Setor de Arrecadação.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 17 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:572DE5AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 112 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 112 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DE CHEFE DE DIVISÃO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Sra. **SABRINA ZOMERFELD ALQUIERI,** inscrita no CPF/MF sob o número 053.845.762-78, para o cargo de CHEFE DE DIVISÃO De Atividades esportivas de adulto.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 17 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:FA0F305F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 113 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 113 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR COORDENADORA DE CONTROLE DE COMBUSTÍVEL"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear o Sr. **THALITA VENTURA SOBRINHO** inscrito no CPF/MF sob o número 036.006.302-02, para exercer o cargo de Coordenadora de Controle De Combustível

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:3CC3163F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 114 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 114 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR COORDENADOR DE PLANEJAMENTO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **ELSON ENEAS CAVALCANTE BEZERRA**, inscrito no CPF sob o nº. 000.272.902-47, para o cargo de **COORDENADOR DE PLANEJAMENTO**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:7D25BF8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 115 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 115 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR A SRA. LEONTINA PUCCI PATRIARCHA RESPONDENDO PELA COORDENAÇÃO DO CRAS "

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **LEONTINA PUCCI PATRIARCHA** inscrita no CPF/MF sob o número 419.890.072-87, para exercer o cargo de **ASSESSOR APOIO ADMINISTRATIVO II,** respondendo pela Coordenação do CRAS.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:E064484D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 116 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 116 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR SECRETÁRIA"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **SINDINALVA PEREIRA ROCHA** inscrita no CPF/MF sob o nº. 391.459.055-68, para o cargo de Secretária.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:B890EE76

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 117 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 117 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR MOTORISTA DO GABINETE"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **ANTONIO ROBERTO GOMES** inscrito no CPF/MF sob o número 623.600.862-00 para o cargo de **MOTORISTA DO GABINETE.**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:26D80548

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 118 DE 18 DE JANEIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 118 DE 18 DE JANEIRO DE 2024.

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear Sr. **HENRIQUE ALVES DE CARVALHO,** inscrito no CPF/MF sob o nº. 700.973.912-98, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 DE JANEIRO DE 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:DC0CBA11

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 119 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 119 DE 18 DE JANEIRO DE 2024.

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇAO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **ADALBERTO BERNARDES DA SILVA** inscrito no CPF/MF sob o nº. 984.326.802-49, para exercer o cargo DE ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 DE JANEIRO DE 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 DE JANEIRO DE 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:5FBB0912

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 120 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 120 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Srª. **LILIANE ALVES FERREIRA**, inscrita no CPF/MF sob o nº. 703.750.812-83, para exercer o cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/01/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 18 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:C2E5C045

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 121 DE 19 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 121 DE 19 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEAR DIRETOR DE DEPARTAMENTO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1.999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **BRUNO ANTUNES SOARES**, inscrito no CPF sob o nº. 032.885.042-00, do Cargo de Diretor de Dep. de proteção, recuperação e controle do meio ambiente.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos ao dia 17 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 19 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:FFC8BEC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 122 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 122 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA CONFERÊNCIA E RECEBIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES ADQUIRIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMAGRI DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA CONFERÊNCIA E RECEBIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES ADQUIRIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMAGRI DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

JHONATAN DOS SANTOS B. DA SILVA
Presidente

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
Membro

JOSÉ CARVALHO DA COSTA
Membro

VALTER MOREIRA MENDES
Membro

WESLEY COSTA TEIXEIRA
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 103/2022.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:075EEA4B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 123 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 123 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMAGRI DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO **GERENCIAMENTO DE FROTAS** DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - **SEMAGRI** DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente - Matrícula nº 1016
JHONATAN DOS SANTOS B. DA SILVA
Membro

JOSÉ CARVALHO DA COSTA
Membro
LEANDRO ROQUE
Membro

JOAREZ DALPRÁ
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial portaria nº 125/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de JANEIRO de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:88B9111D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 123 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 123 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMAGRI DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO **GERENCIAMENTO DE FROTAS** DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - **SEMAGRI** DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente - Matrícula nº 1016

JHONATAN DOS SANTOS B. DA SILVA
Membro

JOSÉ CARVALHO DA COSTA
Membro

LEANDRO ROQUE
Membro

JOAREZ DALPRÁ
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial portaria nº 125/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de JANEIRO de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:259AE3BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 124 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 124 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CCP**"**

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada comissão de Chamamento Público – CCP, sendo composta pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE SELEÇÃO E CELEBRAÇÃO:

GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

THIAGO SANTOS DE SOUZA
MEMBRO

GISELE LOPES DE OLIVEIRA
MEMBRO

JHONATAN DOS SANTOS BARROS DA SILVA
MEMBRO

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

REGIANE BRITO VIEIRA
PRESIDENTE

VALDENOR BONNY DOS SANTOS
MEMBRO

APARECIDO SOARES
MEMBRO

Art.2º - A Comissão será auxiliada pelo Procurador Jurídico ou pela Assessora Jurídica, sob as normas da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atualizadas.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:75650D6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 125 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 125 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo que tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frotas por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, disponível em todo Estado de Rondônia, para atender a frota dos veículos pertencentes ao Gabinete da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – RO, sendo composta pelos seguintes membros:

DIONE BRONSTRUP MARCIANO
Membro

THAUANA DE LIMA GASPAR
Membro

RODRIGO FERREIRA MARTINS
Membro

RAFAEL SILVA LIMA
Membro

CLEYTON RODRIGUES DE SOUZA
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 331/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:36830DD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 126 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 126 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMTUR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

LEANDRO DOMINGOS VIEIRA

Presidente
CARLOS EDUARDO DALPIAZ
Membro

ALUÍSIO CUNHA RAMOS
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial portaria nº 332/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:463D570D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 127 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 127 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA, sendo composta pelos seguintes membros:

ODENIR FERREIRA LIMA
Presidente

FABIANO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Membro

EDINILSON SCHMITT
Membro

CARLOS ROBERTO PEREIRA
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 327/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:CA6B3125

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 128 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 128 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

MAURÍCIO MARCIANO
Presidente – Matrícula nº 14967

CLAUDIA FREIRE BOTELHO
Membro

YURI FARES SIQUEIRA
MEMBRO

ABNER SILVA DO NORTE
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 329/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:56C390E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 129 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 129 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE **COMBUSTÍVEL** E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

JUAREZ FERREIRA DOS SANTOS
Presidente - Matrícula nº 14955

WANDERLEI DE JESUS RAMOS
Membro – Matrícula nº 14.738
EDILSON FAUSTINO DE OLIVEIRA
Membro

EDSON LUIZ CERQUEIRA FILHO
Membro

WILLIAM RAMOS DE SOUZA
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria Nº 328/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:CE7C4FAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 130 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 130 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO **GERENCIAMENTO DE FROTAS** DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

JEFERSON LOPES DE OLIVEIRA
Presidente - Matrícula nº 14.645
HENRIQUE ALVES DE CARVALHO
Membro

WILLIAN FERNANDES DOMINGUES
Membro

VALDRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA
Membro

ADALBERTO BERNARDES DA SILVA
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial portaria nº 058/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:D2E3337B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 131 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 131 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF, sendo composta pelos seguintes membros:

HAYNARA PRICILLA GOMES SILVA
Presidente

THALITA VENTURA SOBRINHO
Membro

LUCIANO DA SILVA MARINHO
Membro

JULIANA CRISTINA CASARIN
Membro

CÉLIO RETROZ
Membro - Matrícula nº 1226

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 325/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:BA63D338

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 132 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA Nº 132 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO".

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica nomeada COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO GERENCIAMENTO DE FROTAS, COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, sendo composta pelos seguintes membros:

ELSON ENEAS CAVALCANTE BEZERRA
Presidente

ELISANGELA MARIA DA SILVA
Membro - Matrícula nº 15091

JOÃO FIGUEREDO DE LIMA
Membro

SAMUEL CONRADO DE OLIVEIRA
Membro

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria Nº 214/2023.

Palácio dos Pioneiros, 23 de janeiro de 2024.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:47F6E8F4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 614/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 22 DE JULHO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 614/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 22 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr.(a). EVANILDO LEME MAGDALENA**,** casado (a), portador (a) do RG nº 48***2/SSP/RO e do CPF: 739. ***.482-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Assessor Assistente**, vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:1BCAC1F4

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 629GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 28 DE JULHOO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 629GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 28 DE JULHOO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a). PATRICIA POLYCARPO GOUVEIA**,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) do RG nº 124***6/SESDEC/RO e do CPF: 009. ***.682-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Coordenadora de Controle Interno Patrimonial,** vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:DC58EF83

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 718/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 04 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 718/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 04 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). ADRIANA PRISCILLA MACCARI ADÃO, brasileiro(a), casado(a), portador (a) do RG nº 144***370*/SESDEC/RO e do CPF: 074. ***.849-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de Diretora de Gestão do Pacs/e ou PSF**,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde/SEMSAU/FMS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:FAF50597

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 725/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 07 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 725/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 07 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a) VALDIRENE DA SILVA GONZAGA RICARDO, brasileiro(a), divorciado(a), portador(a) do RG nº 128***91/SESDEC/RO e do CPF: 549. ***.742-**, domiciliado(a) neste município, no cargo de Diretora de Gestão do Pacs/e ou PSF**,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde/SEMSAU/FMS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:B3689EBA

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 728/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 08 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 728/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 08 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a) BRUNO FELIZ DE OLIVEIRA, brasileiro(a), casado(a), portador (a) do **RG nº 116***1/SSP/RO** e do **CPF: 013. ***.502-****, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Diretor Técnico Hospitalar,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde/SEMSAU/FMS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:C213C9C2

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 732/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 12 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 732/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 12 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o(a) Sr.(a), ADRIANA DE LURDES BERTÃO VIEIRA**,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) do RG nº 4**. **4/SSP/RO e do CPF: 390. ***.***-82, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Coordenadora de Estatística**, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:0D5C7FA9

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 733/GAB/2025 DE 12 DE AGOSTO DE 2025. "CONCEDER O VALOR DE R$ 180,00 (CENTO E OITENTA REAIS) A SER PAGO EM FORMA DE PECÚNIA PARA CUSTEAR DESPESAS DE PEQUENO VULTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇ

PORTARIA Nº. 733/GAB/2025 DE 12 DE AGOSTO DE 2025.

"CONCEDER O VALOR DE R$ 180,00 (CENTO E OITENTA REAIS) A SER PAGO EM FORMA DE PECÚNIA PARA CUSTEAR DESPESAS DE PEQUENO VULTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Alvorada do Oeste, JAIR LUIZ, no uso das atribuições legais, de acordo com que estabelece o Art. 74 e 75 da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E
Art. 1º - Fica concedido o valor de R$ **180,00** (cento e oitenta reais) em nome de Sra. **Jucelha da Graça**, Coordenadora de Receita, cadastrada no CPF sob n° 923.***.602-** residente e domiciliada neste município, para custear despesas de pequeno vulto, **Aquisição**

de Certificado Digital A3, pelo regime de adiantamento**,** em conformidade a Lei 451 de 14 de março de 2005 e conforme Processo n **º. 1010/2025**, devendo ser depositado na Conta Corrente nº 15.903-4 AG. Nº 2184-9 (Banco do Brasil).

Art. 2º - O suprimento está baseado no Inciso I, II e VII do art. 1,2,3,4 e 5º da Lei 451/05.
Art. 3º - A despesa ocorrerá por conta das funções programáticas informadas no memorando anexo ao processo da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º - A aplicação e a prestação de contas deverão obedecer ao Art. 11 e do 24, ao 30 da Lei 451/05.

Art. 5º - A contabilidade registrara o adiantamento conforme Art. 21 da Lei 451/2005.
Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:9E57B657

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 743/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI

PORTARIA Nº 743/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). GABRIEL FRANCELINO PEDRO**,** brasileiro(a), solteiro(a), portador (a) do RG nº 86***93/SESDEC/RO e do CPF: 012. ***.692-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Coordenador de Licitação e Compras**, vinculado ao Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:609D8CFB

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 744/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 744/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - Art. 1º - EXONERAR Sr.(a**) JÉSSICA MANHUARI LIMA,** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 26***40/SSP/PA e do CPF: 472. ***.702-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Assessora Assistente**, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor a partir da data de sua publicação, com todos seus efeitos retroagindo a data de 06/08/2025 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:3B12FEED

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 745/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 745/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.
R E S O L V E
Art. 1º - EXONERAR Sr.(a) IRENI BARBOSA SANTOS**,** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 11. ***23/SESDEC/RO e do CPF: 017. ***.052-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Visitadora do Programa Criança Feliz** (Programa Federal), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º - Essa portaria entra vigor a partir da data de sua publicação, com todos seus efeitos retroagindo a data de 12/08/2025 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:9DFBDDF5

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 745/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 745/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 15 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.
R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). MARIA EDUARDA MUNHAK DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 16***98/SESDC/RO e do CPF: 034. ***. -***, - 47 domiciliado (a) neste município, no cargo de **Assessora Assistente**, a partir de **31/08/2025** vinculado ao Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:B44D3FC2

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 748/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 19 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 748/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 19 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a). **VALDIRLÉIA BARBOSA DA SILVA,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) do RG nº 13***4096/SSP/PA e do CPF: 035. ***.022-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Assessora Assistente**, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:1E026873

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº.759/GAB/2025 DE 21 DE AGOSTO DE 2025 "CONCEDER O VALOR DE R$ 649,80 (SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS) A SER PAGO EM FORMA DE PECÚNIA PARA AQUISIÇÃO DE PLACA E MATERIAL DE CONSUMO." O

PORTARIA Nº.759/GAB/2025 DE 21 DE AGOSTO DE 2025

"CONCEDER O VALOR DE R$ 649,80 (SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS) A SER PAGO EM FORMA DE PECÚNIA PARA AQUISIÇÃO DE PLACA E MATERIAL DE CONSUMO."

O Prefeito Municipal de Alvorada do Oeste, JAIR LUIZ, no uso das atribuições legais, de acordo com que estabelece o Art. 74 e 75 da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E
Art. 1º - Fica concedido o valor de R$ 649,80 (SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS), em nome da Diretora Executiva de Promoção Social, Srª**GABRIELLY MARTINS DUTRA,**inscrita sob o CPF nº018. ***.642-**, residente e domiciliado neste município, para pagamento de aquisição para aquisição de placa e material de consumo, pelo regime de adiantamento, em conformidade a Lei 451 de 14 de março de 2005 e conforme Processo n º. 1269/2025, devendo ser depositado na Conta Corrente nº 88.776-5, Agência n°3271- SICOOB.
Art. 2º - O suprimento está baseado no Inciso I, II e VII do art. 1,2,3,4 e 5º da Lei 451/05.
Art. 3º - *A* despesa ocorrerá por conta das seguintes funções programáticas 08.2440007.2023 elementos de despesa 3.3.90.30.00, Fichas 377, prog. prot. social básica e 08.2440007.2012 elementos de despesa 3.3.90.39.00, fichas 285, manut. fundo social de assistência socia.

Art. 4º - A aplicação e a prestação de contas deverão obedecer ao Art. 11 e do 24, ao 30 da Lei 451/05.

Art. 5º - A contabilidade registrara o adiantamento conforme Art. 21 da Lei 451/2005.
Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:31708F1D

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 763/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 25 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 763/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 25 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a). BRUNA CAROLINA CARNEIRO**,** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 52. ***41/SSP/SP e do CPF: 019. ***.862-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Visitadora do Programa Criança Feliz** (Programa Federal), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:1E2783B3

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 764/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 25 DE AGOSTO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 764/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 25 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR Sr.(a) EVELLYN VITORIA CARVALHO SOUZA**,** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 1434932/SESDEC/RO e do CPF: 040.202.622-50 domiciliado (a) neste município, no cargo de **Diretora de Apoio ao Trabalhador**, a partir de 30/08/2025 vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:2073D02F

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 783/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 783/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR Sr.(a) BRENDA ARCIPRETE TAUFMANN, brasileiro(a), solteiro(a), portador (a) do RG nº 16***7/SESDEC/RO e do CPF: 053.***.362-***, domiciliado (a) neste município, no cargo de Visitador do Programa Criança Feliz, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e Adolescente, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º - Essa portaria entra vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:E4F6BAE2

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 785/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 785/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). EVERTON LEONI FARIAS FREIRE**,**brasileiro, solteiro(a), portadora do RG nº 18***26/SESDC/RO e do CPF:065. ***. ***-44,domiciliado neste município, na função de **Assessor Assistente**,vinculado à Secretaria Municipal de Educação -SEMED, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor na da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:8EDED56F

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 786/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 786/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, a Sr (a). GABRIELLY MARTINS DUTRA**,** brasileiro(a), solteiro(a), portador (a) do RG nº 130. ***6/SESDC/RO e do CPF: 018. ***.642-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de Gerente de Engenharia Ambiental (SEM ONUS), vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º - Essa portaria entra em vigor ne data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:D844E689

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 787/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 787/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.
R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). WATSON LOURO DE CARVALHO**,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) do RG nº 66***7/SSP/RO e do CPF: 724. ***.702-**, domiciliado (a) neste município, do cargo de **Coordenador de Esporte Escolar**, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor na da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:03089E1B

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 788/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 788/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). JOSIANE TORRES DA SILVA**,** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 12***30/SSP/RO e do CPF: 989. ***.502-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Diretora de Esporte e Lazer**, vinculado ao Gabinete do prefeito, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:A033F16F

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 789/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 789/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 02 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). WALTER ALVES PEREIRA**,** casado (a), portador (a) do RG nº 143***2/SESDEC/RO e do CPF: ***.158.***-72, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Diretor de Cultura**, vinculado ao Gabinete do prefeito, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:66B1608A

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 790/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 790/GAB/2025

ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a). BRENDA ARCIPRETE TAUFMANN, brasileiro(a), solteiro(a), portador (a) do RG nº 16***7/SESDEC/RO e do CPF: 053.***.362-***, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Assessora Assistente**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e Adolescente, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:26A44694

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 792/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 792/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr.(a). WALTER ALVES PEREIRA**,** casado (a), portador (a) do RG nº 143***2/SESDEC/RO e do CPF: ***.158.***-72, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Assessor Assistente**, vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:2A0828EA

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 795/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 795/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a). MARCILENE FRAGOSO DE OLIVEIRA**,** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) do RG nº 1 ***06/SESDEC/RO e do CPF: 003. ***.832-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de **Visitadora do Programa Criança Feliz** (Programa Federal), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção da Criança e do Adolescente e FMAS, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:B15C68BB

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 796/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 796/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 03 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). NEUTON SOARES FREIRE**,**brasileiro, casado(a), portadora do RG nº 349. ***.892**/SESDC/RO e do CPF:349. ***. ***-53,domiciliado neste município, na função de **Assessor Assistente**,vinculado à Secretaria Municipal de Educação -SEMED, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor na da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:B5F518AF

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 799/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 04 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 799/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 04 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Sr.(a). LUIZ RICARDO MATTOS**,**brasileiro, casado, portadora do RG nº 59***3/SESDEC/RO e do CPF:509. ***. 222-**,domiciliado neste município, no cargo **Interino (SEM ÔNUS) deSecretário Municipal**

de Educação,vinculado à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra vigor na da data de sua publicação, com todos os seus efeitos retroagindo à data de 01/09/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:31579C76

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 800/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 04 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

PORTARIA Nº 800/GAB/2025
ALVORADA DO OESTE-RO, 04 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, a Sr.º. GABRIEL FRANCELINO PEDRO**,** brasileiro(a), solteiro(a), portador (a) do RG nº 86***93/SESDEC/RO e do CPF: 012. ***.692-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de Coordenador de Licitação e Compras, vinculado ao Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor ne data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:DE4A5AEC

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 802/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 08 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

PORTARIA Nº 802/GAB/2025 ALVORADA DO OESTE-RO, 08 DE SETEMBRO DE 2025. O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PORTARIA n°45/2025 NOMEAÇÃO DA SENHORA ROSELIA NONATO DE SOUZA ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE PORTARIA N° 45/2025 Alvorada do Oeste/RO, 08 de setembro de 2025

O Prefeito do Município de Alvorada do Oeste-RO, Senhor JAIR LUIZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município. RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Senhora: ROSELIA NONATO DE SOUZA, Portadora do CPF 031.118.507-06, para exercer a função de Gerente Financeiro (SEM ONUS) do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Alvorada do Oeste-RO, deste Município.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:A050BC1A

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 803/GAB/2025 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025. "CONCEDER O VALOR DE R$ 1.400,00 (MIL E QUATROCENTOS REAIS) A SER PAGO EM FORMA DE PECÚNIA PARA CUSTEAR DESPESAS DE PEQUENO VULTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC

PORTARIA Nº. 803/GAB/2025 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.

"CONCEDER O VALOR DE R$ 1.400,00 (MIL E QUATROCENTOS REAIS) A SER PAGO EM FORMA DE PECÚNIA PARA CUSTEAR DESPESAS DE PEQUENO VULTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Alvorada do Oeste, JAIR LUIZ, no uso das atribuições legais, de acordo com que estabelece o Art. 74 e 75 da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E
Art. 1º - Fica concedido o valor de R$ **1.400,00** (mil e quatrocentos reais) em nome de Sr. **Gabriel Francelino Pedro**, Coordenador de Licitação e Compras, cadastrado no CPF sob n° 012.***.*** -58 residente e domiciliado neste município, para custear despesas de pequeno vulto, **conserto do bebedouro da Escola Municipal Humberto de Campos**, do distrito de Tancredópolis, pelo regime de adiantamento**,** em conformidade a Lei 451 de 14 de março de 2005 e conforme Processo n **º. 1394/2025**, devendo ser depositado na Conta Corrente nº 19.926-5 AG. Nº 2184-9 (Banco do Brasil).
Art. 2º - O suprimento está baseado no Inciso I, II e VII do art. 1,2,3,4 e 5º da Lei 451/05.
Art. 3º - *A* despesa ocorrerá por conta das funções programáticas informadas no memorando anexo ao processo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - A aplicação e a prestação de contas deverão obedecer ao Art. 11 e do 24, ao 30 da Lei 451/05.

Art. 5º - A contabilidade registrara o adiantamento conforme Art. 21 da Lei 451/2005.
Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Lucrecia Venancio Pereira
Código Identificador:EF7C471A

SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025/SUPEL/PMAO PROCESSO Nº 1307.02.08-2025/SEMOURB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALVORADA D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025/SUPEL/PMAO
PROCESSO Nº 1307.02.08-2025/SEMOURB
"MODO DE DISPUTA ABERTO"
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

A Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, designado pelo Decreto Municipal nº 11 datado de 24 de janeiro de 2024, através do Pregoeiro Oficial nomeado pela portaria nº 194/2024 (e ainda a designação do agente de contratação Art. 7º da Lei 14.133/21), torna público que realizará Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI**, fica estabelecido a preferência na contratação de empresas localizadas no município de **ALVORADA D'OESTE**, o procedimento obedecerá do tipo menor preço, e será julgado **pelo menor preço por ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto Federal nº 11.462/23, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 27, de 30 de abril de 2007, Lei Municipal nº 878/2017, Decreto Municipal nº 143/2024, Decreto Municipal nº 147/2024 e, subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, para atender a SEMOURB. **DO OBJETO: AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR LUMINÁRIAS DE LED NO BAIRRO CTG NO MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE-RO, conforme o Plano de Trabalho e recursos provenientes do Termo de Convênio nº 337/2024- PGE-SEOSP**, a fim de atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOURB, da Prefeitura municipal de Alvorada d'Oeste/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, valor estimado: **R$ 128.968,08** (cento e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e oito centavos), conforme especificações e condições complementares descritas nos Anexos deste Edital.
b**) Da sessão de abertura**:
Cadastramento de propostas até o dia: 22/09/2025 às 08:55 hs.
Abertura das propostas: 22/09/2025 às 09:00 hs.
Início do pregão: 22/09/2025 às 09:30 hs.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.
LOCAL: ***www.licitanet.com.br***
c**) Da Autorização:** Processo Administrativo Nº 1307.02.08-2025/SEMOURB.
d**) Da Fonte de Recursos:**

Programação	Categ. Econômica	F. de Recursos	Ficha
15.1220009.2188	3.9.90.30.00	Convênio nº 337/2024-PGE-SEOSP	554
		CONTRAPARTIDA	

Maiores Informações serão fornecidas de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 13h00min, na sala de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste, sito a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 4695 – Bairro: três poderes, através do telefone nº (0xx69) 3412-2647/98414-9839 ou pelo site www.alvoradadooeste.ro.gov.br Onde Poderá ser adquirido o Edital completo e seus anexos.

Alvorada d'Oeste – RO, 09 de setembro de 2025.

OLDIGLEI ODAIR VERONEZ
Pregoeiro

Publicado por:
Oldiglei Odair Veronez
Código Identificador:2FDC35ED

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 05/2025

O DIRETOR-PRESIDENTE da Agência Municipal de Regulação - AMR, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal n° 1.384/2013 e o Decreto 21.743/PMA/2024, convoca os membros da Diretoria Executiva, para realização da 5° Sessão Ordinária, a realizar-se no dia 18 de setembro de 2025, às 08:00 com os seguintes assuntos:

PAUTA:

1. Leitura e aprovação da Ata da Sessão anterior;

2. **Proc. 9-8690/2025**. Interessado: Águas de Ariquemes LTDA SPE. Assunto: Auto de Infração nº 01/AMR_DTO/2025 (ID 3107732). Má recomposição do pavimento no Setor 07 (BNH).

3. Outros assuntos propostos.

Ariquemes - RO, 09 de setembro de 2025

MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES
Diretor Presidente - AMR
Decreto 21.743/2024

Publicado por:
Marco Aurelio Soares Fernandes
Código Identificador:18065009

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.851, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZELITA GARPAR PEREIRA

DECRETO Nº 22.851,DE 5 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALZELITA GARPAR PEREIRA

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo1-13111/2025;

DECRETA:
Art. 1º Fica concedido Gozo de Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias, à servidora pública municipal ZELITA GARPAR PEREIRA, admitida em 22/3/2000, matrícula nº 31801, no cargo/função de Agente de Serviços Escolares N-III, Grupo-59, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.
Art. 2ºO gozo da referida Licença Prêmio será no período de 1º/10/2025 a 29/12/2025, referente ao período aquisitivo de 2020/2025, conforme ciência e parecer da Secretária Municipal da Pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 5 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 08/09/2025 às 11:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3446683**e o código verificador**F55446DB**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUANA DE SOUZA BISPO#	***.569.072-**	08/09/2025 12:32
2	LUANA DE SOUZA BISPO#	***.569.072-**	08/09/2025 13:10

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:AEFB9C01

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.857, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO RETORNO AO CARGO DO SERVIDOR THARLES MAIA DE CASTRO

DECRETO Nº 22.857, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBREA AUTORIZAÇÃO DO RETORNO AOCARGO DO SERVIDOR THARLES MAIA DE CASTRO

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-28727/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o retorno ao cargo do Servidor Público Municipal Tharles Maia de Castro, ao cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 5 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3448864**e o código verificador**2A928C42**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:C91697F9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.863, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK.

DECRETO Nº 22.863,DE 8DE SETEMBRODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1147 de 01/09/2025 (ID 3433780), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Eutiane de Souza Stelmastchuk, do cargo de Assessor Especial V, CDS-02,lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 8 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3452154**e o código verificador**3D803048**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:3D29BA12

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.864, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE DA SILVA LINHARES.

DECRETO Nº 22.864,DE 8DE SETEMBRODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE DA SILVA LINHARES.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1147 de 01/09/2025 (ID 3433780), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Solange da Silva Linhares, do cargo de Gerente do SUAS, CDS-04,lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 8 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3452165**e o código verificador**F9BD3755**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:3A483181

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.865, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK.

DECRETO Nº 22.865,DE 8DE SETEMBRODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1147 de 01/09/2025 (ID 3433780), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Eutiane de Souza Stelmastchuk, ao cargo de Gerente do SUAS, CDS-04,lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 8 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3452186**e o código verificador**817A4341**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:433FE059

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.866, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE DA SILVA LINHARES.

DECRETO Nº 22.866,DE 8DE SETEMBRODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE DA SILVA LINHARES.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1147 de 01/09/2025 (ID 3433780), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Solange da Silva Linhares, ao Assessor Especial V, CDS-02,lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 8 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3452194**e o código verificador**13179E4C**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:535DA882

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.867, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLEICE KELLE GONÇALVES DE ALMEIDA.

DECRETO Nº 22.867,DE 8DE SETEMBRODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLEICE KELLE GONÇALVES DE ALMEIDA.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1188 de 08/09/2025 (ID 3451743), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Cleice Kelle Gonçalves de Almeida, ao Assessor Especial V, CDS-01,lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 8 de setembro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3452601**e o código verificador**A938A2E7**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:3868230A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 727, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

PORTARIA Nº 727, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerandoo Processo Administrativo8-19776/2025

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores públicospara exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 213/2025, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio daSecretaria Municipal de Educaçãoe a Empresa S.N. DA CUNHA.

Gestora do Contrato
Claudia Bernardes Martiniak

Suplente Gestor do Contrato
Sylvia Letícia Muzy

Fiscal do Contrato
Luiz Cunha Aguiar

Suplente do Fiscal do Contrato
Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 3 de setembro de 2025, 137º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**SANDRA MARCIA NEVES**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 08/09/2025 às 13:11, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3441839**e o código verificador**B2F09929**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELENICE APARECIDA FERREIRA LANGNER	***.213.412-**	08/09/2025 17:19
2	CLAUDIA BERNARDES MARTINIAK	***.700.532-**	08/09/2025 19:34

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:7EC6CCD5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 728, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

PORTARIA Nº 728, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerandoo Processo Administrativo8-19805/2025

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores públicospara exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 214/2025, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio daSecretaria Municipal de Educaçãoe a Empresa MEIRE RODRIGUES DA SILVA.

Gestora do Contrato
Claudia Bernardes Martiniak

Suplente Gestor do Contrato
Sylvia Letícia Muzy

Fiscal do Contrato
Luiz Cunha Aguiar

Suplente do Fiscal do Contrato
Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 27 de agosto de 2025, 137º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**SANDRA MARCIA NEVES**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 08/09/2025 às 13:09, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3441979**e o código verificador**967EF8A9**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELENICE APARECIDA FERREIRA LANGNER	***.213.412-**	08/09/2025 17:19

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:189AD5E8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 737, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

PORTARIA Nº 737, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerandoo Processo Administrativo8-16491/2025;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores públicospara exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato de Compra de Energia Regulada - CCER, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestãoe a EmpresaENERGISA RONDÔNIA - DISTR. DE ENERGIA S.A.

Gestor de Contrato:
Dieimila Luana da Silva Paulus

Fiscal de Contrato:
Alexia Vitória Honorato Gonçalves

Fiscais Setoriais:

SEMPOG - Centro Administrativo:
Natalia Santos de Angelo

Casa dos Conselhos:
Neidair Mazine de Lima

Patrimônio/Almoxarifado:
Diogo Felipe dos Santos

Arquivo (Antigo IML):
Lucilene Rodrigues dos Santos

Centro do Empreendedorismo:
Carla Martins Ribeiro Mangabeira

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 678, de 5 de setembro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 5 de setembro de 2025, 137º da República.

ELIZETE GONÇALVES DE LIMA
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestãode Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**ELIZETE GONCALVES DE LIMA**,**Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 08/09/2025 às 09:18, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3447694**e o código verificador**7E5A1581**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO#	***.362.462-**	05/09/2025 11:26
2	ALEXIA VITORIA HONORATO GONCALVES#	***.272.222-**	08/09/2025 09:56
3	FAGNER HISMITI SOUZA LIMA	***.257.182-**	08/09/2025 10:36
4	NATALIA SANTOS DE ANGELO	***.926.472-**	08/09/2025 11:48
5	CARLA MARTINS RIBEIRO MANGABEIRA	***.793.981-**	08/09/2025 13:10
6	DIEIMILA LUANA DA SILVA PAULUS	***.827.142-**	09/09/2025 07:52

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:B5DDA942

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADENDO MODIFICADOR I - COM REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90071/2025/SML/PMA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4957/2024/SEMA LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Limpeza Urbana, compreendendo os serviços de poda de árvores e jardins, roçagem, varrição de ruas, capinação e pintura de meio-fio, visando atender os escopos de serviços de atribuição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA da cidade de Ariquemes-RO. Com valor estimado em R$ 7.997.721,96.
A Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por meio da Pregoeira designada pelo Decreto nº 22.204, de 06 de março de 2025, torna público, especialmente às empresas que retiraram o instrumento convocatório, que **foram promovidas alterações em itens do edital**, em razão da necessidade de revisão e adequação das peças técnicas do certame, conforme detalhado a seguir:
1 – Alteração no Anexo do Edital:
Fica substituído o Termo de Referência e apêndicesanteriormente publicado, sendo incluída nova versão atualizada, que passa a integrar o edital como anexo oficial, com ajustes nas especificações técnicas.
2 –Alteração no item 3.4 do Edital:
Fica alterado o item 3.4, com a inclusão do subitem **3.4.12**, que dispõe:"Não será admitida a participação de cooperativas na presente licitação."
3 – Alteração do Valor Estimado da Contratação:
Em virtude da revisão do Termo de Referência e das planilhas orçamentárias, o valor estimado da contratação passa a ser de **R$ 7.997.721,96**.
Em consonância com tais alterações, **fica REAGENDADA a abertura do certame para o dia 26 de setembro de 2025, às 09h00min (horário de Brasília)**. O envio das propostas poderá ser realizado das **09h00min do dia 12/09/2025 até às 08h59min do dia 26/09/2025 (horário de Brasília)**, na forma da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que os demais conteúdos do Edital permanecem inalterados. O Edital com **Adendo Modificador I**, estarádisponível nossiteswww.gov.br/compras e www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo site www.gov.br/compras (Comprasnet). Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020/2021 ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com.
Ariquemes(RO), 09 de setembro de 2025.

KATHERINE LESLIE AYRES MOURA
Pregoeira

Publicado por:
Katherine Leslie Ayres Moura
Código Identificador:785C19F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE PREGAO ELETRONICO Nº 90098/2025/PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 28418/2024 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO 2025/2026 MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522 LICITAÇÃO ABERTA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de auto gestão de frota, de forma contínua, de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva, corretiva e preditiva, auto gestão de abastecimento de combustível automotivo do tipo gasolina comum e diesel S10, bem como prestação de serviço de rastreamento e monitoramento veicular, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes - RO, por um período de 12 (doze) meses. Valor estimado em R$ 18.980.301,09. A Prefeitura de Ariquemes-RO através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 21.880 de 07de janeiro de 2025, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90098/2025 do tipo MENOR PREÇO critério de julgamento POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 11/09/2025 até às 09h00min do dia 26/09/2025. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 26/09/2025 (Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site www.gov.br/comprase/ou www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo site www.gov.br/compras(Comprasnet). Mais informações, por meio do telefone (69) 3516-2020 ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com.
Ariquemes (RO), 08de setembro de 2025.

VALDESIR SUHRE
Pregoeiro

Publicado por:
Valdesir Suhre
Código Identificador:CBB88912

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 22848/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

LEI Nº 2.967, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.032.685,88 (UM MILHÃO, TRINTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMDES.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOos recursos autorizados nos artigos 1º e 2º daLei 2967 de 01/09/2025 (ID 3434431), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 04/09/2025, edição 4059 e Artigo 41, inciso II com os Artigos 43, §1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-16604/2025-Memorando 34 de 04/07/2025 (ID 3301528), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 764.000,00 (setecentos e sessenta e quatro mil reais) no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEMDES, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 10-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMDES				
Projeto/Atividade: 1105-REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)-CONTRATO DE REPASSE 946345/2023/MDASCF/CAIXA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1141	02.10.08.244.0019.1105	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	286.500,00
Fonte: 1.660 - Recursos do Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				
Projeto/Atividade: 1106-AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)-CONTRATO DE REPASSE 951495/2023/MDASCF/CAIXA				
ESPECIAL	1143	02.10.08.244.0019.1106	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	477.500,00
Fonte: 1.660 - Recursos do Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**764.000,00**

Parágrafo Único.O Excesso de Arrecadação é proveniente dos Contrato de Repasse 946345/2023/MDASCF/CAIXA-Reforma do CRAS e Contrato de Repasse 951495/2023/MDASCF/CAIXA-Ampliação do CRAS, conforme a fonte de recurso STN/TCE/RO detalhada abaixo:

Excesso de Arrecadação	**764.000,00**
Fonte de Recurso	
1.660 - Recursos do Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	764.000,00

Art. 2º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro, no valor de R$ 268.685,88 (duzentos e sessenta e oito mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEMDES, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 10-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMDES				
Projeto/Atividade: 1105-REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)-CONTRATO DE REPASSE 946345/2023/MDASCF/CAIXA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1142	02.10.08.244.0019.1105	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	57.300,00
Fonte: 2.500 - Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
Projeto/Atividade: 1106-AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)-CONTRATO DE REPASSE 951495/2023/MDASCF/CAIXA				
ESPECIAL	1144	02.10.08.244.0019.1106	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	211.385,88
Fonte: 2.500 - Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO				**268.685,88**

Parágrafo Único.O Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme oBalanço Patrimonial - FMAS de 20/01/2025 (ID 2912806), proveniente de Recursos Próprios, o qual será utilizado para a contrapartida dos contratos de repasses mencionados no parágrafo único do artigo 1º deste Decreto, conforme a fonte de recurso STN/TCE/RO detalhada abaixo:

Superávit Financeiro	**268.685,88**
Fonte de Recurso	
2.500 - Recursos de Exercícios Anteriores - Recursos não vinculados de Impostos.	268.685,88

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 47º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 10:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:8853586E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 22855/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

LEI Nº 2.912, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso II daLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481) LOA/2025, publicada no dia 03/01/2025, edição 3889 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso II da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-21136/2025-Memorando 202 de 05/09/2025 (ID 3448344), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de**R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2513-ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	1149	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.34.00-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	500.000,00
SUPLEMENTAR	1150	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.39.00-OUTROS	500.000,00

			SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	
Fonte de recurso: 1.600.3110 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**1.000.000,00**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado o Excesso de Arrecadação, proveniente de Recursos do SUS, relacionado à Emenda Parlamentar do Deputado Federal Maurício Carvalho, conforme comprovado através doAnexo TC 04 Emenda Ind Maurício C de 05/09/2025 (ID 3446877)e será utilizado para manutenção dos contratos de especialidades em Ginecologia Obstétrica, Pediatria e Anestesiologia, conforme a fonte de recurso detalhada abaixo:

Excesso de Arrecadação	**1.000.000,00**
Fonte de Recurso	
1.600.3110 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	1.000.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 47º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 10:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:D514008D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 736/2025

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2912 DE 27/12/2024 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2025) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA-SEMFAZ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481),publicada no dia 03/01/2025, edição 3889, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 21861 de 03/01/2025 (ID 2885277),publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2024, edição 3891, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2912 de 27 de dezembro de 2024-LOA/2025, conforme Processo Administrativo nº 1-1007/2025-Memorando 64 de 05/09/2025 (ID 3446490), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 05-SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA-SEMFAZ				
Projeto/Atividade: 2010-MANUTENÇÃO E GESTÃO DE FINANÇAS				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	77	02.05.04.122.0007.2010	3.1.90.**13**.00-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
ACRÉSCIMO	78		3.1.90.**16**.00-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	21.000,00
ACRÉSCIMO	79		3.1.90.**94**.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
REDUÇÃO	76		3.1.90.**11**.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	-31.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**31.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-31.000,00**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 05 de setembro de 2025.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 10:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:8F9FCC15

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/SEMSAU/2024 PROCESSO N.º 08099/SEMSAU/2024

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO E MAGDA MORAES DE CARVALHO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, CNPJ sob n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, n.º 2166, setor Institucional, CEP 76.872.854, neste ato representado pela Senhora Prefeita CARLA GONÇALVES REZENDE, CPF n. 846.071.572-87**,** com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSAU), representada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, MARCOS PAIVA FREITAS, CPF n.° 695.357.872-68, doravante denominado contratante, e

MAGDA MORAES DE CARVALHO, brasileira, divorciada, portadora do RG de nº. 1110449 SESDEC/RO e do CPF nº. 010.156.492-97, doravante denominada **CONTRATADA**;

Em conformidade com o Edital n.° 001/SEMSAU/2024 do Processo Seletivo Simplificado realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, celebram, entre si, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A contratação está amparada pelo inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, Lei Municipal n.º 1.336/2007, de acordo com art. 218 e seguintes, com prazo determinado pelo art. 227 §1º, com redação alterada pela Lei Municipal n.º 1.410/2008 e Lei Municipal nº. 2.862/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA trabalhará para O CONTRATANTE na função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, em face da falta de profissionais na área de saúde do Município de Ariquemes, consoante aos disposto no art. 219, inciso III da Lei Municipal n.º 1.336/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá, a título de vencimento base, a quantia de **R$ 1.412,00**, por mês, pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais componentes do quadro de pessoal do Município de Ariquemes. Além do vencimento base, para cargos específicos fixados em LEI, fará jus a Gratificação por Desempenho (GD).
I - O CONTRATANTE fica autorizado a deduzir todos os encargos legais existentes e incidentes sobre o salário do contratado.

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho da CONTRATADA será de **40** horas semanais, prestadas conforme escala elaborada pelas Unidades de Saúde de lotação da CONTRATADA, ficando desde logo convencionado que o trabalho excedente será compensado pela supressão do trabalho em dias determinados pela Administração ou horas extras.

CLÁUSULA QUINTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de **01/09/2025** a **01/09/2026**, podendo ser prorrogado por igual período, atendidas as regras estabelecidas na Lei Municipal n.º 1.336/2007, de acordo com art. 227, §1º, com redação alterada pela Lei Municipal n.º 1.410/2008 e conforme Lei Municipal n.º 2.862/2024.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA se obriga a:
I - Prestar os serviços com ética profissional e respeito;
II - Seguir as determinações impostas pelo superior imediato;
III - Garantir durante a execução a proteção e a conservação de todos os serviços prestados;
IV - Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes;
V - Manter o controle de sua jornada de trabalho;
VI - Reparar quaisquer danos causados à administração;
VII - Atender todas as demais cláusulas presentes no edital do teste seletivo simplificado n.° 001/SEMSAU/2024.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, nas seguintes hipóteses:
I - Pelo término do prazo contratual;
II - Por iniciativa da CONTRATADA, incumbindo a este comunicar à Administração com **antecedência mínima de 30 (trinta dias)**, sob pena de ter que indenizar à Administração Pública Municipal no valor equivalente ao valor integral da remuneração recebida no mês imediatamente anterior;
III - Por abandono ou ausência do local de trabalho da empregada, por prazo superior a 10 (dez) dias, sem motivo que justifique, legalmente, as faltas;
IV - quando comprovada a inaptidão para o exercício das atribuições do cargo, mediante avaliação do desempenho, a ser realizada pela Diretoria da Unidade de Saúde, Gerência de Recursos Humanos/SEMSAU, Departamentos de Média e Alta Complexidade e Atenção Básica;
V - Quando a contratada for advertida por 03 (três) vezes, em decorrência de descumprimento das regras normativas da unidade de lotação;
VI - Quando constatada a ocorrência de processo fraudulento por parte da contratada para a participação no Processo Seletivo Simplificado e para o ingresso, objeto deste contrato;
VII - Quando for constatado acúmulo de cargos que não atendam aos preceitos legais e constituídos;
VII - Quando for constatada a troca de plantões sem a devida autorização da Direção Geral da Unidade, ou abandono de plantão sem apresentação de atestado médico ou outro documento abonador de faltas;
IX - Quando houver a posse da candidata aprovado em concurso público;
X - Automaticamente, caso a contratada assuma cargo e função pública, independente de notificação ou interpelação;
XI - Por iniciativa do CONTRATANTE, exclusivamente decorrente de conveniência administrativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor a que se refere o inciso II será descontado das verbas rescisórias do servidor, caso não haja comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta dias).

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA não poderá: candidatar-se a funções sindicais, requerer redução de carga horária e afastamento para tratar de assuntos pessoais, tudo sob pena de rescisão do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - A relação jurídica do presente contrato tem natureza administrativa especial, sendo regulado exclusivamente por normas administrativas, ficando a CONTRATADA, contudo, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social RGPS, de que trata a Lei Federal nº. 8.213, de 24 de julho de 1991.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - É terminantemente proibida a contratação nos termos deste Capítulo, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, sob pena de nulidade do contrato, salvo as exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato não implica em investidura em cargo público, inexistindo ato de nomeação ou posse, não gerando, por isso, estabilidade.

CLÁUSULA NONA - As infrações disciplinares atribuídas à CONTRATADA serão apuradas mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa, sendo aplicáveis as penas de advertência, suspensão de até noventa dias e demissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica a critério do CONTRATANTE a lotação da CONTRATADA, de acordo com as necessidades existentes na Secretaria Municipal de Saúde.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica proibido à CONTRATADA a nomeação ou designação, para exercício de qualquer outra atividade na administração Municipal;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As despesas ocorrerão por conta dos seguintes Recursos Orçamentários:
Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde;
Programações:
10.122.0039.2501 - manutenção e coordenação das atividades da Secretaria;
10.301.0035.2507 - atenção básica em saúde - PAB;
10.302.0037.2513 - atenção de média e alta complex amb e hospitalar - MAC;
10.302.0037.2519 - Serv. atendimento móvel - SAMU
10.122.0039.2503 - assist. financ. compl. da união ao cumprimento do piso da enfermagem
Elemento da despesa:
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado
3.1.90.13 - Obrigações Patronais
Fonte de Recursos: RP 1.500.0 e SUS 1.600.0

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Municipal n.º 1.336/2007, artigos 218 a 230, relativos à contratação

temporária de excepcional interesse público e Lei Municipal n.º 2.862/2024, bem como pelas normas do Direito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As partes elegem o Fórum da comarca de Ariquemes/RO, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Eventuais lacunas sobre a execução e objeto do contrato serão resolvidas de acordo com os princípios gerais do Direito Administrativo e conforme Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os casos omissos, porventura existentes, serão encaminhados à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, devendo ser resolvidos nos moldes da legislação vigente, não contrariando o interesse público.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente, por meio de assinatura eletrônica, nos moldes da lei.

Publicado por:
Gilzerleia Tânia Daltiba Monteiro Lopes
Código Identificador:D44754BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/SEMSAU/2024 PROCESSO N.º 08099/SEMSAU/2024

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO E MARIZA APARECIDA ANGELO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, CNPJ sob n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, n.º 2166, setor Institucional, CEP 76.872.854, neste ato representado pela Senhora Prefeita CARLA GONÇALVES REZENDE, CPF n. 846.071.572-87**,** com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSAU), representada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, MARCOS PAIVA FREITAS, CPF n.° 695.357.872-68, doravante denominado contratante, e

MARIZA APARECIDA ANGELO, brasileira, solteira, portadora do RG de nº. 996654 SESDEC/RO e do CPF nº. 976.002.962-68, doravante denominada **CONTRATADA**;

Em conformidade com o Edital n.° 001/SEMSAU/2024 do Processo Seletivo Simplificado realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, celebram, entre si, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A contratação está amparada pelo inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, Lei Municipal n.º 1.336/2007, de acordo com art. 218 e seguintes, com prazo determinado pelo art. 227 §1º, com redação alterada pela Lei Municipal n.º 1.410/2008 e Lei Municipal nº. 2.862/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA trabalhará para O CONTRATANTE na função de **ENFERMEIRA**, em face da falta de profissionais na área de saúde do Município de Ariquemes, consoante aos disposto no art. 219, inciso III da Lei Municipal n.º 1.336/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá, a título de vencimento base, a quantia de **R$ 4.452,62**, por mês, pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais componentes do quadro de pessoal do Município de Ariquemes. Além do vencimento base, para cargos específicos fixados em LEI, fará jus a Gratificação por Desempenho (GD).
I - O CONTRATANTE fica autorizado a deduzir todos os encargos legais existentes e incidentes sobre o salário do contratado.

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho da CONTRATADA será de **40** horas semanais, prestadas conforme escala elaborada pelas Unidades de Saúde de lotação da CONTRATADA, ficando desde logo convencionado que o trabalho excedente será compensado pela supressão do trabalho em dias determinados pela Administração ou horas extras.

CLÁUSULA QUINTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de **01/09/2025** a **01/09/2026**, podendo ser prorrogado por igual período, atendidas as regras estabelecidas na Lei Municipal n.º 1.336/2007, de acordo com art. 227, §1º, com redação alterada pela Lei Municipal n.º 1.410/2008 e conforme Lei Municipal n.º 2.862/2024.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA se obriga a:
I - Prestar os serviços com ética profissional e respeito;
II - Seguir as determinações impostas pelo superior imediato;
III - Garantir durante a execução a proteção e a conservação de todos os serviços prestados;
IV - Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes;
V - Manter o controle de sua jornada de trabalho;
VI - Reparar quaisquer danos causados à administração;
VII - Atender todas as demais cláusulas presentes no edital do teste seletivo simplificado n.° 001/SEMSAU/2024.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, nas seguintes hipóteses:
I - Pelo término do prazo contratual;
II - Por iniciativa da CONTRATADA, incumbindo a este comunicar à Administração com **antecedência mínima de 30 (trinta dias)**, sob pena de ter que indenizar à Administração Pública Municipal no valor equivalente ao valor integral da remuneração recebida no mês imediatamente anterior;
III - Por abandono ou ausência do local de trabalho da empregada, por prazo superior a 10 (dez) dias, sem motivo que justifique, legalmente, as faltas;
IV - quando comprovada a inaptidão para o exercício das atribuições do cargo, mediante avaliação do desempenho, a ser realizada pela Diretoria da Unidade de Saúde, Gerência de Recursos Humanos/SEMSAU, Departamentos de Média e Alta Complexidade e Atenção Básica;
V - Quando a contratada for advertida por 03 (três) vezes, em decorrência de descumprimento das regras normativas da unidade de lotação;
VI - Quando constatada a ocorrência de processo fraudulento por parte da contratada para a participação no Processo Seletivo Simplificado e para o ingresso, objeto deste contrato;
VII - Quando for constatado acúmulo de cargos que não atendam aos preceitos legais e constituídos;
VII - Quando for constatada a troca de plantões sem a devida autorização da Direção Geral da Unidade, ou abandono de plantão sem apresentação de atestado médico ou outro documento abonador de faltas;
IX - Quando houver a posse da candidata aprovado em concurso público;
X - Automaticamente, caso a contratada assuma cargo e função pública, independente de notificação ou interpelação;
XI - Por iniciativa do CONTRATANTE, exclusivamente decorrente de conveniência administrativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor a que se refere o inciso II será descontado das verbas rescisórias do servidor, caso não haja comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta dias).

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA não poderá: candidatar-se a funções sindicais, requerer redução de carga horária e afastamento para tratar de assuntos pessoais, tudo sob pena de rescisão do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - A relação jurídica do presente contrato tem natureza administrativa especial, sendo regulado exclusivamente por normas administrativas, ficando a CONTRATADA, contudo, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social RGPS, de que trata a Lei Federal nº. 8.213, de 24 de julho de 1991.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É terminantemente proibida a contratação nos termos deste Capítulo, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, sob pena de nulidade do contrato, salvo as exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato não implica em investidura em cargo público, inexistindo ato de nomeação ou posse, não gerando, por isso, estabilidade.

CLÁUSULA NONA - As infrações disciplinares atribuídas à CONTRATADA serão apuradas mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa, sendo aplicáveis as penas de advertência, suspensão de até noventa dias e demissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica a critério do CONTRATANTE a lotação da CONTRATADA, de acordo com as necessidades existentes na Secretaria Municipal de Saúde.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica proibido à CONTRATADA a nomeação ou designação, para exercício de qualquer outra atividade na administração Municipal;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As despesas ocorrerão por conta dos seguintes Recursos Orçamentários:
Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde;
Programações:
10.122.0039.2501 - manutenção e coordenação das atividades da Secretaria;
10.301.0035.2507 - atenção básica em saúde - PAB;
10.302.0037.2513 - atenção de média e alta complex amb e hospitalar - MAC;
10.302.0037.2519 - Serv. atendimento móvel - SAMU
10.122.0039.2503 - assist. financ. compl. da união ao cumprimento do piso da enfermagem
Elemento da despesa:
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado
3.1.90.13 - Obrigações Patronais
Fonte de Recursos: RP 1.500.0 e SUS 1.600.0
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Municipal n.º 1.336/2007, artigos 218 a 230, relativos à contratação temporária de excepcional interesse público e Lei Municipal n.º 2.862/2024, bem como pelas normas do Direito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As partes elegem o Fórum da comarca de Ariquemes/RO, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Eventuais lacunas sobre a execução e objeto do contrato serão resolvidas de acordo com os princípios gerais do Direito Administrativo e conforme Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os casos omissos, porventura existentes, serão encaminhados à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, devendo ser resolvidos nos moldes da legislação vigente, não contrariando o interesse público.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente, por meio de assinatura eletrônica, nos moldes da lei.

Publicado por:
Gilzerleia Tânia Daltiba Monteiro Lopes
Código Identificador:350D6817

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELET. N.º 90004/2025 PROC. N.º2201/SEMSAU/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELET. N.º 90004/2025
PROC. N.º2201/SEMSAU/2025
O Secretário Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuiçõeslegais e delegada pelo Decreto Municipal n°18.106/2021, com base naIN n°16/2022 legislação vigente, com base noRelatório Final - CE 90004/2025 de 05/09/2025 (ID 3446809)ecom razões remissivas aoParecer 1009 de 09/09/2025 (ID 3453244), ADJUDICA o objeto, qualseja: Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de reforma na Unidade Básica de Saúde no Bairro Monte Cristo, em atendimento à Proposta FAF 07582.9090001/22 -001 do Ministério da Saúde, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Ariquemes/RO, e HOMOLOGA a licitação na ModalidadeConcorrência Eletrônica n.º 90004/2025, referente ao ProcessoAdministrativo n.º 2201/SEMSAU/2025, em favor da empresa: SANTOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - CNPJ - 07.148.735/0001 -06, item: 1.Ficando o processo homologado com o valor total homologado de: R$295.999,00 (duzentos e noventa e cinco mil novecentos e noventa e nove reais).

Ariquemes/RO, 09 de setembro de 2025.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:F92EDFB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.957/2023

PARTES:

1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2)**JVF CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-CNPJ 09.373.909/0001-60**

OBJETO: Aditivo de prazo de execução no contrato nº 141/2024.

DO PRAZO:Prorroga-se o prazo de execução do Contrato nº 141/PGM/2024, por mais 70 (setenta) dias.

Ariquemes, 3 de setembro de 2025

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Publicado por:
Celeste Batista Lima
Código Identificador:E71524B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/PGM/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.812/2025

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) ROVEMA VEÍCULOS E MAQUINAS LTDACNPJ: 02.118.203/0001-02

OBJETO:Contratação de Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Unidades Móveis de Saúde para Transporte Sanitário Pessoal, tipo: Ônibus Rodoviário, Micro-ônibus (Emenda Parlamentar Federal Proposta nº 07582.909000/1240-01) e Veículo de Passeio para Equipe (Emenda Parlamentar Federal Proposta nº 07582.909000/1240-03) do Senador Jaime Bagattoli, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO:12 (doze) meses.

VALOR: R$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais).

Gestor do Contrato: Fernando Assis de Oliveira
Fiscal do Contrato: Roseli Pinheiro dos Santos Legal

Ariquemes/RO, 4 de setembro de 2025

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Celeste Batista Lima
Código Identificador:01016955

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE BURITIS
PORTARIA N° 20/AGERB/2025

"NOMEAR SEM ÔNUS OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA SER GESTOR DE CONTRATO E FISCAL DE CONTRATO DA AGERB DE TODOS OS PROCESSOS MOVIMENTADOS POR ESSA AGÊNCIA REGULADORA "

A Diretora Presidente da Agencia Reguladora de serviços Públicos Delegados do Município de Buritis - AGERB, **Ocilene Gonçalves Soares** no uso das atribuições legais previstas na Lei Municipal nº 870/2014 e considerando o Decreto nº 14320/GAB/PMB/2024 e Decreto nº 13509/2023.

R E S O L V E

Artigo 1º. Nomear sem ônus, os servidores abaixo relacionados para serem Fiscal de contrato e fiscal administrativo da AGERB;

Brenda Veronica Costa de Faria Reis (Ouvidora da AGERB 1088/17)
Fernando Henrique Carlos Silva (Diretor Técnico Operacional - AGERB)

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OCILENE GONÇALVES SOARES
Diretora Presidente – AGERB
Dec. 14320/GAB/PMB/2024

Publicado por:
Brenda Veronica Costa de Faria Reis
Código Identificador:5AF6B953

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00090054/2025/SLC PROCESSO N.º 0001635/SEMECE/2025

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pela **PORTARIA Nº 264/GAB/PMB/2025**, torna pública a realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO (ITEM)**, na forma da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como **Objeto: Aquisição de Material Permanente (Notebooks) para atender gestores, professores, supervisores, orientadores educacionais e psicopedagogos das 11 (onze) escolas municipais e para os técnicos dos departamentos da SEMECE,** valor estimado **R$: 180.395,90** (cento e oitenta mil trezentos e noventa e cinco reais e noventa centavos). Início da sessão pública virtual será às **10h00min do dia 25/09/2025** (Horário de Brasília-DF), endereço www.gov.br/compras **(COMPRASNET).** Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 09 de Setembro de 2025.

VERÔNICA DA SILVA APOLINARIO
Pregoeira

Publicado por:
Francieli de Lima Fogaça
Código Identificador:FD580A32

GABINETE DO PREFEITO
16º CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

EDITAL Nº 001/VOLUNTÁRIO/SEMECE/2025

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte Sra. Delian de Souza Ferreira, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do Processo Administrativo nº 430/2025 em tramitação perante a Prefeitura Municipal, com base nos dispositivos das Leis Municipal nº 1867, de 12 de junho de 2023 e nº 2121, de 15 de janeiro de 2025, que "Institui o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Pública do Município de Buritis", que torna público a realização de Processo de Seleção de voluntários, para atuarem na Prefeitura Municipal de Buritis/RO - Secretaria Municipal de Educação, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados para assinatura do Termo de Adesão e inicio da Prestação do serviço voluntário para apresentação nos dias 09 e 10 de Setembro de 2025 das 07h30min. ás 13h30min, na Rua Theobroma, 1580 Setor 02 SEMECE – Departamento de Recursos Humanos.

FUNÇÃO: AUXÍLIO EM SALA DE AULA – ZONA URBANA – SEMECE

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	CLASSIFICAÇÃO
162	KAUYNE VITÓRIA ALVES OLIVEIRA	***.712.882-**	55

FUNÇAO: AUXÍLIO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ZONA URBANA

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
38	NEIVA MARIA FAINELO	***.829.039-**	75	2º
191	ZELIA ALVES DE FREITAS COSTA	***.036.962-**	75	3º

Buritis/RO, 08 setembro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
DELIAN DE SOUZA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer.
Dec.15.609/GAB/PMB/2025

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:F6A3C63D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15.924 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração no Decreto 15.917/2025.

CONSIDERANDO a manifestação da SEMAST – através do Ofício Memorando 46/SEMAST-TRANSPORTE-25 – ID 3.279.AA8,

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIS, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A
Art. 1º. Altera o Decreto 15.917 de 03 de setembro de 2025:
Onde se lê
Tombamento**:** 0018451

Leia-se Tombamento 021813.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis, 05 de setembro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:091D3AB2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15.925, 08 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre rescisão de contrato da servidora VERA NEIDE OLIVEIRA FABIANOWICZ e adota outras providências.

Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o requerimento apresentado pela servidora – ID:3.28E.81A.

D E C R E T A

Artigo 1º. Rescindir a pedido o contrato da servidora **VERA NEIDE OLIVEIRA FABIANOWICZ,** cargo PROFESSORA 30 horas-zona urbana

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2025.

Buritis-RO, 08 de setembro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:6C664E13

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 15.926, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Nomeação coletiva de servidores aprovados e convocados no Teste Seletivo 01/SEMECE/2025 e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o ID 3.291.FE1 e Lei 2143/2025.

D E C R E T A

Artigo 1º. Nomear os servidores aprovados no Teste Seletivo 001/SEMECE/PMB/2025, convocados através do
Edital 017/2025 para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

ORD.	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DE CONTRATO
.	FRANCIELE DOS SANTOS RODRIGUES	AUXILIAR DE SALA 40 HORAS-ZONA URBANA	04/09/2025 À 31/12/2025
.	RAISSA COSTA SANTOS	AUXILIAR DE SALA 40 HORAS – ZONA URBANA	02/09/2025 À 31/12/2025
.	WESLEN SANTOS DE PAULA	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR 40 HORAS, ZONA URBANA/RURAL	03/09/2025 À 31/12/2025

Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo as datas acima especificada.

Buritis-RO, 08 de SETEMBRO de 2025

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:B9650387

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 15.927, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Nomeação coletiva de servidores aprovados e convocados no Teste Seletivo 01/SEMECE/2025 e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o ID 3.291.FE1 e Lei 2143/2025.

D E C R E T A

Artigo 1º. Nomear os servidores aprovados no Teste Seletivo 001/SEMECE/PMB/2025, convocados através do
Edital 018/2025 para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

ORD.	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DE CONTRATO
	JOICE HELLEN RODRIGUES GOMES	COZINHEIRA 40 HORAS-MINAS NOVA 28 KM - AGROVILA	04/09/2025 À 31/12/2025

Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo as datas acima especificada.

Buritis-RO, 08 de SETEMBRO de 2025

---------***VALTAIR FRITZ DOS REIS***
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:BF674C6D

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Superintendência de Licitação e Contratos e Parecer Jurídico, **homologa e adjudica** o resultado dos procedimentos administrativos realizados **através do Pregão Eletrônico nº: 90048/2025**, Processo Administrativo n° **496.01.01-2025/SEMA**, **objeto:** (Contratação de empresa especializada em Locação de Software de Gestão Administrativa, Orçamentária, Financeira e de Controle para o Município de Buritis/RO), de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 13.509/2023, **em favor da empresa**:

• **PÚBLICA SERVIÇOS LTDA** - CNPJ: 04.804.931/0001-01, o valor de R$ 617.000,00 (seiscentos e dezessete mil reais)**.**

Buritis, 09 de setembro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:92DAE6BE

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - 2549

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos documentos acostados aos autos do **Processo Administrativo n° 2549.12.07-2025/SEMAST**, objeto: (REPASSE A ASSOCIAÇÃO SÃO LUÍS ORIONE DE BURITIS – ASLOB, EM CONFORMIDADE COM AS EMENDA IMPOSITIVAS Nº 008/2024, Nº 009/2024 E BANCADA 01) nos termos da Lei 1568/2021 e 1612/21 e Lei Federal 14.133/2021, homologa e adjudica as despesas em favor da Associação:

ASSOCIAÇÃO SÃO LUÍS ORIONE DE BURITIS- CNPJ 41.287.131/0001-89, no valor de R$ 62.299,60 (sessenta e dois mil duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Buritis, 09 de setembro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:E5661489

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 2584

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Superintendência de Licitação e Contratos e Parecer Jurídico, **homologa e adjudica** o resultado dos procedimentos administrativos realizados **através do Pregão Eletrônico nº: 90052/2025**, Processo Administrativo n° **2584.09.01-2024/SEMOSP**, **objeto:** (Contratação de empresa especializada em serviços de construção de galeria de concreto tipo bueiro celular), de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 13.509/2023, **em favor da empresa**:

• CAMPEÃO CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 20.754.249/0001-08, o valor de R$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais)**.**

Buritis, 09 de setembro de 2025

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:6BEA91A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**, localizada na **RUA SÃO LUCAS, 2476, SETOR 06** inscrita no CNPJ sob nº **01.266.058/0001-44**, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS de Buritis – RO, em 09/09/2025 a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADUELAS PRÉ-MOLDADAS, LOCAL DA ATIVIDADE: LINHA 28, TRAVESSÃO LINHA 28 / RO 420, LINHA 3 PE DE GALINHA, LINHA UNIÃO, LINHA 05 LUZA, LINHA C 50 (TRAVESSÃO DO MAX), LINHA 16, LINHA 16, LINHA 5 MARCO 40.**

Publicado por:
Mateus de Jesus
Código Identificador:AD50B5D0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 24/2025

A Prefeitura Municipal de Cacaulândia, através do Prefeito, torna público, para conhecimento de todos os interessados a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 24/2025, que tem por objeto:**AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, QUE CONSISTE EM COMPUTADORES, ATRAVÉS DE RECURSO DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL CÓDIGO DO PLANO DE AÇÃO: 09032023-030833 - PROGRAMA: 09032023**,em favor das empresas::**RALSON M. LIMA LTDA-CNPJ: - 33.146.225/0001-40 ,**no valor de R$ 21.446,66 (vinte e um mil quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos);**PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**CNPJ: 57.231.460/0001-48 no valor de R$ 107.950,00 (cento e sete mil novecentos e cinquenta reais).

Cacaulândia/RO, 09 de Setembro de 2025

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Código Identificador:75C302E6

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 030/2025

OMunicípio de Cacaulândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 030/2025 através do portalhttps://licitanet.com.br/.OEdital e seus anexos estão disponíveis para retiradanos sites: https://licitanet.com.br/ ehttps://cacaulandia.ro.gov.br/ , mais informações poderá ser adquirido através do e-mailpregao.cacaulandia@gmail.comoucpl2@cacaulandia.ro.gov.br. telefone 69 9274-5854;**Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM AGENCIAMENTO DE VIAGENS (AÉREAS E TERRESTRES), COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE PESQUISA, RESERVA EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE CRÉDITOS GERADOS EM RAZÃO DO CANCELAMENTO DAS PASSAGENS;data da realização**:às 10h00mindo dia 29 de setembro de 2025, (Horário de Brasília);**valor estimado**:R$ 112.071,36 (cento e doze mil, setenta e um reais e trinta e seis centavos);**Critério de julgamento**:menor preço item;**modo de disputa**:aberto;**exclusivo para ME/EPP**: Não.

Cacaulândia/RO, 09 de setembro de 2025

ADRIE APARECIDA BIAZATTI DANIELETTO
Pregoeira

Publicado por:
Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Código Identificador:7708F3A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº 6599/GP/2025

DECRETO Nº 6599/GP/2025 de09 de setembro de 2025

"TRANSPOSICIONA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº 1292 de 09/07/2024 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transposicionados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1292, de 09 de julho de 2024) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Ficha: 151 12.361.1003.2120.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 40.047,67
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 40.047,67

REDUÇÕES
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 162 12.365.1003.2125.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -11.958,15
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Ficha: 168 12.365.1003.2126.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -8.089,52
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Ficha: 169 12.365.1003.2126.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -20.000,00
3.1.91.13.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$ -40.047,67

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:90239E5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº 6601/GP/2025

DECRETO Nº 6601/GP/2025 de09 de setembro de 2025

"TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº 1292 de 09/07/2024 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transferidos na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1292, de 09 de julho de 2024) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 127 12.361.1003.1003.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 5.000,00

REDUÇÕES
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 00 05 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 128 12.361.1003.1003.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$ -5.000,00

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:D2754CE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº21 DE 09 SETEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 21, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica para Elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 do município de Cacaulândia conforme §1º do art. 4º do Decreto 6.600/GP/2025.

GABRIEL PEREIRA GALINDO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACAULÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 1º do art. 4º do Decreto nº6.600/GP/2025,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 6.600/GP/2025, que cria a Comissão Intersetorial para elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 do município de Cacaulândia.
RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor a Equipe Técnica de elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 do município de Cacaulândia, na condição de titulares e suplentes, os membros abaixo relacionados:

I – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Educação (Coordenador):
Titular: Alfredinho Hélio Sperandio.
Suplente: Maria Aparecida Ferreira de Almeida.

II - Representante Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Alcileia de Jesus Martins Follador.
Suplente: Edineia de Oliveira Cunha.

III – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Coordenação Geral;
Titular: Andre Elisio Dantas da Silva.
Suplente: Lázaro Divino Ferreira.

IV – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento;
Titular: Volmir José Alquieri.
Suplente: Lidiane Aparecida Abrantes Soares.

V – Representante Técnico da Secretaria Municipal da Saúde;
Titular: Gleice Souza das Virgens.
Suplente: Islan Diego Pereira da Silva.
VI – Representante Técnico dos gestores escolares da rede pública municipal;
Titular: Clarice Bortoloto
Suplente: Jaqueline Bernardi Moro Pacheco

VII – Representante Técnico dos professores da rede pública municipal;
Titular: Andréia Falcão Metzker Marchi
Suplente: Cleide Nery de Almeida

VIII – Representante Técnico dos profissionais de educação;
Titular: Klébia de Morais Rigo Gomes.
Suplente: Delma Patrícia de Paula.

IX – Representante Técnico da Câmara Municipal de Vereadores;
Titular: Nilza Quintino Neto.
Suplente: José Xavier de Oliveira

X – Representante do Conselho Municipal dos Direito da Criança e Adolescente (CMDCA);
Titular: Jessica Oliveira da Silva.
Suplente: Ana Paula Bernardes Salviano.

§1º. O objetivo da Equipe Técnica é elaborar a proposta de Documento-base do Plano Municipal de Educação PME.
§2º. A Coordenação da Equipe designará um de seus membros para secretariar os trabalhos da Equipe Técnica.
§3º. A Equipe Técnica subordina-se diretamente à Comissão Intersetorial, nos termos do §1º, do art. 4º do Decreto nº6.600/GP/2025.

Art. 2º - Compete a Equipe Técnica de Elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação:
1) Elaborar o Documento-base da proposta do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, observando as orientações temáticas da educação infantil, alfabetização, ensino fundamental, educação integral e digital, inclusão e a estrutura da educação básica;
2) Estabelecer na proposta as formas de apoio sob as quais o município ofereça as temáticas para o ensino infantil, fundamental e se for o caso, também para o médio, educação profissional e tecnológica no território;
3) Construir a proposta do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, observando as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE e, entre outros aspectos: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento ao ensino obrigatório, a melhoria na qualidade do ensino, a formação humanística, científica e tecnológica, e a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno no ensino fundamental;
4) Propor à Secretaria de Educação a realização do minicenso escolar no município, e prestar o apoio técnico necessário para execução dos trabalhos;
5) Propor à Secretaria de Educação a realização do diagnóstico escolar no município, e prestar o apoio técnico necessário para execução dos trabalhos;
6) Analisar dados e informações, com base no minicenso e no diagnóstico escolar, além dos dados oficiais do governo, sobre a oferta e a demanda educacional no município e as necessidades de estruturação e/ou aprimoramento das ações de melhoria contínua da educação no município;
7) Fixar metas e formular estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;
8) Avaliar os investimentos necessários para cada meta e propor a previsão orçamentário-financeira para cumprimento dos objetivos e metas do Plano;
9) Analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
10) Estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local;
11) Submeter a proposta do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 no prazo estabelecido e apresentá-lo à Comissão Intersetorial do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 para validação;
12) Após a validação da proposta, apoiar a Comissão Intersetorial no processo de articulação com o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e como a sociedade, além dos outros órgãos pertinentes, para realização das audiências públicas;
13) Participar dos debates públicos, examinar as propostas apresentadas e emitir parecer conclusivo sobre as sugestões apresentadas, para validação da Comissão Intersetorial;
14) Elaborar a versão preliminar da proposta para subsidiar o processo de sua aprovação;
15) Prestar apoio e assistência técnica à Comissão Intersetorial no processo de apreciação, pelo Fórum Municipal de Educação e de aprovação, pelo Conselho Municipal de Educação, da versão final da proposta;
16) Prestar apoio e assistência técnica ao Poder Executivo no processo de elaboração do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, a ser encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação e aprovação da lei respectiva;
17) Prestar apoio e assistência técnica ao Poder Legislativo, quando solicitado, no que se refere aos esclarecimentos que forem necessários no trâmite do processo legislativo para a aprovação da proposta de Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036;
18) Executar outras atividades vinculadas à elaboração da proposta de Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, quando requisitado pela Comissão Intersetorial ou quando identificar necessidades pertinentes ao bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - A Equipe Técnica terá o prazo de 10 (dez) meses para concluir os trabalhos de elaboração da proposta do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, contados a partir da data de publicação desta Portaria.
Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante justificativa circunstanciada a ser acatada pela Comissão Intersetorial e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Os casos omisso serão resolvidos pela Comissão Intersetorial.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CACAULÂNDIA/RO, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

GABRIEL PEREIRA GALINDO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Eliene Ferreira Sá Teles
Código Identificador:E9A65F8C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA N°049/2025

Conforme Artigo 72, Inciso VIII, da Lei 14.133/2021

Processonº:02146/2025.

Interessado:Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Dispensanº:049/2025

Objeto:Contratação de empresa para a aquisição/emissão de novos Certificados Digitais tipo e-CPF A3 com Token para servidores da Secretaria Municipal de Administração SEMAD

Fundamento:Artigo75º, Inciso II, e § 1º, Incisos I e II, em conjunto Art. 176º, Inciso I do Paragrafo Único da Lei Federal nº 14.133/2021.

Contratada:DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERT. DIGITAL LTDA - CNPJ: 24.448.443/0001-08

Valor Total da Licitação:R$510,00 (quinhentos e dez reais).

Prazo de Entrega/Realização:A emissão dos certificados digitais deverá ocorrer**imediatamente**ou em **até 02 (dois) dias úteis**a partir da emissão da ordem de serviço, que será encaminhada pela Secretaria solicitante, preferencialmente via e-mail oficial, podendo, em casos excepcionais, ocorrer por outros meios eletrônicos autorizados.

Forma de Pagamento:O pagamento, decorrente da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de **ATÉ 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento definitivo, após apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Orçamento:020303.04.122.0002.2008.0000 Atividades da Secretaria de Administração, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: 01.501 001 002 Recursos Livres, Ficha: 026

APROVO e **AUTORIZO** o processo de contratação direta, por Dispensa de Licitação, Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo.

Campo Novo de Rondônia/RO, 09 de setembro de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
CRISTIANE IZABEL MURATA
Secretária Municipal de Administração
Port. N° 012/2025

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:13A2BCD9

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 183, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS FORNECEDORES, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DOS FUNDOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS, Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e artigo 64, inciso VI da Lei Orgânica,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DEFINIÇÕES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento de apuração de infrações administrativas e aplicação de sanções aos fornecedores, nos termos dos artigos 155 a 163, Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública municipal direta, das autarquias e dos fundos especiais do Município de Campo Novo De Rondônia .

Parágrafo Único. Para efeito deste Decreto, equipara-se a contrato qualquer outro instrumento hábil que o substituir na forma da lei, que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras vigentes que regulamentam o respectivo procedimento em âmbito Federal.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, adotam-se as seguintes definições:

I – Agente de Contratação: servidor designado pela autoridade competente para conduzir os procedimentos licitatórios até a homologação, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

II – Comissão de Contratação: grupo de servidores designados para atuar na condução de licitações específicas ou permanentes, especialmente nos casos de bens e serviços especiais.

III – Comissão de Apuração de Responsabilidade: colegiado permanente de 5 membros, designado para conduzir o processo administrativo sancionador, assegurando contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

IV – AutoridadeCompetente: Secretário Municipal responsável pela aplicação das sanções no âmbito de sua pasta, conforme delegação estabelecida neste Decreto.

V – Processo Sancionatório: conjunto de atos administrativos destinados à apuração de infrações e aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Decreto.

VI – Sanções Administrativas: penalidades aplicáveis a licitantes ou contratados em razão de infrações administrativas, compreendendo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade.

VII – PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas: ambiente eletrônico oficial de divulgação obrigatória dos atos, documentos e informações relativos às contratações públicas, incluindo sanções.

VIII – CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas: base de dados nacional que reúne informações sobre empresas e pessoas físicas sancionadas com impedimento ou inidoneidade.

IX – Reabilitação: procedimento administrativo pelo qual o sancionado comprova o atendimento dos requisitos legais para voltar a contratar com a Administração, após cumprimento da penalidade.

X – Dosimetria: critérios objetivos para fixação da penalidade de forma proporcional à gravidade da infração, considerando agravantes e atenuantes.

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Seção I - Da Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade

Art. 4° A apuração das infrações administrativas previstas neste Decreto será conduzida por uma Comissão de Apuração de Responsabilidade, de caráter permanente, composta por 5 (cinco) membros designados por Portaria da autoridade competente.

§ 1º Dos membros designados, pelo menos 4 (quatro) deverão ser servidores efetivos do Município de Campo Novo de Rondônia.

§ 2º Dentre os membros da Comissão, 2 (dois) atuarão como suplentes, que substituirão os titulares nos seguintes casos:

I – impedimento ou suspeição, hipótese em que o suplente assumirá em todo o processo;

II – afastamento temporário, como férias, licenças ou outros afastamentos justificados, hipótese em que o suplente atuará apenas durante o período do afastamento.

Art. 5° Compete à Comissão de Apuração de Responsabilidade:

I – receber o processo instaurado pela autoridade competente e promover o exame de admissibilidade da representação, verificando a presença das informações e documentos necessários;

II – apurar e instruir os procedimentos necessários à verificação da ocorrência ou não de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados pela Administração Pública;

III – promover diligências e colher provas visando à elucidação dos fatos veiculados no processo;

IV – notificar licitantes e contratados para, querendo, apresentarem esclarecimentos ou defesa, de acordo com prazos estipulados;

V – receber e analisar a defesa apresentada pelos interessados;

VI – elaborar relatório final, de caráter informativo e opinativo, com recomendação fundamentada de aplicação de sanção ou arquivamento, encaminhando-o à autoridade competente para decisão final;

VII – solicitar a manifestação do órgão de assessoramento jurídico, quando necessário para dirimir dúvidas ou subsidiar a análise do processo;

VIII – praticar os demais atos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, observados os limites deste Decreto.

Art. 6° É vedada a participação na Comissão de servidores que:

I – tenham interesse direto ou indireto no processo;

II – sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de representante legal da empresa envolvida;

III – tenham amizade íntima ou inimizade notória com representante da empresa investigada;

IV – tenham atuado como fiscais técnico ou administrativo do contrato objeto do processo;

V – tenham participado de fases anteriores da licitação ou contratação sob apuração, em funções de decisão ou parecer.

Parágrafo Único. Nos casos de impedimento ou suspeição de membro titular, caberá a imediata convocação de suplente, garantindo-se a continuidade dos trabalhos da Comissão.

Art. 7° O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante justificativa fundamentada e aprovação da autoridade competente.

§1º O prazo de 30 (trinta) dias corridos para conclusão dos trabalhos da Comissão ficará suspenso exclusivamente durante o prazo concedido à defesa.

§2º Eventual necessidade de diligências externas ou demora em publicações não suspenderá a contagem, devendo, nesses casos, a Comissão solicitar à autoridade competente a prorrogação justificada do prazo por igual período, nos termos deste Decreto.

Art. 8° A Comissão deliberará por maioria simples de votos, devendo todos os membros assinar o relatório conclusivo.

§ 1º Havendo voto divergente, este deverá constar no relatório em apartado, com a respectiva fundamentação.

§ 2º O relatório da Comissão terá caráter opinativo e não vinculante, cabendo à autoridade competente a decisão final.

Seção II – Da Instauração e Instrução

Art. 9º O processo administrativo sancionador será instaurado sempre que houver indícios de infração administrativa prevista nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou neste Decreto.

Parágrafo Único – A instauração do processo será formalizada por portaria da autoridade competente, publicada no órgão oficial do Município, com a designação da Comissão de Apuração de Responsabilidade

Art. 10° O processo será autuado em sistema eletrônico próprio do Município e deverá ser instruído, conforme o caso, com:

I – identificação do processo de origem (licitação, dispensa, inexigibilidade ou adesão a ata);

II – edital, contrato, nota de empenho ou outro instrumento de ajuste, com seus aditivos;

III – cópia do ato de designação de fiscais e de relatórios de fiscalização;

IV – comunicações registradas entre a Administração e a contratada;

V – laudos técnicos, quando houver;

VI – eventuais pedidos de prorrogação de prazo e decisões respectivas;

VII – comunicação de descumprimento com indicação das cláusulas violadas.

Art. 11° Instaurado o processo, a contratada será notificada para apresentar defesa escrita no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da **publicação no Diário Oficial do Município**.

§ 1º A notificação será realizada, sempre que possível, por mais de um dos seguintes meios:

I – envio ao endereço eletrônico cadastrado ou indicado pelo fornecedor ou por seus representantes credenciados;

II – entrega física ao fornecedor, mediante recibo;

III – publicação no Diário Oficial do Município.

§ 2º Para efeitos de contagem de prazo, prevalecerá a data da publicação no Diário Oficial do Município, ainda que a ciência por e-mail ou recibo ocorra em data anterior.

Art. 12° A comissão de apuração poderá admitir a produção de novas provas ou determinar a juntada de documentos indispensáveis. Nesse caso, após a instrução complementar, será concedido prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de **alegações finais**.

Parágrafo Único. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Seção III – Das Garantias Processuais

Art. 13° A aplicação das sanções administrativas observará, obrigatoriamente, os princípios do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como os seguintes critérios:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos causados ao Município de Campo Novo de Rondônia;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo fornecedor, quando aplicável.

VI – a reparação integral do dano antes da decisão;

VII – a reincidência em infração da mesma natureza nos últimos 5 (cinco) anos, quando cabível.

Art. 14° São consideradas agravantes para a aplicação ou majoração da penalidade:

I – a prática da infração com violação de dever inerente ao cargo, ofício ou profissão;

II – o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo sancionador;

IV – a reincidência, nos termos do artigo 13º, inciso VII, deste Decreto.

§ 1º Considera-se reincidência a repetição de infração da mesma natureza, cometida dentro de 5 (cinco) anos após a decisão definitiva que aplicou a penalidade anterior.

§ 2º Para fins de reincidência, considera-se a decisão sancionatória proferida no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia.

Art. 15° São consideradas atenuantes para a aplicação ou redução da penalidade:

I – a primariedade;

II – a adoção de medidas para evitar ou reduzir as consequências da infração antes da decisão sancionadora;

III – a reparação integral do dano antes do julgamento;

IV – nas infrações relacionadas à documentação em licitação, quando ficar comprovado:
falha ou erro escusável do licitante;
vícios ou omissões em documentos cuja responsabilidade não seja do licitante;
equívoco formal ou material na apresentação da documentação, desde que ausente má-fé.

Parágrafo Único. Considera-se primário o fornecedor que não tenha sido sancionado definitivamente por infração administrativa nos últimos 5 (cinco) anos.

Seção IV – Do Julgamento e Recursos

Art. 16° Concluída a instrução, a Comissão de Apuração encaminhará manifestação fundamentada à autoridade competente, abordando cada argumento da defesa e sugerindo a penalidade cabível ou seu arquivamento.

Art. 17° O processo será encaminhado à autoridade competente.

§ 1º A manifestação do órgão de assessoramento jurídico será obrigatória nos processos que possam resultar na aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade, e facultativa nos demais casos, a critério da Comissão ou da autoridade competente.

§2º. Emitido o parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para a decisão de mérito.

§3º Recebida a instrução, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada quanto à aplicação ou não da sanção, devendo fixar:

I – a penalidade escolhida, com indicação dos critérios de dosimetria;

II – o prazo para cumprimento da decisão;

III – as providências quanto ao registro da sanção nos sistemas competentes.

Art. 18° Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Art. 19° Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade, caberá apenas pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis e decidido pela mesma autoridade competente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 20° O recurso administrativo ou o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até a decisão final.

Art. 21° A intimação das decisões será feita preferencialmente por via eletrônica, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial do Município, que marcará o início do prazo recursal.

Art. 22° A decisão que mantiver a penalidade será registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, quando cabível, e nos sistemas internos do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 23° Esgotada a instância administrativa, considera-se definitiva a decisão sancionatória, não cabendo novos recursos.

CAPÍTULO III
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I – Da Advertência

Art. 24° A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nos casos de infrações leves, assim entendidas aquelas que se enquadrem no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave.

Art. 25° Consideram-se infrações leves aquelas que:

I – representem inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância;

II – não comprometam a execução do objeto principal;

III – não causem prejuízo mensurável ao erário ou ao interesse público.

Parágrafo Único. A reincidência de infrações que ensejariam advertência poderá justificar a aplicação de penalidade mais gravosa, observados os critérios de dosimetria previstos neste Decreto.

Seção II – Das Multas

Art. 26° As multas aplicáveis aos fornecedores no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia classificam-se em multa moratória, destinada a punir o atraso injustificado na execução ou entrega de bens e serviços, e multa compensatória, destinada a punir a inexecução parcial ou total do contrato.

I – A multa será sempre fundamentada pela autoridade competente, observando os critérios de dosimetria previstos neste Decreto.

II – A aplicação da multa não exclui outras sanções administrativas, como advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, nem a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

III – A multa poderá ser descontada dos valores devidos, compensada com a garantia contratual ou cobrada judicialmente.

IV – Serão observados os limites previstos no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo os percentuais ser definidos no edital ou no contrato e aplicados de forma proporcional e motivada.

Art. 27° – A multa moratória será aplicada quando o contratado entregar o objeto ou executar o serviço integralmente, mas com atraso injustificado em relação ao prazo previsto no contrato.

I – será aplicada multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso sobre o valor da obrigação em atraso, limitada a **10% (dez por cento)** do valor da obrigação descumprida;

II – nos casos em que ficar comprovado dolo ou reincidência, a multa poderá ser fixada em até 1% (um por cento) ao dia, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, previsto no artigo 156, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

III – ultrapassados **30 (trinta) dias** de atraso, poderá ser aplicada multa única de até **10% (dez por cento)** sobre o valor da obrigação em atraso, além da avaliação sobre a conveniência de rescisão contratual.

§ 1º Considera-se atraso injustificado a ausência de documentos ou fatos que comprovem causa legítima para o descumprimento do prazo.

§ 2º A reincidência de atrasos poderá ser considerada circunstância agravante na dosimetria e ensejar aplicação de sanções adicionais.

Art. 28° – A multa compensatória será aplicada quando houver inexecução parcial ou total do contrato.

I – na inexecução parcial será aplicada multa entre **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela não cumprida;

II – na inexecução total será aplicada multa entre **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato;

III – quando caracterizados dolo, fraude ou má-fé, a multa poderá ser fixada até o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor do contrato, mediante fundamentação específica.

§ 1º A multa compensatória não exclui a possibilidade de rescisão contratual nem de aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º A autoridade deverá explicitar na decisão os critérios utilizados para a fixação da penalidade, incluindo gravidade da conduta, extensão do dano e existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Art. 29° – Quando parte do objeto for entregue com atraso e outra parte não for cumprida, aplicar-se-á a multa moratória sobre a parcela entregue em atraso e a multa compensatória sobre a parcela não executada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções.

Art. 30° – O cálculo e a aplicação das multas decorrentes de atraso ou inexecução contratual observarão relatório da fiscalização e instrução processual adequada.

I – a fiscalização certificará, em relatório circunstanciado, o período de atraso e a parcela inadimplida, juntando os documentos comprobatórios;

II – o processo será encaminhado à Secretaria competente para cálculo e proposta de penalidade;

III – a autoridade competente decidirá motivadamente e notificará o contratado, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Art. 31° A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao fornecedor que praticar infrações administrativas de média gravidade, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais severa.

Art. 32° O impedimento de licitar e contratar produzirá efeitos somente no âmbito da Administração Pública direta, autárquica, fundacional e fundos especiais do Município de Campo Novo de Rondônia.

Art. 33° O prazo de impedimento será fixado entre 6 (seis) meses e 3 (três) anos, observados o critério da proporcionalidade, a gravidade da infração, os danos causados, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e a reincidência.

Art. 34° São hipóteses de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, entre outras previstas em lei:

I – causar a inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – causar a inexecução total do contrato, quando não couber penalidade mais grave;

III – deixar de entregar documentação exigida para o certame, salvo motivo devidamente justificado;

IV – não manter a proposta apresentada, salvo em decorrência de fato superveniente justificado e aceito pela Administração;

V – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

VI – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Art. 35° A reincidência em condutas que ensejam impedimento poderá justificar a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, nos termos deste Decreto e da Lei nº 14.133, de 2021.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Art. 36° A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao fornecedor que praticar infrações administrativas graves, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando configuradas condutas que atentem contra a integridade da licitação ou a execução contratual.

Art. 37° São hipóteses de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade:

I – apresentar declaração ou documentação falsa na licitação ou durante a execução do contrato;

II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza em relação ao certame ou contrato;

IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – dar causa à inexecução parcial ou total do contrato quando a gravidade da conduta justificar a imposição da penalidade mais severa.

Art. 38° A declaração de inidoneidade terá prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, devendo a autoridade competente fixá-lo com base na gravidade da conduta, na extensão do dano causado, na reincidência e nas circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas neste Decreto.

Art. 39° A competência para aplicar a sanção de declaração de inidoneidade é exclusiva do Secretário demandante do contrato ou da autoridade máxima da autarquia ou fundação, devendo o ato ser precedido de análise jurídica obrigatória.

Art. 40° Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, a ser dirigido ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

§ 1º O Prefeito decidirá no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do processo, podendo confirmar ou reformar a decisão.

§ 2º A decisão do Prefeito exaure a esferaadministrativa.

Art. 41° A decisão que declarar a inidoneidade será registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e nos sistemas internos do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da decisão definitiva.

Seção V – Da Dosimetria

Art. 42° A dosimetria das penalidades observará os critérios definidos no artigo 8º deste Decreto e será aplicada de forma progressiva e fundamentada.

Art. 43° A autoridade competente deverá seguir, para definição da penalidade, as seguintes etapas:

I – identificar a conduta praticada pelo fornecedor;
II – escolher a sanção-base prevista nos artigos 19 a 35 deste Decreto;

III – analisar a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes, conforme o artigo 8º;

IV – fixar o percentual da multa ou o prazo da sanção dentro dos limites previstos;

V – registrar de forma expressa os critérios que levaram à penalidade aplicada.

Art. 44° – Para garantir padronização, adotar-se-ão as seguintes referências iniciais, ajustáveis conforme os fatores previstos no artigo 8º:

I – multa compensatória por inexecução parcial: 3% (três por cento) da parcela não cumprida;

II – multa compensatória por inexecução total: 15% (quinze por cento) do valor total do contrato;

III – impedimento de licitar e contratar: 12 (doze) meses;

IV – declaração de inidoneidade: 4 (quatro) anos.

Art. 45° – A pena poderá ser majorada ou reduzida, dentro dos limites legais, considerando:

I – dolo, fraude, má-fé ou conluio, que justificam aumento;

II – dano elevado ao interesse público, que justifica aumento;

III – reincidência em infrações da mesma natureza, que justifica aumento;

IV – primariedade, reparação integral do dano ou cooperação efetiva, que justificam redução.

Art. 46° – A dosimetria das multas observará ainda as seguintes regras:

I – a multa moratória tem como base 0,5% (meio por cento) ao dia sobre a obrigação em atraso, podendo ser elevada até 1% (um por cento) ao dia em caso de dolo ou reincidência, respeitados os limites do artigo 27 deste Decreto e do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – Multa compensatória por inexecução parcial: tomar como ponto de partida 3% (três por cento) sobre a parcela não cumprida;
aplicar até mais 2 (dois) pontos percentuais quando houver dolo/fraude, dano elevado ou reincidência;
reduzir até 2 (dois) pontos percentuais quando houver reparação integral, cooperação efetiva ou primariedade;
respeitar sempre a faixa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) prevista no art. 28, inciso I;

III – Multa compensatória por inexecução total: tomar como ponto de partida 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato;
aplicar até mais 5 (cinco) pontos percentuais quando houver dolo/fraude, dano elevado, conluio ou reincidência;
reduzir até 5 (cinco) pontos percentuais quando houver reparação integral, cooperação efetiva e primariedade;
respeitar sempre a faixa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) prevista no art. 28, inciso II;

Parágrafo Único – É vedada a aplicação cumulativa de multa moratória e compensatória sobre a mesma obrigação, exceto no caso de atraso em parte do objeto e inexecução em outra, hipótese em que se aplicam ambas de forma proporcional e sem sobreposição sobre a mesma parcela da obrigação.

Art. 47° – Na aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, a autoridade deverá:

I – Impedimento de licitar e contratar: prazo base de 24 (vinte quatro) meses;
acrescer até 12 (doze) meses em caso de dolo/fraude, dano elevado ou reincidência;
reduzir até 12 (doze) meses quando houver reparação integral, cooperação efetiva e primariedade;
respeitar sempre a faixa de 6 (seis) meses a 3 (três) anos do art. 33.

II – Declaração de inidoneidade: prazo base de 4 (quatro) anos;
acrescer até 2 (dois) anos quando houver dolo/fraude com conluio e dano elevado;
reduzir até 1 (um) ano quando houver reparação integral e cooperação efetiva, sem prejuízo da gravidade;
respeitar sempre a faixa de 3 (três) a 6 (seis) anos do art. 38.
Art. 48 A decisão sancionadora deverá ser fundamentada de forma clara, indicando:

I – a sanção escolhida;

II – os critérios do artigo 8º considerados no caso;

III – o percentual ou prazo final fixado;

IV – a base legal que ampara a decisão.

Art. 49° Quando a mesma conduta se enquadrar em mais de uma infração, será aplicada a penalidade mais grave ou, se equivalentes, apenas uma delas, com possibilidade de aumento de até metade, de forma motivada, sem ultrapassar os limites legais.

Art. 50° É vedado utilizar o mesmo fato para agravar a penalidade mais de uma vez.

Art. 51° A reparação integral do dano antes da decisão e a cooperação efetiva do fornecedor serão consideradas atenuantes relevantes, podendo justificar a redução da penalidade aplicada, respeitados os limites legais.

CAPÍTULO IV
DA REABILITAÇÃO

Art. 52° A reabilitação do fornecedor sancionado poderá ser concedida pela mesma autoridade que aplicou a penalidade, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa aplicada;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar;

IV – transcurso do prazo mínimo de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

V – cumprimento das condições específicas estabelecidas no ato punitivo;

VI – apresentação de requerimento formal instruído com documentos comprobatórios.

Art. 53° A reabilitação dependerá de análise jurídica prévia, que avaliará o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares.

Art. 54° A concessão da reabilitação será publicada no Diário Oficial do Município e registrada nos sistemas competentes, especialmente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, quando aplicável.

Art. 55° Quando a penalidade decorrer de atos previstos no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção), a reabilitação dependerá, adicionalmente, da comprovação da implantação ou do aperfeiçoamento de programa de integridade.

CAPÍTULO V
DA PRESCRIÇÃO

Art. 56° A pretensão de aplicação das sanções previstas neste Decreto prescreve em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração.

Art. 57° O prazo prescricional será:

I – interrompido pela instauração do processo administrativo sancionador;

II – suspenso pela celebração de acordo de leniência, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013;

III – suspenso por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 58° Nos casos de infração permanente ou continuada, o prazo de prescrição começará a correr a partir do dia em que cessar a permanência ou continuidade da infração.

Art. 59° O prazo prescricional será regulado de ofício pela Administração e poderá ser reconhecido em qualquer fase do processo.

Art. 60° A decisão que reconhecer a prescrição será fundamentada, com indicação expressa da data da ciência da infração e da causa de suspensão ou interrupção, quando houver.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61° Aplicam-se subsidiariamente a este Decreto as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas pertinentes à matéria.

Art. 62° Compete aos Secretários Municipais, na qualidade de autoridades competentes e ordenadores de despesa, autorizar a emissão de guias para recolhimento das multas aplicadas em contratos de sua respectiva pasta, cabendo ao Departamento de Tributos a emissão das guias e a adoção das providências de cobrança.

Parágrafo único. A autorização será formalizada em despacho específico nos autos do processo sancionatório.

Art. 63° Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria demandante do contrato, mediante consulta prévia ao órgão de assessoramento jurídico do Município.

Art. 64° Ficam revogados os artigos 18, 19, 20 e 21 do Decreto Municipal nº 074, de 22 de abril de 2024, por tratarem de matéria ora regulamentada neste Decreto.

Art. 65° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:8027BE94

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
ERRATA Nº 033, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

A Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, por meio do Signatário da presente nota, certifica para devidos fins de direito e a quem possa interessar que veiculou neste canal PORTARIA Nº 859 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025. o qual terá retificação por erro material conforme segue:

Onde se Lê:

I - ...

Função	Servidor	Matrícula
Fiscal	YAGO RAFAEL GUEDES DE OLIVEIRA	26721
Fiscal Substituto	MARIONILDO ALMEIDA LANDINHO	24860

Lê-se e considera:

I –

Função	Servidor	Matrícula
Gestor	Catieli Oliveira De Sousa	25111
Fiscal	Yago Rafael Guedes De Oliveira	26721
Fiscal Substituto	Marionildo Almeida Landinho	24860

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:7B50D46E

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
LEI Nº 1.230, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de **R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)**, para atender ao desdobro da despesa especificada abaixo:

I – Dotações a criar:

a)		
02.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
02.07.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
15	Urbanismo	
452	Serviços Urbanos	
0015	Cidade Iluminada	
2020	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
1.751.0	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	
XXX - 4.6.90.71	**Principal Da Dívida Contratual Resgatado**	**45.000,00**
b)		
02.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
02.07.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
15	Urbanismo	
452	Serviços Urbanos	
0015	Cidade Iluminada	
2020	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
XXX - 4.6.90.71	**Principal Da Dívida Contratual Resgatado**	**10.000,00**

Art. 2º Para cobertura do crédito especificado no art. 1º serão anuladas as seguintes dotações:

I - Anulação de Dotação:

a)		
02.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
02.07.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
15	Urbanismo	
452	Serviços Urbanos	
0015	Cidade Iluminada	
2020	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
1.751.0	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	
727 - 3.3.90.91	**Sentenças Judiciais**	**45.000,00**
b)		
02.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
02.07.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
15	Urbanismo	
452	Serviços Urbanos	
0015	Cidade Iluminada	

2020	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
728 - 3.3.90.91	**Sentenças Judiciais**	**10.000,00**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:5E1A1D4A

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA N° 860, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Exonera a pedido o servidor FRANCISCO FERREIRA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, e do processo 2723/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a pedido o servidor **FRANCISCO FERREIRA** do Cargo DeChefe De Divisão de Saneamento Básico, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. **A partir de 09 de Setembro de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:FD4CB47F

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 861 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Nomear os servidores para atuarem como fiscais do contrato 137/2025 no processo 1372/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 1372/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do contrato 137/2025 no processo 1372/2025, referente a AquisiçãoDe Materiais De Consumo Do Tipo Água Mineral, Gás Liquefeito De Petróleo (Glp) E Vasilhames da Secretaria Municipal De Educação.

Fiscais de Contrato

Função	Servidor	Matrícula
Fiscal Administrativo	Angélica Passos da Rocha	26477
Fiscal Administrativo Substituto	JESIEL GERALDO DE ALMEIDA	25040
Fiscal Técnico	DIVAMAR VIEIRA HIBNER PINHEIRO	23210
Gestora	WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN	26652

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:FC12EAFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal De Assistência Social, do Município De Campo Novo De Rondônia/RO. Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, ADJUDICA E HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório, cujo objeto é:**Aquisição de um Veículo tipo (SUV) Utilitário, com as seguintes características: Veículo tipo SUV, 0 (zero) km, fabricação e ano/modelo mínimo 2024, capacidade 5 pessoas, incluso o motorista, motorização mínima: 1.3 normal ou 1.0 turbo, Tração: dianteira, Combustível: flex (etanol/gasolina), potência mínima: 113 cv (E)/111 cv (G), câmbio: manual ou automático, ESPELHO DA PROGRAMAÇÃO 110070020230002, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Campo Novo de Rondônia-RO.**

Processo Administrativo:11-1757/2025

Órgão Gestor:SEMAS.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 016/2025.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Fornecedor declarado vencedor:

Fornecedor:**TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA**CNPJ:**05.880.596/0001-85**

Valor sub Total Adjudicado/ Homologado**R$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais)**

Valor total Homologado: R$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais).

Campo Novo de Rondônia, 09 de setembro de 2025

[Assinado Eletronicamente]
FABÍOLA ALVES MEDEIROS
Secretária SEMAS
Port.043/2021

Publicado por:
Lucas Alves de Lima
Código Identificador:37C5760D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 47/2025-SEMUSA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, convoca os aprovados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025-SEMUSA, de 10 de janeiro de 2025, com Homologação do Resultado Final em 13 de fevereiro de 2025, devendo se apresentar no Departamento de Gestão Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Novo de Rondônia, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital de Convocação e fazer a entrega dos seguintes documentos (apresentar todos os documentos originais):

a) Atestado de sanidade física e mental;
b) Uma fotografia 3x4 recente e colorida;
c) RG - Registro Geral;
d) CPF;
e) Registro Profissional no Conselho de Classe dentro da validade (exceto para cargos cuja legislação não exija);
f) Título Eleitoral;
g) CTPS;
h) Certidão de Nascimento/Casamento;
i) Reservista, se do sexo masculino;

j)CNH válida, se exigida para o cargo;
k) Cartão PIS/PASEP;
l) Comprovante de escolaridade exigido para o cargo e histórico;
m) Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
n) Conta Bancária do Banco do Brasil nominal (conta corrente e/ou salário);
o) Telefone e e-mail para contato;
p) Comprovante de Residência em seu nome, podendo ser fatura de luz, água, internet ou telefone (desde que contenha nome completo e endereço) correspondente aos 03 (três) últimos meses, caso não seja em seu nome, apresentar junto à fatura declaração assinada pelo titular do comprovante reconhecida em cartório ou através do GOV.
q) Cartão de Vacina ou documento que comprove atualização de imunizantes para a faixa etária;
r) Declaração de que, firmado o contrato, não estará acumulando mais de dois cargos ou empregos públicos, conforme vedação expressa no art. 37 XVI, c, da Constituição Federal, e que os dois juntos não excederão o que está previsto em Lei;
s) Declaração emitida pelo próprio candidato da existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público nos últimos 05 (cinco) anos (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes);
t) Certidão nada consta emitida pelo DETRAN de não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, para condutores de veículos leves e coletivos;
u) Declaração que não responde a Processo Administrativo Disciplinar, nas esferas públicas: Municipal, Estadual e Federal https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
v) Certidão negativa de débitos municipais https://certidoes.camponovo.ro.gov.br/servicosweb/home.jsf e estaduais https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp;
W) Certidão negativa do Tribunal de Contas https://tcero.tc.br/certidao-negativa-e-positiva-tce/;
x) Certidão negativa de antecedentes criminais, estadual 1° e 2° grau https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/certidaoPublicaEmitir?ehCertidaoMilitancia=0 e federal https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/;
y) Certidão negativa de ações civis e criminais Resolução 156/CNJ https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/certidaoPublicaEmitir?ehCertidaoMilitancia=0;
z) Atestado Médico evidenciando a aptidão para a função pretendida, em caso de inscrito para as vagas destinadas aos Portadores de Necessidades Especiais;
aa) Caso tenha filho(s): CPF, Certidão de Nascimento, Cartão de vacina dos filhos até 03 (três) anos e Comprovante de Matrícula Escolar dos acima de 04 anos;
ab) O candidato (a) deverá realizar os Exames Médicos e Laboratoriais: Hemograma Completo, EAS Urina Tipo 1, TGO, TGP, Glicemia, Colesterol Total, Creatinina, Ureia, VDRL, Beta HCG, Parasitológico de Fezes, HIV1/HIV2 Pesquisa de Anticorpos e Raio-X do Tórax PA e Perfil.

Os resultados dos exames médicos e laboratoriais deverão ser apresentados presencialmente pelo(a) próprio(a) candidato(a) à Junta Médica Oficial do Município de Campo Novo de Rondônia, primeiramente realizando o agendamento prévio no HPP - Hospital de Pequeno Porte do Município de Campo Novo de Rondônia ou através do e-mail: drh.semusa.camponovo@gmail.com. Sendo considerado(a) Apto(a), será expedido Certificado de Aptidão Física e Mental, certificando a aptidão para o exercício do cargo. Em posse do Certificado de Aptidão Física e Mental emitido pela junta Médica Oficial do Município de Campo Novo de Rondônia, o(a) candidato(a) deverá comparecer a Secretaria Municipal de Saúde para efetuar a entrega dos documentos solicitados.

Classificação	Candidato	CPF	Cargo/Função	Lotação
26° lugar	Jucineia Tavares da Silva e Silva	xxx.270.722-xx	Técnico em Enfermagem	HPP

Campo Novo de Rondônia, 9 de setembro de 2025.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Maickele de Souza Quartezani
Código Identificador:7D89D598

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2025 – CMAS

Candeias do Jamari – RO, 09 de setembro de 2025.

Senhor (as) Conselheiro (as),
O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Candeias do Jamari, no uso de suas atribuições legais, convoca os conselheiros e toda a população para a 5ª reunião Extraordinária do ano vigente, configurando a 40ª Assembleia Extraordinária deste Conselho Municipal de Assistência Social.

Data: 11 de setembro de 2025.
Horário: 1ª chamada 09:00 horas e 2ª Chamada às 09:15.
Local: Rua 21 de abril nº 265, Bairro União, Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.

A reunião terá duração máxima de 2 (duas) horas. Assim que a sessão for aberta pelo Presidente ou Vice-Presidente, será imediatamente realizada a votação e estabelecidas as pautas prioritárias.

Ordem do dia:
• Informes
• Leitura da ATA
• Apresentação, Análise, Discussão e Deliberação.

PAUTAS:
• APRESENTAÇAO DO SUPERAVIT 2025

LUCAS ROSENDO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Lucas Rosendo da Silva
Código Identificador:DC9798EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 371/2025 - NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS

"NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO GABINETE DO PREFEITO, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021."

A Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 90 da Lei Orgânica do Município, bem como pela Lei Municipal nº 1.678/2025, em consonância com o disposto nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora **CRISTIANE RIBEIRO MARTINS**, matrícula nº 13030, para exercer a função de **Fiscal de Contratos do Gabinete do Prefeito**, relativamente aos contratos administrativos que envolvam aquisição de materiais de consumo, prestação de serviços e materiais permanentes, no âmbito desta Pasta.

Art. 2º – Para efeito desta Portaria, considera-se Fiscal de Contratos a servidora designada para acompanhar, verificar, registrar e relatar a

execução contratual, auxiliando o Gestor do Contrato quanto às providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas avençadas.

Art. 3º – Compete à Fiscal de Contratos:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, atestando a conformidade do objeto recebido com as
condições contratadas;
II – Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato quaisquer irregularidades ou inadimplementos verificados,
para adoção das medidas cabíveis;
III – Emitir relatórios e pareceres técnicos sobre a execução contratual, sempre que solicitado;
IV – Cumprir as atribuições legais que lhe forem conferidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021,
responsabilizando-se pelos atos praticados no exercício da fiscalização.

Art. 4º – A servidora designada exercerá as funções de fiscalização contratual até o término da vigência dos contratos sob sua responsabilidade, podendo ser substituída a qualquer tempo por ato administrativo superveniente.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Candeias do Jamari/RO, 09 de setembro de 2025

ANTONIA RODRIGUES DE MOURA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Welita Kassia Bongestab Gonçalves
Código Identificador:1F87B747

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 10.174 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, e com fundamento no artigo 87, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o servidor Senhor ADILSON AUGUSTO TEIXEIRA, do cargo em comissão de Coordenador de Operações de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, CDA-05, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, no âmbito da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros imediatos, ficando revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miria Coelho de Souza
Código Identificador:A2108199

GABINETE DO PREFEITO-GP
PORTARIA Nº 366, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

CRIA E NOMEIA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO FISCALIZAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTÍNUOS, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PARA FORNECIMENTO DE PROFISSIONAIS NA FUNÇÃO DE C AUXILIAR OPERACIONAL (COM INSALUBRIDADE), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL SEMUSP.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS EMUSP, no Uso de suas atribuições legais,
Considerando o que diz a Lei Organica no Art. 78º,Art. 87ºinciso II, bem como a Lei Nº 1327 em seu Art. 26º inciso I,
RESOLVE:
Art. 1º – Instituir, no âmbito da Secretária Municipal de Serviços Públicos, a Comissão Permanente de Acompanhamento Fiscalização da prestação de serviços terceirizados contínuos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para fornecimento de profissionais na função de C Auxiliar Operacional (com insalubridade), para atendimento da Secretaria Municipal SEMUSP.
Art.2º–A Comissão será constituída por 03(três) servidores públicos municipais, sendo:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Presidente	HERMES ELMAR BOERI	113036
Secretário	EVENEY CUNHA DE OLIVEIRAABREU	13121
1ºMembro	EDINALDO COSTA	13144

§1º- Compete a Comissão acima nomeada por esta Portaria:
I –Acompanhar e examinar no que diz respeito à qualidade do serviço prestado pela empresa com base no que foi contratado;
II–Atestar relatórios e notas fiscais garantindo que o serviço foi de fato prestado;
III– Expedir Termo de Recebimento Definitivo ou Notificação, no caso de rejeição do serviço prestado e encaminhar toda a documentação atestada e assinada ao setor competente para pagamento;

§2º- Na ausência do Presidente, ficar-se-á automaticamente designado a responder pela Presidência o secretário acima mencionado;

Art. 3 esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Dê ciência, publique-se ec umpra-se.

JOAQUIM DE LIMA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Enilson Oliveira de Almeida
Código Identificador:05AA6BB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 371/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 09 de setembro de 2025.

QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 68/2025/PGM/PMCJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , no uso de suas atribuições legais e, considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Município Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Lei Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear servidor abaixo como FISCAL referente ao Contrato Nº. 68/2025/PGM/PMCJ firmado entre a Secretaria Municipal de Educação e a Empresa Inventors Engenharia e Representação LTDA CNPJ: 30.106.351/0001-42 especializada no fornecimento de Material Permanente (Centrais de Ar) com serviço de instalação incluso, visando atender a Sede da SEMED e as 13 (treze) escolas do Município de Candeias do Jamari - RO.

FUNÇÃO	NOME	CPF
Fiscal do Contrato	Alex Soni Araujo dos Santos	***.510.282.**

Art. 2º Compete ao Fiscal do Contrato:

I. Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento e a instalação do Material permanente (Centrais de Ar) contratado.
II. Apurar faltas ou defeitos observados no ato da inspeção na entrega e instalação dos bens fornecidos.
III. Determinar a regularização das faltas ou defeitos constatados no ato da fiscalização.
IV. Garantir a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade no fornecimento dos bens permanentes.
V. Assegurar o adequado fornecimento dos bens permanentes contratados.
VI. Solicitar autorização do Secretário (a) de Educação em tempo hábil, visando a tomada de decisões, tal qual as providências que possam vir a ultrapassar a jurisdição do Fiscal do Contrato.
VII. A fiscalização do Contrato de Fornecimento das Centrais de Ar, deverá ser realizada a cada entrega e instalação que a Empresa fornecer e instalar.
VIII. Notificar a empresa, bem como a administração pública quando detectado qualquer ocorrência que desvirtue e/ou comprometa o fornecimento dos bens permanentes contratados.
XI. Controlar o prazo de vigência do Contrato e juntar ao processo a documentação necessária para celebração de aditivos se for da vontade da administração e encaminhar ao setor competente.
X. Manter o controle atualizado dos pagamentos efetuados.

Art. 3º -Esta Portaria terá seus efeitos retroativos à 14 de julho de 2025.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal da SEMED
Decreto Nº. 10.000/2025

Publicado por:
Alex Soni Araujo Dos Santos
Código Identificador:E67E33A9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
24ª ATA ORDINARIA

Ata da vigésima quarta (24ª) reunião ordinária, do segundo período legislativo, da nona legislatura, realizada no dia 01 de setembro do Ano de 2025, às 19h30min (dezenove e trinta horas), nas dependências da Câmara Municipal, Castanheiras - RO. Aos vinte e cinco (25) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 19h30min (dezenove e trinta horas), sob a presidência do Excelentíssimo senhor **ANDRÉ DE OLIVEIRA - PP,** digníssimo vereador, secretariado pelo vereador, **NADIELLE PAIZANTE - UNIÃO,** digníssimo vereador**,** dá se início a **24ª sessão ordinária**, instalada a sessão o senhor presidente solicitou que fosse realizada a chamada nominal dos senhores vereadores para apuração do "quórum" legal. Cortejando-se a chamada com as assinaturas dos vereadores presentes, no livro de Registro de presença apurou - se que havia "quórum" legal para as deliberações sendo as seguintes presenças**: ANDRÉ DE OLIVEIRA – PP, GILSON DIAS BARBOSA – PP(AUSENTE), JOÃO BATISTA MINAS PEREIRA – PSD, MARTINA FERMINO DE FARIAS – PSB, NADIELLE CRISTHINE DE CARVALHO PAIZANTE – UNIÃO, PAULO CESAR PEREIRA– UNIÃO, RAFAEL DA SILVA – AVANTE, ROMARIO LEONER DE SOUZA – MDB, RONALDO DOS ANJOS – PP.** Nesse momento o senhor presidente da boas vinda a todos Vereadores presente comprimentos a todos funcionários dessa casa, cumprimentar todos os internautas que está nos assistindo, convido o vereador para fazer a leitura da Bíblia, vereador Ronaldo e convido a todos para ficar de pé para ouvir a palavra da Bíblia, convido primeiro secretário para fazer a leitura da primeira ordem do dia primeira parte: vigésima quarta reunião ordinária do segundo período legislativo da nona legislatura da câmara municipal de castanheiras/RO a ser realizada as 19:30hrs no dia 01 de setembro de 2025, ordem do dia primeira parte, item I Apreciação da ata da reunião anterior. Item II Apreciação do expediente recebido, **Apresentação do requerimento N:002/LEG/2025** *ASSUNTO:* Requer do EXM° SR. Prefeito, Cícero Godoi que faça a manutenção da iluminação pública das vias da agrovila e que sea feita o patrolamento com limpeza das vias. *AUTORIA:* **Rafael Silva – AVANTE, Apresentação do projeto de Lei N°: 004/LEG/2025** *ASSUNTO:* Dispõe e estabelece formas de concessão de diárias aos servidores públicos no poder legislativo municipal, e da outras providências. *AUTORIA:* **André de Oliveira – PP e Ronaldo Anjos – PP.** Item III palavras vagas aos vereadores inscritos no expediente, pequeno expediente e grande expediente. Nesse momento o presidente ANDRÉ solicita do secretário para fazer a leitura da ata da reunião anterior e então o vereador JOÃO faz um requerimento verbal para que seja suspensa a leitura da ata da reunião anterior, sendo aprovado o requerimento por unanimidade de votos favoráveis. Nesse momento o senhor presidente solicita do secretário que faça a leitura do expediente recebido, **SETEMBRO AMARELO,** Mês de Prevenção ao Suicídio. A Câmara Municipal de Castanheiras convida toda a comunidade a refletir sobre a importância da vida e a união em prol da saúde mental. Falar da dor não é fraqueza, é coragem. Estender a mão pode salvar uma vida. Você nunca está sozinho. A sua vida tem valor, tem sentido e faz falta no mundo. Se precisar, peça ajuda, se puder, ofereça acolhimento. VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO. ESTAMOS JUNTOS NESSA CAUSA! OFÍCIO N° 065/ARPP CHICO MENDES/2025 Novo Horizonte do Oeste - RO, 28 de agosto de 2025. A Sua Senhoria o Sr°. André de Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Castanheiras – RO E a Sua Senhoria a Srª Martina Fermino de Farias Vereadora do Município de Castanheiras – RO ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR; [...] Atenciosamente, Getúlio Silva e Sousa, Diretor Escolar. Escola Família Agrícola Chico Mendes, E-mail: efachicomendes@yahoo.com.br, Telefone: (69) 99330-8653. Getúlio Silva e Sousa Diretor - Portaria 001/2024 E.F.A. Chico Mendes, Novo Horizonte do Oeste - RO Faculto a palavra ao vereador inscrito no expediente. ninguém escrito, faculto a palavra ao Vereador escrito no pequeno expediente ninguém inscrito também, senhor Presidente faculto a palavra Vereador escrito no grande expediente, Vereador Ronaldo, Ronaldo cumprimenta os pares da casa, os telespectadores e o público presente e então explica sobre seu **Requerimento N°: 003/LEG/2025,** referente ao incentivo adicional aos agentes de saúde, ele pontua sobre se algum dos nobres Vereadores fazer um requerimento ou apresentar um grande projeto e não estiver presente, para não haver um desentendimento, que seja retirado ou suspenso para que possamos em uma próxima sessão haver uma comunicação entre os próprios e assim ele possa explicar e assim todo mundo ter uma votação mais correta. Nesse momento o presidente André em seguida faz o intervalo regimental de quinze (15) minutos, nesse momento Vereador JOÃO faz requerimento verbal para que seja suspenso o INTERVALO REGIMENTAL, sendo aprovado o requerimento por UNANIMIDADE DE VOTOS ficando SUSPENSO o intervalo regimental. Solicito que o senhor secretario faça a segunda chamada dos vereadores**: ANDRÉ DE OLIVEIRA – PP, GILSON DIAS BARBOSA – PP(AUSENTE), JOÃO BATISTA MINAS PEREIRA– PSD, MARTINA FERMINO DE FARIAS – PSB, NADIELLE CRISTHINE DE CARVALHO PAIZANTE – UNIÃO, PAULO CESAR PEREIRA – UNIÃO, RAFAEL DA SILVA – AVANTE, ROMARIO LEONER DE SOUZA – MDB, RONALDO DOS ANJOS – PP.** Vereador André solicita ao secretário que faça a leitura da segunda ordem do dia, **Discussão e Votação do requerimento N:003/LEG/2025** *ASSUNTO:* Requer do EXM° SR Prefeito que seja solicitado o envio a esta casa legislativa, um projeto de lei de teor semelhante ao da lei municipal N°6.913/2024, do município de Vilhena-RO. *AUTORIA:* **Ronaldo Anjos. Discussão e votação** do **Requerimento N°:002/LEG/2025,** *ASSUNTO:* Requer do EXM° SR. Prefeito, Cícero Godoi que faça a manutenção da iluminação pública das vias da agrovila e que sea feita o patrolamento com limpeza das vias. *AUTORIA:* **Rafael Silva – AVANTE.** Presidente passa para **Discussão e Votação** do **Requerimento N°:002/LEG/2025,** Vereador João diz que ainda é contra, por ver que ainda tem outros funcionários recebendo menos que outros. Presidente salienta dizendo que o requerimento é de cunho efetivo para fazer um pedido ao executivo municipal, se tiver formalidade será feito o projeto e a casa está aqui para validar ou não este projeto, mas se tiver formalidade, com certeza está casa irá aprovar, Vereador João informa que os agentes de saúde de teste seletivo não tem direito a esta gratificação, Vereadora Nadielle

Parabeniza a classe que esta unida e presente na casa e parabeniza eles pelo seu trabalho dizendo que está à disposição a ajudar os funcionários afirmando ser favorável ao requerimento, Vereadora Martina explica que um requerimento de um Vereador é um sonho, que pode virar realidade ou não, vai depender do Executivo e depois eles efetiva com suas aprovações, ela parabeniza o Vereador Ronaldo pelo Requerimento dizendo ser favorável. Sem mais discussão, passa para votação, sendo **aprovado** o **Requerimento N°: 003/LEG/2025** com sete (07) votos favoráveis e um (01) voto contra. Presidente passa para a **Discussão e votação** do **Requerimento N°:002/LEG/2025**, Vereador João parabeniza o Vereador Rafael pelo Requerimento por ele também ter visto a escuridão da vila e a falta de patrolamento e ele é favorável, Vereador Rafael reforça sobre seu Requerimento é um pedido coletivo, tendo pessoas idosas que mora na região e precisam de uma atenção, uma iluminação, e aproveitando para que façam um patrolamento e limpe as vias, fala que o Vereador Romario também tinha feito esse pedido mas não formalizado e lembra de seu requerimento N°: 001/LEG/2025 falando sobre a dificuldade que é no tempo de chuva, Vereador Ronaldo também Parabeniza o Vereador Rafael pelo seu requerimento e diz que no tempo da seca que devem fazer as estradas e deixar tudo organizado porque é no tempo de chuva que fica difícil e reforça sobre como é importante a iluminação nas ruas, Vereadora Martina Parabeniza o Vereador Rafael e faz use de sua palavra por já ter mencionado antes a linha 180, diz que em muitos anos quando chove o povo de lá fica ilhado e mais uma vez ela espera que esse pedido seja ouvido, e reforça que quando falam de iluminação também estão falando de segurança, Presidente salienta que quando vão votar em um requerimento de uma natureza eles não adentrem em outro pois tem o pequeno expediente de 05 minutos e o grande expediente de 10 minutos, e também podem usar também as explicações pessoais no final da sessão, e parabeniza o Vereador Rafael, e diz que é bom quando tem requerimento de todos os Vereadores, Vereador João diz que está de parabéns dos Vereadores por cada um está cuidando de uma região. Não havendo mais discussão passa para a Votação, sendo **aprovado** por unanimidade de votos de Vereadores presentes. Faculto a palavra ao vereador escrito em explicação pessoal. Não havendo ninguém escrito em explicação pessoal, Presidente-Vereador agradece aos vereadores presentes e a todos que estão presentes no plenário e declara em Nome de Deus encerrada essa sessão.

Castanheiras/RO, 01 de setembro de 2025.

Plenário Deliberativo:

“Rosalvo Alves da Silva”.

Palácio Pedro Ferreira Gonçalves.

- Presidente: - Vice-Presidente: - 1º. Secretario:

- 2º. Secretario: - Demais Vereadores:

Publicado por:
Fabiana Alves de Lana
Código Identificador:91D51560

CPL
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

PROCESSO: 588/SEMEC/2025
Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**, no valor estimado de **R$ 15.135,68** (Quinze mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Inicio da Sessão Pública dia 29/09/2025, ás 09:00 horas. Edital e sessão disponíveis no endereço eletrônico site: https://www.licitanet.com.br/ , Edital e informações; https://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes , ou na sala da CPL DE SEGUNDA A SEXTA- FEIRA DAS 7h30 mim (horário Local), informações: fone (69) 3474-2050. E-mail: cplcastanheiras@outlook.com.br .

Castanheiras-RO, 08 de Setembro de 2025.

DENIZE REGINA DOS SANTOS
Presidente CPL

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:CB8B0978

CPL
CONTRATO 18/2025

CONTRATO 18/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 558/2025
INEXIGIBILIDADE/ADESÃO SRP Nº 65/2025

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS – RO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 63.761.969/0001-03,** com sede na Rua Jacarandá, nº 100, Centro **CASTANHEIRAS - RO,** neste ato representado pelo seu Prefeito, o Senhor **CICERO APARECIDO GODOI,** brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 3**. ***.***- *7, residente e domiciliado na Rua do Jambo, nº 1006, Bairro Centro, na cidade de Castanheiras - RO, CEP 76.948-000, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa, **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF nº 14.707.364/0001-10**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **TIAN DONG**, decorrente do Processo Administrativo nº 558/2025 e INEXIGIBILIDADE/ADESÃO SRP nº 65/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (PC) ORIUNDOS CONVÊNIO nº 186/2025/PGEDERADM..
PRAZO : 60 (sessenta) dias
Valor: R$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais)

Castanheiras/RO, 09 de Setembro de 2025

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:A27B3EC9

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 093/GAB/2.025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2.025 “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA LOCAL E REGIONAL, DISCIPLINA O CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO DE FORNECEDORES LOCAIS E REGIONAIS, REGULAMENTA OS ARTS. 204 A 206 DA LEI MUN

DECRETO MUNICIPAL Nº 093/GAB/2.025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2.025

> “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA LOCAL E REGIONAL, DISCIPLINA O CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO DE FORNECEDORES LOCAIS E REGIONAIS, REGULAMENTA OS ARTS. 204 A 206 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Castanheiras/RO.

CONSIDERANDO a adesão do Município à plataforma Contrata +Brasil, instituída pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO as limitações atualmente verificadas na operacionalização da plataforma, notadamente quanto à restrição a

MEIs e aos valores de contratação verbal (art. 95 da Lei nº 14.133/2021);

CONSIDERANDO a necessidade de promover celeridade nas contratações de pequeno vulto, priorizando fornecedores locais e regionais, de modo a garantir maior eficiência administrativa e estimular o desenvolvimento econômico municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, que assegura tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.117/2025, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Castanheiras e os arts. 18-E, 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Castanheiras, o Programa Municipal de Fomento à Economia Local e Regional, destinado a disciplinar o credenciamento simplificado de microempreendedores individuais – MEI, microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, com vistas a possibilitar contratações diretas, de pequeno valor, de forma célere e desburocratizada.

Art. 2º - O Programa tem por objetivos:
I – assegurar maior participação de fornecedores locais e regionais nas contratações municipais;
II – fomentar o desenvolvimento socioeconômico e a geração de emprego e renda no Município de Castanheiras;
III – reduzir prazos e custos administrativos para aquisição de bens e serviços de pronta entrega;
IV – assegurar maior celeridade às contratações de pequeno vulto, voltadas à satisfação imediata das demandas administrativas;
V – complementar os mecanismos de contratação existentes, inclusive a plataforma Contrata + Brasil.

CAPÍTULO II
DO CREDENCIAMENTO

Art. 3º - O credenciamento dos interessados será realizado pela Prefeitura de Castanheiras, por meio de edital público simplificado, observando os princípios da publicidade, impessoalidade e isonomia.

Art. 4º - O procedimento de credenciamento será conduzido pelo Agente de Contratação ou por Comissão Especial de Credenciamento, designados nos termos do parágrafo único, do art. 204, da Lei Municipal nº 1.117/2025, cabendo-lhes a análise dos documentos, a deliberação sobre a habilitação e a atualização da lista de fornecedores credenciados.
Parágrafo único. O prazo para análise da documentação apresentada pelos interessados será de até 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo do requerimento.

Art. 5º - O credenciamento será permanente, permitindo a qualquer interessado apresentar documentos a qualquer tempo, posicionando-se ao final da lista de credenciados.
§ 1º Os interessados poderão apresentar a documentação por e-mail institucional a ser disponibilizado no edital ou pessoalmente, junto ao setor de protocolo da Prefeitura.
§ 2º A Administração manterá lista atualizada dos fornecedores credenciados, com divulgação no sítio eletrônico oficial do Município.

Art. 6º - Para a hipótese de seleção paralela e não excludente, caso não haja convocação simultânea de todos os credenciados, as demandas serão providas de acordo com a ordem cronológica de cadastramento, observado o critério de rotatividade e os seguintes requisitos:
I – os credenciados serão convocados conforme a ordem da lista oficial de credenciados;
II – nenhum credenciado será novamente convocado sem que os demais constantes da lista tenham sido chamados;
III – novos credenciados ingressarão no final da lista, respeitada a ordem de protocolização dos documentos de habilitação;
IV – a Administração Municipal observará, na alocação da demanda, a compatibilidade técnica, a natureza do objeto e a localidade/região de execução.
§ 1º Será mantida lista atualizada dos credenciados, divulgada no sítio eletrônico oficial do Município.
§ 2º O início da execução das demandas observará os prazos estabelecidos no edital de credenciamento, sob pena de aplicação das sanções regulamentares.
§ 3º A convocação dos credenciados será realizada preferencialmente por meio de aplicativo eletrônico de mensagens (*Whatsapp*), devendo conter:
I – a descrição da demanda;
II – o prazo e o valor estimado da contratação;
III – cronograma de execução ou entrega;
IV – local de execução ou entrega.
§ 4º O prazo mínimo de antecedência da comunicação da convocação será fixado no edital de credenciamento.
§ 5º O credenciado que se declarar impedido de atender à convocação poderá requerer seu descredenciamento, cujo deferimento será automático, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
§ 6º O descredenciado poderá, a qualquer tempo, requerer novo credenciamento para o mesmo ou outro objeto.

Art. 7º - Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos, sem prejuízo de outros exigidos em lei:
I – ato constitutivo, inscrição do CNPJ e comprovante de enquadramento como MEI, ME ou EPP;
II – certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e do FGTS;
III – declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006.
Parágrafo único. Para atender às convocações, o credenciado deverá manter atualizadas as condições de habilitação exigidas, podendo o Agente de Contratação ou a Comissão solicitar, a qualquer tempo, nova comprovação documental.

CAPÍTULO III
DAS CONTRATAÇÕES

Art. 8º - As contratações no âmbito do Programa observarão os limites de dispensa previstos no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e serão formalizadas mediante instrumento simplificado.

Art. 9º - A ordem de prioridade para as contratações será a seguinte:
I – fornecedores estabelecidos no Município de Castanheiras;
II – fornecedores da microrregião;
III – fornecedores estabelecidos no Estado de Rondônia, em caráter subsidiário.

Art. 10 - Concluído o processo de credenciamento e definida a necessidade de contratação, a formalização da despesa obedecerá ao seguinte rito:
I – declarada a disponibilidade orçamentária e financeira, o credenciado será contatado pela Administração por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento, na qual constarão a descrição do objeto, valores, prazos e condições de execução;
II – após o aceite formal do credenciado à Ordem de Serviço ou de Fornecimento, será emitida a Nota de Empenho, que substituirá o contrato administrativo, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021;
III – a Ordem de Serviço ou de Fornecimento, juntamente com a Nota de Empenho, constituirá o documento hábil para a execução, fiscalização e pagamento da contratação.

Art. 11 - O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal eletrônica e atesto da entrega ou execução do objeto, em prazo máximo de 10 dias.

Art. 12 - As contratações firmadas no âmbito deste Programa terão vigência restrita à execução da demanda específica, não gerando

exclusividade nem obrigatoriedade de novas contratações pela Administração.

Art. 13 - Todas as contratações deverão ser publicadas no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO E DO CONTROLE

Art. 14 - A gestão do Programa Municipal de Fomento à Economia Local e Regional caberá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, observadas as atribuições previstas na Lei Municipal nº 1.117/2025 e neste Decreto, competindo-lhe:
I – expedir, atualizar e dar publicidade ao edital de credenciamento;
II – receber, analisar e decidir sobre a habilitação dos interessados, por meio do Agente de Contratação ou da Comissão Especial de Credenciamento designada;
III – manter a lista atualizada dos credenciados e divulgar as convocações;
IV – adotar providências administrativas necessárias à formalização da despesa, à emissão da Ordem de Serviço ou de Fornecimento e da Nota de Empenho.
Art. 15. O Controle Interno do Município acompanhará a execução do Programa, emitindo relatórios anuais de conformidade, nos termos da Lei Municipal nº 1.117/2025.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Aplicam-se, de forma subsidiária, às contratações realizadas no âmbito deste Programa, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Municipal nº 1.117/2025, bem como demais normas correlatas.

Art. 17 - A participação no Programa não gera direito à exclusividade nem expectativa de contratação futura, cabendo à Administração Municipal convocar os credenciados conforme critérios definidos neste Decreto e no respectivo edital de credenciamento.
Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ouvido o órgão de controle interno do Município, observada a legislação vigente.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheiras/RO, 09 de setembro de 2.025.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:667005F4

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 095/GAB/2.025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2.025 DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS/RO

DECRETO MUNICIPAL Nº 095/GAB/2.025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2.025

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS/RO.

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o falecimento de **LUCAS COVER**, munícipe e morador deste município de Castanheiras/RO;

CONSIDERANDO, a contristação geral da comunidade Castanheirense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar, respeitável e de ilibado caráter;

CONSIDERANDO, que é dever do Poder Público Castanheirense render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, exemplo, e sua dedicação, contribuíram para o bem coletivo;

A família enlutada, receba as sinceras condolências do povo castanheirense, e os votos a Deus para que, em sua infinita bondade conforte os seus corações e dê acolhimento a alma do amigo, **LUCAS COVER**;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial por 3 (três) dias, no município de Castanheiras/RO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Castanheiras/RO, 09 de Setembro de 2.025.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:702C1322

GABINETE
PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 033/GAB/2025

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 033/GAB/2025

O Senhor **CICERO APARECIDO GODOI**, Prefeito do Município de Castanheiras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art.1ºEXONERAR o senhor **CLOVIS BERTO DE OLIVEIRA** matrícula **14030** portadora do CPF nº*****.839.402-**,** admitido em 13/01/2025 no cargo de **SECRETARIO DE AGRICULTURA-SEMAGRI,** com retroativo do dia 01 de Setembro de 2025, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Castanheiras/RO, 09 de Setembro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:DAD51E4A

GABINETE
PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 034/GAB/2025

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 034/GAB/2025

O Senhor **CICERO APARECIDO GODOI**, Prefeito do Município de Castanheiras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art.1ºEXONERAR o senhor **ELIAS PEREIRA DE OLIVEIRA** matrícula **14020** portadora do CPF nº*****.839.402-**,** admitido em 13/01/2025 no cargo de **SECRETARIO DE FAZENDA-SEMFAZ,** com retroativo do dia 01 de Setembro de 2025, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Castanheiras/RO, 09 de Setembro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:DCDAA3AB

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 214/GAB/2025

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 214/GAB/2025

O Senhor **CICERO APARECIDO GODOI**, Prefeito do Município de Castanheiras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor **ELIAS PEREIRA DE OLIVEIRA,** Portador do **CPF nº ***839.402-****, na função de **SECRETARIO DE AGRICULTURA-SEMAGRI,** com efeito financeiro retroativo a partir do dia 02 de Setembro de 2025, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Castanheiras/RO, 09 de Setembro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:3D04E58E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N. 033/2025

Por este instrumento particular de contrato por prazo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos das leis Municipal nº 1.218/2011 e suas alterações, homologado resultado final através Processo Seletivo Simplificado 002/2025, processo administrativo nº 1228/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, 13/08/2025. Edição 4043, DECRETO Nº 752/2025,pertencente à PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, neste ato representado pelo Excelentíssimo senhor **Wesley Wanderley da Costa Gonçalves**, Prefeito, denominado CONTRATANTEe de outro; o senhor **William Gomes Roecker** portador (a) da Cédula de Identidade 00001087733 **SESDEC/RO** inscrito no CPF **006.XXX.XXX-32** brasileiro, divorciado, nascido em Vilhena/RO, em 01 de outubro de 1991, residente na Rua 10-C nº 527 Bairro Jardim Acácia, na cidade de Chupinguaia - RO, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fica justo e contratado o seguinte:

CLAUSULA 1ª- O **CONTRATADO** é admitido no emprego temporário de**Motorista de Viaturas Pesadas** Grupo Ocupacional **GOD - 518**ClasseF**,**Referência Salarial **I,** obrigando-se a executar atividades condizentes com as funções e atribuições do emprego e de suas condições pessoais podendo ser transferido (a) de acordo com as necessidades administrativas e operacionais daPrefeitura Municipal de Chupinguaia RO.

CLAUSULA 2ª-A jornada de trabalho do contratado será de 40 horas semanais ou segundo o critério do chefe imediato.

CLAUSULA 3ªO contratado recebera o seu salário de R$**1.597,20**(Hum mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte centavos), que deverá ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente, sujeito aos descontos legais.

CLAUSULA 4ªO contratado deverá ficar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA a qual estará vinculado e lotado, durante todo o período obrigando-se a cumprir a denominação designada a sua função.

CLAUSULA 5ªO presente contrato terá início em**11/09/2025**e seu termino em**11/03/2026**com duração de 06 (meses) mesescom possibilidade de prorrogação por sucessivo e igual período, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse do Município.

CLAUSULA 6ª O presente contrato ficará rescindido de imediato por culpa do (a) contratado (a), na hipótese de não atendimento de qualquer das condições nele estabelecido.
.
CLAUSULA 7º- O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, devendo comunicar com antecedência no prazo de 30 (trinta) dias. Em caso de não cumprimento do prazo estabelecido, o contratado autoriza o contratante a descontar uma remuneração prevista na clausula 3ª e vice e versa.

CLAUSULA 8º -Em caso de dano causado pelo (a) contratado (a) à Prefeitura Municipal de Chupinguaia ou qualquer outra pessoa, empresa ou entidade em decorrência de imperícia na execução das atribuições de seu emprego, poderá ser responsabilizado civilmente, criminalmente e administrativamente. E se apurada a culpa será descontada do salário ou verbas rescisórias daquele (a).

CLAUSULA 9º- O contratado obriga-se a respeitar as ordens de serviços emanadas, do seu superior imediato, tanto com referência aos termos do regulamento interno e avisos como por qualquer meio, segundo a praxe adotada na Prefeitura Municipal de Chupinguaia RO.

CLAUSULA 10º -O processo seletivo será submetido ao regime Jurídico Administrativo Lei 2.456/2021, sendo o regime previdenciário o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

E assim, por estarem justos e contratados, assinam presente em duas vias de igual forma teor, na presença de duas testemunhas que subscrevem.

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460
Documento assinado eletronicamente por**WILLIAM GOMES ROECKER**,**MOTORISTA DE VIATURAS PESADAS**, em 08/09/2025 às 10:01, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
Documento assinado eletronicamente por**WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 08/09/2025 às 11:40, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
Documento assinado eletronicamente por**BRUNO LEONARDO MOREIRA E VIEIRA PINTO**,**PROCURADOR GERAL**, em 08/09/2025 às 12:42, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**731942**e o código verificador**CEF48D47**.

Docto ID: 731942 v1

Publicado por:
Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Código Identificador:16809735

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 757, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025

Nomeia CLOVIS JOAQUIM GONÇALVES no cargo em comissão que ocupa e dá outras providências.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º-É nomeado, a partir de 03 de setembro de 2025, **CLOVIS JOAQUIM GONÇALVES,** no cargo **Diretor de Divisão - CC8 - SEMOSP** em conformidade com a Lei nº 456, de 07 de novembro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º- O servidor nomeado por este Decreto tem o prazo de 60 (sessenta) dias, contados desta data, para apresentar perante a Câmara Municipal de Chupinguaia, a certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas, sob pena de nulidade da nomeação, nos termos do art. 256 da Constituição do Estado de Rondônia.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 04 de setembro de 2025.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

JEFERSON BARBOSA DE FRANÇA
Sec. Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:545B2718

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0248/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0248/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- SANDRO VILMAR PIRES

OBJETO: Aquisição de07 (sete)computador (desktop-básico),para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, conforme emenda parlamentar proposta nº 08673415000124007/2024, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0085/25**,**Proc. Adm. Nº 1497/2025

DA DOTAÇÃO:02.08.02FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0026.1250.0008 ESTRUTURAÇAO DAS UNIDADES DE SAUDE
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 1156 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$ 11.303,60 (onze mil, trezentos e três reais e sessenta centavos)

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 04/09/2025 às 08:34, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730293**e o código verificador**0AC0DCBB**.

Referência: Processo nº 2-1497/2025.	Docto ID: 730293 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:DCC1B974

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0249/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0249/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: Aquisição de02 (dois) detector fetalpara atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, conforme emenda parlamentar proposta nº 08673415000124007/2024, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0085/25**,**Proc. Adm. Nº 1497/2025

DA DOTAÇÃO:02.08.02FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0026.1250.0008 ESTRUTURAÇAO DAS UNIDADES DE SAUDE
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 1157 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 04/09/2025 às 12:35, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730415**e o código verificador**8A1B3E9F**.

Referência: Processo nº 2-1497/2025.	Docto ID: 730415 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:380C6014

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0250/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0250/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- PRIME SOLULOES EM TECNOLOGIA

OBJETO: Aquisição de04 (quatro) impressora laser (comum),para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, conforme emenda parlamentar proposta nº 08673415000124007/2024, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0085/25**,**Proc. Adm. Nº 1497/2025

DA DOTAÇÃO:02.08.02FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0026.1250.0008 ESTRUTURAÇAO DAS UNIDADES DE SAUDE
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 1158 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$ 6.792,00 (seis mil setecentos e noventa e dois reais)

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:03 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 04/09/2025 às 12:35, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730511**e o código verificador**2B5896BC**.

Referência: Processo nº 2-1497/2025.	Docto ID: 730511 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:777FC546

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0251/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0251/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- M. PICIANI PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS ELERONICOS EIRELI

OBJETO: Aquisição de07 (SETE)MESA PARA COMPUTADOR MATERIAL DE CONFECCAO | GAVETAS: MADEIA OU MDP OU MDF OU SIMILAR | DE 01 A 02 GAVETAS E**02 (DUAS)** MESA PARA IMPRESSORA ESTRUTURA | TAMPO | DIMENSOES MINIMAS: ACO OU FERRO PINTADO |MADEIRA OU MDP OU MDF OU SIMILAR | MINIMO DE 50X40X70CM,para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, conforme emenda parlamentar proposta nº 08673415000124007/2024, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0085/25**,**Proc. Adm. Nº 1497/2025

DA DOTAÇÃO:02.08.02FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0026.1250.0008 ESTRUTURAÇAO DAS UNIDADES DE SAUDE
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 1159 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$2.274,00 (dois mil duzentos e setenta e quatro reais

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:03 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 04/09/2025 às 12:35, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730606**e o código verificador**626D62AC**.

Referência: Processo nº 2-1497/2025.	Docto ID: 730606 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:3E3EA963

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0252/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0252/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI

OBJETO: Aquisição de06 (seis) no-break (para computador/impressora),para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, conforme emenda parlamentar proposta nº 08673415000124007/2024, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0085/25**,**Proc. Adm. Nº 1497/2025

DA DOTAÇÃO:02.08.02FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0026.1250.0008 ESTRUTURAÇAO DAS UNIDADES DE SAUDE
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 1160 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$3.114,00 (três mil cento e quatorze reais)

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:03 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 04/09/2025 às 12:35, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730626**e o código verificador**3E1BACC1**.

Referência: Processo nº 2-1497/2025.	Docto ID: 730626 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:E0C988B7

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0253/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0253/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI

OBJETO:**Aquisição de 02 (DOIS) ARQUIVO**MATERIAL DE CONFECCAO | GAVETAS | DESLIZAMENTO DA GAVETA ACO | DE 3 A 5 GAVETAS | TRILHO TELESCOPIO**, 01 (UMA)IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL**(COPIADORA, SCANNER E FAX OPCIONAL) ESPECIFICACAO MINIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUCAO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA COM TECNOLOGIA LASER OU LED; PADRAO DE COR MONOCROMATICO; TIPO MULTIFUNCIONAL (IMPRIME, COPIA, DIGITALIZA, FAX); MEMORIA 128 MB; RESOLUCAO DE IMPRESSAO 600 X 600 DPI; RESOLUCAO DE DIGITALIZACAO 1200 X 1200 DPI; RESOLUCAO DE COPIA 600 X 600; VELOCIDADE DE IMPRESSAO 30 PPM PRETO E BRANCO; CAPACIDADE DA BANDEJA 150 PAGINAS; CICLO MENSAL 30.000 PAGINAS; FAX 33.6KBPS OPCIONAL; INTERFACES USB, REDE ETHERNET 10/100 E WIFI 802.11 B/G/N ; FRENTE E VERSO AUTOMATICO**, 01 (UMA) TELEVISOR**TAMANHO DA TELA : DE 32" ATE 41**" E 01 (UM) BEBEDOURO/ PURIFICADOR REFRIGERADO TIPO:**PRESSAO COLUNA SIMPLES, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0085/25**,**Proc. Adm. Nº 1497/2025

DA DOTAÇÃO:02.08.02FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0026.1250.0008 ESTRUTURAÇAO DAS UNIDADES DE SAUDE
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 1160 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$5.078,00 (cinco mil setenta e oito reais)

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:03 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 04/09/2025 às 12:36, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730648**e o código verificador**7DF353D3**.

Referência: Processo nº 2-1497/2025.	Docto ID: 730648 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:96AA4181

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0254/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0254/25
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**
- SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOSE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

OBJETO:Aquisição de extintores de incêndio novos, com carga completa e lacrados, atendendo às especificações técnicas definidas pelas normas da ABNT (NBR 12693/2022), para atender as necessidades da Casa de Acolhimento de Chupinguaia, atendendo ao solicitado pelo Ministério Público RO, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 004/25**,**Proc. Adm. Nº 1433/2025

DA DOTAÇÃO:02.10.03 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0024.241.0000 PISO VARIAVEL -PSE
4.4.90.52.00 EQUPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 439 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$1.090,00 (um mil noventa reais)

DO PRAZO:03(três) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:04 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 04 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 05/09/2025 às 10:15, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730926**e o código verificador**CDC52E5D**.

Referência: Processo nº 4-1433/2025.	Docto ID: 730926 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:7D4A0E4B

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0260/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0260/25

DAS PARTES:
-**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA.**
- MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA

OBJETO:AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR DE PATA/PE DE CARNEIRO NOVO, ZERO KM, POTENCIA MINIMA DE 130HP, MINIMO 2200 RPM, 04 CILINDROS, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, TRACAO NAS RODAS E NO CILINDRO, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 10.800 KG. GARANTIA 12 MESES, DISPOR DE ASSISTENCIA TECNICA DENTRO DO ESTADO, DISTANCIA NO MAXIMO 300KMDECHUPINGUAIA, através de recursos oriundos do Termo de Convênio nº 159/2025/PGE-DERADM (FITHA 2025), sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

PROCESSO LICITATÓRIO:Nº 0071/25**,**Proc. Adm. Nº 1417/2025

DA DOTAÇÃO:02.06.03 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS ATIVIDADES DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - RECURSOS VINCULADO
26.782.0027.2017.0000 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS FITHA
4.4.90.52.00- EQUIPAMENTOS MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 3189 DE 02 DE SETEMBRO DE 2025

VALOR:R$548.000,00 (quinhentos e quarenta e oito mil reais)

DO PRAZO:120 (cento e vinte) dias

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de setembro de 2025

Chupinguaia - RO, 09 de setembro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:53, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**732487**e o código verificador**1A9EE2EB**.

Referência: Processo nº 1-1417/2025.	Docto ID: 732487 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:8DCB666D

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 204/2024

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 204/2024

DAS PARTES:

- MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA.
- SML ENGENHARIA LTDA.

DAS ALTERAÇÕES: Cláusula quinta do Contrato nº. 204/2024.

DO PRAZO: Fica prorrogada pelo presente a cláusula quinta do Contrato nº 204/2024 por mais**30(trinta) dias**de vigência contratual, contados do término do terceiro termo aditivo, ou seja 16/09/2025e término previsto para 16/10/2025,conforme autorização do Proc. Adm. 759/2024.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº. 204/2024, não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:nº.759 /2024.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 04 de setembro de2025.

Chupinguaia - RO,04 de setembro de 2025.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 05/09/2025 às 07:46, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**730943**e o código verificador**E2D4601F**.

Referência: Processo nº 1-759/2024.	Docto ID: 730943 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:4BEF6932

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/PMCOL/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2025

O Prefeito do Município de Colorado do Oeste-RO, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Publico nº 001/PMCOL/2024, realizado no dia 26 de Maio de 2024, com resultado final 1° etapa publicado no Diário da AROM no dia 21 de Junho de 2024 e 2° etapa no dia 02 de Julho de 2024. De acordo com as categorias funcionais e classificações abaixo relacionados, a comparecerem na Divisão de Recursos Humanos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo, munidos dos seguintes documentos acompanhados por 01 (uma) cópia.
XX - DO PROVIMENTO DOS CARGOS - Documentos necessários apresentar para posse no cargo:
a) CPF; RG; Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição;

b) Carteira de Trabalho Previdência Social;
c) PIS/PASEP; Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (para candidatos do sexo masculino);
d) Certidão de Casamento ou Nascimento;
e) Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos;
f) Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo;
g) Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
h)Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
i) 01 fotos 3x4 recentes;
j) Declaração de bens;
k) Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37, XVI, da Constituição Federal, sob as penas da lei;
l) Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
m) Comprovante de residência - (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório);
n) Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
o) Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo);
p) Número de conta corrente, agência de Colorado/RO. (primeiro comparecer no DRH).
Dos exames - item 25 do Capítulo XX:
A) Hemograma completo;
B) Glicemia de jejum;
C) Ácido úrico;
D) Uréia;
E) Creatinina
F) Colesterol total e frações;
G) Triglicerídeos;
Edital de Convocação 017 de 08/09/2025, assinado na forma do Decreto nº 095/2020 (ID: 499261 e CRC: 3CCA3251). Pág: 2/2
H) Sorologia para doença de chagas;
I) VDRL;
J) Tipagem sanguínea;
K) Urina: EAS;
L) Hepatite B e C: (Profissionais da Saúde)
M) Parasitológico de fezes;
N) radiológico: RX Tórax PA/Perfil com laudo; Raio x da Coluna total (Cervical, Dorsal, Lombo Sacra) com laudo. Exceto para Gestantes,
O) Avaliação psiquiátrica: emitido por profissional Médico Psiquiatra com cadastro de psiquiatra no Conselho Regional de Medicina e na Sociedade Brasileira de Psiquiatria e Registro de Qualificação de Especialidade RQE (Com Laudo);
P) Avaliação neurológica emitido por profissional Médico neurologista com cadastro de neurologia e com Registro de Qualificação de Especialidade RQE (Com Laudo) no Conselho Regional de Medicina;
Q) Avaliação oftalmológica e teste de acuidade visual com laudo emitido por profissional Médico oftalmologista com cadastro em oftalmologia e Registro de Qualificação de Especialidade RQE (Com Laudo) no Conselho Regional de Medicina;
R) Avaliação cardiológica com laudo emitido por profissional Médico Cardiologista com cadastro de cardiologista no Conselho Regional de Medicina e Registro de Qualificação de Especialidade RQE e apresentação de Eletrocardiograma (ECG);
S) Avaliação ortopédica com laudo emitido por profissional Médico Ortopedista com cadastro de ortopedia no Conselho Regional de Medicina e Registro de Qualificação de Especialidade RQE e apresentação de Ultrassonografia de ombro e punho.
T) Exame FAN (fator antinuclear),
U) Teste Romberg e eletroencefalograma para o cargo de eletricista de manutenção e baixa tensão,
V) Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

1 - NAYARA CORREIA SILVA

2 - ANGELITA TEIXEIRA MACHADO

3 - GISLAINE MARIA DA SILVA

Colorado do Oeste 08 de
Setembro de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 09/09/2025 às 06:42, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 499261 e o código verificador 3CCA3251.
Docto ID: 499261 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:4A1FC04A

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA AO DECRETO Nº 587, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, torna pública a seguinte ERRATA:
CONSIDERANDO, o erro material, ocorrido no texto do Decreto nº 587, de 5 de setembro de 2025, que dispõe sobre a Constituição da Comissão Municipal Intersetorial pelos Direitos da Infância e Adolescência, no âmbito do Município de Colorado do Oeste – RO, quando da edição do Decreto para assinatura do Prefeito Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º - RETIFICAR o inciso XI, do artigo 1º, do Decreto nº 587, de 5 de setembro de 2025, no que se refere exclusivamente ao "nome da servidora", que passa a vigorar com a seguinte redação, conforme segue:
Parágrafo Único – Onde se lê "Nutricionista Sra. Vanessa Leão da Silva Lourenço", leia-se "Nutricionista Sra. Vanessa Leão da Silva Lourenzoni".
Art. 2º - Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos à data de 5 de setembro de 2025.
PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 8 DE SETEMBRO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
09/09/2025 12:14:45
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 499666 e o CRC CDFB7E89.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:4CBD51C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2024 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO E A EMPRESA FACILITI RO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.

CONTRATO Nº 27/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2156/2024

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.391512/0001-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, 4132, neste ato representada Prefeito Municipal**EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA**, doravante denominada ADITANTE, e a Empresa**FACILITI RO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 30.935.873/0001-57, com sede AVENIDA JOAO PESSOA nº 4924, SALA B - CENTRO - ROLIM DEMOURA/RO, CEP 76940-000., neste ato representado por**EZEQUIEL PEREIRA GONÇALVES**, brasileiro, empresário e proprietário, portador do RG n° 5XXXXX5 - SSP/RO e inscrito no CPF sob n° 6XXXX-87, doravante denominada ADITADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente TERMO ADITIVO cuja celebração foi autorizada pelos despachos nos autos, doravante denominado processo e que se regerá pela Lei 14133/2021 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira- O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente no artigo 107, 124 e s/s da Lei nº 14133/2021.

Cláusula Segunda -Este termo aditivotem como objetivo acréscimo temporal (vigência e execução) para continuidade do serviço pelo período 12 (doze) meses com inicio em 02.10.2025 a 01.10.2026 (clausula sexta Id 396059), valor estimado de R$ 99.185,04 (noventa e nove mil cento e oitenta e cinco reais e quatro centavos) com vistas ao despacho de Id 495499.

Cláusula Terceira Mantêm-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto na Licitação.
Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.
Colorado do Oeste, 08 de setembro de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Faciliti RO Representação Comercial E Serviços LTDA
Prefeito De Colorado Do Oeste	***EZEQUIEL PEREIRA GONÇALVES MORAES***
Aditante	Aditado

FRANCESCO DELLA CHIESA
OAB/RO 5025
Advogado do Município
Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Emailgabprefcol@hotmail.com/Sitewww.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por**Francesco Della Chiesa**,**Advogado**, em 08/09/2025 às 12:34, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**Edmilson Rodrigues de Almeida**,**Prefeito**, em 08/09/2025 às 12:49, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por**EZEQUIEL PEREIRA GONÇALVES**,**PROPRIETÁRIO**, em 09/09/2025 às 08:50, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID**499597**e o código verificador**4917991B**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	Roseli Conceição Feliciano	***.003.102-**	09/09/2025 08:51

Referência: Processo nº 1-2156/2024.	Docto ID: 499597 v1

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:D568F5C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
3º TERMO AO CONTRATO 62/2022 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO E A EMPRESA MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA

CONTRATO Nº 62/2022
PROCESSO Nº 2116/2022
A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE, CNPJ n° 04.391.512/0001-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, 4132, centro da cidade de Colorado do Oeste - RO, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito**EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA**,domiciliado nesta cidade de Colorado do Oeste/RO através do**Fundo Municipal de Saúde**de Colorado do Oesate - RO, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 19.275.776/0001-42, mesmo endereço, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde,Sr. Rivania Cassia Campos Lima Ribeiro, doravante denominada ADITANTE, e a Empresa**MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado interno devidamente inscrita no CadastroNacionalde Pessoas Jurídicas sob o n.º 21.474.357/0001-81,com sede à Av Manoel M de Oliviera, nº 187, Jd Maria da Gloria, Araçoiaba da Serra SP, neste ato representado pelo (a) seu sócio,**DIONES CLAUDINEI CAVALI**, brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidaden.º 63.XXX.066-1 SSPSPe inscrito no CPF sob n.º 783.XXX-91, doravante denominada ADITADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente TERMO ADITIVO que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira- O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente nos artigos 57, 65 e seguintes da Lei nº 8.666/93.
Cláusula Segunda -Este termo aditivotem como objetivo acréscimo quantitativo/financeiro de acordo com previsão legal dentro do limite de 25% sobre o quantitativo inicialmente pactuadono valor total de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) de acordo com despacho de Id497963.
Cláusula Terceira Mantêm-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto na Licitação.
Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.
Colorado do Oeste, 08 de setembro de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Medicando Serviços Medicos LTDA
Prefeito de Colorado do Oeste	***DIONES CLAUDINEI CAVALI***
Aditante	Aditado

FRANCESCO DELLA CHIESA
OAB/RO 5025
Advogado do Município
Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Emailgabprefcol@hotmail.com/Sitewww.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por**Francesco Della Chiesa**,**Advogado**, em 08/09/2025 às 12:11, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**Edmilson Rodrigues de Almeida**,**Prefeito**, em 08/09/2025 às 12:23, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por**DIONES CLAUDINEI CAVALI**,**SÓCIO - ADMINISTRADOR**, em 08/09/2025 às 14:26, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID**499541**e o código verificador**2837DFDA**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	Roseli Conceição Feliciano	***.003.102-**	09/09/2025 06:39

Referência: Processo nº 1-2116/2022.	Docto ID: 499541 v1

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:AFCDB660

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55/2023, CELEBRADOS ENTRE A PREFEITURA DE COLORADO DO OESTE/RO E A EMPRESA OUROLUX COMERCIAL LTDA.

A**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.391.512/0001-87, com sede Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4.132, neste ato representada pelo Prefeito Municipal**EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA**,prefeito, doravante denominado**ADITANTE,**e a Empresa**OUROLUX COMERCIAL LTDA**, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 05.393.234/0001-60, com sede Avenida Ugo Fumagali, 770, bairro Cidade Industrial, Guarulhos - SP, tendo por sócio proprietário o**Srº ROBERTO SAHELI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 171xxx08X e CPF Nº 054.9XXX-X7 neste ato representado por seu bastante procurador**IGOR PEREIRA TORRES,**brasileiro, casado, supervisor de licitações, portador da cédula de identidade RG nº 2xxxxx-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 3xxxxx7, mesmo endereço, doravante denominada simplesmente**ADITADA,**e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente**TERMO ADITIVO**cuja celebração foi autorizada pelos despachos nos autos do**Processo Administrativo nº 2514/2023 PE 38/2023**, e que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente no artigo 57, 65 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA- Este Termo Aditivo tem por objeto aditamento temporal quanto ao prazo de 165 (cento e sessenta e cinco) dias na execução com inicio no dia 25/08/2025 a 06/02/2026 e vigência findando em 31/02/2026 com vistas ao parecer técnico de Id 492272. Observo que os atos preparatórios foram tramitados em prazo hábil de acordo com Id 492270.

CLÁUSULA TERCEIRA Mantêm-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto no certame licitatório.
Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.
Colorado do Oeste, 25 de agosto de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Ourolux Comercial LTDA
Prefeito de Colorado do Oeste	***IGOR PEREIRA TORRES***

FRANCESCO DELLA CHIESA
OAB/RO 5025
Advogado do Município
Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Emailgabprefcol@hotmail.com/Sitewww.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por**Francesco Della Chiesa**,**Advogado**, em 25/08/2025 às 10:18, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**Edmilson Rodrigues de Almeida**,**Prefeito**, em 25/08/2025 às 12:06, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por**IGOR PERREIRA TORRES**,**COORDENADOR DE LICITAÇÕES**, em 09/09/2025 às 07:47, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID**494180**e o código verificador**2DEFCDE5**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	Roseli Conceição Feliciano	***.003.102-**	09/09/2025 07:47

Referência: Processo nº 1-2514/2023.	Docto ID: 494180 v1

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:706EDFC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA N°03/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 969/2025

CONCORRÊNCIA Nº 03-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 969-2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL ADJUDICA/HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do

procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SALA DE RECREAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA NA E.M.E.I.E.F.T.I. PREFEITO MARCOS DONADON, LOCALIZADA NA RUA. CEARA, LOTE. 01, QUADRA 90, SETOR B, N.5303, BAIRRO SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, NO TOTAL DE 135,29M², COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA OBRA DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO.**

PROPONENTE/FORNECEDOR	QUANTIDADE DE ITENS	TOTAL DOS ITENS
ROSSI CONSTRUCOES LTDA – 33.254.322/0001-16	1	R$ 305.944,68

ADJUDICO/HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Colorado do Oeste-RO, 09 setembro de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Santos Dos Anjos
Código Identificador:A3FF0170

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ITEM 5 - P.E. 020/2024

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 974/2024 e 1280/2025

O Município de Corumbiara/RO informa a adjudicação e homologação do**item nº 05**do**Pregão Eletrônico nº 020/2024**, referente aos**Processos Administrativos nº 974/2024 e 1280/2025.**

Considerando as dificuldades enfrentadas na execução contratual pela empresa**JS UNIFORMES LTDA**, anteriormente vencedora do**item nº 05 (lençol com elástico)**, e da consequente anulação da nota de empenho (ID 349870), o certame foi reaberto, sendo o referido item adjudicado ao próximo colocado na ordem de lances. A homologação anterior estava registrada sob o ID: 251666/Processo Adm. 974/2024.

Dessa forma, no uso de suas atribuições legais, o Prefeito Municipal homologa a contratação da empresa:

• **Empresa Contratada:**C. OLIVEIRA PINTO JUNIOR LTDA
• **CNPJ:**35.335.996/0001-70
• **Valor Total Homologado:**R$ 5.876,00 (cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais).

Corumbiara-RO, 05 de setembro de 2025.

HOMOLOGADO NA FORMA DA LEI.
Autorizo a emissão do empenho.
Revogam-se as disposições em contrário.

LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA
Prefeito Municipal
Termo de P. 223

Publicado por:
Renara Gonçalves da Silva
Código Identificador:E29EA185

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Costa Marques, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, e considerando o parecer jurídico favorável, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório constante do **Processo Administrativo nº 425/SEMSAU/2025**, que originou o **Pregão Eletrônico nº 18/SUPEL/2025**, conforme preceitua a Lei Federal nº 14.133/21, Instrução Normativa nº 73/SEGES/22, Lei Complementar 123/2006, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018, Lei Compl. Municipal nº 80/GAB/2021, Decreto Municipal no 1170/GAB/2024, e suas alterações, que tem por objeto a **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes diversos**, com recursos da proposta parlamentar nº 22004126000124007, visando fortalecer a infraestrutura, ampliando a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços oferecidos à população pela UBS Antonio Carvalho e Silva, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde deste município, o referido objeto às empresas:

R & R DISTRIBUIDORA DE ELETROELETRONICOS LTDA – inscrita no CNPJ nº 59.565.097/0001-22, que sagrou-se vencedora nos itens 01, 06, 18, 23, 25 e 27 do certame, totalizando um valor de **R$ 25.985,00** (Vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

M. PICIANI PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRONICOS EIRELI – inscrita no CNPJ nº 31.455.241/0001-59, que sagrou-se vencedora nos itens 02 e 12 do certame, totalizando um valor de **R$ 3.385,00** (Três mil, trezentos e oitenta e cinco reais).

SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA – inscrita no CNPJ nº 51.659.136/0001-49, que sagrou-se vencedora no item 03 do certame, totalizando um valor de **R$ 7.960,00** (Sete mil, novecentos e sessenta reais).

J J SOUZA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – inscrita no CNPJ nº 33.673.687/0001-85, que sagrou-se vencedora nos itens 04 do certame, totalizando um valor de **R$ 2.380,00** (Dois mil, trezentos e oitenta reais).

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – inscrita no CNPJ nº 52.496.119/0001-09, que sagrou-se vencedora nos itens 05, 09 e 10 do certame, totalizando um valor de **R$ 12.440,00** (Doze mil, quatrocentos e quarenta reais).

COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – inscrita no CNPJ nº 32.644.237/0001-00, que sagrou-se vencedora no item 07 do certame, totalizando um valor de **R$ 3.500,00** (Três mil e quinhentos reais).

INFOKO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – inscrita no CNPJ nº 28.790.815/0001-30, que sagrou-se vencedora no item 08 do certame, totalizando um valor de **R$ 6.231,98** (Seis mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos).

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – inscrita no CNPJ nº 22.228.679/0001-03, que sagrou-se vencedora no item 11 do certame, totalizando um valor de **R$ 2.112,50** (Dois mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – inscrita no CNPJ nº 37.885.137/0001-80, que sagrou-se vencedora nos itens 13 e 16 do certame, totalizando um valor de **R$ 8.322,00** (Oito mil, trezentos e vinte e dois reais).

ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA – inscrita no CNPJ nº 54.860.907/0001-50, que sagrou-se vencedora nos itens 14 e 15 do certame, totalizando um valor de **R$ 4.190,00** (Quatro mil, cento e noventa reais).

CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA – inscrita no CNPJ nº 41.947.390/0001-99, que sagrou-se vencedora nos itens 17, 19, 20, 21

e 29 do certame, totalizando um valor de **R$ 20.264,00** (Vinte mil, duzentos e sessenta e quatro reais).

AMYL SERVIÇOS E SOLUÇ~EOS LTDA – inscrita no CNPJ nº 60.520.648/0001-10, que sagrou-se vencedora no item 22 do certame, totalizando um valor de **R$ 1.232,00** (Um mil, duzentos e trinta e dois reais).

C.H.C. MILHOMENS TECNOLOGIA LTDA – inscrita no CNPJ nº 42.584.277/0001-59, que sagrou-se vencedora no item 04 do certame, totalizando um valor de **R$ 11.916,00** (Onze mil, novecentos e dezesseis reais).

L P ARAUJO VIEIRA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA – inscrita no CNPJ nº 45.949.604/0001-17, que sagrou-se vencedora no item 26 do certame, totalizando um valor de **R$ 522,00** (Quinhentos e vinte e dois reais).

SANDRO VILMAR PIRES – inscrita no CNPJ nº 09.253.952/0001-91, que sagrou-se vencedora no item 28 do certame, totalizando um valor de **R$ 11.920,00** (Onze mil, novecentos e vinte reais).

Publique - se.

Costa Marques/RO, 09 de setembro de 2025.

FABIOMAR AGOSTINI BENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Altair Ortis
Código Identificador:0DAC0D9B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
EXTRATO DE AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
EXTRATO DE AVISO DE ADESÃO À REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024

Ata de Registro de Preços**Nº 040/2024**
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 757/2025

PARTES:
1) **MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES/RO**
2) **DALTO & DALTO LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.491.532/0001 - 18**.**

OBJETO: Ratificar os termos da Homologação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº040/2024, PROCESSO ADM Nº 757/2025 PE nº º 081/SRP/CCP/2024,** Referente a Adesão para Contratação de Empresa Especializada Para Gerenciar Serviço De Horas Máquinas, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Obras

VALOR: R$ 1.935.000,00 (Um milhão novecentos e trinta e cinco mil reais)

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras

Costa Marques-RO, 09 de setembro de 2025.

ENEIAS ZANGRANDI
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Jose Arriates Neto
Código Identificador:3515A40D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO, N° 195, 09 DE SETEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 195/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER à Vereadora **Sra. ANA PAULA FERRO DIOMENA BALTAZAR, CPF nº ***.934.***-49**, **02 (duas) diárias**, para participação no curso **"Execução Orçamentária e Classificação Contábil na Administração Pública"**, que será ministrado na cidade de **Porto Velho – RO**, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, conforme comunicado de alteração de data emitido pela organizadora do evento (EducaGov Cursos e Tecnologia Ltda).

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 09 de setembro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:72BC7A51

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO, N° 196, 09 DE SETEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 196/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 02 (duas) diárias ao **Sr. JANSEN DE LIMA RODRIGUES CPF nº ***.347.***-48**, para participação na Ação Educacional promovida pela Escola Superior de Contas – ESCon, intitulada **"Governança e Gestão de Riscos no RPPS: O Papel Estratégico do Legislativo Municipal"**, que ocorrerá em **Porto Velho – RO**, nos dias **10 e 11 de setembro de 2025**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 09 de setembro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:64FF3A2F

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO, N° 197, 09 DE SETEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 197/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Vereador Sr. REGINALDO SILVA DE OLIVEIRA, CPF nº *.133.***-20, o total de 02 (duas) diárias,** para participação na Ação Educacional promovida pela Escola Superior de Contas – ESCon, intitulada **"Governança e Gestão de Riscos no RPPS: O Papel Estratégico do Legislativo Municipal"**, que ocorrerá em **Porto Velho – RO**, nos dias **10 e 11 de setembro de 2025**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 09 de setembro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:3148EF62

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO, N° 198, 09 DE SETEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 198/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 01 (uma) diária ao **Vereador Sr. ALÉCIO SOARES FERNANDES**, CPF nº ***.311.***-34, para participar de uma reunião no gabinete do **Deputado Estadual Pedro Fernandes, no município de Porto Velho, no dia 10 de setembro de 2025, Assembleia Legislativo**, à partir das **07:00 horas.**

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 09 de setembro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:6F363B16

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO, N° 199, 09 DE SETEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 199/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 02 (duas) diárias ao Vereador Presidente **Sr. HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO** CPF nº ***.523.***-20, para participação na Ação Educacional promovida pela Escola Superior de Contas – ESCon, intitulada **"Governança e Gestão de Riscos no RPPS: O Papel Estratégico do Legislativo Municipal"**, que ocorrerá em **Porto Velho – RO**, nos dias **10 e 11 de setembro de 2025**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 09 de setembro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:169CEEA4

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 016/2025.

O Município de Cujubim – RO, através do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº: 1597 de 10 de Janeiro de 2024, torna público aos interessados e a quem possa interessar o resultado final do Pregão Eletrônico nº 016/2025.
Pregão Eletrônico nº 016/2025, ocorrido em 04 de Julho de 2025 as 09h30mim (horário de brasília).
Objeto: **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para atender as demandas da Unidade Básica De Saúde Vanildo Chagas Hadman recursos oriundos do Repasse Fundo a Fundo de Recursos Proveniente de Emenda Parlamentar N° 40920001 - Plano De Trabalho Sob Nº: 11485023000124004, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.**
Empresas Vencedoras: **M. PICIANI PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ**: 31.455.241/0001-**

59, vencedora dos itens **1 - 17 - 20 - 22 - 25 - 28 - 29 - 30 - 34 - 39 - 51 - 60 - 61 - 63 - 66 - 67 - 73 - 75 - 77 - 80,** valor total finalizado de R$: 48.130,00 (Quarenta e Oito Mil Cento e Trinta Reais); **JAMARI COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA** - CNPJ**: 13.287.059/0001-54,** vencedora dos itens **2 - 27 - 82,** valor total finalizado de R$: 1.340,00 (Hum Mil Trezentos e Quarenta Reais); **HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E FISIOTERAPICOS LTDA** - CNPJ**: 07.590.023/0001-42,** vencedora dos itens **3 - 16 - 18 - 49 - 58 - 81,** valor total finalizado de R$: 12.241,00 (Doze Mil Duzentos e Quarenta e Um Reais); **AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** - CNPJ**: 37.885.137/0001-80,** vencedora dos itens **4,** valor total finalizado de R$: 7.999,00 (Sete Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais); **DM SERVICOS DE CLIMATIZACAO E AQUECIMENTO LTDA** - CNPJ**: 47.257.471/0001-43,** vencedora dos itens **5,** valor total finalizado de R$: 32.391,00 (Trinta e Dois Mil Trezentos e Noventa e Um Reais); **R & R DISTRIBUIDORA DE ELETROELETRONICOS LTDA** - CNPJ**: 59.565.097/0001-22,** vencedora dos itens **6 - 55 - 62 - 69,** valor total finalizado de R$: 30.524,00 (Trinta Mil Quinhentos e Vinte e Quatro Reais); **COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA** - CNPJ**: 02.475.985/0001-37,** vencedora dos itens **7 - 23 - 31 - 48 - 57,** valor total finalizado de R$: 12.016,98 (Doze Mil Dezesseis Reais Noventa e Oito Centavos); **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** - CNPJ**: 22.228.679/0001-03,** vencedora dos itens **8 - 32 - 45 - 54,** valor total finalizado de R$: 3.015,60 (Três Mil Quinze Reais Sessenta Centavos); **M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** - CNPJ**: 32.593.430/0001-50,** vencedora dos itens **9 - 24 - 33 - 40 - 41 - 42 - 43 - 46 - 47 - 50 - 53 - 64 - 68 - 70 - 71 - 74 - 76,** valor total finalizado de R$: 26.007,00 (Vinte e Seis Mil Sete Reais); **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA** - CNPJ**: 54.860.907/0001-50,** vencedora dos itens **10 - 26 - 52 - 72,** valor total finalizado de R$: 25.166,77 (Vinte e Cinco Mil Cento e Sessenta e Seis Reais Setenta e Sete Centavos); **MAGNA MEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA** - CNPJ**: 05.922.811/0001-63,** vencedora dos itens **11,** valor total finalizado de R$: 38.700,00 (Trinta e Oito Mil e Setecentos Reais); **B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** - CNPJ**: 52.496.119/0001-09,** vencedora dos itens **12 - 13 - 14 - 15,** valor total finalizado de R$: 3.380,00 (Três Mil Trezentos e Oitenta Reais); **CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA** - CNPJ**: 41.947.390/0001-99,** vencedora dos itens **19 - 35 - 36 - 56 - 79,** valor total finalizado de R$: 55.963,76 (Cinquenta e Cinco Mil Novecentos e Sessenta e Três Reais Setenta e Seis Centavos); **TECHNO SOFT SYSTENS LTDA** - CNPJ**: 44.798.010/0001-90,** vencedora dos itens **37,** valor total finalizado de R$: 31.941,00 (Trinta e Um Mil Novecentos e Quarenta e Um Reais); **M&M IMPORTACAO E ECOMMERCE DE INFORMATICA LTDA** - CNPJ**: 27.414.128/0001-58,** vencedora dos itens **44,** valor total finalizado de R$: 592,00 (Quinhentos e Noventa e Dois Reais); **L FORASTIERI MACHADO LTDA** - CNPJ**: 47.123.165/0001-14,** vencedora dos itens **59,** valor total finalizado de R$: 3.699,00 (Três Mil Seiscentos Noventa e Nove Reais); **GIGANTE PRODUTOS MÉDICOS LTDA** - CNPJ**: 11.050.321/0001-17,** vencedora dos itens **65,** valor total finalizado de R$: 50.400,00 (Cinquenta Mil e Quatrocentos Reais); **MICROFORT INFORMATICA LTDA** - CNPJ**: 24.675.507/0001-03,** vencedora dos itens **78 - 84,** valor total finalizado de R$: 12.200,00 (Doze Mil Duzentos e Vinte Reais). Valor Total da Licitação R$: **395.707,11 (Trezentos e Noventa e Cinco Mil Setecentos e Sete Reais Onze Centavos).**
Itens Fracassados: **21-38-83**
Para maiores informações, no endereço Av. Condor, nº 2588, Centro, na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Cujubim, Estado de Rondônia, ou pelo telefone (69) 3582 2004 / 2062.

Cujubim/RO, 09 de Setembro de 2025.

SERGIO HENRIQUE S. ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:477C9FB8

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 030/2025

O Município de Cujubim – RO, através do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº: 1597 de 10 de Janeiro de 2024, torna público aos interessados e a quem possa interessar o resultado final do Pregão Eletrônico nº 030/2025.
Pregão Eletrônico nº 030/2025, ocorrido em 19 de Agosto de 2025 as 09h30mim (horário de brasília).
Objeto: A**quisição de material esportivo para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, nas atividades desenvolvidas**.
Empresas Vencedoras: **L. F. M. MARINHO COMERCIO LTDA** - CNPJ**: 60.543.077/0001-30,** vencedora dos itens **5 - 15,** valor total finalizado de R$: 9.375,00 (Nove Mil Trezentos e Setenta e Cinco Reais); **RALSON M. LIMA LTDA** - CNPJ**: 33.146.225/0001-00,** vencedora dos itens **1 - 2 - 3 - 4 - 7 - 8 - 10 - 12 - 16,** valor total finalizado de R$: 29.712,10 (Vinte e Nove Mil Setecentos e Doze Reais Dez Centavos); **APOLO SOLUCOES E DISTRIBUICOES LTDA** - CNPJ**: 05.789.763/0001-87,** vencedora dos itens **6 - 14,** valor total finalizado de R$: 8.306,00 (Oito Mil Trezentos e Seis Reais); **52.014.162 CELSO ALEX BENTO ZABOTT** - CNPJ**: 52.014.162/0001-82,** vencedora dos itens **11,** valor total finalizado de R$: 991,08 (Novecentos e Noventa e Um Reais Oito Centavos). Valor Total da Licitação R$: **48.384,18 (Quarenta e Oito Mil Trezentos e Oitenta e Quatro Reais Dezoito Centavos).**
Itens Desertos **09 - 13.**
Para maiores informações, no endereço Av. Condor, nº 2588, Centro, na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Cujubim, Estado de Rondônia, ou pelo telefone (69) 3582 2004 / 2062.

Cujubim/RO, 09 de Setembro de 2025.

SERGIO HENRIQUE S. ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:0D7D86A7

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – CSPAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1140/2025

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 11h309in, na Sala do IFRO, pavilhão 04 da escola Aluísio Becker, localizado no endereço.: Avenida Galo da Serra, Setor 01, nº 2.113, CEP 76.864-000, Cujubim/RO, reuniram-se os membros nomeados pela **Portaria nº 245, de 04 de junho de 2025**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3994, os servidores: **Luciano Mendes da Silva**, matrícula nº 238, Presidente da Comissão; **Marcelo Carlos de Melo**, matrícula nº 460, Membro; e **Rubens Machado,** matrícula nº 2967, Membro; com a finalidade de proceder à instalação formal dos trabalhos da **Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CSPAD)** no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Durante a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Luciano Mendes da Silva, declarou oficialmente instaurados os trabalhos da referida comissão, nos termos da legislação vigente, especialmente a **Lei Municipal nº 42/1997**, com as alterações promovidas pela **Lei Municipal nº 1.190/2020**, que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, e demais legislações correlatas, em especial a **Lei Municipal nº 1.416/2023**, que trata da percepção de jetons pelos membros da comissão, e a **Lei Municipal nº 1.042/2017**.

O Presidente designou ainda, conforme disposto no §5º do art. 1º da Portaria nº 245/2025, o membro **Marcelo Carlos de Melo**, matrícula nº 460 para exercer a função de **Vice-Presidente da Comissão**, e o membro **Rubens Machado,** matrícula nº 2967 para a função de **Secretário da Comissão**, ficando, assim, estabelecida a estrutura de funcionamento para os trabalhos da CSPAD.

Após as designações e formalidades, foi ressaltada a obrigatoriedade de observância ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, conforme preceitua o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como a Lei Orgânica do Município de Cujubim e a legislação infraconstitucional municipal aplicável.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai devidamente assinada por todos os membros presentes.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente – Matrícula 238

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice-Presidente – Matrícula 460

RUBENS MACHADO
Secretário – Matrícula 2967

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim/RO
09/09/2025

Publicado por:
Clara Matos Pereira
Código Identificador:54E46631

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2043 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a criação da Comissão de Elaboração Intersetorial do Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2026- 2036 e da Comissão Intersetorial de Monitoramento do PME, no município de CujubimRO, e dá outras providências.

JOÃO BECKER, Prefeito do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 65, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos arts. 30, VI, 204, 205, 206, VI, 211, § 2º, 212, 214 e, em especial, no 227, que determina prioridade absoluta ao atendimento de direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO o disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente, em âmbito estadual, distrital e municipal.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 1.130, de 5 de agosto de 2015, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas pela Primeira Infância, particularmente no art. 8º, que prevê o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância e constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 5.123/2021, que estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa no Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual Complementar nº 680/2012, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.362 de 12 de maio de 2022, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) dos servidores públicos integrantes do quadro do magistério da prefeitura municipal de Cujubim.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 1.314/21 – CEE/RO, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 03/2009 do Conselho Municipal de Educação de Cujubim, que regulamenta dispositivos da Lei nº 9.394/96.

CONSIDERANDO o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece metas e estratégias para a educação no Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO o disposto no regulamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação intersetorial para a elaboração do Plano Decenal de Educação Municipal para o decênio 2026-2036, em conformidade com as diretrizes nacionais e locais de educação;

CONSIDERANDO a importância de garantir a participação da sociedade civil e das diversas áreas da administração pública municipal na formulação de políticas educacionais;

CONSIDERANDO os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, promulgadas, respectivamente, pelos Decretos nºs. 99.710/1990 e 6.949/2009, além de outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário;

CONSIDERANDO os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela cúpula da ONU, em 2015, com destaque para os que dizem respeito aos direitos das crianças, nºs. 1, 2 e 10, sobre a redução da pobreza e das desigualdades, a partir da infância; nº 3, sobre saúde e bem-estar; nº 4, sobre educação de qualidade a partir da educação infantil, nº 6, sobre água limpa e saneamento e nº 18 sobre promoção da igualdade étnico-racial.

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância e seus objetivos e metas, elaborados pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo CONANDA, em dezembro de 2010; e

CONSIDERANDO os Planos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social e os demais planos setoriais.

DECRETA

Art. 1º – Ficam criadas, no município de Cujubim, as seguintes comissões:

I - a Comissão Intersetorial de Elaboração do PME 2026-2036;

II - a Comissão Intersetorial de Monitoramento do PME 2026-2036.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal de Cujubim garantirá condições e recursos necessários para o funcionamento regular das comissões.

Art. 2º – A Comissão Intersetorial de Elaboração do PME terá como finalidade coordenar a elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036.
I - organizar e coordenar as ações necessárias para a elaboração do Documento- base do Plano Decenal de Educação Municipal para o decênio de 2026-2036;

II – assegurar a integração das políticas públicas voltadas à educação no município;

III - garantir a participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e de outros setores da administração pública municipal no processo de construção do plano;

IV - promover a articulação com as diretrizes do Plano Nacional de Educação e com os objetivos do Plano Estadual de Educação, visando à adequação às demandas locais;

Art. 3º – A Comissão Intersetorial de Elaboração do PME será composta por:

I - 05 (cinco) representantes da área da Educação, indicados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças Art.

4º – Compete à Comissão Intersetorial de Elaboração do PME:

I - organizar e coordenar os trabalhos de construção do Documento-base;

II - realizar diagnóstico situacional da educação municipal;

III - propor metas, estratégias e diretrizes em consonância com o PNE e o Plano Estadual de Educação;

IV - promover audiências, consultas e espaços de participação social;

V - encaminhar o Documento-base ao Fórum Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 5º – O prazo para conclusão dos trabalhos será de 12 (doze) meses, prorrogável uma vez por até 90 (noventa) dias, mediante justificativa aceita pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º – A Comissão Intersetorial de Elaboração deverá:

I - elaborar um cronograma de atividades para a construção do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal;

II - realizar consultas públicas e audiências para garantir a participação da sociedade civil no processo de elaboração do Documento-base do plano;

III - promover o minicenso escolar e o diagnóstico escolar, visando a coleta e análise de dadossobre as condições educacionais do município, devendo utilizar, ainda, os indicadores educacionais e sociais dos órgãos oficiais do governo;

IV - elaborar propostas e estratégias com base nos diagnósticos levantados, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação e com o Plano Estadual de Educação, privilegiando as demandas locais;

V - apresentar o Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal para apreciação do Fórum Municipal de Educação e para aprovação ao Conselho Municipal de Educação;

VI - promover apoio integral à equipe técnica designada para elaboração do Documento-base do Plano Decenal, a fim de proporcionar todas as condições para que a equipe desenvolva os trabalhos de construção do Plano de forma plena.

§ 1º. Para a realização dos trabalhos, a Comissão contará, no que couber, com o apoio técnico e logístico dos demais órgãos da administração municipal.

§ 2º. A Comissão poderá convidar profissionais e especialistas das diferentes áreas e sobre direitos da criança para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o Plano.

Art. 7º – Fica criada a Comissão Intersetorial de Monitoramento do PME, com a finalidade de acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação 2026-2036.

Art. 8º – A Comissão Intersetorial será composta por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos municipais e entidades:
I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Presidente da Comissão;

II - Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - Secretaria Municipal de Finanças;

IV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V - Secretaria Municipal de Planejamento;

VI - Secretaria Municipal da Saúde;

VII - Secretaria Municipal de Agricultura;

VIII - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Associação de Pais e Professores;

X - Conselho Municipal de Educação;

XI - Fórum Municipal de Educação;

XII - Gestores escolares da rede pública municipal;

XIII - Professores da rede pública municipal;

XIV - Alunos da rede pública municipal;

XV - Segurança Pública;

XVI - Conselho Tutelar;

XVII - Câmara Municipal de Vereadores;

XVIII - Sociedade Civil Organizada;

XIX - Fundações ligadas à Educação, Pastoral da Criança, Pastoral do menor, Escola Bíblica, AMAC, APAE, Associação de Bairro e outros;

§1º. A Presidência da Comissão designará um membro ou técnico e respectivo suplente para secretariar a Comissão.

§2º. A Comissão reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária periodicamente, mediante convocação prévia da Presidência;

§3º. A Comissão poderá convidar Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, de fóruns e movimentos de direitos da criança, do adolescente e da juventude, associações comunitárias com atuação no atendimento de direitos da criança e famílias e outras instituições públicas, para apresentarem à Comissão estudos e propostas para elaboração e aperfeiçoamento do Plano.

Art. 9º – A Comissão Intersetorial de Elaboração terá o prazo de 12 (doze) meses para concluir os trabalhos de elaboração do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal, contados a partir da data de publicação deste Decreto.
Parágrafo Único: O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado mediante justificativa circunstanciada a ser acatada pelo prefeito Municipal, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 10 – O Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal deverá ser:

a - Validado preliminarmente pela Comissão Intersetorial, 10 (dez) dias após a realização das audiências públicas;

b - Apreciado pelo Fórum Municipal de Educação em até 10 (dez) dias após o recebimento do Documento-base;

c - Aprovado pelo Conselho Municipal de Educação em até 10 (dez) dias após o recebimento do Documento-base.

Art. 11 – Após a aprovação do Documento-base pelo Conselho Municipal de Educação, o Plano Decenal deverá ser encaminhado ao Poder Executivo para elaboração do Projeto de Lei.

§1º. Preferencialmente, o Poder Executivo elaborará e encaminhará ao Poder Legislativo o Projeto de Lei no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do Documento-base, para aprovação da lei respectiva;

§2º. Após a aprovação pelo Poder Legislativo, o Plano Decenal de Educação deverá ser sancionado pelo prefeito Municipal, na forma regimental.

Art. 12 – As despesas decorrentes da execução das disposições deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 13 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

Art. 14 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cujubim/RO, 08 de setembro de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:089CF14F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2045 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.

INSTITUI A ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO NA ESCOLA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM – RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BECKER, Prefeito do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 65, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO O Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007 que institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências.

CONSIDERANDO Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017 que define as regras e os critérios para adesão e implementação do Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências.

CONSIDERANDO A Nota Técnica nº 30/2024 – CGEDESS/DEPROS/SAPS/MS com o assunto: Documento Orientador do Programa Saúde na Escola – PSE: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2025-2026.

CONSIDERANDO A Lei nº 14.886, de 11 de julho de 2024, que institui o Programa Nacional de Vacinação nas Escolas Públicas.

CONSIDERANDO A Recomendação nº1/2025/MPF/PR-RO/GABPRDC do Ministério Público Federal.

DECRETA

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito do Município de Cujubim – RO, a Estratégia Municipal de Vacinação na Escola, com o objetivo de ampliar a cobertura vacinal e fortalecer a integração entre os setores de educação e saúde.

Art. 2º – A execução da estratégia será realizada em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde, observando-se as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e as especificidades locais.

Art. 3º – São objetivos da Estratégia Municipal de Vacinação na Escola:

I - reduzir os bolsões de crianças e adolescentes não vacinados;

II - fortalecer a colaboração entre as unidades escolares e as unidades de saúde;

III - atualizar a caderneta de vacinação dos estudantes da rede municipal de ensino;

IV - promover a conscientização da comunidade escolar sobre a importância da vacinação.

Art. 4º – A estratégia será direcionada a crianças e adolescentes em idade escolar matriculados na rede municipal de ensino.

Art. 5º – A vacinação será realizada mediante o seguinte fluxo operacional:

I - planejamento conjunto entre as Secretarias Municipais de Educação e Saúde para definição do cronograma de ações;

II - agendamento das visitas das equipes de saúde às unidades escolares;

III - envio de comunicação prévia aos pais e responsáveis sobre o cronograma de vacinação;

IV - checagem da caderneta de vacinação dos alunos pelas equipes de saúde;

V - realização da vacinação conforme a necessidade identificada;

VI - registros das doses aplicadas no sistema municipal de controle de imunização pelas equipes da saúde.

Art. 6º – Compete às unidades escolares:

I - disponibilizar espaço adequado para a realização da vacinação;

II - informar aos pais e responsáveis sobre a importância da imunização e o cronograma das ações;

III - apoiar as equipes de saúde na organização e recepção dos alunos no momento da vacinação;

IV - manter registro atualizado dos alunos vacinados e encaminhar eventuais dúvidas ou demandas às equipes de saúde;

V - promover ações de conscientização sobre a importância da vacinação, incluindo atividades pedagógicas e campanhas informativas;

Art. 7º – A verificação vacinal deverá ocorrer nos seguintes períodos:

I - no início do ano letivo, no momento da matrícula ou rematrícula dos alunos;

II - durante as campanhas de vacinação estabelecidas pelo calendário vacinal oficial.
§ 1º É obrigatório a apresentação da declaração de vacinação atualizada, emitida pela Unidade Básica de Saúde para a efetivação da matrícula dos alunos com idade inferior a 18 (dezoito) anos, nas unidades escolares da rede pública municipal, cuja obrigatoriedade é determinada pelo parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente".

§ 2º No ato da matrícula, na ausência da declaração de vacinação atualizada, o estabelecimento de ensino deverá conceder um prazo de até 30 (trinta) dias para que os pais ou responsáveis regularizem a situação junto ao órgão competente.

§ 3º Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior, caso a declaração de vacinação atualizada não seja apresentada, o estabelecimento de ensino deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino deverão abster-se de recusar a matrícula de crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis deixem de apresentar a declaração de vacinação, considerada a primazia do direito à educação, desde que sejam realizados os encaminhamentos ao Conselho Tutelar, conforme estabelecido no § 3º.

§ 5º Essas medidas deverão ser amplamente divulgadas por meio do portal eletrônico, das mídias sociais e murais das unidades escolares.

Art. 8º – Como parte das ações de promoção à saúde no ambiente escolar, serão implementados procedimentos de pesagem e acompanhamento nutricional dos alunos, com os seguintes objetivos:

I - identificar precocemente casos de desnutrição ou obesidade infantil;

II - monitorar o crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes;

III - direcionar ações de intervenção nutricional e orientação aos pais e responsáveis;

IV - integrar os dados nutricionais ao prontuário do aluno, possibilitando um acompanhamento contínuo por parte das equipes de saúde e educação.

Parágrafo único: As unidades escolares deverão colaborar na organização do espaço para realização das aferições e na sensibilização da comunidade escolar sobre a importância do acompanhamento nutricional.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrárias.

Cujubim/RO, 08 de setembro de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:0902EFB3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 358/2025

Dispõe sobre o acréscimo de membros à Comissão de Avaliação de Desempenho e Produtividade dos Servidores da Secretaria Municipal de Agricultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUJUBIM, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações correlatas.

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação contínua e transparente do desempenho e da produtividade dos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura;

CONSIDERANDO que a constituição de comissão específica visa garantir critérios técnicos, imparciais e justos na avaliação;

CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública em assegurar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à comunidade;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam acrescidos à Comissão de Avaliação de Desempenho e Produtividade dos Servidores da Secretaria Municipal de Agricultura os seguintes membros, que passam a compor a referida comissão:

• **Jesiel Vieira Silva** – Presidente

• **Jaqueline Pereira Fortes** – Membro

• **Janderson Jácomo Cechinel** – Membro

Art. 2º A Comissão terá por finalidade analisar, avaliar e emitir pareceres acerca do desempenho e produtividade dos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, observando as legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim/RO
09/09/2025

Publicado por:
Clara Matos Pereira
Código Identificador:1BBB8585

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE FIDELIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 1-1140/2025

os nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala do IFRO, pavilhão 04 da escola Aluísio Becker, localizado no endereço.: Avenida Galo da Serra, Setor 01, nº 2.113, CEP 76.864-000, Cujubim/RO, os membros da **Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CSPAD**, designados pela **Portaria nº 245/2025**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3994, composta pelos servidores: **Luciano Mendes da Silva**, matrícula nº 238, na qualidade de Presidente; **Marcelo Carlos de Melo**, matrícula nº 460, vice-presidente; e **Rubens Machado**, matrícula nº 2967, na função de Secretário, DECLARAM, por meio deste instrumento, que se comprometem a manter a **fidelidade, integridade, confidencialidade e zelo** no tratamento das informações e documentos referentes ao **Processo Administrativo Disciplinar nº 1-1140/2025**, instaurado no âmbito do Poder Executivo Municipal de Cujubim/RO.

O presente Termo é firmado com base nos princípios constitucionais do **devido processo legal, ampla defesa e contraditório** (art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal), nos dispositivos da **Lei Municipal nº 42/1997**, com as alterações promovidas pela **Lei nº 1.190/2020**, e demais normas correlatas, assegurando que todos os atos processuais e apuratórios serão desenvolvidos com **imparcialidade, legalidade, moralidade e transparência**, sendo vedada a divulgação indevida de qualquer conteúdo constante nos autos até decisão final da autoridade competente.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente – Matrícula 238

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice-Presidente – Matrícula 460

RUBENS MACHADO
Secretário – Matrícula 2967

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim/RO
09/09/2025

Publicado por:
Clara Matos Pereira
Código Identificador:1E690D82

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1115/2025.

O **Prefeito do Município de Cujubim**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista o Parecer da Procuradoria Jurídica, resolve:

HOMOLOGAR a presente Adesão à **ADESÃO ÀATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2024 - REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 – REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO/RO.**

Processo Administrativo de nº 1115/2025

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 – REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO/RO.**

Objeto: AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE BUEIROS SIMPLES TUBULARES METÁLICOS ATRAVÉS DE EMENDA DE TRANSFERECIA ESPECIAL ESTADUAL NO MUNICIPIO DE CUJUBIM/RO.

Data Homologação: 09/09/2025

Valor Total R$: **478.130,40 (Quatrocentos e Setenta e Oito Mil Cento e Trinta Reais Quarenta Centavos).**

Empresa: **TUBOTRAC SOLUTIONS LTDA.**
CNPJ: **22.536.552/0001-51.**

Autorizo a emissão da nota de empenho correspondente.

Cujubim – RO, 09 de Setembro de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:C79B3387

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM – RO
EDITAL 001/2025 – ELEIÇÕES CAE (QUADRIÊNIO 2025-2029)

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM – RO

EDITAL 001/2025 – ELEIÇÕES CAE (QUADRIÊNIO 2025-2029)

A Prefeitura Municipal de Cujubim – RO, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento do disposto da Lei Federal nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de junho de 2020 e Lei Municipal nº 497 de 25 fevereiro de 2011, torna público o presente Edital, com o objetivo de regulamentar a eleição de novos membros para composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

CAPITULO I
Dos objetivos, representação e atribuições dos conselheiros

Art. 1º. Regulamentar o processo eleitoral para a definição dos novos membros do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Cujubim – RO, para o mandato 2025-2029.
Art. 2º. As eleições para composição do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Cujubim – RO reger-se-ão a partir da publicação deste edital de convocação disponível na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, nas escolas municipais, no site oficial da Prefeitura Municipal de Cujubim – RO (https://cujubim.ro.gov.br/) e Diário Oficial dos Municípios - AROM.
Art. 3º. A representação nos segmentos deverá estar de acordo com a Lei Municipal nº 497 de 25 fevereiro de 2011, possuindo a seguinte composição:
I – 01 (um) representante e 01 (um) suplente indicado pelo chefe do Poder Executivo;
II – 02 (dois) representantes e 02 (dois) suplentes das entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicado pelo respectivo órgão de classe, por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata.
III – 02 (dois) representante e 02 (dois) suplentes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associações de pais e mestre ou entidades similares, escolhido por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata.
IV – 02 (dois) representantes e 02 (dois) suplentes indicados por entidades civis organizadas, escolhido em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.
§ 1º. O representante constante no inciso I será indicado, por meio de ofício, pelo Poder Executivo Municipal.
§ 2º. Os representantes dos segmentos dos incisos II, III e IV serão eleitos por suas respectivas categorias, por meio de assembleia específica.
§ 3º. Todos os segmentos serão representados por titular e suplente, oriundo da mesma categoria representativa.
§ 4º. Os membros têm mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.
§ 5º. Ficam vedadas as indicações do Ordenador de Despesas e do Nutricionista Responsável Técnico das EEx para compor o CAE.
Art. 4º. O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento. A função de Conselheiro de Alimentação Escolar não é remunerada, sendo considerada de relevante interesse público. São atribuições do CAE, além das competências previstas no art. 44 da Resolução nº 06/2020:
I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na legislação vigente;
II - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
III - Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
IV - Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.
Art. 5º. As vagas serão distribuídas de maneira a complementar as vagas disponíveis para os segmentos de todas as representações constante no art. 3º e seus incisos.

CAPITULO II
Seção I – Do processo eleitoral

Art. 6º. Fica instituída a Comissão Eleitoral com o objetivo de conduzir todo o processo de escolha dos representantes do CAE, inclusive orientando as categorias acerca da escolha de suas representatividades.

Art. 7º. A Comissão Eleitoral terá a seguinte composição:
I - Layanne dos Reis Fernandes – representante do setor de alimentação escolar do município de Cujubim – RO;
II - Fernanda Teixeira Sampaio Lopes - representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.
III - Kinverly Pimenta de Menezes Amorim - representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.
§ 1º. Formada a Comissão Eleitoral, foram escolhidos dentre os membros, a presidente e a secretária para conduzir, dentro de suas atribuições, o referido processo de organização do objeto deste edital.
§ 2º. Os membros da Comissão Eleitoral ficam impedidos de concorrer como representantes dos segmentos dos Incisos II, III e IV do art. 3º deste edital, aos cargos de conselheiros do CAE.
Art. 8º. Cada segmento, obedecendo os prazos estipulados no anexo I deste edital, definirá em suas reuniões os procedimentos para escolhas do membro que comporá o quadro de conselheiros do CAE, para o quadriênio 2025-2029.
Art. 9º. As indicações de cada segmentos deverão ser encaminhada para a Comissão Eleitoral, a fim de que seja organizada a documentação, verificação de legalidade dos atos indicativos e posterior envio ao poder executivo municipal para nomeação dos conselheiros através de ato legal.

Seção II – Da Eleição
Art. 10. A eleição para escolha do segmento de Docente, discente ou trabalhadores na área da educação, deverá ser feito pelo colegiado da categoria, no período correspondente ao Anexo I deste edital.
Art. 11. A eleição para escolha do segmento de Pais de Alunos, deverá ser realizada entre as Associações de Pais e Mestre, Conselho Escolar, ou similares, no período correspondente ao anexo I deste edital.
Art. 12. A eleição para escolha do segmento de representantes das Entidades Civis Organizadas, deverá ser feita por essas representações, no período correspondente ao anexo I deste edital.
Art. 13. A eleição de presidente e vice-presidente do colegiado será realizada pelos conselheiros titulares indicados pelas suas respectivas categorias, da seguinte forma:
I – Poderão se candidatar a presidente e vice-presidente, os conselheiros titulares indicados nos incisos II, III e IV deste edital;
III - Somente os conselheiros titulares votarão para presidente e vice-presidente.
Art. 14. A Comissão eleitoral, após receber a indicação de todos os conselheiros, convocará todos os titulares e suplentes para reunião de escolha de presidente e posse do novo Conselho de Alimentação Escolar – CAE do município de Cujubim – RO.
§ 1º. O CAE deve ter um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva.
Parágrafo único. A data de eleição de presidente, vice-presidente e posse dos novos conselheiros seguirá o anexo I deste edital.

CAPÍTULO III
Das Disposições Finais

Art. 15. Todas as etapas de escolha de representantes dos conselheiros do CAE, quadriênio 2025-2029 deverão seguir os dispostos neste edital, Lei Federal nº. 11.947 de 16 de junho de 2009, Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de junho de 2020 e Lei Municipal nº 497 de 25 fevereiro de 2011.
Art. 16. O segmento deverá encaminhar a ata de eleição dos representantes, acompanhado do ofício de encaminhamento, contendo as seguintes documentações pessoais dos membros indicados: nome completo, CPF, endereço de residência, e-mail e telefone de contato.
Art. 17. O mandado do novo conselho do CAE será de 04 (quatro) anos, a contar da data de assinatura do ato legal do Poder Executivo Municipal.
Art. 18. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Cujubim – RO, 09 de setembro de 2025.

ALECI DE ASSIS RAMOS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I

CRONOGRAMA	
ETAPA	**PERÍODO**
Definição da Comissão Eleitoral e publicação de Ato Normativo.	20/08/2025
Publicação do Edital.	10/09/2025
Prazo para segmentos eleger seus membros para composição do CAE.	Até 10/10/2025
Prazo para os segmentos encaminharem documentações dos eleitos à Comissão Eleitoral.	Até 13/10/2025
Data da eleição de presidente e vice-presidente.	15/10/2025
Posse dos novos Conselheiros do CAE e Ato Normativo.	17/10/2025

Publicado por:
Tânia Maria Oliveira Medeiros
Código Identificador:80502753

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 533/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 025/2024, CELEBRADA ENTRE OMUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA (RO)E AS EMPRESASJUAREZ ALVES MOREIRA JUNIOR E HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA.

O**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA (RO)**, através daPrefeitura Municipal, sediada à Av. Pedras Brancas, n° 939 centro, neste ato representado pelo (a) Pelo Prefeito Municipal, Senhor**GILMAR TOMAZ DE SOUZA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF n° ***.115.662-**, residente e domiciliado em nesta cidade de Governador Jorge Teixeira/RO e Coordenador de Registro de Preço, Sr.(a)**KEVIN DIÓGENES FERREIRA**, e as empresa**JUAREZ ALVES MOREIRA JUNIOR**, estabelecida na Rua Flamingo, n° 2, bairro Tuiuiu Cidade: Primavera do Leste -MT, inscrita no CNPJ sob o n° 48.037.257/0001-44, neste ato representada por seu REPRESENTANTE, senhor**Juarez Alves Moreira Junior**, e a empresa **HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA**, estabelecida na Avenida : das Américas 500, bloco 11 Cidade: Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n° 17.124.851/0001-49, neste ato representada por seu REPRESENTANTE, senhor**Rafael Martins de Castro da Silva** em observância as disposições da lei n°14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, referente a Ata de Registro de Preços n°025/2024 e ao Pregão n°031/2024, em decorrência do Processo Administrativo n°533/2024, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo à Ata de Registro de Preços n° 025/2024 que trata da **contratação de empresa de agenciamento de viagens compreendendo reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e terrestre, que atenderá as necessidades das Secretarias GABINETE, SEMECELT, SEMAD e SEMED**, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO, tem como objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n° 025/2024 pelo período de 1 (um) ano.

CLÁUSULA SEGUNDA -DA PRORROGAÇÃO

2. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços n° 025/2024 por 12 (doze) meses, contados a partir da data de 17 de setembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

3. Este termo aditivo tem por fundamento o artigo 84 da lei n°14.133/2021 e artigo 47 do Decreto Municipal n°9904/GAB/2023.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, as demais cláusulas e condições da ata de registro de preços ora aditada, não modificadas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5. O extrato do presente termo aditivo será divulgado em até 5 (cinco) dias da data de sua assinatura, no Diário Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira/RO.
Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente termo aditivo, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma.

CLÁUSULA SEXTA- QUANTITATIVO

A prorrogação da vigência da ata de registro de preço com a renovação, ira renova as quantidades de itens zerando o saldo para que seja utilizado por mais um ano.

Governador Jorge Teixeira/RO, 02 de setembro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

KEVIN DIOGENES FERREIRA
Presidente da GSRP
Portaria n°156

Empresa
Juarez Alves Moreira Junior
JUAREZ ALVES MOREIRA JUNIOR
Representante Legal

Empresa
Hotel a Jato Operadora Turistica LTDA
RAFAEL MARTINS DE CASTRO DA SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Kevin Diogenes Ferreira
Código Identificador:8568274A

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 11317/GAB/2025 DE 03 DE SETEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA EM FUNÇÃO GRATIFICADA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 11317/GAB/2025
DE 03 de setembro de 2025

Dispõe sobreNOMEAÇÃOde servidora em Função Gratificada, e contém outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA,no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º - NOMEAÇÃOda senhora MARCIA RODRIGUES DE CARVALHO, da Função Gratificada diretora ESCOLAR da E.M.E. F JOSE SERAFIM BARBOSA, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Governador Jorge Teixeira/RO.

Art. 2º - Este DECRETOtem fins retroativos à data de 02 de setembro de 2025, revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO, aos 03 (três) dias do Mês de setembro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:020B51C2

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 11318/GAB/2025 DE 03 DE SETEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DA SENHORA PATRICIA FALTZ, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 11318/GAB/2025
DE 03 de setembro de 2025

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de Função Gratificadada senhora PATRICIA FALTZ, e contém outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.
D E C R E T A

Art. 1º-NOMEAÇÃO de Função Gratificadada senhora**PATRICIA FALTZ, n**a Função de Vice-diretora**ESCOLAR da E.M.E. F JOSÉ SERAFIM BARBOSA**, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Governador Jorge Teixeira/RO.

Art. 2º -Este**DECRETO** entra em vigor na data de sua publicação,**com efeitos retroativos ao dia 02 de setembro de 2025**. Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO,aos 03 (três)dias do mês de setembro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:CEDFA5FB

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.11323GAB/2025 09 DE SETEMBRO DE 2025 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE

DECRETO MUNICIPAL Nº.11323GAB/2025
09 de Setembro de 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar proveniente de anulação de dotação orçamentária na unidade: Secretaria Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III daLeiFederalnº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;

Considerando o disposto no artigo 41, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
Considerando o disposto no artigo 6°, inciso III da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024, - Lei Orçamentária Anual.

D E C R E T A:
Artigo 1º- Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação Orçamentária no valor de**R$ 3.000,00 (três mil reais),**na unidade orçamentária a seguir, de acordo com a Lei Municipal 1.660, de 01 de novembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual) distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO
(+):_____R$3.000,00

02 15- Secretaria Municipal de Assistência Social
08 122 0003 2005 0000- Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade
3.3.90.30.00- Material de Consumo
Ficha:21
Fonte de Recurso:1.500
Valor:R$ 3.000,00

Artigo 2° - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, fonte de recursos 001.500 Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente).

ANULAÇÃO (-):_____R$(3.000,00)

02 15- Secretaria Municipal de Assistência Social
08 244 0003 2013 0000- Benefícios Eventuais - Rec. Estadual

3.3.90.32.00- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Ficha:710
Fonte de Recurso:1.500
Valor:R$ (3.000,00)

Artigo 3º- Os créditos abertos neste Decreto obedecerão ao disposto no artigo 43 da 4.320/64.
Artigo 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Considerando que a Suplementação destina-se para atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, garantindo a continuidade das ações e serviços prestados.
Diante do exposto justifica-se a abertura do crédito adicional suplementar proveniente de anulação, conforme Lei nº 4.320/64, autorizado através da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR A REDUZIR	VALOR A SUPLEMENTAR
0003.2013	3.3.90.32	1.500	R$: (3.000,00)	
0003.2005	3.3.90.30	1.500		R$3.000,00
TOTAL			**R$: (3.000,00)**	**R$:3.000,00**

Governador Jorge Teixeira,09 de setembro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:C4B3A6A7

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2025

O Secretário de Administração do Município de Governador Jorge Teixeira, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, para fins de comparecimento e posse dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, RESULTADO FINAL E DEFINITIVO conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 24/12/2024. Edição 3883 e conforme**HOMOLOGAÇÃO Nº 001/GP/2025** Homologação 01 de 31/01/2025 (ID 271752) processo 1093/2023 conforme relação abaixo:

1.**DOS CANDIDATOS CONVOCADOS**

Ficam convocados os candidatos aprovados no concurso público para os seguintes cargos:
Secretaria Municipal de Educação SEMED.

Cargo: Merendeira - SEMED.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
SILVANA PEREIRA LINS	-	-	8º	**1.213.157-**
OSMARINA DE OLIVEIRA	5º	-	-	**8.743.902-**

Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

Cargo: Agente de limpeza e conservação - SEMSAU.
Sendo uma vaga para a Secretaria Municipal de Saúde e as demais para a Secretaria Municipal de Educação.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
CAMILA RAISKI DOS SANTOS	6º	-	-	**3.619.432-**
MILTON FERNANDES BARBOSA	7º	-	-	**3.133.938-**
SAMARA OLIVEIRA KRULL	8º	-	-	**2.043.328-**
SOLANGE CHAGAS DE NOVAES OLIVEIRA	9º	-	-	**9.921.072-**

Cargo: Enfermeiro - SEMSAU

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
ELINETE MENDES SANTANA	-	104º	-	**0.921.812-**

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

Cargo: Motorista de Veículos Leves - SEMAD

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
OTONIEL DE OLIVEIRA LIMA	1º	-	-	**2.232.452-**
EDUARDO COUTO ROCHA	3º	-	-	**2.831.672-**

2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA CONFORME PREVISTA NO EDITAL DO CONCURSO PUBLICO 0001/2024 NO ITEM 12.
2.1 - Os candidatos convocados deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos no prazo de 30 dias a partir da publicação deste edital, munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):
2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento dos dependentes legais Menores de 14 (catorze) anos de idade;
2.3 - Original e uma fotocópia do Cartão de Vacina dos dependentes menores de 07 (sete) anos;

2.4 - Comprovante de Frequência Escolar dos dependentes Maiores de 05 (cinco) anos e menores de 14 (catorze) anos;
2.5 - RG Original e uma fotocópia da Cédula de Identidade;
2.6 - CPF Original e uma fotocópia do CPF/MF;
2.6.1- Obs.: não será aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação. Em caso de 2ªvia, o mesmo pode ser expedido através da internet: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
2.7 - Original e uma fotocópia do título de Eleitor;
2.8 Certidão negativa de quitação e de crimes eleitorais comprovando que está quite com a Justiça Eleitoral (disponível no site: www.tre.ro.gov.br);
2.9 - Original e uma fotocópia do Cartão do PIS/PASEP;
Uma fotocópia da última declaração do Imposto de Renda ou de isento (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br);
2.10 - Original e uma fotocópia do certificado de Reservista;
2.11 -Original e uma fotocópia do Comprovante de Escolaridade exigida para o exercício do cargo com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação do Brasil-MEC. (Não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade que não esteja de acordo com o previsto no dispostodo item do Edital); Registro no Conselho de Classe equivalente- uma fotocópia, exceto para os cargos cuja legislação não exija registro no respectivo conselho;
2.11- Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do estado de Rondônia (disponível no site: www.sefin.ro.gov.br);
2.12 - Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública Municipal, expedida pelo Município de Governador Jorge Teixeira (disponível no site: https://governadorjorgeteixeira.ro.gov.br/;
2.13 - Original da Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (disponível no site: www.tce.gov.br);
2.14 - Original do Exame de Capacidade Física e Mental, expedido pela Junta Médica Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira;
2.15 - CTPS original e uma fotocópia da Carteira de Trabalho - CTPS, páginas da fotografia e da Identificação;
2.16 - Comprovante de Residência recente;
Duas fotografias 3X4 iguais e recentes;
2.17 - Originais das Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal de 1º e 2º grau do Fórum da Comarca de residência do candidato do Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 anos (disponível no site: www.tj.ro.gov.br);
2.18 - Original da Certidão Negativa da justiça federal 1º grau dos últimos 5 (cinco) anos da comarca onde tenha residido (disponível no site: www.justicafederal.jus.br);
2.19 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando se ocupa ou não outro cargo público. Caso ocupe, deverá apresentar também Certidão expedida pelo órgão empregador informando a Carga Horária Contratual, Horário de Trabalho e Regime Jurídico com firma reconhecida;
2.20 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processos Administrativos em que figura como indiciado ou parte (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes). Com firma reconhecida;
2.21 - Declaração emitida pelo próprio candidato de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes) com firma reconhecida;
2.22 - Conta Corrente de Pessoa Física no Banco do Brasil, Caixa econômica;
2.23 - CNH Original e uma cópia da CNH - CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E CERTIFICADO DO MOP (para os motoristas de veículos pesados da Educação);
2. 24 - Declaração de Bens (modelo disponível na Divisão de Recursos Humanos)
2.25 Declaração de Grau de Parentesco.

3 - Relação de exames para o ingresso no Serviço Público: Para que possa expedir o Certificado de Capacidade Física e Mental é necessário que o candidato seja analisado pelos médicos peritos, analisado os exames complementares e os Laudos que contém as avaliações dos médicos especialistas.

3.1 - Os exames de imagem e laboratoriais, bem como os laudos e avaliações médicas necessárias ao exame admissional são os seguintes:
3.2-Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para grávidas);
3.3-Avaliação Ortopédica (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);
3.5-Avaliação Psiquiátrica;
3.6-Avaliação Ginecológica incluindo a apresentação de exames de "Colpo citologia Oncótica e Parasitária, Ultrassonografia Pélvica e Ultrassonografia das Mamas (após os 40 anos de idade a Ultrassonografia das mamas deve ser substituída pela Mamografia com respectivo Laudo de Radiologista);
3.7-Avaliação Dermatoneurológica;
3.8 - Avaliação Oftalmológica;
3.9 -Avaliação Otorrinolaringológica com Audiometria (para professores e orientadores educacionais);
3.10-Avaliação Neurológica;
3.11- Avaliação Cardiológica baseada no exame de Candidato e no Eletrocardiograma (para todas as idades e com o EGG acompanhado da respectiva interpretação);
3.12-Raios-X do Tórax em PA e perfil com Laudo Radiológico (exceto para grávidas);
3.13-Sangue: VDRL - Glicemia - Hemograma - Ácido Úrico - Uréia - Creatinina - Toxoplasmose - IGG e IGM - Machado Guerreiro (Chagas) - TGP e TGO - HBSAg - AntiHBS - AntiHBC IGG e ICM - AntiHCV;
3.14-Escarra: BAAR;
3.15-Urina: EAS - Toxicologia (Cocaína e Maconha);
3.16- Avaliação de Clínico Geral baseada no exame geral do candidato e nos exames listados nositens de n° 3.12,3.13, 3.14 e 3.15.
3.17. As Avaliações médicas devem ser apresentadas ao IPC sob a forma de Laudos.

4 - Observações:

4.1. Os exames bioquímicosterão validade por 90 dias. Mamografia por 02 (dois) anos e a Colpo citologia Oncótica e Parasitária por 01 (um) anoa contar da data de sua expedição. Ultrassonografia a critério do Perito Médico;
4.2. Os exames e as avaliações médicas poderão ser realizados na rede SUS como também na rede particular;
4.3. Os Laudos médicos emitidos fora do Estado de Rondônia.
4.4. A Junta Médica Oficial, no ato da apresentação dos Laudos médicos e dos exames complementares se julgarem necessário poderá solicitar outros exames que porventura não constem nesse anexo;
4.5. Os candidatos devem efetuar agendamento para execução do exame médico pericial pelo fone (69) 9 9910-4326 WhatsApp ou no local Hospital Municipal de Governador Jorge Teixeira, situado na Travessa Copaíba com Avenida Ipê.
5. O candidato será convocado exclusivamente por edital de convocação, terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos para apresentação da documentação anunciada.
6. Após a apresentação de documentos, será lavrado Termo/Decreto de Nomeação para que o convocado tome posse em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação expressa do convocado e aceita pela administração.
7.Ao se apresentar na COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICIPO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, munido dos documentos exigidos no Edital de deflagração do Concurso e no presente edital de convocação ou seja para posse no cargo aprovado e exercício no determinado órgão de lotação, sendo necessário apresentação tempestiva de todos os documentos exigíveis para nomeação no cargo onde foi aprovado e convocado, e só então após verificada a regularidade dos requisitos será nomeado e empossado no prazo estabelecido no edital do concurso e na Lei 038/1995, desde que cumpridos todos os requisitos previsto no edital, na Lei 038/1995 e demais normas pertinentes.
7.1 O empossado entrará em exercícios, obrigatoriamente no prazo estabelecido noedital do concurso público 001/2024 e na Lei 038/1995.

7.2. Se o convocado descumprir quaisquer de um desses prazos estipulados nos itens 12.4 e 12.5 do Edital do Concurso nº 001/2024 e

da Lei 038/1995, automaticamente perderá o direito à nomeação, posse e exercício a vaga do cargo aprovado e devidamente convocado.

LOTAÇÃO E EXERCICIO DAS FUNÇÕES
Os convocados serão lotados nos órgãos e entidades conforme necessidade da Administração Municipal, podendo ser designados para outras unidades ou órgãos indicados inicialmente no concurso, de acordo com interesse e conveniência da gestão pública.

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:AA275F36

GABINETE
LEI Nº 1.777/2025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS."

LEI Nº 1.777/2025
DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, na Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos."

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, na importância**R$ 9.592,75 (nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos)**na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicosde acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02 06 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
26 782 0016 2066 Assegurar Melhorias das Estradas Vicinais
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 1167
Fonte de Recurso: 2.750
Valor: R$ 4.368,16

02 06 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
26 782 0016 2066 Assegurar Melhorias das Estradas Vicinais
3.3.90.30Material de Consumo
Ficha: 1168
Fonte de Recurso: 2.708
Valor: R$ 5.224,59

Art. 2º-Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art.3º-Considerandoo aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.660/2024.

§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.

Anexo IIIProgramas (Finalísticos e Governo).

§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR A SUPLEMENTAR
0016 2066	3.3.90.30	2.750	R$ 4.368,16
0016 2066	3.3.90.30	2.708	R$ 5.224,59

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DA RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2025	RESTOS A PAGAR 2024	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
2.750	R$ 4.368,16	R$ 0,00	R$ 4.368,16
2.708	R$5.224,59	R$ 0,00	R$5.224,59

Fonte:Documentos Disponibilidade Financeira de 02/09/2025 (ID 331275)

Governador Jorge Teixeira/RO, 09 de Setembrode 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:9A125B6C

GABINETE
LEI Nº 1.778/2025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

LEI Nº 1.778/2025
DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, na Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde."

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, na importância**R$ 23.626,55 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**na unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúdede acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02 09 Fundo Municipal de Saúde
10 301 0023 2085 Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS
3.1.90.16 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Ficha: 1169
Fonte de Recurso: 2.604
Valor: R$ 12.486,96

02 09 Fundo Municipal de Saúde

10 301 0023 2079 Assegura a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
3.1.90.16 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Ficha: 1170
Fonte de Recurso: 2.605
Valor: R$ 11.139,59

Art. 2º-Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art.3º-Considerandoo aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.660/2024.

§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.

Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR A SUPLEMENTAR
0023 2085	3.1.90.16	2.604	R$12.486,96
0023 2079	3.1.90.16	2.605	R$11.139,59

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DA RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2025	RESTOS A PAGAR 2024	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
2.604	R$12.486,96	R$ 0,00	R$12.486,96
2.605	R$11.139,59	R$ 0,00	R$11.139,59

Fonte:Documentos - Disponibilidade Financeira de 03/09/2025 (ID 331757)

Governador Jorge Teixeira/RO, 09 de Setembrode 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:D9FC7FE2

GABINETE
LEI Nº 1.779/2025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SO

LEI Nº 1.779/2025
DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação, na Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social"

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação, na importância**R$ 34.390,77 (trinta e quatro mil, trezentos e noventa reais e setenta e sete centavos)**na unidade orçamentáriaSecretaria Municipal de Assistência Socialde acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02 02- Fundo Municipal de Assistência Social
08 244 0003 2108 0000- Programa Bolsa Família - IGD - PBF
3.3.90.30- Material de Consumo
Ficha: 1172
Fonte de Recurso: 2.660
Valor:R$7.549,82

02 02- Fundo Municipal de Assistência Social
08 244 0003 2104 0000- Piso Fixo PSB - Rec. Federal
3.3.90.30- Material de Consumo
Ficha: 1171
Fonte de Recurso: 2.660
Valor:R$26.840,95

Art. 2º-Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
Art.3º-Considerandooaprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.660/2024.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2025**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR SUPLEMENTAR
0003.2108	3.3.90.30	2.660	R$7.549,82
0003.2104	3.3.90.30	2.660	R$26.840,95

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DE RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2024	RESTOS APAGAR 2024	SUPERÁVIT FINANCEIRO
02.660	R$ 7.549,82	R$ 0,00	**R$ 7.549,82**
02.660	R$ 26.840,95	R$ 0,00	**R$ 26.840,95**

Fonte:Documentos Disp Financeira 1 de 05/09/2025 (ID 332756)

Governador Jorge Teixeira/RO, 09 de setembrode 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:6B8CED07

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 487/CHEF-GAB/2025 EM, 03 DE SETEMBRO DE 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:
03 (três) diáriasno valor total de R$ 900,00 (novecentos reais),em nome da servidora **Tatiana Silva Ardaia** ocupante do cargo de**Diretora da Divisão de Divulgação e Promoção Turística SEMCET,** para se deslocar do Município de Guajará até o Município de Porto Velho, com o objetivo de participar de reuniões na **Secretaria de Estado do Turismo SETUR**e na **Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer SEJUCEL**. Entre os dias**01/08/2025 e 02/08/2025.**

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Pereira Dos Santos
Código Identificador:E0954629

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 492/CHEF-GAB/2025 EM, 05 DE SETEMBRO DE 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:
(04) quatro diárias no valor total de R$ 800,00 (oitocentos reais),em nome do servidor **MARCELO ALVES RODRIGUES** para se deslocar as Aldeias do Rio Pacaás Novos**(ALDEIA POÇAO,CAPOEIRINHA,ORO AT,SANTO ANDRE 2.CAZUEIRO, ALDEIA JATOBÁ, ALDEIA SANTO ANDRE, ALDEIA GRAÇAS A DEUS, ALDEIA TANAJURA, ALDEIA BOM FUTURO E COMUNIDADE CENTRAL RIO NEGRO OCAIA)**na caminhonete da Defesa Civil, juntamente com a equipe da**FUNAI, BOMBEIROS e SEMTAS**com a finalidade de executar serviços de atualização de cadastro da população em área de risco**, com saída no dia 04/09/2025 e retorno no dia 07/09/2025.**

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Pereira Dos Santos
Código Identificador:ABD0AF29

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 124/GAB-SEMED/25 GUAJARÁ-MIRIM, 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora Darcilene dos Santos Quintão e dá outras providências.

Artigo 1º **-** A Secretária Municipal de Educação do Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.505/GAB-PREF/25, de 01 de janeiro de 2025, torna pública a concessão de 03 (três) diárias, com valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo um total de R$ 900,00 (novecentos reais)**,** à servidora **Darcilene dos Santos Quintão,** registro nº 056327, Prof.(a) 40hs/Magistério, atualmente exercendo a função de Coordenadora Municipal do Programa BolsaFamília na Educação e Coordenadora Operacional da Busca Ativa Escolar, Mobilizadora na Educação do Selo UNICEF, lotada na Divisão de Ensino Pedagógico -DEP, SEMED.
Artigo 2º **–** As diárias foram concedidas para que a mesma possa se deslocar até o município de Porto-Velho/RO, no dia**09**de**setembro**de 2025, com a finalidade de participar da**Capacitação Presencial sobre aMetodologia do Selo UNICEF 2025-2028 e realização do 1º Fórum Comunitário**, que acontecerá no dia**10**de**setembro**do corrente ano, no teatro Banzeiros.
Artigo 3º- A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogada as disposições contrárias.
Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

PROFA. MARIA TEREZA CRESPO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 16.505/GAB-PREF/25

Publicado por:
Joaquim Antônio Silva Santos
Código Identificador:751FB00B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 027/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 712-08/2025

OBJETO: Aluguel de Imóvel, com o objetivo de garantir proteção social aos cidadãos em situação de vulnerabilidade,
No período de 12 (dose) meses.

FORNECEDOR: FRANCISCO CHAGAS GOMES DE ARRUDA
CPF: 006.737.812-91
ENDEREÇO: RUA SENADOR OLAVO PIRES, 1497, CENTRO, ITAPUÃ DO OESTE/ RO/ 7686-1000

VALOR R$: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Itapuã do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

LUCILAINE VEIGA DE SOUZA VOLET DE CASTRO
Agente de Contratação
Portaria N.º 078/GAB-PMIO/2025

Publicado por:
Lucilaine Veiga de Souza Volet Castro
Código Identificador:5074902E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2025

REGISTRO DE PREÇO N.º **031/2025**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º **1210-08/2025.**

AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos e equipamentos infantis - Emenda Parlamentar Convênio nº 704-2024-PGE-SEAS.
VALOR MÁXIMO A SER LICITADO: **R$ 77.828,65**(setenta e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos).

O Município de Itapuã do Oeste/RO, por seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação:
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo: Menor Preço **UNITÁRIO**.
Modo de Disputa: Aberto
O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei Federal n.º 14.133/2021; Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014; Decreto Federal n.º 8.538/2015; Decreto Municipal nº 2655/2023 – Regulamentação da lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito municipal; Decreto Municipal n° 2660/2023 – Regulamentação do Sistema de Registro de Preço conforme Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito municipal e demais legislações vigentes.
Recebimento das propostas:

www.licitanet.com.br	**A partir de:**	**Até:**
Recebimento das Propostas	Publicação do edital. 10/09/2025	08h59 do dia 23/09/2025.
Início da Sessão Pública	09h do dia 23/09/2025.	
***Sempre no Horário de Brasília.**		

Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á disposição dos interessados no site supracitado, no site www.itapuadooeste.ro.gov.br, ou solicitado através de requerimento na Comissão de Contratação, sito à Rua Ayrton Senna, 1425, Setor 01, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30 às 13h30, para maiores informações através do telefone (69) 3231-2245 ou e-mail licitacao@itapuadooeste.ro.gov.br.

Itapuã do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

ELIEZER BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Pregoeiro
Portaria N.º 177/GAB-PMIO/2018

Publicado por:
Eliezer Batista da Silva Junior
Código Identificador:7890C2DC

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DOS AUTODEFENSORES DA APAE DE ITAPUÃ DO OESTE-RO

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPICIONAIS DE ITAPUÃ DO OESTE/RO - APAE, com sede nesta cidade, na rua Ana Ferreira, nº1694, bairro Centro, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por sua Presidente Senhora SIMONE NOGUEIRA, **CONVOCA** através do presente edital, todas as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla que estejam matriculadas/inscritas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da APAE (art. 44, § 2°, do Estatuto), para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em sua sede, às 8horas, do dia 15 de outubro de 2025, com a seguinte ordem do dia:
1 - Eleição dos Autodefensores da APAE de Itapuã do Oeste, em cumprimento ao disposto no art. 10, inciso XXIV e artigo 44 do Estatuto da APAE de Itapuã do Oeste;
2 - A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. (art. 44, § 1º, do Estatuto);
3 - Somente poderão integrar as chapas para eleição dos Autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da APAE conforme prev. (art. 44, § 2º, do Estatuto);
4 - A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação às 08 horas, com a presença da maioria dos votantes do dia e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, não exigindo a lei quórum especial (art. 17, § 2º, do Estatuto).

Itapuã do Oeste/RO, 4 de setembro de 2025.

SIMONE NOGUEIRA
(Presidente da APAE)

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:2AA92B28

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
ERRATA Nº 001/2025 - PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS Torna público, para conhecimento dos interessados e em observância aos princípios da publicidade, da transparência e da legalidade, a presente **ERRATA**, referente ao Edital de Credenciamento de Voluntários nº 001/2025, a fim de corrigir, adequar e atualizar dispositivos constantes do referido instrumento convocatório.
As alterações aqui expostas têm como objetivo adequar o edital às normas vigentes e assegurar a plena igualdade de condições entre os(as) candidatos(as), em estrita observância ao que preconizam a Constituição Federal, a legislação específica sobre cotas raciais, inclusão da pessoa com deficiência e regras de ampla concorrência, garantindo maior segurança jurídica e clareza ao certame.
Desta forma, **onde se lia** os dispositivos constantes originalmente no edital, **agora lê-se** os textos atualizados abaixo transcritos, bem como **acrescenta-se** item novo, passando a integrar o Edital.

ONDE LIA-SE

4.DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS OU QUILOMBOLAS E PESSOAS
4.1Ficam reservadas 30%(trinta por cento) das vagas oferecidas no presente Edital para o candidato(a) que se autodeclararem pessoa preta, parda, indígena ou quilombola no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, com base na Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, e Resolução Nº 541 de 18 de dezembro de 2023 do Conselho Nacional de Justiça;
4.2A convocação dos candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas por localidade e o número de vagas reservadas a pessoa preta, parda, indígena ou quilombola.
4.3O primeiro candidato(a) classificado, preencherá a 3ª (terceira) vaga aberta por função/especialidade/localidade, o segundo candidato ou candidata classificado, preencherá a 6ª (sexta) vaga aberta por função/especialidade/localidade o terceiro candidato ou candidata classificado, preencherá a 9ª(nona) vaga aberta por função/especialidade/localidade observada a mesma proporção em eventuais vagas futuramente abertas, de modo a assegurar o efetivo preenchimento de 30% das vagas/funções por pessoa preta, parda, indígena ou quilombola.
4.4Poderão concorrer às vagas reservadas a pessoa preta, parda, indígena ou quilombola aqueles que se autodeclararem pessoa preta, parda, indígena ou quilombola no ato da inscrição, conforme o quesito

utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
4.5O candidato que se inscrever para às vagas reservadas a pessoa preta, parda, indigena e quilombola terão que passar pela Comissão para realizar a heteroidentificação conforme prescrito no cronograma no anexo III
4.5.1 É atribuição da Comissão de heteroidentificação avaliar a condição dos candidatos(as) auto-declarados(as) pessoa preta, parda, indígena ou quilombola, considerando os seguintes aspectos observáveis;
4.5.2 Análise das características **exclusivamente fenotípicas** do candidato;
4.5.3 Verificação se a pessoa atende aos critérios fenotípicos que o identifiquem como pessoa preta, parda, indígena ou quilombola, confirmando, ou não, a autodeclaração prestada, mediante convocação para confirmação presencial na entrevista de heteroidentificação conforme anexo III que consta a data da heteroidentificação pela banca.

4.6Não sendo comprovada a heteroidentificação do candidato, será considerada somente sua classificação na listagem de ampla concorrência. Os critérios complementares tratados no item anterior somente poderão ser adotados em processos transparentes, passíveis de fiscalização por organizações da sociedade civil com atuação no combate à discriminação ou promoção da igualdade racial, desde que sejam estabelecidos previamente critérios que levem em consideração o conjunto de características que constituem a manifestação do genótipo racial do candidato.
4.7Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do Processo Seletivo e, se houver sido contratado, ficará sujeito à nulidade de sua convocação e assinatura de termo de adesão na função pública, após procedimento administrativo no qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
4.8Dentre outros mecanismos, as comissões referidas atuarão através de procedimentos formais de heteroidentificação, validação e verificação.

AGORA LÊ-SE:

4 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS OU QUILOMBOLAS E PESSOAS

4.1 Ficam reservadas 30%(trinta por cento) das vagas oferecidas no presente Edital para o candidato(a) que se autodeclararem pessoa preta, parda, indígena ou quilombola no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base na Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, e Resolução Nº 541 de 18 de dezembro de 2023 do Conselho Nacional de Justiça;
ONDE LIA-SE

5.DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
5.1As pessoas com deficiência têm assegurado o direito de inscrição no presente processo seletivo, devendo anexar no ato da Inscrição o Laudo Médico.
5.2Ficarão reservadas 10% (dez por cento) das vagas, aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei Ordinária nº 515, de 04 de outubro de 1993, e no § 2º do art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 68, de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças CID).
5.3Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo de voluntários em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange aos critérios de avaliação e a todas as demais normas de regência do certame
5.4O primeiro candidato(a) classificado, preencherá a 4ª (quarta) vaga aberta por função/especialidade/localidade, o segundo candidato ou candidata classificado, preencherá a 8ª (sexta) vaga aberta por função/especialidade/localidade o terceiro candidato ou candidata classificado, preencherá a 12ª(décima segunda vaga) vaga aberta por função/especialidade/localidade observada a mesma proporção em eventuais vagas futuramente abertas.
5.5Não sendo comprovada a deficiência do candidato, será considerada somente sua classificação na listagem de ampla concorrência.
5.6A reserva de vagas será disponibilizada sempre que o número de vagas oferecidas por município for igual ou superior a 10 (dez) na função pleiteada;
5.7Ficarão disponibilizadas 10% (dez por cento) das vagas totais disponíveis neste processo seletivo, ficará a critério desta Secretaria a distribuição das vagas para os municípios que possuem abaixo de 10(dez) vagas a fim de completar os 10% das vagas reservadas.

AGORA LÊ-SE:

5.DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 As pessoas com deficiência têm assegurado o direito de inscrição no presente processo seletivo, devendo anexar no ato da Inscrição o Laudo Médico.
5.2 Ficarão reservadas 10% (dez por cento) das vagas, aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência.
5.3. A pessoa com deficiência têm assegurado o direito à inscrição no presente processo seletivo, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função para a qual concorra, conforme Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.
***ACRESCENTA*-SE**
10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Se houver empate, terá preferência, na seguinte ordem, o candidato que:
10.1.1. Tiver maior idade;
10.1.2. Obtiver maior nota nos itens de experiência profissional;
10.1.3. Obtiver maior pontuação referente à formação;
10.2 A lista dos inscritos de acordo com a classificação será publicada no site e no mural da da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste/RO http://www.itapuadodoeste.ro.gov.br/pmio e no site da AROM, www.diariomunicipal.com.br/arom.

DIEGO EMANUEL FELIX DA SILVA
Secretario Municipal de Administração e Planejamento
Portaria Nº 067/GAB-PMIO/2025

NICOLE DA SILVA CAVALHEIRO NORONHA
Presidente da Comissão - PSCV
Mat. N°6227 /GAB-PMIO/2025

JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR
Vice Presidente da Comissão - PSCV
Mat. N° 7124/GAB-PMIO/2025

TEREZINHA FÊLIX DE BRITO
Secretária da Comissão PSCV
Mat. N°6789 /GAB-PMIO/2025

STEFFANY DEZIDERIO DE LIMA
Membro da Comissão PSCV
Mat. N°7099 /GAB-PMIO/2025

RODRIGO GUTIERREZ DE SOUZA
Membro da Comissão PSCV
Mat. N°6787 /GAB-PMIO/2025

GISELE SILVA TRINDADE
Membro da Comissão PSCV
Mat. N° 7029/GAB-PMIO/2025

MARIA SUZETE CALDEIRA DE SOUZA
Membro da Comissão PSCV
Mat. N°4206 /GAB-PMIO/2025

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:A82DD64E

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 231/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: ECOLIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.221.558/0001-08, com sede à Rua Tenente Brasil, 510 - Centro, Ji-Paraná - Rondônia CEP- 76900-014 - Telefone: (69) 3422-1919, E-mail: ecolim.ro@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. **Alexander Alves Guimarães**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.037,28 (um mil trinta e sete reais e vinte e oito centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:E2DE9CF2

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 232/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: BRASIL MEDSUL COM. IMP. EXP. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.716.848/0001-00, com sede à Av. Rua Ursa Maior, 4161 - Bairro Rota do Sol, Ariquemes - Rondônia - 76874-012- Telefone:(69) 3221-0593, E-mail: empresaconexao03@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **João Machota**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de**R$332,95 (trezentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:7664F73A

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 233/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: S. ALMEIDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.933.407/0001-10, com sede à Avenida Melvin Jones, 1504 - Cristo Rei, Vilhena - Rondônia CEP 76983-482 - Telefone:(69) 3321-7466, E-mail: s.almeida2020@hotmail.com, neste ato representado pela Sra. **Sirlei Almeida**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.075,00 (um mil e setenta e cinco reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:11DD1C97

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 234/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: START SHOP GLOBAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº37.912.727/0001-55, com sede à Av. Brasil, 2540 - Nova Brasília, Ji-Paraná - Rondônia CEP: 76908-596, Telefone:(69) 3422-7040, E-mail: licitacao.start@gmail.com, neste ato representado pela Sra. **Gabrielly Vitória Apolinário Pinto**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$9.485,50 (nove mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:93461624

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 235/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: P.R. FARONI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.029.862/0001-00, com sede à Av. Juscelino Kubitschek, 2056 - Setor 04, Ariquemes - Rondônia CEP: 76873-494, Telefone:(69) 3535-5210, E-mail: E-mail: E-mail:faronidistribuidora@hotmail.com, neste ato representado pela Sr. **Paulo Renato Faroni**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$5.652,21 (cinco mil seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:9A8B88AB

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 236/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: L P ARAUJO VIEIRA COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.949.604/0001-17, com sede à Rua do Contorno, 4667 - Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho estado de Rondônia, CEP: 76820-678 Telefone: (69) 3213-8439 E-mail:leonardopastorin.pericias@gmail.com, neste ato representado pela Sr. **Leonardo Pastorin Vieira Costa,** conforme poderes trazidos no contrato social.

DO OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$57,60 (cinquenta e sete reais e sessenta centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:B41CBCC6

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 237/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: R T COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.561.770/0001-77, com sede à Travessa - Jatobá, 3430 - Setor 01, Ariquemes - Rondônia - 76870-052,

Telefone: (69) 2103-2576, E-mail: teixeira.atacado01@gmail.com, neste ato representado pela Sr. **Renan Teixeira de Faria,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$467,00 (quatrocentos e sessenta e sete reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:98493B46

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 238/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: PLENITUDE COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.838.236/0001-49, com sede a Ruas das Orquídeas, 000 - Bosque Da Saúde, Cuiabá - Mato Grosso, CEP: 78050-010 Telefone: (65) 9 8453-8857, E-mail: plenitudeatacadistamt@gmail.com, neste ato representado pela Sra. **Jaqueline Graciela Hoffmann,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$24.144,40 (vinte e quatro mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:748689A2

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 239/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: PMX COMERCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº43.279.146/0001-20, com sede a Rua Antônio Maria Valenca, 6008 - Aponiã, Porto Velho Rondônia CEP: 76824-200, Telefone:(69) 3214-1898, E-mail:pmxcomercio@hotmail.com, neste ato representado pela Sra. **Maria do Carmo Souza de Sales Melo,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.733,77 (um mil setecentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:BC11808C

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 240/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.229.196/0001-70, com sede a Rua Maringá, 6294 - Jardim Rio de Janeiro, Ariquemes - Rondônia CEP: 76871-486, Telefone:(69) 9244-4741, E-mail: semaalimentoslicita@gmail.com, neste ato representado pela Sra. **Suelen Amaral Alfaia,** conforme poderes trazidos no contrato social.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$477,06 (quatrocentos e setenta e sete reais e seis centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:BB0BC1E6

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 241/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: BQS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.613.876/0001-62, com sede a Rua Dom José, 258 - Santo Antônio, Garanhuns - Pernambuco - 55293-120, Telefone:(81) 3533-1029, E-mail:sdiego_distribuidora@outlook.com, neste ato representado pela Sr. **Silvandro Diego de Albuquerque Ferreira,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.010,36 (mil e dez reais e trinta e seis centavos.**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:17468831

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 242/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: ALAMO DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.307.039/0001-69, com sede a Rua Brasília, 1972 - Km 1, Porto Velho - Rondônia - 76804-098, Telefone:(69) 3213-1071, E-mail: alamo.licitacao@gmail.com, neste ato representado pela Sra. **Deise Daiane Oliveira Pereira,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$37,60 (trinta e sete reais e sessenta centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:8F458806

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 243/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: AMIRAL COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.036.071/0001-19, com sede à Rua Colorado do Oeste, 569 - Primavera, Ji-Paraná - Rondônia CEP: 76914-716, Telefone: (69) 3442-2667, E-mail:contabil03@grupoconnect.com.br, neste ato representado pelo Sr. **Rafael Rodrigo Alves Ferreira,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$2.831,04 (dois mil oitocentos e trinta e um reais e quatro centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:E6FCC5CE

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 244/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1212-04/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 737-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.043.023/0001-26, com sede a Av. Antônio Flávio Lima, 000 - Residencial Boa Vista, Senador Canedo - Goiás - 75258-772, Telefone:(62) 9398-0931, E-mail:lifegoldhospitalar@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. **Alessandro Oliveira Santana,** conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de Material de Consumo Material de Limpeza para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$255,12 (duzentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Campo	Descrição
Órgão	Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária	0204 01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Ação/Atividade	04 0002 0002 0000 - Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:B1ADA614

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 262/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 704-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.124.875/0001-50, com sede na Rua Prudentópolis, nº 298, Pinheirinho, Curitiba/PR, CEP 81880-030, e-mail: distribuidora.saturno@hotmail.com, telefone para contato: (41) 3225-2765, neste ato representada pelo Sr. **Thiago Tracz de Paula Louro**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de pneus e outros materiais em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$36.623,40 (trinta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e quarenta centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMSAU:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0032.0004 Manutenção dos Serviços de Transportes UBS I e IV
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.03 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Média e Alta Complexidade
10.301.0006.00032.0000 Manutenção dos Serviços de Transportes
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.05 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Vigilância em Saúde
10.304.0006.0032.0005 Manutenção dos Serviços do Transporte Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Mun.de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0030.0000 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde (219A)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:94A4100A

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 263/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 704-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: L. A. DE PICOLI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.114.868/0001-71, com sede na Av. Capitão Castro, nº 4646, Centro (S-01), Vilhena/RO, CEP 76980-010, e-mail: gbimlicitacoes@gmail.com, telefone para contato: (69) 3322-2725, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **Lucimar Angelo de Picoli**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de pneus e outros materiais em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$55.760,00 (cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMSAU:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0032.0004 Manutenção dos Serviços de Transportes UBS I e IV
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.03 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Média e Alta Complexidade
10.301.0006.00032.0000 Manutenção dos Serviços de Transportes
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.05 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Vigilância em Saúde
10.304.0006.0032.0005 Manutenção dos Serviços do Transporte Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Mun.de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0030.0000 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde (219A)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:6E5CF11A

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 264/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 704-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: RALLY PNEUS - COM. DE PNEUS E PEÇAS P/ VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.745.729/0001-09, com sede na Rua Na Josefa Rodrigues, nº 2048, Eldorado, Cacoal/RO, CEP 76966-216, e-mail: rally_pneus@hotmail.com, telefone para contato: (69) 98418-0111, neste ato representada pelo Sr. **José Neri Correia Lira**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de pneus e outros materiais em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$11.040,00 (onze mil e quarenta reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMSAU:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0032.0004 Manutenção dos Serviços de Transportes UBS I e IV
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.03 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Média e Alta Complexidade
10.301.0006.00032.0000 Manutenção dos Serviços de Transportes
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.05 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Vigilância em Saúde
10.304.0006.0032.0005 Manutenção dos Serviços do Transporte Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Mun.de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0030.0000 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde (219A)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:D6830DD9

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 265/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 704-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: WESLEY DOS SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.477.710/0001-07, com sede na Avenida das Orquídeas, nº 2506, S-35, Vilhena/RO, CEP 76983-238, e-mail: wmrepresentacoes2024@gmail.com, telefone para contato: (69) 8142-9165, neste ato representada pelo Sr. **Wesley dos Santos**, conforme poderes trazidos no contrato social.

OBJETO: Fornecimento de pneus e outros materiais em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.337,98 (hum mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMSAU:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0032.0004 Manutenção dos Serviços de Transportes UBS I e IV
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.03 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Média e Alta Complexidade
10.301.0006.00032.0000 Manutenção dos Serviços de Transportes
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- Município de Itapuã do Oeste - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02.05.05 Fundo Municipal de Saúde Bloco Custeio Vigilância em Saúde
10.304.0006.0032.0005 Manutenção dos Serviços do Transporte Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Orçamentária: 02.05.02 Fundo Mun.de Saúde Bloco Custeio Atenção Primária
10.301.0006.0030.0000 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde (219A)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:8AA12CD3

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 1042-08/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 25/2025

Objeto: Aquisição de parquinho e brinquedos pedagógicos.

Empresa Vencedora:

ALL WORK COMERCIAL LTDA - EPP
CNPJ: 18.007.154/0001-70

Valor Total Adjudicado: R$ 129.749,24 (cento e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Valor Orçado: R$ 133.338,95 (cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos).

Economia Obtida: R$ 3.589,71 (três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos), correspondente a 2,6921%.

O Prefeito Municipal **adjudica** o objeto do certame à empresa vencedora, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, e **homologa** o presente procedimento licitatório, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Itapuã do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:359F005D

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO.

Nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições legais aplicáveis, **RATIFICO** a Dispensa de Licitação nº **028/2025**, referente ao Processo Administrativo nº **1082-02/2025**, que tem por objeto a **contratação emergencial de serviços de manutenção e instalação de ar-condicionado**, em favor do fornecedor **ANDRÉ CALDEIRA SALES MEI**, inscrito no CNPJ sob nº **18.093.103/0001-09**, no valor de **R$ 1.720,00 (mil setecentos e vinte reais)**, conforme extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia em 09 de setembro de 2025.

Itapuã do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:DFB9FDAE

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO DESIGNANDO COMISSÃO ELEITORAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2025

A Presidente da APAE de Itapuã do Oeste-RO, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando a proximidade do período eleitoral na APAE, Resolve:
1. Instituir Comissão Eleitoral, nos termos dos artigos 58, inciso I, e 59, do Estatuto padrão das APAES, com a finalidade de operacionalizar o processo de eleição de Autodefensores da APAE de Itapuã do Oeste-RO, que se dará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 15 de **outubro** de 2025.

Designar como membros efetivos da Comissão Eleitoral os abaixo identificados:
a) Simone Soares da Cruz Santos - Assistente Social
b) José Luís Ferreira Holanda - Psicólogo
c) Juliane Camargo Burdulis - Auxiliar Administrativo

2. A Comissão Eleitoral, ora instituída, será responsável pela homologação das inscrições dos candidatos que se apresentarem na secretaria da APAE de Itapuã do Oeste-RO, até 20 (vinte) dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária para Eleição dos Autodefensores. Caso o último dia para inscrição das chapas recaia em dia não útil, em que a secretaria da APAE não esteja funcionando, o mesmo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

3. Para a homologação das inscrições dos candidatos, a Comissão Eleitoral deverá observar, obrigatoriamente, as orientações do Estatuto padrão das APAES e da Cartilha Orientativa.

Itapuã do Oeste/RO, 04/08/2025.

SIMONE NOGUEIRA
(Presidente da APAE)

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:6AEF05AC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato n.º: 003/2024/CMMDO
Processo Administrativo n.º: 49/CMMDO/2024
PARTES:
1) CÂMARA DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE-RO
2) GENTE SEGURADORA S/A - CNPJ: 90.180.605/0001-02
OBJETO: Aditivo de prazo
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 1.818,24 (um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos)
Machadinho D'Oeste-RO, 10 de setembro de 2025.

(Assinatura Eletrônica)
JOSÉ FERREIRA ALVES
Presidente CMMDO

Publicado por:
Wesliandra Mariano Medeiros Rodrigues
Código Identificador:3CD35143

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO COMPLEMENTAR CHAMAMENTO N°04/2025

AVISO COMPLEMENTO DO RESULTADO REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025
PROCESSO Nº 2688/GAB/2025

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO através de sua Agente de Contratação torna público, o resultado do chamamento público n° 04/2025. Objeto:Festival de Praia Garota Cachoeira 2025" no município de Machadinho D'Oeste que acontecerá no Balneário São José entre os dias 12 a 14 de setembro de 2025, conforme Edital publicado, para seleção de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em ocupar espaços cedidos pela Secretaria Municipal de Gabinete no "Festival de Praia Garota Cachoeira 2025". Tendo sido declarada posteriomente ao primeiro resultado mais alguns vencedores, que manifestaram interesse nas barracas que restaram sem propostas, ofertando as seguintes propostas:

NOME DO PROPONENTE	CPF/CNPJ	Localização barraca	VALOR OFERTADO
Thais Xavier Cardoso	113.970.489-30	B2	1.500,00
Gabriel Ramos de Souza	045.079.302-86	B4	1.500,00

Obs: após o encerramento da sessão e ata assinada, algumas pessoas demonstraram interesse nas barracas que haviam ficados vagas, e a administração achou por bem aceitar as referidas propostas, prezando pela diversificação de produtos a serem ofertados para a população que vier a participar do eventos.

Machadinho D'Oeste – RO, 09 de setembro de 2025.

Publicado por:
Samara Raquel Kuss de Souza
Código Identificador:47E651E6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4869/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 4869, 02 de setembro de 2025

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TRANSFERÊNCIA DE SALDO ORÇAMENTÁRIO, NO VALOR DE R$ 610.600,00 (SEISCENTOS E DEZ MIL E SEISCENTOS REAIS EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL E SECRET. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais conferidas peloart. 56, IV da Lei Orgânica do município, e:

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com a**LEI MUNICIPAL Nº 2606, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024(ID 675005)**e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso III;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do documentos:MEMORANDO 24 de 01/09/2025 (ID 816038),MEMORANDO 535 de 01/09/2025 (ID 816006),MEMORANDO 531 de 01/09/2025 (ID 815968), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por transferência dedotação orçamentária, no valor de R$ 610.600,00 (seiscentos e dez mil e seiscentos reais) no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secret. Municipal de Obras e Serviços Publicos, conforme abaixo distribuído:
ACRÉSCIMOS:
02 03 00 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL
08.244.0002.2013.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRET. MUN. DE AÇÃO SOCIAL
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA.....R$ 10.000,00

02 07 00 SEC MUN DE OBRAS SERVICOS PUBLICOS
04.122.0002.2091.0000-MANUT. DAS ATIV. SECRET. MUN. DE OBRAS E SERV.PUBLICOS
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA.....R$ 600,00
15.452.0020.2087.0000- MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA.....R$600.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$610.600,00

REDUÇÕES:
02 03 00 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL 08.244.0002.2013.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRET. MUN. DE AÇÃO SOCIAL 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ -10.000,00
04.122.0002.2091.0000-MANUT. DAS ATIV. SECRET. MUN. DE OBRAS E SERV.PUBLICOS 3.3.90.14.00 DIÁRIAS.....R$ -600,00
15.452.0020.2087.0000- MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$600.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$-610.600,00

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado a transferência deDotação da própria secretaria, visando reforço orçamentário para cobrir despesas de acordo com a solicitação dos memorandos anexados as considerações.

Art. 2º.O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2025.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 08/09/2025 às 16:45, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**821220**e o código verificador**1B70CC05**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:DFDF2489

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4879/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 4879, 04 de setembro de 2025

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 323.598,08 (TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITO CENTAVOS EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais conferidas peloart. 56, IV da Lei Orgânica do município, e:

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com a**LEI MUNICIPAL Nº 2606, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024(ID 675005)**e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso III;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do documentos:MEMORANDO 446 de 04/09/2025 (ID 819109),MEMORANDO 75 de 05/09/2025 (ID 819872), os quais justificam o pleito.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar porAnulação de Dotação, no valor de R$ 323.598,08 (trezentos e vinte e três mil quinhentos e noventa e oito reais e oito**centavos)**no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Gabinete e Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo distribuído:
SUPLEMENTAÇÃO:
F/R: 0.1.500.0
C/A: 001.001
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002.0000 - MANUT. DA SECRET. MUN. DE GABINETE
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL .....R$ 20.000,00

F/R: 15.1.500.0
C/A: 005.001
10.122.0002.2062.0000 - MANUT. DAS ATIV. DA SECRET. MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$303.598,08

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$323.598,08

ANULAÇOES:
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO
99.999.0002.2107.0000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA
9.9.99.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS .....R$ - 20.000,00

10.122.0002.2062.0000 - MANUT. DAS ATIV. DA SECRET. MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL .....R$-303.598,08

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$323.598,08

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado aAnulação Parcial ou Total da Dotação da própria secretaria, visando reforço orçamentário para cobrir despesas de acordo com a solicitação do memorando anexo as considerações.

Art. 2º.O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 04 dias do mês de setembro do ano de 2025.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 08/09/2025 às 16:45, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**821145**e o código verificador**70764D57**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:E27FCF6A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº4881/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº4881 DE 08 de setembro de 2025.

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL, NO VALOR DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais conferidas peloart. 56, IV da Lei Orgânica do município, e:

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com a**LEI MUNICIPAL Nº 2606, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024(ID 675005)**e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso I;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor dos documentos: MEMORANDO 556 de 08/09/2025 (ID 820399), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, no valor de**R$300.000,00 (trezentos mil reais)**no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme abaixo distribuído:

F/R: 0.2.500.0
C/A: 001.001

Poder: 02 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DESTE				
Unidade: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
TIPO DE CRÉDITO	FICHA	PROGRAMAÇÃO	NATUREZA	VALOR
SUPLEMENTAR	748	04.122.0002.2091.0000	33.90.30.00	30.000,00
SUPLEMENTAR	749	15.452.0020.2086.0000	33.90.30.00	70.000,00
SUPLEMENTAR	642	26.782.0021.2092.0000	44.90.39.00	200.000,00
			SUB TOTAL	300.000,00

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado o SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no balanço patrimonial conformeAnexo Balancete 01 de 20/02/2025 (ID 706133), visando reforço orçamentário para custear: despesas de acordo com a solicitação do memorando anexada as considerações.

Art. 2º.O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 08 dias do mês de Setembro do ano de 2025.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 08/09/2025 às 16:44, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**820991**e o código verificador**D29EED9C**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:94B3FCA8

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA-PROCESSO Nº:23/2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

ERRATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO-62(ID 819716)

PROCESSO Nº:23/2023.

OBJETO:CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DA DAM - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DE VALORES ARRECADADOS, CONF. MEM. Nº 301/2023, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS.

ONDE SE LÊ:"HOMOLOGO E ADJUDICO", para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o**ADITIVO DE VALOR**aoContrato Originário nº 284de 07/08/2024.

LEIA-SE:"HOMOLOGO E ADJUDICO", para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o**ADITIVO DE PRAZO**aoContrato Originário nº 284de 07/08/2024.

OBS: As demais informações permanecem inalteradas.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:15, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**821907**e o código verificador**36F3EB04**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:CDD5C23C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°603/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°603/2025 DE 09 de setembro de 2025

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE,ESTADO DE RONDÔNIA,no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - NOMEAR o(a) Senhor(a)**MAIARA LUISE BARIONI SIQUEIRA,** portador(a) do CPF nº ***.267.122-**, no cargo comissionado **ASSESSOR (A) NIVEL II -FISCAL DOS CONTRATOS DO TRANSPORTEESCOLAR**, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art.2º -APRESENTEportaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 01/09/2025, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos09 de setembro de 2025.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:14, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**821771**e o código verificador**2F8A0631**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:53899359

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
EXTRATO DO CONTRATO Nº 351

EXTRATO DO CONTRATO Nº 351

Nº do Contrato: nº.351 de 08/09/2025
N.º do Processo: nº.:3421/2025

Objeto do contrato: O presente contrato tem por objeto aaquisição de aparelho telefônico, através da ARP nº 20/2025 derivada do P.E. nº 26/2025, do Proc. nº 1595/2025, conf. mem. nº 254/2025, termo de referência e docs anexos, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE – RO
*Contratado**: AMERICA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;***
CNPJ do Contratado: 84.558.808/0001-89;
Data de Assinatura do Contrato: 29/08/2025;
Programa de Trabalho: Classificação Funcional: 12.365.0012.2030 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL-PRÉ/ESCOLAR); 12.365.0012.2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE 12.361.0011.1206 COMPLEMENTAÇÃO VAAR-FUNDEB/ENSINO FUNDAMENTAL;
Elemento de despesa: 4.4.90.52 (Equipamentos e material permanente);
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação;
Fonte de Recursos: Prefeitura Municipal;
Valor total do Contrato: R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)

Pub. no Quadro de Avisos (LM. nº 367/1997): 09/09/2025

Machadinho D'Oeste – RO, 09/09/2025.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ALEXANDER MARIANO MIRANDA
Representante da Empresa

IAANE APARECIDA DA G. CORDEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Vanessa Silva do Nascimento
Código Identificador:89455244

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2024

- **PROCESSO Nº.525/SEMSAU/2024;**
- **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**051/2024;
- **PREGÃO ELETRÔNICO:** 016/2024
-**CONTRATANTE**: MUNICÍPIODE MINISTRO ANDREAZZA/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU**;**
- CONTRATADA: CREARE TECH LTDA;
-**OBJETO**:a) **Prorrogar a vigência** da Ata de Registro de Preços nº 51/2024 por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02/09/2025, com nova validade até 01/09/2026, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
-**FUNÇÃOPROGRAMÁTICA**: 02.015.10.302.0021.1.509 e outros;
- ELEMENTO DEDESPESAS: 3.3.90.30.00.00;-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SEMSAU – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINISTRO ANDREAZZA;
- VALOR DO TERMO: O valor estimado do presente termo é de R$ 239.302,00 (duzentos e trinta e nove mil e trezentos e dois reais).
-VIGÊNCIA DO TERMO:O presente TERMO terá vigência de **12 (doze) MESES**, contados a partir de **02/09/2025**, ou seja, de **02/09/2025 à 01/09/2026**.

Ministro Andreazza/RO., 2 desetembro de 2025.

JOSÉ ALVES PEREIRA
PrefeitoMunicipal/Contratante

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:02F28516

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2024

- **PROCESSO Nº.525/SEMSAU/2024;**
- **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**052/2024;
- **PREGÃO ELETRÔNICO:** 016/2024
-**CONTRATANTE**: MUNICÍPIODE MINISTRO ANDREAZZA/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU**;**
- CONTRATADA: AIRMED MEDICAL LTDA;
-**OBJETO**:a) **Prorrogar a vigência** da Ata de Registro de Preços nº 52/2024 por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02/09/2025, com nova validade até 01/09/2026, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021; b) **Reajustar os preços registrados**, aplicando-se o índice **IGP-M (3,03%)**, conforme previsão editalícia e cláusula contratual.

-**FUNÇÃOPROGRAMÁTICA**: 02.015.10.302.0021.1.509 e outros;
- ELEMENTO DEDESPESAS: 3.3.90.30.00.00;
-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SEMSAU – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINISTRO ANDREAZZA;
- VALOR DO TERMO: O valor estimado do presente termo é de **R$ 23.124,58 (vinte e três mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos)** que corresponde a um aumento de 3,03% pelo IGP-M.

-**VIGÊNCIA DO TERMO**:O presente TERMO terá vigência de **12 (doze) MESES**, contados a partir de **02/09/2025**, ou seja, de **02/09/2025 à 01/09/2026**.

Ministro Andreazza/RO., 2 desetembro de 2025.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal/Contratante

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:7B8ED040

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/PMMA/2025 PROCESSO GLOBAL Nº 769/SEMOSP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/PMMA/2025
PROCESSO GLOBAL Nº 769/SEMOSP/2025
A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 23 de setembro de 2025, às 09h00min. (Brasília).
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 0KM 4X4 CABINE DUPLA.**

O VALOR ESTIMADO: **R$: 314.216,66** (Trezentos e quatorze mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos).
Informações pelo telefone 069-3448-2361/69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 09 de setembro de 2025.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:0EF67239

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 03/2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF N. 101/2000, REFERENTE À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO / 2025).

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os munícipes que, no dia 25 de setembro do corrente, às 09:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Mirante da Serra, em atendimento aos princípios da publicidade e transparência, será realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para Apresentar e Discutir a Elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2026.

Mirante da Serra - RO, 09 de setembro de 2025.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:7F00FA1C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7828/2025

PORTARIA Nº 7828/2025. DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"CONCEDE A LICENÇA PRÊMIO EM GOZO AO SERVIDOR NEIVALDO FRAGA PORTES, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de suas competências e atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO, o processo Administrativo 1211/2025 com a documentação devidamente juntada do Processo supracitado;

CONSIDERANDO, o despacho do Sub. Coordenadora de Assistência no ID 294675.

CONSIDERANDO, o despacho do Departamento de Recursos Humanos, anexado no ID 294911 do Processo supracitado.

R E S O L V E:

Art. - 1º - Concede a licença prêmio em gozo ao servidor **NEIVALDO FRAGA PORTES**, matricula nº 1084, função Agente Comunitário de Saúde, lotada na **lotado na Rede BÁSICA do Município**. (SEMSAU).

Art. 2º - A referida Licença Prêmio refere-se ao 2° qüinqüênio, 14/04/2013 a 13/04/2018, somando temos um total de cinco anos. Adquirindo-se (03) três meses de licença Premio em Gozo. A contar da data 01/10/2025 e encerramento no dia 29 de Dezembro de 2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:EB7AC9AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
TERMO DE COOPERAÇÃO 02/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1183/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E DE OUTRO LADO CONSELHO ESCOLAR DE MIRANTE DA SERRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

DAS PARTES

CONCEDENTE:MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA, ESTADO DE RONDONIA,por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SEMECE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na: Dom Pedro I, N°2386, inscrita no CNPJ sob o nº63.787.071/0001-04, neste ato representada por seu Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, MARIZETE SOUZA DE PAULA, portador (a) do CPF nº ***.517.062-*** e RG nº ***.095 SSP/RO.

PROPONENTE:CONSELHO ESCOLAR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.396.907/0001-35, com sede na Rua Piauí, N°2965, Zona Urbana, Mirante da Serra-RO, CEP: 76.926-000 telefone (69) 99282-6786, e-mail: Escolaarquimedes25@gmail.com, neste ato representado por sua Diretora, Márcia Pereira Vilas Boas Dobelin, portadora do CPF nº ***.***.558-59 e RG nº ***.59 SESDEC/RO.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 1.114/2021, de 06 de outubro de 2021, que institui o Programa de Apoio Financeiro Escolar (PROAFE), e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO
O presente Termo de Cooperação tem por objeto o apoio financeiro à execução do Programa de Apoio Financeiro Escolar (PROAFE), visando à aquisição do recurso para custear despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais com aquisição e recuperação de itens contidos na unidade escolar e reparação predial e demais itens que contemplem a Lei nº 1.114/2021, para custear tais despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais, assegurando a manutenção para o bom funcionamento da E.M.E.F Arquimedes Fernandes , beneficiando os 329 alunos da Educação Ensino Fundamental I atendidos pelo Conselho escolar Sirlei Meneguetti inscrita CNPJ: 05.396.907/0001-35.

CLÁUSULA SEGUNDA DOS OBJETIVOS

• **Objetivo Geral:**Angariar recursos para custear despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais com aquisição e recuperação de itens contidos na unidade escolar.

• **Objetivos Específicos:**

• Aquisição de materiais de expediente, permanente, processamento de dados, esportivos, recreativos, utensílios domésticos, materiais de construção e serviços de manutenção e reparação predial e demais itens que contemplem a Lei nº 1.114/2021 que institui o Programa de Apoio Financeiro Escolar/PROAFE.
• Auxiliar os aproximadamente 329 discentes matriculados no que for necessário, trazendo melhorias na estrutura e no atendimento.
• Dar mais condições de conforto e qualidade nos atendimentos pedagógicos, articulando ações de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços, direcionadas à melhoria da qualidade de ensino dos discentes e docentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DA JUSTIFICATIVA
O Conselho Escolar Sirlei Meneguetti de Mirante da Serra atende gratuitamente, cerca de 329 crianças e adolescentes, oferecendo atendimento no Ensino Regular, compreendendo a modalidade Ensino Fundamental I. Para manter os atendimentos, a instituição conta com os recursos do PDDE, Educação Conectada e FUNDEB. Contudo, a unidade escolar necessita constantemente de reparos para manter seu bom funcionamento, proporcionando um ambiente mais acolhedor com foco no processo das aprendizagens. A liberação de recursos financeiros por meio deste projeto busca cobrir despesas extraordinárias e emergenciais, permitindo a continuidade de um bom atendimento aos usuários dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA DOS RECURSOS FINANCEIROS

• O valor solicitado para o projeto será definido conforme o repasse do PROAFE, observando o número de alunos e o custo/aluno/mês de até R$ 5,00 (cinco reais) no exercício de 2021, com correção inflacionária para os anos subsequentes, mediante decreto.
• Os recursos repassados às unidades executoras ocorrerão a cargo do recurso próprio do Município de Mirante da Serra - RO e serão estabelecidos observando o número de alunos de acordo com o último censo escolar.

• A alocação de recursos será rateada por fonte financiadora, observando o número de alunos atendidos por nível de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental.
• Os recursos do PROAFE destinam-se à cobertura de despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais, conforme detalhado no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.114/2021 e §1º do mesmo artigo.
• É vedado o uso dos recursos do PROAFE para pagamento de diárias e qualquer remuneração de servidores, por se constituir em Despesas com Pessoal.
• O gestor dos recursos poderá aplicar em aquisição de materiais permanentes até o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos repasses, podendo também aplicar os recursos em até 100% (cem por cento) em aquisições de material de consumo e com os serviços determinados pela lei.
• Os recursos serão repassados em conta corrente específica aberta para este fim. Movimentados através do**Banco do Brasil**, que manterá conta especifica vinculada a**Agencia: 4001-0 C/C 25.882-2**, (cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas).

CLÁUSULA QUINTA DA DURAÇÃO E CRONOGRAMA

• O projeto terá duração de aproximadamente 05 (cinco) meses.
• O período de execução previsto é de Agosto a Dezembro de 2025.
• As ações serão realizadas de acordo com a necessidade da escola, com pagamento de pessoas jurídicas e pessoa física.
• O cronograma de desembolso da concedente prevê uma parcela única de R$ 8.225,00. As datas de repasse são flexíveis, conforme planejamento da instituição.

CLÁUSULA SEXTA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

• A Proponente executará o objeto conforme descrito no Plano de Trabalho anexo, que é parte integrante deste Termo.
• A Proponente se compromete a zelar pela boa e regular aplicação dos recursos, bem como pela execução do objeto em conformidade com as metas e indicadores estabelecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA DA SITUAÇÃO ESPERADA E RESULTADOS

• **Situação Esperada ao Término do Projeto:**Favorecer o pleno atendimento aos usuários, através do ensino regular, por meio do bom funcionamento da instituição. Contribuir para o pleno desenvolvimento das potencialidades das crianças, adolescentes e corpo de funcionários.
• **Resultados Esperados:**Manter uma boa estrutura para melhor atender os usuários, famílias, funcionários e comunidade, buscando recursos financeiros para cobrir despesas extraordinárias e emergenciais.

CLÁUSULA OITAVA DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

• A avaliação do projeto será realizada mensalmente de forma contínua.
• O Comitê Gestor, instituído pela Lei Municipal nº 1.114/2021, será responsável por acompanhar e monitorar o programa em todas as escolas da rede municipal, avaliar e aprovar os planos de aplicação e ação dos recursos, e analisar as prestações de conta.

CLÁUSULA NONA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

• A Proponente deverá realizar a prestação de contas de todos os recursos recebidos dentro dos prazos previstos na Lei Municipal nº 1.114/2021. O prazo limite para aplicação dos recursos é 30 de outubro do corrente ano, e a apresentação da prestação de contas deverá ser feita em até 10 dias após o término da execução.
• A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório, acompanhado dos seguintes documentos:

I.Ofício de encaminhamento.
II.Declaração de cumprimento do objeto.
III.Cópia do termo de Cooperação.
IV.Relatório de execução financeira.
V.Relatório de execução de receita e despesa.
VI.Relação de pagamentos realizados com números de notas fiscais.
VII.Conciliação bancária,
VIII.Extrato bancário integral da conta corrente.
IX.Relação dos serviços adquiridos, produzidos ou construídos.
X.Cotações de preços.
XI.Cópias notas fiscais,
XII.Comprovante de pagamentos.
XIII.Comprovante de recolhimento do saldo bancário se houver.
XIV.Cópia do cronograma financeiro.
XV.Comprovante de divulgação na internet e em locais visíveis.

• A não apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos acarretará a suspensão de futuros repasses.
• No caso de saldo remanescente, este deverá ser devolvido ao erário até o 5º dia útil após o término da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

• Executar o objeto deste Termo de Cooperação em conformidade com o Plano de Trabalho e a legislação aplicável.
• Manter a documentação referente à execução do projeto organizada e disponível para fiscalização.
• Prestar contas da aplicação dos recursos financeiros nos prazos e formas estabelecidas.
• Declarar a inexistência de qualquer débito ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos.

• Manter atualizados seus cadastros junto à Prefeitura Municipal, com comprovante de sua inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte - CGC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

• Disponibilizar os recursos financeiros de acordo com o cronograma estabelecido.
• Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e a aplicação dos recursos.
• Prestar apoio técnico e orientações necessárias à Proponente.
• Publicar os atos de repasse dos recursos financeiros no portal da transparência da Associação dos Municípios Rondonienses, contendo o valor do repasse e a identificação do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante notificação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste-RO, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Mirante da Serra/RO, 29 de Agosto de 2025.

MARIZETE SOUZA DE PAULA
Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes

MARCIA PEREIRA VILAS BOAS DOBELIN
Presidente do Conselho Escolar Sirlei Meneguetti Port. 7451/2025 E.M.E.F Arquimedes Fernandes

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito

TESTEMUNHAS:

• ELIVALDO MARQUES DOS SANTOS

Nome: CPF: 340.227.241-53

• ZILANDA VELENTIN DE SOUZA OLIVEIRA

Nome: CPF: 497.877.302-44

Publicado por:
Luciene Alves Coelho de Santana
Código Identificador:3A790A6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
TERMO DE COOPERAÇÃO 03/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1182/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E DE OUTRO LADO CONSELHO ESCOLAR DE MIRANTE DA SERRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

DAS PARTES
CONCEDENTE: MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA, ESTADO DE RONDONIA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – SEMECE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na: Dom Pedro I, N°2386, inscrita no CNPJ sob o nº 63.787.071/0001-04, neste ato representada por seu Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, MARIZETE SOUZA DE PAULA, portador (a) do CPF nº ***.517.062-*** e RG nº ***.095 SSP/RO.
PROPONENTE: CONSELHO ESCOLAR, inscrita no CNPJ sob o nº 03.180.769/0001-27, com sede na Rua Jasiel Oliveira da Silva, N°3121, Zona Urbana, Mirante da Serra-RO, CEP: 76.926-000 telefone (69) 99393-7548, e-mail: Duarteambiente2017@gmail.com, neste ato representado por sua Diretora, Girlene Carvalho de Oliveira Pereira, portadora do CPF nº ***.***.762-20 e RG nº ***.43 SSP/RO.
As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 1.114/2021, de 06 de outubro de 2021, que institui o Programa de Apoio Financeiro Escolar (PROAFE), e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Cooperação tem por objeto o apoio financeiro à execução do Programa de Apoio Financeiro Escolar (PROAFE), visando à aquisição de materiais de expediente, aquisição de materiais pedagógicos, limpeza de caixa de água e bebedouros e demais itens que contemplem a Lei nº 1.114/2021, para custear tais despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais, assegurando a manutenção para o bom funcionamento da E.M.E.I.E.F Escola Municipal Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof° Edson Duarte Lopes beneficiando os 478 alunos da Educação Infantil e Fundamental atendidos pelo Conselho EL DORADO de Mirante da Serra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

• **Objetivo Geral:**Angariar recursos para custear despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais com aquisição e recuperação de itens contidos na unidade escolar.
• **Objetivos Específicos:**

• Aquisição de materiais de expediente, permanente, processamento de dados, esportivos, recreativos, utensílios domésticos, materiais de construção e serviços de manutenção e reparação predial e demais itens que contemplem a Lei nº 1.114/2021 que institui o Programa de Apoio Financeiro Escolar/PROAFE.
• Auxiliar os aproximadamente 478 discentes matriculados no que for necessário, trazendo melhorias na estrutura e no atendimento.
• Dar mais condições de conforto e qualidade nos atendimentos pedagógicos, articulando ações de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços, direcionadas à melhoria da qualidade de ensino dos discentes e docentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA
O Conselho EL DORADO de Mirante da Serra atende gratuitamente, cerca de 478 crianças e adolescentes, oferecendo atendimento no Ensino Regular, compreendendo as modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental. Para manter os atendimentos, a instituição conta com os recursos do PDDE, Educação Conectada e FUNDEB. Contudo, a unidade escolar necessita constantemente de reparos para manter seu bom funcionamento, proporcionando um ambiente mais acolhedor com foco no processo das aprendizagens. A liberação de recursos financeiros por meio deste projeto busca cobrir despesas extraordinárias e emergenciais, permitindo a continuidade de um bom atendimento aos usuários dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

• O valor solicitado para o projeto será definido conforme o repasse do PROAFE, observando o número de alunos e o custo/aluno/mês de até R$ 5,00 (cinco reais) no exercício de 2021, com correção inflacionária para os anos subsequentes, mediante decreto.
• Os recursos repassados às unidades executoras ocorrerão a cargo do recurso próprio do Município de Mirante da Serra - RO e serão estabelecidos observando o número de alunos de acordo com o último censo escolar.

• A alocação de recursos será rateada por fonte financiadora, observando o número de alunos atendidos por nível de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental.
• Os recursos do PROAFE destinam-se à cobertura de despesas em casos de situações extraordinárias e emergenciais, conforme detalhado no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.114/2021 e §1º do mesmo artigo.
• É vedado o uso dos recursos do PROAFE para pagamento de diárias e qualquer remuneração de servidores, por se constituir em Despesas com Pessoal.
• O gestor dos recursos poderá aplicar em aquisição de materiais permanentes até o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos repasses, podendo também aplicar os recursos em até 100% (cem por cento) em aquisições de material de consumo e com os serviços determinados pela lei.
• Os recursos serão repassados em conta corrente específica aberta para este fim. Movimentados através do **Banco do Brasil**, que manterá conta especifica vinculada a **Agencia: 4001-0 C/C 25887**, (cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas).

CLÁUSULA QUINTA – DA DURAÇÃO E CRONOGRAMA

• O projeto terá duração de aproximadamente 05 (cinco) meses.
• O período de execução previsto é de Agosto e Dezembro de 2025.
• As ações serão realizadas de acordo com a necessidade da escola, com pagamento de pessoas jurídicas e pessoa física.
• O cronograma de desembolso da concedente prevê uma parcela única de R$ 11.950,00. As datas de repasse são flexíveis, conforme planejamento da instituição.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

• A Proponente executará o objeto conforme descrito no Plano de Trabalho anexo, que é parte integrante deste Termo.
• A Proponente se compromete a zelar pela boa e regular aplicação dos recursos, bem como pela execução do objeto em conformidade com as metas e indicadores estabelecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SITUAÇÃO ESPERADA E RESULTADOS

• **Situação Esperada ao Término do Projeto:** Favorecer o pleno atendimento aos usuários, através do ensino regular, por meio do bom funcionamento da instituição. Contribuir para o pleno desenvolvimento das potencialidades das crianças, adolescentes e corpo de funcionários.
• **Resultados Esperados:** Manter uma boa estrutura para melhor atender os usuários, famílias, funcionários e comunidade, buscando recursos financeiros para cobrir despesas extraordinárias e emergenciais.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

• A avaliação do projeto será realizada mensalmente de forma contínua.
• O Comitê Gestor, instituído pela Lei Municipal nº 1.114/2021, será responsável por acompanhar e monitorar o programa em todas as escolas da rede municipal, avaliar e aprovar os planos de aplicação e ação dos recursos, e analisar as prestações de conta.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

• A Proponente deverá realizar a prestação de contas de todos os recursos recebidos dentro dos prazos previstos na Lei Municipal nº 1.114/2021. O prazo limite para aplicação dos recursos é 30 de outubro do corrente ano, e a apresentação da prestação de contas deverá ser feita em até 10 dias após o término da execução.
• A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório, acompanhado dos seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento.
Declaração de cumprimento do objeto.
Cópia do termo de Cooperação.
Relatório de execução financeira.
Relatório de execução de receita e despesa.
Relação de pagamentos realizados com números de notas fiscais.
Conciliação bancária,
Extrato bancário integral da conta corrente.
Relação dos serviços adquiridos, produzidos ou construídos.
Cotações de preços.
Cópias notas fiscais,
Comprovante de pagamentos.
Comprovante de recolhimento do saldo bancário se houver.
Cópia do cronograma financeiro.
Comprovante de divulgação na internet e em locais visíveis.

• A não apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos acarretará a suspensão de futuros repasses.
• No caso de saldo remanescente, este deverá ser devolvido ao erário até o 5º dia útil após o término da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

• Executar o objeto deste Termo de Cooperação em conformidade com o Plano de Trabalho e a legislação aplicável.
• Manter a documentação referente à execução do projeto organizada e disponível para fiscalização.
• Prestar contas da aplicação dos recursos financeiros nos prazos e formas estabelecidas.
• Declarar a inexistência de qualquer débito ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos.
• Manter atualizados seus cadastros junto à Prefeitura Municipal, com comprovante de sua inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte - CGC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

• Disponibilizar os recursos financeiros de acordo com o cronograma estabelecido.
• Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e a aplicação dos recursos.
• Prestar apoio técnico e orientações necessárias à Proponente.
• Publicar os atos de repasse dos recursos financeiros no portal da transparência da Associação dos Municípios Rondonienses, contendo o valor do repasse e a identificação do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante notificação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste-RO, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Mirante da Serra/RO, 29 de Agosto de 2025.

MARIZETE SOUZA DE PAULA
Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes

GIRLENE CARVALHO DE OLIVEIRA PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar EL DORADO e Diretora do E.M.E.I.E.F Profº Edson Duarte Lopes
Port.7436/2025

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito

TESTEMUNHAS:

• ELIVALDO MARQUES DOS SANTOS

Nome:
CPF: 340.227.241-53

• ZILANDA VELENTIN DE SOUZA OLIVEIRA

Nome:
CPF: 497.877.302-44

Publicado por:
Luciene Alves Coelho de Santana
Código Identificador:57466D6F

SEMSAU
INFORMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

Processos nº 898/SEMSAU/2025 e 324/SEMSAU/2025
Empenho(s) nº 1038/2025 e 392/2025
Considerando o contrato firmado com a empresa **MEDMAIS SAUDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob **nº 033.665.884/0001-52**, para fornecimento de medicamento para Farmácia básica, informo que, até a presente data, **não houve a entrega dos itens contratados**, caracterizando descumprimento das cláusulas contratuais.
Ressalta-se que já foram realizadas diversas tentativas de contato com a empresa, por meio de mensagens, ligações telefônicas e e-mails, **sem qualquer retorno por parte da contratada**.
Diante do exposto, declaro que serão **CANCELADOS os Empenhos nº 1038/2025 do processo de N°898/SEMSAU/2025 e 392/2025 do processo N° 324/SEMSAU/2025**, por descumprimento contratual e ausência de atendimento às notificações enviadas.
Informamos ainda que caso a empresa tente fazer a entrega dos produtos a partir da presente data eles não serão aceitos.
Por fim, ressalta-se que a contratada permanece sujeita às penalidades cabíveis, nos termos legais e contratuais.
Mirante da Serra/RO 08 de setembro 2025

Publicado por:
Kriscilla Hallary Ribeiro de Almeida
Código Identificador:4182D938

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

CHAMAMENTOPÚBLICO:006/SUPEL/2023
PROCESSO: 0000578.5.1-202
DO OBJETO: PRORROGAÇAO DE PRAZO, conforme claúsula terceira constante no ACORDO DE COOPERAÇAO CUJO OBJETO destinação 01 PLANTADEIRA/ADUBADEIRA, 01 COLHEDORA DE FORRAGEM, 01 CARRETA AGRÍCOLA, 01 PERFURADOR DE SOLO e 01 GRADE NIVELADORA, para atender as necessidades dos pequenos produtores rurais a fim de fortalecer a agricultura familiar.
ASSOCIAÇÃO: Associação dos Pequenos Produtores Rurais Salto do Muruzinho – ASPRUSAMU - CNPJ nº. 34.482.455/0001-02.
DA VIGÊNCIA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Prorroga-se a vigência do Termo de Cooperação por 02(dois) anos, a contar do dia 11 de setembro de 2025 a 10 de setembro de 2027.
DO VALOR: presente Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros/orçamentários entre os partícipes.
Monte Negro - RO, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Luis Trevizan
Código Identificador:DA1CE310

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4216, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1649/2024 e dá outras providências.

IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada a transposição de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 67.673,93 (sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa três centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
233	02.05.00 12.361 0005 2021 3.3.90.93.00 1.500.0025.0000	215	02.05.00 12.361 0005 2019 3.1.90.11.00 1.500.0025.0000	67.673,93

Artigo 2º - Fica autorizado o remanejamento de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964 oriundos de outro órgão e recebidos através de suprimento financeiro .

	Crédito adicional		Transferência Financeira	
Dotação	Funcional Programática			Valor
233	02.05.00 12.361 0005 2021 3.3.90.93.00 1.500.0025.0000	5518	1.500.0025.0000 SUPRIMENTO DE FUNDO - EDUCAÇÃO RP 25%	100.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
MONTE NEGRO, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:0CFFE39D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.823, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCICIO ANTERIOR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,

L E I

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional por Superávit Financeiro ao orçamento vigente, no valor de R$ 16.924,35 (Dezesseis Mil Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos), e distribuir os valores nas seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:

§ 1º 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
26.782.0009.1234- PREST. DE CONTAS/ AQU. DE INSUMOS, PEÇAS E ACESS. PARA A SEMOSP CV 664/2024/PGE-DERADM
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições

R$ 1.384,11 (Um Mil Trezentos e Oitenta e Quatro Reais e Onze Centavos)
Destinação de Recurso: 2.701.0000
Ficha de despesa:_____

§ 2º 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
26.782.0009.1235- PREST. DE CONTAS/ AQU. DE TUBOS METÁLICOS- CV 101/2024/DERADM
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições
R$ 15.540,24 (Quinze Mil Quinhentos e Quarenta Reais e Vinte e Quatro Centavos)
Destinação de Recurso: 2.701.0000
Ficha de despesa:_____

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no artigo 1º, § 1º, 2º no valor total de R$ 16.924,35 (Dezesseis Mil Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos), será por Superávit Financeiro do Balanço patrimonial, sendo recurso estadual que ficou em conta no exercício de 2024, para devolução de saldo financeiro em razão de prestação de contas do CV 664/2024/PGE-DERADM, E CV 101/2024/PGE-DERADM, ambos provenientes do DER, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras – SEMOSP.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:BDE845B8

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.824, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,

L E I

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ao orçamento vigente no valor de R$ 246.894,97 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Sete Centavos).

§ 1º. 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
12.361.0005.2025 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDEB 15%
Elemento de Despesa: 3.1.90.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
R$ 33.894,97 (Trinta e Três Mil Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Sete Centavos)
D.R: 1.540.0030.0000
Ficha de Receita: 69
Ficha de Despesa: 239

§ 2º. 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
12.361.0005.2106 – FOLHA DE PAGAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 70%
Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)
D.R: 1.540.0070.0000
Ficha de Receita: 69
Ficha de Despesa: 247

§ 3º. 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
12.361.0005.2107 – RECURSO 30% EDUCAÇÃO INFANTIL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente
R$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais)
D.R: 1.540.0030.0000
Ficha de Receita: 69
Ficha de Despesa: 252

§ 4º. 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
12.361.0005.2025 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDEB 15%
Elemento de Despesa: 3.3.90.14 – Diária - Civil
R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)
D.R: 1.540.0030.0000
Ficha de Receita: 69
Ficha de Despesa: 240

§ 5º. 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
12.361.0005.2025 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDEB 15%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)
D.R: 1.540.0030.0000
Ficha de Receita: 69
Ficha de Despesa: 241

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no artigo 1º, § 1º, 2º, 3º, 4º e 5º no valor de R$ 246.894,97 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Sete Centavos), será por excesso de arrecadação, pertinente ao repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB 100%, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação em anexo.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:A5C3C013

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.825, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO BALANÇO AO EXERCICIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,

L E I:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial e Suplementar por Superávit Financeiro ao orçamento vigente no valor de R$ 163.597,44 (Cento e Sessenta e Três Mil Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta e Quatro Centavos), e distribuir o valor na seguinte dotação orçamentárias, conforme a seguir:
§ 1º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0017.2095– CO-FINANCIAMENTO APS ESTADUAL
Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)
D.R: 2.621.0000
Ficha de Despesa: _____

§ 2º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0017.2095– CO-FINANCIAMENTO APS ESTADUAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 54.770,84 (Cinquenta e Quatro Mil Setecentos e Setenta Reais e Oitenta e Quatro Centavos)
D.R: 2.621.0000
Ficha de Despesa: _____

§ 3º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.303.0017.2105– MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA ESTADUAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 58.826,60 (Cinquenta e Oito Mil Oitocentos e Vinte e Seis Reais e Sessenta Centavos)
D.R: 2.621.0000
Ficha de Despesa: 576

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no artigo 1º § 1º, 2º e 3º no valor total de R$ 163.597,44 (Cento e Sessenta e Três Mil Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta e Quatro Centavos), será por Superávit Financeiro do Balanço referente ao Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde se tratando de saldos financeiros em contas bancárias no exercício de 2024, referente a um recurso Estadual, conforme especificado em solicitação da Semusa e documentação apresentada

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:3BEEFCCB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.826, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,

L E I

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial e Suplementar ao orçamento vigente no valor de R$ 4.094.259,46 (Quatro Milhões Noventa e Quatro Mil Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Seis Centavos), e distribuir o valor na seguinte dotação orçamentária:

§ 1º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.302.0016.1236 – INCREMENTO MAC – PROC. CIRURGICOS/ PROP. Nº 36000652300202500
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais)
D.R.: 1.706.0000.3110
Ficha de Receita: 243
Ficha de Despesa: _____

§ 2º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.302.0016.1237 – INCREMENTO MAC – PROC. CIRURGICOS/ PROP. Nº 36000652283202500
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
D.R.: 1.706.0000.3110
Ficha de Receita: 244
Ficha de Despesa: _____

§ 3º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.302.0016.1238 – INCREMENTO MAC – MANUTENÇÃO/ PROP. Nº 360006523102025000
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
D.R.: 1.706.0000.3110
Ficha de Receita: 245
Ficha de Despesa: _____

§ 4º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.302.0016.1239 – INCREMENTO MAC – PMAE COMPONENTE CIRURGIA/ PROP. Nº 36000694947202500
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 1.079.390,00 (Um Milhão Setenta e Nove Mil Trezentos e Noventa Reais)
D.R.: 1.706.0000.3120
Ficha de Receita: 248
Ficha de Despesa: _____

§ 5º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.302.0016.1240 – AQUIS. DE EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE/ PROP. Nº 11957240000125004
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente
R$ 199.905,00 (Cento e Noventa e Nove Mil Novecentos e Cinco Reais)
D.R.: 1.706.0000.3110
Ficha de Receita: 249
Ficha de Despesa: _____

§ 6º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.301.0017.2095 – CO-FINANCIAMENTO APS ESTADUAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 28.657,13 (Vinte e Oito Mil Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Treze Centavos)
D.R.: 1.621.0000.0000
Ficha de Receita: 246
Ficha de Despesa: _____

§ 7º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.301.0017.2095 – CO-FINANCIAMENTO APS ESTADUAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)
D.R.: 1.621.0000.0000
Ficha de Receita: 246

Ficha de Despesa: _____
§ 8º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.303.0017.2105 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA ESTADUAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
R$ 41.119,29 (Quarenta e Um Mil Cento e Dezenove Reais e Vinte e Nove Centavos)
D.R.: 1.621.0000.0000
Ficha de Receita: 80
Ficha de Despesa: 343

§ 9º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.305.0018.2060 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO A SAÚDE
Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
R$ 23.590,29 (Vinte e Três Mil Quinhentos e Noventa Reais e Vinte e Nove Centavos)
D.R.: 1.600.0000.0000
Ficha de Receita:76
Ficha de Despesa: 347

§ 10º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.301.0017.2050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PACS
Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
R$ 231.488,57 (Duzentos e Trinta e Um Mil Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos)
D.R.: 1.604.0000.0000
Ficha de Receita: 71
Ficha de Despesa: 308

§ 11º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.301.0017.2201 – INCENTIVO FINANCEIRO DA APS
Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)
D.R.: 1.600.0000.0000
Ficha de Receita: 72
Ficha de Despesa: 317

§ 12º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.301.0017.2201 – INCENTIVO FINANCEIRO DA APS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)
D.R.: 1.600.0000.0000
Ficha de Receita: 72
Ficha de Despesa: 320

§ 13º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.301.0017.2201 – INCENTIVO FINANCEIRO DA APS
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 80.776,08 (Oitenta Mil Setecentos e Setenta e Seis Reais e Oito Centavos)
D.R.: 1.600.0000.0000
Ficha de Receita: 72
Ficha de Despesa: 322

§ 14º. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.122.0015.2179 – COMPLEMENTO DO PISO DA ENFERMAGEM
Elemento de Despesa: 3.1.90.16 – Outras Despesas Variáveis
R$ 339.333,10 (Trezentos e Trinta e Nove Mil Trezentos e Trinta e Três Reais e Dez Centavos)
D.R.: 1.605.0000.0000
Ficha de Receita:
Ficha de Despesa: 306

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no Artigo 1º § 1º ao 14º, de R$ 4.094.259,46 (Quatro Milhões Noventa e Quatro Mil Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Seis Centavos), será por excesso de arrecadação, proveniente de repasse Estadual e Federal, bem como recursos através de emendas parlamentares destinados a Incrementos do MAC, sendo as seguintes propostas: 36000652300202500 procedimentos cirúrgicos, Dep. Thiago Flores; 36000652283202500 procedimentos cirúrgicos, Dep. Coronel Chrisóstomo; 36000652310202500 manutenção do MAC, Dep. Cristiane Lopes; 36000694947202500 PMAE Componente Cirurgia, Emenda de Bancada; 11957240000125004 Aquisição de equipamento e material permanente para o hospital, Dep. Thiago Flores.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:B48FA591

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.827, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Dispõe sobre a denominação da Rua João Mineiro, dá outras providências."

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,

L E I

Art. 1°. Fica denominado Rua João Mineiro a via localizada no lote 46-E, QUADRA 30, com perímetro de 521,85 metros, possuindo os seguintes limites e confrontações; Frente Rua Capitão Silvio; Fundo Lote 46-REMANESCENTE e LOTE 49; Lateral direita Lote 46-REMANESCENTE; Lateral esquerda Lote 46-REMANESCENTE e Rua Brasílio Pereira Gomes, conforme memorial descritivo anexo.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

MEMORIAL DESCRITIVO

DADOS DO IMÓVEL		
Município: MONTE NEGRO	Estado: RONDÔNIA	
Lote: **46-E (DESTINADO PARA RUA EXISTENTE)**	QUADRA: **30**	Bairro: **SETOR 01**
ÁREA: **2.856,91 m²**	PERÍMETRO: 521,85m	

LIMITES E CONFRONTAÇÕES		
DIREÇÃO	**CONFRONTANTE**	**COMPRIMENTO (m)**
FRENTE	Rua Capitão Sílvio	11,00
FUNDO	Lote 46-REMANESCENTE e LOTE 49	49,94+2,80+15,00
DIREITA	Lote 46-REMANESCENTE	196,17
ESQUERDA	Lote 46-REMANESCENTE e Rua Brasílio Pereira Gomes	10,68+53,65+182,61

DADOS DO PERÍMETRO					
PONTOS		**MEDIDAS**		**PONTO INICIAL – COORDENADA UTM 20L**	
DE	**PARA**	**COMPRIMENTO (m)**	**AZIMUTE**	**LONGITUDE (m E)**	**LATITUDE (m E)**
P.01	P.02	11,00	226°39'38"	467498,9729	8865174,528
P.02	P.03	196,17	215°25'7"	467490,9707	8865166,976
P.03	P.04	49,94	45°25'7"	467353,2784	8865306,696
P.04	P.05	2,80	136°39'38"	467388,8495	8865341,751
P.05	P.06	15,00	46°39'38"	467390,7722	8865339,714
P.06	P.07	10,68	136°39'38"	467401,6817	8865350,008
P.07	P.08	53,65	126°25'42"	467409,0107	8865342,242
P.08	P.01	182,61	136°39'38"	467370,7947	8865304,593

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:AD745B97

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.828, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,
L E I

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente por Excesso de arrecadação no valor de R$ 103.473,82 (Cento e Três Mil Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Dois Centavos), e distribuir o valor na seguinte dotação orçamentária:

§ 1º. 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 – FOLHA DE PAGAMENTO ENSINO FUNDAMENTAL 25%
Elemento de Despesa: 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
R$ 16.752,61 (Dezesseis Mil Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Um Centavos)
D.R: 1.500.0025.0000
Ficha de Receita: 35
Ficha de Despesa: 216

§ 2º. 02.04.00 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP
04.122.0002.2010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMOSP
Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
R$ 86.721,21 (Oitenta e Seis Mil Setecentos e Vinte e Um Reais e Vinte e Um Centavos)
D.R: 1.500.0000
Ficha de Receita: 35
Ficha de Despesa: 111

Artigo 2º - A cobertura de dotação dos valores descritos no Artigo 1º § 1º, 2º, de R$ 103.473,82 (Cento e Três Mil Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Dois Centavos), será por excesso de arrecadação, conforme evolução de receitas arrecadadas nas fontes de recurso próprio Cota-Parte 1% de julho FPM.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:9E552684

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 904, 09 DE SETEMBRO DE 2025

Exonerar servidor(a) público(a) ocupante de cargo de provimento em Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n. 1.234 de 25 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR: CICERO FERRANDO BORGES, ocupante do cargo de ASSESSOR EM GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS II, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, cargo este de livre nomeação e exoneração, conforme legislação municipal.
Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria n.41/GAB/2024.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:912AA5CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 905, 09 DE SETEMBRO DE 202

Nomear servidor público para ocupar o cargo de provimento em Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n. 1.813 de 19 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR CICERO FERRANDO BORGES para ocupar o cargo de ASSESSOR EM GESTÃO DE FROTA FME III, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, cargo este de livre nomeação e exoneração.
Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:A56AC83E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 906, 09 DE SETEMBRO DE 202

Suspender o gozo de férias da servidora e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
Considerando o recebimento do Memorando n. 580/SEMED/2025 ID: 2.699.B71;

RESOLVE:

Art. 1º- SUSPENDER, o gozo das férias regulamentares de 15/09/2025 a 29/09/2025 da servidora MONICA GUEDES BARBOSA NUNES DE ARAUJO, ocupante do cargo de PROFESSOR NIVEL III 25 HORAS, vinculada a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programado através da Portaria n. 657/GAB/2025 e reprogramado através da Portaria n.757/GAB/2025.
Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 10/11/2025 a 24/11/2025.
Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:64EBD516

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 907, 09 DE SETEMBRO DE 2025

Suspender o gozo de férias do(a) servidor(a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o recebimento do Memorando 581/SEMED/2025 ID: 2.699.F3E;

RESOLVE:

Art. 1º- SUSPENDER, o gozo das férias regulamentares de 15/09/2025 a 29/09/2025 da servidora MARIA MARTA MEDEIROS, ocupante do cargo de COORDENADOR DE PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programado através da Portaria n. 663/GAB/2025 e reprogramada através da Portaria n.761/GAB/2025.
Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 10/11/2025 a 24/11/2025.
Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:1B94F2D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 908, 09 DE SETEMBRO DE 2025

Convocar servidor(a) para o regime suplementar de trabalho e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o Art. 13 da Lei Municipal n. 943/2019, que dispõe sobre o plano de Cargos, Carreiras e Salários da SEMUSA;
CONSIDERANDO ainda o recebimento do Memorando n. 619/SEMUSA/2025 ID: 2.6A1.8C0, devidamente justificando a necessidade;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR a servidora abaixo para prestar serviços em Regime Suplementar de Trabalho, na Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico-SEMUSA/Hospital Municipal Irmã Dulce, por defasagem de funcionário, no mês de setembro/2025.

MAT.	NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
3211	Hellen Madalena Moreira Barros	Tecnico em Laboratorio I-II	156 Horas Mensais

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:4DB3EBA1

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N. 858/GAB/2025

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N. 858/GAB/2025

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, torna pública a retificação da Portaria n. 858/GAB/2025 que concedeu o gozo das férias regulamentares a servidora Ana Paula Cardoso Monteiro, Matricula 3172, ocupante do cargo de Assessor de Serviços Escolares, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, publicada em 26/08/2025 no diário Oficial dos Municípios de Rondônia, site www.diariomunicipal.com.br.

Onde se lê:

PERIODO DE GOZO: 22/09/2025 a 21/12/2025			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
3172	Ana Paula Cardoso Monteiro	Assessor de Serviços Escolares	09/05/2024 a 08/05/2025

Leia-se:

PERIODO DE GOZO: 22/09/2025 a 21/10/2025			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
3172	Ana Paula Cardoso Monteiro	Assessor de Serviços Escolares	09/05/2024 a 08/05/2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:4E499613

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Extrato do 3° termo aditivo geral e 2° Termo aditivo de dilatação de prazo de execução e vigência contratual do contrato nº 41/2024, decorrente da Concorrência n°4/2024, que tem como objeto a contratação de empresa para a construção de portal de entrada do município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, conforme delineado no Projeto Básico e demais anexos com recursos oriundos de transferências da União, que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE** e a empresa GOIS & SILVA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 36.205.411/0001-60, os quais aditivam e prorrogam o Prazo de Vigência contratual e de Execução por mais 60 (sessenta) dias, com início em 11/09/2025 e novo término em 10/11/2025. A obra encontra-se com 99,24% dos serviços executados, assim a prorrogação do prazo Contratual e de Execução da obra por mais 60 (sessenta) dias, é considerado necessário para a execução integral dos serviços, regularização do cronograma e atendimento aos prazos previstos para conclusão do objeto contratado. **Fundamentação Legal**: Lei n° 14.133/21.

Nova Brasilândia D'Oeste, 08 de setembro de 2025

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:2C3B06CA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Extrato do 5° Termo Aditivo Global e 2° Termo Aditivo de Serviços do contrato nº 51/2024, decorrente de Concorrência n°

6/2024, objeto da licitação sendo a contratação de empresa especializada para revitalização da praça do setor 15, que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE** e a empresa **CONSTRUTORA PARAISO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.541.146/0001-44, os quais aditivam o contrato na importância de R$ 69.234,55 (sessenta e nove mil e duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), valor que corresponde ao acréscimo de 6,92% do valor vigente do contrato n° 51/2024/PMNBO/RO, com finalidade de viabilizar ajustes e melhorias necessárias à plena execução da obra, conforme exposto na justificativa de acréscimo (ID 229293), anexa ao processo administrativo n° 1294/2025.
Fundamentação Legal: Art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Brasilândia D'Oeste, 08 de setembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:8E5A2EFA

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1962/2025

"Revoga as Leis Municipais nº 1.872/2024 e nº 1.944/2025, dispõe novamente sobre a indenização de campo no âmbito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, atualizando os valores em 50%, e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D´Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Será concedida indenização de campo aos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e aos servidores da Autarquia de Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, nos valores diários fixados na tabela a seguir:

FUNÇÃO	VALOR DA DIÁRIA
Operador de Máquinas Pesadas	R$ 120,00
Motorista de Veículos Pesados	R$ 120,00
Lubrificador	R$ 120,00
Mecânico	R$ 120,00
Operador de Motosserra	R$ 90,00
Auxiliar de Serviços Diversos	R$ 90,00
Gari	R$ 90,00
Leiturista	R$ 90,00
Eletricista	R$ 120,00

§ 1º A indenização de campo terá natureza estritamente indenizatória, não possuindo caráter remuneratório, não integrando a base de cálculo de contribuições previdenciárias, não se incorporando à remuneração do servidor para quaisquer fins, nem servindo de base para cálculo de vantagens de qualquer espécie.
§ 2º A indenização de que trata este artigo será devida exclusivamente em decorrência do efetivo desempenho de atividades externas, relacionadas às atribuições do cargo, vedado o pagamento em dias de atividade interna, de afastamentos, de férias, de licenças ou quando já houver percepção de diárias de viagem pelo mesmo fato gerador.
§ 3º Compete às Secretarias Municipais e ao SAAE o registro, a conferência e a validação dos dias em que o servidor fizer jus ao recebimento da indenização de campo, mediante controles formais (ordem de serviço, relatório de campo, folha de ponto específica e atesto da chefia imediata).
§ 4º A indenização de campo será devida mediante comprovação das atividades externas desempenhadas, observados os termos e critérios estabelecidos em regulamento próprio, a ser disciplinado por Decreto do Poder Executivo Municipal, que definirá os procedimentos operacionais, formulários e mecanismos de controle e pagamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Ficam revogadas, na íntegra, as Leis Municipais nº 1.872/2024 e nº 1.944/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 05 de setembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:BEB769CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 24/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 567/2025 AMPLA PARTICIPAÇÃO/EXCLUSIVA E COTA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 24/2025

Processo Administrativo n° 567/2025
Ampla Participação/Exclusiva e Cota
Órgão: Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO; Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE, SENDO AR CONDICIONADO COM INSTALAÇÃO para a manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Obras e Serviço Público - SEMOSP, Administração – SEMAF, Educação – SEMED, Saúde – SEMUSA, Agricultura Indústria e Comércio – SEMAIC, Meio Ambiente – SEMMA, Gabinete - SEMUG, Assistência Social – SEMAS, Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste – FUNPREV e Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, de acordo com as especificações e demais anexos que acompanham o Termo de Referência; Valor estimado: R$ 626.267,68 (seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos); Data da sessão: 24/09/2025 às 09h (Horário de Brasília); Local de realização do certame: www.licitanet.com.br; Do edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br – "Transparência Municipal" e https://www.gov.br/pncp/pt-br Portal Nacional de Contratações Públicas; Informações: Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 09/09/2025.

MELISSA DE CÁSSIA BARBIERI
Pregoeira – Port. 306/GP/2025

Publicado por:
Melissa de Cássia Barbieri
Código Identificador:713218F3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

Portaria nº 332/GP/2025 O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. R E S O L V E: Exonerar a pedido da servidora a senhora ANDRESSA DUARTE EMENERGILDO, brasileira, portadora da cédula de Identidade RG nº 9****1 SSP/RO e do CPF nº 947. ***. ***-68, das funções atinentes ao Cargo de Assessor Nível II da Secretaria Municipal de Planejamento, de acordo com a Lei Municipal Nº1630/2021, ITEM 13.2.2, do Município de Nova Brasilândia D'oeste - RO. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Núbia Vicente Cunha
Código Identificador:03445AF7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇAO DIRETA Nº 010/2025

Processo Administrativo: 56/2025
Torna-se público que a Câmara Municipal de Nova Mamoré – RO, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Desidério Domingos Lopes, nº 3040, Bairro João Francisco Clímaco, Município de Nova Mamoré-RO, realizará Dispensa Eletrônica para registro de preços, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Resolução nº 003, de 08 de janeiro de 2024, da Câmara Municipal de Nova Mamoré.

Data da sessão: 16 de setembro de 2025
Horário da Fase de Lances: 09h às 11h (horário de Brasília-DF)
Link: www.licitanet.com.br
Critério de Julgamento: Menor preço por Grupo
Modo de Disputa: aberto

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços, por dispensa de licitação, de empresa para fornecimento de material de consumo para a Câmara Municipal de Nova Mamoré.

Observação: O Aviso de Contratação Direta nº 010/2025, o Termo de Referência e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados na sede de Câmara Municipal de Nova Mamoré na Avenida Dezidério Domingos Lopes, nº 3040, Bairro João Francisco Clímaco, CEP 76857000, no horária das 08h00min às 14h:00min, de segunda-feira a sexta-feira, bem como poderá ser acessado Portal de Transparência da Câmara Municipal de Nova Mamoré (https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/detalhe_licitacao&numlic=712&parametrotela=licitacao&anomod=2025), no Portal Nacional de Contratações Públicas e na plataforma eletrônica adotada para realização da dispensa eletrônica, o site licitanet.com.br, bem como ser solicitado pelo e-mail: cpl@novamamore.ro.leg.br.

Câmara Municipal de Nova Mamoré, 09 de setembro de 2025.

CLAUDIO VASCONCELOS VEDANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Claudio Vasconcelos Vedana
Código Identificador:8129838A

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 013/CMNM/2025

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.

Cria a Comissão para realização de estudos quanto à estrutura organizacional e ao plano de cargos e carreiras da Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 11 do Regimento Interno, combinado com o inciso I do art. 33 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão para realização de estudos quanto à estrutura organizacional e ao plano de cargos e carreiras da Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO, com a finalidade de subsidiar a Mesa Diretora em sua função legislativa.

Art. 2º A Comissão será composta pelos servidores:

I – Claudio Vasconcelos Vedana, Matrícula 298, Presidente;

II – Railson Jefferson Candido Souza, Matrícula 392, Membro;

III – Erida Ortis da Silva, Matrícula 384, Membro.
Art. 3º A Comissão contará com apoio da assistência jurídica e da controladoria interna, podendo ainda solicitar o apoio e informações de outros setores.

Art. 4º Ao término dos trabalhos a Comissão deverá apresentar relatório com apontamentos a serem implementados relativos à estrutura organizacional e ao plano de cargos e carreiras da Câmara Municipal de Nova Mamoré.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para a Comissão finalizar os trabalhos, a partir da publicação da presente Resolução.

Parágrafo único. O prazo poderá ser prorrogado a depender da necessidade estabelecida pela comissão, a qual solicitará ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré, que por portaria disporá quanto à solicitação.

Art. 6º Fica concedida aos servidores do quadro efetivo integrantes da Comissão a gratificação por comissão, nos termos do Art. 61 da Lei Municipal 2.312/2025.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Mamoré-RO, 08 de setembro de 2025.

ADALTO FERREIRA DA SILVA
Presidente da CMNM

Publicado por:
Claudio Vasconcelos Vedana
Código Identificador:6816F1FB

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°449-GP/2025

PORTARIA N°449-GP/2025 Em, 25 de agosto de 2025

"Dispõe sobre o Retorno as Atividades do Servidor RICARDO CÉSPEDES MOREIRA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO processo administrativo 1-1907/2024
RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER retorno as atividades**,** ao servidor **RICARDO CÉSPEDES MOREIRA**, pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** - 40 horas Semanais, sob a matricula n°9060, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme consta no laudo de avaliação Médica nº20/2025, e no Processo Administrativo de nº1-1907/2024, com início em 25/08/2025.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 25 de agosto de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/ RO

Publicado por:
Eveline Teofilo Pereira de Aguiar
Código Identificador:5A74FD12

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°451-GP/2025

PORTARIA N°451-GP/2025 Em, 28 de agosto de 2025.

"Dispõe sobre a Prorrogação do Benefício de Auxilio Doença ao servidor ISAAC GOMES DE MIRANDA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 1° da Lei de n°1.573–GP/2.020 que assegura a concessão do benefício de auxilio doença;

RESOLVE:

Art. 1° - PRORROGAR o benefício de auxilio doença, ao servidor **ISAAC GOMES DE MIRANDA,** pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **PROFESSOR II PEDAGOGO – 40 HORAS**, sob a matricula nº9156, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme consta no Laudo de avaliação Médica n°42/2025 e do Processo Administrativo de nº1-1199/2025 por um período de 30 (trinta dias), com início em 20/08/2025 e término em 18/09/2025.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/08/2025.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 28 de agosto de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/ RO

Publicado por:
Eveline Teofilo Pereira de Aguiar
Código Identificador:B5885EA0

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°460-GP/2025

PORTARIA Nº460-GP/2025 Em, 05 de setembro de 2025.

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Auxilio Doença ao servidor AURICÉLIO SERRA DA SILVA*"*.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 1° da Lei de n°1.573–GP/2.020 que assegura a concessão do benefício de auxilio doença;

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER o benefício de auxilio doença, ao servidor **AURICÉLIO SERRA DA SILVA**, pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **PROFESSOR II PEDAGOGO – 40 HORAS SEMANAIS**, sob matricula nº9152, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, constante do Laudo de avaliação Médica n°66/2025 e do Processo Administrativo de nº1-2910/2025, por um período de 60 (sessenta) dias, com início em 01/08/2025 e término em 29/09/2025.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2025.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 05 de setembro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Eveline Teofilo Pereira de Aguiar
Código Identificador:613418C5

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°461-GP/2025

PORTARIA N°461-GP/2025 Em, 05 de setembro de 2025

"Dispõe sobre a Prorrogação do Benefício de Auxilio Doença ao servidor MANOEL BARROSO MARQUES".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 1° da Lei de n°1.573–GP/2.020 que assegura a concessão do benefício de auxilio doença;

RESOLVE:

Art. 1° - PRORROGAR o benefício de auxilio doença, ao servidor **MANOEL BARROSO MARQUES,** pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS – 40 HORAS**, sob a matricula nº632, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme consta no Laudo de avaliação Médica n°30/2025 e do Processo Administrativo de nº1-2214/2024 por um período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 28/08/2025 e término em 23/02/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/08/2025.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 05 de setembro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/ RO

Publicado por:
Eveline Teofilo Pereira de Aguiar
Código Identificador:DD6A64AE

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°462-GP/2025

PORTARIA N°462-GP/2025 Em, 05 de setembro de 2025.

"Dispõe sobre a Prorrogação do Benefício de Auxilio Doença a servidora JUSCINEA MAIA DANTAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 1° da Lei de n°1.573–GP/2.020 que assegura a concessão do benefício de auxilio doença;

RESOLVE

Art. 1° - PRORROGAR o benefício de auxilio doença, a servidora **JUSCINEA MAIA DANTAS**, pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **PROFESSORA I NIVEL I - 40 HORAS**, sob a matricula n°1170, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme consta no laudo de avaliação Médica nº14/2025, e no Processo Administrativo de nº1-343/2025, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 26/08/2025 e término em 21/02/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26/08/2025.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 05 de setembro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Eveline Teofilo Pereira de Aguiar
Código Identificador:F1B63AA4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.183-GP/2025, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 9.183-GP/2025 Em, 08 de setembro de 2025.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei de nº 2.393-GP/2025, de 08 de setembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado promover a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor**R$ 200.000,00**(duzentos mil reais), recursos provenientes de emendas parlamentar, através do Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Componente: Incremento Temporários de Custeio do MAC, ao custeio dos serviços de assistência Hospitalar e Ambulatorial,para a Secretaria Municipal de Saúde,conforme solicitado no Memorando nº 1636/SEMUSA/2025, Processo nº 2795/2025.Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

02.00.00		**PODER EXECUTIVO**		
02.08.00		**SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**		
10.302.0022.2134		**INCREMENTO TEMP. LIMITE FINANC. MAC**		
01.600	**F: 665**	3.3.90.34	Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização	200.000,00
Total				**200.000,00**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação no caput anterior, será coberto com recursos conforme artigo 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3°EsteDecretoentra em vigor na data de sua publicação,em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº2.205-GP-2024(Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP-2024(Lei Orçamentária do exercício de 2025).**

Palácio 21 de Julho, em 08 de setembro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:5233A13B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.393-GP/2025, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.

LEI Nº 2.393-GP/2025 Em, 08 de setembro de 2025.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

FAÇO SABERque a Câmara Municipal de Nova Mamoré aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado promover a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor**R$ 200.000,00**(duzentos mil reais), recursos provenientes de emendas parlamentar, através do Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Componente: Incremento Temporários de Custeio do MAC, ao custeio dos serviços de assistência Hospitalar e Ambulatorial,para a Secretaria Municipal de Saúde,conforme solicitado no Memorando nº 1636/SEMUSA/2025, Processo nº 2795/2025.Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

02.00.00		**PODER EXECUTIVO**		
02.08.00		**SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**		
10.302.0022.2134		**INCREMENTO TEMP. LIMITE FINANC. MAC**		
01.600	**F: 665**	3.3.90.34	Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização	200.000,00
Total				**200.000,00**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação no caput anterior, será coberto com recursos conforme artigo 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3°Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº2.205-GP-2024(Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP-2024(Lei Orçamentária do exercício de 2025).**

Palácio 21 de Julho, em 08 de setembro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:E31ED8C9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
AUTORIZAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo n° 1362/2025.

A Prefeitura de Nova União, inscrita no CNPJ n. 00.699.197/0001-07, com fundamento no**art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei n°14.133/2021**, torna público a contratação direta via dispensa de Licitação da:
Empresa: Tigrão Veículos Comércio de Veículos Ltda, inscrita no CNPJ n° 05.880.596/0001-85
Valor: R$ 6.623,90 (seis mil seiscentos e vinte e três reais e noventa centavos)
Objeto: Revisão de veículo
Secretaria: Semplacaf

Nova União RO, 09 de setembro de 2025.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:ADB5C63D

P M N U - RO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº 64/2025
PROCESSO Nº: 2073/2024
CELEBRAÇÃO: 08/09/2025

PARTES: Município de Nova União, inscrito no CNPJ sob n.º 00699.197/0001-07 e a empresa FRIMON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA,inscritanoCNPJ sob onº16.958.226/0001-30.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção de Portal de Entrada da Cidade.
DO VALOR: O valor global continua inalterado conforme os termos do Contrato de nº 64/2025.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Por mais **60 (sessenta) dias**, contados a partir de 23/09/2025.

Nova União - RO, 08 de setembro de 2025.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:78B9D63D

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 27/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA: 27/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: RONALDO OLIVEIRA DA SILVA CADASTRO: 1599
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA VEICULO LEVE CLT PLACA DO VEICULO: RSU1F45
CPF: XXXXXXXXX-05 RG: XXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:69 XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 24007-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir pacientes para realizar tratamento no Hospital Daniel Combone no Município de Cacoal/RO. Segue Lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 27/06/2025
RONALDO OLIVEIRA DA SILVA
MOTORISTA VEICULO LEVE CLT

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:7ED2E7EE

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 30/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA: 01/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$451,20

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: EDMILSON BATISTA DE ARAUJO CADASTRO: 1675
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA DE VEICULO PESADO CLT PLACA DE VEICULO: RSU4D07
CPF: XXXXXXXXX-00 RG: XXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:69 XXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1004-4 CONTA: 55971-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO, onde irá conduziu pacientes e acompanhantes agendado com consultas e exames no Hospital do Amor, Hosptal Oswaldo Cruz e Cinica Sol no Município de Porto Velho/RO. Segue Lista em anexo

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 451,20 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 30/06/2025
EDMILSON BATISTA DE ARAUJO
MOTORISTA DE VEICULO PESADO CLT

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:B2AD477B

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 30/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) 50%
	CHEGADA: 30/06/2025	V. UNT.	R$225,60

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$225,60

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: ADILSON INACIO BARBOSA CADASTRO: 1687
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO: NEF8D98
CPF: XXXXXXXXX-15 RG: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: (69)XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 20680 - 6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzirpacientes e acompanhantes para oHospital do Amor no município de Porto Velho/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 225,60 (duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 30/06/2025
ADILSON INACIO BARBOSA
MOTORISTA VEICULO LEVE CLT

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:59830226

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 30/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA:30/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JURACI FIRMINO COSTA CADASTRO: 1265
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO: NCZ8322
CPF: XXXXXXXXX-15 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 15376-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO, onde irá conduzir paciente e

agendado com consultas e exames no Hospital Municipal no Município de Ji-Paraná/RO. Segue Lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 30/06/2025
JURACI FIRMINO COSTA
MOTORISTA DE VEÍCULO

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:0771A57E

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 30/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA:30/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
OME: MARILDA AMORIM RODRIGUES CADASTRO:1626
CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL
CPF: XXXXXXXXX-10 RG: XXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX BAIRRO: ALVORADA
CIDADE/ESTADO: OURO PRETO DO OESTE/RO TELEFONE: (69)XXXXX-XXXX
BANCO: Caixa Econômica AGÊNCIA: 1831 -013 CONTA: poupança 25101-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO, onde irá acompanhou paciente e agendado com consultas e exames no Hospital Municipal no Município de Ji-Paraná/RO. Segue Lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 30/06/2025
MARILDA AMORIM RODRIGUES
ASSISTENTE SOCIAL

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:BF79AC54

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:01/07/2025	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA:01/07/2025	V. UNT.	R$: 338,40

CIDADE/UF:	Ji-Paraná / RO	V. TOTAL	R$: 338,40

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:SIMONE RODRIGUES ELLER CADASTRO: 1211
CARGO/FUNÇÃO: SECRETARIA INTERINA PLACA DE VEICULO: SSL7I19
CPF:XXXXXXXXX-72 RG:XXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO:NOVA UNIÃO RO TELEFONE: XXXXXX-XXXX
BANCO:SICOOB AGÊNCIA:3273 CONTA:501808

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A referida servidora irá deslocar-se deste município de Nova União na data supracitada, onde irá resolver questões administrativas e participar da 6º Reunião Ordinária da CIR 2025 na delegacia regional de saúde de Ji-Paraná. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 338,40 (trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavo) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:01/07/2025
SIMONE RODRIGUES ELLER AZARIAS
SECRETARIA MUNICIPAL

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:54DFD4B4

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 01/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA: 01/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JORGE ELIAS
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR DO HMEGF PLACA DE VEICULO: SSL7I19
CPF: XXXXXXXXX-34 RG: XXXXXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO: 756 SICOOB AGÊNCIA: 0001 CONTA: 62971470-3

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá resolver questões administrativas na delegacia regional de saúde de Ji-Paraná. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 01/07/2025
JORGE ELIAS
ADMINISTRADOR DA UNIDADE MISTA

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:156DA72C

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 02/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA: 02/07/2025		R$ 135,36
CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$ 135,36
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: ANTONIO LUAN VIEIRA MACIEL
FUNÇAO:OPERADOR DE MÁQUINA PESADA PLACA DE VEICULO: NCZ8D32
CPF: XXXXXXXXXX-96 RG: XXXXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
BANCO: INTER - 077 AGÊNCIA: 0001 CONTA: 5439914-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor ira deslocar deste município de Nova União/RO nas datas supridas, onde ira conduzir as servidoras que irão participar da Oficina de capacitação Cofinanciamento e alinhamento do grupo condutor na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:02/07/2025

ANTONIO LUAN VIEIRA MACIEL
OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:EA613A45

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 02/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA: 02/07/2025		R$ 135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$ 135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO: TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: APARECIDA CHAGAS CORRÊA LOTAÇÃO: SEMSAU
CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM RG: XXXXXXXSSP/RO
CPF: XXXXXXXXXX-87 TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
CIDADE/ESTADO:NOVA UNIÃO RO
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA:734 CONTA: 0540190-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor ira deslocar deste município de Nova União/RO nas datas supridas, onde ira participar da Oficina de capacitação Cofinanciamento e alinhamento do grupo condutor na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:02/07/2025

APARECIDA CHAGAS CORRÊA
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESTUTA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:95D9BF77

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 02/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA: 02/07/2025		R$ 135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$ 135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO: TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: SUELI SOUZA DA CRUZ SODRÉ CADASTRO: 185
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADORA DE PROGRAMAS
CPF: XXXXXXXXX-00 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXXXX
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA: 734 CONTA: 27777-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor ira deslocar deste município de Nova União/RO nas datas supridas, onde ira participar da Oficina de capacitação Cofinanciamento e alinhamento do grupo condutor na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:02/07/2025

SUELI SOUZA DA CRUZ SODRÉ
COORDENADORA DE PROGRAMAS

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:F003C4A5

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 21/06/2025	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA: 21/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: EDMILSON BATISTA DE ARAUJO CADASTRO: 1675
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA DE VEICULO PESADO CLT PLACA DE VEICULO: NEF8D98
CPF: XXXXXXXXX-00 RG: XXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:69 XXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1004-4 CONTA: 55971-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduziu paciente de emergencia ate o Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz município de Ji-Paraná/RO . Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 03/07/2025

EDMILSON BATISTA DE ARAUJO
MOTORISTA DE VEICULO PESADO CLT

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:1F896CD9

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 21/06/2025	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA: 21/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: RUTH CÉLIA DA SILVA ALVES CADASTRO: 950
CARGO/FUNÇÃO:TÉCNICA DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: NEF8D98

CPF: XXXXXXXXX-00 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE:.69 XXXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1401-X CONTA: 26.376-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde acompanhou paciente de emergencia ate o Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz município de Ji-Paraná/RO . Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 03/07/2025

RUTH CELIA DA SILVA ALVES
AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVACÃO

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:FCA27084

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 28/06/2025	Nº DIARIAS	01 (uma)30%
	CHEGADA: 28/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: ADILSON INACIO BARBOSA CADASTRO: 1687
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO: OHU3701
CPF: XXXXXXXXX-15 RG: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: (69)XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 20680 - 6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduziu paciente de emergência para avaliação com Medico no Hospital Municipal no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 03/07/2025
ADILSON INACIO BARBOSA
MOTORISTA DE VEÍCULO

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:50D1349E

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 28/06/2025	Nº DIARIAS	01 (uma)30%
	CHEGADA: 28/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:MARIA BELO FELICIANO CADASTRO: 1583
CARGO/FUNÇÃO:TÉCNICA DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: OHU3701
CPF:XXXXXXXXX-87 RG:XXXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE:XXXXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: A 1401X CONTA: 36.434-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde acompanhou paciente de emergência para avaliação com Medico no Hospital Municipal no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 03/07/2025
MARIA BELO FELICIANO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:85992B7D

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 29/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA: 29/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: ADILSON INACIO BARBOSA CADASTRO: 1687
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO:NDK7054
CPF: XXXXXXXXX-15 RG: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: (69) XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 20680 - 6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduziupaciente de emergência regulado para o Hospital Municipal para avaliação medica especializada no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 03/07/2025

ADILSON INACIO BARBOSA
MOTORISTA VEICULO LEVE CLT

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:3D9A1834

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 29/06/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA: 29/06/2025	V. UNT.	R$135,36
CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$135,36
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: EDILEUSA VALÉRIA SILVA CADASTRO: 1523
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: NDK7054

CPF: XXXXXXXXX-91 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIAO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1.404-4 CONTA: 24.052-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde acompanhou paciente de emergência regulado para o Hospital Municipal para avaliação medica especializada no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 03/07/2025
EDILEUSA VALERIA DA SILVA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:261985BA

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:06/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 100%
	CHEGADA:07/07/2025	V. UNT.	R$1.015,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$1.015,20

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME:SIMONE RODRIGUES ELLER CADASTRO: 1211
CARGO/FUNÇÃO: SECRETARIA PLACA DE VEICULO: SLL7I19
CPF:XXXXXXXXX-72 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO:NOVA UNIÃO RO TELEFONE: XXXXX-XXXX
BANCO:SICOOB AGÊNCIA:3273 CONTA:501808

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

A referida servidora irá deslocar-se deste município de Nova União na data supracitada, aonde juntamente comSamia Miranda Oliveira Agente administrativa tecnica eLuan Andreani Zanatta Engenheiro Civil municipal ira participar de uma reuniaopara alinhamento do projeto para construção da Unidade Babasica de Saude (UBS) porte I, onde sera relizado no predio da Agevisa no municipio de Porto Velho/RO .

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 1.015,20 (um mil, quinze reais e vinte centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 04/07/2025

SIMONE RODRIGUES ELLER AZARIAS
SECRETARIA MUNICIPAL

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:1BBDFEAD

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:06/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 100%
	CHEGADA:07/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$451,20

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: SAMIA MIRANDA OLIVEIRA CADASTRO: 1635
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADORA DO FUNDO M. DE SAUDE PLACA DE VEICULO: SLL7I19
CPF: XXXXXXXXX-09 RG: XXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE: (69) XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 23543-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

A referida servidora irá deslocar-se deste município de Nova União na data supracitada, aonde juntamente com Simone Rodrigues Eller Secretaria de saudeeLuan Andreani Zanatta Engenheiro Civil municipal ira participar de uma reuniaopara alinhamento do projeto para construção da Unidade Babasica de Saude (UBS) porte I, onde sera relizado no predio da Agevisa no municipio de Porto Velho/RO .

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 451,20 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.

EM: 04/07/2025

SAMIA MIRANDA OLIVEIRA
Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:20D39CC5

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 08/07/2025	Nº DIARIAS	02 (Duas) DE 100%
	CHEGADA: 10/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: RANIELE NASCIMENTO DA ROCHA CADASTRO: 1656
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADORA DO F. M.DE SAUDE
CPF: XXXXXXXXX-39 RG: XXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: (69)XXXX-XXXX
BANCO: NUBANK AGÊNCIA: 0001 CONTA: 97203550-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO, onde irá participar da Reunião pré-CIB do COSEMS/RO, 5ª Reunião do COSEMS/RO, Câmara Técnica e 6ª Reunião Ordinária da CIB de 2025 no Município de Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 08/07/2025

RANIELE NASCIMENTO DA ROCHA
COORDENADORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:9AFCB78C

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 06/07/2025	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA: 06/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: EDILEUSA VALÉRIA SILVA CADASTRO: 1523
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: OHU3701
CPF: XXXXXXXXX-91 RG: XXXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIAO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1.404-4 CONTA: 24.052-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde acompanhou paciente de emergência regulado para o Hospital Municipal para avaliação medica especializada no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 09/07/2025

EDILEUSA VALERIA DA SILVA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:9C15DDCA

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:16/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA:16/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: ARTHUR EMILIO FILHO CADASTRO: 1837
CARGO/FUNÇÃO: CHEFE DE S. DE C. VEICULOS E FROTA PLACA DO VEICULO: SLL7i19
CPF: ***.435.212-** RG: *8047*
ENDEREÇO:XXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:(69)XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001 - 0 CONTA: 24266 - 7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá acompanhar revisão de garantia do veiculo hilux de Placa SLL7I19 na TOYOTA no município de Ji-Paraná/RO.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 16/07/2025

ARTHUR EMILIO FILHO
CHEFE DE SETOR DE CONTROLE DE VEICULOS E FROTA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:46C651A8

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 18/06/2025	Nº DIARIAS	01(UMA) 30%
	CHEGADA: 18/06/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: DIVA LOPES DIAS CADASTRO: 1250
CARGO/FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇO SOCIAL
CPF: XXXXXXXXXXXX-72 RG: XXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXXX
BANCO: CAIXA AGÊNCIA: 3114 CONTA: 928511456-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A referida servidora se deslocará deste município de Nova União/RO na data suprida, onde fará retirada de fórmula (nutrição adulto e infantil) na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 17/07/2025
DIVA LOPES DIAS
AGENTE DE SERVIÇOS SOCIAIS

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:F77E9E49

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 21/07/2025	Nº DIARIAS	02 de 100%
	CHEGADA: 23/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: EDMILSON BATISTA DE ARAUJO CADASTRO: 1675
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA DE VEICULO PESADO CLT
CPF: XXXXXXXXXX-00 RG: XXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:69 XXXXXXXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1004-4 CONTA: 55971-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor ira se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde ira conduzir servidora Diva lopes para Oficina Estadual Prevenção de Carências Nutricionais na Infância no município de Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 17/07/2025
EDMILSON BATISTA DE ARAUJO
MOTORISTA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:E6416CA2

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 21/07/2025	Nº DIARIAS	02 de 100%

	CHEGADA: 23/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: DIVA LOPES DIAS CADASTRO: 1250
CARGO/FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇO SOCIAL
CPF: XXXXXXXXX-72 RG: XXXXXXXX-8
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXX
BANCO: CAIXA AGÊNCIA: 3114 CONTA: 928511456-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor ira se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde ira participar da Oficina Estadual Prevenção de Carências Nutricionais na Infância no município de Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 17/07/2025

DIVA LOPES DIAS
AGENTE DE SERVIÇOS SOCIAIS

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:D03C2B70

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 10/07/2025 14/07/2025	Nº DIARIAS	02 DE 30%
	CHEGADA: 06/07/2025 14/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$270,72

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: EDILEUSA VALÉRIA SILVA CADASTRO: 1523
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: RSZ1A30
CPF: XXXXXXXXX-91 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIAO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1.404-4 CONTA: 24.052-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO nas datas supridas, onde acompanhou pacientes de emergência regulado para o Hospital Municipal para avaliação medica especializada com Ortopedista nos dis 10/07/2025 e dia 14/07/2025 no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 270,72 (duzentos e setenta reais e setenta e dois centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 18/07/2025

EDILEUSA VALERIA DA SILVA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:A23F67DE

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:12/07/2025	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA: 12/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	URUPA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: ANTONIO LUAN VIEIRA MACIEL
FUNÇAO:OPERADOR DE MÁQUINA PESADA
CPF: XXXXXXXXX-96 RG: XXXXXXXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
BANCO: INTER - 077 AGÊNCIA: 0001 CONTA: 5439914-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduziu paciente para avaliaçao cirurgica com medico especializada para o hospital Municipal no município de Urupa/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:18/07/2025
ANTONIO LUAN VIEIRA MACIEL
OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:A73D0EE0

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:16/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA:16/07/2025		R$ 135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANÁ/RO	V. TOTAL	R$ 135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO: TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME:EDNAMAR BARBOSA DA SILVA TAVARES CADASTRO: 318
CARGO/FUNÇÃO:TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CPF: XXXXXXXXXXXXX RG:XXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: MIRANTE DA SERRA/RO TELEFONE:69 XXXX-XXXX
BANCO: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA:4001.0 CONTA: 7368-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO nas datas supridas, onde acompanhou paciente de emergencia para o Hospital Municipal no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 18/07/2025

EDNAMAR BARBOSA DA SILVA TAVARES
TÉCNICO EM ENFERMAGEM

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:2DC6BE1A

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 23/07/2025	Nº DIARIAS	02 DE 100%
	CHEGADA: 25/07/2025	V. UNT.	R$1.015,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$2.030,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: RANIELE NASCIMENTO DA ROCHA CADASTRO: 1813
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR DE EXPEDIENTE PLACA DO VEICULO: SSL7I19
CPF: XXXXXXXXX-39 RG: XXXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: (69)XXXXX-XXXX
BANCO: NUBANK AGÊNCIA: 0001 CONTA: 97203550-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participar Da Oficina Do Sistema De Informações Sobre Orçamentos Públicos Em Saúde - SIOPS/DGMP em Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 2.030,40 (dois mil, trinta reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/07/2025
RANIELE NASCIMENTO DA ROCHA
SECRETARIA MUNICIPAL INTERINA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:0170163B

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 23/07/2025	Nº DIARIAS	02 DE 100%
	CHEGADA: 25/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: SUELI SOUZA DA CRUZ SODRÉ CADASTRO: 185
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADORA DE PROGRAMAS
CPF: XXXXXXXXX-00 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXXX
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA: 734 CONTA: 27777-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participar Da Oficina Do Sistema De Informações Sobre Orçamentos Públicos Em Saúde - SIOPS/DGMP em Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/07/2025

SUELI SOUZA DA CRUZ SODRÉ
COORDENADORA DE PROGRAMAS

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:215BCC46

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 23/07/2025	Nº DIARIAS	02 DE 100%
	CHEGADA: 25/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: INGRID WERICA DE SOUZA ROCHA CADASTRO: 1871
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CPF: XXXXXXXXX-45 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 25468-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participar Da Oficina Do Sistema De Informações Sobre Orçamentos Públicos Em Saúde - SIOPS/DGMP em Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/07/2025

INGRID WERICA DE SOUZA ROCHA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:11851459

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 24/07/2025	Nº DIARIAS	01(UMA) DE 30%
	CHEGADA: 24/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: KATIA NUBIA LIMA FERREIRA CADASTRO: 1241
CARGO/FUNÇÃO: FARMACÊUTICA
CPF:XXXXXXXXX-11 RG:XXXXXX SESDEC/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE: XXXXXXXXXXX
BANCO:BRASIL AGÊNCIA:4001-0 CONTA:21364-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

A referida servidora irá deslocar-se deste município de Nova União na data supracitada, aonde buscará medicação de Alto Custo na Delegacia Regional de Saúde em Ji-Paraná/RO.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 24/07/2025

KATIA NUBIA LIMA FERREIRA
FARMACEUTICO

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:48775FB1

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:25/07/2025	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA: 25/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: ANTONIO LUAN VIEIRA MACIEL
FUNÇAO:OPERADOR DE MÁQUINA PESADA
CPF: XXXXXXXXX-96 RG: XXXXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX
BANCO: INTER - 077 AGÊNCIA: 0001 CONTA: 5439914-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor ira se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde ira conduzi paciente para avaliaçao pos cirurgia com medico especializada para o hospital do Amor no município de Ji-Parana/RO. Segue Lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:25/07/2025

ANTONIO LUAN VIEIRA MACIEL
OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:642AF4A8

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 28/07/2025	Nº DIARIAS	02 de 100%
	CHEGADA: 30/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:SARHA CAROLINE VARGAS CAMPOS CADASTRO: 1569
CARGO/FUNÇÃO:COORDENADORA DE EPIDEMOLOGIA
CPF: XXXXXXXXX-14 RG: XXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 69 - XXXXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 21319-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A referida servidora irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participarda Oficina "Tabulação e análise de dados para construção de indicadores de saúde na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue convite em anexo..

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:25/07/2025
SARHA CAROLINE VARGAS CAMPOS
COORDENADORA DE EPIDEMOLOGIA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:C869FAE5

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 28/07/2025	Nº DIARIAS	02 de 100%
	CHEGADA: 30/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: SUELI SOUZA DA CRUZ SODRÉ CADASTRO: 185
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADORA DE PROGRAMAS
CPF: XXXXXXXXXX-00 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA: 734 CONTA: 27777-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A referida servidora irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participarda Oficina "Tabulação e análise de dados para construção de indicadores de saúde na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue convite em anexo..

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:25/07/2025
SUELI SOUZA DA CRUZ SODRÉ
COORDENADORA DE PROGRAMAS

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:DF319CDF

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 28/07/2025	Nº DIARIAS	02 de 100%
	CHEGADA: 30/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME:SARHA CAROLINE VARGAS CAMPOS CADASTRO: 1569
CARGO/FUNÇÃO:COORDENADORA DE EPIDEMOLOGIA
CPF: XXXXXXXXX-14 RG: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 69 - XXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 21319-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

A referida servidora irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participarda Oficina "Tabulação e análise de dados para construção de indicadores de saúde na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue convite em anexo..

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM:25/07/2025

SARHA CAROLINE VARGAS CAMPOS
COORDENADORA DE EPIDEMOLOGIA

SIMONE RODRIGUES ELLER	*JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA*
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:0CFCDC3C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 22/CPL/2025

EXTRATO PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste torna público para conhecimento dos interessados que Adjudica e Homologa o PREGÃO ELETRONICO Nº 22/CPL/2025, tendo como OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR.,** *em favor das Empresas* **GM AUTO PECAS, PNEUS E SERVICOS LTDA, *CNPJ sob o nº*51.837.667/0001-84, *o Valor* de R$ 1.559.335,58,** *em favor da Empresa* **L. A. DE PICOLI LTDA, *CNPJ sob o nº*33.114.868/0001-71, *o Valor* de R$ 124.717,04,** *em favor da Empresa* **RALLY PNEUS-COM. DE PNEUS E PECAS P/ VEICULOS LTDA, *CNPJ sob o nº*34.745.729/0001-09, *o Valor* de R$ 108.655,30,** Totalizando R$ **1.792.707,92**.
Novo Horizonte do Oeste - RO, 09 de setembro de 2025.

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio da Silva
Código Identificador:0CDBE04C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2024.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2024.
(Processo Administrativo nº 214/2024)
CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste–RO
CNPJ: 05.705.777/0001-75.
CONTRATADA: ANDRADE & DEZANI LTDA.
CNPJ: 11.110.685/0001-45.
Data da celebração: 29 de agosto de 2025.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 1 (um) ano, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/2021.
Valor Global: O preço registrado, a especificação do objeto e a quantidade do item, são os que seguem:

Item	Quant.	Un.	Descrição	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	2.000	PCT	Água Mineral: Embalada em copo de 300 a 350ml: PH igual ou superior a 5, água mineral natural da fonte sem gás, de alta qualidade. Água mineral é uma excelente alternativa para matar a sede rapidamente, uma hidratação rápida e na medida certa, para eventos corporativos e esportivos, os copos de água mineral não ocupam muito espaço na mesa de palestrantes e convidados, são mais fáceis e práticos de servir.	1,49	2.980,00
3. DA VIGÊNCIA					

3.1. O prazo de vigência terá a duração de 1 (um) ano, com início em 31/08/2025 e término em 30/08/2026, nos termos da Lei 14.133/2021.

Ouro Preto do Oeste – RO, 01 de setembro de 2025.

JESSIKA CASTOLDI MARTINS
Dir. Almoxarifado e Compras
Portaria nº 45/GP/CMOPO/RO

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:54237041

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº40/2025
Processo Administrativo: 2555/SEMED/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SIMILARES, PARA REFORMA DA CRECHE PRÓ-INFÂNCIA.
Adjudicatários: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - 51.659.136/0001-49;
EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA - 37.278.673/0001-18;
Valor Total Adjudicado: R$ 15.610,06 (Quinze mil, seiscentos e dez reais e seis centavos)
Homologação: O presente processo foi devidamente homologado pelo Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, conforme termo de homologação devidamente registrado no processo em questão.

Ouro Preto do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

STELLA SOUZA FREIRE
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Stella Souza Freire
Código Identificador:2073ABF4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº42/2025
Processo Administrativo: 2802/GRP/2025
Objeto: SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE URNAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO ADULTO E INFANTIL.
Adjudicatários: ASSOCIAÇÃO VIDA NOVA - 02.719.275/0001-05;
Valor Total Adjudicado: R$ 126.030,00 (Cento e vinte e seis mil e trinta reais)
Homologação: O presente processo foi devidamente homologado pelo Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, conforme termo de homologação devidamente registrado no processo em questão.

Ouro Preto do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

STELLA SOUZA FREIRE
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Stella Souza Freire
Código Identificador:3C562316

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº28/2025
Processo Administrativo: 2110/GRP/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE MANILHAS E ADUELAS EM CONCRETO.
Adjudicatários: WALTER DA SILVA LTDA - 22.821.748/0001-98;
VENDERMAIS CONSULTORIA LTDA - 33.171.322/0001-52;
AVELINO & AVELINO FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - 10.939.798/0001-95;
Valor Total Adjudicado: R$ 1.563.983,90 (Um milhão, quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa centavos)
Homologação: O presente processo foi devidamente homologado pelo Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, conforme termo de homologação devidamente registrado no processo em questão.

Ouro Preto do Oeste/RO, 09 de setembro de 2025.

STELLA SOUZA FREIRE
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Stella Souza Freire
Código Identificador:E3AF78B6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

CPL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 045/2025.

O Prefeito Municipal de Parecis/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto em vigor, através de Inexigibilidade**,** que está consubstanciada com base jurídica no Art. 74, Inciso I, da Lei 14.133/21, o qual justifica a contratação direta fundamentada na inviabilidade de competição, resolve:
ADJUDICAR e **HOMOLOGAR** a Presente **Inexigibilidade** de Licitação, Processo Administrativo nº 0001491.04.01-2025.

A presenteInexigibilidadede licitação, visa a: Contratação de empresa para prestação de serviços da 5° Revisão de garantia, 50.000 (cinquenta mil) km do veículo Nissan FRONTIER ATK AT X4 4x4, Placa THI8D79, ANO: 2024/2025, cor: branca., pertencente ao Fundo Municipal de Saúde.

Em favor de: Rondonauto Comercio De Veiculos LTDA.
CNPJ: 05.883.509/0002-24
Endereço: Rua da Beira Nº 5770 - Bloco A - Floresta - Porto Velho/RO, CEP: 76806640.
Valor da contratação: R$ 1.269,00 (um mil, duzentos e sessenta e nove reais).

Parecis/RO, 09 de setembro de 2025.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Siminhuk
Código Identificador:54163189

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e §5º e 6º, Art. 83 c/c inciso III do art. 69 da Resolução nº 254 de 11 de outubro de 1991 – Regimento Interno **CONVOCA** os Senhores Vereadores para participarem da **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada no dia **10 de setembro de 2025 (Quarta-feira), às 14:00h**, no Salão de Reuniões 'Bohemundo Álvares Affonso' desta Casa Legislativa."

Observação: A referida Sessão Extraordinária será realizada de forma Híbrida (presencial e por sistema de deliberação remota). Matéria de Urgência!

ORDEM DO DIA

I – Segunda Discussão e Votação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 152/2025, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Velho, que "Emenda à lei orgânica alterando o inciso III, do art. 196 e dá nova redação ao inciso III".

II - Segunda Discussão e Votação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 154/2025, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Velho, que "Modifica o parágrafo 1º do inciso II, do Art. 47 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho/RO".

Câmara Municipal de Porto Velho, 09 de setembro de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:1A0697B7

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
PORTARIA Nº 257/2025/GAB/EMDUR

Porto Velho, 08 de setembro de 2025.

O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR e no Decreto nº 63/I, DE 06 DE JANEIRO DE 2025;
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR os empregados públicos abaixo relacionados para atuarem como Gestores, Fiscais e Suplentes do Contrato n° 002/2025/JURÍDICO/EMDUR.
Processo Administrativo: 00600-00025261/2025-21-e

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados laborais, dedicação exclusiva de mão de obra, em caráter subsidiário e temporário.

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
IAGO DA ROCHA LEITE	**354**	**GESTOR DE CONTRATO**
TIAGO CAVALCANTE BARBOSA	347	FISCAL
STEPHANNY ALPIRE GERMANO SARAIVA	281	FISCAL
CÉSAR AUGUSTO MENDES FARIAS	343	FISCAL
ÉRICA GLÊICA SILVA DE ASSIZ	201-1	FISCAL
JULIMAR PEDRO MORAES OLIVEIRA	345	FISCAL
ERNANDES AMORIM RODRIGUES	**268**	**SUPLENTE-GESTOR DO CONTRATO**
QUEISE QUETHEN FERNANDES DE OLIVEIRA	361	SUPLENTE-FISCAL
ELISÂNGELA DA SILVA GALDINO	244	SUPLENTE-FISCAL
TÂNIA VALÉRIA RIBEIRO PEREIRA	335	SUPLENTE-FISCAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, com efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente | EMDUR

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:98EB8AE6

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
AVISO DE REAGENDAMENTO DE LICITAÇÃO

AMPLA PARTICIPAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - LICITAÇÃO N. 90010/2025 – MENOR PREÇO GLOBAL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72868/2024.
O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, por meio de seu Pregoeiro, torna público que, em razão de ajustes no cronograma e de retificação do edital, fica reagendada a data da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 90010/2025, bem como atualizado o modo de disputa adotado.

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e avaliação atuarial, voltados à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Fundo de Assistência à Saúde (FAS) dos servidores do IPAM..
VALOR ESTIMADO: R$ 131.053,88 (cento e trinta e um mil, cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos).
NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 de setembro de 2025.
HORA DA ABERTURA: 10h00 (Horário de Brasília).
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG: 927154 – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.
LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL: Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL:

O instrumento convocatório atualizado e todos os seus elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e download nos seguintes endereços eletrônicos:
www.ipam.ro.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br

Porto Velho – RO, 09 de setembro de 2025.

(Assinado Digitalmente)
DANIEL ORLANDO DANTAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:1A634194

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2024/PROGER/IPAM

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2024/PROGER/IPAM	
PROCESSO	601878/2020
PARTES:	**CONTRATANTE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM,** inscrito no CNPJ sob n. 34.481.804/0001-71.
	CONTRATADO: R&A TREINAMENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL, CNPJ: 02.023.290/0001-14
DO OBJETO:	**Constitui objeto do presente contrato, prestação de serviços de gestão do acervo documental com guarda/custódia, tratamento técnico, organização e indexação dos documentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – IPAM.**
DO VALOR TOTAL DO CONTRATO:	**R$ 364.841,12 (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e doze centavos).**
VALOR MENSAL DO CONTRATO	**R$ 30.403,43 (trinta mil, quatrocentos e três reais e quarenta e três centavos)**
DA VIGÊNCIA:	O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do termo inicial 20.08.2025 a 19.08.2026
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Dotação orçamentária específica, cuja Unidade Orçamentária é IPAM - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
VALOR DO EMPENHO	R$ 133.775,09 (cento e três mil, setecentos e setenta e cinco reais e nove centavos), através da Nota de Empenho nº. 656/2025, Fonte de Recurso 17.59 – (Fundo de Previdência), que corresponde ao exercício de 2025, período de 20.08.2025 a 31.12.2025
DATA DA ASSINATURA:	19.08.2025
ASSINARAM:	CONTRATANTE: Claudineia Araujo de Oliveira Bortolete - Presidente do IPAM
	CONTRATADA: Robson de Souza Monteiro – Representante Legal

Registre-se nos autos respectivos, assente uma via nos acervos da Procuradoria Geral do IPAM e encaminhe para publicação no DOM.
Porto Velho, 05 de Setembro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
RENATA FABRIS PINTO GURJÃO
Procuradora-Geral do IPAM
OAB/RO N. 3126

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:1F12353F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 440/2025

Porto Velho, 09 de setembro de 2025.

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, alínea "g", do Decreto nº 4.123, de 18 de outubro de 1990;

RESOLVE:

ALTERAR o gozo de férias da servidora **LEILANE FREITAS VIEIRA MONTE, Cadastro nº 13005, ocupante do cargo de Educador Social, cedida da Prefeitura do Município de Porto Velho, com ônus a este Instituto, com funções na Procuradoria-Geral, do período aquisitivo de 2024/2025, anteriormente previsto para 09/09/2025 a 18/09/2025, para o período de 26/11/2025 a 05/12/2025, conforme nos Autos nº 76299/2025.**

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:EDF6DFCB

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 2.078/I, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar os servidores abaixo relacionados dos Cargos em Comissão da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, a partir de 10 de setembro de 2025.

Unidade	Servidor	Cargo	DAS
Divisão de Jornada de Trabalho	ELIZANGELA GASPAR DE OLIVEIRA	GERENTE II	DAS 05
Gerente da Unidade Básica de Saúde da Família Socialista I e II	DELCIMAR BENTES DOS REIS	GERENTE II	DAS 05

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:5A1CB1BE

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 2.079/I, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem Cargos em Comissão, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, a partir de 10 de setembro de 2025.

Unidade	Servidor	Cargo	DAS
Divisão de Jornada de Trabalho	DELCIMAR BENTES DOS REIS	GERENTE II	DAS 05
Gerente da Unidade Básica de Saúde da Família Socialista I e II	ELIZANGELA GASPAR DE OLIVEIRA	GERENTE II	DAS 05

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:D85BB129

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 21.319, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza a abertura de licitação para a concessão da modernização, operação, manutenção e exploração comercial do Terminal Rodoviário de Porto Velho – RO, revoga o Decreto nº 20.739, de 27 de dezembro de 2024 e dá providências correlatas.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Processo nº 006.000008/2025-82.
CONSIDERANDO a aprovação pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas - CGPPP, criado pela Lei Complementar nº 592, de 23 de dezembro de 2015, dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e modelagem jurídica para concessão da modernização, operação, manutenção e exploração comercial do Terminal Rodoviário de Porto Velho – RO, por ocasião da 63ª (sexagésima terceira) reunião do CGPPP, cujo extrato da ata foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 03/09/2025, ed. 4058;
CONSIDERANDO a decisão nº 003/2025/GAB-PREF/PMPV, e-doc. 1A238560-e, exarada no bojo do processo nº 00600-00007273/2025-73-e, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 03/09/2025, ed. 4058, que reconheceu a nulidade do termo aditivo de prorrogação do Contrato nº 059/2014/GJ/DER-RO, referente à concessão dos serviços de conservação, manutenção e operação do Terminal Rodoviário de Porto Velho/RO, celebrado com a empresa ADMINISTRADORA SILVESTRE LTDA;
CONSIDERANDO que o princípio da modicidade tarifária, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Lei das Concessões, preconiza que os serviços públicos concedidos devem ser prestados com tarifas justas e acessíveis ao usuário;
CONSIDERANDO que o Decreto nº 20.739, de 27 de dezembro de 2024, fixou valor único da tarifa de embarque a ser cobrada no Terminal Rodoviário de Porto Velho – RO em R$ 14,25 (quatorze reais e vinte e cinco centavos), baseado em estudo unilateral apresentado pela parte interessada, sem qualquer avaliação econômico-financeira realizada por parte da Prefeitura que pudesse convalidar o referido estudo e sem manifestação técnica dos respectivos órgãos municípais;
CONSIDERANDO que o aumento da tarifa não observou as condições técnicas, operacionais e econômicas para o Município da nova estrutura da rodoviária;
CONSIDERANDO que os estudos aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas - CGPPP, na 63ª (sexagésima terceira) reunião do CGPPP, notadamente o volume 3 - avaliação econômico-financeira, propõe tarifas diferenciadas de acordo com o perfil do deslocamento, sendo R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) para embarques para deslocamentos intermunicipais e R$ 10,20 (dez reais e vinte centavos) para embarques para deslocamentos interestaduais; e
CONSIDERANDO que os projetos aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas - CGPPP devem ser submetidos à apreciação do Prefeito, na forma do art. 15 do Decreto nº 14.191, de 05 de maio de 2016.
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizada a abertura de processo licitatório, na modalidade concorrência, tipo maior valor de outorga, para a concessão da modernização, operação, manutenção e exploração comercial do Terminal Rodoviário de Porto Velho – RO.
Art. 2º A licitação de que trata o art. 1º deste Decreto será realizada pela Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL.
Art. 3º Competirá à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA representar o Município de Porto Velho, na condição de Poder Concedente, na prática dos atos a este reservados por lei, regulamento ou contrato, em relação à concessão de que trata este Decreto.
Art. 4º As tarifas de embarque no Terminal Rodoviário de Porto Velho ficam fixadas em:
I - R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) para embarques intermunicipais;
II - R$ 10,20 (dez reais e vinte centavos) para embarques interestaduais e internacionais.
§ 1º As novas tarifas têm aplicação imediata e devem ser observadas pela atual prestadora dos serviços de conservação, manutenção e operação do Terminal Rodoviário de Porto Velho.
§ 2º A Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV deverá fiscalizar o cumprimento do disposto neste artigo, bem como providenciar a ampla divulgação aos usuários.
Art. 5° As tarifas de embarque de que trata o artigo anterior serão reajustadas anualmente pelo Poder Concedente, mediante estudos elaborados pela ARDPV, observando as regras do contrato de concessão.
Art. 6° Os estudos e os documentos jurídicos deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas para cumprimento da Instrução Normativa nº 83/2025/TCE-RO.
Art. 7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8° Revoga-se o Decreto nº 20.739, de 27 de dezembro de 2024.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:5D2810B3

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 21.321, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Altera o Decreto nº 19.757, de 22 de fevereiro de 2024, que estabelece atividades e competências para a Gestão dos Espaços Públicos no âmbito do Município de Porto Velho.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Ofício Externo nº 749/2025/GAB/EMDUR, de 18 de agosto de 2025 (6799ECAF-e).

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 19.757, de 22 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 3º** (...)

I – Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA: (**NR**)

(...)

m) Quiosques das calçadas do entorno do Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; e (**NR**)

(...)

VI – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL: (**NR**)

(...)

g) Praça CÉU; e (**NR**)

h) Shopping Popular Rio Madeira. (**NR**)

(...)

VIII – Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA e Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, sob regime de competência compartilhada: (**NR**)

a) Praça Heliponto Nova Mutum; (**NR**)

b) Praça das Camélias; (**NR**)

c) Praça dos Seringueiros; (**NR**)

(...)

Art. 10. A gestão do Parque Circuito "Dr. José Adelino" do Município de Porto Velho, no que diz respeito à Administração, Manutenção, Conservação e Recuperação é de competência e responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA e a Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.(**NR**)

(...)

Art. 15. A gestão administrativa do Skate Parque no que diz respeito à manutenção, recuperação e desenvolvimento é de competência e responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA e a Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.(**NR**)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o Art. 3º, inciso II e suas alíneas "a" e "b" do Decreto nº 19.757, de 22 de fevereiro de 2024.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:AF5E16C5

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 21.325, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a implantação, execução e gestão do regime de teletrabalho (home Office) e adota outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Proc. 00600-00026777/2025-92-e.

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 30 da Constituição Federal cumulado com o disposto nos incisos III, IV e VI da Lei Orgânica do Município de Porto Velho;

CONSIDERANDO a tendência do mercado em geral em aderir aos instrumentos tecnológicos que permitem o exercício do trabalho à distância de forma efetiva e produtiva;

CONSIDERANDOa tendência à adoção pelas entidades públicas do controle de administração gerencial, em respeito ao princípio da Eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO a disponibilização de funcionalidades de tecnologia da informação que facilitam a realização de trabalho à distância pelos Servidores Públicos de Porto Velho.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as diretrizes e normas gerais a serem observadas na implantação, execução e gestão do regime de trabalho remoto (home Office/teletrabalho), dos servidores públicos do Município de Porto Velho/RO.

CAPÍTULO I

DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 2º Para fins do presente Decreto, considera-se regime de trabalho remoto (home Office) aquele realizado à distância, por meio de equipamentos e tecnologias que permitam a sua plena realização fora das dependências das unidades do Município de Porto Velho/RO.

Parágrafo único. São objetivos do teletrabalho:

I - aumentar a produtividade e a qualidade das atividades;

II - atrair servidores, motivá-los e comprometê-los com os objetivos da instituição;

III - economizar tempo e reduzir custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho, contribuindo para a redução de veículos nas vias públicas, bem como de usuários dos transportes públicos;

IV - contribuir com a diminuição de poluentes e a redução de custos no poder público, como consumo de papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos;

V - ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento;

VI - melhorar a qualidade de vida dos servidores;

VII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

VIII - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo e de inovações; e

IX - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos, observados os contextos de produção, a multiplicidade das tarefas e as condições de trabalho.

Art. 3º O regime de trabalho remoto (home Office), poderá ser implementado para realização de projetos e consecução de tarefas habituais e rotineiras desenvolvidas pelo servidor.

Parágrafo único. Constituem projetos e tarefas habituais e rotineiras do servidor, para os fins deste Decreto, aqueles que correspondem às atribuições do cargo ocupado, sendo realizado de maneira cotidiana pelo servidor, e que podem ser objetivamente mensurados e acompanhados de maneira remota.

Art. 4º O regime de teletrabalho (home Office) somente poderá ser realizado em caráter temporário, por prazo determinado, conforme discricionariedade e conveniência da Administração, admitida a prorrogação fundamentada.

Art. 5º Todas as tarefas e projetos fixados no regime de trabalho remoto (home Office) deverão ser compatíveis com as atribuições do cargo do servidor, com a competência de sua unidade de trabalho e com o regime não presencial.

Art. 6º A prestação de serviços em regime de trabalho remoto deverá ser formalizada por meio de abertura de processo administrativo e autorizada pela chefia imediata na pessoa do secretário da pasta sendo submetida à autorização expressa do Prefeito do Município e na sua ausência agindo em sua determinação pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º A execução de trabalho externo não caracteriza, de forma isolada, atividade em regime permanente de trabalho remoto (home Office) observado às regras e disposições contidas neste Decreto.

Parágrafo único. Considera-se trabalho externo, para os fins deste Decreto, as ações que, por sua própria natureza, podem ser desenvolvidas fora das dependências da unidade de trabalho, como reuniões, audiências, vistorias, fiscalização, e demais atividades desenvolvidas fora das dependências físicas da Prefeitura Municipal, Secretarias e Autarquias.

Art. 8º O exercício das atribuições do cargo em regime de teletrabalho não constitui direito subjetivo do servidor, podendo a autorização ser revogada a qualquer tempo, observadas as regras e condições fixadas neste Decreto.

Art. 9º A adesão ao regime de trabalho remoto (home Office) será sempre facultativa, conforme necessidade do órgão e interesse/disponibilidade do servidor, respeitado sempre o interesse público, discricionariedade e conveniência da autoridade superior.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 10. Poderá atuar em regime de trabalho remoto (home Office), o servidor que execute atividades em meios físicos ou eletrônicos, compatíveis com a prestação do serviço de forma remota.

Art. 11. A autoridade competente, na verificação da conveniência e oportunidade da prestação de trabalho remoto deverá observar as peculiaridades das atividades e do órgão ou entidade e as capacidades desenvolvidas pelo servidor para:
I - organização: capacidade de estruturar suas atribuições, estabelecendo prioridades;
II - autonomia: capacidade de atuar com disciplina e comprometimento sem acompanhamento presencial;
III - orientação para resultados: capacidade de atentar aos objetivos e trabalhar para alcançá-los, observados sempre os prazos previamente estabelecidos;
IV - controle de qualidade: capacidade de avaliar criticamente o trabalho realizado e alcançar com qualidade os objetivos fixados; e
V - integração do trabalho: capacidade de alinhar tarefas individuais com a equipe e chefia, tornando o trabalho mais efetivo e sem sobreposição e/ou retrabalho.
Art. 12.Não poderá realizar trabalho remoto o servidor:
I - que desempenha suas atividades no atendimento ao público externo e interno ou outras atividades em que a presença física seja indispensável;
II - ocupantes exclusivamente de cargo em comissão de direção, exceto quando devidamente motivado sua necessidade;
III - que tenha incorrido em falta disciplinar grave, apurada mediante procedimento de sindicância ou processo administrativo disciplinar; e
IV - servidores que não alcançaram nota suficiente na avaliação de desempenho no ano anterior à data de solicitação e/ou a participação do regime de trabalho remoto não foi a contento.
Parágrafo único. Os servidores ocupantes de cargo comissionado de assessoramento e de chefia, poderão fazer o regime de teletrabalho, devendo o Secretário da pasta ou equivalente, avaliar e autorizar, sempre primando pelo interesse público e desenvolvimento eficaz de suas atribuições.
Art. 13.É vedado ao servidor utilizar-se de mão de obra de terceiros, servidores ou não, com ou sem remuneração, para executar suas atividades em regime de trabalho remoto (home Office), bem como dar a conhecer a outrem assuntos relativos ao trabalho desempenhado.

CAPÍTLO III
DAS REGRAS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Art. 14. O servidor autorizado a prestar serviço em regime de teletrabalho (home Office), deverá preencher formulário próprio (modelo anexo a este Decreto), devidamente assinado pelo servidor, chefia imediata e secretário da pasta ou equivalente.
Art. 15.A execução dos serviços no regime de teletrabalho fica condicionada ao estabelecimento de cumprimento:
I - condições para realização de trabalho remoto (home Office);
II - escala de comparecimento presencial quando determinado pelo chefe imediato;
III - período de disponibilidade do servidor à chefia imediata e superior; e
IV - compromisso de realização, pelo servidor de suas tarefas inerentes ao cargo.
Art. 16.A chefia imediata deverá promover a avaliação periódica do regime de trabalho remoto (home Office) fixado para seus servidores, encaminhando ao Secretário Municipal os relatórios mensais do acompanhamento.
Art. 17. A caracterização do cumprimento da jornada no regime de trabalho remoto dar-se-á pela aferição mensal da assiduidade, que consiste na observância, pelo servidor, ao longo do período no cumprimento de suas atribuições, além do comparecimento na unidade de trabalho nos dias e horários estabelecidos pela chefia imediata, do registro de atividades desenvolvidas, da disponibilidade nos períodos acordados e de todas as demais obrigações, à vista da natureza do cargo e das características específicas dos serviços.
Art. 18. Caberá à chefia imediata acompanhar a execução do regime de trabalho remoto (home Office) dos servidores sob sua gestão e adotar as providências pertinentes nas hipóteses de descumprimento de suas atribuições.
Art. 19. A inadequação ao regime de trabalho remoto restará caracterizada quando o servidor descumprir suas atribuições e serviços para o regime de trabalho remoto.
Art. 20. O desempenho inferior ao estabelecido fica configurado quando o servidor, de forma injustificada, não cumpre suas atribuições do cargo, bem como das demais regras e condições do regime de teletrabalho deste Decreto.
Art. 21. O servidor ficará preventivamente impedido de laborar no regime de trabalho remoto enquanto durar a apuração de informação acerca dos indícios de violação às regras e condições do teletrabalho (home Office).
Art. 22. A prestação de serviços no regime de trabalho remoto poderá ser suspensa em razão:
I - por conveniência, discricionariedade da Administração ou necessidade do serviço;
II - da inadequação do servidor ao regime;
III - do desempenho do servidor inferior ao esperado;
IV - da desistência do servidor; e
V - quando houver violação às regras e condições do trabalho remoto (home Office), conforme termos deste Decreto.

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVIDORES EM REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 23. Além das obrigações conforme atribuições do seu cargo, os servidores estarão sujeitos às seguintes condições no regime de trabalho remoto, sem prejuízo da previsão de outras a serem fixadas pela autoridade competente em função das especificidades de cada unidade:
I - estar à disposição da chefia imediata e da equipe, por e-mail, telefone ou qualquer outro meio, pelo período equivalente à jornada de trabalho diária, nos termos da legislação de regência;
II - cumprir a jornada diária de trabalho presencialmente nos dias fixados para comparecimento presencial;
III - cumprir com as metas dos serviços do cargo;
IV - atender à convocação para comparecimento presencial;
V - informar à chefia imediata, sempre que solicitado, o andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar a entrega dos trabalhos sob sua responsabilidade;
VI - dispor da estrutura física adequada e infraestrutura tecnológica mínima necessária à execução dos serviços para o trabalho remoto (home Office), sendo de responsabilidade exclusiva do servidor a sua disponibilização, manutenção e correto funcionamento;
VII - preservar o sigilo dos dados, mediante observância das disposições constantes da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber das normas internas de segurança da informação e demais cautelas pertinentes, seguindo a política de segurança da informação e orientações técnicas específicas da área de tecnologia da informação;
VIII -reunir-se com a chefia imediata para apresentar resultados parciais e finais,proporcionando o acompanhamento da evolução dos trabalhos e o fornecimento de demaisinformações;
IX - responsabilizar-se pelo transporte, guarda conservação e sigilo dos processos e documentos retirados das dependências físicas do Município;
X -manter-se conectado ao e-mail institucional e acessá-lo em todos os dias úteis, para garantir a efetiva comunicação com a chefia imediata e equipe de trabalho; e
XI - dar ciência à chefia imediata, por meio do e-mail institucional, do andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o cumprimento das atividades sob sua responsabilidade, a fim de possibilitar, de forma tempestiva, a avaliação pela chefia quanto à possibilidade de repactuação de atividades.
Art. 24. As metas de desempenho dos servidores no teletrabalho deverão ser superiores às metas previstas para as mesmas atividades em execução nas dependências físicas do órgão.
§ 1º O alcance das metas de desempenho pelos servidores em regime de teletrabalho equivalerá ao cumprimento da respectiva jornada de trabalho.
§ 2º A concretização de volume de trabalho superior à meta inicialmente estipulada pela chefia imediata ou dirigente da unidade não gerará, para qualquer efeito, contagem de horas excedentes de trabalho.
§ 3º O servidor que optar pelo teletrabalho fará jus ao auxílio-transporte nos termos da legislação vigente, exclusivamente nos dias que ocorrer o deslocamento da residência para o trabalho e vice e versa.

CAPITULO V
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Art. 25.O servidor poderá optar por realizar seus serviços em teletrabalho em qualquer local compatível com o cumprimento das normas e condições gerais e específicas fixadas para o regime de home Office, vedada a sua realização nas dependências de órgãos públicos diversos do local de lotação do servidor.
Art. 26. O servidor autorizado à prestação serviços em regime de trabalho remoto deverá providenciar e manter, às suas expensas, as estruturas físicas e tecnológicas para a realização de suas atividades em teletrabalho (home Office), com a utilização de equipamentos adequados e ergonômicos.
Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá ser autorizado o servidor a manter os materiais de trabalho, dentre eles computadores, monitores, dentre outros, em sua residência, devendo, neste caso, assinar termo de cautela e responsabilizando-se integralmente pelos cuidados de manutenção do mesmo.
Art. 27. A disponibilização de acesso remoto aos sistemas eletrônicos do Município de Porto Velho/RO será realizada pela Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI.
Parágrafo único. No caso de problemas relacionados ao acesso e ao funcionamento dos sistemas institucionais, o servidor poderá valer-se do suporte técnico, observado o horário de expediente.
Art. 28. Não compete Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI efetuar a instalação da estação de trabalho na residência do servidor, nem tampouco disponibilizar o acesso à internet e ou realizar manutenção em equipamentos de propriedade do servidor, ainda que utilizados para o trabalho, ficando a cargo e a expensas do servidor em trabalho remoto (home Office).
Art. 29.O servidor, antes do início do trabalho remoto (home Office), assinará formulário de que a instalação em que executará o trabalho atende às exigências deste Decreto e que está ciente de que é sua responsabilidade os manter em pleno funcionamento.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. A inobservância injustificada de requisito ou condição do regime de trabalho remoto poderá ensejar, nos termos definidos na legislação vigente, a caracterização do descumprimento da jornada de trabalho, sujeitando o servidor aos competentes descontos e demais sanções pertinentes ao servidor público.
Art. 31. A autorização para o servidor desenvolver suas atividades em regime de teletrabalho é ato de conveniência e discricionariedade da Administração Pública, tendo preferência dentre os servidores que possam ser concedidas o regime de teletrabalho, os que possuem doenças como hipertenso arterial resistente, hipertensão arterial estágio 3, doença renal crônica, diabetes, dentre outras.
Art. 32. Aos servidores em regime de trabalho remoto (home Office), ficam garantidos todos os direitos e proibições previstos no Regime Jurídico Únicos dos Servidores Públicos, bem como nos Planos de Carreiras e demais legislação municipal.
§ 1º Será assegurado servidor que labore em regime de trabalho remoto (home Office), o direito a todas as licenças e afastamentos concedidos na forma da Lei, bem como o direito de férias, folga eleitoral ou outros afastamentos legais, como se em exercício presencial estivesse.
§ 2º Os efeitos jurídicos do trabalho realizado em home Office, equiparam-se àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta, nas dependências fisicas do Munícipio.
Art. 33. A quantidade diária de servidores laborando em trabalho remoto (home Office), não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do quadro de pessoal do respectivo setor.
Art. 34. O órgão que dispuser sobre o trabalho em home Office poderá regulamentar as condições de trabalho através de portaria interna do órgão e a mesma deverá ser submetida à avaliação do Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual deliberará sobre a necessidade ou não da demanda para fins de publicação.
Parágrafo único. Os casos omissos relativos ao sistema de teletrabalho serão decididos pelo Gestor da Pasta.
Art. 35. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO PARA O REGIME ESPECIAL DE TELETRABALHO

Eu, (nome do servidor), matrícula nº_____, ocupante do cargo efetivo de _____, residente e domiciliado(a) na (endereço), telefone para contato nº (celular e/ou fixo), manifesto minha adesão ao regime especial de teletrabalho parcial comprometendo-me com o que segue:
1. Concordo, expressamente, com o Plano de Trabalho estabelecido e sujeito-me às disposições que disciplinam o teletrabalho nos termos do Decreto Municipal;
2. Observarei os parâmetros da ergonomia, seja quanto às condições físicas ou cognitivas de trabalho, conforme orientações da medicina do trabalho expedidas pelo órgão competente, a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho;
3. Responsabilizo-me pela prevenção e tratamento na ocorrência de possíveis lesões decorrentes da inadequação da estrutura ergonômica do ambiente de trabalho;
4. Declaro ter ciência e possuir infraestrutura de recursos suficientes para a realização do teletrabalho, condizente com as particularidades da minha atividade, restando sob minha responsabilidade prover integralmente, às minhas custas, as despesas pelo fornecimento de infraestrutura tecnológica e de comunicação necessárias à realização do teletrabalho, incluindo telefonia fixa e/ou móvel, internet, hardware, energia elétrica e similares, bem como pelo mobiliário em condições ergonômicas adequadas;
5. Autorizo expressamente o uso de imagens e voz pelo Município, principalmente quando se tratar de produção de atividades a ser difundido em plataformas digitais abertas em que seja utilizado dados pessoais (imagem, voz, nome) ou em material profissional produzido com minha participação;
6. Realizarei minhas tarefas, de forma síncrona ao funcionamento da unidade de lotação, ficando à disposição da chefia e seus pares, para contato imediato, durante o seu período de jornada normal de trabalho.
7. Manterei meus dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos, informando às Chefias de minha lotação o meio que poderá ser utilizado para imediato contato e, também, forma de comunicação pelos demais servidores e cidadãos em geral;
8. Comunicarei à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;
9. Comparecerei à minha unidade de trabalho sempre que convocado pela chefia imediata;
10. Preservarei no âmbito de minha responsabilidade, a segurança e o sigilo necessário em razão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) das informações contidas em processos e documentos sob minha custódia e dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e da comunicação, bem como manter atualizados os sistemas de segurança e institucionais instalados nos meus equipamentos de trabalho;
11. Retirarei processos e demais documentos físicos, nas dependências da unidade, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, respectivos;
12. Executarei pessoalmente as tarefas contidas no Plano de Trabalho, tendo conhecimento da vedação de utilização de terceiros, servidores e empregados públicos ou não para sua execução;
13. Participarei das atividades de orientação, grupos de trabalho, capacitação e acompanhamento ao teletrabalho sempre que determinado pela Administração;
14. As metas foram estabelecidas de forma individualizadas no Plano de Trabalho.
15. O alcance das metas de desempenho e o cumprimento dos prazos fixados, nos termos previstos, equivalerão ao cumprimento da jornada de trabalho para fins de efetividade.
16. Comunicarei previamente a Chefia imediata do local de minha lotação quaisquer dificuldades técnicas e/ou de minha infraestrutura que inviabilize a consecução das atividades remotas dirigindo-me às dependências do órgão para sua execução sem que haja suspensão do fixado no Plano de Trabalho.
17. Tenho conhecimento que o presente Termo de Adesão poderá ser extinto, a qualquer tempo devendo retornar ao regime presencial no prazo estabelecido no Decreto Municipal, mediante:
I – minha solicitação, mediante requerimento próprio;

II – Por descumprimento dos deveres contidos no Plano de Trabalho e Decreto Municipal;

III – Por interesse desta Secretaria.
18- Tenho ciência de que a administração pública não será responsável pelas despesas resultantes do meu retorno ao trabalho presencial, na hipótese em que optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista para minha lotação.
19- Tenho ciência de que o presente Termo poderá ser aditado, por conveniência da Secretaria solicitante, com minha anuência, por meio de Termo Aditivo.
Porto Velho/RO, ____ de _____ de _____.
Servidor (a): ____
Chefia Imediata: _____

ANEXO II
PLANO DE TRABALHO INDIVIDUALIZADO
1.Dados do(a) agente público(a) aderente:

Nome:	
Matrícula:	
Cargo:	
Lotação:	

2. Descrição das atividades a serem desempenhadas:
3. Modalidade e regime de trabalho não presencial:
3.1 Modalidade
( ) Home Office: trabalho não presencial no qual o servidor deve realizar a jornada de trabalho diária integral em horário pré-estabelecido pela Administração Pública, ficando à disposição do Município durante seu horário de expediente para, também, realizar o atendimento ao público interno e externo, por telefone ou por outro meio de comunicação;
( ) Teletrabalho: trabalho não presencial no qual devem ser cumpridas metas de produtividade, sem a fixação de horário específico para o desempenho das atividades;
3.2 Regime
( ) integralmente a distância: as atividades laborais são desenvolvidas integralmente de forma remota, devendo o servidor comparecer à sua unidade de trabalho, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês para receber orientações e acompanhamento da respectiva chefia, salvo ajuste diverso entre esta e o servidor, devidamente justificado e autorizado pelo Comitê Gestor do Home Office e Teletrabalho.
( ) misto: o servidor deve comparecer presencialmente à sua unidade de trabalho no mínimo meio período (04 horas diárias, totalizando 20 horas semanal), conforme escala de revezamento previamente definida pela chefia imediata e conforme carga horária do servidor, cumprindo horário de expediente padrão em tais oportunidades e desenvolvendo atividades à distância durante os demais dias/turnos do período semanal.
( ) misto: outra forma definida pela Chefia imediata, desde que o servidor compareça presencialmente a sua unidade de trabalho no mínimo 20 horas semanal, para servidores que possuem carga horária total de 40 horas semanal, conforme escala de revezamento previamente definida pela chefia imediata, cumprindo horário de expediente padrão em tais oportunidades e desenvolvendo atividades à distância durante os demais dias/turnos do período semanal.
( ) misto: Para servidores que possuírem carga horária inferior a 40 horas semanal, deverá cumprir, presencialmente a sua unidade de trabalho, no mínimo cinquenta porcento (50%) da carga horária, ficando a cargo da Chefia imediata a organização da escala do servidor.
4. No caso de home office, horário de trabalho diário:
( ) Das_____às_____;
( ) Não se aplica.
5. No caso de teletrabalho, a produtividade semanal a ser alcançada:
6. O período de duração do home office ou teletrabalho será pelo prazo determinado de _____.
7. Periodicidade e forma de contato do(a) agente público(a) com a chefia imediata, demais servidores e munícipes, para desempenho das atividades e avaliação do desempenho:
Porto Velho/RO, ____ de _____ de _____.
Servidor (a): _____
Chefia Imediata: _____

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:B7195385

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
LEI Nº 3.302, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o regime de concessão de Naming Rights para os eventos e projetos relacionados às festividades natalinas e outras datas comemorativas no Município de Porto Velho e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regula a concessão de direitos de nomeação (Naming Rights) para eventos, espaços, iniciativas, decorações e atividades relacionadas às festividades natalinas e outras datas comemorativas, como exemplo, a Páscoa, Réveillon (véspera de ano novo), Aniversário da Cidade, Dia das Crianças, Dia das Mães, Dia dos Pais etc., realizadas pelo Município de Porto Velho, inclusive nos espaços institucionais da Câmara Municipal, desde que promovidas ou executadas.

§ 1º Os Naming Rights regulados por esta Lei têm por objetivo fomentar a participação da iniciativa privada, promover o desenvolvimento econômico e otimizar os custos públicos, assegurando o interesse coletivo e o respeito às tradições culturais do Município.

§ 2° Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, no planejamento e execução das festividades previstas nessa Lei, a realização de decorações e ações comemorativas nos espaços físicos da Câmara Municipal de Porto Velho, desde que com anuência da Mesa Diretora e sem qualquer ônus para o Poder Legislativo.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Naming Rights a cessão de direitos de nomeação de eventos, espaços ou iniciativas comemorativas ao setor privado, com contrapartida financeira ou ganhos materiais para o Município;

II – eventos comemorativos: todas as atividades vinculadas à celebração das festividades organizadas ou apoiadas pelo Município, incluindo feiras, decorações públicas, praças temáticas, desfiles e espetáculos; e

III – Administração Pública Municipal: o conjunto de órgãos e entidades da Prefeitura e suas autarquias, fundações e empresas públicas.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 3º A concessão de Naming Rights no âmbito das festividades comemorativas municipais será regida pelos seguintes princípios:

I – transparência: ampla publicidade dos atos e contratos;

II – interesse público: priorização de benefícios à comunidade, especialmente no desenvolvimento dos eventos comemorativos e na preservação das tradições culturais locais;

III – eficiência: busca pela melhor alocação de recursos para maximizar o impacto econômico e social das festividades;

IV – moralidade: vedação à exploração comercial que fira os valores éticos e tradicionais associados às festividades; e

V – participação: realização de consultas à sociedade para avaliações de impacto e adequação cultural.

Art. 4º É vedada a concessão de Naming Rights, no âmbito das festividades comemorativas:

I – a empresas ou entidades envolvidas em práticas contrárias à legislação ou aos direitos humanos;

II – quando o nome proposto for inadequado ou ofensivo, ferindo valores éticos, religiosos ou culturais; e

III – para espaços públicos ou eventos que carreguem significativa identidade simbólica ou histórica, salvo aprovação de consulta pública.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO

Art. 5º A concessão de Naming Rights seguirá um processo público e competitivo, atendendo às seguintes etapas:

I – levantamento do inventário de festividades: a administração pública definirá os espaços e eventos elegíveis para a cessão de nomeação, como:

a) eventos e decorações do Aniversário da Cidade;

b) eventos e decorações de Páscoa (ex.: Rua do Chocolate);

c) eventos e decorações do Dia das Mães;

d) eventos e decorações do Dia dos Pais;

e) eventos e decorações do Dia das Crianças;

f) eventos e decorações de Réveillon (véspera de ano novo);

g) árvore de Natal oficial do município;

h) praça natalina;

i) feiras de artesanato ou gastronomia;

j) desfile de Natal (ex.: Parada de Natal); e

k) outras estruturas ou eventos relacionados.

II – consulta pública: audiências serão realizadas para apresentação das propostas e para ouvir sugestões da sociedade;

III – licitação pública: o processo de seleção dos concessionários será realizado na modalidade de maior oferta, nos termos da legislação municipal aplicável; e

IV – formalização contratual: assinatura do contrato entre o concessionário e o Município, contendo as cláusulas previstas nesta Lei.

Art. 6º O contrato de Naming Rights deverá conter, no mínimo:

I – o prazo de duração da concessão, limitado a 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período, mediante aprovação da administração municipal; e

II – as obrigações do concessionário quanto a:

a) pagamento de contrapartidas financeiras ou realização de investimentos diretos no evento ou espaço cedido; e

b) preservação das características culturais, simbólicas e estéticas do evento comemorativo.

III – as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento; e

IV – cláusulas que garantam a publicidade e transparência na execução do contrato.

Parágrafo único. A administração pública municipal incentivará contrapartidas relacionadas a ações sociais e ambientais associadas às festividades, como doações de cestas básicas, patrocínio a projetos culturais e sustentabilidade ambiental.

CAPÍTULO IV
DA CONTRAPARTIDA E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Art. 7º A receita proveniente da concessão de Naming Rights de iniciativas comemorativas será obrigatoriamente destinada a:

I – custeio das festividades, incluindo infraestrutura e organização administrativa;

II – incentivo a ações culturais e beneficentes vinculadas às comemorações; e

III – manutenção de espaços públicos diretamente relacionados aos eventos comemorativos.

Parágrafo único. Os valores arrecadados e sua aplicação serão divulgados, em detalhes, no portal da transparência do Município.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

Art. 8º Em caso de descumprimento das condições do contrato, serão aplicadas as seguintes penalidades ao concessionário:

I – advertência, em casos de infração leve;

II – multa proporcional ao impacto do descumprimento; e

III – rescisão contratual, acompanhada de proibição de participação em novos certames pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. O concessionário que causar danos à imagem do Município ou às tradições culturais vinculadas às festividades comemorativas será responsabilizado administrativa e judicialmente.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, podendo estabelecer regras complementares para sua execução.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:A65247E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 109/2025 /DEAD/GAB/SEMAD 09 DE SETEMBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n°

19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.° 046/PGM/2020, vinculado ao Processo Eletrônico n.º N.º 00600-00011239/2022-51-e . A referida comissão tem como objetivo assegurar a correta execução dos serviços prestados pela empresa TEKIOS ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 02.606.033/0001-05, referente à Prestação De Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Fornecimento E Reposição De Peças Em Centrais De Ar Split E Aparelhos De Ar Condicionado Tipo Janela.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos para pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
10079863	Juliana Gonçalves das neves Galvão	Gestora	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga De Almeida	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 02 de setembro de 2025 a 02 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025.**

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:E72F48C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1179/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 09 DE SETEMBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o art. 41, inciso I, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, no interesse da Administração, o servidor **PABLO RUIZ MONTANO,** Cadastro nº 250366, ocupante do cargo de **Assistente Administrativo**, do Quadro de Pessoal do Município, da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD/AFASTAMENTO**, para a **Procuradoria Geral do Município - PGM,** a partir de **07/07/2025,** de acordo com o Processo SEI nº 017.000529/2025.

Art. 2º DISPENSAR qualquer Adicional de Incentivo destinado a local de trabalho ou lotação anterior.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:B2E639C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1180/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 09 DE SETEMBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **CASSIO CLEVELAND PRESTES PICANCO,** Cadastro nº 242511, para exercer, no período de **22/09/2025 a 21/10/2025,** o Cargo em Comissão de **Gerente II**, **DAS 05**, da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, em substituição à titular **TAIANA JORGE DE ARAUJO SILVA**, Cadastro nº 1005592, em razão de férias no mesmo período, conforme Processo nº 00600-00039574/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:D9CEEC82

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
ATAS DO PRE3GÃO ELET. N° 90046/2025/SML/PVH--AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES...

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

UNIQUE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n°49.938.521/0001-83**, neste ato representada por seu representante legal, Sr.GUILHERME SANTOS GARCIA, inscrito no CPF n° 035.396.479-45, situada na Rua Paulina Ana Trierweiller Lehmkuhl, nº S/N, Loja 02, cidade de Aguas Mornas – SC, CEP: 88.150-000 doravante denominada CONTRATADA do **Lote 20** ofertando o valor total de **R$ 37.791,00 (Trinta e sete mil, setecentos e noventa e um reais) .**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES,**

CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos
De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

SETMED INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **nº 10.691.481/0001-82**, neste ato representada por seu representante legal, Sra. THAIS VIGUINI TOLENTINO DE SOUZA, inscrito no CPF n° 140.345.897-95, situada na Rua Luiz Rocha, nº 849, Bairro: Eldorado, cidade de Juiz de Fora – MG, CEP: 36.046-205 doravante denominada CONTRATADA dos **ITEM 2** ofertando o valor total de **R$ 44.720,00 (Quarenta e quatro mil, setecentos e vinte reais).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento

impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos
De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

MEDYLOG LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **nº 11.958.200/0001-78** , neste ato representada por seu representante legal, Sra. CLAUDIA MARIA RODRIGUES, inscrita no CPF n°815.358.641-68, situada na Rua 24 (POLO DE MODAS) , nº 40, Quadra QE 40, lote 05, Barirro: Guará II. cidade de Brasília/DF, CEP: 71070-524. doravante denominada CONTRATADA dos **ITENS 10,11 e 16** ofertando o valor total de **R$ 73.887,70 (Setenta e três mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta centavos) .**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o

cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.
IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração

e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.
6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos
De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

LABBRASIL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n°44.462.035/0001-18**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. IAGO DA SILVA ALMEIDA XAVIER, inscrito no CPF n°021.216.251-94, situada na SIA Trecho 17, Rua 08, Lote 170, Sala D, Bairro: Zona Industrial (GUARA), Município de Brasília/DF CEP: 71.200-222 doravante denominada CONTRATADA dos **ITEM 13** ofertando o valor total de **R$ 10.075,00 (Dez mil e setenta e cinco reais).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de

preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade

mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o

cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos
De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

JP CIRÚRGICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n° 23.688.733/0001-66**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHO, inscrito no CPF nºº 043.988.736-43, situada na Rua Artur Alvim, nº 279, Bairro Sagrada Família, cidade de Belo Horizonte /MG, CEP: 31.035-040 doravante denominada CONTRATADA dos **ITENS 3,5,6,7,14 e 15, Lote 18** ofertando o valor total de **R$ 76.677,00 (Setenta e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos
De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:34C7221F

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
ATAS DO PREGÃO ELET. N° 90046/2025/SML/PVH-AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES...

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

FERREIRA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n°50.424.661/0001-12**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. EDUARDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, inscrito no CPF n° 114.089.804-36, situada na Rua Rossini Roosevelt de Albuquerque, nº 53 – Piedade Jaboatão dos Guararapes CEP: 54410-310 doravante denominada CONTRATADA do **Lote 06** ofertando o valor total de **R$ 3.904,00 (Três mil, novecentos e quatro reais).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria

Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL

Fornecedor
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n°26.093.205/0001-52**, neste ato representada por seu representante legal, Sra. CÍNTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM, inscrita no CPF n° 653.223.712-49 , situada na Avenida Transcontinental, nº 1470, Sala 01 – A - Bairro: Casa Preta, Município: JI-PARANÁ, Estado de Rondônia, CEP: 76.907-552, doravante denominada CONTRATADA dos **ITENS 12 e 17, Lotes 1, 2, 4, 9, 11, 13, 14, 16 e 17** ofertando o valor total de **R$ 88.032,43 (Oitenta e oito mil, trinta e dois reais e quarenta e três centavos)**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir

seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.
IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;
f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n° 10.541.396/0001-38** , neste ato representada por seu representante legal, Sr. ESDRAS JÚNIOR JARDIM, inscrito no CPF n° 604.283.502-59, situada na Avenida Transcontinental, Nº 1470 Bairro: Casa Preta, Município: JI-PARANÁ, Estado de Rondônia, CEP: 76.907-552, doravante denominada CONTRATADA dos **Lotes 3, 7, 8, 15 e 19** ofertando o valor total de **R$ 1.796.614,80 (Um milhão, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e quatorze reais e oitenta centavos).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique

as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;
II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do

DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as

ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SMCL/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SMCL/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

CENTRALMIX COMERCIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n°09.222.411/0001-04**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO, inscrito no CPF n° 026.472.712-67, situada na Rua: Doutor Agenor Martins de Carvalho, nº 1635 - Bairro: Agenor de Carvalho - Porto Velho - RO - CEP: 76820-377 doravante denominada CONTRATADA dos **ITEM 4 Lote 12** ofertando o valor total de **R$ 25.489,00 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**
14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.
14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL

Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025/SML/PVH
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

Aos 27 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede Av. 7 de Setembro, n°237, esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SEG/SMCL, Sra. EUMA MENDONÇA TOURINHO inscrita no CPF. Sob o n°350.938.542-04 doravante denominado,ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

BIOSUL PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o **n°05.905.525/0001-90**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. ALEXANDRE ALMADA SOARES NEVES, inscrito no CPF n° 108.228.346-00, situada na Rua São Pedro da Aldeia, nº 799 Galpão 01 - Serra do Curral, cidade de Belo Horizonte – MG, CEP: 30390-021 doravante denominada CONTRATADA dos **ITEM 9 lote 05** ofertando o valor total de **R$ 190.288,00 (Cento e noventa mil, duzentos e oitenta e oito reais).**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preço Permanente – SRPP para eventual aquisição DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES, TESTES RÁPIDOS e OUTROS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES LABORATORIAIS** da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2025,** conforme proposta da Detentora.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações – PNCP e Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM),** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

•

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Atualização periódica no sistema de registro de preços permanente

4.2.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;
b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;

b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;

c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do **ITEM/LOTE**, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do **ITEM/LOTE**, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo **ITEM/LOTE**;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 75 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;

II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado **ITEM/LOTE**, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado **ITEM/LOTE**, e não configura a hipótese do parágrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para seu reinclusão, o previdto no art. 86 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I – requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II – documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) comprovante de transporte de mercadorias;

e) outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1,** o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9.** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido a Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos**,** para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) a justificativa para a alteração pretendida;

c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;

VI - Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento

impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Integram esta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação que regeu o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 90046/2025/SML/PMPV, inclusive seus Anexos,** a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho/RO, 27 de Agosto de 2025

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL

Fornecedor

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:E462A318

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações da Prefeitura do Município de Porto Velho, **TORNA PÚBLICA** a realização do **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA Nº 90076/2025/SMCL/PVH** do tipo **MENOR PREÇO** deflagrado no **Processo nº 00600-00008426/2024-19-e ,** cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO (MEDICAMENTOS) 'FRASCOS E BISNAGAS II' para os itens que resultaram FRACASSADOS/DESERTOS do Pregão Eletrônico nº 015/2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/09/2025 às 10h00min (hora do DF)**. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras UASG: 925172. Modo de Disputa: Aberto. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** www.gov.br/compras; www.portovelho.ro.gov.br. OUTRAS INFORMAÇÕES: Junto à Equipe de Pregão 05, na Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL, localizada na Rua México, nº 341, Bairro Nova Porto Velho - CEP: 76.820-152; Porto Velho – RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h (horário local de RO). E-mail: pregoes.sml@gmail.com. Telefone (69) 3901-6272. **VALOR ESTIMADO: R$ 915.804,90 (NOVECENTOS E QUINZE MIL OITOCENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).**

Porto Velho, 09 de Setembro de 2025.

ANDERSON FREITAS DE LIMA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:BB6F4C50

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
HOMOLOGAÇÃO DE TROCA DE MARCA SRPP 003/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **PORTO VELHO - RO**
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE GASTOS PÚBLICOS - SEG/SMCL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS NÚCLEOS ADMINISTRATIVOS - DGNA

PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEI N° 005.000124/2025- 10
HOMOLOGAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE MARCA DO ITEM 09 – LOTE 09 – **CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML**, ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 003/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025.

O Município de Porto Velho, torna público para conhecimento de todos os interessados, através da Superintendência Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP na qualidade de órgão gerenciador e em observância ao disposto no artigo 81 do Decreto Municipal Nº 18.892/2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Porto Velho, e dá outras providências:

1 – Considerando o Parecer técnico nº 56/2025/DAF/SEMUSA, elaborado pelos servidores do Departamento de Assistência Farmacêutica - DAF, que em resumo aduzem: *"O Medicamento* ***CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML da*** *marca* ***CRISTÁLIA*** *ofertado para a troca de marca, apresenta propriedades farmacológicas (concentração, volume, dosagem, posologia, forma farmacêutico e apresentação)* ***COMPATÍVEIS*** *com a marca* ***UNIÃO QUÍMICA*** *que foi homologada na ata de registro de preço/Pregão Eletrônico mencionado ao norte,* ***não havendo desta forma impedimentos/óbices técnico farmacológico para troca em questão****. Desse modo, sugerimos o* ***DEFERIMENTO PARA A TROCA DE MARCA*** *referente* ao quantitativo de **200 AMPOLAS**do medicamento **CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML**da**Nota de Empenho nº 1584/2025.**

2 – Tendo em vista a pesquisa de preços realizadas na Tabela CMED, referente ao item e marca.

3 – Homologo a alteração da marca do item 09 - lote 09 – **CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML.** da ata de Sistema de Registro de Preços Permanente nº 003/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2025, processo nº 00600.0043468/2024 - 04, para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (MEDICAMENTOS) "INJETÁVEIS IV", com validade da Ata expirando em 02/04/2026, conforme solicitação da detentora:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	NOVA MARCA	VALOR UNITÁRIO LICITADO
09	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML.	Ampola 5 Mililitro	CRISTÁLIA	R$ 2,37

Detentora do item da ata: **PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS COSMÉTICOS LTDA,CNPJ: 05.159.591/0001-68**

Porto Velho-RO, 08 de Setembro de 2025.

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SGP
Matrícula nº 10078170

De acordo:

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Matrícula nº 10078228

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:73D6715C

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n. 1.000/2025, em atendimento ao que dispõe o art. 71, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021;

Considerando o **Pregão Eletrônico n° 90035/2025/SML/PVH – SRPP n° 031/2025**, UASG: **925172**, instaurado no âmbito do **processo administrativo n° 00600-00042823/2024-10-e,** cujo objeto é o **SRP PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (COLCHONETES, HALTERES...), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, visando atender as unidades administrativas participantes e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho**, conforme disposto no Edital de Licitação e seus anexos;
RESOLVE ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado do certame acima identificado em favor das Empresas a seguir elencadas:

•INK FITNESS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS, inscrita no CNPJ sob o n° 45.196.517/0001-36, vencedora dos itens 1,2,4,5,6,7,8,9,10,11,12,17,25,27,28,29,32,41,51,59,60,61,62,63 e 68 ofertando o valor total de R$ 300.685,12 (Trezentos mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e doze centavos);

•CAMPO ATACADO E VAREJO ESPORTIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 40.553.425/0001-42, vencedora dos itens 18,31,36,39,40,48,64,69, ofertando o valor total de R$ 55.893,67 (Cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos);

•INDUSTRIA DE BOLAS TITA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 17.952.607/0001-74, vencedora dos itens 15,16,21,22,23,24,37,42,47,52 e 53 ofertando o valor total de R$ 93.616,00 (Noventa e três mil, seiscentos e dezesseis reais);

•TREVENZA SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 58.613.526/0001-27, vencedora dos itens 26,28,30,35,49,50,54,55,56,57,58 e 70 ofertando o valor total de R$ 40.020,32 (Quarenta mil, vinte reais e trinta e dois reais);

•RMM SPORTS E LAZER, inscrita no CNPJ sob o n° 22.382.705/0001-53, vencedora dos itens 3,19,20 e 66, ofertando o valor total de R$ 35.036,10 (Trinta e cinco mil e trinta e seis reais e dez centavos);

•*G A DA COSTA - ESPORTES LTDA*, inscrita no CNPJ sob o n° 26.290.146/0001-02, vencedora dos itens 33,71 e 72, ofertando o valor total de R$ 40.040,00 (Quarenta mil e quarenta reais);

•T DA S LUSTOSA COMERCIO E SERVICOS, inscrita no CNPJ sob o n° 10.847.885/0001-12, vencedora dos itens 13 e 14, ofertando o valor total de R$ 63.680,00 (Sessenta e três mil, seicentos e oitenta reais);

•AZUL ESPORTES COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 11.633.685/0001-20, vencedora dos itens 34,38,65,67 e 73 ofertando o valor total de R$ 23.643,84 (Vinte e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos);

•LUIZ TADEO DAMASCHI, inscrita no CNPJ sob o n° 01.424.128/0001-45, vencedora do item 45, ofertando o valor total de R$ 3.967,38 (Três mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos);

•CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o n° 36.839.023/0001-31, vencedora dos itens 43 e 44, ofertando o valor total de R$ 53.760,00 (Cinquenta e três mil, setecentos e sessenta reais);

Registra-se, oportunamente, a homologação do resultado do Item 46, restou fracassado pelas razões consignadas na Plataforma Compras.gov.br.

Publique-se, para ciência dos interessados. **Junte-se** cópia aos autos respectivos e dê-se os demais encaminhamentos, na forma da lei.

Porto Velho, 08 de setembro de 2025.

IAN BARROS MOLLMANN
Secretário-Executivo de Licitações - SMCL

MARCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:8394DBF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO - JUSTIFICATIVA N° 22/2025/DSLE/SEMED - PROCESSO Nº 00600-00019679/2025-07

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EMENDA PARLAMENTAR MUNICIPAL
IDENTIFICAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação/SEMED
PARCERIA: Celebração do Termo de Fomento destinado ao conselho escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Broto do Açaí, com o objetivo de manutenção predial da escola.
CNPJ: 09.027.883/0001-06
PROCESSO: 00600-00019679/2025-07
VIGÊNCIA: 01 (um) ano após a liberação do Recurso
REPASSE: R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais)
OBJETO: Apresenta-se o presente termo, a fim de justificar a dispensa de realização de chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto 14.494/2016, para realização de parceria mediante a formalização de Celebração do Termo de Fomento destinado ao Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Broto do Açai - Porto Velho, com objetivo de manutenção predial da escola no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), de Autoria do Vereador José Iracy Macário Barros.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A celebração de parceria por meio de Termo de Fomento justifica-se ser realizada sem chamamento público, visto que os recursos são provenientes de Emenda Parlamentar Municipal, conforme Decreto nº 19.692, de 19 de janeiro de 2024 e, em conformidade ao disposto no art. 29 e art. 31 , inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando
o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) e
Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do Art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no Art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).
RESUMO: A formalização de parceria sem chamamento público, com base na legalidade supracitada, do qual o parlamentar da Câmara Municipal de Porto Velho, realiza a indicação direta a Prefeitura Municipal, neste caso, exclusiva para o Conselho Escolar por intermédioda Secretaria Municipal de Educação, mediante cumprimento de todos os requisitos legais exigidos, conforme proposto em Plano de Trabalho e diante do interesse público, razão disso, a emenda parlamentar destinada a Educação receberá o recurso em questão. Podendoo poder público firmar parceria direta identificada na emenda parlamentar, sem necessidade de chamamento público, observando as demais regras incidentes sobre esta modalidade de repasse de recursos.
Porto Velho, 08 de setembro de 2025.

ANA CAROLINE MELO DE OLIVEIRA
Diretora do Departamento de Suporte Logístico Educacional

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:40635D16

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
PORTARIA Nº 269/DA/GAB/SEMIAS/2025

PORTARIA Nº 269/DA/GAB/SEMIAS/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO VELHO – SEMIAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 00600-00038745/2025-30-e.
RESOLVE: RETIFICAR A PORTARIA Nº266/DA/GAB/SEMIAS/2025
Onde se lê:

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias
Roseli Maria Barbosa	244616	Auxiliar de Serviços Gerais	Distrito de Abunã e Vila da Penha	3 e ½ (três e meia)

Leia-se:

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias
Roseli Maria Messias	244616	Auxiliar de Serviços Gerais	Distrito de Abunã e Vila da Penha	3 e ½ (três e meia)

Porto Velho, 09 de setembro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS
Dec. n°1.690/I de 7/7/2025

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:9EA9BA46

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
AVISO - RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROSPECÇÃO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2025/DIAC/DA/CGAF/SEMUSA

Processo Administrativo nº 005.000412/2025-66

Objeto: Prospecção do mercado imobiliário em Porto Velho, RO, com vistas à futura locação tradicional de imóvel para instalação da Unidade de Saúde da Família Mariana, mediante coleta de propostas técnicas de imóvel

A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, Rondônia, torna público e para conhecimento de que interessar possa, que o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2025/DIAC/DA/CGAF/SEMUSA** resultou na apresentação de 01 (uma) proposta, formalizada pela Razão Social FRANCISLEY PINHEIRO DE SOUZA, **CNPJ: 15.000.048/0001-77.**

Porto Velho, 8 de setembro de 2025.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/I, 2025

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho**, Secretário, em 08/09/2025, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador **0007902** e o código CRC **7715FADC.**

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:5C28489A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,ESPORTE E LAZER- SEMTEL
PORTARIA Nº 125/SEMTEL/2025

Porto Velho-RO, 08 de setembro de 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER – SEMTEL, usando das atribuições legais que lhe é conferida, no artigo 14 da Lei Complementar Municipal nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025.

R E S O L V E:

‘’REVOGAR PORTARIA Nº 17/SEMDESTUR/2025 DE 12 DE MARÇO DE 2025’’

Art. 1º – DESIGNAR os servidores abaixo para compor a Comissão de Fiscalização e Recebimento do **Contrato nº 016/PGM/2020**, que trata dos recebimentos dos serviços de contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de gerenciamento de frota (manutenção automotiva) pertencente ao processo administrativo **nº 00600-00010335/2023-62-e,** e o **Contrato nº 064/PGM/2024** do processo **nº 00600-00025970/2024-25**, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telemetria, rastreamento e monitoramento veicular, **Contrato nº 065/PGM/2024** do processo **nº 00600-00036799/2024-80-e**, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução tecnológica através de comunicação via satélite e comunicação via dados de GPS, para atender a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL. Os servidores designados estão aptos para exercerem a gestão e fiscalização dos referidos contratos conforme a necessidade e atribuições legais pertinentes.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
10078168	RENDERSON SILVA NEVES	PRESIDENTE	SEMTEL
10078964	FELIPE AUGUSTO DE OLIVEIRA VANZELLI	MEMBRO	SEMTEL
10079024	TAIANE SOUZA MARINHO	MEMBRO	SEMTEL

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique – se.

ALEKS PALITOT
Secretário Executivo de Turismo –SEMTEL

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:DE27EE3B

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 21/PGM/2025

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 21/PGM/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA E DA SECRETARIA EXECUTIVA DE SERVIÇOS BÁSICOS-SESB, DE UM LADO, E DO OUTRO, JOSÉ RIBAMAR DA CRUZ LIMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. 7 de Setembro esquina com Av. Farquar, S/N, Centro, CEP n.°. 76801-020, neste ato representado pelas **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA**, aqui representada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura sr. **THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO** e **SECRETARIA EXECUTIVA DE SERVIÇOS BÁSICOS – SESB**, representada pelo Secretário-Executivo Sr. **GIOVANNI BRUNO SOUTO MARINI**, doravante denominado PERMITENTE, e a Sr. **JOSÉ RIBAMAR DA CRUZ LIMA**, doravante denominado **PERMISSIONÁRIO**, resolvem celebrar o presente **Termo de Permissão de Uso**, consoante **Processo Administrativo nº 00600-00009558/2025-49**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objeto permitir o uso, a título precário, do Box 03, localizado na Praça Central de Nova Califonia, medindo 9,98 m² de área, destinado ao exercício de atividade de comércio de vendas de lanches.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1. Em consonância com a legislação vigente, a presente Permissão de Uso é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser rescindida a qualquer tempo, sem indenização de qualquer espécie ou natureza à PERMISSIONÁRIA, sendo que o prazo de utilização do imóvel será de 04 (quatro) anos, contados da data da assinatura do Termo referenciado, que poderá ser renovado, desde que haja a anuência da Secretaria competente, por intermédio de avaliação técnica.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

3.1. A presente Permissão de Uso reger-se-á pela Lei Municipal nº 873 de 16 de dezembro de 2021, que autoriza a permissão de uso de "boxes" de Mercados, Terminal Rodoviário e Mirantes, pela LeiComplementar nº 878, de 17 de dezembro de 2021 que institui o Código Tributário Municipal de Porto Velho.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

4.1. Pela Permissão de Uso e ocupação do espaço público, objeto deste Termo, o PERMISSIONÁRIO pagará ao PERMITENTE o valor correspondente à alíquota prevista na Tabela G, da Lei nº Complementar nº 878/2021 (Tabela G do Anexo I), segundo cálculo da SEMFAZ, a requerimento do PERMISSIONÁRIO.

4.2. O não pagamento da alíquota acima ensejará a rescisão do presente termo de permissão de uso, e a consequente desocupação do espaço público.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a recolher, dentro de 05 (cinco) dias úteis do vencimento de cada mês de utilização do imóvel, ao Banco determinado pelo PERMITENTE, mediante guia, a importância a que se refere à cláusula anterior, sob pena de revogação da permissão.

5.2. O não pagamento no prazo previsto nesta cláusula sujeitará o PERMISSIONÁRIO a juros e multas, ambos calculados sobre a dívida principal, conforme estabelece o art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 878/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL:

6.1. A PERMISSIONÁRIA é obrigada conservar o imóvel, cujo uso lhe é permitido, mantendo-o permanentemente limpo e em bom estado, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe também nas mesmas condições, a sua guarda.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS:

7.1. A PERMISSIONÁRIA não poderá realizar benfeitorias, modificações ou construções no espaço desta Permissão de Uso sem expressa autorização do PERMITENTE.

7.2. Fica estabelecido que qualquer benfeitoria realizada pela PERMISSIONÁRIA no espaço, objeto desta Permissão de Uso, reverterá automaticamente ao Patrimônio do PERMITENTE, sem qualquer indenização ou direito de retenção, podendo o PERMITENTE exigir a devolução do espaço na situação anterior.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Ao PERMITENTE é permitido o direito de exercer, por intermédio do setor competente, fiscalização do local, sempre que julgar necessário.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS:

9.1. O PERMITENTE não se responsabiliza por obrigações eventualmente contraídas pela PERMISSIONÁRIA com relação ao uso do espaço, bem como por danos causados a terceiros, diretamente, como por seus empregados, prepostos ou serviçais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESTRIÇÕES DE USO:

10.1. Além do caráter eminentemente precário de que se reveste esta Permissão de Uso, reconhecido pela PERMISSIONÁRIA, fica a mesma obrigada a:

a) Desocupar o espaço, findo o prazo fixado na Cláusula Segunda;

b) Usar o espaço de acordo com a finalidade descrita na Cláusula Primeira;

c) Não ceder, arrendar, locar, emprestar ou transferir, a qualquer título, o uso do espaço a terceiros.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS:

11.1. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a pagar quaisquer despesas tributárias, tarifas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente termo ou da utilização do imóvel, bem como os decorrentes da atividade para a qual o uso do bem é concedido, inclusive encargos previdenciários e securitários.

11.2. A PERMISSIONÁRIA apresentará ao PERMITENTE, mensalmente, cópia autenticada da guia dos encargos acima descritos, sob pena de revogação do presente Termo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ALVARÁS:

12.1. A PERMISSIONÁRIA fixará, em local visível, os alvarás decorrentes da utilização do imóvel, bem como da atividade descrita na cláusula primeira, sob pena de revogação deste Termo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO:

13.1. Finda a Permissão de Uso, a qualquer tempo, deverá a PERMISSIONÁRIA restituir o espaço ao PERMITENTE em perfeitas condições de uso e conservação. Qualquer dano eventualmente ocorrido será indenizado pela PERMISSIONÁRIA, podendo o PERMITENTE exigir a reposição das partes danificadas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORÇA MAIOR:

14.1. Na ocorrência de força maior ou caso fortuito e dependendo das condições do espaço, assim como na ocorrência de evento que venha impedir a total ou parcial utilização deste nas finalidades para as quais se destina, poderá o PERMITENTE, a seu exclusivo critério:

a) Considerar extinta a Permissão de Uso, sem que a PERMISSIONÁRIA faça jus a qualquer indenização, seja a que título for;

b) Considerar suspenso o prazo estipulado na cláusula segunda, pelo tempo equivalente ao das obras de restauração ou do impedimento de uso, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente termo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REMOÇÃO DE BENS:

15.1. Na hipótese da PERMISSIONÁRIA não devolver o bem na data aprazada, não desocupá-lo ou de se verificar o abandono do imóvel, o PERMITENTE fará a remoção dos bens eventualmente encontrados no Depósito Público Municipal.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RITO PROCESSUAL:

16.1. A cobrança de quaisquer quantias, devidas ao PERMITENTE e decorrentes do presente termo, far-se-á mediante Processo de Execução.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

17.1. A rescisão deste Termo poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

a) Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do PERMITENTE;

b) Amigavelmente, desde que haja conveniência para as partes interessadas, com aviso prévio por escrito, de 90 (noventa) dias ou prazo menor a ser negociado à época da rescisão;

c) Independente de aviso ou notificação prévia, se o PERMITENTE infringir qualquer disposição do presente instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

18.1. Fica a PERMISSIONÁRIA obrigado a:

a) Usar o bem de acordo com as finalidades específicas da Permissão de Uso;

b) Notificar a SEINFRA/SESB, quaisquer ações que impeçam ou causem transtornos à utilização do bem, objeto da Permissão;

c) Manter o bem em perfeito estado de conservação e limpeza;

d) Comprovar o pagamento mensal de todos os tributos, tarifas e contribuições sociais a que está sujeito em face da legislação vigente.

18.2. O descumprimento das obrigações acima mencionadas importará na imediata revogação da permissão de uso.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DAS RESPONSABILIDADES:

19.1 O PERMITENTE poderá, a qualquer tempo, por intermédio de pessoa especializada, fazer inspeção no imóvel objeto desta Permissão de Uso; a PERMISSIONÁRIA, por sua vez, poderá executar as benfeitorias necessárias ao bem a fim de adequá-lo aos seus objetivos, desde que com autorização prévia do PERMITENTE.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

21.1. O presente Termo de Permissão de Uso será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – DOMER e Sítio Eletrônico Oficial do Município (Portal da Transparência).

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e duas testemunhas, dele sendo extraídas quantas cópias forem necessárias para seu fiel cumprimento, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.

Porto Velho/RO, 21 de agosto de 2025.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura-SEINFRA

GIOVANNI BRUNO SOUTO MARINI
Secretário-Executivo de Serviços Básicos – SESB – SEINFRA

JOSÉ RIBAMAR DA CRUZ LIMA
Permissionário

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:9A59AAA9

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 22/PGM/2025

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 22/PGM/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA E DA SECRETARIA EXECUTIVA DE SERVIÇOS BÁSICOS-SESB, DE UM LADO, E DO OUTRO, BEATRIZ CRISTINA ZAPELINI DE MOURA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. 7 de Setembro esquina com Av. Farquar, S/N, Centro, CEP n.°. 76801-020, neste ato representado pelas **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA**, aqui representada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura sr. **THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO** e **SECRETARIA EXECUTIVA DE SERVIÇOS BÁSICOS – SESB**, representada pelo Secretário-Executivo Sr. **GIOVANNI BRUNO SOUTO MARINI**, doravante denominado **PERMITENTE**, e a Sra. **BEATRIZ CRISTINA ZAPELINI DE MOURA**, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, resolvem celebrar o presente **Termo de Permissão de Uso**, consoante **Processo Administrativo nº 00600-00003849/2025-23**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objeto permitir o uso, a título precário, do Box 08, localizado no Mercado Meu Pedacinho de Chão, medindo 7,83 m² de área, destinado ao exercício de atividade de comércio de vendas de alimentação vegetariana.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1. Em consonância com a legislação vigente, a presente Permissão de Uso é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser rescindida a qualquer tempo, sem indenização de qualquer espécie ou natureza à PERMISSIONÁRIA, sendo que o prazo de utilização do imóvel será de 04 (quatro) anos, contados da data da assinatura do Termo referenciado, que poderá ser renovado, desde que haja a anuência da Secretaria competente, por intermédio de avaliação técnica.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

3.1. A presente Permissão de Uso reger-se-á pela Lei Municipal nº 873 de 16 de dezembro de 2021, que autoriza a permissão de uso de "boxes" de Mercados, Terminal Rodoviário e Mirantes, pela Lei Complementar nº 878, de 17 de dezembro de 2021 que institui o Código Tributário Municipal de Porto Velho.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

4.1. Pela Permissão de Uso e ocupação do espaço público, objeto deste Termo, o PERMISSIONÁRIO pagará ao PERMITENTE o valor correspondente à alíquota prevista na Tabela G, da Lei nº Complementar nº 878/2021 (Tabela G do Anexo I), segundo cálculo da SEMFAZ, a requerimento do PERMISSIONÁRIO.

4.2. O não pagamento da alíquota acima ensejará a rescisão do presente termo de permissão de uso, e a consequente desocupação do espaço público.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a recolher, dentro de 05 (cinco) dias úteis do vencimento de cada mês de utilização do imóvel, ao Banco determinado pelo PERMITENTE, mediante guia, a importância a que se refere à cláusula anterior, sob pena de revogação da permissão.

5.2. O não pagamento no prazo previsto nesta cláusula sujeitará o PERMISSIONÁRIO a juros e multas, ambos calculados sobre a dívida principal, conforme estabelece o art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 878/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL:

6.1. A PERMISSIONÁRIA é obrigada conservar o imóvel, cujo uso lhe é permitido, mantendo-o permanentemente limpo e em bom estado, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe também nas mesmas condições, a sua guarda.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS:

7.1. A PERMISSIONÁRIA não poderá realizar benfeitorias, modificações ou construções no espaço desta Permissão de Uso sem expressa autorização do PERMITENTE.

7.2. Fica estabelecido que qualquer benfeitoria realizada pela PERMISSIONÁRIA no espaço, objeto desta Permissão de Uso, reverterá automaticamente ao Patrimônio do PERMITENTE, sem qualquer indenização ou direito de retenção, podendo o PERMITENTE exigir a devolução do espaço na situação anterior.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Ao PERMITENTE é permitido o direito de exercer, por intermédio do setor competente, fiscalização do local, sempre que julgar necessário.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS:

9.1. O PERMITENTE não se responsabiliza por obrigações eventualmente contraídas pela PERMISSIONÁRIA com relação ao uso do espaço, bem como por danos causados a terceiros, diretamente, como por seus empregados, prepostos ou serviçais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESTRIÇÕES DE USO:

10.1. Além do caráter eminentemente precário de que se reveste esta Permissão de Uso, reconhecido pela PERMISSIONÁRIA, fica a mesma obrigada a:

a) Desocupar o espaço, findo o prazo fixado na Cláusula Segunda;

b) Usar o espaço de acordo com a finalidade descrita na Cláusula Primeira;

c) Não ceder, arrendar, locar, emprestar ou transferir, a qualquer título, o uso do espaço a terceiros.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS:

11.1. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a pagar quaisquer despesas tributárias, tarifas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente termo ou da utilização do imóvel, bem como os decorrentes da atividade para a qual o uso do bem é concedido, inclusive encargos previdenciários e securitários.

11.2. A PERMISSIONÁRIA apresentará ao PERMITENTE, mensalmente, cópia autenticada da guia dos encargos acima descritos, sob pena de revogação do presente Termo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ALVARÁS:

12.1. A PERMISSIONÁRIA fixará, em local visível, os alvarás decorrentes da utilização do imóvel, bem como da atividade descrita na cláusula primeira, sob pena de revogação deste Termo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO:

13.1. Finda a Permissão de Uso, a qualquer tempo, deverá a PERMISSIONÁRIA restituir o espaço ao PERMITENTE em perfeitas condições de uso e conservação. Qualquer dano eventualmente ocorrido será indenizado pela PERMISSIONÁRIA, podendo o PERMITENTE exigir a reposição das partes danificadas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORÇA MAIOR:

14.1. Na ocorrência de força maior ou caso fortuito e dependendo das condições do espaço, assim como na ocorrência de evento que venha impedir a total ou parcial utilização deste nas finalidades para as quais se destina, poderá o PERMITENTE, a seu exclusivo critério:

a) Considerar extinta a Permissão de Uso, sem que a PERMISSIONÁRIA faça jus a qualquer indenização, seja a que título for;

b) Considerar suspenso o prazo estipulado na cláusula segunda, pelo tempo equivalente ao das obras de restauração ou do impedimento de uso, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente termo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REMOÇÃO DE BENS:

15.1. Na hipótese da PERMISSIONÁRIA não devolver o bem na data aprazada, não desocupá-lo ou de se verificar o abandono do imóvel, o PERMITENTE fará a remoção dos bens eventualmente encontrados no Depósito Público Municipal.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RITO PROCESSUAL:

16.1. A cobrança de quaisquer quantias, devidas ao PERMITENTE e decorrentes do presente termo, far-se-á mediante Processo de Execução.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

17.1. A rescisão deste Termo poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

a) Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do PERMITENTE;

b) Amigavelmente, desde que haja conveniência para as partes interessadas, com aviso prévio por escrito, de 90 (noventa) dias ou prazo menor a ser negociado à época da rescisão;

c) Independente de aviso ou notificação prévia, se o PERMITENTE infringir qualquer disposição do presente instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

18.1. Fica a PERMISSIONÁRIA obrigado a:

a) Usar o bem de acordo com as finalidades específicas da Permissão de Uso;

b) Notificar a SEINFRA/SESB, quaisquer ações que impeçam ou causem transtornos à utilização do bem, objeto da Permissão;

c) Manter o bem em perfeito estado de conservação e limpeza;

d) Comprovar o pagamento mensal de todos os tributos, tarifas e contribuições sociais a que está sujeito em face da legislação vigente.

18.2. O descumprimento das obrigações acima mencionadas importará na imediata revogação da permissão de uso.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DAS RESPONSABILIDADES:

19.1 O PERMITENTE poderá, a qualquer tempo, por intermédio de pessoa especializada, fazer inspeção no imóvel objeto desta Permissão de Uso; a PERMISSIONÁRIA, por sua vez, poderá executar as benfeitorias necessárias ao bem a fim de adequá-lo aos seus objetivos, desde que com autorização prévia do PERMITENTE.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

21.1. O presente Termo de Permissão de Uso será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – DOMER e Sítio Eletrônico Oficial do Município (Portal da Transparência).

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e duas testemunhas, dele sendo extraídas quantas cópias forem necessárias para seu fiel cumprimento, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.

Porto Velho/RO, 21 de agosto de 2025.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura-SEINFRA

GIOVANNI BRUNO SOUTO MARINI
Secretário-Executivo de Serviços Básicos – SESB/SEINFRA

BEATRIZ CRISTINA ZAPELINI DE MOURA
Permissionário

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:C946B087

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL- SMPDC
PORTARIA Nº. 9/2025/SGG/SMPDC, PORTO VELHO, 08 DE SETEMBRO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 17.353, de 09 de junho de 2021, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 001.000021/2025-81.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 6 ½ (seis e meia) diárias ao servidores abaixo relacionado para deslocar-se à cidade de Rolim de Moura, por meio de transporte terrestre, utilizando viatura oficial da Defesa Civil, com o **objetivo de participar do Estágio Básico de Defesa Civil - EBADEC**, **voltado à capacitação técnica e operacional de agentes municipais.** O curso abordará temas atuais e estratégicos, tais como Defesa Civil, Alertas, Plano Nacional de Enfrentamento à Estiagem Amazônica e Pantanal (PNEAP) e Sistema de Comando de Incidentes (SCI). Também serão tratados os procedimentos essenciais para a elaboração de Planos de Contingência, bem como para a correta decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. O Diretor de Operações além de participar do EBADEC será o condutor da viatura oficial. **No período de 14/09/2025 a 20/09/2025, conforme solicitação constante no Ofício/Memorando/Processo nº 0008140 /2025, de 05/09/2025.**

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias	Auxílio Deslocamento
DANIEL MACIEL BAPTISTA	10079908	Diretor Executivo Administrativo e Operacional	Rolim de Moura	6,5 (seis e meia)	-
NATANAEL CASTRO MOURA	39603	Assistente Administrativo	Rolim de Moura	6,5 (seis e meia)	-
HEGLENO FREITAS DA SILVA	10080075	Assessor de Planejamento e Articulação Interinstitucional	Rolim de Moura	6,5 (seis e meia)	-
ANDRESSA ALVES ROHDE	10079908	Gerente de Divisão de Prevenção e Monitoramento	Rolim de Moura	6,5 (seis e meia)	-

MARCOS BERTI CAVALCANTI
Superintendente Municipal de Proteção e Defesa Civil – SMPDC

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:B4D3E2C5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.403 DE 9 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I

Art. 1° Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), destinados a Especial a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

ESPECIAL:			
POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
03.03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0013.1277	**AQ Veiculo Camionete - FAF**	**Valor**	**Fonte/Recursos**
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	260.000,00	1.621.0000.0000 – Recursos do Exercício Corrente – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS Proveniente do Governo Estadual
TOTAL		**260.000,00**	

Art. 2° O recurso para atendimento do cré i o aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 7 de março de 1964, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	**260.000,00**	

Art. 3° Fica autorizado a inserção deste orçamento nas peças orçamentárias.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor a partir data da sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, em 9 de setembro de 2025

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:C97D1347

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 497/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO,no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 1681-1/SEMAP/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 05 (cinco) diária de campo no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) em favor dos servidores mencionados abaixo, que se deslocarão a campo, entre os dias 9 a 12 de setembro de 2025, a fim de realizarem a fiscalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e demais ações, deslocamento ocorrerá com o veículo oficial Toyota Hilux, placa SLH 6A56. Conforme o Memorando n° 116/SEMAP/2025.

Osmar Araujo Pavan, Sec. Mun. de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, CPF: *.453.***-00; R$ 300,00 (trezentos reais)**

Edina do Amaral Dias, Dir. da Divisão de Atendimentos Agrícolas e Horta, CPF: *.567.***-46; R$ 200,00 (duzentos reais)**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 9 de setembro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:13E268B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 498/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO,no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente,

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 06 (seis) diária com pernoite no valor unitário de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) em favor dos servidores mencionados abaixo, que se deslocarão ao município de Porto Velho/RO, entre os dias 9 a 11 de setembro de 2025, afim de estarem cumprido agenda nos seguintes órgãos, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e Secretária de Estado de Educação (SEDUC), deslocamento ocorrerá com o veículo oficial Toyota Hilux, placa RSW 3F36. Conforme o Memorando n° 199/GP/2025.

Lucas Nunes da Silva, Prefeito, CPF: *.486.***-92; R$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)**

Romildo Mendes Pereira, Motorista, CPF: *.401.***-15; ; R$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)**

Art. 2ºO prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 9 de setembro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:E3AB9297

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
NOTIFICAÇÃO 009/2025

N° 009/2025

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O Município de Primavera de Rondônia nos termos da Lei Federal n. º 9452 de 20 de março de 1997 notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresarias e a Câmara de Vereadores a liberação de crédito na data de 05 de setembro do ano de 2025, no valor de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), depositado no Banco do Brasil na Agência 1181-9, conta corrente 54.612-7, tendo como concedente a Secretaria do Estado da Saúde - SESAU, via processo SEI 0035.001926/2025-81 e Proposta n°07015/2025-02. O presente recurso tem por objeto a aquisição de uma caminhonete cabine dupla 4x4.

Primavera de Rondônia/RO, 09 de setembro de 2025.

LARISSA COUTINHO PEREIRA
Tesoureira

Publicado por:
Larissa Coutinho Pereira
Código Identificador:518ABEB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº71/SEMSAU/2025

PORTARIA Nº71/SEMSAU/2025.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Primavera de Rondônia - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Portaria nº 015/GP/2025**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMSAU/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 15 (quinze) dias de Férias a servidora ,**MARIA ROSA PEREIRA MARTINS -ZELADORA - 40 horas**, matricula 98, período Aquisitivo 02/04/2023a 01/04/2024 período**de gozo 09/09/2025 a 23/09/2025.**

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, Primavera de Rondônia/RO, aos 09 dias do mês de setembrode 2025.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

JAIR GODINHO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
Portaria Nº 015/GP/2025
Decreto 2319/GP/2021

Publicado por:
Welington Cruz Teles
Código Identificador:6B028536

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº179/2025
OBJETO
Contratação de empresa visando o fornecimento de 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, NO TREINAMENTO "DETECÇÃO E COMBATE A FRAUDES NO SETOR PÚBLICO COM USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL", conforme DFD's (Documento de Formalização de Demanda), Estudo

Técnico Preliminar (ETP) e, Memorando n°179/2025, da Unidade de Protocolo, autorizado pelo Presidente desta Casa de Leis.

EMPRESA CONTRATADA

CONTRATADO: INSTITUTO RUI BARBOSA ESCOLA DE GESTAO PUBLICA LTDA **CNPJ Nº:** 28.407.129/0001-38

VALOR

A presente contratação tem o valor total fixado em **R$6.900,00 (seis mil e novecentos reais)**, conforme DFD (Documento de Formalização de Demanda) em anexo e, ETP (Estudo Técnico Preliminar).

Item	Especificação	Un.	Quant.	Valor Unit. R$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, NO TREINAMENTO "DETECÇÃO E COMBATE A FRAUDES NO SETOR PÚBLICO COM USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL".	UN.	06	1.150,00
Valor Total R$				6.900,00

FUNDAMENTO LEGAL

A Lei 14.133/21, de 01 de Abril de 2021, demonstra a possibilidade de inexigibilidade de licitação quando da existência de inviabilidade de licitação, como presente nos dispositivos a seguir (grifo nosso):

Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

III - *C*ontratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

DA RELAÇÃO DOS VEREADORES/SERVIDORES QUE RECEBERÃO OS SERVIÇOS

Nº	NOME	CARGO/FUNÇÃO	ATO NORMATIVO
1	DIOMAR ANTÔNIO CASTOLDI	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
2	EDMATELMA RODRIGUES PINTO	VEREADORA	MANDATO ELETIVO
3	ELISANA SIRIACO DO CARMO	VEREADORA	MANDATO ELETIVO
4	FAGNER DE SOUZA CARDOSO	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
5	RIVELINO DIAS	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
6	ROSELINA MIRANDA MUCHINSKI	VEREADORA	MANDATO ELETIVO

FONTE DE RECURSOS

Os recursos orçamentários financeiros necessários para a execução da contratação ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Câmara Municipal de Rio Crespo-RO;
Código da despesa:	3.3.90.39
Descrição da despesa:	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de contratação de serviço de treinamento e qualificação de pessoal, justifica-se a hipótese de inexigibilidade de licitação.

DESPACHO

REQUISIÇÃO:

Com o exaurimento da fase de julgamento e habilitação do processo administrativo de contração direta mediante inexigibilidade de licitação, encaminho o processo em epígrafe para apreciação da autoridade competente.

REQUISITANTE: _____

MAIKON LUCAS FRESCHA DIAS
Agente de Contratação
Decreto Legislativo Municipal n°015/2022

Registro Digital. (art.7º "caput", da Lei n.941/2021)

AUTORIDADE COMPETENTE DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 71, IV da Lei n. 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente contratação.

ODAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente/Ordenador

Registro Digital. (art.7º "caput", da Lei n.941/2021)

Rio Crespo – RO, 09 de Setembro de 2025.

Publicado por:
Elisângela da Silva Almeida
Código Identificador:17088213

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2351/2025-GAB/PMRC. DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de Rio Crespo, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 1197/2025 de 07/03/2025.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO - SEMGEPLAN	
03.001.00.000.0000.0.000.	Administração e Planejamento Geral	
03.001.08.244.0061.1.151.	TE nº 038701/2023 - Construção Salão de eventos associativos (80.731-1)	
239 4-.4.90.51.00.00	15000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.133,04
Total Suplementação:		**1.133,04**

ANULA

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO - SEMGEPLAN	
03.001.00.000.0000.0.000.	Administração e Planejamento Geral	
03.001.28.846.0000.0.901.	Cumprimento de Sentenças Judiciais	
183-.1.90.91.00.00	15000000 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.133,04
Total Redução:		**1.133,04**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo, em 05/09/2025.

EDER DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:C50E45F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2352/2025-GAB/PMRC. DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de Rio Crespo, **Estado de Rondônia**, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1260/2025 de 04/09/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 6.000,00 (seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO - SEMGEPLAN
03.001.00.000.0000.0.000.	Administração e Planejamento Geral

03.001.04.122.0005.2.005.	Apoio Administrativo da SEMAPLAN	
240 - 3.3.71.70.00.00 15000000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		6.000,00
Total Suplementação:		**6.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO - SEMGEPLAN	
03.001.00.000.0000.0.000.	Administração e Planejamento Geral	
03.001.04.122.0005.2.005.	Apoio Administrativo da SEMAPLAN	
15 - 3.3.90.39.00.00 15000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		6.000,00
Total Redução:		**6.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Crespo, Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

EDER DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:7A864C75

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2353/2025-GAB/PMRC. DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de Rio Crespo, **Estado de Rondônia**, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1257/2025 de 04/09/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 5.560,00 (cinco mil quinhentos e sessenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS	
09.002.00.000.0000.0.000.	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	
09.002.08.244.0031.2.092.	Bloco da Proteção Social Básica (PB-Fixo/SCFV) (59.305-2)	
238 - 3.3.90.48.00.00 16600070 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		5.560,00
Total Suplementação:		**5.560,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS	
09.002.00.000.0000.0.000.	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	
09.002.08.244.0031.2.092.	Bloco da Proteção Social Básica (PB-Fixo/SCFV) (59.305-2)	
155 - 4.4.90.52.00.00 16600070 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.560,00
Total Redução:		**5.560,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Crespo, Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

EDER DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:C3E60DE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
PORTARIA Nº 5012/2025-GAB-PREF. DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

EDER DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Crespo-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

***R* E S O L V E:**

Art. 1º - Nomear ao cargo de **OUVIDORIA MUNICIPAL**, a Sr.ª **MARIA DA PAZ MATOS PEREIRA**, lotada no cargo em comissão no gabinete do prefeito, constante no Art. 1º, da Lei Municipal nº 1.259, de 04 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:36BEB9E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Jamari Comercio E Empreendimentos Ltda

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **Jamari Comercio E Empreendimentos Ltda**, CNPJ nº **13.287.059/0001-54**.com endereço: na **Avenida Jamari, Nº 2349** Bairro: **Setor 01** Município: **Ariquemes** Estado: **RONDÔNIA** CEP: **76.870-163** Telefones: Fone/Fax Setor Licitações: **(69) 3423 - 0823/3536 – 0318** Email: **licite.empreendimentos@gmail.com** representante proprietária **CELIA REGINA DEINA**, Carteira de identidade **RG nº 61431462 SESP/PR**, inscrito no CPF nº**: ***.500.379-****, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a

proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:
3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:
4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:
5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:
7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento

só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.

10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

11.1.1. Greve geral;

11.1.2. Calamidade pública;

11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;

11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.

11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;

11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:

12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.

14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.

14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.

14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

Jamari Comércio De Empreendimentos LTDA - EPP
CNPJ: 13.287.059/0001-54
Representante:
CELIA REGINA DEINA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-
2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
JAMARI COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	13.287.059/0001-54	7 - 11 - 12 - 13 - 14 - 33 - 41 - 42 - 44 - 46 - 49 - 50 - 67 - 73 - 74 - 79 - 80 - 91 - 97 - 112 - 122 - 128 - 132	R$ 45.918,20

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:438630C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Odontomaster Equipamentos Ltda

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ nº **54.860.907/0001-50**. com endereço **Rua Maria Delfina, nº 236, Cinquentenário**, CEP:**30.570-030, Belo Horizonte/MG** - telefone **(31) 3374-6768/ (31) 98106-0649** - email: **odontomasterequipamentosltda@gmail.com**, representante Sócio/Administrador **Cristiano Henrique Rodrigues Cury**, Carteira de identidade RG**: MG-6.066.360**, inscrito no CPF nº**: ***.547.726-****, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.

1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;

1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;

1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:

1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.

1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.

1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:

3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:

5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;

11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

Odontomaster Equipamentos LTDA
CNPJ :5486090700 0150
Representante:
CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA	54.860.907/0001-50	26 - 31 - 86 - 144	R$ 6.275,33

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:082C6013

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: São José Distribuidora Ltda

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **São José Distribuidora Ltda**, CNPJ nº **51.011.574/0001-04**.com endereço na Avenida São Paulo nº 2490 Sala 01, Bairro Centro, CEP 76.963-782, no município de Cacoal/RO Telefone (69) 8137-0001- Setor de Licitação (31) 2522-8202 Email: licitacoes.n.a.nascimento@gmail.com NUBIAFARMACIA@MSN.COM representada por sua sócia administradora **Joana Silva Do Nascimento**, Carteira de identidade nº **933399 SSP-RO**, inscrito no CPF nº ***.255.032-**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:

3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:

5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua

devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;
11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

São José Distribuidora LTDA
CNPJ: 51.011.574/0001-04
Representante:
JOANA SILVA DO NASCIMENTO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
SÃO JOSÉ DISTRIBUIDORA LTDA	51.011.574/0001-04	25 - 58 - 61 - 62 - 76 - 96 - 111 - 135 - 138 - 139	R$ 4.716,77

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:6FE95874

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Covan - Comercio Varejista E Atacadista Do Norte Ltda

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **Covan - Comercio Varejista E Atacadista Do Norte Ltda**, CNPJ nº **02.475.985/0001-37** .com endereço **Avenida Dom Pedro I, n.º 2.678, Setor 5, Jaru / RO**, CEP **76890-000 Telefone: (69) 3521-5181 Celular: (69) 9 8433-3845** email: covan.empenhos.notificacoes@hotmail.com representada por **PAULO PEDRO STOCCO**, Carteira de identidade nº **11.954.605 SSP/SP**, inscrito no CPF nº ***.306.728-**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:
3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:
4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados

à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:
5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:
7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A

partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;
11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

COVAN - Comercio Varejista E Atacadista Do Norte LTDA
CNPJ: 02.475.985/0001-37
Representante:
PAULO PEDRO STOCCO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	02.475.985/0001-37	1 - 32 - 38 - 52 - 56 - 72 - 78 - 81 - 82 - 88 - 89 - 100 - 101 - 113 - 133 - 140 - 142	R$ 41.471,81

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:02DF8D3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Dental Bh Brasil Comercio De Produtos Odonto-Medico-Hospitalar Ltda

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **Dental Bh Brasil Comercio De Produtos Odonto-Medico-Hospitalar Ltda**, CNPJ nº **31.401.798/0001-07**.com endereço Rua Ere, 34 – Andar 2, Bairro Prado - Belo Horizonte/MG CEP: 30411-052 Telefones: Geral (31) 2522-8171 - Setor de Licitação (31) 2522-8202 Email: licita@dentalbhbrasil.com.br representada por sua Sócia Proprietária **Shirlei Valéria Rodrigues Assis**, Carteira de identidade nº **MG.884.758-6 PC/MG**, inscrito no CPF nº ***.721.546-**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:
3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:
4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:
5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata,

incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:
7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;
11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Dental Bh Brasil Comercio De Produtos Odonto-Medico-Hospitalar LTDA
CNPJ: 31.401.798/0001-07
Representante:
SHIRLEI VALÉRIA RODRIGUES ASSIS
Contratada

TESTEMUNHAS:
1-
2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR LTDA	31.401.798/0001-07	2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 9 - 10 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 27 - 28 - 30 - 34 - 35 - 36 - 39 - 40 - 43 - 45 - 47 - 48 - 54 - 55 - 57 - 59 - 60 - 63 - 64 - 65 - 66 - 71 - 75 - 77 - 83 - 84 - 85 - 87 - 92 - 93 - 94 - 95 - 98 - 107 - 109 - 114 - 115 - 116 - 117 - 118 - 119 - 120 - 121 - 123 - 124 - 125 - 126 - 127 - 129 - 131 - 134 - 136 - 137 - 141 - 143	R$ 42.404,52

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:425BCDD5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Centralmix Comercio E Servicos Ltda

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **CENTRALMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA**, CNPJ nº **09.222.411/0001-04**.com endereço na Rua: Doutor Agenor Martins de Carvalho, 1635 - Bairro: Agenor de Carvalho - Porto Velho - RO - CEP: 76820-377 Telefone 69) 99258-37815 / (69) 3226-9414 Email: centralmix@centralmixcomercial.com representado por seu sócio administrador **Matheus Pereira Nascimento**, Carteira de identidade nº **1270028 SESDEC/RO**, inscrito no CPF nº *****.255.032-****, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:
3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:
4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:
5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº

14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:
7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;
11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

Centralmix Comercio E Servicos LTDA
CNPJ: 09.222.411/0001-04
Representante:
MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
CENTRALMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA	09.222.411/0001-04	37 - 130	R$ 20.000,00

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:11F7F625

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Dental Higix Produtos Odontologicos Medicos Hospitalares Eireli

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **Dental Higix Produtos Odontologicos Medicos Hospitalares Eireli**, CNPJ nº **26.240.632/0001-16**. com endereço na Rua Helena Bigaton, 615, Centro,CEP 89888-000 Caibi/SC telefone:(49)3648-0872 WhatsApp: (49)99934-0244 E-mail: dental@higix.com.br representado por sua sócia proprietária **Victória Elis Matos Donini**, Carteira de identidade nº **13250225-0 SSP/PR**, inscrito no CPF nº *****.150.539-****, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:
3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:
4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:
5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;

6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:
7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.

9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;
11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio Crespo
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Dental Higix Produtos Odontologicos Medicos Hospitalares EIRELI
CNPJ: 26.240.632/0001-16
Representante:
VICTÓRIA ELIS MATOS DONINI
Contratada

TESTEMUNHAS:
1-
2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI	26.240.632/0001-16	51	R$ 3.500,00

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:5B08F2CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2025

Processo Administrativo nº 158/2025
Pregão Eletrônico nº. 15/2025
Validade: 12 meses
Contratante: Município de Rio Crespo
Contratada: Itapemed Importadora E Exportadora De Equipamentos Hospitalares

Pelo presente instrumento, o órgão contratante Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **63.761.977/0001-41**, com sede na Rua **Ermelindo Milane, nº 1040, Centro,** neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Muncipal **Sr. Eder da Silva.**nos termos da Lei nº **14.133/2021** e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **15/2025** homologado em **27 de agosto de 2025**, integrante do Processo Administrativo **nº 158/2025** por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve registrar os preços da empresa : **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, CNPJ nº **54.322.844/0001-88**. com endereço na Rua 434, 1603 Casa 01 , Morretes - Itapema - SC CEP: 88.220-000 Telefone: (47) 3430-0788 /(47) 98808-6791 E-mail: itapemedadm@gmail.com representado por seu Sócio/Administrador **Rodrigo Goulart Luchtemberg**, Carteira de identidade nº **FU913119, órgão expedidor DPF/RS**, inscrito no CPF nº *****.968.000-****, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de materiais odontológicos** para atender a as necessidades do órgão contratante por **12 meses** prorrogável conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.
1.2. Do órgão contratante **Prefeitura Muncipal de Rio Crespo**. descritos no "DETALHAMENTO DO OBJETO", anexo a esta ATA;
1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
1.4. Poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços:
1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, na condição de órgão gerenciador.
1.4.2. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, não participantes, desde que autorizada previamente pelo órgão gerenciador e observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 11.462/2023.
1.4.3. A adesão de órgão não participante fica condicionada:

• À manifestação expressa do fornecedor quanto à aceitação;
• Sem prejuízo das obrigações assumidas com o órgão gerenciador;
• Ao quantitativo máximo de 50% dos quantitativos registrados na Ata, salvo disposição diversa no edital.

1.4.4. A autorização da adesão será formalizada por meio de despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, que deverá verificar a regularidade do pedido.
1.4.5. Os contratos decorrentes da adesão serão celebrados diretamente entre o órgão não participante e a empresa detentora da Ata, sendo da exclusiva responsabilidade do órgão aderente a gestão e fiscalização do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
2.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de **12 meses** a partir da data da sua assinatura;
2.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:
3.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:
4.1. A empresa registrada compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório, incluindo, mas não se limitando a:
Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
Certificados de regularidade junto ao FGTS e INSS;
Alvarás de funcionamento e licenças sanitárias, quando aplicável;
Demais documentos comprobatórios de qualificação técnica e econômico-financeira.
4.2. O órgão contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação parcial ou total dos documentos comprobatórios das condições de habilitação e qualificação, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional, conforme previsto no edital.
4.3. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nesta Ata, no edital e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:
5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária, signatária desta Ata, estão detalhados no "Detalhamento do Objeto", anexo a este instrumento.
5.2. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão aqueles vigentes na data da emissão da ordem de fornecimento, independentemente da data efetiva de entrega dos materiais ou serviços.
5.3. Os preços registrados constituem a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais ou serviços objeto desta Ata, incluindo todas as despesas, tais como frete até o local de entrega, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos incidentes.
5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.
5.5. Após o período mencionado no item 5.4, será admitido o reajuste dos preços, conforme índice de correção monetária estabelecido no Edital Licitatório, desde que solicitado formalmente pela DETENTORA e aprovado pelo órgão contratante, observando-se as disposições legais aplicáveis.
5.6. Independentemente do reajuste previsto no item 5.5, os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela parte interessada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);
6.6. A empresa deverá fornecer, juntamente com os produtos, o Termo de Garantia conforme o Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com validade mínima de **12 meses** a partir do recebimento definitivo.
6.7. A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8. Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de liquidação da fatura, conforme estabelecido nesta Ata e nas ordens de fornecimento. A DETENTORA deverá protocolar eletronicamente as faturas, acompanhadas de toda a documentação necessária para a efetivação do pagamento, observando as formalidades legais e contratuais previstas. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto contratado e a verificação da conformidade dos documentos fiscais apresentados. O prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa pela Administração. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, respeitando-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
7.2. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá protocolar a solicitação de forma eletrônica, através do Portal do Município, anexando as devidas certidões, nota fiscal e empenho em formato ".pdf" e preencher os dados bancários da empresa. Para mais informações deverá solicitar auxilio à Divisão de Almoxarifado, através do e-mail **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**
7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
7.5. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito.
7.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 –
Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.
Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.
§ 1° A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.
Art. 2°- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.
§ 2° A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.
7.7 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
7.7.1 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. Além das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:
8.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
8.1.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
8.1.5. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
8.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo não superior a 3 (três) anos."
8.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
8.3.1. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Descumprimento, pela DETENTORA, das condições estabelecidas neste instrumento ou das normas legais aplicáveis;
9.1.2. Recusa injustificada da DETENTORA em assinar contratos de fornecimento ou em retirar notas de empenho nos prazos estabelecidos;
9.1.3. Não aceitação, pela DETENTORA, da redução do preço registrado, nos casos em que este se tornar superior aos praticados no mercado;
9.1.4. Ocorrência de razões de interesse público que justifiquem o cancelamento, tais como:
9.1.4.1. Alterações significativas na política pública que tornem o objeto da ata desnecessário ou inadequado.
9.1.4.2. Restrições orçamentárias supervenientes que inviabilizem a execução dos contratos decorrentes da ata.
9.1.4.3. Identificação de vícios ou irregularidades no processo licitatório que comprometam a legalidade da ata.
9.1.4.4. Necessidade de adequação às novas normas legais ou regulamentares que impactem diretamente o objeto da ata.
9.1.4.5. Situações emergenciais ou de calamidade pública que demandem a realocação de recursos ou a priorização de outras contratações.
9.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços por razões de interesse público será precedido de notificação formal à DETENTORA, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para rescisão de contratos em geral, com as consequências legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:
10.1. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores designados formalmente pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Sendo ele (s): **Elizeu Pessanha de Souza**
10.2. Esses fiscais serão investidos de plenos poderes para:
10.2.1. Recusar materiais ou serviços que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
10.2.2. Promover a liquidação dos documentos de cobrança correspondentes;
10.2.3. Adotar as medidas iniciais cabíveis nos casos previstos nas cláusulas oitava e nona deste instrumento, a serem executadas pelo órgão contratante;
10.2.4. Tomar quaisquer outras providências necessárias para assegurar a perfeita execução do objeto contratado.
10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá, a seu critério, selecionar amostras dos itens fornecidos para realização de exames que verifiquem o cumprimento das condições estabelecidas no edital licitatório. O prazo médio para análise é de até 30 (trinta) dias, sendo as despesas decorrentes desses exames custeadas pelo órgão contratante.
10.4. A rejeição de lotes não justificará atrasos nos prazos de entrega estipulados.
10.5. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.6. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §2º do art. 117 da referida lei.
10.7. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, conforme §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverão, sempre que demandados, dirimir dúvidas e fornecer subsídios para prevenir riscos na execução contratual. As manifestações desses órgãos poderão ocorrer por solicitação direta do fiscal ou por encaminhamento da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:
11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
11.1.1. Greve geral;
11.1.2. Calamidade pública;
11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;
11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO:
12. A contratação dos itens registrados nesta Ata será formalizada por meio de nota de empenho, dispensada a assinatura de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes se comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da presente Ata.
14.2. A contratada declara estar ciente de que, sempre que atuar como operadora de dados pessoais em nome da Administração Pública, deverá tratar os dados exclusivamente conforme as finalidades legítimas e instruções fornecidas pelo órgão contratante, sendo vedado o uso diverso ou a divulgação não autorizada.
14.3. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança relacionado a dados pessoais, devendo colaborar com as medidas necessárias à contenção, investigação e mitigação dos danos.
14.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da LGPD e da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE
Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio crespo, 02 de setembro de 2025

Prefeitura Municipal De Rio CRESPO
CNPJ: 63.761.977/0001-41
Representante:
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

Itapemed Importadora E Exportadora De Equipamentos Hospitalares LTDA
CNPJ: 54.322.844/0001-88
Representante:
RODRIGO GOULART LUCHTEMBERG
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-
2-

ANEXO A ATA DE REGISTRO PREÇO Nº25/2025

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	54.322.844/0001-88	68 - 69 - 70 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106	R$ 2.090,00

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:1AB13769

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2023

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.977/0001-41, com sede à Rua Ermelindo Milani, nº 1040, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ÉDER DA SILVA**, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **LXTEC INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.505.252/0001-14, com sede na Rua Dr. Mário Corrêa, nº 437, Vila Santa Dorotheia, Campo Grande/MS, neste ato representada por seu sócio-diretor, Sr. Uglaybe Fernandes Farias, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, compreendido entre 29 de setembro de 2025 e 29 de setembro de 2026, bem como a ampliação da capacidade de armazenamento em nuvem contratada, que passa de 350 GB para 500 GB, com ajuste proporcional do espaço de backup em nuvem.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A ampliação do espaço contratado justifica-se em razão da taxa de ocupação atual de 58% do ambiente de 350 GB, que configura zona de atenção e acarreta risco iminente de comprometimento das rotinas de backup, da integridade das informações armazenadas e da continuidade do sistema LXProcessos, sendo considerada medida imprescindível para assegurar a regularidade dos serviços públicos e a segurança institucional dos dados do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

Em decorrência do acréscimo de armazenamento, o valor contratual será reajustado na proporção de 21,95% sobre a mensalidade atualmente praticada, passando o contrato a ter o valor unitário mensal de **R$ 1.000,00 (mil reais)**, resultando em valor global de **R$ 12.000,00 (doze mil)** para o período de 12 (doze) meses de vigência.

Parágrafo único. Os pagamentos permanecerão sendo realizados de acordo com as condições previstas na cláusula sexta do contrato original, mediante apresentação de Nota Fiscal e comprovação da regularidade fiscal da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada pelo período de 12 (doze) meses, compreendido entre 29 de setembro de 2025 e 29 de setembro de 2026, permanecendo inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais disposições do Contrato nº 80/2023 e do Primeiro Termo Aditivo, que permanecem em pleno vigor em tudo o que não tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado em extrato no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, para que produza seus regulares efeitos jurídicos, observado o disposto no artigo 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio Crespo/RO, 04 de setembro de 2025.

ÉDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

UGLAYBE FERNANDES FARIAS
Sócio-Diretor – LXTEC Informática Ltda.
Contratada

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:418C2A71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 82/2024

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 82/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 442/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIO CRESPO**, inscrito no CNPJ sob o nº 63.786.990/0001-55, com sede à Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo/RO, neste ato representado pelo(a) Exmo.(a) Prefeito Municipal Eder da Silva**, doravante denominado CONTRATANTE,** e a empresa **SULDONORTE DISTRIBUIDORA LTDA** , inscrita no CNPJ sob o nº **47.774.122/0001-07**, com sede à Rua Jarumirim, nº*305* Nova Esperança CEP: *76.823-020* Porto Velho/RO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **BARBARA LUIZA ALVES FREITAS DA CUNHA**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

• O presente Termo Aditivo tem por objeto a **alteração da marca** do item contratado no **Contrato nº 82/2024**, cujo objeto é Aquisição De Aparelhos E Equipamentos Hospitalares Para O Hospital Municipal Elias De Oliveira Lima (CNES 7177739),

• **Item 02 ANALISADOR DE SANGUE MANUAL: (HEMOGASÔMETRO)**

• passando da marca **AMAMEDICAL** para a marca **VIDA BIOTECNOLOGIA – HAND GASMETER**, conforme justificativa apresentada pela Contratada e parecer técnico favorável emitido pela Administração.

• Ressalta-se que a alteração não compromete as especificações técnicas e a qualidade exigida no processo licitatório, mantendo-se integralmente as condições de desempenho, garantia e funcionalidade do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a alteração contratual para **modificação do objeto** quando necessária à adequação técnica, desde que não haja prejuízo para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato nº 82/2024 e de seus eventuais aditivos anteriores, que não conflitam com o presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as disposições do Contrato originário e de seus aditivos, permanecendo válidas e eficazes em tudo o que não tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Rio Crespo/RO, 03 de setembro de 2025.

Contratante
Prefeitura Municipal de Rio CRESPO
CNPJ Nº 63.761.977-0001/41
Representante:
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Contratada
Suldonorte Distribuidora LTDA
CNPJ Nº 47.774.122/0001-07
Representante:
BARBARA LUIZA ALVES FREITAS DA CUNHA
Empresária (Sócia Proprietaria)

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:CE0025D8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO CONTRATO N° 134/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 134/2025

CONTRATO Nº 134/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5524/2025;
INEXIGIBILIDADE N° 026/2025;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: MEDSAUDE LTDA;
OBJETO: Prestação de serviços médicos e profissionais da saúde, por meio de pessoa jurídica (PJ), para atendimento das unidades de saúde pertencentes ao Município de Rolim de Moura – Rondônia.
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da formalização do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.
ORÇAMENTO: O valor total da contratação não é previamente fixado, tendo em vista que se trata da prestação de serviços médicos sob a forma de plantões. Assim, o montante a ser pago será calculado com base na quantidade de plantões efetivamente realizados pelo

CONTRATADO, conforme a escala acordada entre as partes e os valores previamente ajustados para cada plantão.

Rolim de Moura/RO, 05/09/2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:BA4EF9C6

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 4.668/2025

"Institui, no âmbito do Município de Rolim de Moura, o "JULHO LARANJA", dedicado à conscientização da necessidade do exame ortodôntico anual em crianças de 6 a 12 anos de idade, e dá outras providências".

O PrefeitO DO MUNICÍPIO de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, Inciso I, da Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguin-te;

LEI:

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do Município de Rolim de Moura o mês de "JULHO LARANJA", dedicado à conscientização da necessidade do exame ortodôntico anual em crianças de 6 a 12 anos de idade.

Art. 2º O mês "JULHO LARANJA" tem por objetivo educar e esclarecer a população quanto à importância dos cuidados ortodônticos preventivos e interceptivos, em saúde pública e privada, para crianças de 6 a 12 anos de idade, promovendo a autoestima e bem-estar psicológico, essenciais à saúde integral de crianças e adolescentes.
Parágrafo Único. Para a execução dos objetivos desta Lei, poderão ser firmados convênios e parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 08 de setembro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:06D1032A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS PROVAS DE CONHECIMENTO OBJETIVO E DISCURSIVO SELETIVO Nº 002/2025

A Secretaria Municipal de Educação de Rolim de Moura/RO, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 002/2025, instituído pelo Decreto nº 6.655/2025, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital nº 002/2025 e suas retificações, **publica Resultado das Provas de Conhecimento Objetivo e Discursivo** dos candidatos inscritos para provimento da função de Diretor das Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Rolim de Moura/RO.

Nº	Candidato	Prova Objetiva	Prova discursiva	Nota
1	AGNA CRISTINA CABRAL DE S. APARÍCIO	4,50	1,35	5,85
2	ALESSANDRA DE SOUZA LAGO	6,0	0,96	6,96
3	ANA ILDA PREATO	6,50	1,20	7,7
4	ANA SILVIA DOS SANTOS TORRES	7,25	1,90	9,15
5	CATIA HELENA THON	6,25	1,40	7,65
6	CLAUDIA VANESSA D. DE SOUZA MIGUEL	7,0	1,52	8,52
7	CLEONICE FAQUINETI	6,50	1,0	7,5
8	CLEONICE SANTANA	6,50	1,32	7,82
9	ELBENES FERNANDES DA SILVA PARRALEGO	5,50	1,47	6,97
10	ELISANGELA SILVA DE OLIVEIRA	6,0	0,90	6,9
11	GESLAINE GALDINO DA SILVA	5,0	1,34	6,34
12	ISMAEL BARCELOS	5,0	0,86	5,86
13	IVANIR NUNES CAVALHEIRO DE MELO	7,25	1,37	8,62
14	JACYRA CARDOSO DE LIMA SOUZA	6,25	1,42	7,67
15	JOAO GERSON CARDOSO	6,25	1,20	7,45
16	JOSELENE BOTELHO DO CARMO GUIMARÃES	5,0	0,70	5,7
17	KATIA BARRETO XAVIER DA SILVA	5,0	1,0	6
18	KELLI APARECIDA MACEDO	6,75	1,46	8,21
19	LUCI CARDOSO TEODORO SEO	6,75	2,10	8,85
20	MARCIA LOURENÇO ROCHA	7,0	1,67	8,67
21	MARIA SIDINÉIA ANDRADE DA ROSA	5,75	1,0	6,75
22	MIRIAN MOVIO	7,0	0,88	7,88
23	OLILIAN BATISTA DE LIMA BEKER DE OLIVEIRA	6,75	1,49	8,24
24	REGINA LUIZ PEREIRA	6,25	1,20	7,45
25	ROSANGELA MARIA DE JESUS	7,25	1,45	8,7
26	SANDRA MARIA BUBULA	6,75	1,58	8,33
27	SILVIA GUIMARÃES VIEIRA	6,75	1,39	8,14
28	SOLAINE MARIA LIMA WOLFART TEODORO	6,50	1,58	8,08
29	VANIZ WALBER	6,50	1,51	8,01
30	WAGNER FERRREIRA SOARES	6,75	1,60	8,35
31	ZULEIDE DA SILVA MORETO	6,75	1,92	8,67

Rolim de Moura, datado e assinado eletronicamente

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PARA DIRETORES

Publicado por:
Gracielli Braganca Lima Moreira
Código Identificador:C6C5ADF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESPOSTA AOS RECURSOS INTERPOSTOS POR CANDIDATOS

Dispõe sobre os critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento dos cargos de Diretor das Escolas Públicas Municipais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Rolim de Moura – RO, e dá outras providências.

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 002/2025, no uso de suas atribuições legais, torna pública a decisão acerca da análise dos recursos interpostos pelos candidatos, conforme segue:

Candidato	Assunto do Recurso	Deferimento
J.G.C.	Pontuação da questão nº 24 (prova objetiva)	Indeferido
J.G.C.	Pontuação atribuída às questões discursivas (01 e 02)	Deferido Parcialmente
W. F. S.	Pontuação da questão nº 24 (prova objetiva)	Indeferido
I. B.	Revisão e recontagem dos pontos	Indeferido

Rolim de Moura, datado e assinado eletronicamente.

WANDER BARCELAR GUIMARÃES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Gracielli Braganca Lima Moreira
Código Identificador:79B67DEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DA SESSÃO Nº. 36/2025 - JARI

Ata da Sessão nº. 36/2025, da Junta Administrativa de Recursos de Infrações/JARI, realizada aos nove dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e cinco - (**09/09/2025**), na sede da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, localizada na Av. João Pessoa 4478 – Centro, às 13h40min, conduzida pela presidente, senhora **Gilcineide Pereira de Melo,** e com a presença dos membros, **Iris Damaris Mariel Pires Cardoso, Leci de Souza Braga dos Santos; Elaine Gonçalves Coutinho; Luiz Eduardo Staut; Juliana Pereira da Silva** e **Ester Celoi da Rosa Caliani.**

A presidente agradeceu primeiramente a participação de todos, e logo após prosseguiu com a sessão relativa ao julgamento de infrações de trânsito ocorrida em conformidade com o que estabelece o Código de Transito Brasileiro / CTB. A presidente informou que não foi recebido nenhum recurso na última semana. Nada mais a ser tratado, encerrou-se a reunião.
Rolim de Moura/RO, 09 de Setembro de 2025.

GILCINEIDE PEREIRA DE MELO
Presidente

IRIS DAMARIS MARIEL PIRES CARDOSO
Vice-Presidente

LECI DE SOUZA BRAGA DOS SANTOS
Secretária

ESTER CELOI DA ROSA CALIANI
Membro

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Membro

LUIZ EDUARDO STAUT
Membro

ELAINE GONÇALVES COUTINHO
Membro

Publicado por:
Juliana Pereira da Silva
Código Identificador:406C6DCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE

A Prefeitura Municipal de Rolim de Moura atendendo a previsão legal do § 4°, Art. 9° da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), convida todos os Cidadãos Rolimourenses, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA de Demonstração e Avaliação dos Cumprimentos das Metas Fiscais referente ao **2° Quadrimestre de 2025 a acontecer no dia 24/09/2025 às 09:30 hrs,** no Auditório da Câmara Municipal de Rolim de Moura.

EDSON BAVARESCO DIAS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Juliana Pereira da Silva
Código Identificador:1CE4C85A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 1501/2025

Interessado: Secretaria Municipal de Administração e outros

*Através do presente, homologa **o Pregão Eletrônico nº 038/2025**, do processo licitatório **nº 1501/2025** de Formalização de registro de preços para futura e eventual aquisição de toner, para atender as necessidades das Secretaria participantes, que compõem a administração municipal, conforme detalhamento das empresas vencedoras abaixo relacionadas, considerando o despacho nº 100/2025 da auditoria interna e parecer jurídico nº 243/PGM/2025, valor total de R$ 488.068,49 (quatrocentos e oitenta e oito mil e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos).*

Empresas vencedoras:

Amado Gazel Neto
CNPJ: *61.134.180/0001-99*
Valor: *R$* 1.864,24

New Company Informática Ltda
CNPJ: *05.207.997/0001-79*
Valor: *R$* 86.341,72

DM Licita Comércio e Assessoria Ltda
CNPJ: *46.613.430/0001-80*
Valor: *R$* 19.337,53

Arthur Weissheimer Dantas Avelino
CNPJ: *57.371.145/0001-16*
Valor: *R$* 144.051,00

V. C. da Rocha Distribuidora
CNPJ: *05.808.979/0001-42*
Valor: *R$* 14.924,00

RS Mídia Suprimentos de Informática Ltda
CNPJ: *13.383.196/0001-92*
Valor: *R$* 221.550,00

Rolim de Moura, 09 de Setembro de 2025.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pereira da Silva
Código Identificador:E48BA1A9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTAIRA N.º 099/2025.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/099/GP/2025 DE 08/09/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária ao Vereador **ORIDES BERTACCO NETO**, a deslocar-se a Porto Velho – RO, nos dias 10/09/2025 a 11/09/2025.

Finalidade: Assembleia Legislativa Estado Rondônia, Articulação política - Reforço institucional - Defesa dos interesses da comunidade local - Captação de recursos voltados a melhorias estruturais.
Quantidade Diária: 2 (duas diárias)
Valor: 774,41 x 2 = 1.548,82
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

LEIZA MARIA SOARES
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:58F3EA29

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.° 096/2025.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/096/GP/2025 DE 08/09/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:
Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária ao Vereador **JOSE ROBERTO XAVIER SILVA**, a deslocar-se a Porto Velho – RO, nos dias 10/09/2025 a 11/09/2025.

Finalidade: Assembleia Legislativa Estado Rondônia, Articulação política - Reforço institucional - Defesa dos interesses da comunidade local - Captação de recursos voltados a melhorias estruturais.
Quantidade Diária: 2 (duas diárias)
Valor: 774,41 x 2 = 1.548,82
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

LEIZA MARIA SOARES
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:F4277FE1

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 095/2025.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/095/GP/2025 DE 05/09/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - AUTORIZA a concessão de diária ao Vereador **EDMAR INACIO ROSA**, a deslocar-se a Porto Velho – RO, nos dias 10/09/2025 a 11/09/2025.

Finalidade: Assembleia Legislativa Estado Rondônia, Articulação política - Reforço institucional - Defesa dos interesses da comunidade local - Captação de recursos voltados a melhorias estruturais.
Quantidade Diária: 2 (duas diárias)
Valor: 774,41 x 2 = 1.548,82
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

LEIZA MARIA SOARES
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:B4B580EB

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 097/2025.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/097/GP/2025 DE 08/09/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária ao Vereador **ALCIR DIONISIO SILVA**, a deslocar-se a Porto Velho – RO, nos dias 10/09/2025 a 11/09/2025.

Finalidade: Assembleia Legislativa Estado Rondônia, Articulação política - Reforço institucional - Defesa dos interesses da comunidade local - Captação de recursos voltados a melhorias estruturais.
Quantidade Diária: 2 (duas diárias)
Valor: 774,41 x 2 = 1.548,82
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

LEIZA MARIA SOARES
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:672653C7

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 098/2025.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/098/GP/2025 DE 08/09/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária ao Vereador **ANDERSON RODRIGUES TELLES**, a deslocar-se a Porto Velho – RO, nos dias 10/09/2025 a 11/09/2025.

Finalidade: Assembleia Legislativa Estado Rondônia, Articulação política - Reforço institucional - Defesa dos interesses da comunidade local - Captação de recursos voltados a melhorias estruturais.
Quantidade Diária: 2 (duas diárias)
Valor: 774,41 x 2 = 1.548,82
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

LEIZA MARIA SOARES
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:60115145

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
ADENDO MODIFICADOR DE ALTERAÇÃO NA DESCRIÇÃO DO OBJETO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO MODIFICADOR DE ALTERAÇÃO NA DESCRIÇÃO DO OBJETO DO AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados no Pregão **49/2025**, Processo nº **948/2025**, OBJETO; **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, SENDO AQUISIÇÃO DE ADESIVO GRÁFICO PARA PLOTAGEM DE VEÍCULO MODELO FIORINO, MARCA FIAT, MODELO DE PLOTAGEM CMYK**, que ocorreram alterações no objeto do aviso de licitação.

Onde se lê no aviso de licitação: "OBJETO; REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E AQUISIÇÃO INTEGRADA DE MATERIAIS GRÁFICOS E ESPORTIVOS PARA CONSUMO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FAIXAS ADESIVAS, FOLDERS, INFORMATIVOS, CARIMBOS, CRACHÁS, TROFÉUS, CANETAS, COPOS, TAÇAS PERSONALIZADAS, ENTRE OUTROS ITENS)."
Leia se: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, SENDO AQUISIÇÃO DE ADESIVO GRÁFICO PARA PLOTAGEM DE VEÍCULO MODELO FIORINO, MARCA FIAT, MODELO DE PLOTAGEM CMYK."

São Felipe D'Oeste, dia 08 de setembro de 2025.

SILMAR RODRIGUES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:866F55D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA CONFECÇÃO DE MANILHAS EM CONCRETO Nº 001/2025

AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA CONFECÇÃO DE MANILHAS EM CONCRETO nº 001/2025

O MUNICÍPIO **DE SÃO FELIPE D'OESTE–RO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 84.745.389/0001-94, com sede na Av. Theodoro Rodrigues da Silva, n° 667, Centro na cidade de São Felipe d'Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Prefeito, **SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 563.627 SSP-RO e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.774.697-82, vem **AUTORIZAR** que seja efetuada a confecção de manilhas em concreto no espaço público onde funcionava a antiga oficina municipal pela empresa **RAMOS CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.043.851/0001-09, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, nº 3617 na cidade de Alta Floresta d'Oeste, Estado de Rondônia.
Tal autorização tem por escopo facilitar o fabrico e armazenamento das manilhas que serão utilizadas para Construção da Drenagem Urbana com tubos de concreto na Avenida Jorge Teixeira com a Travessa Americana, objeto de melhorias de infraestrutura urbana em atendimento a Transferências Especiais – Investimento Programa 09032023-2 e Plano de Ação nº 038694.
A presente Autorização está condicionada a instalação de um Padrão de Energia Elétrica em nome da empresa Autorizada que será responsável pelo consumo e pagamento das despesas de energia elétrica para a fabricação das manilhas enquanto perdurar tal autorização que será de no máximo 90 (noventa) dias.
Por ser expressão da verdade e para que surta os efeitos legais, assino a presente Autorização.

São Felipe d'Oeste, RO, 09 de setembro de 2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito de São Felipe D' Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:0DE468BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
LEI Nº. 1616 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Lei nº. 1616 de 09 de Setembro de 2025.

SÚMULA: "Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado no valor de R$ 400.000,00 – Increm. Temporário Serv. APS – SEMUSA e dá outras providências".

O Prefeito do Município de São Felipe D ´Oeste/RO, Sr. Sidney Borges de Oliveira, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionado a seguinte:
LEI MUNICIPAL

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal Crédito Especial por Recurso Vinculado no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) referente a Incremento Temporário ao Custeio Serv. de APS – FNS - Proposta nº 36000651978202500/2025 e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:
Suplementação
05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001. GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.10.301.0013.1.410 Increm. Temp. Custeio Serv. APS – FNS Proposta nº 36000651978202500/2025
33.90.30.00 Material de Consumo R$ 200.000,00
33.90.39.00 Outros Sv. De Terc. Pessoa Jurídica R$ 200.000,00
Total R$ 400.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Recurso Vinculado (Provável Excesso de Arrecadação)**, conforme anexo TC-18 da Inst. Normativa nº 13/TCERO-2024, em consonância com o disposto no **art. 43 da Lei 4.320/64.**
Receita:
17.13.50.11 SUS Custeio – Increm. Temp. Custeio Sv. Atenção Básica R$ 400.000,00

Art. 3º - Fica automaticamente alterado parcialmente o PPA de 2025 bem como a LDO para o exercício orçamentário vigente, referente ao crédito anteriormente mencionado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D'Oeste-RO, aos Nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (09/09/2025).

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito de São Felipe D'Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:EECB26E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
LEI Nº. 1617 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Lei nº. 1617 de 09 de Setembro de 2025.

SÚMULA: "Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado no valor de R$ 114.104,00 – SUS Fed. Investim. Estrut. Unidade de Atenção Primária – SEMUSA e dá outras providências".

O Prefeito do Município de São Felipe D ´Oeste/RO, Sr. Sidney Borges de Oliveira, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionado a seguinte:
LEI MUNICIPAL

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal Crédito Especial por Recurso Vinculado no valor de R$ 114.104,00 (Cento e Quatorze mil cento e quatro reais) referente a SUS Federal Investimento em Estruturação da Atenção Primária – FNS - Proposta nº 11295659000125002 e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:
Suplementação
05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001. GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.10.301.0013.1.411 SUS Federal Investimento em Estruturação da Atenção Primária – FNS - Proposta nº 11295659000125002
44.90.52.00 Equip. E Mat. Permanente R$ 114.104,00

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Recurso Vinculado (Provável Excesso de Arrecadação)**, conforme anexo TC-18 da Inst. Normativa nº 13/TCERO-2024, em consonância com o disposto no **art. 43 da Lei 4.320/64.**
Receita:
24.11.51.11 Transfer. Do SUS – Bloco Investim. Atenção Básica R$ 114.104,00

Art. 3º - Fica automaticamente alterado parcialmente o PPA de 2025 bem como a LDO para o exercício orçamentário vigente, referente ao crédito anteriormente mencionado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D'Oeste-RO, aos Nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (09/09/2025).

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito de São Felipe d'Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:BA072260

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
NORMATIVA Nº 05/2025

NORMATIVA Nº 05/2025

SÚMULA: "Institui o Sistema Próprio de Avaliação da Aprendizagem dos Estudantes da rede municipal de Ensino e dá outras providências.

Capítulo I – Da Fundamentação e Objetivos
Art. 1º – Fica instituído, no âmbito da rede municipal de ensino, o Sistema Próprio de Avaliação da Aprendizagem dos Estudantes, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normativas do Sistema de Ensino.

Art. 2º – O presente Sistema tem como objetivos:
I – assegurar a avaliação diagnóstica, formativa e processual contínua da aprendizagem;
II – subsidiar as práticas pedagógicas, permitindo intervenções adequadas;
III – identificar o nível de desenvolvimento das habilidades de leitura em Língua Portuguesa e das habilidades em Matemática;
IV – orientar estratégias de recuperação, reforço e enriquecimento da aprendizagem;
V – contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais da instituição.

Capítulo II – Da Organização do Processo Avaliativo

Art. 3º – A avaliação será:
I – Diagnóstica: realizada, no mínimo, em duas oportunidades durante o ano letivo, destinada a verificar conhecimentos prévios e o nível de desenvolvimento das habilidades de leitura (testes de procedimentos de leitura em Língua Portuguesa) e/ou Matemática;
II – Formativa: realizada de forma processual e contínua ao longo do período letivo, com feedbacks e registros periódicos, objetivando acompanhar a evolução dos estudantes e orientar intervenções pedagógicas;
III – Somativa: aplicada ao final de etapas ou períodos, com vistas a consolidar os resultados obtidos ao longo do processo.

Art. 4º – Para fins de monitoramento, ficam estabelecidos como instrumentos:
I – testes diagnósticos de leitura em Língua Portuguesa;
II – atividades avaliativas de habilidades matemáticas;
III – registros descritivos e relatórios de progresso;
IV – observação sistemática e portfólios de aprendizagem.

Capítulo III – Da Implementação

Art. 5º – A Secretaria Municipal de Educação comprova a implementação do presente Sistema por meio de:
I – registros institucionais das avaliações já realizadas no corrente ano letivo;
II – atas pedagógicas e relatórios de acompanhamento;
III – banco de dados com os resultados das avaliações diagnósticas e formativas aplicadas;
IV – plano de ação pedagógica para intervenções e recuperação da aprendizagem.

Art. 6º – A aplicação das avaliações diagnósticas ocorrerá, obrigatoriamente:
I – no início do primeiro semestre letivo;
II – no início do segundo semestre letivo;
III – podendo haver aplicação adicional, a critério pedagógico, visando intensificar o acompanhamento.

Capítulo IV – Das Disposições Finais

Art. 7º – O processo avaliativo terá caráter inclusivo, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e as necessidades específicas dos estudantes.

Art. 8º – Esta normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos no ano letivo em curso.

ACIR RIBEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação
São Felipe D'Oeste – RO.

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:EE261D49

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 209/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n. 2676/2025.
Contrato n.209/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada: Monte Com. E Serv. De Construção Ltda.
Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Gêneros alimentícios – Cestas Básicas, para atender as necessidades da pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.
Valor: R$26.925,00 (Vinte e Seis mil e novecentos e vinte e cinco reais).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista, após a entrega dos Gêneros Alimentícios, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada, devidamente comprovados pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.
Prazo: 04(quatro) meses.
Embasamento legal: Ata de Registo de Preço n. 19 do Pregão **Eletrônico nº19/2025** - Proc. Administrativo n.1057/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 03 de setembro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:FB4340C0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIARIAS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
N.º **102/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO., no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação através REQUERIMENTO individual datado de **08/09/2025,**

RESOLVE:

1.Designar a Servidora **Mirian da Silva Marques**, no período de **09 a 13 de setembro** de 2025, para Manaus - AM. O deslocamento será de carona até Porto Velho e ônibus de porto Velho até o destino. Para participar do 3º Encontro da Região Norte de Escolas do Legislativo e dos Tribunais de Contas. Promovido pela ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas), a ser realizado na Assembleia Legislativa do Amazonas nos dias 11 e 12.

2. Conceder ao referido beneficiado, na rubrica orçamentária n.º 33.90.14, **5,0 (cinco)** diárias, fora do Estado, no valor global **R$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais).**

3. Ao final da referida viagem, os Vereadores/servidor deverão comprovar a viagem apresentando relatório de atividades desenvolvidas à Secretaria Geral da Câmara, conforme modelo aprovado na Resolução nº 003 de 22 de junho de 2022, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de estorno do valor aos cofres públicos.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

São Miguel do Guaporé, em **09 de setembro** de 2025.

JAIR SILVA GOMES
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Sonia Boroviec Ferreira
Código Identificador:1EAC3864

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

N.º **102/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO., no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação através REQUERIMENTO individual datado de **08/09/2025,**

RESOLVE:

1.Designar a Servidora **Mirian da Silva Marques**, no período de **09 a 13 de setembro** de 2025, para Manaus - AM. O deslocamento será de carona até Porto Velho e ônibus de porto Velho até o destino. Para participar do 3º Encontro da Região Norte de Escolas do Legislativo e dos Tribunais de Contas. Promovido pela ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas), a ser realizado na Assembleia Legislativa do Amazonas nos dias 11 e 12.

2. Conceder ao referido beneficiado, na rubrica orçamentária n.º 33.90.14, **5,0 (cinco)** diárias, fora do Estado, no valor global **R$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais).**

3. Ao final da referida viagem, os Vereadores/servidor deverão comprovar a viagem apresentando relatório de atividades desenvolvidas à Secretaria Geral da Câmara, conforme modelo aprovado na Resolução nº 003 de 22 de junho de 2022, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de estorno do valor aos cofres públicos.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

São Miguel do Guaporé, em **09 de setembro** de 2025.

JAIR SILVA GOMES
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Sonia Boroviec Ferreira
Código Identificador:789CCF5C

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
PORTARIAS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
N.º **101/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO., no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação através REQUERIMENTO individual datado de **09/09/2025,**

RESOLVE:

1.Designar os Vereador/Servidor **Mario Cezar Gomes Ferreira e Nil Everson Barbosa de Oliveira(motorista)**, nos dias **09 a 12 de setembro** de 2025, para Porto Velho. O deslocamento será em veículo oficial, tendo a viagem como principal objetivo participar do Curso sobre Gestão dos Institutos de Previdência Municipal.

2. Conceder ao referido beneficiado, na rubrica orçamentária n.º 33.90.14, **3,0 (três)** diárias, no valor global e individual de **R$ 1,425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais).**

3. Ao final da referida viagem, os Vereadores/servidor deverão comprovar a viagem apresentando relatório de atividades desenvolvidas à Secretaria Geral da Câmara, conforme modelo aprovado na Resolução nº 003 de 22 de junho de 2022, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de estorno do valor aos cofres públicos.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

São Miguel do Guaporé, em 09 **de setembro** de 2025.

JAIR SILVA GOMES
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Sonia Boroviec Ferreira
Código Identificador:4467C542

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 618/GAB/2025. "DISPÕE DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA DIOMEDES GREGÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Portaria nº 618/GAB/2025.

"DISPÕE DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA DIOMEDES GREGÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;
CONSIDERANDO o contido no requerimento com data de 26 de agosto de 2025 da servidora Diomedes Gregório matrícula, nº 2341, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços diversos - 40 hrs, lotada na Secretaria de Municipal de Educação – SEMED – com à admissão em 08 de março de 2010 conforme termo de posse;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 03 meses (90 dias) de Licença Prêmio referente ao 3º quinquênio do período aquisitivo de 08/03/2020 a 08/03/2025, a ser usufruído a partir do dia 01 de outubro de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, 08 de setembro de 2025.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:B26BF56E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 619/GAB/2025 "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 606/GAB/2025 DE NOMEAÇÃO EM FAVOR DA SENHORA MÔNICA FERNANDES DA COSTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Portaria nº 619/GAB/2025

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 606/GAB/2025 DE NOMEAÇÃO EM FAVOR DA SENHORA MÔNICA FERNANDES DA COSTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;
RESOLVE:
Art. 1º - RETIFICAR, a Portaria nº 606/GAB/2025 que nomeia a senhora MÔNICA FERNANDES DA COSTA apenas no que diz respeito ao PMDA informado:
ONDE LÊ-SE: "PMDA 08";
LEIA-SE: "PMDA 04".
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com data retroativa ao dia 01 de setembro de 2025, revogando os dispositivos em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, 08 de setembro de 2025.

Registra-se,
Cumpre-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:895FBE61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 621/GAB/2025. "DISPÕE DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA LAIDE LEVINDO HENKERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portaria nº 621/GAB/2025.

"DISPÕE DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA LAIDE LEVINDO HENKERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;
CONSIDERANDO o contido no requerimento com data de 08 de setembro de 2025 da servidora Laide Levindo Henkert, matrícula nº 2339, ocupante cargo Auxiliar de serviços diversos - 40 hrs, lotada na Secretaria de Municipal de Educação – SEMED –com à admissão em 08 de março de 2010 conforme termo de posse;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 03 meses (90 dias) de Licença Prêmio referente ao 2º quinquênio do período aquisitivo de 08/03/2020 a 08/03/2025, a ser usufruído a partir do dia 01 de outubro de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, 09 de setembro de 2025.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:732942F9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1170/2025 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1170/2025
b) Licitação Nrº :	71/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Adjudicação :	08/09/2025
e) Objeto da Licitação :	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA O PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, DESTINADO AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, BEM COMO DOS AGENTES POLITICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA POR UM PERÍODO DE 60(SESSENTA MESES).

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ/CPF: 00.360.305/4473-54
Valor Total Adjudicado - R$ 850.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 08 de setembro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:F3C394B0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1170/2025 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1170/2025
b) Licitação Nrº :	71/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação:	08/09/2025
e) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA O PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, DESTINADO AOS SERVIDORES ATIVOS,

	INATIVOS E PENSIONISTAS, BEM COMO DOS AGENTES POLITICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA POR UM PERÍODO DE 60(SESSENTA MESES).

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ/CPF: 00.360.305/4473-54
Valor Total Homologado - R$ 850.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 08 de setembro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:CF9EA10A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 106/DCL/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – SEMAGRI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 483/SEMAGRI/2025.
O VALOR TOTAL PREVISTO: R$ 103.966,70 (cento e três mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 106/DCL/2025**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE TOUROS GENETICAMENTE SUPERIORES PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL GRATUITA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE SERINGUEIRAS-RO**

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 29/09/2025.**

Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 09 de setembro de 2025

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:FE36D439

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/DCL/2025.

Processo Nº 1106/SEMOSP/2025.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE HORAS-MAQUINA PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
INICIO DA DISPUTA SERA NO DIA**: 12/09/2025 ÀS 08h00min-(HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF) FINAL DA DISPUTA ÀS 14h00min - (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).**
VALOR ESTIMADO: R$1.674.064,00 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil sessenta e quatro reais).

Os interessados devem atender a todas as exigências do Termo de Referência, que está disponível para consulta na integra no site: http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes. Os documentos de habilitação e proposta deverão ser enviados na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br ou por e-mail: cplseringueiras@gmail.com até a data e horário especulado na forma prevista neste aviso. Caso não houver interessados, o departamento de compras dará continuidade na aquisição com as cotações de preços dos participantes da pesquisa de preço, sendo julgado pelo critério menor preço ITEM. Maiores informações e esclarecimentos sobre o referido Aviso de abertura de Dispensa serão prestados pela Equipe de Licitações, no Departamento de Compras e Licitações através do e-mail cplseringueiras@gmail.com ou pelo Telefone: (69) 3623-2693/2694.

Seringueiras/RO, 09 de setembro de 2025.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. N°.48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:09D7773E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO 189/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia CNPJ 63.761.993/0001-34
Exercício: 2025
Decreto nº 189/2025 de 05/09/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2199/2025 de 04/09/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 30.074,07 (trinta mil e setenta e quatro reais e sete centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
02.008.15.451.0006.1.409.		C.C 14.659-5 TRANSFERENCIA ESPECIAL INVESTIMENTO PROG-09032024 PA-065427 BLOQUETEAMENTO AV. UNIÃO	
266 - 4.4.90.51.00.00	17060100	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.074,07
Total Suplementação:			**30.074,07**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.01.99.00000000	Fonte: 0	30.074,07
Total da Receita:		**30.074,07**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS , Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:E6A3826F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO 192/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia CNPJ 63.761.993/0001-34
Exercício: 2025

Decreto nº 192/2025 de 05/09/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

A Prefeita Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 2202/2025 de 04/09/2025.**
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
02.004.04.122.0015.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
9- 3.3.90.32.00.00	15000000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	48.200,00
Total Suplementação:			**48.200,00**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
02.004.08.122.0008.2.091.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IGD-SUAS	
22 - 3.3.90.14.00.00	16600080	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
23 - 3.3.90.39.00.00	16600080	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
02.004.08.245.0008.2.113.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PISO BASICO VARIAVEL III EQUIPE VOLANTE	
48 - 3.3.90.93.00.00	16600070	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.200,00
Total Redução:			**48.200,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

SERINGUEIRAS, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:23A88E82

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N°185 /GAB/PMS/2025

DECRETO N°185 /GAB/PMS/2025 SERINGUEIRAS/RO,05 SETEMBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DA SERVIDORA ANGÉLICA DA SILVA NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito do Município de Seringueiras, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei, e

Considerando atestado de vaga emitido pelo município de Ouro Preto do Oeste Rondônia

Considerando o disposto na Lei municipal nº. 048, de 27 de setembro de 1994 a qual institui o Regime Juridico Único dos Servidores Públicos em seu artigo 115, I, onde prevê a cedência de servidores na Lei Municipal n° 628/09,

DECRETA

Art. 1º Fica **AUTORIZADA** a cedência da servidora **ANGÉLICA DA SILVA NETO**, Zeladora, pertencente ao quadro de pessoal dessa Prefeitura, para continuar a exercer suas atividades laborativas no município de Machadinho do Oeste/RO, no período de 15 de Setembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º O ônus da presente cessão será suportado pelo município de Machadinho do Oeste Rondônia

Art. 3º Fica o servidor ciente de que havendo necessidade será convocado para assumir suas atividades no quadro de origem

Art. 4°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:AD0AE84B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N° 186/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia CNPJ 63.761.993/0001-34
Exercício: 2025
Decreto nº 186/2025 de 05/09/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2196/2025 de 04/09/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 38.394,00 (trinta e oito mil trezentos e noventa e quatro reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
02.008.15.451.0006.1.409.		C.C 14.659-5 TRANSFERENCIA ESPECIAL INVESTIMENTO PROG-09032024 PA-065427 BLOQUETEAMENTO AV. UNIÃO	
201 - 4.4.90.51.00.00	27060100	OBRAS E INSTALAÇÕES	38.394,00
		Total Suplementação:	**38.394,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS , Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:B86011AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N° 187/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia CNPJ 11.465.675/0001-22
Exercício: 2025
Decreto nº 187/2025 de 05/09/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2197/2025 de 04/09/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 71.519,72 (setenta e um mil quinhentos e dezenove reais e setenta e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
02.005.10.302.0009.1.404.		C.C 12.025-1 CUSTEIO FAEC ? REDUÇÃO DAS FILAS DE CIRURGIAS (ELETIVAS)	
94 - 3.3.90.30.00.00	16000030	MATERIAL DE CONSUMO	43.519,72
97 - 3.3.90.39.00.00	16000030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00
		Total Suplementação:	**71.519,72**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita: 1.7.1.3.50.21.09.00000000	Fonte: 0	71.519,72
	Total da Receita:	**71.519,72**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS , Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:DCC241B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N° 188/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERINGUEIRAS
Estado de Rodônia

CNPJ 11.465.675/0001-22
Exercício: 2025

Decreto nº 188/2025 de 05/09/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2198/2025 de 04/09/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
02.005.10.302.0009.2.020.		MANUTENCAO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL 15%	
24 - 3.3.90.46.00.00	15000200	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	177.000,00
Total Suplementação:			**177.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
02.005.10.302.0009.2.020.		MANUTENCAO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL 15%	
16 - 3.1.91.13.00.00	15000200	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150.000,00
17 - 3.3.71.70.00.00	15000200	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	27.000,00
Total Redução:			**177.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS , Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:E9B5C6DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N°193/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia CNPJ 63.761.993/0001-34
Exercício: 2025
Decreto nº 193/2025 de 05/09/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2203/2025 de 04/09/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.006.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.006.12.361.0004.2.035.		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDEB 30%	
267 - 3.3.90.14.00.00	15400000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	432.000,00
Total Suplementação:			**432.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito abert pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.5.1.50.01.02.00000000	Fonte: 0	200.000,00
Receita: 1.7.5.1.50.01.05.00000000	Fonte: 0	232.000,00
Total da Receita:		**432.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de s publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS , Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:282EF76C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 195/GAB/PMS/2025

DECRETO Nº 195/GAB/PMS/2025 Seringueiras, 08 de setembro de 2025

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.187/2025, QUE INSTITUI O PROGRAMA HABITACIONAL "HABITA SERVIDOR", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CAPÍTULO I – DA ALTERAÇÃO DA QUADRA E DOS LOTES

Art. 1º Fica alterada a destinação dos lotes do Programa Habitacional "Habita Servidor", sendo destinados os lotes urbanos resultantes do desdobro do **Lote 04 da Quadra 19, em número de 30 (trinta) lotes**, com dimensão aproximada de 7,00m x 22,80m - conforme croqui anexo a este Decreto.

CAPÍTULO II – DA SELEÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 2º A seleção dos beneficiários será realizada por meio de inscrição pública, na forma de edital, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 2.187/2025.

Art. 3º Após a seleção e classificação, será realizado sorteio público para definição da localização dos lotes destinados a cada servidor.

Art. 4º Os servidores contemplados deverão apresentar a aprovação do financiamento habitacional junto a instituição financeira ou cooperativa de crédito, no prazo estabelecido em edital.

§1º O servidor que não apresentar a aprovação do financiamento dentro do prazo perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo classificado do cadastro reserva.

§2º Após a apresentação da aprovação do financiamento, será realizada a habilitação junto à construtora credenciada.

§3º Finalizada a habilitação de todos os servidores, será autorizada a execução da obra.

CAPÍTULO III – DA SELEÇÃO DA CONSTRUTORA

Art. 5º A seleção da construtora responsável pelas obras será realizada mediante processo público, na forma de edital específico.

Art. 6º As construtoras interessadas poderão apresentar um ou mais projetos arquitetônicos padronizados, acompanhados de estimativa de custo, prazos de execução e memorial descritivo.

Art. 7º Será selecionada uma única construtora vencedora, cujo projeto será declarado planta-padrão oficial do Programa, a ser obrigatoriamente adotado por todos os beneficiários.

Parágrafo único. A escolha da construtora vencedora será feita com base em critérios técnicos e objetivos definidos no edital, considerando:
– compatibilidade técnica e urbanística do projeto;
– viabilidade de financiamento habitacional aos beneficiários;
– melhor relação custo-benefício, considerando qualidade e orçamento;
– prazo de execução adequado;
– memorial descritivo dos materiais e acabamentos.

CAPÍTULO IV – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 8º O contrato de execução das unidades habitacionais será firmado diretamente entre cada servidor beneficiário e a construtora vencedora, não havendo qualquer responsabilidade financeira do Município.

Parágrafo único. O Município de Seringueiras atuará exclusivamente como organizador e fiscalizador do Programa, podendo figurar como interveniente anuente nos contratos firmados entre servidores e construtora, para fins de acompanhamento e garantia de conformidade ao Programa.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Município, mediante deliberação da Comissão Municipal do Programa, nos termos da Lei nº 2.187/2025.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:ACCE3EC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**, ARMANDO BERNARDO DA SILVA,** no desempenho de suas atribuições legais, **CONVOCA** os (as) candidatos (as) abaixo relacionados(as), observada a ordem de classificação dos aprovados no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2025, nos termos das Leis Municipais nº 048/94 e 2.182/2025 e demais comunicações de direito, para provimento de Cargos Públicos Temporários do Município de Seringueiras - RO, cujo Resultado Final foi homologado em 04 de setembro de 2025, pelo Decreto nº 182/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM em 05 de setembro de 2025, edição nº 4060, para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Seringueiras - RO, junto ao Departamento de Recursos Humanos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste edital, munidos dos documentos exigidos originais e fotocópias, para tomar posse no seu respectivo cargo e entrar em exercício.

1 – AUXILIAR DE CRECHE - 40 HORAS (EDUCAÇAO)

classificação	Nome do Candidato	Nota
1º	POLIANA FIDELES DA SILVA	100
2º	JOSEANE LIRA DOS SANTOS	100

2 – COZINHEIRA - 40 HORAS (EDUCAÇAO)

classificação	Nome do Candidato	Nota
1º	MARIA TEREZINHA LOPES DA VITORIA	100
2º	ROSILENE MARIA DO VALE	100
3º	GEANE DELOGO FERREIRA	100

3 – ZELADORA - 40 HORAS (EDUCAÇAO)

classificação	Nome do Candidato	Nota
1º	RENILDA GARCIA DA SILVA	100
2º	ADRIANA RUFINO BARBOSA TEIXEIRA	100

3 – MONITOR DE PATIO - 40 HORAS (EDUCAÇAO)

classificação	Nome do Candidato	Nota
1º	ROSANE RIBEIRO DOS SANTOS	65

RELAÇAO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) 01 (uma) foto 3 x 4 atual;
b) Cópia da Carteira de Identidade (RG);
c) Cópia do comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
d) Cópia do Título de Eleitor e quitação eleitoral (comprovante de votação da última eleição);
e) Cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);
f) Cópia da Carteira de trabalho (pagina da foto e pagina dos dados pessoais); ou carteira digital impressa.
g) Cópia do PIS ou PASEP (deverá ser apresentado um comprovante da inscrição);
h) Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais, expedida Justiça Estadual de onde reside nos últimos 5 (cinco) anos;

i) Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedida pelo Foro da Justiça Federal de onde reside nos últimos 05 (cinco) anos;
j) Certidão negativa de débitos TCE-RO.
k) Cópia do Registro no Órgão de Classe (Caso seja pré-requisito para investidura no cargo);
l) Certidão Negativa do Órgão de Classe Competente (declarando se está apto para o exercício da profissão);
m) Cópia da Declaração de Dados bancários; (Comprovante de Conta Bancária Banco do Brasil – caso não possua conta no Banco do Brasil será emitido documento após assinatura do contrato para abertura desta);
n) Cópia de Comprovante de Residência atualizado (conta de água, luz ou telefone, etc.) ou Declaração (reconhecida firma);
o) Cópia da Certidão de nascimento ou, se casado, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável com firma reconhecida em Cartório,
p) CPF e RG do cônjuge.
q) Cópia de Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes (filhos) menores de 21 anos;
r) Cópia do Comprovante de Escolaridade exigido para o cargo, conforme Edital;
s) Atestado de Saúde Ocupacional (A.S.O) emitido por profissional médico.
t) Declaração de Bens e Valores com firma reconhecida em cartório ou assinada e autenticada pela conta gov.br;
u) Declaração que não ocupa cargo ou função pública ou privada que cause incompatibilidade com o cargo a que será nomeado com firma reconhecida em cartório ou assinada e autenticada pela conta gov.br;

Todas as cópias dos documentos deverão ser autenticadas em cartório, ou apresentação do original que será certificada confere com original por membros da contratação.

Seringueiras-RO, 09 de setembro de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:3F02DD0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº369/GAB/PMS/2025

Portaria nº369/GAB/PMS/2025
SERINGUEIRAS-RO, 08 DE SETEMBRO DE 2025.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE

Art. 1° - NOMEAR o **GESTOR** E **FISCAL DO CONTRATO Nº 46/2023** DO **PROCESSO Nº 174/2023**, conforme a Lei Nº 14.133/2021, Art. 117, tendo como os seguintes servidores relacionados abaixo:

Gestor do Contrato: BRUNA INACIO DA SILVEIRA XAVIER
CPF: 012.965.042-04
Fiscal do Contrato: LUANA DOS SANTOS PEDROSO
CPF: 019.936.212-29

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:AAE8345E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº370/GAB/PMS/2025

Portaria nº370/GAB/PMS/2025

SERINGUEIRAS-RO, 08 DE SETEMBRO DE 2025.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE

Art. 1° - NOMEAR o **GESTOR** E **FISCAL DOS CONTRATOS CONFOME LISTADOS ABAIXO:**

CONTRATO	PROCESSO
34/2024	860/2024
25/2024	711/2024
26/2024	712/2024
27/2024	687/2024
10/2024	685/2024
11/2024	660/2024
24/2024	710/2024
23/2024	709/2024
2/2025	199/2025
53/2024	1043/2024
67/2024	1349/2024

conforme a Lei Nº 14.133/2021, Art. 117, tendo como os seguintes servidores relacionados abaixo:

Gestor do Contrato: BRUNA INACIO DA SILVEIRA XAVIER
CPF: 012.965.042-04
Fiscal do Contrato: SABRINA GRACIANO AGOSTINHO
CPF: 003.536.492-01

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Junior Romão de Barros
Código Identificador:C62A1368

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº371/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº371/GAB/PMS/2025 Seringueiras/RO, 09 de Setembro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA AMANDA SANTOS DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **AMANDA SANTOS SILVA**, matrícula **Nº 2223**, portadora do **CPF Nº 041. ***. ***-02** e célula de identidade **RG 1370894 SSDC-RO**, ocupante do cargo de **Assessora de Orientação da Gestão, legalidade e Auditoria** – 40 horas, nomeada conforme a **Portaria N°282/GAB/PMS/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:01485A68

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº372/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº372/GAB/PMS/2025 Seringueiras/RO,09 de setembro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR CASSIO BORGES RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **CASSIO BORGES RODRIGUES**, matrícula **Nº2367**, portador do **CPF 059. ***. ***- 12** e célula de identidade **RG1687663 SSP-RO**, ocupante do cargo de **ASSESSOR DE OBRAS** – 40 horas, nomeado conforme a **Portaria N°248/GAB/PMS/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:A8802C08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº 373/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº 373/GAB/PMS/2025 Seringueiras/RO,09 de setembro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A NOMEÇÃO DO SERVIDOR RONILSON MENDONÇA CAVALHEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Nomeação do servidor **RONILSON MENDONÇA CAVALHEIRO**, portador do **CPF Nº 048.***.***-09** e célula de identidade **RG 1539986 SEDESC/RO**, para ocupar o cargo de **ASSESSOR DE OBRAS** conforme a Lei Municipal N° 2122/2025**.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:83A014EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº374/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº374/GAB/PMS/2025 Seringueiras/RO,09 de setembro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR DEROZ GOMES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **DEROZ GOMES DA SILVA**, matrícula **Nº1820**, portador do **CPF 751. ***. ***- 91** e célula de identidade **RG 785996 SSP-RO**, ocupante do cargo de **Chefe de Gabinete** – 40 horas, nomeado conforme a **Portaria N°054/GAB/PMS/2021.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:964316EA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
EDITAL – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 019-2025

EDITAL – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 019-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 556/2025

O Pregoeiro do Município de Teixeirópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará, na forma dos dispositivos da Lei Federal n°. 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto Municipal 198/2024, **- DISPENSA ELETRÔNICA - Nº 019/2025, que objetiva: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem de águas pluviais do telhado da EMEF Sebastião Amorim da Silva, com fornecimento e instalação de materiais, incluindo rede de tubulação, conexões e execução de contra piso nesta escola da Rede Municipal de Ensino**
Abertura (sessão de disputa de preços). **Dia 12/09/2025 às 08:00h** (horário de Brasília). O valor estimado da contratação é **R$ 40.916,66 (quarenta mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos).** O edital está disponível pelo site https://athus4.teixeiropolis.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/ e www.licitanet.com.br, sala do Departamento de Contratações ou solicitação por e-mail, de segunda a sexta feira das 7h00min às 13h00min. Demais informações telefone **(69)99368-2499, cpl@teixeiropolis.ro.gov.br**, ou na Prefeitura de Teixeirópolis, sala do Departamento de Compras.

Teixeirópolis-RO, 09 de Setembro de 2025.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria N: 0113/2025

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:D83A7739

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 521/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 521/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°22/2025

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO resolve nos termos da lei federal 14.133/21, Decreto 197/GAB/22 e Decreto 200/GAB/22**, REGISTRAR OS PREÇOS.**

ATA Nº098/2025/PMT - FORNECEDOR: **J C RESPLANDE LTDA - CNPJ:** 17.747.568/0001-73 valor total: R$111.207,88 (Cento e onze mil duzentos e sete reais e oitenta e oito centavos).

ATA Nº099/2025/PMT – FORNECEDOR**: E S. INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - CNPJ:** 09.381.459/0001-57 valor total: R$1.289,85 (Mil duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

ATA Nº100/2025/PMT - FORNECEDOR: **ILCARA MARIA DE CASTRO BAILY LTDA - CNPJ:** 29.552.649/0001-05 valor total: R$1.125,00 (Mil cento e vinte e cinco reais).

ATA Nº101/2025/PMT - FORNECEDOR: **SANDRO VILMAR PIRES - CNPJ:** 09.253.952/0001-91 valor total: R$183.280,00 (Cento e oitenta e três mil duzentos e oitenta reais).

ATA Nº102/2025/PMT - FORNECEDOR: **NEW COMPANY INFORMATICA LTDA - CNPJ:** 05.207.997/0001-79 valor total: R$ 177.431,34 (Cento e setenta e sete mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos).

ATA Nº103/2025/PMT - FORNECEDOR: **MVP ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ:** 28.472.036/0002-78 valor total: R$ R$ 26.284,60 (Vinte e seis mil duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).

ATA Nº104/2025/PMT - FORNECEDOR: **ABC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ:** 34.749.515/0001-00 valor total: R$ 6.388,00 (Seis mil trezentos e oitenta e oito reais).

ATA Nº105/2025/PMT - FORNECEDOR: **VIA NACIONAL COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - CNPJ:** 36.063.652/0001-12 valor total: R$ 3.938,00 (Três mil novecentos e trinta e oito reais).

ATA Nº106/2025/PMT – FORNECEDOR**: REPREMIG - REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA- CNPJ:** 65.149.197/0002-51 valor total: R$ 68.121,00 (Sessenta e oito mil cento e vinte e um reais).

ATA Nº107/2025/PMT - FORNECEDOR: **TECPAZ COMERCIAL ATACADISTA E VAREJISTA LTDA - CNPJ:** 39.800.314/0001-04 valor total: R$ R$ 190.170,00 (Cento e noventa mil cento e setenta reais).

ATA Nº108/2025/PMT - FORNECEDOR: **CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA - CNPJ:** 41.947.390/0001-99 valor total: R$ 141.293,94 (Cento e quarenta e um mil duzentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos).

ATA Nº109/2025/PMT - FORNECEDOR: **MICROFORT INFORMATICA LTDA - CNPJ:** 24.675.507/0001-03 valor total: R$ 77.658,00 (Setenta e sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais).
ATA Nº110/2025/PMT - FORNECEDOR: **G.O.S SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - CNPJ:** 30.029.272/0001-85 valor total: R$ 7.359,00 (Sete mil trezentos e cinquenta e nove reais).

ATA Nº111/2025/PMT - FORNECEDOR: **C.H.C. MILHOMENS TECNOLOGIA LTDA - CNPJ:** 42.584.277/0001-59 valor total: R$ 103.109,55 (Cento e três mil cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

ATA Nº112/2025/PMT - FORNECEDOR: **AMENA CLIMATIZACAO LTDA - CNPJ:** 46.368.367/0001-63 valor total: R$ 28.364,40 (Vinte e oito mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

ATA Nº113/2025/PMT - FORNECEDOR: **PRIME SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA - CNPJ:** 37.090.234/0001-87 valor total: R$ 136.402,00 (Cento e trinta e seis mil quatrocentos e dois reais).

ATA Nº114/2025/PMT - FORNECEDOR: **ELTEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E ELETRONICOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ:** 18.828.894/0003-30 valor total: R$ 37.144,15 (Trinta e sete mil cento e quarenta e quatro reais e quinze centavos).

ATA Nº115/2025/PMT - FORNECEDOR: **PLENITUDE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA - CNPJ:** 36.838.236/0001-49 valor total: R$ 114.664,80 (Cento e quatorze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

ATA Nº116/2025/PMT - FORNECEDOR: **4U DIGITAL COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ:** 21.982.891/0002-80 valor total: R$ 33.950,00 (Trinta e três mil novecentos e cinquenta reais).

ATA Nº117/2025/PMT - FORNECEDOR: **J R MACHADO IMP. E EXP - CNPJ:** 53.553.859/0001-94 valor total: R$ 253.200,00 (Duzentos e cinquenta e três mil e duzentos reais).

ATA Nº118/2025/PMT - FORNECEDOR: **M & J REFRIGERAÇÃO LTDA - CNPJ:** 54.638.483/0001-83 valor total: R$ 20.818,81 (Vinte mil oitocentos e dezoito reais e oitenta e um centavos).

ATA Nº119/2025/PMT - FORNECEDOR: **BD INFORMATICA LTDA - CNPJ:** 32.109.914/0001-81 valor total: R$ 194.250,00 (Cento e noventa e quatro mil duzentos e cinquenta reais).

ATA Nº120/2025/PMT - FORNECEDOR: **ALLSET TECNOLOGIA LTDA - CNPJ:** 55.149.591/0002-36 valor total: R$ 21.780,00 (Vinte e um mil setecentos e oitenta reais).

ATA Nº121/2025/PMT - FORNECEDOR: **FRANCIELE ELETRO LTDA - CNPJ:** 47.646.580/0001-52 valor total: R$ 90.300,00 (Noventa mil e trezentos reais).
ATA Nº122/2025/PMT - FORNECEDOR: **SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ:** 51.659.136/0001-49 valor total: R$ 15.312,08 (Quinze mil trezentos e doze reais e oito centavos).

ATA Nº123/2025/PMT - FORNECEDOR: **ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA - CNPJ:** 60.102.937/0001-08 valor total: R$ 6.549,19 (Seis mil quinhentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

ATA Nº124/2025/PMT - FORNECEDOR: **R & R DISTRIBUIDORA DE ELETROELETRONICOS LTDA - CNPJ:** 59.565.097/0001-22 valor total: R$ 299.711,96 (Duzentos e noventa e nove mil setecentos e onze reais e noventa e seis centavos).

ATA Nº125/2025/PMT - FORNECEDOR: **59.963.024 ANA CLARA DOS SANTOS MEZZOMO - CNPJ:** 59.963.024/0001-99 valor total: R$ 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Prazo de Validade: 12 meses.
Obs.: A íntegra das atas, poderá ser obtida no site da
Prefeitura Municipal de Teixeirópolis
https://athus4.teixeirópolis.ro.gov.br/transparencia/processo_licitação/
.

Teixeirópolis/RO, 09 de Setembro de 2025.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria n°113/GAB/2025

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:C45448E4

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE PRORROGAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

TERMO DE PRORROGAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2025, a Prefeitura Municipal de Teixeirópolis, com sede na Rua Afonso Pena, nº 2280, Bairro Centro, CEP 76928-000, inscrita no CNPJ nº 84.722.933/0001-82, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. OSMY TOLEDO, doravante denominada simplesmente ADMINISTRAÇÃO, resolve PRORROGAR as Atas de Registro de Preços abaixo identificadas, com base no art. 84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, nas mesmas condições, conforme segue:

• **Ata de Registro de Preços n. 024/2024/PMT**, firmada com a empresa J. C. Resplande Ltda, inscrita no CNPJ n. 17.747.568/0001-73;
• **Ata de Registro de Preços n. 025/2024/PMT,** firmada com Jean Tales da Costa Silva, inscrito no CNPJ n. 27.252.866/0001-46.
• **Ata de Registro de Preços n. 026/2024/PMT,** firmada com a Empresa Infinity Soluções em Vendas LTDA, inscrita no CNPJ n. 01.076.944/0001-05.
• **Ata de Registro de Preços n. 027/2024/PMT,** firmada com a Produtos Real Norte LTDA, inscrita no CNPJ n. 48.610.759/0001-12.
• **Ata de Registro de Preços n. 028/2024/PMT,** firmada com a Empresa Coco & Krenski LTDA, inscrita no CNPJ n. 32.194.373/00001-37.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
Fica prorrogada, por igual período, a vigência das Atas de Registro de Preços supracitadas, com nova validade até o dia 09 de setembro de 2026, mantendo-se todos os termos e condições originalmente pactuados.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Nos termos do art.84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, esta prorrogação encontra-se tecnicamente justificada pelos seguintes fundamentos:

• Continuidade do fornecimento: Os objetos registrados nas atas continuam sendo de interesse público, sendo fundamentais para o atendimento das demandas da Administração.
• Eficiência e economicidade: A prorrogação evita nova licitação, gerando economia de tempo e recursos públicos, sem prejuízo à legalidade.
• Vantajosidade comprovada: Os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados atualmente no mercado, conforme verificação feita pela equipe técnica, inexistindo indícios de sobrepreço.
• Previsão nos editais: As licitações de origem previram expressamente a possibilidade de prorrogação das atas, nos termos da legislação vigente.
• Anuência dos fornecedores: Ambos os fornecedores manifestaram interesse e concordância com a prorrogação, mantendo os termos e condições originais.

Dessa forma, a medida se mostra legal, vantajosa e oportuna, assegurando a continuidade dos serviços e o atendimento do interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
Este termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, Mural da prefeitura de Teixeirópolis, mural da Câmara de Vereadores e Jornal de Circulação, e conforme o disposto no art. 174 da Lei nº 14.133/2021.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em [duas/três] vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Teixeirópolis – RO, 09 de setembro de 2025.

OSMY TOLEDO
Prefeito

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:89ECC165

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 188, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

"DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE EM ABONO PECUNIÁRIO".

O Prefeito Municipal de Teixeirópolis/RO,**OSMY TOLEDO,**no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe na Lei Complementar nº 002/2010, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Teixeirópolis",

D E C R E T A:

Art. 1° Fica concedido à licença prêmio do servidor **DEJYCARLOS PEREIRA DA SILVA,**matrícula n° 923, conversão da licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, pagamento será realizado na folha do mês de setembro de 2025, referente ao período aquisitivo de**2018-2023.**

Art. 2°.A conversão será realizada de uma única vez, em conformidade com o Decreto N° 41, de 28 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:CC5512D0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: n.º **GI-139/2025.**
CONTRATADA: **JOSÉ SALVADOR FERNANDES**
CNPJ: **29.826.155/0001-63**
Valor: **R$ 6.703,60 (seis mil setecentos e três reais e sessenta centavos) .**
Com o objetivo de: **Contratação de empresas para prestação de serviços de lavagens e higienização dos ônibus que atendem o transporte escolar, pertencente a frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.**
Inexigibilidade de Licitação conforme Lei Federal nº 14.133/2021, art. **74**, inciso IV, conforme parecer no credenciamento da procuradoria jurídica.
Prazo de execução ou Entrega: Imediato.

ERONILDO DA SILVA FREITAS
Secr. Mun. Educ. Cult. e Turismo.

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:036FD794

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Termo Aditivo N° 002 ao Contrato N° 045/PJM/2022
Processo nº: 577/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeirópolis/RO
Contratado: DATALEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a suplementação do valor do contrato supracitado.
Valor: Termo de aditivo no valor original do contrato de **R$ 1.380.000,00** (um milhão e trezentos e oitenta mil reais), e que o aditivo proposto correspondente a **R$ 345.000,00** (trezentos e quarenta e cinco mil reais), totalizando o montante de **R$ 1.725.000.00 (um milhão e setecentos e vinte e cinco mil reais).**

Data da formalização: Teixeirópolis/RO, 09 de Setembro de 2025.

Assinam:
DATALEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA
Helenilson Anderson Amorim Lenk
OSMY TOLEDO DE SOUZA

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:D98C4F4C

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 575/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o **PREFEITO MUNICIPAL**, **HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Empresa especializada para aquisição de peças e execução de serviços em Bebedouro*

FORNECEDOR	CNPJ
JEAN TALES DA COSTA SILVA	27.252.866/0001-46

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	**Total Orçado**	**Economia %**	**Economia R$**
R$ 6.049,98	R$ 7.479,99	19,1178%	R$ 1.430,01

TEIXEIRÓPOLIS/RO, 09 de SETEMBRO de 2025

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:A483B125

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 139/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, conforme parecer no Credenciamento da procuradoria jurídica, adjudico e homologo o objeto por Inexigibilidade de Licitação a favor da empresa **JOSÉ SALVADOR FERNANDES ,** inscrita sob o CNPJ n° **29.826.155/0001-63,** no valor de **R$ 6.703,60 (seis mil setecentos e três reais e sessenta centavos)** com o objetivo de **Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagens e higienização dos ônibus que atendem o transporte escolar , pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.** Com vista a atender as necessidades da **SEMECT** com base nos demais documentos contidos nos autos processo n.º **GI-139/2025**. A adjudicação e a homologação do presente são feitas nos termos do artigo **74**, inciso **IV** da Lei nº **14.133/2021**.
Por fim, Eu, **Eronildo da Silva Freitas,** Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Teixeirópolis/RO, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia - AROM e Portal da Transparência do Município, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.
Prazo de execução ou Entrega: Imediato.

Teixeirópolis/RO, em 08 de setembro de 2025.

ERONILDO DA SILVA FREITAS
Secr. Mun. Educ. Cult. e Turismo.

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:7A022EE3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 575/2025

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o **PREFEITO MUNICIPAL**, **HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Empresa especializada para aquisição de peças e execução de serviços em Bebedouro*

FORNECEDOR	CNPJ
JEAN TALES DA COSTA SILVA	27.252.866/0001-46

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	**Total Orçado**	**Economia %**	**Economia R$**
R$ 6.049,98	R$ 7.479,99	19,1178%	R$ 1.430,01

TEIXEIRÓPOLIS/RO, 09 de SETEMBRO de 2025

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:C8459995

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Primeiro aditivo à Ata de Registro de Preços n° 018/2024, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA, e a empresa VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**.**

Pelo presente instrumento, o Município de Theobroma (RO), através da Prefeitura Municipal, com sede na Av. 13 de Fevereiro, nº 1431, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 84.727.601/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Gilliard dos Santos Gomes**, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade n. RG 792619 SSP/RO, CPF nº 752.740.002-15, residente e domiciliado na Avenida Presidente Dutra, 0656, município de Theobroma/RO, e a empresa **VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.817.702/0001-50, situada à Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839, Bairro Centro, na cidade de Rio Verde/GO, tendo como representante o(a) Sr(a) **Dario da Costa Barbosa Júnior**, portador(a) do CPF sob n° 236.491.001-34, que tem por objeto **Registro de Preços para eventual fornecimento de Serviços de Gerenciamento em Sistema Eletrônico online, controle de abastecimento de combustíveis (Etanol Comum, Gasolina Comum, Diesel comum, Diesel S-10, Reagente, Lubrificante), e fornecimento de peças, pneus, lavador, borracharia, guincho e serviços mecânicos elétricos, solda, ar condicionado, e recauchutagem da frota de veículos, através de sistema informatizado e integrado, com menor taxa de administração, em rede de credenciados com a empresa gerenciadora, por meio da utilização de cartões com tecnologia magnético e/ou chip e/ou Contactless, com metodologia de cadastramento, controle e logística para o atendimento da frota de veículos oficiais e maquinários pertencentes à frota oficial das Secretarias interessadas, para atender a Prefeitura Municipal de Theobroma / RO**, referente ao Pregão n. 012/PMT/2024, em decorrência do Processo n° 583/PMT/2024, mediante as cláusulas a seguir:

DO OBJETO
Cláusula primeira. Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n° 018/2024, por 1 (um) ano.

DA PRORROGAÇÃO
Cláusula segunda. Fica prorrogada até **10 de Setembro de 2026** a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.

DA RATIFICAÇÃO

Cláusula terceira. Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada.

DA PUBLICAÇÃO
Cláusula quarta. O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a publicação deste aditivo no Portal da Transparência acessível em http://192.168.0.10:8079/transparencia_, nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Theobroma/RO, no portal nacional de contratações públicas (pncp), na forma prevista no art. 174, §2º, Inciso IV da Lei 14.133, de 2021 e simultaneamente ao Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia/AROM. O extrato deste Termo aditivo será divulgado em até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo
Theobroma-RO, 09 de Setembro de 2025

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

RANIELLY HELL RAASCH
Gerente do SRP

Vólus Instituição de Pagamentos LTDA
CNPJ nº 03.817.702/0001-50
DARIO DA COSTA BARBOSA JÚNIOR
CPF n° 236.491.001-34

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:D45A1B74

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCESSÃO DE DIARIA DA SERVIDORA CAROLINA BARBOSA EGERT PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO

Solicitação: 1143	**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA**		
Nome do servidor (a): CAROLINA BARBOSA EGERT		Processo: 291	Ano:2025
Cargo/Função: FARMACEUTICA	**Setor:**		
N° da lei de autorização do Adiantamento: 1031/2021	**Data da Lei :** 29/06/2021	**RG:** 1384**0 **CPF:** 026.***.642-88	
Valor Total da Solicitação R$: 1.407,38			
Justificativa do Adiantamento: 2,5 diárias e meia para a servidora Carolina Barbosa Egert, para participação do XII Encontro Estadual de Segurança do Paciente e VIII Encontro Estadual de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde – 2025 e apoio logístico para transporte e despesas, na cidade de Porto Velho, nos dias 10,11 e 12 de Setembro de 2025. A saída será no dia 10 de Setembro às 10h00 da manha, com retorno previsto para o dia 12 de Setembro retornará assim que terminar o evento.			
TERMO DE COMPROMISSO			
Comprometo-me a apresentar Prestação de Contas acompanhado dos comprovantes de despesas, notas fiscais, devidamente atestadas, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do recurso, conforme disposto na Lei Autorizativa 1031/2021 sob pena de sofrer as sanções cabíveis.		**Assinatura do Servidor/Carimbo**	

Publicado por:
Aline Louzada Rodrigues Matos
Código Identificador:E48C7ACF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCESSÃO DE DIARIA DA SERVIDORA ROSELI PAULON JOSÉ PARA PORTO-VELHO

Solicitação: 1144	**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA**		
Nome do servidor (a): ROSELI PAULON JOSÉ		Processo: 1012	Ano:2025
Cargo/Função: ENFERMEIRA	**Setor:**		
N° da lei de autorização do Adiantamento: 1031/2021	**Data da Lei :** 29/06/2021	**CEP:** 76929000	
		RG: 185**0224	
		CPF: 100.***.028-74	
Valor Total da Solicitação R$: 1.407,38			
Justificativa do Adiantamento: 2,5 diárias e meia para a servidora Roseli Paulon José, para participação do XII Encontro Estadual de Segurança do Paciente e VIII Encontro Estadual de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde – 2025 e apoio logístico para transporte e despesas, na cidade de Porto Velho, nos dias 10,11 e 12 de Setembro de 2025. A saída será no dia 10 de Setembro às 10h00 da manha, com retorno previsto para o dia 12 de Setembro retornará assim que terminar o evento.			
TERMO DE COMPROMISSO			
Comprometo-me a apresentar Prestação de Contas acompanhado dos comprovantes de despesas, notas fiscais, devidamente atestadas, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do recurso, conforme disposto na Lei Autorizativa 1031/2021 sob pena de sofrer as sanções cabíveis.		**Assinatura do Servidor/Carimbo**	

Publicado por:
Aline Louzada Rodrigues Matos
Código Identificador:72C5FF38

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCESSÃO DE DIARIA DO SERVIDOR EDSON BRAZ DA SILVA PARA JI-PARANA

Solicitação: 1146		**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA**	
Nome do servidor (a): EDSON BRAZ DA SILVA		Processo: 376	Ano:2025
N° da lei de autorização do Adiantamento: 1031/2021	**Data da Lei :** 29/06/2021	**RG:** MG-10.***.833 **CPF:** 609.***.632-15	
Valor Total da Solicitação R$: 93,82			
Justificativa do Adiantamento: Meia diária para o Servidor Edson Bras da Silva, o servidor deslocou-se de Urupá para Jaru para suporte ao outro mecânico, caso fosse necessário apoio com o carro que seria buscado na empresa Revicar, para levar à empresa autorizada na cidade de Ji Paraná. Deslocamento ocorreu no dia 03 de setembro de 2025, saindo às 7h30 e retornando às 23h30.			
TERMO DE COMPROMISSO			
Comprometo-me a apresentar Prestação de Contas acompanhado dos comprovantes de despesas, notas fiscais, devidamente atestadas, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do recurso, conforme disposto na Lei Autorizativa 1031/2021 sob pena de sofrer as sanções cabíveis.		**Assinatura do Servidor/Carimbo**	

Publicado por:
Aline Louzada Rodrigues Matos
Código Identificador:8FE05357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCESSÃO DE DIARIA DO SERVIDOR NELIO URBANO DE SÁ PARA A CIDADE DE JI-PARANA

Solicitação: 1145	**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA**		
Nome do servidor (a): NELIO URBANO DE SÁ		Processo: 1031	Ano:2025
Cargo/Função:	**Setor:**		
N° da lei de autorização do Adiantamento: 1031/2021	**Data da Lei :** 29/06/2021	**CEP:** 76929000	
		RG: 10**022	
		CPF: 794.***.162-15	
Valor Total da Solicitação R$: 93,82			
Justificativa do Adiantamento: Meia diária para o Servidor Nelio Urbano de Sá, O servidor deslocou-se de Urupá para Jaru para buscar o veículo na empresa Revicar, para levar para empresa autorizada na cidade de Ji Paraná. Deslocamento ocorreu no dia 03 de setembro de 2025, saindo às 7h30 e retornando às 23h30. .			
TERMO DE COMPROMISSO			
Comprometo-me a apresentar Prestação de Contas acompanhado dos comprovantes de despesas, notas fiscais, devidamente atestadas, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do recurso, conforme disposto na Lei Autorizativa 1031/2021 sob pena de sofrer as sanções cabíveis.		**Assinatura do Servidor/Carimbo**	

Publicado por:
Aline Louzada Rodrigues Matos
Código Identificador:6DB3F52A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCESSÃO DE DIARIA DO SERVIDOR SERGIO DOS SANTOS PARA PORTO-VELHO

Solicitação: 1147	**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA**		
Nome do servidor (a): SERGIO DOS SANTOS		Processo: 376	Ano:2025
Cargo/Função: Agente Operacional I - Motorista De Veiculos Leves	**Setor:**		
N° da lei de autorização do Adiantamento: 1031/2021	**Data da Lei :** 29/06/2021	**CEP:** 76929000	
		RG: 576.***	
		CPF: 625.***.032-87	
Valor Total da Solicitação R$: 1.407,38			
Justificativa do Adiantamento: 2,5 diárias e meia para o servidor Sergio dos Santos para levar servidoras para participar do XII Encontro Estadual de Segurança do Paciente e VIII Encontro Estadual de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde – 2025 e apoio logístico para transporte e despesas, na cidade de Porto Velho, nos dias 10,11 e 12 de Setembro de 2025. A saída será no dia 10 de Setembro às 10h00 da manha, com retorno previsto para o dia 12 de Setembro retornará assim que terminar o evento.			
TERMO DE COMPROMISSO			
Comprometo-me a apresentar Prestação de Contas acompanhado dos comprovantes de despesas, notas fiscais, devidamente atestadas, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da		**Assinatura do Servidor/Carimbo**	

data do recebimento do recurso, conforme disposto na Lei Autorizativa 1031/2021 sob pena de sofrer as sanções cabíveis.	

Publicado por:
Aline Louzada Rodrigues Matos
Código Identificador:3858ABBE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N. 369/2025 – RESERVA ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE URUPA
ESTADO DO: RO
Exercício: 2025
Decreto n° 369/2025 de 08/09/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE URUPA, RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$80.000,00 (oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
02.001 GABINETE DO PREFEITO
02.001.27.813.0001.2.003 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE LAZER
12 - 3.3.90.31.00.00 15000000 PREM. CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS 80.000,00 **Total Suplementação:** 80.000,00
Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;
Redução

02 PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA 02.001 GABINETE DO PREFEITO 02.001.27.813.0001.2.003 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE LAZER 10 - 3.3.50.43.00.00 15000000 SUBVENCOES SOCIAIS 10.000,00 11 - 3.3.90.30.00.00 15000000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00 13 - 3.3.90.32.00.00 15000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA 20.000,00
DISTRIBUICAO GRATUITA 15 - 3.3.90.39.00.00 15000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA 10.000,00
JURIDICA
Total Redução: 80.000,00
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições
em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE URUPA, Estado do RO, em 8 de Setembro de 2025.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE URUPA
09/09/2025 - 12:12:44

Publicado por:
Debora Espelino Ferreira
Código Identificador:6710B16D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N. 370.2025 – RESERVA ORÇAMENTÁRIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
ESTADO DO: RO
Exercício: 2025
Decreto n° 370/2025 de 09/09/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1164/2025 de 08/09/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
02.005 SECRETARIA DE SAUDE
02.005.10.302.0009.2.229 Custeio de Cirurgias Eletivas
73 - 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 500.000,00 **Total Suplementação:** 500.000,00
Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Recursos vinculados à receita;
Receita
Receita: 1.7.1.3.50.2.1.04 SUS CUSTEIO - INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS 500.000,00
Total da Receita: 500.000,00
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições
em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Estado do RO, em 9 de Setembro de 2025.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE
09/09/2025 - 13:53:18
SAUDE

Publicado por:
Debora Espelino Ferreira
Código Identificador:FA20CA79

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari/RO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a Licitação **na Modalidade Pregão na forma Eletrônico do tipo Menor Preço e julgamento valor Global, modo de disputa Aberto**, nos termos da lei federal nº 14.133/2021. Tendo como objeto**: REFORMA E ADEQUAÇÃO DA SALA DE RAIO-X DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE SEBASTIÃO VIANA RIBEIRO.** Valor estimado: **R$ 153.891,14** (cento e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e quatorze centavos) conforme Processo Administrativo sob o nº. **541/2025.** Cadastro de proposta: a partir do dia **10 de Setembro de 2025, às 09:00hrs**. A sessão pública ocorrerá no dia **24 de Setembro 2025, às 09:00hrs** (horário de Brasília-DF), local www.licitanet.com.br. O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado no PNCP e através do site www.valedoanari.ro.gov.br link: licitações, pregões eletrônicos.

Vale do Anari, 09 de setembro de 2025

ARMSTRONG EMANUEL DE M. ALMEIDA
Pregoeiro

Publicado por:
Rozenir Dos Santos Lima
Código Identificador:D1097666

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
ERRATA PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 45-2025

ERRATA PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 45-2025

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari, através do Prefeito Cleone Lima Ribeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que tendo em vista a publicação do extrato de contrato nº 045-2025 publicado no diário oficial dos municípios no dia 09-09-25, RETIFICO O SEGUINTE:

1.1 ONDE SE LÊ:
PREGAO ELETRONICO Nº 019/2025

1.2 LEIA-SE:

DISPENSA Nº 019/2025

Vale do Anari – RO, 09 de Setembro de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:447A291F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO CONTRATO Nº 048-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048-2025
PROCESSO Nº 461/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: ALFREDO DE PAIVA CAPELETI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vale do Anari do exercício de 2025 na seguinte dotação orçamentária:
02 – PODER EXECUTIVO
02.008 – SEC. MUN. DE OBRAS
26.782.0010.2.052 – RECUP E MANUT. DAS ESTRADAS VICINAIS
3.3.9.0.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PESSOA JURÍDICA

VALOR: R$ 30.494,10 (trinta mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dez centavos)
VIGÊNCIA: 03/09/2025 a 31/12/2025.
Vale do Anari/RO, 03 setembro de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:074C8E98

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1298-2025

LEI MUNICIPAL Nº 1298/2025
DE 27 DE AGOSTO DE 2025

"DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que os representantes do Poder Legislativo aprovaram e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento municipal um Crédito Especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R$ 70.479,33 (setenta mil e quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos).

SUPLEMENTAÇÃO:

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. PODER EXECUTIVO
02.008.00.000.0000.0.000. SEC.MUN. DE OBRAS
02.008.14.451.0009.2.174. SINALIZAÇÃO URBANA CONV. 004/2022/PGE-DETRAN

162 - 4.4.90.51.00.00 27010000 OBRAS E INSTALAÇÕES 70.479,33
Total Suplementação: 70.479,33

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado o recurso proveniente de **Superávit Financeiro**, em consonância com disposto no **art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64.**

Art. 3º - Fica alterado parcialmente no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício orçamentário vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2025.

CLEONE LIMA LIMA
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:4E3F2A67

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
PORTARIA Nº 3351-2025

PORTARIA Nº 3351/GP/25
De 01 de Setembro de 2025.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as Leis Municipais de nº. 379/06, 459/08 e 636/2013;

R E S O L V E

Art. 1º Nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação-**CME**, sendo:

I - Representante do Poder Executivo:
Titular: Roselei Medeiros dos Santos Alberton;
Suplente: Roseli Cristina Santos Costa Silva.

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Cleuza de Souza Costa Santos;
Suplente: Fábio Alves Pereira.
Titular: Flávia Silva dos Reis;
Suplente: Rita de Cássia Ferreira de Jesus Santos.

III - Representante das Escolas Privadas, Comunitária e Filantrópicas:
Titular: Edna Aparecida da Silva;
Suplente: Jucélia Alves Andrade.

IV - Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável/CMDRS:
Titular: Silvio Molina de Sales
Suplente: Silvana Maia.

V - Representante dos Conselhos Escolares:
Titular: Euzeli Ferreira Gonçalves;
Suplente: José Carlos da Silva Santos.

VI - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vale do Anari:
Titular: Sirley Rodrigues;
Suplente: Ivete Vitor de Lara.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:95D8DDF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
PORTARIA Nº 3352-2025

PORTARIA Nº 3352/GP/25
De 02 de Setembro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DA SERVIDORA CHIRLEY PEREIRA PORTELA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de sua competência e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº 046/98;

CONSIDERANDO o Ofício nº 305/GAB/25, da Prefeitura Teixeirópolis/RO solicitando a cedência da servidora Chirley Pereira Portela;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder a cedência da servidora ***Chirley Pereira Portela*** – Técnica de Enfermagem, com ônus a Prefeitura do Município de Teixeirópolis/RO, com efeitos a contar a partir do dia 01 de Setembro de 2025 até o dia 31 de Dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:316782EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
PORTARIA Nº 3353-2025

PORTARIA Nº 3353/GP/25
De 02 de Setembro de 2025.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR VALDEVINO BAZE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de competência e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município e Leis Municipais nºs. 046/98 e 915/20;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao servidor ***Valdevino Baze*** – Operador de Carregadeira, lotado no quadro de servidores da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Vale do Anari, **com efeitos retroativos ao dia 01 de Agosto de 2025**.

Art. 2º O servidor fará jus a 90 (noventa) dias de licença, a título de prêmio por assiduidade com a remuneração do cargo efetivo**.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:75F5BABF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
PORTARIA Nº 3354-2025

PORTARIA Nº 3354/GP/25
De 02 de Setembro de 2025.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR JOAREZ ANTONIO LORENZONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 046/98, em seu Art. 73;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor ***Joarez Antonio Lorenzoni*** – Motorista de Veículos Pesados, lotado no quadro efetivo de servidores da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Vale do Anari, com efeitos retroativos ao dia **15 de Agosto de 2025.**

Art. 2º O servidor fará jus à licença por até 90 (Noventa) dias, com a remuneração do cargo efetivo**.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:08EACA9C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 10.694

DECRETO Nº 10.694, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS AOS SERVIDORES DA ESCOLA MEIEF JORGE TEIXEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO, do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade e a qualidade do ensino público municipal;

CONSIDERANDO o inteiro teor doMemorando 01, de 08/09/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de horas extras referente ao mês de AGOSTO de 2025, aos servidores relacionados abaixo, lotados na Escola MEIEF Jorge Teixeira:

Servidor	Quantidade de Horas
Betânia Alves Gomes	4H
Claudia Coelho Pereira	4H
Eleaine Lavratti da Silva	8H
Kelly Tays Borges da Silva Romero	16H
Maria Janaína Pereira Carvalho	20H
Raquel Pereira Veloso da Silva	4H

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:81FD600E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 10.695

DECRETO Nº 10.695, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

Institui o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência - CMRPC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o art. 9º, inciso II, §1º do Decreto Federal nº 9.603/2018;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei nº 8.069/1990), em especial seus artigos 2º, 4º e 5º;

CONSIDERANDO os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na proteção integral da infância e adolescência;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência CMRPC, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, bem como colaborar na definição de fluxos de atendimento e no aprimoramento da integração entre os órgãos envolvidos, visando consolidar uma cultura de proteção integral à infância e adolescência.

Art. 2º Para fins deste Decreto, são adotadas as seguintes definições, conforme a Lei nº 13.431/2017 e o Decreto nº 9.603/2018:

I -**Violência física**: ação que ofenda a integridade ou saúde corporal da criança ou adolescente, causando-lhes sofrimento físico;
II -**Violência psicológica**, incluindo:
a) Condutas de humilhação, ameaça, isolamento, intimidação, exploração, ridicularização, ou outras que prejudiquem o desenvolvimento psíquico ou emocional;
b) Alienação parental, interferência na formação psicológica que leve ao repúdio ou prejuízo no vínculo com genitor;
c) Exposição da criança ou adolescente a crimes violentos no âmbito familiar ou da rede de apoio;
III -**Violência sexual**: qualquer conduta que constranja ou viole a dignidade sexual da criança ou adolescente.

Art. 3º São objetivos do CMRPC:
I - Propor às instâncias competentes políticas públicas concretas de prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes;
II - Promover a integração entre políticas e planos municipais relacionados à infância e adolescência, ampliando e fortalecendo ações intersetoriais;
III - Articular, fortalecer e coordenar os esforços municipais na eliminação de todas as formas de violência;
IV - Acompanhar e monitorar as ações e estratégias adotadas no município de Vale do Paraíso/RO para garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Art. 4º O CMRPC será composto por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:
I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
II - Secretaria Municipal de Educação;
III - Secretaria Municipal de Saúde;
IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
V - Conselho Tutelar;
VI - Polícia Militar.

Parágrafo único.O mandato dos membros do CMRPC será de dois anos, prorrogável por igual período.

Art. 5º O CMRPC será estruturado da seguinte forma:
I -**Instância de Coordenação Executiva**, apoiada por Secretaria Executiva;
II -**Instâncias de Proposição**, compostas por comissões intersetoriais permanentes ou temporárias e grupos de trabalho;
III -**Instância Decisória Máxima**, representada pelas reuniões plenárias colegiadas.

Art. 6º A Coordenação Executiva será composta por representantes:

- Do Poder Executivo Municipal;
- Do Sistema de Segurança;
- Do Sistema de Justiça;
- Do CMDCA;
-

Dos Conselhos Tutelares.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 7º Serão criadas, no mínimo, duas comissões intersetoriais permanentes:
a) Comissão de Enfrentamento da Violência Física e Psicológica;
b) Comissão de Enfrentamento da Violência Sexual.
§1º As comissões serão compostas por membros do CMRPC e técnicos convidados;
§2º Cada comissão terá um coordenador, escolhido entre os membros oficiais do CMRPC;
§3º O mandato dos membros das comissões será de dois anos;
§4º Poderão ser criadas comissões intersetoriais**ad hoc**, com duração e composição definidas conforme a necessidade;

§5º As comissões poderão criar grupos de trabalho técnicos, de caráter provisório, com atribuições específicas aprovadas pela Coordenação Executiva.

Art. 8º As reuniões plenárias colegiadas ocorrerão bimestralmente, conforme calendário anual aprovado no início de cada ano.
§1º Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Coordenação Executiva;
§2º As reuniões terão quórum com maioria simples ou, na ausência, meia hora após com qualquer número de presentes;
§3º As decisões serão tomadas preferencialmente por consenso, ou, na falta deste, por maioria simples dos membros presentes;
§4º As decisões serão formalizadas por meio eletrônico até uma semana após a reunião.

Art. 9º Os atos de gestão e governança do CMRPC serão oficializados por:
I -**Atos Administrativos Internos (ADI/CMRPC)**: estruturação, nomeações, criação de grupos, entre outros;
II -**Normas Técnicas**: definem fluxos e protocolos de atendimento integrado a vítimas e testemunhas.
§1º As normas técnicas serão encaminhadas aos conselhos setoriais para subsidiar políticas públicas municipais.

Art. 10º Na primeira reunião plenária colegiada do CMRPC será aprovado o regulamento interno do Comitê e o cronograma de trabalho anual.

Art. 11º Caberá ao órgão do Poder Executivo que integra a Coordenação Executiva garantir suporte administrativo e funcionamento da Secretaria Executiva do CMRPC.

Art. 12º Fica também instituído oComitê de Gestão Colegiada da Primeira Infância e Adolescência, responsável por articular, planejar e acompanhar as ações da rede de cuidado e proteção às crianças e adolescentes, bem como elaborar o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI).

O comitê será composto por representantes dos seguintes órgãos:
I - Política Municipal de Assistência Social

•
Titular:WEIDILA CRISTINA GONÇALVES FERREIRA

•
Suplente: ALEX DO CARMO GOLOMBIEWSKI

II - Política Municipal de Educação

•
CEI Pequeno Paraíso:

•
Titular: EVANUSA DE OLIVEIRA

•
Suplente: RANNIF SENA BRAZ

•
EMEF Jorge Teixeira:

•
Titular: ANA MARIA DA PAIXÃO GOMES LIMA

•
Suplente: JOSEFA JATOBA DOS SANTOS

•
CE Professora Maria Matilde:

•
Titular: VANESSA PEREIRA VILAS NOVAS

•
Suplente: SILVIA GARCIA GONÇALVES

•
EMEF Professora Ivonete Venâncio:

•
Titular: ELIZANGELA MAGALHÃES GIL

•
Suplente: JAILSON LUIZ ALVES DA SILVA

•
EEEFM Tubarão:

•
Titular: GILCÉA CRISTINA BORGES DA SILVA

• Suplente: EDLEUSA SANTOS FRANCA BALDOINO

III - Política Municipal de Saúde

•
Titular: HEDERSON JOSÉ DA SILVA

•
Suplente: MARIA CICERA FREITAS ANDRADE

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

•
Titular: TAIS ROSA TURETTA DA SILVA

•
Suplente: CLENYVONE FERREIRA FRANCO VARGAS

V - Polícia Militar

•
Titular: RICARDO PRATES FERNANDES

•
Suplente: MELQUIZEDEQUE OLIVEIRA SOUZA
Art. 13º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,revogando a Resolução CMDCA/VP nº 007/2023e demais disposições em contrário.

CHARLES LUIZ PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:053A7D44

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 10.696 PROCESSO Nº 1-1552/2025

DECRETO Nº 10.696, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO PELO TRABALHO SUPLEMENTAR REALIZADO POR PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO CE PROFESSORA MARIA MATILDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e

CONSIDERANDO a necessidade de serviços extraordinários prestados pelos servidores municipais, conforme disposto no Processo Administrativo nº1-1552/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 04 horas suplementares à servidora NILVA DA COSTA LIMA OLIVEIRA, referentes ao trabalho desempenhado no dia 07 de agosto de 2025, em substituição à professora Licione Paiva Tiburcio, que se encontrava em folga eleitoral.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de 12 horas suplementares à servidora LUZINETE SANTOS CHAVES, referentes ao trabalho desempenhado nos dias 14, 21 e 28 de agosto de 2025, substituindo a professora Maria Ribeiro Pimentel, afastada por motivo de laudo médico.

Art. 3º Fica autorizado o pagamento de 08 horas suplementares à servidora MARIA SOLANGE DA SILVA LAZARETTI, referentes ao trabalho desempenhado no dia 06 de agosto de 2025, na turma do 1º A e 1º B e no dia 12 em substituição o professor Elson das Neves Lima, que se encontrava em folga de aniversário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:F3B79111

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 10.697

DECRETO Nº 10.697 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ÚNICA DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de centralizar e uniformizar os procedimentos de recebimento de materiais de consumo e permanente adquiridos pela Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a importância de garantir maior controle, transparência e eficiência no processo de verificação e conferência dos materiais entregues ao Almoxarifado Central;

CONSIDERANDO a solicitação formal encaminhada para a instituição de uma comissão única para tais fins,Memorando nº 263, de 09/09/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a**Comissão Única de Recebimento de Materiais de Consumo e Permanente**, com a finalidade de proceder ao recebimento, verificação e ateste de todas as mercadorias entregues ao Almoxarifado Central, independentemente da secretaria de origem da solicitação.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Otávio Fagundes Neto
Membro: José Maria de Castro Façanha
Membro: Weslean Dalfior de Souza

Art. 3º Compete à Comissão:
I Conferir os materiais entregues no Almoxarifado Central, verificando se estão em conformidade com os pedidos de compras, notas fiscais e especificações técnicas constantes nos processos de aquisição;
II Atestar o recebimento dos materiais, observando a quantidade, qualidade e demais condições previamente estabelecidas;
III Comunicar imediatamente eventuais divergências, avarias ou irregularidades aos setores competentes para as devidas providências.

Art. 4º A Comissão ora nomeada terá competência para atuar no recebimento de materiais destinados a todas as secretarias municipais, desde que as entregas ocorram no Almoxarifado Central.

Art. 5º Ficam **revogadas todas as demais comissões de recebimento de materiais** anteriormente constituídas, **excetuando-se as Comissões Especiais**, cuja natureza e atribuições específicas permanecerão vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:89A53B6E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 100/2025 PROCESSO: 2-797/2023

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº100/2025

Termo Aditivo ao Contrato nº 135/2023
Processo:2-797/2023
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:TWI TECNOLOGIA E GESTÃO DE SISTEMA LTDA
Data da Celebração:08 de setembro de 2025
Objeto: Fica acrescido o valor de R$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais) ao Contrato nº 135/2023, referente ao Processo Administrativo nº 797/2023, bem como prorrogado o prazo de execução do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar da data de seu vencimento.
Outrossim, informa-se que será empenhado, inicialmente, o valor necessário para cobrir as despesas até o final do presente exercício financeiro (dezembro de 2025), sendo o saldo remanescente empenhado no exercício subsequente, conforme disponibilidade orçamentária.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais e que não conflitem com o presente Termo.
Interveniente: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU

Vale do Paraíso/RO, 09 de setembro de 2025

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:FC94BF98

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RETIFICAÇÃO PROCESSO 1-1239/2025

RETIFICAÇÃO
Retifico o valor citado noAviso de Publicação 1 de 08/08/2025 (ID 677272)

ONDE SE LÊ:
VALOR TOTAL: R$ 29.958,52 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)

PROGRAMAÇÃO: 26.782.1008.2055.0000
ELEMENTO: 3.3.90.93.00
FICHA: 617 - R$ 28.678,03 (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e três centavos)

FICHA: 618 - R$ 1.280,49 (um mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos).

Lêia-se:
VALOR TOTAL: R$ 38.778,26 (trinta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos)

PROGRAMAÇÃO: 26.782.1008.2055.0000
ELEMENTO: 3.3.90.93.00
FICHA: FICHA: 743 - R$ 37.498,26 (trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos)
FICHA: 618 - R$ 1.280,49 (um mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos)
.

Vale do Paraíso, 09 de setembro de 20254.

WANDERLEY FERREIRA BARBOSA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:01FBA66C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 068/SML/2025/14133-2021 PROCESSO N.º 25072/SEMPOG/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90083/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 068/SML/2025/14133-2021
PROCESSO N.º 25072/SEMPOG/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90083/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 09 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90083/SML/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a), firma-se a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, de Futura e Eventual Contratação de **Análise e Ensaios de Investigação e Controle Tecnológico de Concreto e Solo**, para atender as Secretarias Municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses

TABELA I
1. LICITANTE: D. MARTINS MIRANDA CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 30.972.896/0001-31.
TEL/FAX: (62) 81955328 / (62) 84312925. E-MAIL: douglasesanna@gmail.com.
ENDEREÇO: RUA C 17, 138 - QUADRA59 LOTE 15 - SETOR NOVO HORIZONTE. CEP: 74.365-730. Cidade: Goiânia / Goiás.
NOME DO REPRESENTANTE: DOUGLAS MARTINS MIRANDA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.102.201-XX RG sob o n.º XXX608912XX.
DETENTORA DO GRUPO 3, ITEM (S): 28 e 29.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DETENTORA
28	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPES E EQUIPAMENTOS. Mobilização e desmobilização de Equipes e Equipamentos.	SERV.	32	-	998,00	D. MARTINS MIRANDA CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 30.972.896/0001-31
29	SONDAGEM PARA SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO, TIPO SPT. Sondagem para simples reconhecimento do solo, tipo SPT.	M	705	-	298,00	D. MARTINS MIRANDA CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 30.972.896/0001-31

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
2.1O órgão gerenciador será a Direotira de Gestão do Sistema de Registro de Preço - DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.
2.2 Caberá à Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preço - DGSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.
2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.
2.4São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM NA ARP Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	SEMED, SEMOSP	SERV	27, 35
2	SEMOSP	SERV	12
3	SEMOSP	SERV	6
4	SEMOSP	SERV	100
5	SEMOSP	SERV	24
6	SEMOSP	SERV	24
7	SEMOSP	SERV	12
8	SEMOSP	SERV	12
9	SEMOSP	SERV	12
10	SEMOSP	SERV	12
11	SEMOSP	SERV	6
12	SEMOSP	SERV	12
13	SEMOSP	SERV	12
14	SEMOSP	SERV	6
15	SEMOSP	SERV	12
16	SEMOSP	SERV	24
17	SEMOSP	SERV	12
18	SEMOSP	SERV	6
19	SEMOSP	SERV	6
20	SEMOSP	SERV	12
21	SEMOSP	SERV	6
22	SEMOSP	SERV	12
23	SEMOSP	SERV	24
24	SEMOSP	SERV	12
25	SEMOSP	SERV	12
26	SEMOSP	SERV	24
27	SEMED, SEMOSP	SERV	27, 21
28	SEMED, SEMSAU	SERV	27, 5
29	SEMED, SEMOSP	M	405, 300

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anteriornão poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) mesescontados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a)Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b)A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c)O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d)A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I -for liberado;

II -descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III -não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV -sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V -não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I -pelo decurso do prazo de vigência;
II -pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III -por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV -por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
6.4A impugnação deverá ser endereçada à Diretora de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pela Diretora de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional em Ariquemes/RO, CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, a Diretora de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, a Diretora de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I -a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II -a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III -seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV -seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V -seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS
8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.
8.2A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:
8.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;
8.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;
8.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.
8.3A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula X Da Dotação Orçamentária.
9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV**)**
10.1 Comete infração administrativa, nos termos daLei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a)der causa à inexecução parcial do contrato;
b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano àAdministração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c)der causa à inexecução total do contrato;
d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação semmotivo justificado;
e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execuçãodo contrato;
f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h)praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I -Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato,sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Multa:
1.moratória de 0,5% (meiopor cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor daparcela inadimplida, até o limite de30(trinta) dias;
2.moratória de 0,5% (meiopor cento) por dia de atraso injustificado sobre o valortotal do contrato, até o máximo de15%(quinzepor cento), pela inobservância doprazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
2.1O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover aextinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suascláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3.compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no casode inexecução total do objeto.
III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas**b, ced**o subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alínea**s e, f, geh**do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazode 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei 14.133, de 2021)
10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor dopagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perdadesse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobradajudicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de30(trinta)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.5A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos doart. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a)a natureza e a gravidade da infração cometida;
b)as peculiaridades do caso concreto;

c)as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d)os danos que dela provierem para o Contratante;
f)a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conformenormas e orientações dos órgãos de controle.
10.7 Os atos previstos como infrações administrativas naLei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos naLei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.8A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.9O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma doart. 163 da Lei nº 14.133/21.
10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da InstruçãoNormativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11.2A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
11.3O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
11.4A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
12.2.1O registro a que se refere o item 12.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos**II, IV**e**V**do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 12.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
12.2.3A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 12.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato
13.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.
13.2.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
13.2.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.
CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sra.Izabel Farias da Costa, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.
CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico N.º 90083/SML/2025a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo N.º 25072/SEMPOG/2024.
15.2A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico N.º 90083/2025/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a).

Órgão Gerenciador
IZABEL FARIAS DA COSTA
Diretora da Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços

Publicado por:
João Pedro Longo de Jesus
Código Identificador:BF7A1CBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 22849/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

LEI Nº 2.912, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 1.549.312,65 (UM MILHÃO E QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL E TREZENTOS E DOZE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) EM FAVOR DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE-SEMA E DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS-SEMOSP.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso III daLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481) LOA/2025, publicada no dia 03/01/2025, edição 3889 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso III ambos da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-20688/2025-Memorando 280 de 28/08/2025 (ID 3427343)eMemorando 421 de 01/09/2025 (ID 3434811), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de**R$ 1.549.312,65 (um milhão e quinhentos e quarenta e nove mil e trezentos e doze reais e sessenta e cinco centavos)**no exercício financeiro de 2025, em favor das Secretarias Municipais de Meio Ambiente-SEMA e de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP , conforme abaixo distribuído:

Órgão:02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 11-SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Projeto/Atividade: 2602-MANUTENÇÃO DO CISAN				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	657	02.11.17.512.0011.2602	3.3.71.70.00-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	810.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2603-SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE SELETIVO E CONVENCIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
SUPLEMENTAR	658	02.11.17.512.0011.2603	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	302.209,42
SUPLEMENTAR	659	02.11.17.512.0011.2603	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	108.080,58
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2600-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMA				
ANULAÇÃO	661	02.11.18.122.0011.2600	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	- 460.000,00
ANULAÇÃO	662	02.11.18.122.0011.2600	3.1.90.13.00-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	- 20.000,00
ANULAÇÃO	665	02.11.18.122.0011.2600	3.1.91.13.00-CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	- 65.272,00
ANULAÇÃO	667	02.11.18.122.0011.2600	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 19.000,00
ANULAÇÃO	669	02.11.18.122.0011.2600	3.3.90.46.00-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	- 39.000,00
ANULAÇÃO	674	02.11.18.122.0011.2600	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 39.020,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2608-EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
ANULAÇÃO	680	02.11.18.122.0011.2608	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 1.000,00
ANULAÇÃO	681	02.11.18.122.0011.2608	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 5.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2601-MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, CANTEIROS E ÁREAS VERDES				
ANULAÇÃO	683	02.11.18.541.0020.2601	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 112.000,00
ANULAÇÃO	684	02.11.18.541.0020.2601	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 293.070,00
ANULAÇÃO	685	02.11.18.541.0020.2601	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 160.928,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2609-MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL				
ANULAÇÃO	686	02.11.18.541.0020.2609	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 1.000,00
ANULAÇÃO	687	02.11.18.541.0020.2609	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 1.000,00
ANULAÇÃO	688	02.11.18.541.0020.2609	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 1.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2610-RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS NASCENTES E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE				
ANULAÇÃO	689	02.11.18.541.0020.2610	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 1.000,00
ANULAÇÃO	690	02.11.18.541.0020.2610	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 1.000,00
ANULAÇÃO	691	02.11.18.541.0020.2610	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 1.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Total suplementação-SEMA				**1.220.290,00**
Total anulação-SEMA				**- 1.220.290,00**
Unidade: 12-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS-SEMOSP				
Projeto/Atividade: 2650-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMOSP				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ANULAÇÃO	695	02.12.04.122.0038.2650	3.1.90.94.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	- 5.201,47
ANULAÇÃO	698	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.14.00-DIÁRIAS-CIVIL	- 3.100,00

SUPLEMENTAR	699	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	7.991,99
ANULAÇÃO	700	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.33.00-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	- 10.000,00
SUPLEMENTAR	701	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	152.434,78
ANULAÇÃO	704	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	- 18.128,37
ANULAÇÃO	708	02.12.04.122.0038.2650	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 943,90
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
SUPLEMENTAR	1106	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.415,30
Fonte: 1.501-Recursos do Exercício Vigente-Outros Recursos não Vinculados.				
SUPLEMENTAR	1145	02.12.04.122.0038.2650	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	124.180,58
Fonte: 1.708-Recursos do Exercício Vigente-Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais.				
SUPLEMENTAR	1146	02.12.04.122.0038.2650	4.4.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	43.000,00
Fonte: 1.750-Recursos do Exercício Vigente-Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE				
Projeto/Atividade: 2651-CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE CEMITÉRIOS				
ANULAÇÃO	710	02.12.04.122.0038.2651	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 5.845,72
ANULAÇÃO	711	02.12.04.122.0038.2651	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 234,30
ANULAÇÃO	713	02.12.04.122.0038.2651	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 16.300,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2652-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FROTAS				
ANULAÇÃO	715	02.12.04.122.0038.2652	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 33.476,76
ANULAÇÃO	716	02.12.04.122.0038.2652	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	- 10.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2653-PAV CONS E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS				
ANULAÇÃO	721	02.12.15.451.0012.2653	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 54.974,98
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
ANULAÇÃO	720	02.12.15.451.0012.2653	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 64.406,85
Fonte: 1.708-Recursos do Exercício Vigente-Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais.				
Projeto/Atividade: 2654-MANUT CONSERV E RECUP DE ESTRADAS VICINAIS				
ANULAÇÃO	723	02.12.15.451.0012.2654	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 2.146,27
ANULAÇÃO	725	02.12.15.451.0012.2654	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 75,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Vigente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
ANULAÇÃO	1105	02.12.15.451.0012.2654	3.3.90.39.00-OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	- 1.415,30
Fonte: 1.501-Recursos do Exercício Vigente-Outros Recursos não Vinculados.				
ANULAÇÃO	724	02.12.15.451.0012.2654	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 59.773,73
Fonte: 1.708-Recursos do Exercício Vigente-Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais.				
Projeto/Atividade: 2655-MANUT CONSERV RECUP INFRAESTRUTURA URBANA				
ANULAÇÃO	731	02.12.15.451.0012.2655	4.4.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	- 43.000,00
Fonte: 1.750-Recursos do Exercício Vigente-Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE				
Total suplementação-SEMOSP				**329.022,65**
Total anulação-SEMOSP				**- 329.022,65**
TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO				**1.549.312,65**
TOTAL GERAL ANULAÇÃO				**- 1.549.312,65**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizada a Anulação Parcial de Dotação das próprias unidades orçamentárias, visando reforço de dotações relacionadas ao repasse do CISAN, contrato de reciclagem, contrato de coleta de lixo, combustível, manutenção de frotas, materiais de consumo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 47º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br- CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 10:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:9D14F892

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 22850/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

LEI Nº 2.912, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 97.429,01 (NOVENTA E SETE MIL E QUATROCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E UM CENTAVOS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso III daLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481) LOA/2025, publicada no dia 03/01/2025, edição 3889 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso III ambos da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 8-20384/2025-Memorando 23 de 01/09/2025 (ID 3435686), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de**R$ 97.429,01 (noventa e sete mil e quatrocentos e vinte e nove reais e um centavos)**no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Projeto/Atividade: 3027-MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL PEDRO TAVRES BATALHA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	214	02.07.12.361.0006.3027	4.4.90.51.00 -OBRAS E INSTALAÇÕES	97.429,01
Fonte de recurso: 1.500.0- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos				
Projeto/Atividade: 3001-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMED				
ANULAÇÃO	178	02.07.12.361.0006.3001	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-14.363,95
Fonte de recurso: 1.500.0- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos				
Projeto/Atividade: 3025-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO - CME CACS E CAE				
ANULAÇÃO	203	02.07.12.361.0006.3025	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-1.279,00
Fonte de recurso: 1.500.0- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos				
Projeto/Atividade: 3027-MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL PEDRO TAVRES BATALHA				
ANULAÇÃO	207	02.07.12.361.0006.3027	3.3.90.14.00 -DIÁRIA CIVIL	-1.498,02
Fonte de recurso: 1.500.0- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos				
Projeto/Atividade: 3003-APOIO AS ATIVIDADES FOLCLORICAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS				
ANULAÇÃO	190	02.07.12.361.0006.3003	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	-25.187,23
ANULAÇÃO	191	02.07.12.361.0006.3003	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-35.100,81
ANULAÇÃO	192	02.07.12.361.0006.3003	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-20.000,00
Fonte de recurso: 1.500.0000- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos				
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FONTE 1.500.0				**97.429,01**
TOTAL ANULAÇÃO FONTE 1.500.0				**-97.429,01**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizada a Anulação Parcial de Dotação da própria unidade orçamentária, visando cobertura orçamentária para 4º Aditivo de serviços da obra da construção da Biblioteca Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 47º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br- CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 10:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:3794A194

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 22852/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

LEI Nº 2.912, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso II daLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481) LOA/2025, publicada no dia 03/01/2025, edição 3889 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso II e §3º da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-21100/2025-Memorando 200 de 03/09/2025 (ID 3442255), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de**R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2513-ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	1147	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.34.00-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	1.050.000,00
SUPLEMENTAR	1148	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	950.000,00
Fonte de recurso: 1.600.3110 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**2.000.000,00**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado o Excesso de Arrecadação, proveniente de Recursos do SUS, relacionado à Emenda Parlamentar Federal do Senador Jaime Bagattoli, conforme comprovado através doAnexo TC 04 Emenda Ind Jaime B de 03/09/2025 (ID 3442271)e será utilizado para manutenção dos contratos de especialidades em Ginecologia Obstétrica, Pediatria e Anestesiologia, conforme a fonte de recurso detalhada abaixo:

Excesso de Arrecadação	**2.000.000,00**
Fonte de Recurso	
1.600.3110 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	2.000.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 47º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br- CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 10:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:9D2B92CB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DE CONTRATO N° 137/2025/SEMED.

PROCESSO ADMINISTRATIVO n°11-1372/2025.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA.

CONTRATADA: JS N GAS LTDA- CNPJ13.900.890/0001-30.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo do tipo água mineral, gás liquefeito de petróleo (glp) e vasilhames,que serão prestado/ fornecidosnas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Item doTR	Especificação	*Marca*	*Modelo*	Class.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
2	Gás de cozinha (gás liquefeito de petróleo) acondicionado em vasilhame de 13 kg	DIVERSOS	VASILHAME 13KG	Unidade	20	R$ 131,88	R$ 2.637,60

VALOR TOTAL: R$**2.637,60**(dois mil seiscentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

VIGENCIA:12 (doze) meses fixado no TR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 12.361.0004.2030.0000 Manutenção de Outras Ações da Educação BásicaNatureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo**Ficha/Fonte de recurso/Cód. Aplicação/Saldo da Ficha:**
090/25.1.500 001.003/ MDE 5% E 25%/R$19.392,15.

Campo Novo de Rondônia/RO, 09 de setembro de 2025.

Município de Campo Novo de Rondônia/RO
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:F4039164

SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
CONTRATO 00136/25 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°11-1682/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº136/2025, QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA E A EMPRESAMAMORE MAQUINAS AGRICOLAS LTDACNPJ n° 19.614.838/0001-01.

A**Prefeitura de Campo Novo de Rondônia,**órgão da Administração Direta (com sede na Avenida Tancredo Neves, n° 2250, Setor 02, na cidade de Campo Novo de Rondônia/RO Cep 76-887/000 inscrito(a) no CNPJ sob o nº 63.762.033/0001-99 neste ato representadopela Sra. Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Senhora Catieli Oliveira de Sousa,portadora da Matrícula Funcional n° 25111, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa**MAMORE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**, inscritano CNPJ/MF sob o nº19.614.838/0001-01, sediadana AvenidaCastelo Brancon°14893,Zona Rural, CidadeCacoal/RO, CEPn°76967-211, doravante designado**CONTRATADO**,neste ato representado pelo Sr. Ely Valença da Silva,inscrito no Cadastro de Fornecedores deste município sob matrícula n° 248tendo em vista o que consta no Processo nº11-1682/2025e em observância às disposições daLei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrentedeVia**ADESÃO**a Ata de Registro de Preços n.º 18/2025,(ID 500204)oriunda ao PE nº 016/2025 Processo n° 8/2025 da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste,o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL
I.Constitui objeto:Aquisição deTrator Agrícola de Pneus para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por meio do convênio TRANSFEREGOV N° 960583/2024(ID 424442).
II.Especificação do Objeto:

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	050.001.012	622856	TRATOR AGRICOLA DE PNEUS COM 80CV Com as seguintes especificações mínimas: novo, equipado com motor diesel turbo intercooler de 03 cilindros, com 80 CV, tração 4x4, direção hidrostática, transmissão sincronizada 9x3 ou 12x12 com reversor, freios à discos em banho de óleo, sistema hidráulico traseiro de engate a 3 pontos com capacidade de levante para 3000 KGF, barra de tração agrícola; sistema de iluminação para trabalho noturno e transporte conforme legislação; posto do operador dotado de cabine fechada com ar condicionado, cinto de segurança e arco de proteção contra capotamento (ROPS), Garantia mínima de 12 (doze) meses sem limite de quilometragem.	1,00	UN	245.000,00	245.000,00

Total 245.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
I. Os Equipamentos deverão ser entregue no prazo máximo de90(NOVENTA) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pelo responsável legal da Secretaria participante.
II.Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá informar imediatamente à Secretaria Municipal de Agricultura, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAIS A SEREM ATENDIDOS
I.Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Campo Novo de Rondônia em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.Horários de expediente sendo das 07h30minh às 13h30minh segunda a sexta-feira em dias úteis ou mediante agendamento com o responsável pelo recebimento, através do contato(69) 3239-2478, e-mailsemapa@camponovo.ro.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO
I.O valor total da contratação é de R$**245.000,00**(duzentos e quarenta e cinco mil reais).
II.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
III.Os pagamentos serão mensais, realizado no prazo de até10(DEZ) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, observadas as retenções correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais, seguindo a ordem de cronologia de pagamentos da Administração, conforme Lei 14.133/2021.
IV.A emissão da ordem de entrega do objeto contratual ficará condicionada ao aceite da licitação na plataforma Transferegov.
V.Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
VI.A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
VII.Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta nos registros cadastrais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
VIII.Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
IX.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
I.Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece a lei.

II.Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espeque na lei.
III.Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
IV.Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
V. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DECAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;
VI. Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, inclusive, as relativas ao seu transporte.
VII. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
VIII. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021.
IX. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
X. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
XI. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).
XII. Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;
XIII. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
I.Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.
II.Emitir Autorizações de Fornecimento, contendo especificações, quantidades, a data e o nome do servidor responsável;
III.Disponibilizar um servidor para conferir a entrega dos objetos; não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA;
IV.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
V.Permitir o acesso de fornecimento da CONTRATADA, aos locais de entrega, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
VI.Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
VII. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
VIII. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
IX. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
X. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e Termo de Referência.
XI. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do Termo de Referência.
XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
XIII. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL
I.FISCAL DE CONTRATO: A DEFINIR PELA SECRETARIA.
II.II. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
III.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
IV.. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
V. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
VI. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). VII. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
VIII. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
IX. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
X. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a f iscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
XI. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
XII. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das sanções cabíveis e que ultrapasse sua competência.
XIII. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIV. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput). XV. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
XVI. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
XVII. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
XVIII. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal empresa:
XIX Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais estaduais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO DO CONTRATO
I.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
II.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
III.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
IV. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
V. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS
I.Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:
a)Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
b)Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
c)Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; d) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
II.A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções no Art. 156, da Lei nº 14.1333/21, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
a)advertência;
b)multa;
c)suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
d)declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
III.A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:
a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos;
c) Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado;
IV. As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA
I.O prazo de vigência desteCONTRATOé de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação. Podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
I.Atividade: 20.122.0002.2016.0000 Atividades de Agricultura, Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente: 001.024 Outros Convênios Da Uniao -**Ficha 710.**
II.Atividade: 20.122.0002.2016.0000 Atividades de AgriculturaElemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente: 001.002 Recursos Livres -**Ficha 711.**

CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA- DO REAJUSTE
I.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
I.Não haverá exigência de garantia contratual da execução, porquanto o objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LIVRE ACESSO
I.A CONTRATADA é obrigada a conceder livre acesso dos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente, quando se tratar de recursos de convênios, conforme determinado no inciso III, do parágrafo 1º, do art. 6º e art. 43, ambos da Portaria Interministerial nº 424/2016, além do CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo sempre que for solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS
I. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis n° 14.133/2021, Decretos Municipais, bem como as demais legislações de vigência.
II. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
III. Fica eleito o foro da Comarca deBuritis-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.
IV. Este termo deContratofoi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO
I.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumentono respectivo Diário Oficial dos Municípioshttps://www.diariomunicipal.com.br/,Diário Oficial do Estadohttps://diof.ro.gov.brbem como no sítio oficial da Prefeiturahttps://camponovo.ro.gov.br> Portal da Transparência > Licitaçõeshttps://transparencia.camponovo.ro.gov.br/transparencia,em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e aoart. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/cart. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
I.Fica eleito o Foro daComarca de Buritis/RO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conformeart. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Novo de Rondônia, 05 de setembro de 2025.

Municipio Decampo Novo De Rondônia
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito Municipal

CATIELI OLIVEIRA DE SOUSA
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente
Contratante

MAMORE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
CNPJ: 19.614.838/0001-01
Contratada

Publicado por:
Catieli Oliveira de Sousa
Código Identificador:48D588CE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2025/PGM/PMCJ

Contratante: Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Contratada: SUPERMERCADO COMPRE BEM LTDA
CNPJ: 31.470.234/0001-26
Processo Licitatório: 0002639.07.01-2024
Processo Filhote nº: 0001694-2.07.01-2025
Pregão Eletrônico: nº 006/2025
Ata de Registro de Preços nº: 005/2025 – G
Contrato nº: 95/2025/PGM/PMCJ

Objeto: Liberação de Ata de Registro de Preço 005/2025, Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar das unidades escolares do município de Candeias do Jamari, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, previsão para o ano de 2025, com Recursos Ordinários PMAE e Convênios do FNDE/PNAE, Material de uso e Consumo, com base no disposto no Art. 40, II. Art. 6º, Art. 84, lei nº 14.133/21, Com o intuito de suprir as necessidades da Prefeitura de Candeias do Jamari e suas Secretarias. Conforme descrito abaixo:

Item da ARP	QTD.	UND.	Descrição	V. Unit. R$	Valor Total R$
16	50	KG	CACAUEMPÓ–Natural, vegano, sem açúcar, sem lactose, com compostos de flavonóides, fitoquímicos e fenólicos, substâncias nutracêuticas que ajudam na boa saúde do organismo, rico em antioxidantes. Utilizado em receitas, substitui o uso de achocolatado ou chocolate. Possui diversas vitaminas e minerais como o cálcio, fósforo, ferro, potássio, sódio, vitamina C e vitamina E, e alta concentração de fibra dietética. Embalagem de 500 g com rotulagem nutricional, data de validade.	R$ 29,99	R$ 1.499,50
34	200	KG	FARINHA DE TRIGO farinha de trigo características: classificação farinha de trigo especial. Especificidade deuso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Rendimento satisfatório. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas. Embalagem: intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente, contendo 1 kg de peso líquido. Fabricação: máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 4 meses.	R$ 4,62	R$ 924,00
46	100	KG	GOMA DE TAPIOCA – Farinha da fécula extraído da mandioca, natural e regional, Embalagem de 1 kg e data de validade. Para utilizar em preparações culinárias como: tapiocas recheadas, crepioca, pão de queijo e etc.	R$ 14,16	R$ 1.416,00
54	250	KG	LEITE INTEGRAL EM PÓ Características: leite integral, lecitina (emulsificante) e instantâneo, vitamina a e vitamina D, não contém glúten, embalagem intacta. Fabricação: máximo 60, validade mínima de 6 meses na data de entrega. Fardo de 10kgcom embalagens individuai de 1kg cada.	R$ 36,82	R$ 9.205,00
62	300	KG	MARGARINA Com sal. Características: ingredientes: óleos vegetais líquidos e interesterificados,	R$ 15,49	R$ 4.647,00

			água, sal, leite desnatado reconstituído, vitamina a (1.500 u.i./ 100 g), estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, lecitinade soja e ésteres de poliglicerol de ácidos graxos, conservador sorbato de potássio, acidulante ácido lático, aromatizantes, antioxidantes: edtacálcico dissódico, bht e ácido cítrico e corante natural de urucum e cúrcuma. Não contém glúten. Não contém glúten. Embalagem: pote de polietileno resistente, contendo 500 g de peso líquido. Fabricação: máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 meses.		
TOTAL					**R$ 17.691,50**

Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.26.00 – Secretaria Municipal de Educação
Função/ Sub-Função: 12.306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0102 – Programa Melhoria na qualidade da educação de Apoio a Educação
Projeto/atividade: 2080 – Gestão Operacional do Prog. Aliment. Escolar - PMAE
Classificação Econômica: 33.90.30 – Material de Consumo
Ficha: 374

Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses

Valor Total R$: 17.691,50 (dezessete mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Fiscalização: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Candeias do Jamari/RO, 05 de setembro de 2025.

Secretaria Municipal de Educação -SEMED
CNPJ: 31.110.303/0001-90
Contratante
CLARICE LEMOS FERREIRA
CPF: 530.817.492-04
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº. 10.000/2025

Supermercado Compre Bem LTDA
CNPJ: 31.470.234/0001-26
Contratada
FRANCINI ARIADINY DE OLIVEIRA CORREA E SA
CPF: 012.235.604-73
Representante Legal

Testemunhas:

_____
CPF:_____

_____
CPF: _____

Publicado por:
Laize de Oliveira Lopes
Código Identificador:D6FCCCB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORDEM DE FORNECIMENTO DO CONTRATO Nº 94/2025/PGM/PMCJ

Contratante: Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Contratada: INOVAÇÃO LTDA
CNPJ: 19.634.357/0001-50
Processo Licitatório: 0002639.07.01-2024
Processo Filhote nº: 0001695-3.07.01-2025
Pregão Eletrônico: nº 006/2025
Ata de Registro de Preços nº: 005/2025
Contrato nº: 94/2025/PGM/PMCJ

A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, juntamente com o município de Candeias do Jamari/RO, em cumprimento ao que dispõe o Processo Licitatório: 0002639.07.01-2024, vem comunicar que Vossa Senhoria a partir desta data está autorizada a iniciar o fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO (Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não Perecíveis) para confecção e oferta de merenda escolar, ao alunado das unidades executoras da Rede Municipal de ensino, pertencentes ao Município de Candeias do Jamari, conforme exigências estabelecidas no Contrato nº 94/2025/PGM/PMCJ, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. Conforme descrito abaixo:

Item da ARP	QTD.	UND.	Descrição	V. Unit. R$	Valor Total R$
2	400	KG	AÇÚCAR CRISTAL Açúcar tipo cristal, granulado, cor clara, sem umidade ou sujidade, acondicionada empacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente, fardo 30 kg pct de 2 kg.	R$ 4,47	R$ 1.788,00
20	1500	KG	CARNE BOVINA INTEIRA (COXÃO DURO)- Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie. Embaladas em saco plástico avácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo.	R$ 28,09	R$ 42.135,00
25	150	KG	COCO RALADO – Elaborado com endosperma procedente de frutos sãos e maduros. Aspecto, fragmentos soltos, cor branca, cheiro e sabor próprios, umidade máxima 4%. Não poderá	R$ 31,88	R$ 4.782,00

			apresentar cheiro alterado ou rançoso. Embalagem integra de 1 kg, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.		
27	200	KG	CREME DE LEITE – Creme de leite, UHT, homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200 g. Prazo de validade mínimo 06 meses, a contar da data de entrega. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 13,79	R$ 2.758,00
28	400	KG	EXTRATO DE TOMATE Ingredientes: Tomate, açúcar e sal. Isento de indicadores de processamento defeituoso. Sem corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação. Embalagem íntegra, resistente, vedado hermeticamente e limpo.	R$ 9,01	R$ 3.604,00
33	100	KG	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) - fubá de milho fino. Embalagem contendo 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Fabricação: máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 meses.	R$ 3,99	R$ 399,00
36	1500	KG	FRANGO INTEIRO Frango abatido inteiro congelado, apresentando cor característica, textura firme, superfíciesem limosidade e viscosidade. Embalagem em saco plástico a vácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo.	R$ 12,49	R$ 18.735,00
38	1500	KG	FRANGO (FILE DE PEITO) - Congelado, sem tempero. A coxa e sobrecoxa de frango deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente e sem odores. Embalagem intacta, primária deve estar intacta, acondicionada em sacos de polietileno resistente ou bandejas de isopor revestidas de polietileno, com até 2 kg, protegido por embalagem secundária de papelão também revestido de polietileno transparente re forçado.	R$ 21,59	R$ 32.385,00
39	500	KG	FEIJÃO CARIOQUINHA Tipo 1, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes e acondicionados em fardos lacrados.	R$ 5,28	R$ 2.640,00
49	100	KG	LEITE CONDENSADO – Culinário, Leite Condensado integral, Ingredientes: Leite integral, açúcar e lactose. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária, Embalagem de 1 kg.	R$ 17,94	R$ 1.794,00
56	600	L	LÍQUIDO LÁCTEO SABOR COCO Leite reconstituído fermentado e/ou leite pasteurizado integral, preparado de fruta SABOR COCO, cálcio, corantes naturais, acidulante ácido cítrico, espessante goma guar, conservador sorbato de potássio e aromatizantes), soro de leite reconstituído, xarope de açúcar e fermento lácteo.	R$ 8,95	R$ 5.370,00
57	600	L	LÍQUIDO LÁCTEO SABOR FRUTAS VERMELHAS Leite reconstituído fermentado e/ou leite pasteurizado integral, preparado de fruta SABOR FRUTAS VERMELHAS, corantes naturais, acidulante ácido cítrico, espessante goma guar, conservador sorbato de potássio e aromatizantes), soro de leite reconstituído, xarope de açúcar e fermento lácteo.	R$ 7,99	R$ 4.794,00
63	200	KG	MILHO BRANCO Grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em função do processo de escarificação mecânica ou manual. Canjica extra ou quatro...	R$ 8,94	R$ 1.788,00
88	200	KG	SELETA DE LEGUMES Contendo basicamente, ervilha,Batata, Cenoura e Salmoura (Água e Sal).NÃO CONTÉM GLÚTEN.	R$ 23,99	R$ 4.798,00
89	100	L	SUCO DE UVA INTEGRAL – 100% suco de uva, suco de uva tinto integral, ou mistura de uva e maçã, sem adição de açúcar e conservantes. Embalagem plástica atóxica de 4 L ou 900 ml.	R$ 23,94	R$ 2.394,00
91	40	KG	UVA PASSAS – Escura, desidratada, sem semente, sem açúcar, sem glúten. Embalagem: deve estar intacta, contendo 500 g. Fabricação: máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 meses. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	R$ 33,49	R$ 1.339,60
TOTAL					**R$ 131.503,60**

Candeias do Jamari-RO, 09 de setembro de 2025.

Secretaria Municipal De Educação - SEMED
CNPJ: 31.110.303/0001-90
Contratante
CLARICE LEMOS FERREIRA
CPF: 530.817.492-04
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº. 10.000/2025

Inovação LTDA
CNPJ: 19.634.357/0001-50
Contratada
CICERO CARLOS RIBEIRO
CPF: 940.389.292- 72
Representante Legal

Publicado por:
Laize de Oliveira Lopes
Código Identificador:402DA4B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORDEM DE FORNECIMENTO DO CONTRATO Nº 97/2025/PGM/PMCJ

Contratante: Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Contratada: N. C. BESSA LTDA
CNPJ: 36.720.031/0001-64
Processo Licitatório: 0002639.07.01-2024
Pregão Eletrônico: nº 006/2025
Ata de Registro de Preços nº: 005/2025 – C
Contrato nº: 97/2025/PGM/PMCJ

A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, juntamente com o município de Candeias do Jamari/RO, em cumprimento ao que dispõe o Processo Licitatório: 0002639.07.01-2024, vem comunicar que Vossa Senhoria a partir desta data está autorizada a iniciar o fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO (Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não Perecíveis) para confecção e oferta de merenda escolar, ao alunado das unidades executoras da Rede Municipal de Ensino, pertencentes ao Município de Candeias do Jamari, conforme exigências estabelecidas no Contrato nº 97/2025/PGM/PMCJ, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. Conforme descrito abaixo:

Item da ARP	QTD.	UND.	Descrição	V. Unit. R$	Valor Total R$
4	180	KG	ALHO nacional branco,graúdo do tipo comum,cabeça inteira fisiologicamente bem desenvolvido,com bulbos corados sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalagem em saco plástico atóxico de 100g a1kg.	R$ 29,45	R$ 5.301,00

7	3500	KG	ARROZ AGULHINHA tipo 1, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes em fardos lacrados. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega, pacote de 5 kg.	R$ 5,08	R$ 17.780,00
12	500	KG	BETERRABA In natura, tipo especial, com grau médio de amadurecimento. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	R$ 4,75	R$ 2.375,00
14	500	KG	BISCOITO MAISENA À base de: farinha de trigo/gordura vegetal hidrogenada /açúcar/ amido de milho.	R$ 7,49	R$ 3.745,00
19	1500	KG	CARNE BOVINA INTEIRA (ACÉM), (cubos/bife) Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie. Embaladas em saco plástico a vácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária.	R$ 26,28	R$ 39.420,00
21	1500	KG	CARNE BOVINA MOÍDA (MÚSCULO) Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie. Embaladas em saco plástico a vácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo, sendo vetado embalagens tipo tubinho. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária. Embalagem contendo 1 kg.	R$ 24,25	R$ 36.375,00
23	500	KG	CEBOLA NACIONAL (branca) - Tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho. Acondicionada em embalagens novas,limpas e secas,que não transmitam odor ou sabor estranhos ao produto	R$ 5,00	R$ 2.500,00
24	500	KG	CENOURA 1ª qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpo estranho aderido a superfície externa. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico a partir de 1 kg.	R$ 7,85	R$ 3.925,00
37	1.400	KG	FRANGO (COXA/SOBRECOXA) - características: congelada, sem tempero. A coxa e sobrecoxa de frango deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente e sem odores. Embalagem intacta, primária deve estar intacta, acondicionada em sacos de polietileno resistente ou bandejas de isopor revestidas de polietileno, com até 2 kg, protegido por embalagem secundária de papelão também revestido de polietilenotransparente reforçado. No rótulo da embalagem primária deve contar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade e certificado deinspeção federal (sif) ouestadual (sie). Fabricação máximo 30 dias,validade de no mínimo 10meses.Deverásertransportadoemveículorefrigerado.	R$ 11,35	R$ 15.890,00
42	30	KG	FERMENTO - biológico seco instantâneo para bolo, pães, massas. Ingredientes: saccharomyces cerevisias e agente de reidratação. Embalagem atóxica, contendo 10g de peso líquido. Não deverá possuir cheiro a mofo e sabor amargo. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a contar da data de entrega.	R$ 34,80	R$ 1.044,00
50	100	L	LEITE DE COCO– industrializado, produto obtido de leite de coco, pasteurizado e homogeneizado, cor, aroma e odores características, não rançoso. Embalagem vidro ou tetrapak não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto (mínima de 06 meses a partir da data de entrega). Embalagem de 500ml.	R$ 13,75	R$ 1.375,00
51	7000	L	LEITE UHT INTEGRAL Por processamento UHT (Ultra high temperatura), embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto (mínima de 04 meses a partir da data de entrega). Caixa tetrapak de 1 litro, esterilizada e hermeticamente fechada.	R$ 6,15	R$ 43.050,00
55	400	KG	LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA Carne suína, carne mecanicamente separada de ave (frango), gordura suína, água (4,9), proteína de soja (2,1), sal, açúcar, especiarias: alho e pimenta calabresa, regulador de acidez: lactato de sódio (INS 325), estabilizantes: tripolifosfato de sódio (INS 451i), pirofosfato dissódico (INS 450i) e hexametafosfato de sódio (INS 452i), antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), aroma natural de: fumaça, corante natural: carmim de cochonilha (INS 120), conservante: nitrito de sódio (INS 250), realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621) e aromas idênticos aos naturais de: pimenta vermelha e alho. Não contém glúten, não contém lactose. Alérgicos: CONTÉM DERIVADOS DE SOJA TRANSGÊNICA; Contém aromatizante Adicionado de 4,9 de água. Contém carne mecanicamente separada de ave. Deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade (Mínima de 6 meses a partir da entrega).	R$ 22,85	R$ 9.140,00
61	200	KG	MAÇÃ NACIONAL (vermelha) – Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, vermes, tenras e com brilho. Acondicionadas em caixa plástica vazada.	R$ 11,18	R$ 2.236,00
72	800	KG	PÃO DE FORMA Pão de forma, com trigo, embalagem de 400 g, plástica atóxica, identificada com rótulo eetiqueta, conforme legislação vigente. Deve ter certificado de inspeção estadual (sie) ou federal (sif). Validade mínima de 30 dias da data de entrega.	R$ 17,33	R$ 13.864,00
74	300	KG	PÃO FRANCÊS De qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados e embatumados aspecto massa pesada e de características organolépticas anormais.	R$ 26,99	R$ 8.097,00
78	700	KG	POLPA DE FRUTA DE CUPUAÇU Congelada, Peso líquido de 02 kg. Embalagem: saco plástico atóxica, inviolável e resistente, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas, selo da agriculturafamiliar e rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente.	R$ 21,50	R$ 15.050,00
81	700	KG	POLPA DE FRUTA DE MARACUJÁ Congelada, Peso líquido de 02 kg. Embalagem: saco plástico atóxica, inviolável e resistente, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas, selo da agriculturafamiliar e rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente.	R$ 19,96	R$ 13.972,00
90	500	KG	TOMATE In natura, grupo longo ou redondo, grau médio de amadurecimento tomate salada, classe média ou grande, de 50 a 90 mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200 g a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas,90 TOMATE In natura, grupo longo ou redondo, grau médio de amadurecimento tomate salada, classe média ou grande, de 50 a 90 mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200 g a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	R$ 7,70	R$ 3.850,00
TOTAL					**R$ 238.989,00**

Candeias do Jamari/RO, 09 de setembro de 2025.

Secretaria Municipal De Educação - SEMED
CNPJ: 31.110.303/0001-90
Contratante
CLARICE LEMOS FERREIRA
CPF: 530.817.492-04
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº. 10.000/2025

N.C Bessa LTDA
CNPJ: 36.720.031/0001-64
Contratada
NEUDÉCIO CORDEIRO BESSA
CPF: 583.443.732-04
Representante Legal

Publicado por:
Laize de Oliveira Lopes
Código Identificador:E829BF57

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.686, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal Aprovou**, **e Eu**, **Sanciono** e **Promulgo** a seguinte;

LEI:

Art. 1º **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 77.953,29** (Setenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Vinte e Nove Centavos), necessário para o ***"reforço"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 3º **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Especial**, na importância de **1.492.406,29** (Um Milhão, Quatrocentos e Noventa e Dois Mil, Quatrocentos e Seis Reais e Vinte e Nove Centavos), necessário para a ***"inclusão"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 4º Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 3º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Superávit Financeiro" (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64), apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2024 (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64).

II – **Recursos do FNDE**: através de **"Superávit Financeiro" (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**, apurado no **Balanço Patrimonial do Exercício de 2024 (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)**, conforme segue abaixo:

a) Transferências do Programa Salário Educação;
b) Transferências do Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental – PNAEF; e
c) Transferências do Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE.

III– Recursos de Convênio: através de "Excesso de Arrecadação" (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64), conforme segue abaixo:

a) Convênio nº 213/2025/PGE-SEPOG, que celebram o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, e o Município de Colorado do Oeste/RO, para os fins que especifica, tendo como **Objeto:** a transferência voluntária de recursos financeiros do CONCEDENTE para o CONVENENTE, a qual tem por finalidade custear a aquisição de 5 (cinco) monitores, para atender a Prefeitura do Município de Colorado do Oeste/RO, conforme descrito no **Plano de Trabalho** e **Termo de Convênio**.
b) Termo de Adesão nº 7/2024/PGE-SEDUC, referente ao Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, que entre si Celebraram o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, de um lado, e, de outro o Município de Colorado do Oeste, para os fins que especifica, conforme **Plano de Trabalho**.

IV – Recursos do SUS: através de "Excesso de Arrecadação" (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64), conforme segue abaixo:

a) Portaria GM/MS nº 7.474, de 4 de julho de 2025, que Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, oriundos da **Emenda Parlamentar nº 44260009** do Deputado Federal Maurício de Carvalho **(Proposta nº 36000652074202500)**.

V – **Recursos Ordinários (Próprios)**: através de **"Transferência"** por **Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**, conforme segue abaixo:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

a) Contrapartida referente ao **Convênio nº 213/2025/PGE-SEPOG**, que celebram o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, e o Município de Colorado do Oeste/RO, para os fins que especifica, tendo como **Objeto:** a transferência voluntária de recursos financeiros do CONCEDENTE para o CONVENENTE, a qual tem por finalidade custear a aquisição de 5 (cinco) monitores, para atender a Prefeitura do Município de Colorado do Oeste/RO, conforme descrito no **Plano de Trabalho** e **Termo de Convênio**.

VI – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 5º Esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 9 DE SETEMBRO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.686

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º da Lei) - SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0002.2.002	Atividades do Gabinete do Prefeito	15	3.3.50.41	Contribuições	0.1.500 0	RNVI SD	28.439,84
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.303.0025.2.073	Atividades do Centro de Assistência Psicossocial - CAPS I	695	3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitad	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	49.513,45
TOTAL GERAL							**77.953,29**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º da Lei) - REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0022.2.002	Atividades do Gabinete do Prefeito	28	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SD	28.439,84
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0025.2.067	Atividades da Atenção Primária à Saúde	331	3.1.90.04	Contratação Por Tempo Determinado	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	49.513,45
TOTAL GERAL							**77.953,29**

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto nos artigos 3º e 4º da Lei) - INCLUSÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de Superávit Financeiro (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.302.0017.2.072	Atendimento de Média e Alta Complexidade "Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar"	804	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.2.500 1002	RNVI IDASPS	137.415,00
***Recursos do FNDE**							
12.00	**SEMED**						
12.00	Secretaria Municipal de Educação						
12.01.12.361.0011.2.048	Atividades do Programa Salário Educação	805	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.2.550 0	TS-E SD	132.275,83
12.01.12.306.0011.2.049	Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAEF	806	3.3.90.30	Material de Consumo	0.2.552 0	TRFRPNAE SD	39.500,45
12.01.12.361.0011.2.054	Atividades do Transporte Escolar	807	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.2.553 0	TRFRPNATE SD	590,56
TOTAL							**309.781,84**
Através de Excesso de Arrecadação (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos de Convênio**							

****Convênio nº 213/2025/PGE-SEPOG (Banco do Brasil, Agência 1381-1, Conta 24232-2)**							
03.00	**SEMPLAFIN**						
03.01	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças						
03.01.04.123.0004.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	808	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.701 0	OTCICE SD	10.000,00
****Termo de Adesão nº 7/2024/PGE-SEDUC ao Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir (Banco do Brasil, Agência 1381-1, Conta 22644-0)**							
12.00	**SEMED**						
12.00	Secretaria Municipal de Educação						
12.01.12.361.0011.2.054	Atividades do Transporte Escolar	566	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.571 0	TERCICVE SD	366.318,45
***Recursos do SUS**							
****Emenda Parlamentar nº 44260009/Deputado Federal Maurício de Carvalho - (Banco CEF, Agência nº 4335-4, Conta nº 624019-6)**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.302.0017.2.072	Atendimento de Média e Alta Complexidade "Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar"	800	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.600 3110	TFFRSUSPGF - BMASPS ITUDEPI	700.000,00
TOTAL							**1.076.318,45**
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
****Contrapartida referente ao Convênio nº 213/2025/PGE-SEPOG (Banco do Brasil, Agência 1381-1, Conta 24232-2)**							
03.00	**SEMPLAFIN**						
03.01	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças						
03.01.04.123.0004.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	809	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	6.1.500 0	RNVI SD	3.541,00
TOTAL							**3.541,00**
Através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.302.0017.2.072	Atendimento de Média e Alta Complexidade "Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar"	810	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.501 1002	ORNV IDASPS	102.765,00
TOTAL							**102.765,00**
TOTAL GERAL							**1.492.406,29**

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto no artigo 4º da Lei) - REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
****Disponibilidade de dotação orçamentária para dar cobertura à Contrapartida referente ao Convênio nº 213/2025/PGE-SEPOG**							
03.00	**SEMPLAFIN**						
03.01	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças						
03.01.04.123.0004.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	53	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SD	3.541,00
TOTAL							**3.541,00**

Através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
03.00	**SEMPLAFIN**						
03.01	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças						
03.01.99.999.9999.9.999	Reserva de Contingência	79	9.9.99.99	Reserva de Contingência	0.1.501 0	ORNV SD	102.765,00
TOTAL							**102.765,00**
TOTAL GERAL							**106.306,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 9 DE SETEMBRO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
09/09/2025 13:45:48

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 500010 e o CRC F7AB04C9.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:9705539F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-APP E.M.E.I.E.F. 23 DE MARÇO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO 6/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2025

A Presidente da **APP E.M.E.I.E.F. 23 DE MARÇO,** no uso de suas atribuições legais baseados nos valores**ADJUDICADOS**, vem através do presente,**HOMOLOGAR**e**RATIFICAR** a execução da Dispensa de Licitação nº 24/2025 em conformidade com a **Lei 14.133/2021**e suas alterações posteriores, que tem como objeto Aquisição e pagamento de despesas para instalação de internet de alta velocidade e estabilidade, em favor da proponente**FIRMA:** GLOBO NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA **CNPJ:** 43.927.627/0001-03, no valor total de R$ 12.100,00 (doze mil e cem reais), conforme julgamento realizado pela Presidente da APP e tendo em vista os elementos que instruem o processo.

Item	Quant.	Unid.	DiscriminaçãoProduto	Marca	Preço Unit.	Preço Total
01	01	UNID	CABO ÓTICO	-	----------	----------
02	01	UNID	RB	-	----------	----------
03	01	UNID	ONT	-	----------	----------
04	01	UNID	UNIFFI	-	----------	----------
05	24	UNID	MENSALIDADE	-	R$ 400,00	R$ 9.600,00
06	01	UNID	PLANO 500 MB	-	----------	----------
07	01	UNID	SERVIÇO	-	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
					TOTAL	**R$ 12.100,00**

Cujubim-RO, 08 de setembro de 2025.

MÔNICA DE JESUS SOARES
Presidente da APP.

Publicado por:
Fernanda Teixeira Sampaio Lopes
Código Identificador:A39ADF17

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 10.1 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1550/2025

No dia 05 de Setembro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO** , inscrito(a) no CNPJ 05.893.631/0001-09, com sede à AV 15 DE NOVEMBRO n° S/N CEP 78957-000 – Guajará-Mirim-RO neste ato legalmente representado por **FABIO GARCIA DE OLIVEIRA**, portador do CPF n° **220.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):
Fornecedor: ESTRUTURALLE ENGENHARIA E PAVIMENTACAO LTDA CNPJ: 55.447.046/0001-45

Representante: Lucilia Freitas

Telefone: (69) 9362-4518

Email: luciliakofreitas@gmail.com

Endereço: R BELÉM, 80 - EMBRATEL, Porto Velho - RO - 76820-734

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
5	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	15.000,00	R$180.000,00

Descrição: LOCAÇÃO CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 LITROS; ano de fabricação não inferior a 2005; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante.

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
6	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	21.500,00	R$258.000,00

Descrição: LOCAÇÃO ROLO COMPACTADOR CORRUGADO PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO; com potência mínima de 125 hp; ano de fabricação não inferior a 2000; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante.

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
7	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	20.000,00	R$240.000,00

Descrição: LOCAÇÃO CAVALO MECÂNICO COM PRANCHA; com capacidade mínima de 13,5 toneladas destinado ao transporte de máquinas pesadas e no mínimo com 2 eixos; ano de fabricação não inferior a 2005; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante.

Total: R$ 678.000,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **05/09/2026** , a contar do dia **05/09/2025** .

1 - DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1- A presente Ata tem por objeto **Registro De Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, visando à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhão basculante e máquinas pesadas, com operador, visando atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP e Coordenadoria Geral Municipal de Estradas e Rodagens**, em atendimento as necessidades das Secretarias do Município de Guajará-Mirim, **conforme Termo de Referência**, constantes da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico **n. º 16/2025**, para Registro de Preços **nº 10/2025**.

2 - DA VALIDADE DA ATA - CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência da ata de registro de preços **será de 1 (um)** ano, a contar da data de sua publicação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas)** e no **Diário Oficial dos Municípios – AROM**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, **poderá haver** a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. Conforme Decreto Municipal nº 17.195/GAB.PREF. /2025.
Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, assinar a ata de registro de preços.
Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência.
No caso de exigência de garantia e/ou validade do produto, obedecerá às previsões do Termo de Referência.
2.5 - Durante o prazo de vigência desta Ata, **O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM** não será obrigada a adquirir os produtos referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à (s) empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidas à (s) empresa (s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES - CLÁUSULA TERCEIRA

A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que devidamente comprovada à vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com o Gerente do Registro de Preços, pelo fone/fax (69) 98425-0443.
– O órgão gerenciador dever consultar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, se aceita ou não o fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes.
– É facultado ao licitante detentor da Ata de Registro de Preços aceitar ou não o fornecimento adicional a órgão não participante, ressalvada a garantia de cumprimento das obrigações anteriormente assumidas em relação aos órgãos participantes.
– Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
– O órgão ou entidade não participante, deverá observar as regras quanto ao controle para adesão à Ata de Registro de Preços, conforme os limites abaixo estabelecidos:
– As aquisições ou as contratações adicionais, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgão ou entidades participantes.
– **O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder, na totalidade, ou dobro do quantitativo de cada item/lote** registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.
– Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4 -**DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA**

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO às necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados.
Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO devera:
a) Convocar a Detentora dos Preços Registrados visando à negociação para a redução de preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e
c). Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.
Quando o preço de mercado tornar - se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MUNICÍPIO poderá:
a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e
b) convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, bem como, não incidindo a hipótese prevista na letra b, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item/lote da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese prevista nos itens 4.3 letra a, será excepcionalmente admitida a revisão de preços, quando tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público depois de cumprido o disposto na letra b do item 4.3.

A revisão de preços previsto no item 4.5, poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ARP, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos, devendo ser obedecido os seguintes procedimentos:
a) Cabe ao fornecedor protocolar junto ao órgão gerenciador, Requerimento solicitando a revisão de Preços devidamente justificado e instruído com documentos capazes de evidenciar o surgimento de uma onerosidade excessiva em relação às obrigações incialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se de, por exemplo, notas fiscais antigas e recentes, lista de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes, a juízo do órgão gerenciador, ou ainda, tabelas oficiais ou atos de emanados do Poder Público que comprovem a onerosidade.
b) Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, conforme disposto na letra **"a"**, o órgão gerenciador através da divisão de reequilíbrio e análise de preços, realizará ampla pesquisa de mercado junto, com no mínimo 03 (três) fornecedores do ramo da atividade, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.
Junto com os documentos comprobatórios, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.
O documento do fornecedor solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro será apreciado por Comissão de Negociação devidamente designada por autoridade competente e submetida também à Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município, para efeitos de parecer e análise, e eventual homologação.
As alterações decorrentes do reequilíbrio e/ou revisão dos preços serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (AROM), e ficará disponibilizado em meio eletrônico na página do MUNICÍPIO durante toda vigência da Ata de Registro de Preços, para fins de validade do novo preço registrado.
É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilíbrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré- definidas nesta Ata.
No caso indeferimento do Pedido de Revisão, poderá o Órgão Gerenciador liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.
Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescente, respeitada a ordem classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

5 – INALTERABILIDADE DO OBJETO – CLAUSULA QUINTA

É vedado o recebimento do serviço que possua características diversas das constantes na Ata de Preços e na Proposta, bem como descaracterize de qualquer forma, o objeto licitado.

6 - DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO (S) BEM (NS) – CLAUSULA SEXTA

Serão fornecedoras dos objetos desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.
A convocação para o fornecimento será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados.
O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.
Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a Administração convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar o fornecimento e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando as faltosas às penalidades admitidas em lei e previstas neste Edital.
Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.
O (s) fornecimento (s) dos objetos desta licitação deverá (ão) ser entregue (s) acompanhado (s) de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.
A (s) licitante (s) detentora (s) da Ata de Registro de Preços ficará (ao) obrigada (s) quando for o caso a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade não corresponder ao exigido nas requisições, ou nos processos oriundos deste, a detentora será chamada de imediato para fazer a devida substituição, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento, e/ou rescisão da Ata, a critério da Comissão de Gerenciamento da Ata e da Autoridade Competente.

7. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO – CLÁUSULA SÉTIMA

7.1- O Serviço será utilizado de acordo com a demanda da Secretaria conforme endereços indicados pela Unidade Administrativa ou a retirada no local.
Os serviços, quando objeto de fornecimento, deverão ser entregues conforme Ordens de Fornecimento e requisições emitidas pelas Unidades requisitantes. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de fornecimento/serviço, conforme determinado pelo Setor Requisitante. O recebimento será feito por servidor responsável ou comissão de recebimento designada, para fins de acompanhamento, fiscalização, conferência e aceite. O pagamento da nota fiscal será efetuado após o consumo total das requisições.
As locações serão realizadas de forma parcelada.
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO A ADMINISTRAÇÃO DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.
Condições de execução
No valor da contratação, deverá estar incluído todos os custos básicos da locação, manutenção, lubrificante, peças de reposição, assim como encargos trabalhista e constituirá a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto.
Todos os veículos fornecidos devem estar devidamente registrados no órgão de trânsito competente e com o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigente. 8.3.3. O compromisso para a locação de veículos, por mês, só estará caracterizado após emissão da nota de empenho.
O Controle e anotação das locações prestados pelos veiculos, serão de responsabilidade da Secretaria Municipal, que irá realizar o acompanhamento através do servidor a ser designado, ou uma comissão para exercer a atividade referida, preenchendo Boletins diários.
Os veiculos deverão estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, devendo a contratada substituir aqueles que não atenderem esta exigência imediatamente após a notificação formal das Secretarias participantes.

A Contratada se obriga a socorrer os veículos, que apresentar defeito ou sofrer acidente, consertando-o no próprio local, quando possível, ou então substituí-los de imediato a critério da fiscalização das Secretarias Municipais participantes.

8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA

Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.
Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou contrato.
O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus anexos.
Se, após o recebimento provisório, for constatado que os objetos foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Art. 119, lei 14.133/21).
Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado. 10.2.10. Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.
A comissão de recebimento das secretarias citadas acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9- CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR - CLÁUSULA NOVA

A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, do Edital ou das leis aplicáveis ao caso;
b) não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
d) tiver presentes razões de interesse público.
O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa serão formalizados por despacho da Chefia de Gabinete/Órgão Gerenciador.
A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA

– Entregar os equipamentos de acordo com o especificado no Termo Referência.
– A futura contratada se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, à Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.
– A futura contratada deverá assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados.
– A futura contratada deverá assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos materiais solicitados;
- Atender prontamente as solicitações da contratante acerca do fornecimento, e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo dos Bens" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/ acompanhamento;
- Comunicar ao SRP (sistema de Registro de preço), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

- Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos serviços a cargo do licitante vencedor, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e edital.
- Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste Termo de Referência.
- Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.
- Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- Gerenciar a ata de registro de preços nos termos definidos nas Legislações, fazendo cumprir as determinações nela impostas.
- Permitir o acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações.
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela futura contratada.
– E demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

12 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do Município de Guajará-Mirim, que tem como Projeto Atividade e elemento de despesa da Secretaria envolvida, conforme abaixo discriminado:
- Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto Atividade: 04 122 0011 0071 0000 – Manutenção das Atividades da SEMOSP Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM
Projeto Atividade 15 451 0012 2076 0000 – Manutenção das Atividades do Convenio nº 612/2024/PGE- DERADM
Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros –
Projeto Atividade 15 451 0012 2077 0000 – Manutenção das Atividades do Convenio nº 610/2024/PGE- DERADM
Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:
moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;
compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato/Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Todas as sanções previstas neste Contrato/Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.
158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
a) as peculiaridades do caso concreto;
b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
c) os danos que dela provierem para o Contratante;
d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - DÉCIMA QUARTA

- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;
- Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;
- A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas, complementares e disposições desta Ata e deste Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos;
- Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos, o Edital de Licitação – **Pregão Eletrônico nº 16/2025** com **SRP 10/2025** e a proposta da detentora.
- Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Guajará-Mirim para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. Lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ESTRUTURALLE ENGENHARIA E PAVIMENTACAO LTDA
55.447.046/0001-45

Publicado por:
Roger Ghalwan Tavares de Souza
Código Identificador:06D42F9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 10 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1550/2025

No dia 05 de Setembro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO** , inscrito(a) no CNPJ 05.893.631/0001-09, com sede à AV 15 DE NOVEMBRO n° S/N CEP 78957-000 – Guajará-Mirim-RO neste ato legalmente representado por **FABIO GARCIA DE OLIVEIRA**, portador do CPF n° **220.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):
Fornecedor: DPZ - COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI CNPJ: 03.624.691/0001-92

Representante: PAULO ZEED

Telefone: (69) 3541-3071

Email: ceramicazeed@yahoo.com.br

Endereço: AV CAMPOS SALES, 520 - SERRARIA, Guajará-Mirim - RO - 78957-000

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
1	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	15.500,00	R$186.000,00

Descrição: LOCAÇÃO CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³; ano de fabricação não inferior a 2005; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
2	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	15.500,00	R$186.000,00

Descrição: LOCAÇÃO CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³; ano de fabricação não inferior a 2005; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
3	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	15.500,00	R$186.000,00

Descrição: LOCAÇÃO CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³; ano de fabricação não inferior a 2005; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R$	Valor Total:
4	12,00	MENSAL	SERVIÇO	SERVIÇO	15.500,00	R$186.000,00

Descrição: LOCAÇÃO CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³; ano de fabricação não inferior a 2005; com operador devidamente habilitado; combustível por parte da contratante

Total: R$ 744.000,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **05/09/2026** , a contar do dia **05/09/2025** .

1 - DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1- A presente Ata tem por objeto **Registro De Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, visando à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhão basculante e máquinas pesadas, com operador, visando atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP e Coordenadoria Geral Municipal de Estradas e Rodagens**, em atendimento as necessidades das Secretarias do Município de Guajará-Mirim, **conforme Termo de Referência**, constantes da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico **n. º 16/2025**, para Registro de Preços**nº 10/2025**.

2 - DA VALIDADE DA ATA - CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência da ata de registro de preços **será de 1 (um)** ano, a contar da data de sua publicação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas)** e no **Diário Oficial dos Municípios – AROM**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, **poderá haver** a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. Conforme Decreto Municipal nº 17.195/GAB.PREF. /2025.
Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, assinar a ata de registro de preços.
Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência.
No caso de exigência de garantia e/ou validade do produto, obedecerá às previsões do Termo de Referência.
2.5 - Durante o prazo de vigência desta Ata, **O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM** não será obrigada a adquirir os produtos referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à (s) empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidas à (s) empresa (s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES - CLÁUSULA TERCEIRA

A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que devidamente comprovada à vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com o Gerente do Registro de Preços, pelo fone/fax (69) 98425-0443.
– O órgão gerenciador dever consultar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, se aceita ou não o fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes.
– É facultado ao licitante detentor da Ata de Registro de Preços aceitar ou não o fornecimento adicional a órgão não participante, ressalvada a garantia de cumprimento das obrigações anteriormente assumidas em relação aos órgãos participantes.
– Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
– O órgão ou entidade não participante, deverá observar as regras quanto ao controle para adesão à Ata de Registro de Preços, conforme os limites abaixo estabelecidos:
– As aquisições ou as contratações adicionais, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgão ou entidades participantes.
– **O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder, na totalidade, ou dobro do quantitativo de cada item/lote** registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão
ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.
– Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4 - DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO às necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados.
Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO devera:
a) Convocar a Detentora dos Preços Registrados visando à negociação para a redução de preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e
c). Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.
Quando o preço de mercado tornar - se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MUNICÍPIO poderá:
a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e
b) convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, bem como, não incidindo a hipótese prevista na letra b, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item/lote da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese prevista nos itens 4.3 letra a, será excepcionalmente admitida a revisão de preços, quando tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público depois de cumprido o disposto na letra b do item 4.3.
A revisão de preços previsto no item 4.5, poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ARP, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos, devendo ser obedecido os seguintes procedimentos:
a) Cabe ao fornecedor protocolar junto ao órgão gerenciador, Requerimento solicitando a revisão de Preços devidamente justificado e instruído com documentos capazes de evidenciar o surgimento de uma onerosidade excessiva em relação às obrigações incialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se de, por exemplo, notas fiscais antigas e recentes, lista de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes, a juízo do órgão gerenciador, ou ainda, tabelas oficiais ou atos de emanados do Poder Público que comprovem a onerosidade.
b) Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, conforme disposto na letra **"a"**, o órgão gerenciador através da divisão de reequilíbrio e análise de preços, realizará ampla pesquisa de mercado junto, com no mínimo 03 (três) fornecedores do ramo da atividade, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.
Junto com os documentos comprobatórios, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.
O documento do fornecedor solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro será apreciado por Comissão de Negociação devidamente designada por autoridade competente e submetida também à Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município, para efeitos de parecer e análise, e eventual homologação.
As alterações decorrentes do reequilíbrio e/ou revisão dos preços serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (AROM), e ficará disponibilizado em meio eletrônico na página do MUNICÍPIO durante toda vigência da Ata de Registro de Preços, para fins de validade do novo preço registrado.
É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilíbrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré- definidas nesta Ata.
No caso indeferimento do Pedido de Revisão, poderá o Órgão Gerenciador liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.
Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescente, respeitada a ordem classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

5 – INALTERABILIDADE DO OBJETO – CLAUSULA QUINTA

É vedado o recebimento do serviço que possua características diversas das constantes na Ata de Preços e na Proposta, bem como descaracterize de qualquer forma, o objeto licitado.

6 - DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO (S) BEM (NS) – CLAUSULA SEXTA

Serão fornecedoras dos objetos desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.
A convocação para o fornecimento será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados.
O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.
Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a Administração convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar o fornecimento e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando as faltosas às penalidades admitidas em lei e previstas neste Edital.
Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.
O (s) fornecimento (s) dos objetos desta licitação deverá (ão) ser entregue (s) acompanhado (s) de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.
A (s) licitante (s) detentora (s) da Ata de Registro de Preços ficará (ao) obrigada (s) quando for o caso a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade não corresponder ao exigido nas requisições, ou nos processos oriundos deste, a detentora será chamada de imediato para fazer a devida substituição, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento, e/ou rescisão da Ata, a critério da Comissão de Gerenciamento da Ata e da Autoridade Competente.

7. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO – CLÁUSULA SÉTIMA

7.1- O Serviço será utilizado de acordo com a demanda da Secretaria conforme endereços indicados pela Unidade Administrativa ou a retirada no local.
Os serviços, quando objeto de fornecimento, deverão ser entregues conforme Ordens de Fornecimento e requisições emitidas pelas Unidades requisitantes. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de fornecimento/serviço, conforme determinado pelo Setor Requisitante. O recebimento será feito por servidor responsável ou comissão de recebimento designada, para fins de acompanhamento, fiscalização, conferência e aceite. O pagamento da nota fiscal será efetuado após o consumo total das requisições.
As locações serão realizadas de forma parcelada.
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO A ADMINISTRAÇÃO DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.
Condições de execução
No valor da contratação, deverá estar incluído todos os custos básicos da locação, manutenção, lubrificante, peças de reposição, assim como encargos trabalhista e constituirá a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto.
Todos os veículos fornecidos devem estar devidamente registrados no órgão de trânsito competente e com o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigente. 8.3.3. O compromisso para a locação de veículos, por mês, só estará caracterizado após emissão da nota de empenho.

O Controle e anotação das locações prestados pelos veiculos, serão de responsabilidade da Secretaria Municipal, que irá realizar o acompanhamento através do servidor a ser designado, ou uma comissão para exercer a atividade referida, preenchendo Boletins diários.
Os veiculos deverão estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, devendo a contratada substituir aqueles que não atenderem esta exigência imediatamente após a notificação formal das Secretarias participantes.
A Contratada se obriga a socorrer os veículos, que apresentar defeito ou sofrer acidente, consertando-o no próprio local, quando possível, ou então substituí-los de imediato a critério da fiscalização das Secretarias Municipais participantes.

8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA

Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.
Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou contrato.
O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus anexos.
Se, após o recebimento provisório, for constatado que os objetos foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Art. 119, lei 14.133/21).
Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado. 10.2.10. Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.
A comissão de recebimento das secretarias citadas acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR - CLÁUSULA NOVA

A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, do Edital ou das leis aplicáveis ao caso;
b) não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
d) tiver presentes razões de interesse público.
O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa serão formalizados por despacho da Chefia de Gabinete/Órgão Gerenciador.
A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA

– Entregar os equipamentos de acordo com o especificado no Termo Referência.
– A futura contratada se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, à Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.
– A futura contratada deverá assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados.
– A futura contratada deverá assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos materiais solicitados;
- Atender prontamente as solicitações da contratante acerca do fornecimento, e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo dos Bens" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/ acompanhamento;
- Comunicar ao SRP (sistema de Registro de preço), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

- Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

- Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos serviços a cargo do licitante vencedor, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e edital.
- Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste Termo de Referência.
- Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.
- Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- Gerenciar a ata de registro de preços nos termos definidos nas Legislações, fazendo cumprir as determinações nela impostas.
- Permitir o acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações.
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela futura contratada.
– E demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

12 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do Município de Guajará-Mirim, que tem como Projeto Atividade e elemento de despesa da Secretaria envolvida, conforme abaixo discriminado:
- Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto Atividade: 04 122 0011 0071 0000 – Manutenção das Atividades da SEMOSP Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM
Projeto Atividade 15 451 0012 2076 0000 – Manutenção das Atividades do Convenio nº 612/2024/PGE- DERADM
Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros –
Projeto Atividade 15 451 0012 2077 0000 – Manutenção das Atividades do Convenio nº 610/2024/PGE-
DERADM
Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:
moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;
compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato/Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Todas as sanções previstas neste Contrato/Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.
158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

a) as peculiaridades do caso concreto;
b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
c) os danos que dela provierem para o Contratante;
d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - DÉCIMA QUARTA

- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;
- Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;
- A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas, complementares e disposições desta Ata e deste Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos;
- Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos, o Edital de Licitação – **Pregão Eletrônico nº 16/2025** com **SRP 10/2025** e a proposta da detentora.
- Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Guajará-Mirim para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. Lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DPZ - COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
03.624.691/0001-92

Publicado por:
Roger Ghalwan Tavares de Souza
Código Identificador:82996C45

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento no inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal e nas Leis Municipais nº 544/2002, 820/2007, 938/2009, 1073/2011 e 1.102/2012 e posteriores alterações, e de acordo com a documentação constante no Processo nº 3696/2024,**CONVOCA**os (as) candidatos (as) abaixo a comparecerem junto ao Departamento de Recursos Humanos na Sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, localizada na Av. Tancredo Neves nº 2.584, Centro, Machadinho D'Oeste/RO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Publicação deste, nos horários de atendimento das 07:30h ás 13:30h, para fins de contratação temporária, conforme classificado no**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2025.**

PROFESSOR PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR (NÍVEL II)30 HORAS - URBANA/RURAL

Nº CLASSIFICAÇÃO	NOME
154º	Carla Gabriela da Silva Lima Machado
155º	Katiane de Paula Oliveira
156º	Willian Max Shineider Vieira
157º	Maiza da Silva
158º	Geraldo Deziderio Atanazio
159º	Sirley de Jesus Souza Alves

160º	Simone Daveis Galeazzi
161º	Sebastiana M. Duque Soares

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

TIPO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
01 original	Fotografia ¾ (recente);	
01 cópia	Cédula de Identidade;	
01 cópia	CPF/MF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;	2ª via, emitir no site da Receita Federal.
01 cópia	Título de Eleitor;	
01 original	Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;	Emitir no site do TRE.
01 cópia	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); física ou digital.	Páginas da física: número e série, qualificação civil.
01 cópia	Diploma ou Histórico, devidamente registrado, de Conclusão de Curso/Formação conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;	
01 cópia	Número do PIS/PASEP, disponível em documentos oficiais, tais como: Cartão Cidadão, CTPS, documento fornecido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;	
01 original	Caso o candidato não possua cadastro no PIS/PASEP, apresentar declaração de não ser cadastrado;	Emissão do próprio candidato.
01 cópia	Certidão de Nascimento ou Casamento com as respectivas averbações se for o caso;	
01 cópia	Se casado (civilmente) apresentar cópia CPF cônjuge;	
01 cópia	Certidão de Nascimento dos dependentes legais menores de 21 anos de idade; e CPF.	
01 cópia	Cartão de vacina dos dependentes até 05 anos;	
01 original	Declaração de frequência escolar dos dependentes com idade a partir de 04 anos;	
01 cópia	Carteira de Reservista (destinada ao sexo masculino);	
01 cópia	Comprovante de Residência (caso o comprovante não esteja em nome do candidato, apresentar declaração do proprietário do imóvel que ali reside ou se for o caso cópia do contrato de locação);	
01 original	Declaração constando contato telefônico;	Emissão do próprio candidato.
01 cópia	Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil;	
01 original	Caso o candidato não possua conta no Banco do Brasil, apresentar declaração de não possuir conta;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Certidão Negativa de Débitos com o Município de Machadinho D´Oeste/RO;	Emitir no Prédio da Receita Municipal.
01 original	Certidão Negativa de Débitos Estadual e Federal;	Emitida e validada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br e www.sefin.ro.gov.br
01 original	Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;	Emitida e validada através do site: www.tce.ro.gov.br
01 original	Certidão Negativa da Justiça Federal das Regiões onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;	Emitida e validada através do site: www.cjf.jus.br
01 original	Certidão Negativa da Justiça Estadual das comarcas onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;	Emitida e validada através do site: www.tj.ro.gov.br ou através de site específico das comarcas onde residiu nos últimos 05 anos.
01 original	Auto-declaração étnico-racial, para fins do disposto na Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.784/2023, em cumprimento a Lei nº 14.553/2023;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Declaração se possui ou não dependentes para dedução no Imposto de Renda; contendo nome, CPF e grau de parentesco; acompanhada de cópia de CPF do dependente e documento de identificação;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Declaração se possui ou não dependentes menores de 14 anos para recebimento do salário família; contendo nome e CPF, acompanhada de cópia da certidão de nascimento, declaração escolar e cartão de vacina;	Emissão do próprio candidato.
01 cópia	Declaração do Imposto de Renda IRRF. O candidato que tenha exercido cargo comissionado, função gratificada ou cargo político no último ano/exercício, apresentar Declaração de Bens e Rendas enviada ao Tribunal de Contas; I.N. 28/TCE/RO/2012	
01 original	Caso o candidato não declare Imposto de Renda, apresentar declaração de bens e valores;	Emissão do próprio candidato.
02 originais	Declaração do candidato informando se ocupa ou não cargo público.	Emissão do próprio candidato.
02 originais	Caso o candidato ocupe cargo público, deverá apresentar também certidão expedida pelo órgão de lotação contendo as seguintes especificações: cargo, escolaridade exigida para o exercício do cargo, carga horária contratual, vínculo jurídico do cargo, dias, horários, escala de plantão e a unidade administrativa em que exerce suas funções;	
01 original	Declaração de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do serviço público;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Declaração informando sobre a existência ou não de Investigações Criminais, Ações Cíveis, Penais ou Processo Administrativo em que figure como indiciado ou parte;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Caso inscrito para as vagas destinadas a portadores de necessidade especial apresentar laudo médico evidenciando a aptidão para a função pretendida.	
Exames Médicos	Atestado de sanidade física e mental.	
01 cópia	Edital de convocação.	

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 09/09/2025 às 09:14, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**821675**e o código verificador**524D505B**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	KAREN DANIELE DE SOUZA AMANCIO	***.099.002-**	08/09/2025 14:21

Referência: Processo nº 1-3696/2024.	Docto ID: 821675 v1

Publicado por:
Angelica Figueiredo de Azevedo
Código Identificador:E0C14CA1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N°4880/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº4880 DE 05 de setembro de 2025.

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL, NO VALOR DE R$ 12.300,00 (DOZE MIL E TREZENTOS REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais conferidas peloart. 56, IV da Lei Orgânica do município, e:

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com a**LEI MUNICIPAL Nº 2606, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024(ID 675005)**e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso I;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor dos documentos:MEMORANDO 445 de 04/09/2025 (ID 819038), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar porAnulação de Dotação, no valor de**R$12.300,00 (doze mi e trezentos reais)**no exercício financeiro de 2.025, em favor da Secretaria Municipal de GABINETE, conforme abaixo distribuído:

F/R: 0.2.500.0
C/A: 001.001

Poder: 02 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DESTE				
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE				
Projeto/Atividade: 2007.0000				
TIPO DE CRÉDITO	FICHA	PROGRAMAÇÃO	NATUREZA	VALOR
SUPLEMENTAR	594	04.122.0003.2.007.0000	33.90.39.00	12.300,00

SUB TOTAL	12.300,00

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado o SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no balanço patrimonial conformeAnexo Balancete 01 de 20/02/2025 (ID 706133), visando reforço orçamentário para custear: Despesas de acordo com a solicitação do memorando anexo as considerações.

Art. 2º.O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 05 dias do mês de setembro do ano de 2025.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 08/09/2025 às 16:44, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**821055**e o código verificador**4CC69EBA**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:4A32A8CA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1523/2025

DE 09 DE SETEMBRO 2025.

"Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente crédito adicional especial proveniente de excesso de arrecadação e anulação de dotação orçamentária, cria o Projeto/1090 – CV n° 220/2025/PGE-SEOSP para Aquisição de Playground, e dá outras Providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA, ESTADO DE RONDÔNIA, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, crédito adicional especial proveniente de excesso de arrecadação e anulação de dotação orçamentária na importância de R$ 151.226,00 (cento e cinqüenta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais) na unidade orçamentária a seguir,

de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.467, de 27 de dezembro de 2024), cria o Projeto/**1090 – CV Nº 220/2025/PGE-DERADM PARA AQUISIÇÃO DE PLAYGROUN**, distribuídos a seguinte dotação:

Suplementação (+): ..... R$ 151.226,00

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.
04.122.0004.1090 – CV nº 220/2025/PGE-SEOSP para Aquisição de Playground.
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 143.664,70
F.R.: 1 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.
04.122.0004.1090 – CV nº 220/2025/PGE-SEOSP para Aquisição de Playground.
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 7.561,30
F.R.: 1 500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação e anulação de dotação orçamentária, fonte de Recursos 1.500 - Recursos do Tesouro – Não Vinculados de Impostos - Recursos Ordinários, fonte de recursos STN (MSC) 1.500, Fonte de Recursos 1.701 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente – Outras Transf. de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados, fonte de recursos STN (MSC) 1.701.

Excesso de Arrecadação: ..... R$ 143.664,71
Anulação (-): ..... R$ 7.561,30

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.
04.122.0004.2006 – Desenvolvimento das Atividades da SEAMFP.
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ -7.561,30
F.R.: 1 500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Art. 3º Faz parte desta Lei Anexo I - Memória de cálculo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO
Excesso de arrecadação

Fonte	Fonte STN (MSC)	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Excesso de Arrecadação
1.701	1.701	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 143.664,70

Anulação de dotação orçamentária

P.A	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0004.2006	4.4.90.52	1.500	R$ 7.561,70	R$ 0,00
0004.1090	4.4.90.52	1.500	R$ 0,00	R$ 7.561,30

Quadro para solicitação do crédito

P.A	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0004.1090	4.4.90.52	1.701	-	R$ 143.664,70
0004.1090	4.4.90.52	1.500	-	R$ 7.561,30

Mirante da Serra – RO, 09 de setembro de 2025.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:D78AAD34

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.829, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Altera a lei Municipal nº782/GAB/2017, de 17 de agosto de 2017, lei que dispõe sobre os cargos de direção, chefia e assessoramento e funções gratificadas, de livre nomeação e exoneração, integrantes da estrutura administrativa organizacional do Município, quantidade e dá outras providências."

Eu, *IVAIR JOSÉ FERNANDES*, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica municipal, FAÇO SABER, que a *CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO*, aprovou e eu, sanciono a seguinte,

L E I

Art. 1º.Fica criado no quadro de vagas da Secretaria Municipal de Gestão em Produção Agrícola - SEPAGRI, disposto na lei 782/GAB/2017, de 17 de agosto de 2017, lei que institui os cargos de direção, chefia e assessoramento e funções gratificadas, de livre nomeação e exoneração, o cargo de Coordenador de Compras e Convênios da Agricultura, com remuneração disposta no ANEXO I e atribuições especificadas no ANEXO II, desta Lei.
Art. 2º.Ficam majoradas a remunerações dos cargos de coordenador de compras e licitações, diretor de recursos humanos do FME, diretor de manutenção e infraestrutura da educação, gerente de projetos educacionais, tesoureiro do FME, coordenador de divisão de convênios, coordenador de divisão de supervisão escolar, vinculados Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, previsto na lei Municipal 782/17, a qual dispõe sobre os cargos de direção, chefia, assessoramento e funções gratificadas, de livre nomeação e exoneração, integrantes da estrutura administrativa organizacional do Município, com valores definidos pelo ANEXO I, desta Lei.
Art. 3º. O cargo de Coordenador de compras e licitações, vinculado Secretaria Municipal de Gestão em Educação – SEMED, passa a dispor de 2 vagas em seu quadro, conforme ANEXO I, desta lei.
Art. 4º. O cargo de Gerente de Projetos Educacionais, vinculado Secretaria Municipal de Gestão em Educação – SEMED, passa a dispor de 3 vagas em seu quadro, conforme ANEXO I, desta lei.
Art. 5º. O cargo de Coordenador de Divisão de Convênios, vinculado Secretaria Municipal de Gestão em Educação – SEMED, passa a dispor de 3 vagas em seu quadro, conforme ANEXO I, desta lei.
Art. 6º.Ficas majoradas as remunerações dos cargos de Coordenador de Compras e Convênios e Assessor em Gestão de Serviços Públicos III, vinculados Secretaria Municipal de Gestão de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, previsto na lei Municipal 782/17, a qual dispõe sobre os cargos de direção, chefia, assessoramento e funções gratificadas, de livre nomeação e exoneração, integrantes da estrutura administrativa organizacional do Município, com valores definidos pelo ANEXO I, desta Lei
Art. 7º.Ficam majoradas as remunerações dos cargos de Coordenador de Serviço de Campo e Gestão de Frota, Coordenador Geral de Agricultura, Diretor de Fiscalização e Veterinária, Diretor de Psicultura, Assessor Técnico em Agricultura, Assessor em Gestão de Frota SEPAGRI, Agente Operacional, Diretor de Processamento de Dados, Diretor de Fomento Agrícola e Assessor Operacional, vinculados a Secretaria Municipal de Gestão em Produção Agrícola - SEPAGRI, previsto na lei Municipal 782/17, a qual dispõe sobre os cargos de direção, chefia, assessoramento e funções gratificadas, de livre nomeação e exoneração, integrantes da estrutura administrativa organizacional do Município, com valores definidos pelo ANEXO I, desta Lei.
Art. 8º.Fica majorada a remuneração do cargo de Técnico de Controle e Verificação de Despesa, vinculado a Controladoria Geral do Município - COGER, previsto na lei Municipal 782/17, a qual dispõe sobre os cargos de direção, chefia, assessoramento e funções gratificadas, de livre nomeação e exoneração, integrantes da estrutura administrativa organizacional do Município, com valores definidos pelo ANEXO I, desta Lei.
Art. 9º. O cargo de Coordenador de Serviço de Campo e Gestão de Frota, Vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Produção Agrícola - SEPAGRI, passa a dispor de 3 vagas em seu quadro, conforme ANEXO I, desta lei.
Art. 10º**.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, QUANTIDADE E REMUNERAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO EM PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ORGNIZAÇÃO AGRÁRIA – SEPAGRI				
Cargo	Quant.	----------	----------	Remuneração
Coordenador de Compras e Convênios da Agricultura	1	R$: 300,00	R$: 2.700,00	R$: 3.000,00
Coordenador de serviço de campo e gestão de frota	3	R$: 300,00	R$: 2,700,00	R$: 3.000,00
Coordenador geral de agricultura	1	R$: 330,00	R$: 2.970,00	R$: 3.300,00
Diretor de fiscalização e veterinária	1	R$: 270,00	R$: 2.430,00	R$: 2.700,00
Diretor de agricultura e psicultura	1	R$: 270,00	R$: 2.430,00	R$: 2.700,00
Assessor técnico em agricultura	1	R$: 200,00	R$: 1.800,00	R$: 2.000,00
Assessor em gestão de frota SEPAGRI	3	R$: 350,00	R$: 3.150,00	R$: 3.500,00
Agente de apoio operacional	2	R$: 210,00	R$: 1.890,00	R$: 2.100,00
Diretor de processamento de dados	1	R$: 152,00	R$: 1.368,00	R$: 1.520,00
Diretor de fomento agricola	1	R$: 152,00	R$:1.368,00	R$: 1.520.00
Assessor operacional	1	R$: 182,00	R$: 1.638,00	R$: 1.820,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO - SEMED				
Cargo	Quant.	----------	----------	Remuneração
Coordenador de compras e licitações	2	R$: 350,00	R$: 3.150,00	R$: 3.500,00
Diretor de recursos humanos do FME	1	R$: 250,00	R$: 2.250,00	R$: 2.500,00
Diretor de manutenção e infraestrutura da educação	1	R$: 300,00	R$: 2.700,00	R$: 3.000,00
Gerente de projetos educacionais	3	R$: 250,00	R$: 2.250,00	R$: 2.500,00
Tesoureiro da FME	1	R$: 350,00	R$: 3.150,00	R$: 3.500,00
Coordenador de divisão de convênios	1	R$:350,00	R$: 3.150,00	R$: 3.500,00
Coordenador de divisão de supervisão escolar	3	R$: 350,00	R$: 3.150,00	R$: 3.500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO EM OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP

Cargo	Quant.	----------	----------	Remuneração
Coordenador de Compras e Convênios	1	R$: 400,00	R$: 3.600,00	R$: 4.000,00
Assessor em Gestão de Serviços Públicos III	1	R$: 350,00	R$: 3.150,00	R$: 3.500,00

CONTROLADORIA GERAL - COGER				
Cargo	Quant.	----------	----------	Remuneração
Técnico de Controle e Verificação de Despesa	1	R$: 250,00	R$: 2.250	R$: 2.500,00

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES

Coordenador de Compras e Convênios da Agricultura.

Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de compras, otimizar os processos, reduzir custos e garantir o abastecimento adequado de materiais e serviços,gestão de fornecedores, negociação de preços e prazos, acompanhamento de estoque, controle de qualidade.

Monte negro, 09 de setembro de 2025

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:7FB88DBF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:04/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA:04/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	OURO PRETO/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: ARTHUR EMILIO FILHO CADASTRO: 1837
CARGO/FUNÇÃO: CHEFE DE S. DE C. VEICULOS E FROTA PLACA DO VEICULO: SLL7i19
CPF: ***.435.212-** RG: *8047*
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:(69)XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001 - 0 CONTA: 24266 - 7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá acompanhar revisão preventiva do veiculo Etyos de Placa NCZ8D22 na Casa da borrocha no município de Ouro Preto/RO.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 04/07/2025

ARTHUR EMILIO FILHO
CHEFE DE SETOR DE CONTROLE DE VEICULOS E FROTA

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:5FD86779

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:06/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 100%
	CHEGADA:07/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$451,20

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: JEAN DO NASCIMENTO OLIVEIRA CADASTRO: 1607
CARGO/FUNÇÃO:MOTORISTA VEICULO LEVE CLT PLACA DE VEICULO: SLL7i19
CPF: XXXXXXXXX-42 RG: XXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: (69)XXXXX-XXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001 - 0 CONTA: 23728 - 0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduziros servidoresSimone Rodrigues Eller Secretaria de saúde, Samia Miranda Oliveira Agente administrativa técnica eLuan Andreani Zanatta Engenheiro Civil municipalpara alinhamento do projeto para construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) porte I, onde será relizado no predio da Agevisa no municipio de Porto Velho/RO .

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 451,20 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 04/07/2025

JEAN DO NASCIMENTO OLIVEIRA
MOTORISTA VEICULO LEVE CLT

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:EC0212F1

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:06/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 100%
	CHEGADA:07/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$451,20

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: LUAN ANDREANI ZANATTA
CARGO/FUNÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL
RG: XXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXX-44
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO -RO TELEFONE: (69) XXXXX-XXXX
CADASTRO: 1522 LOTAÇÃO: SEMOSPAS
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4127-0 CONTA: 8381-X

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde juntamente com imone Rodrigues Eller Secretaria de saude eSamia Miranda Oliveira Agente administrativa tecnicaira participar de uma reuniaopara alinhamento do projeto para construção da Unidade Babasica de Saude (UBS) porte I, onde sera relizado no predio da Agevisa no municipio de Porto Velho/RO .

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 451,20 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 04/07/2025
LUAN ANDREANI ZANATTA
ENGENHEIRO CIVIL

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:E709AC06

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 08/07/2025	Nº DIARIAS	02 (Duas) DE 100%
	CHEGADA: 10/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: JURACI FIRMINO COSTA CADASTRO: 1265
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO:SLL7I19
CPF: XXXXXXXXX-15 RG: XXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 15376-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO, onde irá conduzir servidores paraparticipar da Reunião pré-CIB do COSEMS/RO, 5ª Reunião do COSEMS/RO, Câmara Técnica e 6ª Reunião Ordinária da CIB de 2025 no Município de Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 08/07/2025
JURACI FIRMINO COSTA
MOTORISTA DE VEÍCULO

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:867C678E

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 08/07/2025	Nº DIARIAS	02 (Duas) DE 100%
	CHEGADA: 10/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: SAMIA MIRANDA OLIVEIRA CADASTRO: 1889
CARGO/FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO
CPF: XXXXXXXXX-09 RG: XXXXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE: (69) XXXXX-XXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 23543-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO, onde irá participar da Reunião pré-CIB do COSEMS/RO, 5ª Reunião do COSEMS/RO, Câmara Técnica e 6ª Reunião Ordinária da CIB de 2025 no Município de Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 08/07/2025
SAMIA MIRANDA OLIVEIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:9AF1E951

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 23/07/2025	Nº DIARIAS	02 DE 100%
	CHEGADA: 25/07/2025	V. UNT.	R$451,20

CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$902,40

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: ANDRÉ GONÇALVES ARAGÃO CADASTRO: 692
CARGO/FUNÇÃO: MOTORRISTA PLACA DE VEICULO: SSL7I19
CPF: XXXXXXXXX-15 RG: XXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: 69 XXXXX-XXXX
BANCO: Banco Do Bradesco AGÊNCIA:0734- 0 CONTA: 540.693-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, ondeo motorista irá conduzir aa servidoras para participar Da Oficina Do Sistema De Informações Sobre Orçamentos Públicos Em Saúde - SIOPS/DGMP em Porto Velho/RO. Segue convite em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 902,40 (novecentos e dois reais e quarenta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/07/2025
ANDRE GONÇALVES ARAGÃO
MOTORISTA DE VEÍCULO

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:B936F8E2

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:24/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA:24/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JORGE ELIAS CADASTRO: 1259
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR DO HMEGF
CPF: XXXXXXXXX-34 RG: XXXXXXXX SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO: 756 SICOOB AGÊNCIA: 0001 CONTA: 62971470-3

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá resolver questões administrativas no Município de Ji-Paraná.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 24/07/2025
JORGE ELIAS
ADMINISTRADOR DA UNIDADE MISTA

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:665E691F

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU

PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 25/07/2025	Nº DIARIAS	01 DE 30%
	CHEGADA: 25/07/2025	V. UNT.	R$135,36

CIDADE/UF:	PIMENTA BUENO/RO	V. TOTAL	R$135,36

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTTRE

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JAIRO VENANCIO DA SILVA CADASTRO: 1105
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO PLACA DE VEICULO: RSU4D07
CPF: XXXXXXXXX-91 RG: XXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: 69 XXXX-XXXX

BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 17408-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduziu pacientes e acompanhantes ao Hospital Regional em Cacoal e RD.S.MEDICAS no município de Pimento Bueno/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 135,36 (cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 25/07/2025
JAIRO VENANCIO DA SILVA
MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO

SIMONE RODRIGUES ELLER	***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Secretário Mun.de Saúde	Prefeito
Portaria nº 77 de 14/01/2025	

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:DEC75C1D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2024

PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2024.

(Processo Administrativo nº 214/2024)

CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste–RO
CNPJ: 05.705.777/0001-75.
CONTRATADA: ATENA NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 49.972.973/0001-81.
Data da celebração: 29 de agosto de 2025.

1. DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 1 (um) ano, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/2021.

2. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO
2.1. O preço registrado, a especificação do objeto e a quantidade do item, são os que seguem:

Item	Quant.	Un.	Descrição	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	800	PCT	Café, torrado e moído do Tipo Superior, com as seguintes características: Espécie: 100% de café arábica; Bebida (sabor) do tipo intenso, bebida dura; Embalagem: tipo vácuo puro em pacotes com 250g; Aspecto: Grãos de café do tipos 2 a 6, da COB — Classificação Oficial Brasileira; Características físicas: Grãos torrados e moídos, com ponto de torra variando entre 50 e 65 pontos de Disco Agtron, ou equivalente, correspondendo ao intervalo Médio Moderadamente Escuro e Médio Claro; Características químicas (exigidas para cada 100g): Unidade em 5% no máximo; Resíduo mineral fixo em 5% no máximo, Resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v em 1,0% no máximo; Cafeína em 07 no mínimo; Extrato aquoso em 25% no mínimo; Extrato Etéreo em 8,0% no mínimo; Características Organoléptica: Aroma característico do produto; Acidez baixa a moderada; Amargor moderado; Sabor característico e equilibrado; Livres de sabor de fermentado, mofado e de terra; Baixa adstringência; Razoavelmente incorporado; Qualidade Global maior ou igual que 6,5 pontos da escala sensorial, de bom a muito bom; Validade: não inferior dez meses, devendo ter data de fabricação máxima de 15 dias no momento da entrega do produto; Blend: a composição do produto não poderá apresentar grãos pretos, verdes e fermentados (PVA).	20,70	16,560,00

3. DA VIGÊNCIA
3.1. O prazo de vigência terá a duração de 1 (um) ano, com início em 30/08/2025 e término em 29/08/2026, nos termos da Lei 14.133/2021.

Ouro Preto do Oeste – RO, 01 de setembro de 2025.

JESSIKA CASTOLDI MARTINS
Dir. Almoxarifado e Compras
Portaria nº 45/GP/CMOPO/RO

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:E00321FA

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2024.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2024.
(Processo Administrativo nº 214/2024)
CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste–RO
CNPJ: 05.705.777/0001-75.
CONTRATADA: ALVES DE ALENCAR LTDA.

CNPJ: 41.546.121/0001-10
Data da celebração: 29 de agosto de 2025.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 1 (um) ano, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/2021.
Valor Global: O preço registrado, a especificação do objeto e a quantidade do item, são os que seguem:

LOTE 14: MATERIAL GRAFICO					
Item	**Quant.**	**Un.**	**Descrição**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
01	110	Und	ESTOJO PARA PLACA DE HOMENAGEM AVELUDADA, ESTOJO NA COR PRETA MEDINDO 30X20 (FECHADA). MARCA: REI DOS ESTOJOS	R$ 93,70	R$10.307,00
02	50	Und	Moção de Aplausos: Folha Timbrado no papel Couchê Gramatura 180g, medindo 27x18 cm MARCA: GRLASER	R$ 4,19	R$ 209,50
03	50	Und	Título de Cidadão Honorário: Folha Timbrado no papel Couchê Gramatura 180g, medindo 27x18 cm. MARCA: GRLASER	R$ 4,19	R$ 209,50
04	10	Und	Nota de Pesar: Folha Timbrado no papel Couchê Gramatura 180g , med. 26x18 cm. MARCA: GRLASER	R$ 4,19	R$ 41,90
Valor do lote:14					R$ 10.767,90
LOTE 15: MATERIAL ELÉTRICO					
Item	Quant.	Med.	Descrição	Valor	Valor Total
01	50	Und	Luminária Quadrada De Embutir Led Ultra Slim; Potência De 24 W, Tensão De Entrada De 100 /240v, Dimensões 29,2x 29, 2x 2,8cm Nicho 28x28 Cm Frequência 50/60hz, Temperatura Da Cor 6500k MARCA: AVANT	R$ 40,42	R$ 2.021,00
02	50	Und	Lâmpada Super Bulbo Alta Potência de 50 W, tensão 100/240v, frequência 50/60hz, vida útil 25000 horas, Fat de potência >0,90, peso 367g, corrente (127v/220v): 343mA / 198mA. MARCA: AVANT	R$ 68,23	R$ 3.411,50
03	20	Und	Painel Led Sobrepor: Branco fria 6.500k, Potência 12 W, Tensão 127- 220V, Dimensões 170x170x28mm, Fator de potência 0.50, Vida útil 30.000H, Garantia de 1 ano. MARCA: AVANT	R$ 32,63	R$ 652,60
04	05	Und	Extensão Elétrica: Tamanho: 10 Metros, COR: Preto, CABO: PP, BITOLA: 1 mm, TOMADA: 3 Pinos / 3 Tomadas, AMPERAGEM: 10ª, ÁREA: Interno ou Externo, CORRENTE: Bivolt 127v ou 220v, GARANTIA: 12 Meses MARCA: POP	R$ 78,13	R$ 390,65
05	30	Und	Reator Lâmpada LED (LED DRIVER) Especificações: MODELO: (18-24) X1W ENTRADA: AC85V- 265V 50/60Hz SAÍDA: DC60-85V 300mA±5% POTÊNCIA :(18-26) X 1w TC: 75ºC TA= 50ºC (Máx) PARA PAINEL DE LED 18W/24W/25W MARCA: LUCKY SUMMER	R$ 30,06	R$ 901,80
VALOR DO LOTE: 15					R$ 7.377,55
VALOR TOTAL DOS LOTES: 14 e 15.					R$18.145,45

Da Vigência: O prazo de vigência terá a duração de 1 (um) ano, com início em 30/08/2025 e término em 31/08/2026, nos termos da Lei 14.133/2021.

Ouro Preto do Oeste – RO, 01 de setembro de 2025.

JESSIKA CASTOLDI MARTINS
Dir. Almoxarifado e Compras
Portaria nº 45/GP/CMOPO/RO

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:833B2149

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
PORTARIA Nº 258/2025/GAB/EMDUR

Porto Velho, 09 de setembro de 2025.

Considerando os termos constantes no Processo Administrativo n° 015.000061/2025-74.
O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR e no Decreto nº 63/I, DE 06 DE JANEIRO DE 2025;

RESOLVE:

CONCEDER concessão de diárias em favor dos empregados público abaixo mencionado. O deslocamento ocorrerá no período de 12 a 14 de setembro para Rio Pardo, se faz necessário para executar os serviços de revitalização de iluminação pública.

Nome do beneficiado	**Cargo/função**	**DestIno**	**Período abrangido**	**Diárias**			**Transporte**
				QTD.	**Valor unitário**	**Valor total**	
Israel Bentes Bezerra	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Flancon Cordeiro Passos	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Ivan Alves Bonfim	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Rafael Domingues Dziecheiarz	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Antônio Francisco Martins Ferreira	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Adolfo Títalo Noleto Da Silva	Chefe de seção de Feiras e Mercados Públicos	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 300,00	R$ 750,00	Terrestre
Arley Davidson Vargas Lobo	Chefe de Seção de Iluminação Pública	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 300,00	R$ 750,00	Terrestre
Marco Daniel Rodrigues Silva	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Deijian Vieira Da Costa	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Lucas Saldanha da Silveira	Assessor Executivo	Rio Pardo e Marco Azul	12/09/2025 a 14/09/2025	2 e 1/2	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre

Dê-se ciência e cumpra-se.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:6FAD69A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE PROGRESSÃO Nº 234/DICS/DGP/SEMAD

PORTARIA DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme o Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº. 19.048 de 06.06.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 3.489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº. 360, de 04.09.2009, publicada no D.O.M. nº. 3.592, de 09.09.2009.

CONSIDERANDO o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010.

CONSIDERANDO ainda o Processo 00600-00037035/2025-92-**e**, resolve:

Nº 234/2025 – CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a servidora pertencente ao Grupo Ocupacional da Educação, do Quadro de Pessoal do Município, conforme Anexo Único desta Portaria.

Anexo Único

Ord.	Matrícula	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A partir
01	181206	Alcione Galina	Professor	9	10	19/04/2018
				10	11	19/04/2020
				11	13	19/04/2022
				12	13	19/04/2024

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:6409FC78

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
ATA DO PREGÃO ELET. N° 90067/2025- CRACHÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90067/2025/SMCL/PVH
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 053/2025/DGNA/SEG/SMCL/PVH

Aos 08 dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco (2025), o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede à Av. 7 de Setembro, n° 237, Esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representada pela Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, Sra. Euma Mendonça Tourinho, CPF n°: 350.938.542-04, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa:

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CNPJ sob n. 42.772.011/0001-30 representada neste ato pelo Sr. José Rodrigues da Silva, CPF n°.012.606.792-92, Rua Francisco Cidronio, 573, Bairro da Fonte. CEP: 69.830-000 – Lábrea/AM. Adjudicatária do grupo 1, no valor total de R$ 63.376,00 (Sessenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais).

Firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no PROCESSO 00600-0002325/2025-15 e homologada, referente o Pregão Nº 90067/2025/SMCL/PVH, visando atender as necessidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações no âmbito do Município de Porto Velho, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE CRACHÁ COM CORDÃO PERSONALIZADO E PRENDEDOR METÁLICO,** visando atender as necessidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90067/2025/SMCL/PVH, para o REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 053/2025/DGNA/SEC/SMCL/PVH.

1.2. Dos preços, especificações e quantitativos registrados

1.2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**CRACHÁ FRENTE E VERSO,** com texto composto no alfabeto padrão da	UNID.	4.501	R$ 8,00	R$ 36.008

	PREFEITURA, fundo gráfico, composto pelo padrão da marca PREFEITURA, nas cores padrão PREFEITURA, em fundo branco de boa qualidade, formato retangular vertical, na dimensão, aproximadamente, (54x85mm), material plástico específico e de boa qualidade, com fornecimento de presilha metálica tipo jacaré, alça medindo 10x850mm, personalizado na cor preto com serigrafia amarela para uso da Secretaria Municipal de _____,com protetor para crachá em PVC leitoso, vertical com alça para presilha, na cor "transparente". (Para acoplar cartões com dimensões de 54x85mm).				
2	**CRACHÁ FRENTE E VERSO,** com texto composto no alfabeto padrão da PREFEITURA, fundo gráfico, composto pelo padrão da marca PREFEITURA, nas cores padrão PREFEITURA, em fundo branco de boa qualidade, formato retangular vertical, na dimensão, aproximadamente, (54x85mm), material plástico específico e de boa qualidade, com fornecimento de presilha metálica tipo jacaré, alça medindo 10x850mm, personalizado na cor preto com serigrafia amarela para uso da Secretaria Municipal de _____,com protetor para crachá em PVC leitoso, vertical com alça para presilha, na cor "transparente". (Para acoplar cartões com dimensões de 54x85mm). CRACHÁ FRENTE E VERSO, com texto composto no alfabeto padrão da PREFEITURA com texto composto no alfabeto padrão da PREFEITURA, fundo gráfico, composto pelo padrão da marca PREFEITURA, nas cores padrão PREFEITURA, em fundo branco de boa qualidade, formato retangular vertical, na dimensão, aproximadamente, (54x85mm), material plástico específico e de boa qualidade, com fornecimento de Porta crachá retrátil, modelo profissional, alça transparente com botão e clipe em metal, com diâmetro total de 30mm. Personalizado na cor preto com serigrafia amarela para uso da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA, com protetor para crachá em PVC leitoso, vertical com alça para conectar no porta crachá, na cor "transparente". (Para acoplar cartões com dimensões de 54x85mm).	UNID.	2.631	R$ 8,00	R$ 21.048
3	**CARTÃO DE PROXIMIDADE – SMART CARD,** personalizado para utilização como crachás pelos **SERVIDORES**. Padrão mifare 1Kb, com prazo validade permanente; Chip padrão mifare, instalado em posição centralizada na vertical e horizontal, ou inferior do cartão; Com texto composto no alfabeto padrão da PREFEITURA, fundo gráfico, composto pelo padrão da marca PREFEITURA, nas cores padrão PREFEITURA, e chip no canto inferior esquerdo, a 0,5 cm da borda inferior. Não deve haver chip em duplicidade; Ciclos escrita/leitura: 100.000 vezes; Frequência de operação: 13,56 MHz; Tempo de transação: < 100 ms; Velocidade de Comunicação: 106 Kbaud; Número de série único: 32 bits; Criptografia com autenticação mútua conforme ISO 9798-2; Distância máxima de leitura: 100 mm a depender do leitor, mesmo através de materiais não metálicos; Sistema Anticolisão: vários cartões podem ser apresentados simultaneamente; Tecnologia RFID, por radiofreqüência: leitura ou gravação à distância. Utiliza os leitores ou gravadores de proximidade para criar soluções mais cômodas e duradoras para seus usuários; Alta resistência à quebra, umidade e contra eventual deslocamento; Formato vertical; Dimensões: 8,50 mm de altura, 5,40mm de largura e 01 mm de espessura; Em PVC laminado, conforme ISO 14443 A (Proximity Cards). Prazo de validade permanente; Com fornecimento de presilha metálica tipo jacaré, alça medindo 10x850mm, personalizado na cor azul marinho com serigrafia branca para uso da Procuradoria Geral do Município - PGM, com protetor para crachá em PVC leitoso, vertical com alça para presilha, na cor "transparente" (Para acoplar cartões com dimensões de 54x85mm). Prazo de garantia de no mínimo 12 Meses.	UNID.	**100**	R$ 22,00	R$ 2.200
4	**CARTÃO DE PROXIMIDADE – SMART CARD,** personalizado para utilização como crachás pelos **ESTAGIÁRIOS**. Padrão mifare 1Kb, com prazo validade permanente; Chip padrão mifare, instalado em posição centralizada na vertical e horizontal, ou inferior do cartão; Com texto composto no alfabeto padrão da PREFEITURA, fundo gráfico, composto pelo padrão da marca PREFEITURA, nas cores padrão PREFEITURA, e chip no canto inferior esquerdo, a 0,5 cm da borda inferior. Não deve haver chip em duplicidade; Ciclos escrita/leitura: 100.000 vezes; Frequência de operação: 13,56 MHz; Tempo de transação: < 100 ms; Velocidade de Comunicação: 106 Kbaud; Número de série único: 32 bits; Criptografia com autenticação mútua conforme ISO 9798-2; Distância máxima de leitura: 100 mm a depender do leitor, mesmo através de materiais não metálicos; Sistema Anticolisão: vários cartões podem ser apresentados simultaneamente; Tecnologia RFID, por radiofreqüência: leitura ou gravação à distância. Utiliza os leitores ou gravadores de proximidade para criar soluções mais cômodas e duradoras para seus usuários; Alta resistência à quebra, umidade e contra eventual deslocamento; Formato vertical; Dimensões: 8,50 mm de altura, 5,40mm de largura e 01 mm de espessura; Em PVC laminado, conforme ISO 14443 A (Proximity Cards). Com fornecimento de presilha metálica tipo jacaré, alça medindo 10x850mm, personalizado na cor azulmarinho com serigrafia branco para uso da Procuradoria Geral do Município- PGM, com protetor para crachá em PVC leitoso, vertical com alça para presilha, na cor "transparente" (Para acoplar cartões com dimensões de 54x85mm). Modelo em anexo. Prazo de validade permanente. Prazo de garantia de no mínimo 12 Meses.	UNID.	50	R$ 20,00	R$ 1.000,00
5	**CORDÃO PARA CRACHÁ - POLIÉSTER** ACETINADO, Com fornecimento de presilha metálica tipo jacaré, alça medindo 10x850mm, personalizado na cor azul-marinho com serigrafia branco para uso da _____.	UNID.	260	R$ 12,00	**R$ 3.120**
Total R$ 63.376,00 (Sessenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais).					

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contados a partir da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM) e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme art. 64 do Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os referidos itens/serviços na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)dos quantitativos dos itens/lotes registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:
I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.
4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
4.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, índice IPCA de correção monetária.
4.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
I. Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
II. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
III. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.
IV. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
V. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
VI. Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.
5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:
I. Requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;
II. Documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:
a) Notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;
b) Lista de preços do fabricante, conforme o caso;
c) Tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;
d) Comprovante de transporte de mercadorias;
e) Outros documentos pertinentes à natureza do objeto.
5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.
5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.
5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.
5.5. Finalizada a etapa do 5.3 deste item, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.
5.6. Na hipótese de comprovação do item 5.2.1, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.
5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.
5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 5.9. desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP, para eventual homologação.
5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.
5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.
6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.
6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:
a) a solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;
b) a justificativa para a alteração pretendida;
c) a comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;
d) comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;
e) o laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;
f) o laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.
6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:
I. Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado ;
II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV. Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
V. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; VI. Estiver presentes razões de interesse público.
7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.
7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.
7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.
7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
I. Por razão de interesse público;
II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
III. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.
8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.
8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.
8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.
8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;

14.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo do Edital de Licitação.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata. Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste. E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho 08 de Setembro de 2025.

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos- SEG/SMCL

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL

Empresa Detentora do Preço Registrado

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:1335FEC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
EXTRATO DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90046/2025/SML/PVH

EXTRATO DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 040/2025
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2025/SMCL/PVH

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, por meio da Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SEG no exercício de suas atribuições legais, conforme regulamentado pela Lei Complementar nº 1.000/2025, e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 1.019/2025 e regulamentação realizada através do Decreto Nº 21.133, de 03 de julho de 2025, e conforme Termo de Homologação publicado pela Secretaria Executiva de Gestão de Licitações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – ANO XVII | Nº 405 de 25.08.2025, torna público o **Sistema de Registro de Preços Permanente – SRPP nº 040/2025** – **Pregão Eletrônico nº90046/2025/SMCL/PVH – UASG: nº 925172 – Processo n° 00600-00008734/2023-63-e**, objetivando a eventual **aquisição de insumos, reagentes, corantes, testes rápidos e outros, para atender às unidades laboratoriais da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA,** conforme especificado no Edital e seus anexos.

ITEM 01 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **MATERIAL EM AÇO PARA COLORAÇÃO DE LÂMINAS**						
ITEM/OBJETO	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
01. BERÇO PARA COLORAÇÃO DE LÂMINAS em aço inoxidável com capacidade de 30 lâminas, com alça.	UNIDADE	130	**FRACASSADO**			
ITEM 02 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						

SERINGAS PRÉ-HEPARINIZADAS						
02. SERINGA EM POLIPROPILENO com capacidade de até 1ml, com bico central Luer Lock ou Slip (NR 32), graduada (em Ui), numerada para coleta de sangue arterial humano. Aditivo de HEPARINA DE LÍTIO, estéril, de uso único, descartável, embalagem individual. Validade mínima: 10 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	UNIDADE	21.500	Set Medikal® Sanayi Veticaret A.Ş.	R$ 2,08	R$ 44.720,00	**SETMED INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS LTDA EPP** CNPJ: 10.691.481/0001-82 END. RUA LUIZ ROCHA, Nº 849 – ELDORADO – JUIZ DE FORA – MG CEP: 36.046-205 REPRESENTANTE: THAIS VIGUINI TOLENTINO DE SOUZA CPF: 140.345.897-95
ITEM 03 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **CORANTES DE USO LABORATORIAL (CITOLOGIA ONCÓTICA)**						
03. KIT COLORAÇÃO PAPANICOLAU – Conjunto padronizado de coloração utilizado na técnica de Papanicolau para evidenciar a morfologia das células em exames citológicos ou histológicos. Composto por EA-36, Orange G-6 e Hematoxilina. Com registro na Anvisa. Kit com frascos com 500 mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	60	NEW PROV	R$ 198,00	R$ 11.880,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. RUA ARTUR ALVIM, Nº 279, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA BELO HORIZONTE /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
ITEM 04 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TUBOS TIPO FALCON (SOROLOGIA E URINA)**						
4. TUBO PARA LABORATÓRIO TIPO FALCON* com capacidade de até 15 ml, em polipropileno, tampa rosca e fundo cônico, graduado e autoclavável. Para armazenamento e transporte de amostras, com e sem conservantes. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.	UNIDADE	6.600	MEDIX	R$ 0,52	R$ 3.432,00	**CENTRALMIX COMERCIAL LTDA** CNPJ: 09.222.411/0001-04 END. RUA: DOUTOR AGENOR MARTINS DE CARVALHO, 1635 BAIRRO: AGENOR DE CARVALHO - PORTO VELHO - RO CEP: 76820-377 REPRESENTANTE: MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO CPF: 026.472.712-67
ITEM 05 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **CORANTES DE USO LABORATORIAL (TUBERCULOSE)**						
5. CONJUNTO PARA COLORAÇÃO DE ZIEHL NEELSEN – Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes. Contendo Fucsina Fenicada seg. ZiehlNeelsen, Azul de Metileno concentrado e Descorante para Ziehl ou Descorante para B.A.A.R. Kit com frascos com 500 (quinhentos) mL. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	40	NEW PROV	R$ 84,00	R$ 3.360,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. RUA ARTUR ALVIM, Nº 279, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA BELO HORIZONTE /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
ITEM 06 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **CORANTES DE USO LABORATORIAL (MICROBIOLOGIA)**						
6. KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAM – Conjunto utilizado na técnica de coloração microbiológica de Gram para diferenciar bactérias gram-positivas das bactérias gram negativas. Composto pelos corantes Violeta Genciana, Lugol, Descorante (álcoolacetona) e Fuscina diluída. Kit com frascos contendo 4 (quatro) frascos com 500 (quinhentos) mL. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	KIT	62	RENYLAB	R$ 66,00	R$ 4.092,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. RUA ARTUR ALVIM, Nº 279, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA BELO HORIZONTE /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
ITEM 07 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **CONSERVANTE PARASITOLÓGICO**						
7. MIF MODIFICADO – Líquido conservador de fezes para preservação de ovos, cistos e trofozoítos. Frasco contendo 1 (um) Litro. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada 33 deverá ter AFE.	FRASCO	65	SCIAVICCO	R$ 40,00	R$ 2.600,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. RUA ARTUR ALVIM, Nº 279, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA BELO HORIZONTE /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
ITEM 08 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **REAGENTE PARA TESTES DE VDRL**						
8. SUSPENSÃO ANTIGÊNICA PARA TRIAGEM DE VDRL. Kit com mínimo de 100 testes. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. TÉCNICA MANUAL. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	450	**FRACASSADO**			
ITEM 09 – COTA PRINCIPAL – AMPLA CONCORRÊNCIA **TESTE RÁPIDO PARA ZIKA VÍRUS**						
9. TESTE RÁPIDO PARA ZIKA – Teste rápido imunocromatográfico para detecção e diferenciação simultânea dos anticorpos igG e IgM anti-Zika em amostras humanas de soro, plasma ou sangue total e embalados individualmente. A sensibilidade do teste IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95% e especificidade IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95%. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	TESTE	3.313	VIDA	R$ 16,00	R$ 53.008,00	**BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA** CNPJ: 05.905.525/0001-90 END. RUA SÃO PEDRO DA ALDEIA 799 – GALPÃO 01 – SERRA DO CURRAL BELO HORIZONTE – MG CEP: 30390-021 REPRESENTANTE: ALEXANDRE ALMADA SOARES NEVES CPF:108.228.346-00
ITEM 10 – COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						

TESTE RÁPIDO PARA ZIKA VÍRUS						
10. TESTE RÁPIDO PARA ZIKA – Teste rápido imunocromatográfico para detecção e diferenciação simultânea dos anticorpos igG e IgM anti-Zika em amostras humanas de soro, plasma ou sangue total e embalados individualmente. A sensibilidade do teste IgG/ IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95% e especificidade IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95%. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	TESTE	587	ADVAGEN BIOTECH	R$ 20,60	R$ 12.092,20	**MEDYLOG LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA** CNPJ Nº: 11.958.200/0001-78 END. RUA 24, LOTE 05, QE 40, GUARÁ II – BRASÍLIA-DF CEP: 71.070-524 REPRESENTANTE: CLÁUDIA MARIA RODRIGUES CPF: 815.358.641-68
ITEM 11 – COTA PRINCIPAL – AMPLA CONCORRÊNCIA **TESTE RÁPIDO PARA CHIKUNGUNYA VÍRUS**						
11. TESTE RÁPIDO PARA CHIKUNGUNYA – Teste rápido imunocromatográfico para detecção e diferenciação simultânea dos anticorpos igG e IgM anti-Zika em amostras humanas de soro, plasma ou sangue total e embalados individualmente. A sensibilidade do teste IgG/ IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95% e especificidade IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95%. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	TESTE	2.925	ADVAGEN BIOTECH	R$ 10,86	R$ 31.765,00	**MEDYLOG LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA** CNPJ Nº: 11.958.200/0001-78 END. RUA 24, LOTE 05, QE 40, GUARÁ II – BRASÍLIA-DF CEP: 71.070-524 REPRESENTANTE: CLÁUDIA MARIA RODRIGUES CPF: 815.358.641-68
ITEM 12 – COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TESTE RÁPIDO PARA CHIKUNGUNYA VÍRUS**						
12. TESTE RÁPIDO PARA CHIKUNGUNYA – Teste rápido imunocromatográfico para detecção e diferenciação simultânea dos anticorpos igG e IgM anti-Zika em amostras humanas de soro, plasma ou sangue total e embalados individualmente. A sensibilidade do teste IgG/ IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95% e especificidade IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95%. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	TESTE	975	ADVAGEN BIOTECH	R$ 10,03	R$ 9.779,25	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A - BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
ITEM 13 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TESTE RÁPIDO ROTAVÍRUS**						
13. TESTE RÁPIDO PARA ANTÍGENOS DE ROTAVÍRUS E ADENOVIRUS– Detecção qualitativa de antígenos de Rotavírus em amostras fecais. Sensibilidade mínima aceitável: 95%. Especificidade mínima aceitável: 95%. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	650	TESTE	BIOCON	R$ 15,50	R$ 10.075,00	**LABBRASIL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.** CNPJ: 44.462.035/0001-18 END. SIA TRECHO 17, RUA 08, LOTE 170, SALA D, BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL (GUARA), MUNICÍPIO DE BRASÍLIA/DF CEP: 71.200-222 REPRESENTANTE: IAGO DA SILVA ALMEIDA XAVIER CPF: 021.216.251-94
ITEM 14 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TESTE RÁPIDO SANGUE OCULTO**						
14. TESTE RÁPIDO PARA SANGUE OCULTO EM FEZES – Teste rápido, imunocromatográfico, em cassete, para determinação qualitativa do sangue humano nas fezes. Com detecção de hemoglobina e haptoglobina. Não necessita de dieta prévia. Embalados individualmente. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	TESTE	2.000	WAMA	R$ 2,90	R$ 5.800,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. RUA ARTUR ALVIM, Nº 279, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA BELO HORIZONTE /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
ITEM 15 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TESTE RÁPIDO ANTÍGENO PROSTÁTICO**						
15. TESTE RÁPIDO PARA PSA TOTAL – Detecção imunocromatográfica do antígeno prostático específico (PSA) total. Embalados individualmente. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	TESTE	1.300	ECO	R$ 4,00	R$ 5.200,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. RUA ARTUR ALVIM, Nº 279, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA BELO HORIZONTE /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
ITEM 16 – COTA PRINCIPAL – AMPLA CONCORRÊNCIA **FITA PARA TESTE QUALITATIVO DE BHCG**						
16. TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DO HOMÔNIO BHCG – Teste imunocromatográfico de etapa única, para determinação qualitativa da gonadotrofina coriônica humana (hCG), na urina e no soro. Com sensibilidade mínima de 25 Ul/ml. Pronto para uso e embalados individualmente. Com dispositivo capaz de manter as tiras livres de umidade (sílica ou similar). O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	TESTE	68.250	GOLD ANALISA	R$ 0,44	R$ 30.030,00	**MEDYLOG LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA** CNPJ Nº: 11.958.200/0001-78 END. RUA 24, LOTE 05, QE 40, GUARÁ II – BRASÍLIA-DF CEP: 71.070-524 REPRESENTANTE: CLÁUDIA MARIA RODRIGUES CPF: 815.358.641-68
ITEM 17 – COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **FITA PARA TESTE QUALITATIVO DE BHCG**						
17. TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DO HOMÔNIO BHCG – Teste imunocromatográfico de etapa única, para determinação qualitativa da gonadotrofina coriônica humana (hCG), na urina e no soro. Com sensibilidade mínima de 25 Ul/ml. Pronto para uso e embalados individualmente. Com dispositivo capaz de manter as tiras livres	TESTE	22.750	BIOCON	R$ 0,50	R$ 11.375,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552

de umidade (sílica ou similar). O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.						REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 01 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TUBOS DE ENSAIO (VIDRO)**						
18. TUBO DE ENSAIO EM VIDRO 4ML – tubo em vidro transparente nas dimensões de 10x75mm com capacidade líquida de 4ml.	TUBO	650	CRAL	R$ 0,15	R$ 97,50	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
19.TUBO DE ENSAIO EM VIDRO 10ML – tubo em vidro transparente nas dimensões de 15x100mm com capacidade líquida de 10ml.	TUBO	650	CRAL	R$ 0,27	R$ 175,50	
LOTE 02 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **TUBOS DE ENSAIO (POLIESTIRENO)**						
20. TUBO DE ENSAIO 4ML – tubo em poliestireno transparente com dimensão 10x75mm para 4ml de amostra líquida.	TUBO	32.000	FIRSTLAB	R$ 0,11	R$ 3.520,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
21. TUBO DE ENSAIO 10ML – **t**ubo em poliestireno transparente com dimensão 15x100mm para 10ml de amostra líquida	TUBO	8.000	CRAL	R$ 0,18	R$ 1.440,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 03 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA **MATERIAIS AUXILIARES PARA COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS PERIFÉRICAS (VENOSA)**						
22. GARROTE DE LÁTEX Nº 200 – mangueira em látex natural 200 usada para garroteamento com 5,5 mm de diâmetro com alta flexibilidade, entre 1 e 2 metros de comprimento.	UNIDADE	150	Latex Brasil Tubo De Latex 200 1 Metro Garrote, Tripa De Mico (natural)	R$ 25,20	R$ 3.780,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
23. TORNIQUETE CINTA ELÁSTICA COM TRAVA – torniquete fabricado em tecido elástico resistente com aproximadamente 51 cm de comprimento e trava em plástico abs. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.	UNIDADE	280	CRAL GARROTE C/ TRAVA ADULTO AZUL CRALPLAST	R$ 9,71	R$ 2.718,80	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
24. CURATIVO PÓS COLETA – absorvente adesivo com 25 mm de diâmetro estéril e composto de material atóxico em rolo. Caixa com 100 (cem) unidades. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.	CAIXA	400	BLOOD STOP	R$ 5,12	R$ 2.048,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
25. LENÇO UMEDECIDO em material não tecido, impregnado com ÁLCOOL A 70% - s de uso descartável, embalagem individual, nas dimensões de 2,5x4cm com caixa contendo 100 (cem) unidades. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.	CAIXA	400	MEDIX	R$ 8,32	R$ 3.328,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
26. ADAPTADOR DE AGULHA para agulha de coleta de sangue a vácuo – adaptador plástico em polímero, descartável, não estéril, flange rosqueável para agulha Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.	UNIDADE	300.000	CRAL ADAPTADOR PARA COLETA A VACUOUNIDADE	R$ 0,33	R$ 99.000,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 04 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						

PERFURO CORTANTES DE USO ESPECÍFICO (PUNÇÃO DIGITAL E RASPADO DE LESÃO)						
27. LÂMINA DE BISTURI INOX – lâmina de bisturi açocarbono . Estéril. Tamanho 23 para cabo nº 4. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE Aplicação: utilizadas para escarificação na coleta de amostras para exame de Leishimaniose e micológicodireto (fungos).	UNIDADE	800	DESCARPACK	R$ 0,40	R$ 320,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
28. LANCETA em aço inoxidável, ponta fina, trifacetada para punção digital, estéril, de uso único, em corpo de plástico ou polímero, com sistema de proteção com retratação automática. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	UNIDADE	6.000	CRAL	R$ 0,20	R$ 1.200,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 05 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA **MATERIAL ESPECÍFICO PARA COLETA À VÁCUO (AGULHAS)**						
29. AGULHA PARA COLETA A VÁCUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NR32 21G (0,8X25MM) – em aço inoxidável, siliconizada, bisel trifacetado, estéril, descartável, embalagem individual com lacre. Caixa contendo, no mínimo, 100 unidades. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	UNIDADE	156.000	GT GROUP	R$ 0,44	R$ 68.640,00	**BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA** CNPJ: 05.905.525/0001-90 END. RUA SÃO PEDRO DA ALDEIA 799 - GALPÃO 01 - SERRA DO CURRAL BELO HORIZONTE – MG CEP: 30390-021 REPRESENTANTE: ALEXANDRE ALMADA SOARES NEVES CPF:108.228.346-00
30. AGULHA PARA COLETA A VÁCUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NR32 22G (0,7X25MM) – em aço inoxidável, siliconizada, bisel trifacetado, estéril, descartável, embalagem individual com lacre. Caixa contendo, no mínimo, 100 unidades. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	UNIDADE	156.000	GT GROUP	R$ 0,44	R$ 68.640,00	
LOTE 06 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **MATERIAL ESPECÍFICO PARA COLETA À VÁCUO (ESCALPE)**						
31. CATETER PERIFÉRICO TIPO ESCALPE com agulha em aço inox, 21 GAU, com asa de fixação e tubo extensor, extensão de vinil transparente medindo no mínimo 20 cm de comprimento. Conector padrão com tampa e adaptador para coleta a vácuo. Ter sistema de segurança NR 32. Estéril, descartável, embalagem individual. Caixa contendo, pelo menos, 50 unidades. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS . Empresa interessada deverá ter AFE	UNIDADE	1.600	M2LIFE	R$ R$ 0,81	R$ 1.296,00	**FERREIRA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA** **CNPJ:** 50.424.661/0001-12 **END.** RUA ROSSINI ROOSEVELT DE ALBUQUERQUE, 53 – PIEDADE JABOATÃO DOS GUARARAPES /PE CEP: 54410-310 REPRESENTANTE: EDUARDO FERREIRA DA SILVA CPF: 114.089.804-36
32. CATETER PERIFÉRICO TIPO ESCALPE com agulha em aço inox, 23 GAU, com asa de fixação e tubo extensor, extensão de vinil transparente medindo no mínimo 20 cm de comprimento. Conector padrão com tampa e adaptador para coleta a vácuo. Ter sistema de segurança NR 32. Estéril, descartável, embalagem individual. Caixa contendo, pelo menos, 50 unidades. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	UNIDADE	1600	M2LIFE	R$ 0,81	R$ 1.296,00	
33. CATETER PERIFÉRICO TIPO ESCALPE com agulha em aço inox, 25 GAU, com asa de fixação e tubo extensor, extensão de vinil transparente medindo no mínimo 20 cm de comprimento. Conector padrão com tampa e adaptador para coleta a vácuo. Ter sistema de segurança NR 32. Estéril, descartável, embalagem individual. Caixa contendo, pelo menos, 50 unidades. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	UNIDAE	1600	M2LIFE	R$ 0,82	R$ 1.312,00	
LOTE 07 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA **TUBOS PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO**						
34. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume de 4 ml, aditivada com HEPARINA SÓDICA para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE	TUBO	39.000	GREINER TUBO HEPARINA SODIO 4ML TAMPA VERDE	R$ 0,53	R$ 20.670,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
35. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume mínimo de 3,5 ml, aditivada com GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12	TUBO	390.000	GREINER TUBO GEL SEP/ATIV. 3,5 ML(VERM)	R$ 0,59	R$ 230.100,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552

meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.						REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
36. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume 10 ml, aditivada com GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.	TUBO	780.000	CRALPLAST Tubo para coleta de sangue a vácuo com gel e ativador de coágulo	R$ 0,68	R$ 530.400,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
37. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume 2 ml, aditivada com EDTA-K3 para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.	TUBO	390.000	GREINER TUBO EDTA-K3 2ML (ROXO)	R$ 0,53	R$ 206.700,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
38. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume 4 ml, aditivada com EDTA-K3 para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE	TUBO	780.000	GREINER TUBO EDTA-K3 4ML (ROXO)	R$ 0,49	R$ 382.200,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
39. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume 3,5 ml, aditivada com CITRATO DE SÓDIO 3,2% para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.	TUBO	20.000	BIOCON TUBO CITRATO DE SOD. 3.6ML	R$ 0,76	R$ 15.200,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
40. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), com volume 4 ml, aditivada com FLUORETO DE SÓDIO para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.	TUBO	20.000	GREINER TUBO FLUORETO SODIO 4ML(CINZA)	R$ 0,84	R$ 16.800,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
41. CONJUNTO COMPLETO PARA DIAGNÓSTICO – VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) contendo tubo para coleta de sangue a vácuo com sistema de segurança, em pet, tamanho 13 x 75 mm, estéril, descartável, transparente, com citrato de sódio à 3,2%, volume 2.0ml, com tampa de borracha siliconizada e capa protetora na cor preta, para vhs em método manual. Os tubos deverão ser acompanhando de suporte e pipeta para realização adequada do método, conforme fabricante. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.	TUBO	5.500	CRALPLAST - BIOCON PIPETA DESCARTAVEL PARA VHS PT/25PEÇAS / SUPORTE EM ACRILICO P/ VHS 10 TUBOS / TUBO CITRATO SOD 1.8ML C/100 - BIOCON	R$ 0,96	R$ 5.280,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
42. TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA em material plástico (poliestireno), ÂMBAR, com volume 3,5 ml, aditivada com GEL SEPARA DOR E ATIVADOR DE COÁGULO para uso em coleta de sangue venoso humano. Estéril, descartável. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 tubos. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses a partir da entrega. Empresa interessada deverá ter AFE.	TUBO	3.900	GREINER TUBO SORO AMBAR GEL SEP. 3,5 ML C/50-GRE	R$ 0,83	R$ 3.237,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 08 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA						
43. RECIPIENTE COLETOR DE URINA INFANTIL (TIPO SACO) em polímero maleável transparente, graduado, com capacidade/volume de 100ml, com adesivo de fixação no paciente, estéril, de uso único. Com campo de identificação do paciente, com Fita dupla face, hipoalergênica, para fixação segura e sem lesões na pele. Unissex. Embalados individualmente. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS	UNIDADE	78.000	CRAL COLETOR INFANTIL UNISSEX 100ML EST-C/100	R$ 0,62	R$ 48.360,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
44. RECIPIENTE COLETOR – FRASCO	UNIDADE	3.200	FIRSTLAB	R$ 4,81	R$ 15.392,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA**

UNIVERSAL PARA COLETA DE MATERIAL BIOL GICO (URINA 24 horas), confeccionado em polímero rígido com graduação, volume de 2000 ml, com tampa plástica, não estéril, de uso único, descartável. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.			COLETOR DE URINA 24HS 2L TRANS. FIRST S/			CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
45. FRASCO COLETOR UNIVERSAL NÃO ESTÉRIL em polímero rígido com tampa plástica, graduado, descartável, para coleta de amostra biológica única com capacidade de 100 ml. Embalagem individual. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS	UNIDADE	47.000	FIRSTLAB COLETOR NE 80ML C/PÁ OPACO TP BRC C/100	R$ 0,32	R$ 15.040,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
46. FRASCO COLETOR UNIVERSAL ESTÉRIL em polímero rígido com tampa plástica, graduado, não estéril, descartável, para coleta de amostra biológica única com capacidade de 100 ml. Embalagem individual. Para testes microbiológicos e de Urinálises. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS.	UNIDADE	156.000	FIRSTLAB COLETOR UNIV 80ML EST TP VERM IND C/100	R$ 0,53	R$ 82.680,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 09 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **SWAB PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA**						
47. SWAB em haste plástica com ponta de algodão, em embalagem individual com tubo plástico transparente com medidas aproximadas de 12x75mm, tampa rosca, solução reagente de NaCl 0,9% ou SIMILAR. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	UNIDADE	3.200	ABSORVE	R$ 0,65	R$ 2.080,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
48.SWAB em haste plástica com ponta em rayon para coleta de amostras clínicas, estéril, embalado individualmente em tubo plástico. Descartável, de uso único. Embalagem comercial com, no mínimo, 100 unidades. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	CAIXA	32	ABSORVE	R$ 20,00	R$ 640,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 10 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **KIT PARA UROCULTURA**						
49.KIT PARA UROCULTURA composto por um copo de coletor de urina, um tubo para transporte em plástico com conservante C&C, transparente, capacidade para 4 ml de aspiração (indicado para transporte de amostra de urina para cultura e teste de sensibilidade de bactérias por conter aditivo liofilizado) com 2,63 mg/dL de ácido bórico, 1,65 mg/dL de sódio e 2,08 mg/dL de Borato de Sódio (que conserva a população bacteriana na amostra por um período de 48 (quarenta e oito) horas a temperatura ambiente) e 2 (duas) embalagens de sabão para antissepsia, capacidade de 120 ml, estéril e graduado, possui orientação na tampa e dispositivo integrado para obtenção da amostra através de vácuo. Caixa com, no mínimo, 50 unidades. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	CAIXA	250	**FRACASSADO**			
50. HIPOCLORITO 1% - Desinfetante para superfícies fixas, à base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo para utilização em bancadas de trabalho e pisos (bactericida). Frasco contendo 1 litro. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	260	**FRACASSADO**			
LOTE 11 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS **SOLUÇÃO PARA TESTES DE TOLERÂNCIA**						
51. SOLUÇÃO DE GLICOSE 75G – Solução padronizada de Glicose ultra pura contendo aditivos, aromatizante, acidulante (ácido cítrico),corante e estabilizante (ácido benzóico). Com concentração de 75g. Usado para o Teste Oral de Tolerância a Glicosa (TOTG) ou Curva Glicêmica. Em frasco com 300 (trezentos) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS FRASCO. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	2.100	GOLD ANALISA	R$ 9,00	R$ 18.900,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
52. SOLUÇÃO DE GLICOSE 50G – Solução padronizada de Glicose ultra pura	FRASCO	520	NEWPROV	R$ 9,91	R$ 5.153,20	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA**

contendo aditivos, aromatizante, acidulante (ácido cítrico),corante e estabilizante (ácido benzóico). Com concentração de 50g. Usado para o Teste Oral de Tolerância a Glicosa (TOTG) ou Curva Glicêmica. Em frasco com 300 (trezentos) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.						CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
53. SOLUÇÃO DE LACTOSE 50G – Solução padronizada de Lactose usada para o teste de tolerância a lactose. Em frasco com 200 (duzentos) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/ MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	130	GOLD ANALISA	R$ 15,99	R$ 2.078,70	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 12 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS CORANTES DE USO LABORATORIAL (HEMATOLOGIA)						
54. KIT COLORAÇÃO PANÓTICO – conjunto de corantes para hematologia (hematológico rápido). Kit com frascos com 500 mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	130	RENYLAB	R$ 61,00	R$ 7.930,00	**CENTRALMIX COMERCIAL LTDA** CNPJ: 09.222.411/0001-04 END. RUA: DOUTOR AGENOR MARTINS DE CARVALHO, 1635 BAIRRO: AGENOR DE CARVALHO - PORTO VELHO - RO CEP: 76820-377 REPRESENTANTE: MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO CPF: 026.472.712-67
55. SOLUÇÃO AZUL DE CRESIL BRILHANTE – Solução a 1% de azul de cresil brilhante em solução de NaCl a 0,85% com 0,4% de citrato de sódio. Frasco contendo 100 (cem) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS . Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	7	RENYLAB	R$ 61,00	R$ 427,00	**CENTRALMIX COMERCIAL LTDA** CNPJ: 09.222.411/0001-04 END. RUA: DOUTOR AGENOR MARTINS DE CARVALHO, 1635 BAIRRO: AGENOR DE CARVALHO - PORTO VELHO - RO CEP: 76820-377 REPRESENTANTE: MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO CPF: 026.472.712-67
56. GIEMSA FRASCO COM 1 LITRO - Eosina Azul de Metileno com seguimento Gyemsa. Frasco de 1.000 ml. Com controle por linha de produção/produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) e Ministério da Saúde. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	100	RENYLAB	R$ 98,00	R$ 9.800,00	**CENTRALMIX COMERCIAL LTDA** CNPJ: 09.222.411/0001-04 END. RUA: DOUTOR AGENOR MARTINS DE CARVALHO, 1635 BAIRRO: AGENOR DE CARVALHO - PORTO VELHO - RO CEP: 76820-377 REPRESENTANTE: MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO CPF: 026.472.712-67
57. CORANTE MAY GRUNWALD – Corante tipo eosina azul de metileno segundo May Grunwald, aspecto físico líquido, em frasco de 500mL. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	130	RENYLAB	R$ 30,00	R$ 3.900,00	**CENTRALMIX COMERCIAL LTDA** CNPJ: 09.222.411/0001-04 END. RUA: DOUTOR AGENOR MARTINS DE CARVALHO, 1635 BAIRRO: AGENOR DE CARVALHO - PORTO VELHO - RO CEP: 76820-377 REPRESENTANTE: MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO CPF: 026.472.712-67
LOTE 13 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS CORANTES DE USO LABORATORIAL (PARASITOLÓGICO)						
58.LUGOL FORTE 2% - Solução de iodo em concentração de 2% para exame parasitológico de fezes. Frasco com 500 (quinhentos) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	65	NEW PROV	R$ 98,90	R$ 6.428,50	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
59. SUDAM III – Corante utilizado na pesquisa de gordura fecal. Pronto para uso. Frasco contendo 1 (um) Litro. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	13	Dinâmica	R$ 449,62	R$ 5.845,06	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 14 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS CORANTES DE USO LABORATORIAL (ESPERMOGRAMA)						
60. EOSINA AMARELA 3% – Corante utilizado para exames de vitalidade em espermograma, pronto para uso. Frasco contendo 100 (cem) mL. Pronto para uso.	FRASCO	8	Imbralab	R$ 92,75	R$ 742,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52

Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE						END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
61. NIGROSINA 5% - Corante utilizado para exames de vitalidade em espermograma. Frasco contendo 100 (cem) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	8	Exodo	R$ 87,23	R$ 697,84	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 15 - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA DETERGENTES DE LIMPEZA						
62. DETERGENTE ENZIMÁTICO 4 ENZIMAS– detergente multienzimático composto por 4 enzimas (amilase, protease, lipase e carboidrase) para limpeza de instrumentos e materiais. Frasco contendo 5 (cinco) litros. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	260	PROLINK DETERGENTE ENZIMATICO ZYMEDET 5L PROLINK	R$ 111,59	R$ 29.013,40	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
63. DETERGENTE NEUTRO – Detergente biodegradável, neutro, a base de ácidos benzenosulfônicos e tensoativos aniônicos e não iônicos, indicado para a limpeza de vidrarias laboratoriais, instrumentais cirúrgicos, pisos e outros utensílios. Frasco contendo 5 (cinco) litros. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	260	CICLO FARMA 5 LITROS	R$ 21,96	R$ 5.709,60	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 16 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS REAGENTES ANTICOAGULAN						
64. ADITIVO EDTA 5% – Solução anticoagulante usado na hematologia para preserva a amostra de sangue venoso. Sistema conta-gotas. Frasco com 20mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	26	GOLD ANALISA	R$ 47,17	R$ 1.226,42	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
65. ADITIVO FLUORETO DE SÓDIO – Solução anticoagulante inibidor de glicemia (EDTA 6,7g/dL KF 21,1 g/dL). Frasco com 20mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	26	GOLD ANALISA	R$ 52,50	R$ 1.365,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
66. ADITIVO CITRATO DE SÓDIO 3,8% Solução anticoagulante para provas de coagulação. Frasco com 20mL de anticoagulante. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	26	GOLD ANALISA	R$ 56,44	R$ 1.467,44	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 17 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS REAGENTES HEMATOLOGIA MANUAL						
67. REAGENTE DE TURK – Composto químico para coloração de leucócitos (contagem manual de leucócitos na câmara de Neubauer). Frasco com 500 mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	66	NEW PROV LIQUIDO DE TURK 500ML-NEWPROV	R$ 20,03	R$ 1.321,98	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
68. REAGENTE DE HAYEN – Composto químico utilizado na hematologia da diluição de amostra de sangue venoso com anticoagulante, para a realização da contagem manual de eritrócitos na câmara de Neubauer. Frasco com 500 (quinhentos) mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	12	Exodo científica	R$ 64,92	R$ 779,04	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM

						CPF: 653.223.712-49
69. LIQUIDO DE REES – Solução corante para contagem de plaquetas em câmara de Neubauer. Frasco com 100 mL. Pronto para uso. Validade mínima: 12 meses. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	60	Renylab	R$ 190,00	R$ 11.400,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 18 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA **REAGENTES PARA TESTES DE AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX**						
70. ASLO – Kit para determinação de Antiestreptolisina O por meio de método de aglutinação de partículas de látex sensibilizadas (partículas de poliestireno), teste em placa. Com Controle Positivo e Negativo. Pronto para uso. Kit com mínimo de 100 testes. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE..	KIT	65	BIOCLIN	R$ 70,00	R$ 4.550,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. Rua Artur Alvim, nº 279, Bairro Sagrada Família Belo Horizonte /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
71. PCR – Conjunto completo para diagnóstico laboratorial quantitativo para Proteína C Reativa, método de aglutinação de partículas de látex sensibilizadas (partículas de poliestireno), teste em placa. Com Controle Positivo e Negativo. Pronto para uso. Kit com mínimo de 100 testes. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	650	BIOCLIN	R$ 55,50	R$ 36.075,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. Rua Artur Alvim, nº 279, Bairro Sagrada Família Belo Horizonte /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
72. FATOR REUMATÓIDE – Kit para determinação de Fator Reumatoide, método de aglutinação de partículas de látex sensibilizadas (partículas de poliestireno), teste em placa. Com Controle Positivo e Negativo. Pronto para uso. Kit com mínimo de 100 testes. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	65	BIOCLIN	R$ 48,00	R$ 3.120,00	**JP CIRÚRGICA LTDA** CNPJ: 23.688.733/0001-66 END. Rua Artur Alvim, nº 279, Bairro Sagrada Família Belo Horizonte /MG CEP: 31.035-040 REPRESENTANTE: HERYCK LEONARDO RESENDE PARANHOS CPF: 043.988.736-43
LOTE 19 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA **REAGENTES PARA TIPAGEM SANGUÍNEA**						
73. REAGENTE ANTI-A para tipagem sanguínea. Frasco com 10 mL. Pronto para uso (não necessita diluição/preparo).O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	200	EBRAM ANTI-A MONOCLONAL10ML(EBRAM)	R$ 23,22	R$ 4.644,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
74.REAGENTE ANTI-B para tipagem sanguínea. Frasco com 10 mL. Pronto para uso (não necessita diluição/preparo).O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	200	EBRAM ANTI-B MONOCLONAL10ML(EBRAM	R$ 23,22	R$ 4.644,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
75. SORO ANTI A-B – Anticorpos monoclonais IgM para determinação qualitativa de antígenos A e/ou B nos eritrócitos para determinação do grupo sanguíneo humano em lâmina, tubo e microplaca por técnica de aglutinação Frasco com 10ml. Com Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	200	EBRAM ANTI-AB MONOCLONAL 10ML-EBRAM	R$ 23,74	R$ 4.748,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
76. REAGENTE ANTI-D para tipagem sanguínea. Frasco com 10 mL. Pronto para uso (não necessita diluição/preparo). O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	200	EBRAM ANTI-D IGM+IGG MONOCLONAL10ML(EBRAM)	R$ 43,74	R$ 8.748,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
77. KIT SUSPENSÃO HEMÁCIAS A1 E B – Suspensão de hemácias fenotipadas A1 e B, na concentração de 3% a 5% (para realização de testes em tubo), destinadas a tipagem reversa. Estáveis por um período não inferior a 28 dias ou mais em temperatura de armazenamento de acordo com o fabricante. Que possua bula, rótulos e instruções de uso em português (BR). O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	KIT	70	IMUNO SCAN REVERCEL A1/B - APRESENTAÇÃO: KIT COM DOIS FRASCOS DE 10ML	R$ 108,00	R$ 7.560,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
78. REAGENTE SORO DE COOMBS	FRASCO	200	IMUNO SCAN	R$ 41,40	R$ 8.280,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA**

MONOESPECÍFICO anti-IGG HUMANO Frasco com 10 mL. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE			ANTI-IGG (1X10ML) IMUNO SCAN			CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
79. REAGENTE SORO DE COOMBS POLIESPECÍFICO anti-IGG HUMANO. Frasco com 10 mL. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	200	EBRAM ANTIIGG(ANTIHUMANO POLIESP) COOMBS-10ML	R$ 42,76	R$ 8.552,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
80. ALBUMINA BOVINA A 22% destinada a realização da prova de Coombs. Frasco com 10 mL. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	200	EBRAM SOLUÇÃO ALBUMINA BOVINA 22%- EBRAM	R$ 30,68	R$ 6.136,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
81. CONTROLE DE COOMBS – Características: Suspensão de hemácias de origem humana sensibilizada com IgG, na concentração de 3% (para realização de testes em tubo), destinado ao controle nos testes negativo e duvidosos de Coombs Direto e Indireto. Estáveis por um período não inferior a 28 dias ou mais em temperatura de armazenamento de acordo com o fabricante. Que possua bula, rótulos e instruções de uso em português (BR). Deve possuir dispensador tipo conta-gotas de vidro. Frasco com 10ml. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	FRASCO	200	IMUNO SCAN CONTROCEL (Coombs Control) - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10M	R$ 99,00	R$ 19.800,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
82. SORO CONTROLE RH – Características: é um reativo controle com ausência de anticorpo antiRh(D) e de qualquer outro tipo de anticorpo para todos os sistemas eritrocitários. Pode ser produzido com plasma ou albumina, desde que tenha os mesmos conservantes e estabilizadores do reativo do soro anti-Rho (D), ou seja, do mesmo fabricante. O reagente deve ser transparente (Para tipagem sanguínea). Possuir bula, rótulos e instruções de uso em português (BR). Frasco com 10ml. Deve possuir dispensador tipo contagotas de vidro. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	FRASCO	200	EBRAM CONTROLE RH10ML(EBRAM)	R$ 29,23	R$ 5.846,00	**CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ N: 26.093.205/0001-52 END. AV. TRANSCONTINENTAL, Nº 1470, SALA 01 – A – BAIRRO: CASA PRETA, JI-PARANÁ/RO CEP.: 76.907-552 REPRESENTANTE: CINTIA GRAZIELA DA ROSA JARDIM CPF: 653.223.712-49
LOTE 20 – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA TESTES RÁPIDOS PARA DENGUE						
83. TESTE RÁPIDO PARA DENGUE NS-1 – Teste rápido, imunocromatográfico, embalados individualmente, para determinação qualitativa, detecção e diferenciação simultânea de antígenos NS1 anti-Dengue vírus. A sensibilidade MÍNIMA ACEITÁVEL de 95% e especificidade MÍNIMA ACEITÁVEL de 95%. O teste pode ser realizado em soro, plasma ou sangue total humano. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE	TESTE	3.900	DEEP BLUE MEDICAL DENGUE TEST NS1	R$ 4,89	R$ 19.071,00	**UNIQUE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** CNPJ 49.938.521/0001-83 RUA PAULINA ANA TRIERWEILLER LEHMKUHL, S/N, LOJA:02, CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP 88.150-000 REPRESENTANTE: GUILHERME SANTOS GARCIA CPF 035.396.479-45
84. TESTE RÁPIDO PARA DENGUE IGG/IGM – Teste rápido, imunocromatográfico, embalados individualmente, para determinação qualitativa, detecção e diferenciação simultânea de anticorpos IgG e IgM antiDengue vírus. A sensibilidade do teste IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95% e especificidade IgG/IgM MÍNIMA ACEITÁVEL de 95%. O teste pode ser realizado em soro, plasma ou sangue total humano. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. Empresa interessada deverá ter AFE.	TESTE	3.900	DEEP BLUE MEDICAL DENGUE TEST IGG IGM	R$ 4,80	R$ 18.720,00	

Porto Velho, 3 de Setembro de 2025.

EUMA MENDONÇA TOURINHO
Secretária Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SEG/SMCL
Matrícula n° 10078170

De Acordo

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Matrícula n° 10078228

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:B3E09B59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.316 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.240 de 27 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025;

Considerando o Ofício n.º 0004689/2025, de 04 de setembro de 2025, pelo qual a Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA solicita abertura de crédito adicional por anulação de recursos para cobertura de despesas com manutenção das atividades administrativas dessa SEINFRA,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA						
11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**ANULA R$**	**SUPLEMENTA R$**
11.01.26.782.240.2.643	Conservação de Rodovias Vicinais	FIS	3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	200.000,00	-
			3.3.90.30	1.500.0000.0000.0000	100.000,00	-
			3.3.90.14	1.500.0000.0000.0000	-	177.000,00
			3.3.90.93	1.500.0000.0000.0000	-	123.000,00
11.01.15.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.33	1.709.0000.0000.0000	10.000,00	-
			3.3.90.47	1.709.0000.0000.0000	-	10.000,00
SUBTOTAL					**310.000,00**	**310.000,00**
TOTAL					**310.000,00**	**310.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:AFC591FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.317, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.240 de 27 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025;

Considerando o Ofício n.º 0004790/2025/SEMA/GAB/DIOF, de 04 de setembro de 2025, pelo qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA solicita abertura de crédito adicional por anulação de recursos para cobertura de despesas com manutenção das atividades administrativas dessa SEMA,
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).
Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
16.01.18.122.181.2.604	Manutenção dos serviços administrativos	FIS	3.3.90.47	1.500.0000.0000.0000	1.300,00	-
			3.3.90.30	1.500.0000.0000.0000	-	1.300,00
SUBTOTAL					1.300,00	1.300,00
TOTAL					1.300,00	1.300,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:E363FD88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.322, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2025;
Considerando o Ofício n.° 0004790/2025, de 04 de setembro de 2025, pelo qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com manutenção das atividades administrativas dessa SEMA,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.193, de 27 de junho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSPÕE R$	REALOCA R$
16.01.18.128.181.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	FIS	3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	5.000,00	-
16.01.18.122.181.2.604	Manutenção dos serviços administrativos	FIS	3.3.90.30	1.500.0000.0000.0000	-	5.000,00
SUBTOTAL					5.000,00	5.000,00
TOTAL					5.000,00	5.000,00

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:C6255364

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.º 21.320 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2025,

Considerando o Ofício n.º0005537/2025 - SMD-GAB/SMD-ASTEC, de 09 de setembro de 2025, pelo qual a Superintendência Municipal de Distritos - SMD solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com manutenção das atividades administrativas,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 40.358,98 (quarenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e oito centavos).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.193, de 27 de junho de 2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV						
02.71 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL - SMD						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RCURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
02.71.04.122.286.2.746	Plano de Desenvolvimento Distrital	FIS	3.3.90.36	1.500.0000.0000.0000	40.358,98	-
02.71.04.122.286.2.692	Manutenção das sedes administrativas	FIS	3.3.90.36	1.500.0000.0000.0000	-	40.358,98
SUBTOTAL					**40.358,98**	**40.358,98**
TOTAL					**40.358,98**	**40.358,98**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:B41C78EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 0004255 PROCESSO 005.000069/2025-50

1. DO OBJETO

1.1. Prospecção do mercado imobiliário em Porto Velho, RO, com vistas à futura locação tradicional de imóvel para instalação da**Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide**,mediante coleta de propostas técnicas de imóvel que atenda aos requisitos mínimos especificados neste Edital.

1.2. As especificações contidas neste Edital contemplam as exigências mínimas necessárias, não limitando as possibilidades a serem ofertadas pelos interessados em atender ao Chamamento Público.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1.A contratação pretendida justifica-se pela necessidade premente de novo espaço físico abrigar a**Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide**da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO atualmente instaladas em imóvel na Rua Padre Chiquinho, n° 1060, Bairro Pedrinhas, uma vez que referido imóvel passará por reforma e ampliação.

2.2.A presente necessidade de contratação, visa motivar e explanar as primordialidades da demanda em questão, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável. Importante consignar que a descrição da necessidade e quantidade estimada no processo**foram elaboradas pelo Departamento de Média e Alta Complexidade DMAC/SEMUSA, através doDOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) (0001337)**, os quais detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de planejamento.

2.3. Ademais,**a demanda e atendimentos são atribuições inerentes ao Departamento Demandante**, uma que somente este possui conhecimento técnico e prático acerca do objeto e dos serviços sob sua responsabilidade que demandam a utilização do objeto que se pretende adquirir.

2.4.A presente contratação tem por objetivo assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos de saúde vinculados à Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide, cuja estrutura passará por processo de reforma e ampliação.

2.5.A Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide é unidade essencial, responsável por prestar apoio a demanda de urgência e emergência da população assistida na zona central e norte da capital. A interrupção das atividades dessa unidade, ainda que temporária, comprometeria a regularidade dos serviços e impactaria diretamente a assistência à população adscrita, em especial aquela em situação de vulnerabilidade social.

2.6. Diante da impossibilidade de permanência da equipe e dos atendimentos no prédio atual durante a execução das obras, impõe-se à Administração o dever de identificar e disponibilizar uma alternativa física que permita o funcionamento provisório da unidade, de modo a garantir a continuidade do cuidado ofertado à comunidade, sem prejuízos aos usuários nem aos profissionais de saúde.

2.7. Assim, a presente demanda visa atender a necessidade concreta e imediata de manter a operacionalização dos serviços de saúde na região de abrangência territorial da unidade, com estrutura minimamente adequada, segura e compatível com os requisitos técnicos necessários ao exercício das atividades assistenciais, administrativas e sanitárias da unidade.

2.8. Da Necessidade da Contratação Apresentada pelo DAB/SEMUSA (eDOC EE2DC141):

A contratação que se pretende, visa acomodar os serviços de saúde dispostos no Pronto Atendimento Drª. Ana Adelaide, que está localizado na região Centro-Norte nesta capital, sito a Rua Padre Chiquinho, 1060 no Pedrinhas.

Considerando que a Prefeitura do Município de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Saúde, necessita adequar toda a sua estrutura física aos serviços dispostos em funcionamento, observando os critérios mínimos de um modelo padrão do Ministério da Saúde, para serviço de urgência e emergência.

Considerando que atualmente a unidade por ser muito antiga não atende as normas de vigilância (Anvisa);

Considerando as notificações recorrentes dos órgãos de controle externo para adequar a estrutura física ao serviço ofertado à população;

Considerando que a SEMUSA se comprometeu no Processo Sei: 004903/2025/TCE/RO, e solicitou a SEMAD a manifestação se há prédio da Prefeitura de Porto Velho, na mesma região, que possa acomodar a instalação dos serviços da Policlínica Ana Adelaide, no entanto a resposta negativa.

Considerando o Ofício nº 2704/2025/DESTEC/SGOV Porto Velho/RO, 19 de agosto de 2025, Edoc 47F12C96, que solicita providencias para correções nas irregularidades apontadas no PA Ana Adelaide;

Considerando o OFÍCIO Nº 309/2025/SGCE/TCE/RO – Edoc 9A11E85F;

Considerando o Ofício nº 575/2025/DMAC/GAB/SEMUSA Porto Velho, 27 de junho de 2025, Edoc 282703F3;

Considerando o Oficio Externo nº 20/DILP/DPLCR/SEMAD Porto Velho, 24 de julho de 2025 – Edoc 28901E32;

Considerando o Ofício nº 0246/2025 - 12ª PJ - PVH (IC 2024.0001.002.02702 Anexo: fls. 470/472.), que trata de irregularidades na estrutura física do PA Ana Adelaide, e solicita informações sobre construção de novo prédio;

Considerando o PEDIDO DE PROVIDÊNCIA N°302/GVSA/CMPV/2025, da vereadora Sofia Andrade – Edoc FFDF9413 “É necessário realizar melhorias na infraestrutura da Policlínica dra. Ana Adelaide, principalmente na recepção, local onde os pacientes aguardam serem atendidos, aflitos e angustiados por alguma dor física. Nesse sentido, o presente pedido visa proporcionar a essas pessoas melhores condições diante dos problemas de saúde que já estão enfrentando, qualidade estrutural e um ambiente agradável. ”

Considerando que o espaço físico não comporta o número de leitos necessários;

Considerando que a recepção não comporta o número de ao menos 40 pessoas sentadas, visto a demanda atendida diariamente, sendo necessário a ampliação de ambientes, adequação de acessibilidade, entre outros.

Considerando que a SEMESC está elaborando um projeto para construção de um prédio para o Pronto Atendimento Ana Adelaide, com modelo padrão “UPA” do Governo Federal.

Nesse sentido, é necessário que a gestão da SEMUSA, adote as providências administrativas para se contratar por meio de locação de um imóvel que possa atender as expectativas na organização de serviços de saúde, de forma que se proporcione melhores condições no desenvolvimento do processo de trabalho, para atendimento a população até que se conclua a construção de uma nova unidade de saúde;

Considerando que a SEMUSA busca atender os instrutivos do Ministério da Saúde, observando que o procedimento licitatório está previsto para ser instaurado ainda no ano de 2025, e não podemos correr riscos para descontinuidade da oferta de serviços.

É importante relatar que o Pronto Atendimento, é uma unidade de modelo tradicional, que muito contribui para cobertura assistencial da saúde de áreas que não tem a estratégia de saúde da família (PSF), sendo uma unidade estratégica de apoio a demanda de urgência e emergência da população assistida na zona central e norte da capital;

Para se ter um serviço qualificado que funcione 24 horas é necessário uma infraestrutura em condições mínimas de trabalho para: recursos humanos, instalação de equipamentos e mobiliários, área de circulação, de forma que se proporcione serviço de saúde que atende às necessidades assistenciais desde a estabilização do paciente grave/crítico, e outros atendimentos na urgência e emergência.

A Unidade de Pronto Atendimento funciona 24 horas ininterruptas, em todos os dias da semana, com equipe assistencial multiprofissional qualificada e compatível com as necessidades de atendimento daquela região, e devem atender ao estabelecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, aos regulamentos técnicos e às demais legislações específicas de estrutura física de estabelecimentos assistenciais de saúde.
A área mínima que necessitamos para funcionamento da unidade de saúde:

- Embarque e desembarque para pacientes em geral;

- Recepção, para no mínimo 40 pessoas sentadas; Recepção, para no mínimo 50 pessoas sentadas, tomada elétrica em pontos distintos;
- Same: espaço que comporte duas mesas e 02 cadeiras, 01 armário de médio porte, 08 tomadas elétricas;
- Sala de Classificação de Risco: que comporte 03 mesas, cadeiras para servidor e usuário, balança antropométrica adulta e infantil, rede elétrica e lógica, sendo com no mínimo de 06 tomadas elétricas. 2 com espaço para mesa e cadeiras;
- Área de Consultórios: mínimo de 5 consultórios para atendimento médico com lavabo (pia); com pia, espaço que comporte mesa, cadeiras, maca e armário pequeno, rede lógica e elétrica com no mínimo 04 tomadas elétricas;
- Sala de Administração de Medicação, adaptada com pia e balcão, com espaço para 6 poltronas de administração de medicação; espaço reservado para administração de medicação intramuscular, rede lógica e elétrica com no mínimo 04 tomadas elétricas;
- Setor de nebulização com rede de gases medicinais de ar comprimido e oxigênio, com espaço para poltronas/longarinas;
- 01 banheiro PCD adaptado unissex (Pessoas com deficiências) no mínimo, contendo vaso sanitário, chuveiro, pia e corrimão;
- 02 banheiros (01 feminino e 01 masculino) contendo vaso sanitário, chuveiro, pia e corrimão;
- Salas de Observação: que comporte no mínimo 6 leitos, com banheiro adaptado exclusivo, com rede de gases medicinais em cada leito (oxigênio e ar comprimido) rede lógica e elétrica com tomadas (4 para cada leito), posto de enfermagem, pia com cuba;
- Sala vermelha com capacidade de 06 leitos, banheiro adaptado para PCD, posto de enfermagem, com rede de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) rede elétrica com tomadas (5 para cada leito), 03 tomadas elétricas para computador;
- Sala de recepção para realização de exames laboratorial com espaço para 02 mesas, rede lógica e elétrica com 07 tomadas no mínimo para computadores e impressoras;
- Sala de coleta de material do laboratório com balcão e pia, espaço para cadeira de coleta, maca pequena;
- Sala para diagnóstico de laboratório com duas ambiências, sendo a primeira ambiência contendo bancada para: microscópios, aparelho de hemograma, bioquímica, gasômetro, aparelho de troponina, computador para digitação dos laudos, homogenizador, rede lógica e elétrica com 01 tomada para cada aparelho, e 03 tomadas para computador; sendo a segunda ambiência contendo bancada para: centrífuga, estufa, com pia e cuba, rede elétrica com no mínimo 06 tomadas;
- Sala para coleta de COVID e síndromes respiratórias em duas ambiência, sendo: a primeira com rede lógica e elétrica com no mínimo 03 tomadas para computador e impressora, espaço para mesa e cadeira; a segunda ambiência com bancada e espaço para mesa e cadeira para coleta (A unidade é sentinela para síndrome gripal);
- Farmácia com 2 guichês, balcão de atendimento individual - conjuntamente com sala de armazenamento de medicamentos e soro, rede lógica e elétrica com no mínimo 03 tomadas em cada guichê;
- Sala de lavagem de material contendo duas ambiências (para área limpa e suja), com balcão e pia com duas cuba, com instalação elétrica com tomadas e rede que suporte a autoclave (área limpa), bancada, espaço para mesa e cadeira;
- Embarque e desembarque coberto de ambulância;
- Almoxarifado de Material e Armazenamento de insumos, com espaço para prateleiras, mesa e cadeira, rede elétrica com no mínimo 03 tomadas;
- Sala para assistente social com espaço para 01 mesa, 02 cadeiras e no mínimo 04 tomadas elétricas;
- Banheiros para uso exclusivo dos funcionários (01 feminino e 01 masculino) contendo vaso sanitário, chuveiro, pia e corrimão;
- Sala Administrativa para direção, espaço para no mínimo 4 mesas de grande e médio porte, 01 mesa redonda média, 06 armários médio, rede lógica e elétrica com no mínimo 15 tomadas;
- Sala para o faturamento com espaço mínimo para 04 mesas, rede lógica e elétrica com no mínimo 08 tomadas;
- Sala para gerência de enfermagem, núcleo de educação permanente e coordenação médica, com espaço mínimo para 03 mesas e cadeiras, 02 armários médios, rede elétrica com no mínimo 09 tomadas;
- 4 Quartos para descanso para profissionais (cada quarto com capacidade para no mínimo 4 beliches);
- Sala de raios-x contendo a seguinte ambiência:

● Sala de realização de exame: capacidade para 01 equipamento de raios-x incluindo estrutura elétrica e quadro de elétrico. A sala deve estar dentro das normas vigentes com baritação, blindagem e radioproteção;
● Sala de comando: 2 pontos de rede, 01 ponto elétrico 220v, 02 pontos elétricos de 110v;
● Câmara clara (2 pontos de rede, 01 ponto elétrico 220v, 02 pontos elétricos de 110v),
● Sala de descanso com capacidade de 1 beliche.
● Todas as salas de consultório, sala observação, sala vermelha,direção, faturamento, gerência médica e de enfermagem, laboratório, serviço social, raio x, farmácia e recepções devem conter rede lógica.
● Se o imóvel tiver mais de um andar e não comportar todas as áreas assistencial no térreo, a mesma deverá ter elevador com capacidade para maca e pessoas.
● Copa e Refeitório para o mínimo de 10 pessoas;
Vale ressaltar que a unidade, por está localizado na zona central e norte desta capital, abarca atendimentos de urgência e emergência de áreas descobertas; A unidade é referência para população em torno de 60 a 80 mil habitantes;
Sendo que é importante enfatizar que a locação do imóvel deverá ser nas imediações da localização atual do pronto atendimento, dentro de um quadrilátero que foi definido pela área técnica do Departamento da Média e Alta Complexidade, de modo que, a transferência futura de serviços, cause o menor impacto possível, para o deslocamento da população local que depende do serviço.
Ressaltamos ainda, que a contratação seja previsto que o proprietário assuma a manutenção predial.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO:

ANEXO IMAGEN 01:

Imagem Anexada Reporta em Arquivo Original em Link:

https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2025/09/82994/1757094576sei-005000069-2025-50.pdf

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1.A locação obedecerá a:

3.1.1.o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que normatiza licitações e contratos da Administração Pública;

3.1.2.o Decreto nº 18.892, de 30 de março de 2023, regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Porto Velho e dá outras providências;

3.1.3.o Decreto nº 20.205, de 12 de julho de 2024;

3.1.4.as orientações da Advocacia-Geral da União;

3.1.5.as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 18 de dezembro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes;

3.1.6.o Decreto nº 8.540, de 10 de outubro de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos;

3.1.7.a Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, que estabelece os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL

4.1. Os requisitos mínimos e desejáveis constam do Anexo 1 – Quadro de Requisitos do Imóvel deste Edital.

4.2.O imóvel deverá estar totalmente concluído, em condições de operação e adaptado aos padrões exigidos neste Edital e ao constante da proposta apresentada pela proponente escolhida.

4.3. Todos os elementos construtivos e componentes físicos que integram a edificação deverão atender à legislação de uso e ocupação do solo, ao conjunto de normas urbanísticas contidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Porto Velho, RO – PDOT e ao Plano Diretor Local – PDL.

5. DO LAYOUT

5.1. Após a assinatura do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, o locador deverá disponibilizar arquiteto que ficará à frente da definição dos estudos dos layouts dos diversos pavimentos e de sua aprovação junto a SEMUSA e aos órgãos municipais/distritais, observando os elementos constantes do art. 16 da IN Seges/ME n. 103, de 30 de dezembro de 2002.

5.2.O locador fornecerá à locatária leiautes contendo as seguintes informações:
a) compartimentação dos ambientes internos da edificação;
b) disposição das estações de trabalhos nos ambientes da edificação;
c) localização dos pontos de cabeamento estruturado e elétrico para atendimento das estações de trabalho; e
d) localização das áreas complementares: arquivo, salas de reunião, salas técnicas, banheiros privativos e copas, entre outras informações complementares.

5.3. Para elaboração dos estudos, até sua versão final, deverão ser observados: as áreas, os mobiliários, o número de tomadas elétricas e tomadas de lógica, o quantitativo de pessoal de cada ambiente e a disposição dos diversos setores entre si, bem como outras recomendações do (órgão ou entidade pública).

5.4. Deverá ser respeitada a independência entre as diversas unidades e os ambientes comuns a estas.

5.5. Mais de um estudo poderá ser solicitado, até que se encontre a solução ideal para as unidades envolvidas.

6. DA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DA PROPOSTA

6.1. As propostas serão recebidas até o prazo de 10 (dias) corridosa contar da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (DOMER), enviada tempestivamente por via e-mail: da.semusa@portovelho.ro.gov.br, identificado da seguinte forma**:"Proposta para Locação de Imóvel para Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide**".

6.1.1.Não será considerada proposta protocolada após a data e horário limites constantes do item 6.1 acima ou por meios que não os acima previstos.

6.1.2. Até a data e horário limites para apresentação das propostas, o interessado poderá retirar ou alterar a proposta protocolada.

6.2.A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, correção (corretivo líquido e outros) ou entrelinhas.

6.3.A proposta deverá estar assinada pelo proprietário ou seu representante, desde que possua poderes para tal.

6.4.A proposta deverá ter validade de, no mínimo,**60 (sessenta) dias**. Não havendo indicação, será considerada como tal.

6.5. As propostas serão analisadas pelo**Departamento de Média e Alta Complexidade**e observando o atendimento das condições de entrega da proposta, localização, prazos e demais disposições constantes do presente edital. Ao final, será elaborado Relatório com a lista dos imóveis apresentados e, em seguida, será divulgado o resultado da prospecção do Mercado imobiliário.

6.6. Nas análises das propostas ofertadas o**Departamento de Média e Alta Complexidade**poderá solicitar documentações adicionais, realizar reuniões com os proponentes, visitar os imóveis, bem como realizar quaisquer diligências que se façam necessárias para amplo conhecimento da situação dos imóveis objetos das propostas apresentadas.

6.7.O resultado do chamamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (DOMER) e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

7. DA CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

7.1. Após o resultado da prospecção do mercado imobiliário pretendido com o presente chamamento público e a elaboração do Laudo de Avaliação do Imóvel, custeado pelo o**Departamento de Avaliação Mercadológica e Imobiliária (DAMI/SMCL)**será iniciado o processo de locação de imóvel, desde que o preço de locação esteja compatível com o mercado.

7.2. Caso se encontre apenas um imóvel em condições de atender a**Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide**, a Administração poderá optar pela inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, V, da Lei n. 14.133/2021;

7.3. Caso se identifique mais de um imóvel em condições de atender a**Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide**o procedimento de prospecção servirá de respaldo para a tomada de decisão referente a realização do certame licitatório.

7.4. Verificado que o imóvel atende o presente Edital, o proponente será comunicado por escrito.

7.5.O imóvel deverá ser definitivamente entregue até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, considerando o prazo previsto contratualmente para desocupação do atual imóvel locado.

7.5.1.O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pela**Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide.**

7.6. Para assinatura do contrato, serão exigidos os documentos abaixo listados, além daqueles que comprovem a regularidade fiscal de acordo com a sua constituição jurídica:

a)cópia autenticada do "Habite-se" do imóvel ou Certidão de Conclusão do imóvel ou Alvará ou protocolo
b)cópia autenticada do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis;
c)certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel;
d)certidão negativa de débito junto às concessionárias de serviço público de água e energia elétrica;
e)certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais à dívida ativa da União se o locador for pessoa física;
f)se o locador for pessoa jurídica: certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
g)cópia autenticada do RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato;
h)contrato celebrado entre o proprietário do imóvel e a administradora/imobiliária, se for o caso;
i)declaração de inexistência de impedimento de ordem jurídica;
j)relativamente ao ICMS e ITCM (transmissão causa mortis), Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital, relativamente ao ISSQN, IPTU e ITBI (transmissão inter vivos);
k)alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros ou documento equivalente, conforme legislação local; e
l)outros documentos exigidos pela legislação municipal/distrital para comprovar as condições de habitabilidade do imóvel.

7.7.O proponente escolhido, desde que garanta a entrega do imóvel no prazo previsto no subitem 7.5 acima, poderá aguardar a assinatura do contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências da**SEMUSA.**

7.7.1. Serão de responsabilidade do proprietário do imóvel seguro do prédio e seus equipamentos contra descargas atmosféricas, explosões, incêndios e desastres naturais.

7.7.2. Além de cópias dos projetos arquitetônicos e complementares, deverão ser entregues os manuais e especificações para manutenção dos equipamentos instalados no imóvel.

7.7.3. As plantas, leiautes, os projetos elétricos, lógica, hidráulico-sanitário, sistema de combate ao incêndio e climatização completos deverão ser entregues em as built.

8. DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL

8.1.O imóvel deverá ser provisoriamente entregue mediante a disponibilização das chaves no prazo acordado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento e desocupado, para avaliação preliminar pelo**SEMUSA.**

8.1.1. No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar os requisitos previstosno Anexo 1 deste Edital e na proposta da proponente.

8.2. Confirmadas as condições descritas nos itens 8.1 e 8.1.1 acima, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel pela**SEMUSA**, observado o disposto no subitem 7.6 deste Edital.

9. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A SEMUSAdesignará uma comissão para recebimento do imóvel, acompanhamento e fiscalização da locação objeto deste Edital, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das falhas ou defeitos observados.

9.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

9.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.3.1.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.4. Fiscalização

9.4.1.A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.

9.4.2.A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato efetuarão a fiscalização do fornecimento, a qualquer instante, solicitando à contratada, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento. A contratada deverá, então, prestar os esclarecimentos necessários e comunicar à Comissão Fiscalizadora e/ou Fiscal do Contrato quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do fornecimento;

9.4.3.A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato reservam-se o direito de exercer completa fiscalização do fornecimento a ser realizado, obrigando-se a contratada a permitir a entrada, a qualquer hora, de servidores designados por esta Secretaria Municipal de Saúde, nos locais de armazenamento, preparo e distribuição de suas instalações;

9.4.4. No desempenho de suas atividades, é assegurado à Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato o direito de verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os termos e condições, inclusive todas as etapas da preparação das refeições pela contratada;

9.4.5.A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências dos serviços da Contratada;

9.4.6.A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de fornecer o objeto do contrato, com toda cautela e boa técnica.

9.4.7.A obrigação do Município de fiscalizar, não exime a futura contratada de suas responsabilidades diante dele e de terceiros;

9.4.8.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.5. Gestor do Contrato

9.5.1.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10. DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

10.1. A SEMUSA, respeitadas as disposições legais e regulamentares em contrário, goza do direito de retenção de benfeitorias que tiver por úteis (art. 578 do Código Civil) aos seus serviços, após prévio e expresso consentimento da proponente adjudicatária.

10.2. As benfeitorias necessárias (art. 578 do Código Civil) introduzidas pela**SEMUSA**, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991.

10.3. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, tapetes e lustres, poderão ser retirados pela**SEMUSA**, desde que não sejam de propriedade da proponente adjudicatária, constantes do laudo de vistoria.

10.4. Finda a locação, será o imóvel devolvido à proponente adjudicatária, nas condições em que foi recebido pelo**SEMUSA**, salvo os desgastes naturais do uso normal.

11. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Da Contratação

11.1.1.A Contratação decorrente da presente dispensa, ficará subordinada às normas da Lei federal nº 14.133/2021 e será instrumentalizada por intermédio da assinatura do Contrato.

11.1.2.A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

11.1.3. Oficialmente convocada pela Administração com vistas à celebração do Termo Contratual, é dado à contratada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, pela Secretaria Municipal de Saúde, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato.

11.2.Da Vigência

11.2.1. A vigência do contrato objeto desta contratação será de 12 (doze) meses,ou até que se conclua a reforma daUnidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide, contados a partir da assinatura do contrato,podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, conforme preconiza a legislação vigente, observando o limite de vigência máxima decenal, na forma prevista no artigo 107, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, desde que haja expressa manifestação da Administração.

11.3. Do Reajuste

11.3.1. Os valores dos alugueis serão reajustados anualmente, conforme índice do IPCA**Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo,**fornecido pelo IBGE, O início da contagem do período de aluguel será a data de assinatura do contrato definitivo, devidamente adaptada para as necessidades da SEMUSA.

11.3.2.A data de assinatura do contrato definitivo, será considerada a data de "aniversário" da locação do imóvel, em todo aniversário a CONTRATADA deverá requerer correção do aluguel, a qual será calculada pela área técnica da SEMUSA.

11.3.3.A forma de cálculo da parcela de reajuste do aluguel seguirá o padrão de reajustes de aluguéis do mercado, sendo aplicado o índice IPCA acumulado nos 12 meses de vigência do contrato vezes o valor do aluguel. A parcela de reajuste será acrescida no valor do aluguel corrente.

11.4. Da rescisão Contratual

11.4.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no Art. 137 e 155 da lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral amigável ou judicial, nos termos e condições do Art.138 da referida lei.

11.4.2.A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos Art. 137, 138, 139 e 155 da lei 14.133/21.

11.5. Sanções Por Inadimplência

11.5.1. Em caso de inadimplência na execução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções previstas na Lei 14.133/21.

12. DO PAGAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da locação correrão à conta da dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da SEMUSA para o exercício de 2025, sendo nos exercícios seguintes, à conta das dotações orçamentárias próprias para atender despesas da mesma natureza.

12.2.A SEMUSA pagará aluguel mensal à proponente adjudicatária, além de efetuar o pagamento, mediante faturas de energia elétrica, IPTU, telefonia fixa e do condomínio, se houver tal previsão, salvo os referentes aos exercícios anteriores à locação objeto deste Edital.

12.3.O início da locação será coincidente com o da assinatura do termo de contrato definitivo, a partir de quando a Contratante realizará, em parcelas e no prazo os pagamentos;

12.4.O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal/documento similar, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade**.**

12.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação fiscal na contratação.

12.6. Para fins de pagamentos, no texto do recibo deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:
a) Objeto do contrato;
b) Número do processo;
c) Número da nota de empenho;
d) Mês de referência;
e) Valor do aluguel;
d) Banco, agência e conta-corrente do LOCADOR;

12.7.O vencimento do aluguel, objeto do futuro contrato de locação, ocorrerá todo dia 30 de cada mês.

12.8.O pagamento dos aluguéis será efetivado até 10 (dez) dias úteis, contados da data do vencimento do aluguel. Nesta ocasião o Locador deverá apresentar o respectivo recibo, devidamente certificado pelo setor competente, sendo que, transcorrido o prazo ora estabelecido, fica o LOCATÁRIO obrigado a promover a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data do adimplemento da obrigação até a data do efetivo pagamento, usando-se o índice de correção definido pelo governo federal à época dos fatos, se pleiteado pelo Locador.

12.9.O recibo será apresentado pelo LOCADOR em 02 (duas) vias, nas quais constarão o mês e o valor do aluguel. Após a entrega do documento de cobrança, o pagamento deverá ser efetuado.

13. ANEXOS

13.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

a)Anexo 1 – Quadro de Requisitos do Imóvel;
b)Anexo 2 – Modelo de Credencial;
c)Anexo 3 – Modelo de Proposta;
d)Anexo 4 – Minuta de Contrato.

ANEXO 1
QUADRO DOS REQUISITOS DO IMÓVEL

1 - REQUISITOS MÍNIMOS DA PROPOSTA RELATIVOS À REGULARIDADE DO IMÓVEL

De modo a permitir a análise das condições de oferta do mercado imobiliário e sua adequação ao padrão exigido (órgão ou entidade pública), as propostas deverão conter os seguintes requisitos e informações:

ITEM	REQUISITO/INFORMAÇÃO
1.1	Endereço do imóvel, número de pavimentos, área total, detalhando área útil e área comum.
1.2	Preço total da proposta de locação e preço unitário por metro quadrado de área útil/privativa.
1.3	O imóvel deve pertencer a um único proprietário ou consórcio/grupo de proprietários.
1.5	Área útil/privativa disponível do empreendimento ofertado. O imóvel deve possuir área útil mínima de 600 metros quadrados. Entende por área útil a efetivamente utilizada pela SEMUSA excluindo-se garagem, escadarias, caixas de elevadores, entre outras áreas consideradas de uso comum.
1.6	Cópia autenticada (ou cópia simples, acompanhada de documento original) do habite-se ou Certidão de Conclusão do imóvel ou Alvará ou protocolo, ou outro documento que comprove a habitabilidade do imóvel.
1.7	Cópia autenticada (ou cópia simples, acompanhada de documento original) do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, emitida nos últimos 30 (trinta) dias. (se houver)
1.8	Imóvel deve atender, por meio de documento ou declaração, todas as prescrições estabelecidas nas normas federais e do Município/Distrito Federal (entre elas a do Corpo de Bombeiros Militar, o Plano Diretor de Ornamento Territorial – PDOT e Plano Diretor Local – PDL), normativos e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, água e telefonia, e à legislação vigente de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (norma técnica da ABNT NBR 9.050).
1.9	O imóvel deve ser atendido com infraestrutura e/ou serviços das seguintes concessionárias e empresas públicas: a) Energia elétrica; b) concessionárias de telefonia e dados; c) saneamento; d) Serviço de Limpeza Urbana. Coleta de lixo.
1.10	O imóvel deve ser composto por um único bloco ou no caso de edifício com mais de um andar, com disponibilização ao órgão ou entidade pública de andares consecutivos.
1.11	A área ofertada para locação ao órgão ou entidade pública deve apresentar vãos livres, com pé direito nos locais de permanência prolongada de acordo com o Código de Edificações do Município/Distrito Federal.
1.13	O imóvel deve estar localizado em área próxima à Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide.
1.14	Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública
1.15	Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 30 dias, a contar da data da assinatura do contrato.
1.16	Declaração de que o imóvel tem condições de ser adequado às especificações constantes desse caderno de Especificações, com a apresentação de planta do imóvel. Caso necessário, tendo em vista características específicas do imóvel, deverá ser apresentado juntamente com a planta Memorial Descritivo, Folders ou desenhos de arquitetura, que indiquem a possibilidade de adequação ao presente caderno, sem adicional dos preços apresentados
1.17	Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias.
1.18	Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso.
1.19	Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para que assina a proposta.
1.20	Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI (se houver)
1.21	Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato.
1.22	Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e esgoto, emitidas pelos respectivos órgãos competentes.

2-REQUISITOS DESEJÁVEIS DA PROPOSTA RELATIVOS À INFRAESTRUTURA E AOS ESPAÇOS INTERNOS DO IMÓVEL e ADJACÊNCIAS

De modo a permitir a análise dos empreendimentos ofertados pelos proponentes as propostas deverão conter as seguintes informações:

ITEM	REQUISITO/INFORMAÇÃO
2.1	Embarque e desembarque para pacientes em geral
2.2	Recepção, para no mínimo 40 pessoas sentadas; Recepção, para no mínimo 50 pessoas sentadas, tomada elétrica em pontos distintos;
2.3	Same: espaço que comporte duas mesas e 02 cadeiras, 01 armário de médio porte, 08 tomadas elétricas;
2.4	Sala de Classificação de Risco: que comporte 03 mesas, cadeiras para servidor e usuário, balança antropométrica adulta e infantil, rede elétrica e lógica, sendo com no mínimo de 06 tomadas elétricas. 2 com espaço para mesa e cadeiras;
2.5	Área de Consultórios: mínimo de 5 consultórios para atendimento médico com lavabo (pia); com pia, espaço que comporte mesa, cadeiras, maca e armário pequeno, rede lógica e elétrica com no mínimo 04 tomadas elétricas;
2.6	Sala de Administração de Medicação, adaptada com pia e balcão, com espaço para 6 poltronas de administração de medicação; espaço reservado para administração de medicação intramuscular, rede lógica e elétrica com no mínimo 04 tomadas elétricas;
2.7	Setor de nebulização com rede de gases medicinais de ar comprimido e oxigênio, com espaço para poltronas/longarinas;
2.8	01 banheiro PCD adaptado unissex (Pessoas com deficiências) no mínimo, contendo vaso sanitário, chuveiro, pia e corrimão;
2.9	02 banheiros (01 feminino e 01 masculino) contendo vaso sanitário, chuveiro, pia e corrimão;
2.10	Salas de Observação: que comporte no mínimo 6 leitos, com banheiro adaptado exclusivo, com rede de gases medicinais em cada leito (oxigênio e ar comprimido) rede lógica e elétrica com tomadas (4 para cada leito), posto de enfermagem, pia com cuba;
2.11	Sala vermelha com capacidade de 06 leitos, banheiro adaptado para PCD, posto de enfermagem, com rede de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) rede elétrica com tomadas (5 para cada leito), 03 tomadas elétricas para computador;
2.12	Sala de recepção para realização de exames laboratorial com espaço para 02 mesas, rede lógica e elétrica com 07 tomadas no mínimo para computadores e impressoras;
2.13	Sala de coleta de material do laboratório com balcão e pia, espaço para cadeira de coleta, maca pequena;
2.14	Sala para diagnóstico de laboratório com duas ambiências, sendo a primeira ambiência contendo bancada para: microscópios, aparelho de hemograma, bioquímica, gasômetro, aparelho de troponina, computador para digitação dos laudos, homogenizador, rede lógica e elétrica com 01 tomada para cada aparelho, e 03 tomadas para computador; sendo a segunda ambiência contendo bancada para: centrífuga, estufa, com pia e cuba, rede elétrica com no mínimo 06 tomadas;
2.15	Sala para coleta de COVID e síndromes respiratórias em duas ambiência, sendo: a primeira com rede lógica e elétrica com no mínimo 03 tomadas para computador e impressora, espaço para mesa e cadeira; a segunda ambiência com bancada e espaço para mesa e cadeira para coleta (A unidade é sentinela para síndrome gripal);
2.16	Farmácia com 2 guichês, balcão de atendimento individual - conjuntamente com sala de armazenamento de medicamentos e soro, rede lógica e elétrica com no mínimo 03 tomadas em cada guichê;
2.17	Sala de lavagem de material contendo duas ambiências (para área limpa e suja), com balcão e pia com duas cuba, com instalação elétrica com tomadas e rede que suporte a autoclave (área limpa), bancada, espaço para mesa e cadeira;
2.18	Embarque e desembarque coberto de ambulância;
2.19	Almoxarifado de Material e Armazenamento de insumos, com espaço para prateleiras, mesa e cadeira, rede elétrica com no mínimo 03 tomadas;
2.20	Sala para assistente social com espaço para 01 mesa, 02 cadeiras e no mínimo 04 tomadas elétricas;
2.21	Banheiros para uso exclusivo dos funcionários (01 feminino e 01 masculino) contendo vaso sanitário, chuveiro, pia e corrimão;
2.22	Sala Administrativa para direção, espaço para no mínimo 4 mesas de grande e médio porte, 01 mesa redonda média, 06 armários médio, rede lógica e elétrica com no mínimo 15 tomadas;
2.23	Sala para o faturamento com espaço mínimo para 04 mesas, rede lógica e elétrica com no mínimo 08 tomadas;
2.24	Sala para gerência de enfermagem, núcleo de educação permanente e coordenação médica, com espaço mínimo para 03 mesas e cadeiras, 02 armários médios, rede elétrica com no mínimo 09 tomadas;
2.25	4 Quartos para descanso para profissionais (cada quarto com capacidade para no mínimo 4 beliches);
2.26	Sala de realização de exame: capacidade para 01 equipamento de raios-x incluindo estrutura elétrica e quadro de elétrico. A sala deve estar dentro das normas vigentes com baritação, blindagem e radioproteção;
2.27	Sala de comando: 2 pontos de rede, 01 ponto elétrico 220v, 02 pontos elétricos de 110v;
2.28	Câmara clara (2 pontos de rede, 01 ponto elétrico 220v, 02 pontos elétricos de 110v),
2.29	Sala de descanso com capacidade de 1 beliche.
2.30	Copa e Refeitório para o mínimo de 10 pessoas;

ANEXO 2

MODELO DE CREDENCIAL

À Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO.
Avenida Campo Sales, 2283, Centro

O(A)_____(pessoa física ou jurídica), com endereço no(a)_____, CPF (CNPJ) nº_____, pelo seu representante legal abaixo assinado (se for o caso), vem credenciar o(a) senhor(a)_____, portador(a) da cédula de identidade nº_____ , da , e do CPF nº , para, na qualidade de representante legal, entregar proposta para o Edital de Chamamento Público, instaurado pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO, que tem por objeto a prospecção do mercado imobiliário em Porto Velho, RO, com vistas à futura locação de imóvel para instalação de da Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide, outorgando-lhe poderes para, em nome da empresa praticar os atos constantes do referido Edital.

Local, data e assinatura.

ANEXO 3
MODELO DE PROPOSTA

À Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO.

Avenida Campo Sales, 2283, Centro

Apresentamos à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO proposta em obediência ao Edital de Chamamento Público, com vistas à prospecção do mercado imobiliário em Porto Velho, RO, com vistas à futura locação de imóvel para instalação da Unidade de Pronto Atendimento Drª Ana Adelaide, nos seguintes termos:
a) dados do imóvel:_____;
b) prazo de entrega do imóvel em funcionamento e com todas as adaptações necessárias: (___) noventa dias, a contar da assinatura do Contrato (prazo máximo de noventa dias);
c) total da área privativa:_____(_____) metros quadrados;
d) total da área total (incluindo garagem, escadarias, caixas de elevadores, entre outras áreas consideradas de uso comum):_____(____) metros quadrados;
e) valor mensal do aluguel:_____ R$(_____);
f) valor mensal do Condomínio: _____R$ (_____); (observação: caso haja, devendo ser detalhados os serviços que serão prestados, sua periodicidade e condições)
g) valor do IPTU:_____ R$(_____);

h) Garagem:_____(_____) vagas privativas.

Declaramos que:

a) o imóvel ofertado estará disponível à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO conforme previsto no Edital de Chamamento Público e nesta proposta comercial em até 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato;

b) nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Validade da proposta:_____(_____) dias. (observação: não inferior a 60 dias)

Dados da empresa:

Razão Social:
CNPJ (MF) nº:
Inscrição Estadual nº:
Inscrição Distrital nº:
Endereço:
Telefone: Fax:
Cidade: UF:
Banco: Agência: Conta Corrente:

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome:

CPF: Cargo/Função:
Carteira de Identidade: Expedido por:
Nacionalidade Estado Civil:
Endereço:
Telefone: Fac-simile:
Endereço Eletrônico:

Local, data e assinatura.

Anexos:

a) tabela de requisitos mínimos e desejáveis, acompanhada da documentação comprobatória;

b) levantamento arquitetônico do imóvel (planta baixa do imóvel, planta de corte, planta de elétrica, planta de lógica, planta de hidráulica, planta de fachada, planta de cobertura, planta de situação).

c) documentos exigidos e outros julgados necessários.

Anexo 4 – Minuta de Contrato

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O**MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE UM LADO E DO OUTRO A xxxx XXXXXXXXXXXX, PARA FINS QUE ESPECIFICAM.
Aos xxxxx dias do mês de xxxxx do ano de dois mil e vente e xxxx, o**MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, Praça Padre João Nicoletti, nº 826, centro, nesta Capital, por força da Lei complementar nº 648, art. 06 e 07 de 05 de Janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do Município D.O.M. de 06/01/2017, neste ato representada pela**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA ,**representada pela Sr. Secretário,**xxxxx,**xxxxx, portadora da Cédula de Identidade nº 0000 XXX/XX e CPF nº 000.000.000-00, doravante denominado**LOCATÁRIO**, e a xx xxxxxxxxxx**,**pessoa xxxxxxx de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/CPFxxxxxxxx, com sede a xxxxxxxxxxxxx, neste ato legalmente representada, pela xxxxxxxxxxxxxxxxx**,**xxxx, xxxxx, xxxxx, portadora da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxx e do CPF nº. xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxx, nº xxxx, na Cidade de xxxxxxxxxxxx doravante denominado**LOCADOR**, resolvem celebrar o presente contrato de locação de imóvel, por dispensa de licitação, nos termos doart. 74, inciso V, da Lei n.º 14.133/21., conforme autorizado no Processo Administrativo n° 00600.xxxxx/2024-xx, Edital de Chamamento Publico XXXXX, mediante as clausulas e condicionantes a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a locação de01 (um) imóvel , tipo Comercial, localizado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.selecionado através do Edital de Chamamento Publico nº008/2025/DIAC/DA/CGAF/SEMUSA, com fulcro noart. 74, inciso V, da Lei n.º 14.133/21

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E REAJUSTE

2.1.O valor mensal da locação é**R$ xxxxx (xxxxxxx)**, totalizando o valor anual de**R$ xxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

Parágrafo Primeiro- Caso o LOCADOR não esteja quite com os Tributos Municipais, poderá apresentar certidão positiva com efeitos de negativa, obtida mediante parcelamento do débito junto à Fazenda Municipal.

Parágrafo Segundo- O preço relativo a presente locação, poderá ser reajustado anualmente, preferencialmente no momento da renovação do presente instrumento, mediante requerimento do locador e calculado pelo locatário, com base na variação do IPCA (IBGE), verificada no período ou por índice que vier a substituí-lo por determinação do Governo Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS:

3.1. Parte das despesas decorrentes do presente instrumento serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/SEMUSA, e correrão à conta da seguinte Programação Orçamentária: - Programa/Atividade Código n° xxxxxxxxxxxxxxxxxx, Elemento de Despesa 3.3.90.39 (36), Fonte de Recursos: xx.xx – Recursos do Tesouro, conforme nota de Empenho Global nº xxxxx, no valor de R$ 000.000,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.2. As despesas remanescentes serão consignadas posteriormente pela SEMUSA, mediante a elaboração de termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1.O prazo de vigência do presente termo será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do artigo 3° da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos;

4.2.A Renovação do contrato será precedida da comprovação da vantajosidade da medida para a Administração, inclusive mediante a realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública;

4.3.A Renovação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo de renovação, caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

5.1. Compete ao**LOCATÁRIO:**

a) O pagamento relativo às tarifas de energia elétrica;
b) Autorizar o LOCADOR, por si ou por seus representantes legalmente constituídos, a promover as vistorias que se julgarem necessárias, desde que comunicadas com antecedência, objetivando preservar os direitos da Administração, no que se refere ao acesso às dependências do setor público;
c) Antes da assinatura do contrato, o LOCATÁRIO, por seu representante, deverá promover as vistorias necessárias, registrando através de registro fotográfico as condições do imóvel, bem como, realizar registro fotográfico antes de rescindir o contrato;
d) Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
e) Levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
f) Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si;
g) Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

6.1. Compete ao**LOCADOR:**
a) Fica o LOCADOR, por si, seus prepostos ou procuradores, autorizados a vistoriar o imóvel, sempre que necessário;
b) Notificar o LOCATÁRIO das eventuais vistorias, indicando o dia e a hora da realização desse ato;
c) Efetuar o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e TRSD, incidente sobre o imóvel locado;
d) Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
e) Receber as chaves após o término do contrato ou rescisão contratual;
f) Realizar manutenção periódica no sistema de ar-condicionado conforme determina a Lei 13.589/2018 e normas técnicas;
g) Realizar manutenção nas redes elétricas, hidráulica, hidros sanitárias e estrutural, quando necessário;
h) Realizar renovação das licenças que forem necessárias para o devido funcionamento e habitabilidade do imóvel;
i) Por despesas extraordinárias que se entendem aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente:

I. Obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
II. Pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
III. Obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;
IV. Indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

Parágrafo Primeiro- As partes estipulam o pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) de 01 (um) aluguel vigente à época da ocorrência do fato, a ser pago pelo LOCADOR, respeitando – se o devido processo legal, caso este venha a infringir as alíneas de "a" à "i" contidas nesta cláusula;

Parágrafo Segundo– No caso de incidir quaisquer das hipóteses da alínea "i" referente as despesas extraordinárias as partes estipulam o pagamento mensal pelo LOCADOR de 50% (cinquenta por cento) no valor de um aluguel à época da ocorrência dos fatos e enquanto não for sanada a situação ensejadora do fato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. Logo após a assinatura do presente contrato a SEMUSA deverá designar os servidores para gerenciar e fiscalizar o contrato, incumbindo a estes informar ao setor competente toda e qualquer irregularidade que venha a ocorrer, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBLOCAÇÃO:

8.1.É proibido ao LOCATÁRIO sublocar o imóvel objeto deste contrato de locação, bem como, cedê-lo ou transferi-lo sem prévia autorização do LOCADOR.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1.O preço aludido na Cláusula Terceira abrange o pagamento, os encargos e custos de responsabilidade do LOCADOR, especialmente o imposto incidente sobre o imóvel. Os custos diretos e indiretos, bem como, os demais custos inerentes à manutenção da segurança do imóvel e outros necessários ao perfeito cumprimento deste contrato.

Parágrafo Primeiro -Para fins de pagamentos, no texto do recibo deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

a) Objeto do contrato;
b) Número do processo;
c) Número da nota de empenho;
d) Mês de referência;
e) Valor do aluguel;
d) Banco, agência e conta-corrente do LOCADOR;

Parágrafo Segundo:O vencimento do aluguel, objeto deste contrato de locação, ocorrerá todo dia 30 de cada mês.

Parágrafo Terceiro:O pagamento dos aluguéis será efetivado até 10 (dez) dias úteis, contados da data do vencimento do aluguel. Nesta ocasião o Locador deverá apresentar o respectivo recibo, devidamente certificado pelo setor competente, sendo que, transcorrido o prazo ora estabelecido, fica o LOCATÁRIO obrigado a promover a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data do adimplemento da obrigação até a data do efetivo pagamento, usando-se o índice de correção definido pelo governo federal à época dos fatos, se pleiteado pelo Locador.

Parágrafo Quarto:O recibo será apresentado pelo LOCADOR em 02 (duas) vias, nas quais constarão o mês e o valor do aluguel. Após a entrega do documento de cobrança, o pagamento deverá ser efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

10.1. Este contrato poderá ser rescindido em conformidade com as disposições da Lei nº 8.245/1991, alterada pela Lei nº 12.112/2009, bem como, por acordo entre as partes, nos termos do que disciplina o art. 138, da Lei nº 14.133/2021;

10.2. Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o LOCADOR reaver o imóvel alugado (art. 4° da Lei n°. 8.245/91);

10.3. Ao LOCATÁRIO reserva-se o direito de, no interesse da Administração Pública ou em decorrência de motivos supervenientes, rescindir o presente contrato a qualquer momento, sem a aplicação de multa ou qualquer ônus, mediante aviso prévio;

10.4. Fica dispensado qualquer obra, reforma, ampliação, ou demolição, para efeitos de entrega das chaves do imóvel;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO:

11.1. Ocorrendo o término contratual o LOCATÁRIO poderá reformar ou indenizar o LOCADOR por eventuais desgastes ocorridos durante a utilização do prédio, salvo, os que ocorrerem em decorrência do uso normal do imóvel;

11.1.1. Na hipótese de indenização será ofertado pela administração, baseada em avaliação feita a pedido do fiscal do contrato ao departamento de engenharia responsável e nos registros fotográficos feitos antes e depois da rescisão do contrato, não podendo ser superior ao valor de 01(um) aluguel vigente;

11.1.2.O valor da indenização ofertado pela administração, a requerimento do LOCADOR, poderá ser alvo do contraditório e ampla defesa.

11.1.3. Nos casos previstos no item 11.1.1 desta cláusula (reforma ou indenização) não incidirá a cobrança de alugueres ao LOCATÁRIO durante o tempo necessário para conclusão da reforma ou dos trâmites processuais atinentes a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

12.1.O presente contrato de locação de imóvel será regido pela Lei nº 14.133/2021, no que couber e pela Lei nº 8.245/1.991 e suas alterações. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela LOCATÁRIA, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas municipais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir as dúvidas e controvérsias oriundas do presente termo de renovação de contrato de locação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

14.1. Após as assinaturas deste contrato, o LOCATÁRIO providenciará a publicação do mesmo ou de resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia. Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e duas testemunhas que também o assinam, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para seu fiel cumprimento, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.

Porto Velho, xx de xxxxxxxxx de 2025.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Secretário Municipal de Saúde

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
LOCADOR

VISTO:
xxxxxxxxxxxxxxxxxx.
COORDENADOR JURIDICO SAÚDE

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF Nº
RG Nº

NOME:
CPF Nº
RG Nº

CARLA DOMINIQUE BRAMBILLA WATANABE
Gerente II – Divisão de Aquisições e Contratações
Decreto Nº 1.823/I,2025

GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração
Decreto Nº 1.823/I,2025

RICARDO GUEDES BRANDÃO
Coordenador de Gestão Administrativo Financeira
Decreto Nº 1.666/I, 2025

FRANCISCA RODRIGUES NERY
Diretora do Departamento de Média e Alta Complexidade
Decreto Nº 1.666/I, 2025

AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:

Declaro estar ciente dos principais riscos desta contratação e**AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**na forma legal, conforme competência prevista no Art. 28º da Lei complementar Municipal nº 882/2022 e demais alterações.

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/I, De 04 de Julho de 2025

Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva**, Diretor, em 04/09/2025, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe**, Assistente, em 04/09/2025, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Rodrigues Nery**, Diretor, em 04/09/2025, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão**, Assistente, em 04/09/2025, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho**, Secretário, em 05/09/2025, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o códigoverificador **0004255** e o código CRC **69ADFCC2**.

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:5F4F396C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 4, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

OSECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº **005.000103/2025-96.**

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 15½ (QUINZE DIÁRIAS E MEIA)aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem aslocalidades das unidades de saudê municipais da cidade de Porto velho e distritos (São Carlos, Nazaré,Cuniã, Papagaio, Cavalcante, Demarcação, Nova Esperança e Calama). com Objetivo da Viagem: Considerando a Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho nº 0000823-85.2016.5.14.0005 em que a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)é citada no processo e uma das medidas a serem tomadas é a realização dos exames periódicos e ocupacionais (PCMSO) dos servidores da saúde, dentre a capital de Porto Velho e os distritos. A equipe atuará de forma contínua no período de 07/09/2025 a 22/09/2025, conforme solicitação constante no Processo nº **005.000103/2025-96.**

Nome Do Beneficiado	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Valdir Alves Do Nascimento	175200	Aux: De Enfermagem	São Carlos, Nazaré,Cuniã, Papagaio, Cavalcante, Demarcação, Nova Esperança e Calama.	**15½ (Quinze Diárias E Meia)**	R$ 150,00	R$ 2325,00
Ancelmo Vieira Viamonte	225757	Fiscal Municipal Agente De Emdemias (Piloto)		**15½ (Quinze Diárias E Meia)**	R$ 150,00	R$ 2325,00
Breno luiji silva do nascimento	10078416	Gerente De Divisão		**15½ (Quinze Diárias E Meia)**	R$ 200,00	R$ 3100,00

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº1.666/I/2025

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho**, Secretário, em 08/09/2025, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador **0006724** e o código CRC **60504C5F**.

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:B016CC9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025

Anexo XXXIX do Decreto nº 20.964 de 07 de maio de 2025

O Ordenador de Despesa da **SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.903.125.0001-45**, com sede à *Avenida* Campo Sales, 2283 Bairro: Centro, em Porto Velho/RO, torna público que, após constatada a regularidade da instrução do Processo Administrativo nº 00600-00029175/2025-97-e, conforme Parecer n.º: **340/SPACC/PGM/2025** da Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos, aderiu à Ata de Registro de Preços nº 09/2025, Pregão Eletrônico nº **90009/2025/SML/PVH** Processo nº 00600-00042887/2024-11-e da Superintendência Municipal de Gestão de Gastos Públicos (SGP), visando a **Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Preparo e Fornecimento de Refeições do tipo Self-service (Café da manhã, Almoço e Jantar**, junto a empresa vencedora: **ELLO COMERCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA.**, inscrita sob o CNPJ nº **08.821.893/0001-48**, conforme itens abaixo relacionados:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	CAFÉ DA MANHÃ: Devendo ser servido de forma Self-service: Cardápio – café, leite, 02 (duas) opções de sucos variados de fruta sem conservantes (natural), pão, biscoitos, sanduíche com queijo e presunto, ovos fritos, manteiga, bolos, 02 (duas) opções de frutas variadas tipo: abacaxi, banana, mamão, maçã e melancia, em espaço físico adequado nas instalações que servirão de alojamento/ hospedagem para os participantes, todos os dias, a partir das 06h00min às 09h00min. Podendo por necessidade do evento, ter o horário de atendimento prorrogado.	UNID	7.068	R$26,00	R$183.768,00
02	ALMOÇO: Devendo ser servido de forma Self-service: feijão, arroz, macarrão podendo ser ao molho, farofa, salada com no mínimo 03 (três) opções de legumes e verduras, 02 (duas) opções de carne, sendo carne vermelha bovina, carne branca de frango e peixe sem osso/espinha de primeira qualidade, bem como, 02 (duas) opções de sucos variados de fruta sem conservantes (natural) e sobremesas variadas, em espaço físico adequado nas instalações que servirão de alojamento/ hospedagem para os participantes, todos os dias, a partir das 11h00min às 14h00min. Podendo por necessidade do evento, ter o horário de atendimento prorrogado.	UNID	7.068	R$35,00	R$247.380,00
03	JANTAR: Devendo ser servido de forma Self-service: feijão, arroz, macarrão podendo ser ao molho, farofa, salada com no mínimo 03 (três) opções de legumes e verduras, 02 (duas) opções de carne, sendo carne vermelha bovina, carne branca de frango e peixe sem osso de primeira qualidade, bem como, 02 (duas) opções de sucos variados de fruta sem conservantes (natural) e sobremesas variadas, em espaço físico adequado nas instalações que servirão de alojamento/ hospedagem para os participantes, todos os dias, a partir das 18h30min às 21h00min. Podendo por necessidade do evento, ter o horário de atendimento prorrogado.	UNID	6.324	R$36,00	R$227.664,00
	Valor Total:				**R$ 658.812,00**

Porto Velho, 08 de setembro de 2025.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/I, 2025

Documento assinado digitalmente. Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC 8DA0546E
Assinado por **Jaime Gazola Filho** - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE - Em: 08/09/2025, 14:03:10

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:D849552E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO 190/2025

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 84.580.224/0001-00
Exercício: 2025

Decreto nº 190/2025 de 05/09/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Seringueiras, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2200/2025 de 04/09/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 67.815,68 (sessenta e sete mil oitocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
01.000.00.000.0000.0.000.		PODER LEGISLATIVO	
01.001.00.000.0000.0.000.		CAMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA	
6- 3.3.90.14.00.00	15000000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
12 - 3.3.90.40.00.00	15000000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ? PESSOA JURÍDICA	2.815,68
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
02.004.04.122.0015.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1- 3.1.90.11.00.00	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
Total Suplementação:			**67.815,68**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
01.000.00.000.0000.0.000.		PODER LEGISLATIVO	
01.001.00.000.0000.0.000.		CAMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA	
1- 3.1.90.11.00.00	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
2- 3.1.90.13.00.00	15000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.000,00
11 - 3.3.90.39.00.00	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.815,68
13 - 3.3.90.46.00.00	15000000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.000,00
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
02.004.04.122.0015.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	

FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO E ACAO SOCIAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 18.105.834/0001-27
Exercício: 2025

3- 3.1.90.94.00.00	15000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
Total Redução:			**67.815,68**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERINGUEIRAS , Estado de Rondônia, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:B6545D8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO 191/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 63.761.993/0001-34
Exercício: 2025
Decreto nº 191/2025 de 05/09/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

A Prefeita Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 2201/2025 de 04/09/2025.**
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSFERÊNCIA** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
02.004.04.122.0015.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1- 3.1.90.11.00.00	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.841,00
9- 3.3.90.32.00.00	15000000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.800,00
02.004.08.245.0008.1.240.		PISO FIXO - PSB - ESTADUAL	
27 - 3.3.90.14.00.00	16610000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	6.829,00
02.004.08.245.0008.2.101.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA PISO BASICO FIXO PBF	
41 - 3.3.90.14.00.00	16600070	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
42 - 3.3.90.30.00.00	16600070	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
44 - 3.3.90.39.00.00	16600070	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.600,00
		Total Suplementação:	**43.070,00**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
02.004.04.122.0015.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
16 - 4.4.90.52.00.00	15000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.641,00
02.004.08.245.0008.1.240.		PISO FIXO - PSB - ESTADUAL	
31 - 4.4.90.52.00.00	16610000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.829,00
02.004.08.245.0008.2.101.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA PISO BASICO FIXO PBF	
45 - 4.4.90.52.00.00	16600070	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.600,00
		Total Redução:	**43.070,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

SERINGUEIRAS, em 05/09/2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:7F9E2753

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 194/GAB/PMS/2025

Decreto nº 194/GAB/PMS/2025 Seringueiras, 08 de setembro de 2025.

"ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 092/GAB/PMS/2024, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, DE IMÓVEIS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, no uso de suas atribuições legais e com amparo nas disposições dos artigos 5º, XXIV e artigo 182 da Constituição Federal c/c do Decreto-Lei Federal nº 3.365/41, bem como pelo que dispõe a Lei Orgânica do Município no artigo 16, XVII, artigo 58, XIV, artigo 79, I e III, artigo 130, I alínea "e",

CONSIDERANDO, a necessidade pública do Município de instalação e implantação da "**CANAIZAÇÃO DO CÓRREGO**", obra de interesse público relevante que além de promover a urbanização da área afetada pelo curso d'água evitará alagamento dos imóveis, ruas e avenidas da cidade (**mapa anexo**);

CONSIDERANDO, que os imóveis a serem desapropriados estão localizados na área afeta ao curso d'água, sujeitos aos constantes alagamentos em razão da interrupção da passagem de água, principalmente no período das chuvas do inverno amazônico, que causa transtorno e prejuízos para todos os moradores da área e circunvizinhos;

CONSIDERANDO, que o Município de Seringueiras foi contemplado com recursos do Estado de Rondônia, para realização do projeto de Aquisição e Instalação de Tubos de Polietileno Expansível de Alta Densidade (PEAD) e Caixa de Ligação e Passagem de Tubos, através do Convênio nº 039/2022/PGE/DER-RO;

CONSIDERANDO, que os imóveis desapropriados estão localizados na Quadra 12, Setor 01, Matricula nº 8.380, na Cidade de Seringueiras – RO (mapa anexo);

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Decreto Municipal nº 092/GAB/PMS/2024, uma vez que houve correção do nome dos proprietários, bem como da área efetivamente abrangida pela obra pública, necessitando a inclusão para desapropriação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a descrição dos imóveis relacionados no Decreto Municipal nº 092/GAB/PMS/2024, afetados pela Desapropriação para Construção e Instalação da "**CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO**", localizados na Quadra 12, Setor 01, Lotes abaixo relacionados, Matrícula nº 8.380, Avenida Jorge Teixeira/Marechal Rondon, Centro, na Cidade de Seringueiras-RO, com as seguintes alterações de áreas desapropriadas:

LOTE	QUADRA	SETOR	ÁREA M²	LOCALIZAÇÃO	POSSE
17-A - 017	12	01	135,26	Av. Jorge Teixeira	ADENILSON PADILHA DA COSTA
18-A – 018	12	01	130,02	Av. Jorge Teixeira	ADENILSON PADILHA DA COSTA
19-A – 019	12	01	333,20	Av. Jorge Teixeira	SEBASTIÃO SIQUEIRA
20-A – 394	12	01	77,09	Av. Jorge Teixeira	SEBASTIÃO SIQUEIRA
21-A – 394	12	01	314,93	Av. Jorge Teixeira	ANTONIO VIEIRA ROS
22-A – 407	12	01	204,34	Av. Jorge Teixeira	PEDRO WILSON ANDRADE GUTIERRES
23-A – 420	12	01	176,28	Av. Jorge Teixeira	BASILIO CORDEIRO
10-A – 184	12	01	230,40	Av. Marechal Rondon	AURELINA MARIA DA SILVA
09-A – 171	12	01	142,58	Av. Marechal Rondon	RAIMUNDO SILVESTRE VASCONCELOS
08-A – 158	12	01	140,50	Av. Marechal Rondon	DALICIO PESSOA
07-A – 145	12	01	125,85	Av. Marechal Rondon	DALICIO PESSOA
06-A -132	12	01	204,94	Av. Marechal Rondon	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
05-A – 119	12	01	468,40	Av. Marechal Rondon	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
04-A – 106	12	01	197,21	Av. Marechal Rondon	GERCI CESARIO RIBEIRO

Parágrafo único - *Os Imóveis acima mencionados estão devidamente Registrados no Cadastro Imobiliário do Município, com Mapas e Cadastros anexos.*
Art. 2º - Fica o Município de Seringueiras autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto, promovendo por via negocial ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias do orçamento vigente.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se às disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 176/2023.

Gabinete do Prefeito,

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:0BBD6F69

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 640
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) PREFEITO do(a) MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA 18/2025 referente à *Locação de caixa térmica com devidas barras de gelo, e locação das caixas de som.*, que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):
Fornecedor : 27.252.866 JEAN TALES DA COSTA SILVA - 27.252.866/0001-46

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	15,00	SERVICO	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 240,00	R$ 3.600,0000	R$ 244,43	R$ 3.666,45	1,8123 %	R$ 66,45
Descrição: Locacao de caixa termica, com capacidade de 400 litros, com fornecimento de 3,33 barras de gelo de 1Â qualidade , com no minimo 10 kg cada uma , para o periodo de 05 horas.										
2	1,00	SERVICO	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 4.299,00	R$ 4.299,0000	R$ 4.366,67	R$ 4.366,67	1,5496 %	R$ 67,67
Descrição: Locacao de sistema de sonorizacao medio porte (para aproximadamente 1000 (mil) pessoas em local de ar livre - Praca Municipal, incluso 01 profissional para operar o som, com sistema LINE ARRAY, contendo especificacoes minimas de oito Caixas LINE duplo de 800 watts cada e Oito Caixas graves duplos de 1600 watts cada, 1 mesa de som digital; 2 microfones sem fio. Data do Evento 06-09-2025 com previsao de inicio as 07:00 horas e termino as 11:00 Horas.OBS: O som devera estar montado 01 hora antes										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 7.899,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 8.033,12**	**1,6695 %**	**R$ 134,12**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 7.899,00	R$ 8.033,12	1,6695 %	134,12

Teixeirópolis - Rondônia, 04 de Setembro de 2025

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:DE0BB580

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº046/2024

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº046/2024
PROCESSO N. 853/2024/URUPÁ-RO
DATA DA PUBLICAÇÃO ORIGINAL: 04/09/2025
DATA DA ERRATA: 09/09/2025
CONSIDERANDO:
Que a Ata de Registro de Preços referente ao processo administrativo citado acima, publicada no dia 04 de setembro de 2025, contém imprecisões que necessitam de correção para garantir a fidedignidade das informações.
RETIFICAÇÕES:
ONDE SE LÊ:

EVENTOS E FESTIVIDADES						
ITEM	**UND**	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Atual**	**Proposta**	**Total**
8	SV	1	Contratação de empresa especializada para Decoração de Camarim, para evento com DURAÇÃO DE 1 DIA, com fornecimento dos seguintes itens que são indispensáveis, sendo: 01 Tapete medindo 02x03m; 08 Pufes; 01 Frigobar; 01 Mesa pequena; 02 Arranjos de flores ou plantas naturais para decoração de ambiente (orquídeas, coqueiros, rosas do deserto ou similar); 01 Arara para casacos; Iluminação do camarim; Limpeza e manutenção do camarim e dos banheiros (antes, durante e após o evento) com o fornecimento e abastecimento com papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, toalha de tecido para lavabo. O local do evento para decoração deverá ser informado pelo Chefe de Gabinete com, no mínimo, 10 dias de antecedência. A montagem deverá ser concluída até 04 horas antes do início do evento.	3.000,00	3.000,00	30.000,00
9	SV	1	Contratação de empresa especializada para Decoração de Camarim para evento com DURAÇÃO DE 3 DIAS, com fornecimento dos seguintes itens que são indispensáveis, sendo: 01 Tapete medindo 02x03m; 08 Pufes; 01 Frigobar; 01 Mesa pequena; 02 Arranjos de flores ou plantas naturais para decoração de ambiente (orquídeas, coqueiros, rosas do deserto ou similar); 01 Arara para casacos; Iluminação do camarim; Limpeza e manutenção do camarim e dos banheiros (antes, durante e após o evento) com o fornecimento e abastecimento com papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, toalha de tecido para lavabo. O local do evento para decoração deverá ser informado pelo Chefe de Gabinete com, no mínimo, 10 dias de antecedência. A montagem deverá ser concluída até 04 horas antes do início do evento.	3.900,00	3.900,00	90.000,00
10	SV	3	Contratação de empresa especializada para Decoração de Cenário para evento com DURAÇÃO DE 1 DIA com fornecimento de no mínimo os seguintes itens que são indispensáveis: sendo: 01 Tapete requintado medindo no mínimo 2x3metros; 01 Mesa média elegantemente decorada para se tornar o ponto focal da celebração; 02 Arranjos de florais exuberantes para o ambiente; Iluminação cuidadosamente planejada para destacar a beleza do local e criar um cenário perfeito para fotos; Decoração personalizada do palco, alinhada ao tema do evento, comunicado com no mínimo 10 dias de antecedência. O local do evento para decoração deverá ser informado pelo Chefe de Gabinete com, no mínimo, 10 dias de antecedência. A montagem deverá ser concluída até 04 horas antes do início do evento.	3.900,00	3.900,00	30.000,00
TOTAL						**R$ 150.000,00**

LEIA-SE:

EVENTOS E FESTIVIDADES						
ITEM	**UND**	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Atual**	**Proposta**	**Total**
8	SV	1	Contratação de empresa especializada para Decoração de Camarim, para evento com DURAÇÃO DE 1 DIA, com fornecimento dos seguintes itens que são indispensáveis, sendo: 01 Tapete medindo 02x03m; 08 Pufes; 01 Frigobar; 01 Mesa pequena; 02 Arranjos de flores ou plantas naturais para decoração de ambiente (orquídeas, coqueiros, rosas do deserto ou similar); 01 Arara para casacos; Iluminação do camarim; Limpeza e manutenção do camarim e dos banheiros (antes, durante e após o evento) com o fornecimento e abastecimento com papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, toalha de tecido para lavabo. O local do evento para decoração deverá ser informado pelo Chefe de Gabinete com, no mínimo, 10 dias de antecedência. A montagem deverá ser concluída até 04 horas antes do início do evento.	3.000,00	3.000,00	3.000,00
9	SV	1	Contratação de empresa especializada para Decoração de Camarim para evento com DURAÇÃO DE 3 DIAS, com fornecimento dos seguintes itens que são indispensáveis, sendo: 01 Tapete medindo 02x03m; 08 Pufes; 01 Frigobar; 01 Mesa pequena; 02 Arranjos de flores ou plantas naturais para decoração de ambiente (orquídeas, coqueiros, rosas do deserto ou similar); 01 Arara para casacos; Iluminação do camarim; Limpeza e manutenção do camarim e dos banheiros (antes, durante e após o evento) com o fornecimento e abastecimento com papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, toalha de tecido para lavabo. O local do evento para decoração deverá ser informado pelo Chefe de Gabinete com, no mínimo, 10 dias de antecedência. A montagem deverá ser concluída até 04 horas antes do início do evento.	3.900,00	3.900,00	3.900,00
10	SV	3	Contratação de empresa especializada para Decoração de Cenário para evento com DURAÇÃO DE 1 DIA com fornecimento de no mínimo os seguintes itens que são indispensáveis: sendo: 01 Tapete requintado medindo no mínimo 2x3metros; 01 Mesa média elegantemente decorada para se tornar o ponto focal da celebração; 02 Arranjos de florais exuberantes para o ambiente; Iluminação cuidadosamente planejada para destacar a beleza do local e criar um cenário perfeito para fotos; Decoração personalizada do palco, alinhada ao tema do evento, comunicado com no mínimo 10 dias de antecedência. O local do evento para decoração deverá ser informado pelo Chefe de Gabinete com, no mínimo, 10 dias de antecedência. A montagem deverá ser concluída até 04 horas antes do início do evento.	3.900,00	3.900,00	11.700,00
TOTAL						**R$ 18.600,00**

Urupá/RO, 09 de setembro de 2025.

MAX THADEU GAMA
Gerente de Registro de Preço
Portaria Nº: 023/2025

Publicado por:
Max Thadeu Gama
Código Identificador:A535CAFB